

BANCO DE PORTUGAL

Departamento de Estatística e Estudos Económicos

Av. da República, 57

1094 LISBOA CODEX

Departamento de Contabilidade

Rua do Comércio, 148

1101 LISBOA CODEX

Distribuição:

Serviço de Documentação e Relações Públicas

Av. da República, 65, 1.º

1094 LISBOA CODEX

Execução da capa:

Serviço de Tipografia do Banco de Portugal

Lisboa - 1984

Depósito Legal n.º 4747/84

ISSN 0870-0060

BANCO DE PORTUGAL

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA
DE
1983



LISBOA
1984

SUMÁRIO

I parte

RELATÓRIO E CONTAS

I – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	5
II – ACTIVIDADE DO BANCO	9
III – PESSOAL E ORGANIZAÇÃO	27
IV – BALANÇO E CONTAS	35
V – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA	55

II parte

REVISTA ECONÓMICA E FINANCEIRA

A – ECONOMIA INTERNACIONAL	63
B – ECONOMIA NACIONAL	93
Capítulo I – ANÁLISE GLOBAL	93
Capítulo II – PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS	103
Capítulo III – BALANÇA DE PAGAMENTOS	133
Capítulo IV – POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E ORÇAMENTAL ..	169
Capítulo V – FINANCIAMENTO DA ECONOMIA	229
ANEXO ESTATÍSTICO	239

I parte

RELATÓRIO E CONTAS

ÍNDICE

I PARTE

RELATÓRIO E CONTAS

I – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	5
II – ACTIVIDADE DO BANCO	9
1. INTRODUÇÃO	9
2. RELAÇÕES COM O EXTERIOR	10
3. CRÉDITO	11
3.1 Política de crédito	11
3.2 Refinanciamento	12
3.3 Bonificações por operações de crédito especiais	13
4. MERCADOS INTERBANCÁRIOS – MIT E MMI	14
4.1 Mercado Interbancário de Títulos	14
4.2 Mercado Monetário Interbancário	14
5. CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA	15
5.1 Notas em circulação	15
5.2 Moeda metálica	16
6. SERVIÇO DO TESOURO PÚBLICO	17
6.1 Caixa geral do Tesouro e cofre central do Tesouro	17
6.2 Conta da Junta do Crédito Público	20
7. ACTIVIDADES DIRIGIDAS AO SISTEMA BANCÁRIO	20
7.1 Coordenação das instituições de crédito	20
7.2 Fiscalização das instituições de crédito	21
7.3 Compensação interbancária	21
7.4 Centralização de riscos de crédito e de balanços	22
7.5 Centralização das informações sobre cheques sem cobertura	23
8. INFORMAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL	23

9. RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E BANCOS CENTRAIS	24
10. SEMINÁRIOS E REUNIÕES PROMOVIDOS OU PATROCINADOS PELO BANCO	25
11. GESTÃO DE FUNDOS PÚBLICOS AUTÓNOMOS	25
11.1 Fundo de Compensação	25
11.2 Fundo de Garantia de Riscos Cambiais	25
III – PESSOAL E ORGANIZAÇÃO	27
1. PESSOAL	27
1.1 Efectivos	27
1.2 Movimentação	27
1.3 Avaliação do mérito profissional	28
1.4 Previdência	28
1.5 Acção social	28
1.6 Estruturas representativas dos trabalhadores	30
2. FORMAÇÃO	31
2.1 Cursos/Seminários para empregados do Banco	31
2.2 Seminários para entidades estranhas ao Banco	31
2.3 Cooperação com outras entidades	31
3. POLÍTICA DE PESSOAL	32
4. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	32
5. ACTIVIDADE DO CONTENCIOSO E DE CONSULTA JURÍDICA	32
6. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	32
7. INSTALAÇÕES	33
8. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	33
IV – BALANÇO E CONTAS	35
1. BALANÇO	35
1.1 Balanço e notas explicativas	35
1.2 Análise do balanço	46
2. RESULTADOS	50
2.1 Conta de Resultados	50
2.2 Análise da Conta de Resultados	51
3. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	54
V – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA	55

I – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNADOR

Manuel Jacinto Nunes

VICE - GOVERNADORES

*Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar
Vitor Manuel Ribeiro Constâncio
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*

ADMINISTRADORES

*Valter Valdemar Pego Marques
Alberto José dos Santos Ramalheira
Abel António Pinto dos Reis
José de Matos Torres
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*
José Luís Nogueira de Brito***

☆

CONSELHO DE AUDITORIA

*José de Azeredo Perdigão – PRESIDENTE
João Florêncio Vicente de Carvalho
António Roque Antunes
Francisco Lázaro de Albuquerque Veloso*

★ Exerce as funções de Ministro da Justiça, desde 9 de Junho de 1983

★★ Suspenso o seu mandato por ter optado pelo exercício de deputado na Assembleia da República desde 30 de Agosto de 1983.

- Por ter deixado de exercer o cargo de Secretário de Estado do Tesouro, retomou as funções de Administrador do Banco, em 9 de Junho de 1983, o Dr. Valter Valdemar Pego Marques.

- Por despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças e do Plano, de 12 de Janeiro de 1984, foram reconduzidos nos cargos de Administradores do Banco de Portugal os Drs. Alberto José dos Santos Ramalheira e Valter Valdemar Pego Marques, com efeitos desde 10 de Julho de 1983 e 26 de Setembro de 1983, respectivamente.

II – ACTIVIDADE DO BANCO

1. Introdução

Em 1983, a actuação do Banco de Portugal, como responsável pela condução das políticas monetária e cambial, inseriu-se no contexto da política económica global, determinada, especialmente, pelo imperativo de reduzir o défice das contas correntes com o exterior.

Para estimular a formação de poupança e a sua aplicação em moeda nacional, aumentaram-se as taxas de juro dos depósitos e facilitou-se o aparecimento de aplicações alternativas para a poupança, designadamente as contas de poupança-títulos e as obrigações de caixa. Com o objectivo de conter a procura interna, continuou a recorrer-se ao enquadramento do crédito, por forma a que o seu crescimento fosse compatível com o financiamento da actividade produtiva e com a defesa da balança de transacções correntes.

Por outro lado, manteve-se também o enquadramento do crédito e a bonificação de juros como instrumentos de afectação do crédito disponível por sectores de actividade e por sectores institucionais. De facto, para atenuar alguns dos efeitos das altas taxas de juro nominais, e sem prejuízo da revisão dos regimes de crédito preferencial existentes, continuaram a ser utilizadas em 1983 várias linhas de crédito bonificado, ao mesmo tempo que, na atribuição dos limites de crédito, se continuou a privilegiar os bancos com maior participação no crédito preferencial. Entretanto, na segunda metade do ano, e já no âmbito do Acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional, houve uma revisão das políticas monetária, orçamental, de investimento e de financiamento externo, que teve reflexos na distribuição do crédito disponível pelos sectores privado, empresarial do Estado e público adminis-

trativo e na contenção do défice da balança de transacções correntes.

No domínio cambial, para assegurar a competitividade das exportações, continuou o regime de desvalorização mensal e programada do escudo (*crawling-peg*) e procedeu-se também, em Março e em Junho, a desvalorizações discretas, a fim de suster os efeitos adversos de movimentos especulativos de capitais nas contas com o exterior.

Como na II Parte deste Relatório – Revista Económica e Financeira – se procede à análise da execução das várias componentes da política económica, nesta introdução à actividade do Banco apenas se fará o enunciado breve das principais medidas de política monetária e cambial tomadas em 1983.

a) Taxas de juro

Com vista a controlar a procura de crédito e a manter a atractividade dos activos financeiros expressos em moeda nacional, foram aumentadas, em 1983, as taxas de juro activas e passivas: em Março, entre 4 e 5 pontos percentuais; em Agosto, entre 2 e 2,5 pontos percentuais. Procurou-se, assim, ajustar o custo do crédito e a remuneração da poupança à evolução das taxas de juro internacionais e da inflação interna e à necessidade de contenção da procura interna. Após a referida subida de Agosto, também se elevaram as taxas de juro do Mercado Interbancário de Títulos em cerca de 3 a 4 pontos percentuais, o que contribuiu para favorecer a rentabilidade dos bancos e a eficácia da política de limites de crédito.

b) Enquadramento do crédito concedido pelo sistema bancário

A fixação de limites à expansão do crédito bancário manteve-se como o principal instrumento de controlo monetário utilizado pelo Banco de Portugal ao longo de 1983, embora se tivessem registado algumas alterações significativas nos objectivos e na metodologia da programação do crédito. Assim, enquanto até Agosto de 1983 o objectivo do enquadramento do crédito foi, basicamente, o controlo das disponibilidades líquidas do sistema bancário sobre o exterior, a partir dessa data a limitação do crédito passou a ter como objectivo principal o controlo do défice da balança de transacções correntes. Consequentemente, houve que passar a programar todo o financiamento monetário da economia — interno e externo —, o que exigiu, além do mais, a revisão e o aperfeiçoamento do sistema de controlo da dívida externa do País. A diminuição do crédito externo implicou, nomeadamente, a necessidade de subir os limites do crédito bancário interno no quadro de um programa de financiamento global mais restritivo.

c) Taxas de câmbio

A política cambial prosseguida em 1983 caracterizou-se pela manutenção do regime de desvalorização deslizante e programada do escudo (*crawling-peg*), em termos de taxa de câmbio efectiva. Porém, na sequência de um realinhamento paritário global das moedas participantes no Sistema Monetário Europeu, e após alguns dos principais países mediterrânicos concorrentes de Portugal (Espanha, Grécia e Jugoslávia) terem realizado desvalorizações das suas moedas, procedeu-se, em 23 de Março, a um “ajustamento técnico” da ordem dos — 2 por cento na cotação efectiva do escudo e a um aumento do ritmo mensal do “*crawl*” de 0,75 por cento para 1 por cento. Estas medidas não conseguiram, todavia, contrariar, na medida desejada, as expectativas cambiais dos agentes económicos. Na sequência de um agravamento dos movimentos especulativos contra o escudo, procedeu-se, em 23 de Junho, a uma nova desvalorização discreta de 12 por cento, em termos de taxa de câmbio efectiva.

A política cambial adoptada em 1983 permitiu que a competitividade externa portuguesa alcançasse níveis bastante favoráveis, incentivando o sector dos

bens transaccionáveis internacionalmente e contribuindo, dessa forma, para a melhoria do défice externo, mediante o aumento das exportações e a redução das importações.

2. Relações com o exterior

Da acentuada deterioração dos défices da balança de transacções correntes em anos anteriores — decorrente, em parte, da recessão internacional e das altas taxas de juro praticadas no estrangeiro, mas também de problemas estruturais, tais como a elevada dependência em importações de energia e de produtos agrícolas e a limitada base de exportações — resultou um acréscimo da dívida externa e do peso do seu serviço. Tornou-se, assim, objectivo prioritário — que foi alcançado — a redução do défice das operações correntes.

Especial atenção foi prestada à gestão das disponibilidades externas do País, ao licenciamento das operações de capitais e de invisíveis correntes, ao controlo das liquidações de operações de comércio externo e à apreciação e controlo de contratos ou acordos de importação e exportação de tecnologia.

a) Gestão das reservas cambiais

A satisfação da procura de divisas, quer pelo sistema bancário, quer pelo Tesouro Público, foi preocupação dominante na gestão das disponibilidades em moeda estrangeira. Para obviar a situações de maior pressão, recorreu-se à alienação de 49,5 toneladas de ouro, na sequência de operações de financiamento de curto prazo.

Ainda quanto à gestão das reservas de ouro, prosseguiu-se a política — já anteriormente seguida — de fornecimento à indústria da matéria-prima indispensável à sua actividade.

b) Licenciamento das operações de capitais

Tendo em vista a prossecução do objectivo de reduzir o défice externo, procedeu-se a uma remodelação dos critérios de apreciação e avaliação das operações de capitais, nomeadamente definindo alguns sectores de actividade económica, com incorporação de diminuta componente importada e para os quais não se justifica o recurso ao crédito externo.

Do mesmo modo, estabeleceu-se o princípio de não autorizar o recurso ao crédito externo para reembolsar crédito interno ou para fazer face a momentâneas dificuldades de tesouraria.

De forma a acompanhar a evolução da dívida externa global, procedeu-se a uma reorganização dos serviços, tendo em vista uma mais rápida consecução dos elementos estatísticos necessários ao apuramento do endividamento externo.

c) Licenciamento das operações de invisíveis correntes

Nesta matéria, e considerando a experiência colhida nos anos anteriores, procedeu-se à revisão de um número significativo de critérios de accionamento de operações e das inerentes instruções para as instituições de crédito, bem como das normas para as Dependências do Banco de Portugal.

Foi alargada substancialmente a competência atribuída às mesmas, o que permitiu melhorar a operacionalidade do sistema de licenciamento.

Iniciaram-se os trabalhos preparatórios da informatização dos serviços, esperando-se que, a breve prazo, a implementação da correspondente aplicação conduza a uma ainda maior eficácia no domínio do licenciamento e controlo das operações de invisíveis correntes.

d) Controlo de liquidações e autorização de liquidações de operações de comércio externo

Neste campo, procedeu-se à revisão de alguns critérios de accionamento das operações, com vista a melhorar a funcionalidade dos serviços.

Através de um esforço continuado, conseguiu-se aumentar a eficiência da aplicação informática em uso, de que resultou uma mais correcta resposta às solicitações feitas neste domínio.

e) Apreciação, registo e controlo de contratos ou acordos (de importação e exportação de tecnologia e outros)

Neste sector de actividade procedeu-se, tal como nos anos anteriores e de acordo com o disposto no Despacho Normativo n.º 151/78, de 6 de Junho, à apreciação e registo de contratos de exportação de

tecnologia e, nos termos do Despacho Normativo n.º 327/79, de 5 de Novembro, à apreciação de outros tipos de contratos, bem como à recepção, registo e arquivo dos contratos de importação de tecnologia autorizados pelo Instituto do Investimento Estrangeiro, num total superior a 2 milhares.

f) Acompanhamento dos acordos de crédito celebrados com os Bancos Centrais das ex-Colónias

Neste domínio, realizaram-se contactos vários com elementos responsáveis daqueles Bancos Centrais e com entidades nacionais interessadas e procurou-se, com recurso a meios informáticos, acompanhar os níveis de utilização dos aludidos acordos.

3. Crédito

3.1 Política de crédito

No campo da definição da política de crédito a nível global e sectorial para 1983, o Banco de Portugal manteve o necessário ajustamento do quadro normativo regulador das modalidades de crédito, sendo de salientar os seguintes aspectos:

Crédito à exportação — Enquadrada numa política de revisão global de subsídios suportados pelo Estado e em ligação estreita com a nova política monetário-cambial prosseguida, procedeu-se, em 31/12/83, à publicação do *Aviso* estabelecendo um novo esquema de bonificações de juro das operações de crédito à exportação.

Relativamente ao regime anterior, manteve-se apenas a bonificação de juro nas operações de financiamento à preparação e execução de encomendas firmes de bens de equipamento e de serviços de engenharia e construção civil, embora em novos moldes. Assim, a taxa de bonificação de juro a conceder pelo Banco de Portugal passou a estar dependente do Valor Acrescentado Nacional da exportação, mantendo-se constante durante todo o prazo do financiamento.

Com vista à concessão das bonificações estabelecidas pelo novo *Aviso*, o Banco de Portugal emitiu novas instruções, bem como versões actualizadas das linhas de crédito de capital circulante — Cód. 155, 156 e 157 — e de preparação e execução de encomendas firmes — Cód. 161 a 166.

Saneamento financeiro — Em 1983, foram celebrados 8 protocolos financeiros no âmbito do extinto regime de saneamento financeiro para pequenas e médias empresas, criado pela Circular n.º 8—56/DSOC/ICR.

Assim, no conjunto de projectos remetidos pelo IAPMEI ao Banco de Portugal até 31/12/81, ascendia a 59, no final do ano, o número dos que haviam sido objecto de formalização de protocolos financeiros.

Crédito ao investimento (SIII) — Com a publicação do Decreto-Lei n.º 132/83, de 18 de Maio, através do qual se concretizou a revisão do Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento (SIII), criado pelo Decreto-Lei n.º 194/80, de 19 de Junho, foi cometida ao Banco de Portugal, relativamente aos processos de candidatura aos incentivos do regime geral e do regime extraordinário de dotação de capital, a tarefa de proceder à apreciação dos processos e de formular proposta de incentivos financeiros.

Foi também publicada, em 17 de Março, a Portaria n.º 282/82, a qual veio regulamentar a fase de comprovação de efeitos e de pagamento de incentivos relativamente aos processos de regime simplificado e que atribuiu ao Banco de Portugal, como funções nessa fase, dar parecer sobre o “cumprimento do plano de reembolso e âmbito do regime bonificável”.

Nestes termos, a actividade do Banco de Portugal no processamento do SIII incidiu, durante o ano de 1983, em três áreas distintas:

- a) A da apreciação de processos e formulação de propostas de incentivos financeiros relativamente a candidaturas aos regimes previstos no Decreto-Lei n.º 194/80, cujos pedidos tenham sido formulados antes da entrada em vigor do novo diploma;
- b) A da emissão de pareceres relativos à fase de comprovação de processos de regime simplificado, nos termos da Portaria n.º 282/83;
- c) A da apreciação de processos e formulação de propostas de incentivos financeiros nos termos do Decreto-Lei n.º 132/83.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 194/80, deram entrada no Banco de Portugal, no ano de 1983, 729 processos de candidatura e foram emitidos 914 pareceres sobre incentivos financeiros, elevando para cerca de 4500 e 4200, respectivamente, o número total de processos entrados e de pareceres emitidos desde a publi-

cação daquele diploma, em Junho de 1980. A distribuição dos processos entrados no Banco de Portugal, por regimes de incentivos, foi a seguinte:

	Processos entrados em 1983			Total de processos entrados até 31/12/83		
	Sede	Filial	Total	Sede	Filial	Total
Regime geral	303	174	477	1 538	1 023	2 561
Regime especial	*	1	1	8	10	18
Regime simplificado	118	133	251	816	1 098	1 914
TOTAL	421	308	729	2 362	2 131	4 493

Ao abrigo da Portaria n.º 282/83, desde a sua publicação até 31/12/83, foram apreciados no Banco de Portugal 581 processos referentes à fase de comprovação do regime simplificado, relativamente aos quais foram emitidos 480 pareceres.

Para apreciação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 132/83, foram recebidos no Banco de Portugal, durante o ano de 1983, 32 processos (31 referentes ao regime geral e 1 ao regime extraordinário de dotações de capital), em relação aos quais foram emitidos 16 pareceres sobre incentivos financeiros.

3.2 Refinanciamento

Redesconto — Durante o ano de 1983, verificou-se a tendência dos anos anteriores: acréscimo moderado no montante de operações de redesconto, que, como se pode ver no quadro seguinte, excedeu os 71 milhões de contos, contra cerca de 68 milhões em 1982. É de notar a redução do montante de operações de tesouraria, tipo de refinanciamento que, na actualidade, não constitui prática generalizada no sistema bancário português. A ele recorrem apenas duas ou três instituições, em virtude de a sua captação de recursos se mostrar insuficiente para o volume de crédito concedido.

Milhares de contos

Designação	1982	1983	Diferenças
1. Volume de operações efectuadas durante o ano			
Desconto	4	7	+3
Redesconto			
Campanha	108	135	+27
Produção	1 181	4 200	+3 019
Armazenagem	.	49	+49
Exportação	497	383	-114
Importação	.	.	.
Tesouraria	34 949	11 873	-23 076
Investimento	18 887	45 585	+26 698
Particulares	149	54	-95
Instituições de crédito . . .	12 019	8 248	-3 771
Financiamento de órgãos de administração pública .	575	708	+133
TOTAL	68 369	71 242	+2 873
2. Saldos no final do ano			
Desconto	3	3	.
Redesconto			
a curto prazo			
Sede	31 338	40 366	+9 028
Dependências	112	1 002	+890
proposto			
Sede	.	9 347	+9 347
Dependências	.	243	+243
TOTAL	31 453	50 961	+19 508

Empréstimos em conta corrente — Esta modalidade de refinanciamento veio a ser utilizada apenas por duas instituições de crédito, na decorrência de contratos estabelecidos entre cada uma delas e o Banco.

No final do exercício de 1983, o saldo de utilização deste crédito, por parte dessas duas instituições, atingiu o montante de 16 625 milhares de contos.

Empréstimos de conta alheia — A utilização do empréstimo 1701 PO, concedido pelo Banco Mundial ao Estado Português para financiamento do investimento de pequenas e médias empresas industriais, conheceu algum progresso. Assim, em 31 de Dezembro, o montante aprovado para refinanciamento era de 3768 milhares de contos, tendo o Banco Mundial já procedido à transferência de fundos por valor aproximado a 1848 milhares de contos, correspondente a 19,8 milhões de dólares.

Entretanto, por contrato celebrado em 27 de Maio, o Estado Português contraiu, junto daquele organismo internacional, um novo empréstimo, com idêntica finalidade, no montante de 40,3 milhões de dólares. Não foram, ainda, efectuados saques de fundos no âmbito deste empréstimo.

3.3 Bonificações por operações de crédito especiais

Em 1983, o Banco despendeu cerca de 15 752 milhares de contos em bonificações por operações de crédito especiais.

Esse montante representa um acréscimo de cerca de 28 por cento relativamente ao valor homólogo de 1982, o que traduz uma inversão na tendência de redução no ritmo de crescimento deste encargo, que se vinha verificando.

A justificação principal para esta evolução reside no incremento do volume de bonificações pagas à habitação, consequência retardada — por razões de formalização dos processos — da aplicação de esquemas deste tipo de crédito mais favoráveis aos mutuários.

No quadro seguinte pode ver-se a evolução dos principais agregados nos últimos dois anos.

Milhares de contos

	Campanha		Exportação		Investimento		Habitação		Outras		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1982	1 739	14,2	3 202	26,1	2 970	24,2	3 778	30,8	583	4,7	12 272	100,0
1983	1 130	7,2	4 092	26,0	3 230	20,5	6 772	43,0	528	3,3	15 752	100,0

4. Mercados interbancários — MIT e MMI

4.1 Mercado Interbancário de Títulos

Continua a ser muito expressiva a contribuição dos rendimentos obtidos pelas OIM no MIT, em termos dos valores apurados nas suas contas de exploração, sendo de prever que tal contribuição se mantenha relevante enquanto permanecer o actual sistema de limites à expansão do crédito.

No ano de 1983, aqueles rendimentos elevaram-se a 12,7 milhões de contos, a que corresponderam transacções em títulos da Carteira do Banco de Portugal no valor de 587,2 milhões de contos. Tendo em conta que o saldo médio mensal das aplicações de recursos foi de 70,6 milhões de contos, a taxa média da remuneração daqueles títulos elevou-se a aproximadamente 18 por cento (13,5 por cento no ano transacto). Se se considerar que no MIT foram ainda transaccionados 794 milhões de contos de Bilhetes do Tesouro, dos quais as OIM absorveram 202,5 milhões, a que corresponderam rendimentos de montante aproximado de 6350 milhares de contos, a referida taxa média passará a ser de 18,9 por cento. Refira-se que em 1982 as transacções realizadas no MIT atingiram 969 milhões de contos, correspondendo 489 a títulos da carteira do Banco de Portugal e 480 a Bilhetes do Tesouro.

Naturalmente que a elevação da taxa média de remuneração de 13,5 por cento para 18 por cento reflecte as duas subidas gerais das taxas de juro para operações activas e passivas ocorridas em 23 de Março e em 10 de Agosto de 1983. De facto, as taxas de juro praticadas no MIT, que no início do ano eram de 13,5, 14 e 14,5 por cento, para operações de 30, 60 e 90 dias, respectivamente, eram, em Dezembro de 1983, de 23, 24 e 25 por cento, também para aqueles prazos. Estas taxas foram aplicadas em todas as operações do MIT, independentemente de se tratar de títulos da carteira do Banco de Portugal ou de Bilhetes do Tesouro.

No quadro que segue pode ver-se a distribuição mensal, em 1983, dos saldos respeitantes às aplicações das OIM no MIT.

Milhares de contos

	Títulos da Carteira do Banco de Portugal	Bilhetes do Tesouro	Total
Janeiro	89 145	17 250	106 395
Fevereiro	97 617	19 500	117 117
Março	83 909	28 430	112 339
Abril	108 213	27 750	135 963
Maió	70 042	34 610	104 652
Junho	61 417	35 710	97 127
Julho	47 829	14 630	62 459
Agosto	31 479	59 915	91 394
Setembro	25 129	101 900	127 029
Outubro	87 305	22 830	110 135
Novembro	90 268	—	90 268
Dezembro	54 880	—	54 880
Saldo médio mensal	70 603	30 210	100 813

É visível a complementaridade entre a oferta de Bilhetes do Tesouro e a de títulos cedidos pelo Banco de Portugal, tendendo esta a ajustar-se à evolução daquela, de modo a assegurar, tanto quanto possível, a absorção da liquidez disponível das OIM. Assim, o saldo médio mensal das aplicações totais no MIT, no valor de 100 813 milhões de contos, não se distanciou significativamente do saldo médio mensal das reservas susceptíveis de colocação naquele mercado, o qual se elevou a 114 170⁽¹⁾ milhões de contos.

A queda de valores ocorrida nos meses de Maio a Julho e em Novembro e Dezembro tem que ver, fundamentalmente, com a canalização de recursos para o crédito, uma vez que as taxas referentes aos limites imperativos à expansão deste registaram crescimentos apreciáveis nos mesmos meses, nomeadamente em Agosto (3,4 por cento) e em Dezembro (2,4 por cento).

4.2 Mercado Monetário Interbancário

Tendo o MMI sido criado para possibilitar o escoamento dos recursos excedentários das instituições financeiras que os detêm para aquelas que os desejam adquirir, pode dizer-se que tal finalidade vem sendo alcançada com um grau de realização cada vez maior e com o consequente reflexo positivo na rentabilidade do sistema bancário. Neste mercado, diferentemente do que acontece no MIT, em que as taxas de juro são fixadas pela autoridade monetária, é o binómio oferta—procura

(1) Valor estimado, por não se dispor de elementos definitivos referentes a Dezembro.

que determina o nível negocial das mesmas e serve de suporte às transacções que ali têm lugar.

Os montantes transaccionados no MMI no presente ano atingiram 1 203 170 milhares de contos, o que representa um acréscimo de 29,5 por cento em relação ao valor de 1982 (928 815 milhares de contos). Pode observar-se, no quadro que segue, o andamento dos volumes de capitais negociados, tendo a média mensal registado o valor de 100 264 milhares de contos, significativamente superior à do ano transacto, que foi de 77 401 milhares de contos.

Milhares de contos

Janeiro . . .	95 185	Julho	123 955
Fevereiro . .	81 195	Agosto	73 360
Março	100 695	Setembro . . .	125 625
Abril	84 330	Outubro	76 705
Maio	122 655	Novembro . . .	105 250
Junho	103 875	Dezembro . . .	110 340

Analisando ainda a evolução dos saldos por mercados ao longo de 1983, pode ver-se, no quadro a seguir, que o total de 52 655 milhares de contos atingido em Junho evidencia o MMI como uma fonte apreciável de recursos para as instituições adquirentes, não custando admitir que a queda daquele valor para 36 815 milhares de contos no final do ano esteja relacionada com o crescimento das taxas de expansão do crédito, a que já se fez referência a propósito das considerações tecidas à actividade do MMI.

Milhares de contos

Mercados	Junho	Dezembro
24 horas	1 100	1 755
48 horas	—	300
72 horas	—	1 110
7 dias	2 140	655
15 dias	2 590	1 915
30 dias	2 660	3 630
60 dias	16 000	9 415
90 dias	26 835	17 715
Pré-aviso — 24 horas	780	—
Pré-aviso — 48 horas	—	300
Pré-aviso — 7 dias	550	20
TOTAL	52 655	36 815

Pode também constatar-se, no quadro seguinte, que a evolução das taxas de juro ponderadas praticadas no MMI acompanhou de perto a ocorrida no MIT, o que não se estranha, dada a interpenetração dos dois mercados.

Em percentagem

Janeiro	15 ^{1/8}	Julho	20 ^{5/8}
Fevereiro . . .	14 ^{7/8}	Agosto	24 ^{2/8}
Março	15 ^{3/8}	Setembro . . .	23
Abril	17	Outubro	22 ^{4/8}
Maio	18 ^{3/8}	Novembro . . .	25 ^{3/8}
Junho	19 ^{2/8}	Dezembro . . .	26 ^{2/8}

É óbvio que pressões originadas pela procura face a uma oferta insuficiente ou uma situação oposta a esta poderão originar, pontualmente, taxas muito superiores ou inferiores às indicadas no referido quadro.

5. Circulação fiduciária

5.1 Notas em circulação

Continuou a verificar-se o aumento do valor das notas em circulação, que no fim do ano atingiu os 256 847 milhares de contos, representando, assim, um acréscimo de 20 602 milhares de contos em relação ao ano anterior. Nota-se, porém, que o ritmo de expansão, que era de 17,3 por cento em 1982, decresceu significativamente para 8,7 por cento em 1983, retomando assim a tendência que caracterizou o período compreendido entre os anos de 1979 e de 1981.

Apresenta-se seguidamente a discriminação, por tipos, do valor das notas que se encontravam em circulação em 31 de Dezembro dos dois últimos anos.

Tipos	Em milhares de contos		%	
	1982	1983	1982	1983
5000\$	61 228	91 693	25,9	35,7
1000\$	146 596	138 617	62,1	53,9
500\$	16 378	14 606	6,9	5,7
100\$	7 745	7 932	3,3	3,1
50\$	2 240	2 267	0,9	0,9
20\$	2 058	1 732	0,9	0,7
	236 245	256 847	100,0	100,0

A representação da nota de 5000\$ continuou a aumentar, passando de 13,3 por cento em 1981 para 25,9 por cento em 1982 e para 35,7 por cento no fim de 1983, à custa da redução de 21,5 por cento na representação do conjunto das notas de 1000\$ e de 500\$, no mesmo período.

Ficou esgotado durante o ano de 1983 o stock de notas novas de 20\$, chapa 9, efígie "Gago Coutinho", pelo que a circulação deste tipo de notas entrou já na sua curva descendente, tendo acusado um decréscimo de 326 milhares de contos (cerca de 0,2 por cento) em relação ao ano anterior.

Atendendo à redução do consumo de notas em 1983, as últimas notas novas de 50\$, chapa 9, efígie "Infanta D. Maria", que se previra fossem postas a circular no fim de 1983, só deverão ficar esgotadas nos meados de 1984.

O quadro seguinte mostra as quantidades de notas novas que, para corresponder ao aumento das necessidades do consumo e para substituição das notas incapazes, foram lançadas na circulação nos últimos dois anos.

Tipos	Em milhões de notas	
	1982	1983
5000\$	7	7
1000\$	17	16
500\$	8	6
100\$	34	28
50\$	16	14
20\$	30	5
	112	76

O valor médio das notas em circulação, que no final do ano de 1981 era de 511\$ e de 567\$ no fim de 1982, subiu para 646\$ no fecho do ano de 1983.

5.2 Moeda metálica

No que respeita à moeda metálica nacional, há que assinalar o lançamento na circulação das seguintes emissões comemorativas:

- XXV Campeonato Mundial de Hóquei em Patins (Decreto-Lei n.º 354/82, de 4 de Setembro), em 6 de Junho;
- XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura (Decreto-Lei n.º 84/83, de 11 de Fevereiro), em 27 de Junho;
- IV Centenário da Morte de Luís de Camões (Decreto-Lei n.º 325/81, de 4 de Dezembro), em 27 de Setembro.

A quantidade destas moedas distribuídas pelo Banco ao público, através das instituições de crédito, foi bastante reduzida, em virtude das quantidades reservadas para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a fim de serem comercializadas ao abrigo do Dec.-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

É de referir também a retirada da circulação, a partir de 30 de Junho e até 28 de Setembro, com base no Decreto-Lei n.º 168/83, de 30 de Abril, das moedas de 25\$ com o diâmetro de 26,25mm, criadas pelo Decreto-Lei n.º 847/76, de 15 de Dezembro. Das 14 729 085 moedas desta espécie emitidas desde 1978 apenas foram recolhidas 6 562 677.

No quadro seguinte discriminam-se as moedas emitidas e os limites legais de emissão da moeda metálica nacional, incluindo-se já, além das comemorativas do 140.º Aniversário do Nascimento de Antero de Quental (Decreto-Lei n.º 60/83, de 2 de Fevereiro), as comemorativas do Ano Internacional do Deficiente, criadas pelo Decreto-Lei n.º 353/82, de 4 de Setembro, que se prevê entrem em circulação durante o 1.º semestre de 1984:

Moeda	Emitida pelo Estado			Limite legal de emissão	Diferença entre o limite legal de emissão e a importância emitida
	Em circulação	Nas caixas do Banco de Portugal	Total		
DIVISIONÁRIA E DE TROCO					
Bronze					
50	139 975 742\$50	24 257\$50	140 000 000\$00	170 000 000\$00	30 000 000\$00
1\$00	110 858 000\$00	-\$-	110 858 000\$00	150 000 000\$00	39 142 000\$00
Latão-níquel					
1\$00	99 987 700\$00	24 092 300\$00	124 080 000\$00	150 000 000\$00	25 920 000\$00
Cuproníquel					
2\$50	1 037 172 147\$50	60 327 852\$50	1 097 500 000\$00	1 110 000 000\$00	12 500 000\$00
5\$00	1 200 400 335\$00	100 219 665\$00	1 300 620 000\$00	1 345 000 000\$00	44 380 000\$00
25\$00	986 552 300\$00	913 597 700\$00	1 900 150 000\$00	2 100 000 000\$00	199 850 000\$00
TOTAL	3 574 946 225\$00	1 098 261 775\$00	4 673 208 000\$00	5 025 000 000\$00	351 792 000\$00
COMEMORATIVA (1)					
Latão-níquel					
1\$00	1 898 580\$00	101 420\$00	2 000 000\$00	2 000 000\$00	-\$-
Cuproníquel					
2\$50	19 710 250\$00	289 750\$00	20 000 000\$00	20 000 000\$00	-\$-
5\$00	39 434 300\$00	565 700\$00	40 000 000\$00	40 000 000\$00	-\$-
25\$00	222 975 125\$00	14 524 875\$00	237 500 000\$00	288 500 000\$00	51 000 000\$00
100\$00	49 203 500\$00	796 500\$00	50 000 000\$00	254 000 000\$00	204 000 000\$00
Prata					
50\$00	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-
100\$00	68 939 400\$00	25 060 600\$00	94 000 000\$00	94 000 000\$00	-\$-
250\$00	168 059 250\$00	66 940 750\$00	235 000 000\$00	485 000 000\$00	250 000 000\$00
500\$00	70 828 500\$00	29 668 000\$00	100 496 500\$00	130 000 000\$00	29 503 500\$00
750\$00	105 972 750\$00	44 772 000\$00	150 744 750\$00	195 000 000\$00	44 255 250\$00
1000\$00	237 555 000\$00	163 443 000\$00	400 998 000\$00	1 280 000 000\$00	879 002 000\$00
TOTAL	984 576 655\$00	346 162 595\$00	1 330 739 250\$00	2 788 500 000\$00	1 457 760 750\$00
TOTAL GERAL	4 559 522 880\$00	1 444 424 370\$00	6 003 947 250\$00	7 813 500 000\$00	1 809 552 750\$00

(1) Além desta, existe outra moeda comemorativa, afectada à reserva, discriminada no mapa que se apresenta na pág. 40.

6. Serviço do Tesouro Público

6.1 Caixa geral do Tesouro e cofre central do Tesouro

O Banco, no desempenho das funções que lhe estão cometidas como caixa geral do Tesouro e cofre central

do Tesouro nos distritos administrativos, continuou a proceder, em 1983, às entradas, saídas e transferências de fundos de conta do Tesouro.

Em 31 de Dezembro de 1983, a conta do Tesouro Público apresentava um saldo credor de cerca de 64 194 milhares de contos, o qual, em relação à mesma data do ano transacto, representa um acréscimo de

cerca de 32 774 milhares de contos.

Em quadro comparativo, mostram-se em seguida as quantidades de documentos de receita e de despesa

transitados, nos anos de 1982 e de 1983, pela Sede e pelas Dependências do Banco, em consequência do movimento operado de conta do Tesouro Público.

Quantidade de documentos

Distritos	Receitas			Despesas		
	1982	1983	Variação	1982	1983	Variação
Angra do Heroísmo . . .	2 330	2 172	-158	46 808	7 046	-39 762
Aveiro	9 729	9 168	-561	232 413	46 836	-185 577
Beja	3 986	3 868	-118	190 895	33 406	-157 489
Braga	7 746	8 351	+605	315 010	44 510	-270 500
Bragança	5 050	4 712	-338	137 488	25 504	-111 984
Castelo Branco	6 450	6 134	-316	186 067	27 105	-158 962
Coimbra	11 788	12 022	+234	462 421	57 493	-404 928
Évora	6 024	5 933	-91	150 184	34 814	-115 370
Faro	5 787	6 364	+577	149 936	46 296	-103 640
Funchal	3 888	3 832	-56	326 001	18 519	-307 482
Guarda	4 699	4 583	-116	120 955	26 666	-94 289
Horta	1 973	1 739	-234	32 428	11 507	-20 921
Leiria	7 261	7 119	-142	187 373	38 248	-149 125
Lisboa	89 277	83 097	-6 180	1 568 960	1 016 659	-552 301
Ponta Delgada	2 845	2 776	-69	103 484	99 991	-3 493
Portalegre	5 011	4 593	-418	110 286	28 413	-81 873
Porto	20 199	20 083	-116	3 127 410	98 370	-3 029 040
Santarém	7 881	7 356	-525	184 195	44 065	-140 130
Setúbal	10 647	10 119	-528	262 738	41 912	-220 826
Viana do Castelo	7 268	6 801	-467	192 964	23 437	-169 527
Vila Real	4 610	4 517	-93	135 280	31 771	-103 509
Viseu	8 315	7 545	-770	250 603	50 953	-199 650
	232 764	222 884	-9 880	8 473 899	1 853 521	-6 620 378

Da análise do quadro anterior conclui-se que, em 1983, em relação a 1982, se verificou um decréscimo de 6 630 258 unidades na quantidade dos documentos entrados no Banco de Portugal, cabendo à receita 9 880 e à despesa 6 620 378. Todavia, em termos de valor, observou-se um aumento de 1 438 514 milhares de contos.

As diminuições registadas nas quantidades de documentos de receita e de despesa devem-se, fundamentalmente, como já foi assinalado no relatório anterior, aos efeitos do novo regime de pagamentos de vencimentos

aos funcionários dos Ministérios através de crédito em conta bancária, bem como ao facto de, nos termos das Portarias n.º 721/80, de 25 de Setembro, e n.º 666/82, de 5 de Julho, as Dependências distritais do Banco terem deixado de desempenhar a função de cofres pagadores de vales de correio, cujos reflexos perduraram ainda no exercício de 1983.

No quadro seguinte apresentam-se, por distritos, os movimentos registados, em 1983, na conta do Tesouro Público, bem como os respectivos saldos em 31 de Dezembro:

Distritos	Movimentos em 1983		Saldos em 31 de Dezembro de 1983	
	a débito	a crédito	devedores	credores
Angra do Heroísmo	2 058 278 101\$50	1 753 523 921\$00	5 665 611 149\$10	-\$-
Aveiro	22 496 917 487\$50	32 056 462 890\$00	-\$-	20 998 026 802\$80
Beja	9 800 411 534\$70	7 452 350 166\$20	22 099 972 587\$10	-\$-
Braga	22 404 936 383\$00	22 567 076 166\$50	29 082 442 185\$30	-\$-
Bragança	10 568 160 087\$30	6 844 652 337\$30	25 820 966 148\$60	-\$-
Castelo Branco . . .	10 495 703 402\$20	8 783 197 962\$30	20 248 913 472\$50	-\$-
Coimbra	23 232 070 297\$00	21 034 641 666\$50	35 566 975 136\$40	-\$-
Évora	12 561 378 212\$50	8 656 764 554\$00	26 456 074 970\$00	-\$-
Faro	14 986 142 976\$30	18 505 840 364\$30	-\$-	2 947 801 064\$80
Funchal	14 082 134 325\$00	9 985 967 882\$00	20 705 670 250\$40	-\$-
Guarda	8 224 261 680\$70	9 744 703 188\$20	3 367 512 131\$50	-\$-
Horta	1 706 860 039\$50	1 624 986 675\$50	2 910 014 243\$50	-\$-
Leiria	16 795 510 996\$50	19 680 354 118\$00	-\$-	3 217 894 098\$40
Lisboa	1 793 722 750 668\$00	1 780 253 958 180\$00	-\$-	165 231 498 108\$60
Ponta Delgada . . .	14 470 791 249\$50	4 836 535 926\$50	40 012 464 278\$40	-\$-
Portalegre	8 157 189 887\$50	7 499 759 745\$50	8 727 023 003\$50	-\$-
Porto	51 587 192 494\$70	100 198 619 591\$60	-\$-	169 086 396 525\$70
Santarém	18 273 950 813\$50	18 138 447 412\$00	19 097 567 499\$10	-\$-
Setúbal	20 897 181 203\$50	38 309 081 159\$50	-\$-	42 913 854 570\$40
Viana do Castelo . .	9 430 309 733\$80	7 847 943 912\$30	24 291 312 417\$00	-\$-
Vila Real	11 568 236 052\$00	8 077 839 786\$50	26 550 921 387\$80	-\$-
Viseu	16 687 500 429\$20	13 129 085 298\$20	29 598 336 027\$30	-\$-
	2 114 207 868 055\$40	2 146 981 792 903\$90	340 201 776 887\$50	404 395 471 170\$70
			64 193 694 283\$20	

6.2 Conta da Junta do Crédito Público

Na qualidade de banqueiro da Junta do Crédito Público, o Banco executa pagamentos e recebimentos, por conta daquele organismo, em todos os cofres distritais, dispondo de serviços especiais de tesouraria junto da sede da Junta, em Lisboa, e da sua delegação privativa no Porto.

A conta de depósito da Junta do Crédito Público apresentava, em 31 de Dezembro, o saldo credor de cerca de 6 455 milhares de contos, nela tendo sido registados os seguintes movimentos:

	Documentos (quantidades)	Valor (milhares de contos)
Recebimentos	746 107	180 550
Pagamentos	89 520	179 121

o que, comparativamente ao movimento verificado no ano de 1982, representa as seguintes variações:

	Documentos (quantidades)	Valor (milhares de contos)
Recebimentos	+276 562	+33 363
Pagamentos	+11 374	+27 357

Esses acréscimos, expressos em contos, incidiram principalmente nas seguintes rubricas:

- Certificados de aforro	567 899
- Transferências para a conta do Tesouro	15 662 582
- Transferências da conta do Tesouro	7 363 874
- Encargos da dívida pública	25 787 543
- Ordens de pagamento	2 257 408
- Guias de depósitos diversos	32 041 953

7. Actividades dirigidas ao sistema bancário

7.1 Coordenação das instituições de crédito

De acordo com a sua Lei Orgânica, compete ao Banco de Portugal "promover formas de cooperação entre as diversas instituições de crédito" e, com vista à orientação dessas mesmas instituições, estabelecer directivas

que possibilitem uma adequada actuação do sistema bancário.

No cumprimento destas tarefas, foi realizado, durante o ano de 1983, um conjunto de acções, de que se destacam:

a) Cobertura bancária do País

— Elaboração de estudos e propostas relativos à cobertura do País com serviços bancários, mediante a abertura de novas agências, postos de câmbios, escritórios de representação de bancos estrangeiros, delegações de caixas de crédito agrícola mútuo, transferências de instalações bancárias, instalação de ATM (*Automated Teller Machines*) e reconversão da rede de correspondentes bancários.

b) Estruturas de representação no estrangeiro das instituições de crédito portuguesas

— Estudos e pareceres relativos a sucursais, agências, escritórios de representação, participações de capital em bancos estrangeiros, bem como acordos de colaboração e centros de informações para fins de emigração;

— Acompanhamento da actividade e da situação das representações bancárias portuguesas no estrangeiro e, ainda, dos aspectos bancários relacionados com a emigração (evolução das remessas, das contas de depósitos de emigrantes e das contas de empréstimos poupança-crédito).

c) Planeamento e controlo de gestão

— Emissão de pareceres sobre os orçamentos de exploração das instituições de crédito do sector público e análises periódicas da execução dos mesmos;

— Elaboração de relatórios mensais sobre a evolução económico-financeira das instituições de crédito e cálculo trimestral dos principais indicadores de gestão da banca comercial, bem como relatórios sobre a situação e os resultados alcançados, em 1982, pelas instituições de crédito;

— Agregação das situações analíticas mensais concernentes à actividade desenvolvida pelas instituições de crédito nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

— Aperfeiçoamentos pontuais do plano de contas para o sector bancário.

d) *Segurança bancária*

- Coordenação dos sectores de segurança das instituições de crédito e ligação às autoridades de segurança;
- Apoio à Comissão Permanente de Segurança Bancária, visando a extensão da sua actividade a sectores do sistema bancário ainda não abrangidos e o estudo do reforço de certas medidas já adoptadas.

e) *Organização e Informática*

Prosseguiu a actividade de vários Grupos de Trabalho no âmbito da Comissão de Coordenação da Organização e Informática (CCOI):

- Prestação de serviços a clientes (estabelecimento de acordos com organismos e empresas públicas, regulando os serviços a prestar pela Banca);
- Central de informações;
- Microfilmagem;
- Letra;
- Títulos;
- Cheque normalizado;
- Estudo da documentação ISO (*International Organization for Standardization*), com a aplicação ao sector bancário.

7.2 *Fiscalização das instituições de crédito*

O controlo das actividades das instituições de crédito, auxiliares de crédito e parabancárias, efectuado de harmonia com o artigo 21.^o da Lei Orgânica do Banco de Portugal, consistiu no acompanhamento, de forma sistemática e permanente, da execução das medidas de política monetária e financeira e no controlo da liquidez, solvabilidade e demais indicadores das referidas instituições.

Como habitualmente, as funções de controlo e fiscalização revestiram as formas de:

- Controlo indirecto, tanto sobre a aplicação das medidas de política monetária e cambial, como sobre a situação de solvabilidade das instituições e respectivos limites de aplicações financeiras; e

- Inspeção directa, em particular nas áreas:
 - da qualidade do crédito;
 - da aplicação das medidas do sistema da poupança-crédito;
 - da aplicação dos esquemas especiais de crédito com bonificação dos juros;
 - das operações cambiais.

Deu-se continuação à fiscalização e controlo da actividade das caixas económicas e iniciou-se idêntica acção nas caixas de crédito agrícola mútuo, no âmbito da competência atribuída ao Banco de Portugal pelo Decreto-Lei n.º 231/82, de 17 de Junho. Em relação às caixas de crédito agrícola mútuo, a acção incidiu sobretudo na análise da concentração do crédito e da aplicação dos fundos mutuados e procedeu-se também ao acompanhamento da mudança dos procedimentos contabilísticos nestas instituições.

Por outro lado, prosseguiram as inspeções *in loco* à actividade das agências de bancos portugueses a operar no estrangeiro, em cooperação com as autoridades monetárias das respectivas praças, assim como a análise sistemática dos elementos por elas enviados. Neste último campo, a análise continuou a incidir particularmente sobre a avaliação risco-país, tendo-se também procurado prevenir situações de não adequação, em termos de prazos, entre as aplicações efectuadas e as respectivas origens.

O Departamento de Inspeção continuou a acompanhar a actividade das instituições parabancárias (sociedades de investimento e de *leasing*), intervindo igualmente no processamento legal dos novos pedidos.

Finalmente, continuou a proceder-se à difusão das “Instruções do Banco de Portugal” pelo sistema bancário.

7.3 *Compensação interbancária*

Em 1983, o movimento de liquidação através da compensação interbancária, no que respeita ao volume de documentos, continuou a registar uma tendência para diminuir (passando de 7,3 por cento, em 1982, para apenas 4,3 por cento), tendo-se mantido estacionário quanto ao valor dos mesmos (23,2 por cento):

	LISBOA		PORTO		OUTROS DISTRITOS		TOTAL	
	Número (1000)	Milhares de contos	Número (1000)	Milhares de contos	Número (1000)	Milhares de contos	Número (1000)	Milhares de contos
1982	47 333	4 249 904	24 378	1 695 732	12 409	628 211	84 120	6 573 847
1983	50 989	5 339 603	26 225	2 031 201	10 525	730 546	87 739	8 101 350

Os documentos recusados continuaram a registar um aumento, verificando-se os seguintes movimentos e percentagens de devolução em relação aos documentos apresentados, no conjunto dos Serviços de Compensação, nos últimos dois anos:

	Número		Valor	
	(1000)	%	Milhares de contos	%
1982	2 254	2,7	198 559	3,1
1983	2 447	2,9	241 500	3,1

Os créditos centralizados relativos às 65 527 entidades comunicadas atingiram uma percentagem de cobertura que se estima em 83 por cento do crédito por desembolso e em 59 por cento das responsabilidades extrapatrimoniais, totalizando 79 por cento do crédito bancário concedido a pessoas colectivas e a empresários em nome individual.

No quadro seguinte apresenta-se o montante da centralização, no fim dos dois últimos exercícios, que nos dá a evolução verificada no ano findo:

Saldos em milhões de contos

	Responsabilidades			Entidades abrangidas
	Por desembolso	Extra-patrimoniais	Totais	
1982	1 169,4	142,9	1 312,3	60 602
1983 ⁽¹⁾	1 561,6	240,6	1 802,2	65 527

(1) Não inclui a Central dos Açores.

7.4 Centralização de riscos de crédito e de balanços

a) Centrais de Riscos de Crédito

A centralização dos saldos dos créditos comunicados às Centrais evoluiu de 1 312,3 milhões de contos, em 31 de Dezembro de 1982, para 1 802,2 milhões de contos, em 31 de Dezembro de 1983, o que corresponde a um aumento de 37 por cento.

b) Centrais de apontes e protestos

Prosseguiu, em 1983, a recolha e a divulgação de apontes e protestos referentes a efeitos aceites, apresentados nos Cartórios Notariais do País pelas instituições de crédito.

No quadro seguinte, apresentam-se os elementos estatísticos apurados a nível nacional e reportados a 31 de Dezembro:

Em contos

	Apontes		Protestos		Totais	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1982	40 117	6 654 244	112 987	17 517 665	153 104	24 171 909
1983	44 627	9 624 051	136 979	31 428 965	181 606	41 053 016

c) Central de balanços

Em meados de 1983, procedeu-se ao arranque do projecto piloto "Processo Individual de Empresa", que servirá de base ao lançamento de uma Central de Balanços, com o envio a 1126 empresas, pertencentes a 15 sectores seleccionados da indústria transformadora, do *Instrumento de Inquérito*, para preenchimento e devolução.

O envio às empresas do *Instrumento de Inquérito* foi precedido da realização de um conjunto de reuniões, efectuadas, no Continente, com as Associações Empresariais do âmbito dos sectores seleccionados e, nas Regiões Autónomas, com Associações Regionais e com responsáveis das próprias empresas, com vista a sensibilizar e mobilizar as empresas para o projecto.

Apesar da crise económica que o País atravessa e do excesso de inquéritos a que as empresas alegam estar sujeitas e ainda das dificuldades inerentes a qualquer fase inicial, o projecto registou êxito, tendo sido recebidos, até ao final de 1983, 404 formulários preenchidos, número este que corresponde a cerca de 40 por cento do total das empresas consultadas em actividade e com contabilidade organizada.

Até 31 de Dezembro, tinham sido elaborados 201 "QUADROS-SÍNTESES", que foram enviados às empresas aderentes sensivelmente dentro do prazo estabelecido de 30 dias úteis, após os *Instrumentos de Inquérito* recebidos das empresas terem sido considerados correctamente preenchidos.

7.5 Centralização das informações sobre cheques sem cobertura

No ano de 1983, o número de inibições do uso do cheque foi de 3331 fundamentadas em 11 809 cheques sem provisão. Tal número revela um aumento superior a 25 por cento relativamente a 1982.

Por outro lado, em Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 1983, foi aprovado um decreto-lei, emanado dos Ministérios da Justiça e das Finanças e do Plano, que revoga o Decreto-Lei n.º 530/75, de 25 de Setembro. A nova legislação, Decreto-Lei n.º 14/84, de 11 de Janeiro, obrigará as instituições de crédito a formalizar propostas de restrição ao uso do cheque e a comunicar ao Banco de Portugal todos os casos de cheques devolvidos por falta de provisão, o que era uma mera faculdade conferida às instituições de crédito durante a vigência do anterior diploma e não, como de acordo com a nova legislação, um imperativo.

8. Informação monetária, financeira e cambial

Dando cumprimento ao disposto no art.º 17.º da sua Lei Orgânica, o Banco de Portugal procedeu, em 1983, à preparação e difusão da informação estatística monetária, financeira e cambial necessária à definição de políticas e tomadas de decisão naqueles domínios.

Assim, e para além das tarefas normais visando a sua elaboração, prosseguiu-se no esforço de melhoria de qualidade e actualidade dos dados obtidos. De salientar, nomeadamente, as seguintes acções concretizadas em 1983:

- Obtenção dos primeiros apuramentos sobre dívida externa, de acordo com as melhorias introduzidas no seu tratamento informático;
- Preparação dos primeiros resultados sobre disponibilidades e responsabilidades do sistema bancário em relação ao exterior, por países;
- Remodelação de quadros diversos, como sejam, balanço das OIM, liquidez das OIM e disponibilidades líquidas sobre o exterior;
- Início dos apuramentos informatizados de mapas das estatísticas monetárias referentes às caixas económicas;
- Lançamento de dois novos quadros sobre distribuição do crédito: um, por empresas públicas; outro, por taxas de juro;
- Início do processo de obtenção de elementos estatísticos das instituições financeiras não monetárias.

Com o objectivo de divulgar a informação estatística produzida, bem como os estudos e análises sobre a situação económica e financeira e temas correlacionados, o Banco procedeu à edição das seguintes publicações:

- Relatório anual, em português e em inglês;
- Boletim trimestral;
- Indicadores económicos;
- Estudos e documentos de trabalho;
- Legislação monetária, financeira e cambial

e iniciou a divulgação do Boletim semestral dos Açores, por iniciativa da Delegação Regional daquela Região Autónoma.

9. Relações com instituições internacionais e bancos centrais

a) *Fundo Monetário Internacional*

No âmbito das consultas periódicas nos termos do Art. IV dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional, esteve em Portugal, em Março de 1983, uma missão daquele organismo, para estudar a situação económica do País.

O Banco de Portugal participou nas negociações para um financiamento *stand-by*, no montante de 445 milhões de direitos de saque especiais, aprovado em reunião do Directório Executivo do FMI, em 7 de Outubro de 1983.

Participou, igualmente, nas negociações para a utilização da Facilidade Compensatória, com aprovação na mesma data, no montante de 258 milhões de direitos de saque especiais.

Durante o ano de 1983, o FMI procedeu à 8.^a Revisão de Quotas, à qual Portugal deu o seu acordo em Novembro.

O Governador do Banco de Portugal, Professor Doutor Manuel Jacinto Nunes, e o Vice-Governador Dr. Rui Vilar, na qualidade, respectivamente, de Governador e de Governador Suplente do Fundo Monetário Internacional, participaram na Assembleia Geral daquele Organismo, realizada em Washington de 27 a 30 de Setembro de 1983.

O Banco de Portugal participou também nas 20.^a e 21.^a Reuniões do Comité Interino, realizadas em 10 e 11 de Fevereiro e em 25 de Setembro, e nas 21.^a e 22.^a Reuniões do Comité Misto Ministerial dos Conselhos de Governadores do Banco e do Fundo sobre a Transferência de Recursos Reais para os Países em Desenvolvimento (Comité de Desenvolvimento), que tiveram lugar em 28 e 29 de Abril e em 26 de Setembro, respectivamente.

b) *Banco de Pagamentos Internacionais*

O Governador do Banco de Portugal participou em várias reuniões de Governadores de Bancos Centrais no âmbito do Banco de Pagamentos Internacionais.

Na Assembleia Geral desta Instituição, em Junho de 1983, o Banco de Portugal esteve representado pelo Governador e por um Vice-Governador.

Também representado pelo Vice-Governador Dr. Rui Vilar, participou nos trabalhos do *Committee on Banking Regulations and Supervisory Practices*, o chamado "Comité de Basle", que funciona junto do Banco de Pagamentos Internacionais.

Esses trabalhos incidiram em especial sobre a problemática da supervisão bancária, incluindo a das agências bancárias em países estrangeiros.

Em Outubro, o Banco recebeu a visita do Director-Geral do B.R.I.

c) *Banco Interamericano de Desenvolvimento*

Prosseguiram os contactos e operações ligados à participação de Portugal no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

d) *Banco Africano de Desenvolvimento* *Fundo Africano de Desenvolvimento*

O Banco de Portugal participou nas reuniões realizadas em Nairobi e em Lisboa para a negociação da adesão de Portugal ao Banco Africano de Desenvolvimento.

Foi também efectuado, através do Banco, como depositário, o primeiro pagamento da subscrição inicial de Portugal no Fundo Africano de Desenvolvimento.

e) *Bancos Centrais*

Prosseguiram-se as acções de cooperação com os Bancos Centrais dos países africanos de expressão oficial portuguesa, em particular nas áreas da formação e da assistência técnica, cooperação essa que, conforme adiante se refere no ponto 2.3 do Capítulo III — PESSOAL E ORGANIZAÇÃO, se verificou relativamente ao Banco Nacional de Angola, ao Banco de Cabo Verde e ao Banco Nacional da Guiné-Bissau.

Ainda dentro desse espírito de mútua colaboração, um funcionário superior do Banco de Portugal deslocou-se, em Julho, em missão de cooperação na área jurídico-cambial, ao Banco Nacional de Angola.

Por seu lado, o Governador do Banco Nacional da Guiné-Bissau deslocou-se a Portugal em Setembro, integrado numa delegação do seu país, tendo nessa altura visitado o Banco de Portugal.

Refere-se, finalmente, que outras iniciativas de intercâmbio entre o Banco de Portugal e outros Bancos Centrais estrangeiros — nomeadamente os da Áustria, da Bélgica, da França, da Inglaterra, da Suíça e dos EUA — proporcionaram a vários técnicos e a pessoal superior do Banco novos conhecimentos em diversas áreas, nomeadamente a da segurança, a da museologia e a da política de pessoal.

f) Instituto Emissor de Macau

No âmbito da cooperação técnica que, desde há anos, vem sendo prosseguida, incrementaram-se novas acções de mútua colaboração com o Instituto Emissor de Macau, as quais se traduziram, fundamentalmente, em diversos apoios a estagiários provenientes daquele Instituto, ao mesmo tempo que um técnico do Banco se deslocou a Macau para cooperar na área da Contabilidade.

g) Outros bancos e organizações

O Banco de Portugal patrocinou, nelas participando também, várias outras acções de contacto com diversas organizações e entidades.

10. Seminários e reuniões promovidos ou patrocinados pelo Banco

Colóquio da "City of London" — Com o patrocínio do Banco de Portugal e do *Committee on Invisible Exports*, realizou-se em 21 e 22 de Novembro de 1983 um colóquio sob o tema "Investimento e Comércio Europeu: um diálogo anglo-português".

Este colóquio realizou-se na sequência dos que ocorreram em Maio de 1981 e em Outubro de 1982 e teve lugar, tal como os anteriores, no Porto e em Lisboa.

O Banco de Portugal fez-se também representar em várias manifestações ligadas à vida económica portuguesa, de que se destacam: conferência internacional sobre "Política Económica da Comunidade Europeia Alargada", promovida pela INTEUROPA (Lisboa, Janeiro); seminário internacional sobre "*Capital Markets*", patrocinado pela INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (Lisboa, Maio); seminário sobre o *leasing* (Porto, Outubro); Assembleia Geral da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento — ALIDE (Lisboa, Outubro).

11. Gestão de fundos públicos autónomos

11.1 Fundo de Compensação

Para além da colaboração prestada ao Ministério das Finanças e do Plano no âmbito do saneamento financeiro das empresas privadas, o ano de 1983 caracterizou-se, fundamentalmente, pelas modificações qualitativas no funcionamento do Fundo de Compensação, devido à introdução de novas disposições pela Portaria n.º 357/83, de 2 de Abril, que revogou a Portaria n.º 275/77, de 20 de Maio.

Assim, e de acordo com essas alterações, o Fundo passou a ser gerido por uma comissão directiva — presidida por um elemento do Conselho de Administração do Banco — e não pelo Banco de Portugal, como até aí, e os benefícios por ele concedidos aos acordos de assistência foram expressamente contemplados, à semelhança do que já acontecia para os contratos de viabilização. No que respeita, propriamente, ao funcionamento, o apoio técnico e administrativo distribuiu-se pela PAREMPRESA e pelo Banco de Portugal, competindo, todavia, a este a gestão dos recursos disponíveis do Fundo, a cobrança das contribuições constitutivas desses mesmos recursos e os pagamentos dos benefícios que concede e dos serviços que recebe.

Dado que, durante este ano, não foi completamente conseguida a delimitação das funções atribuídas a ambas as entidades — Banco de Portugal e PAREMPRESA —, foram ainda apreciados no Banco novos projectos de propostas de contratos de viabilização, das quais 5 vieram a ser homologadas. Estas e outras propostas converteram-se, por sua vez, em 12 novos contratos, que originaram mais 508 086 contos de bonificações a pagar e mais 558 334 contos de garantias concedidas, a que corresponderão 124 168 contos de comissões a receber. Para além destes contratos novos, foram ainda outorgados 4 acordos de assistência, que originaram também mais 258 737 contos de encargos com bonificações.

Considerando todos os contratos de viabilização e acordos de assistência existentes no final de 1983, os encargos do Fundo referentes a este ano totalizaram, aproximadamente, 3 344 154 contos e elevaram as responsabilidades por garantias prestadas a 7 819 046 contos. No mesmo período pagaram-se 2 090 190 contos de bonificações, dos quais 57,5 por cento respeitaram a anos anteriores. Durante o exercício, foram ainda outorgadas 9 revisões de contratos, donde resultou um acréscimo de encargos de 237 978 contos em relação à sua versão inicial.

Na área das receitas, cobraram-se, em 1983, 3 252 024 contos de sobretaxas de juros e 221 940 contos de comissões de garantia.

11.2 Fundo de Garantia de Riscos Cambiais

Continuou integrada a gestão do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais, durante o exercício de 1983, na esfera de atribuições do Banco de Portugal, facultando-lhe, assim, um instrumento de selectivo apoio a operações externas, de relevante interesse nacional.

No tocante a operações de fixação de câmbio à importação, manteve-se genericamente, na análise das respectivas propostas, a orientação restritiva, definida em

anos anteriores, de apenas se proporcionar tal garantia a operações de importação que já dela beneficiavam. Porém, na sequência de instruções expressas do Ministério das Finanças e do Plano, continuou a prestar-se igual garantia a financiamentos externos, essencialmente de curto prazo, decorrentes da importação de petróleo bruto e de bens essenciais alimentares.

Como facilmente se infere, esse conjunto de operações, aliado às fixações de câmbio à exportação, de natureza obrigatória, conforme disposto no artigo 4.º — 2 dos seus Estatutos, acentuou, no presente exercício, a deficitária situação financeira que vinha já a deteriorar-se nos últimos anos.

De facto, tiveram um acréscimo de mais de 50 por cento as propostas de fixação de câmbio à exportação entradas neste exercício, em relação ao de 1982 (692/412), o que, nalguns períodos, dificultou a capacidade de resposta dos serviços às solicitações assim produzidas.

Cumulativamente com esta problemática, viu o Fundo de Garantia de Riscos Cambiais as suas receitas reflexamente diferidas, devido, em especial, a dificuldades de pagamento por parte de alguns países, cujo peso nas exportações portuguesas tem vindo a crescer.

Assim, as receitas apuradas em 1983, no montante de 63 083 mil contos, foram essencialmente constituídas por: variações cambiais positivas (8996 mil con-

tos), prémios de garantia de fixação do câmbio (53 953 mil contos) e rendimentos de aplicações financeiras (74 mil contos), nos quais se verificaram notórios acréscimos em relação aos valores do exercício anterior, respectivamente 2763, 1829 e 323 mil contos.

Os encargos imputados ao exercício de 1983 subiram a 202 482 mil contos, sendo 3107 mil contos relativos a compensações de taxa de juro e 199 177 mil contos a variações cambiais negativas, dos quais 183 790 mil contos correspondem a operações de fixação de câmbio respeitantes ao financiamento de curto prazo de importações de petróleo bruto e de bens essenciais alimentares. Verificou-se, assim, um aumento de 190 108 mil contos relativamente ao exercício anterior, no qual se registaram os valores de 669 mil contos em compensações de taxa de juro e 11 705 mil contos em variações cambiais negativas.

A fim de atenuar essa situação, para além do recurso necessário ao Orçamento do Estado, nos termos do art.º 11.º — 3 dos referidos Estatutos, para regularização dos resultados líquidos negativos apurados, submeteu-se ao Ministério das Finanças e do Plano, como entidade de tutela, um projecto de diploma que visa canalizar futuramente para o Fundo as variações cambiais até agora contabilizadas a favor do Banco de Portugal, de harmonia com o preceituado na Portaria n.º 397—A/82, de 20 de Abril.

III – PESSOAL E ORGANIZAÇÃO

1. Pessoal

1.1 Efectivos

Os quadros de pessoal, em 31 de Dezembro de 1983, eram constituídos por 2010 homens e 951 mu-

lheres, num total de 2961 trabalhadores, assim distribuídos:

Quadros	Número de Trabalhadores								
	Em 31/12/1982			Variação em 1983			Em 31/12/1983		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Sede	1 261	747	2 008	+28	+35	+63	1 289	782	2 071
Filial	256	66	322	+7	+8	+15	263	74	337
Delegações Regionais e Agências .	459	80	539	-1	+15	+14	458	95	553
TOTAL	1 976	893	2 869	+34	+58	+92	2 010	951	2 961

O aumento de efectivos em 1983 foi, assim, de 3,2 por cento.

1.2 Movimentação

As variações em relação a 31/12/82, registadas no mapa anterior, resultaram dos seguintes movimentos de pessoal ocorridos em 1983:

MOVIMENTO	Quadros			
	Sede	Filial	Delegações * Regionais e Agências	Total
Entradas				
Admissões	114	22	27	163
Transferências da Sede	-	-	8	8
Transferências da Filial	2	-	1	3
Transferências das Delegações Regionais e Agências	4	1	-	5
	<u>120</u>	<u>23</u>	<u>36</u>	<u>179</u>
Saídas				
Transferências para a Sede	-	2	4	6
Transferências para a Filial	-	-	1	1
Transferências para as Delegações Regionais e Agências	8	1	-	9
Reformas	33	3	15	51
Falecimentos	6	1	2	9
Exonerações	10	1	-	11
	<u>57</u>	<u>8</u>	<u>22</u>	<u>87</u>
Variação em 1983	+63	+15	+14	+92

1.3 Avaliação do mérito profissional

Em 1983 aplicou-se o sistema de avaliação do mérito profissional utilizado em 1982, abrangendo todos os trabalhadores sem funções específicas ou de enquadramento.

Tal sistema baseia-se na apreciação do trabalho efectivamente prestado, no diagnóstico do comportamento (que permita traçar o “perfil comportamental do desempenho”), na indicação das medidas a tomar para o “desenvolvimento do potencial” e, bem assim, na descrição das “potencialidades evidenciadas” para o exercício de outras funções.

1.4 Previdência

Registava-se em 31/12/83 a existência de 483 pensões de reforma e 421 de sobrevivência, atribuídas em cumprimento das disposições contratuais e da regulamentação interna, abrangendo um total de 904 beneficiários, a seguir distribuídos por locais de pagamento, com indicação do movimento em 1983:

Local de pagamento	Em	Movimento em 1983		Em
	31/12/82	+	-	31/12/83
Pensões de reforma				
Sede	291	33	15	309
Filial	49	3	2	50
Delegações Reg. e Agências . . .	<u>114</u>	<u>16</u>	<u>6</u>	<u>124</u>
TOTAL	<u>454</u>	<u>52</u>	<u>23</u>	<u>483</u>
Pensões de sobrevivência				
Sede	257	13	11	259
Filial	36	4	1	39
Delegações Reg. e Agências . . .	<u>120</u>	<u>8</u>	<u>5</u>	<u>123</u>
TOTAL	<u>413</u>	<u>25</u>	<u>17</u>	<u>421</u>
TOTAL GERAL	867	77	40	904

Indicam-se a seguir os montantes totais das pensões de reforma e de sobrevivência pagas aos beneficiários referidos no quadro anterior:

Pensões	Pago (em contos)		Diferenças
	1982	1983	
Reforma	204 910	272 546	+67 636
Sobrevivência	67 598	89 518	+21 920
TOTAL	272 508	362 064	+89 556

1.5 Acção social

Continuou a incrementar-se o apoio social a todos os trabalhadores e aos respectivos agregados familiares.

Nos números seguintes referem-se as principais áreas onde esta acção se acentuou.

1.5.1 Crédito à habitação

Durante o presente exercício foram concedidos 167 empréstimos, no montante de 247 096 contos, tendo sido resgatados 8, por amortização antecipada do capital em dívida.

Regista-se no quadro seguinte o número de mutuários e o capital em dívida nos finais de 1982 e de 1983:

Quadros	Empregados mutuários		Capital em dívida (contos)	
	31/12/82	31/12/83	31/12/82	31/12/83
Sede	794	912	391 095	555 576
Filial	138	159	85 200	109 661
Delegações Reg. e Agências . .	193	213	129 867	153 661
TOTAL	1 125	1 284	606 162	818 898

Comparando o número de mutuários em 31/12/83 com o número total de empregados na mesma data, verifica-se que são as seguintes as percentagens de beneficiários:

Quadros	Em 31/12/83		
	Mutuários	N.º total de empregados	% de mutuários
Sede	912	2 071	44
Filial	159	337	47,2
Deleg. Region. e Agências	213	553	38,5
TOTAL	1 284	2 961	43,4

1.5.2 Assistência na doença

Para além da contribuição contratual para os Serviços de Assistência Médico-Sociais dos Sindicatos Bancários (SAMS), foram atribuídas aos trabalhadores as participações suplementares de assistência na doença que a seguir se referem, cujo montante se compara com o despendido no ano anterior:

Quadros	Pago (em contos)		Diferenças
	1982	1983	
Pessoal no activo			
Sede	11 323	15 999	+4 676
Filial	1 721	2 247	+526
Deleg. Regionais e Agências . . .	2 995	3 423	+428
Reformados e pensionistas	4 469	6 229	+1 760
TOTAL	20 508	27 898	+7 390

1.5.3 Subsídios de estudo

Aos trabalhadores com filhos em idade escolar, que frequentaram com aproveitamento os diversos graus de ensino, foram atribuídos os seguintes subsídios, pagos trimestralmente:

Quadros	Número de filhos abrangidos		Subsídios pagos (em contos)	
	1982	1983	1982	1983
Sede	1 285	1 356	7 653	9 536
Filial	286	310	1 506	2 041
Deleg. Region. e Agências	634	593	3 111	3 837
TOTAL	2 205	2 259	12 270	15 414

1.5.4 Refeitório

No quadro seguinte regista-se o número de almoços fornecidos no Refeitório, em Lisboa, e os encargos com a sua manutenção não cobertos pelo montante pago pelos utentes:

Designação	1982	1983	Diferenças
N.º de almoços fornecidos	123 298	133 872	+10 574
Encargos (em contos)	6 502	8 104	+1 602

Continua a verificar-se um aumento significativo do número de utilizadores do Refeitório.

1.5.5 Serviço de Psicologia e Serviço Social

Em consequência da reestruturação verificada no Departamento de Pessoal, foi criado o Serviço de Psicologia, cujos objectivos foram definidos de acordo com os seguintes parâmetros:

- colaboração no recrutamento e selecção de pessoal;
- análise de perfis psicológicos;
- realização de entrevistas de orientação vocacional;
- intervenção em acções de formação interna em áreas da especialidade;
- estudo de casos: inadaptação profissional, reintegração laboral, transferências e reclassificações;
- aconselhamento e apoio psicológicos;
- intervenção psicossociológica em grupos de trabalho.

Em resultado da referida reestruturação, foi igualmente criado o Serviço Social, ao qual compete, designadamente:

- colaborar na definição e execução das políticas sociais do Banco;
- estudar e propor a criação de obras ou actividades de carácter social e cultural;
- apoiar a gestão de obras ou serviços sociais do Banco e propor a optimização das medidas de carácter social em vigor;
- colaborar com o Centro de Saúde e Medicina do Trabalho na definição e execução de políticas de saúde.

1.6 Estruturas representativas dos trabalhadores

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/79, de 26 de Abril, refere-se que os encargos suportados, em 1983, com as estruturas representativas dos trabalhadores do Banco ascenderam a 10 087 contos, assim repartidos:

Em contos				
Estruturas	Número de elementos	Encargos		
		Custos com pessoal	Serviços de terceiros ⁽¹⁾	Total
Secretariado de Secção de Empresa	15	4 773	434	5 207
Comissão e Sub-comissões de Trabalhadores .	25	4 307	573	4 880
TOTAL . .	40	9 080	1 007	10 087

(1) Incluem despesas com deslocações, comunicações, etc.

Refira-se que, destes 40 trabalhadores, 9 permaneceram em tempo inteiro afastados do serviço normal do Banco.

2. Formação

2.1 Cursos/Seminários para empregados do Banco

As actividades de formação desenvolvidas no decurso do ano abrangeram um número de participantes cor-

respondente a 52% dos empregados do Banco existentes em 31/12/83 e podem resumir-se como segue:

Cursos/Seminários	Quantidade	Duração	Destinatários	Participantes
Noções Gerais de Direito (FOBAC)	11	5 dias	Chefias	142
Noções Gerais de Economia (FOBAC)	9	5 dias	Chefias	136
Análise Transaccional	4	3 dias	Chefias das Del. Reg. e Agências e Chefes de Sector da Sede . . .	63
Técnicas de Comunicação	3	4 dias	Agentes e pessoal diverso	43
Avaliação do Mérito Profissional	2	2 dias	Directores-Adjuntos e Sub-directores	21
Formação Bancária Básica	—	variável	Pessoal diverso	204
Formação obrigatória				
— Cl. ^a 134. ^a do ACT	—	22 dias	Pessoal recém-admitido	44
— Cl. ^a 135. ^a do ACT	—	5 dias	Pessoal diverso	20
Formação especializada	132	variável	Técnicos e Membros de Direcção dos Departamentos	280
Língua Inglesa	—	variável	Pessoal diverso	407
Acolhimento	6	2 dias	Recém-admitidos	135
Preparação para concurso de Economistas . . .	1	5 dias	Pessoal diverso	17
Apreciação de chefias	1	2 dias	Chefias	23
				1 535

2.2 Seminários para entidades estranhas ao Banco

Designação	Quantidade	Duração	Destinatários	Participantes
Crédito e Plano de Contas . .	1	5 dias	Hierarquias das Caixas Económicas dos Açores .	18
Sistema Bancário Português, Mercado de Capitais, Operações de Crédito, Bonificações, etc.	1	2 dias	Trabalhadores das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	25
				43

2.3 Cooperação com outras entidades

À semelhança de anos anteriores, o Centro de Formação colaborou na organização de estágios, em vários departamentos do Banco, proporcionados a empregados das seguintes instituições:

- Banco Nacional de Angola;
- Banco Nacional da Guiné — Bissau;
- Banco de Cabo Verde;
- Instituto Emissor de Macau;
- Deutsche Bundesbank (R.F.A.);
- Banco Fonecas & Burnay;
- Banco Português do Atlântico.

A fim de colaborar no levantamento das necessidades de formação e recrutamento de pessoal para o Banco Nacional da Guiné — Bissau, deslocaram-se àquele país dois técnicos e um responsável do Departamento de Pessoal e Relações de Trabalho.

3. Política de pessoal

Por imperativo de ordem legal, decorrente do artigo 61.^o da Lei Orgânica do Banco (Decreto-Lei n.^o 644/75, de 15 de Novembro), e por se reconhecer a necessidade de preencher uma lacuna em matéria de gestão dos recursos humanos, procedeu-se, no decurso do ano de 1983, à elaboração de um projecto de DOCUMENTO DE POLÍTICA DE PESSOAL com o objectivo de se definirem os princípios fundamentais que irão nortear os vários aspectos da política de pessoal do Banco de Portugal, tendo em conta a especificidade das funções que lhe estão confiadas como Banco Central.

4. Estrutura e Organização

Para o Departamento de Organização e Informática, o ano de 1983 foi de extraordinária importância, pois nele foi possível iniciar a utilização das novas instalações especialmente concebidas para o DOI, desbloqueando-se assim várias situações que nos vinham dificultando a actividade nos últimos tempos.

Assim, foi possível instalar o novo computador "IBM 4341/2" e o respectivo *Software* de base (MVS/SP). Deste modo, além de se terem melhorado consideravelmente as condições de operacionalidade, foi possível iniciar os trabalhos que conduzirão à utilização generalizada do teleprocessamento, tendo-se já iniciado a utilização desta nova técnica nas áreas da Central de Riscos, Central de Balanços, Contabilidade e Serviços de Documentação.

Tem-se intensificado grandemente a utilização do nosso computador para a realização de cálculo científico, com o aumento não só do número de terminais instalados, como do volume de trabalho realizado.

Com a adesão do Banco de Portugal ao *SWIFT*, foi desenvolvido um vasto estudo de reorganização e informatização do Departamento de Estrangeiro, que nos permitirá, a partir do corrente ano, utilizar em pleno as potencialidades deste sistema.

Ná área da Organização e Métodos, para além da elaboração de vários estudos de reorganização, iniciou-se a introdução da micro-informática e o desenvolvimento da aplicação da burótica.

5. Actividade do Contencioso e de Consulta Jurídica

Continuaram diligências, que se têm revelado frutuosas, no sentido de obter voluntariamente o pagamento de algumas responsabilidades de devedores ao Banco, ultrapassando a demora na resolução judicial dos casos concretos desses devedores.

Doutra parte, a actividade de "Consulta Jurídica" prosseguiu, como lhe cabe, apoiando o próprio Banco (através dos Departamentos dele carecidos) e desenvolvendo ainda uma constante colaboração relativamente a solicitações do Ministério de tutela, mormente no aspecto de preparação de projectos de textos legais ou em decisões com implicações jurídicas relevantes.

6. Descentralização de competências

Como pode observar-se no quadro abaixo apresentado, foi ainda de nítida expansão, em 1983, a actividade desenvolvida pelas Delegações Regionais e Agências nos campos que, ao abrigo da orientação descentralizadora adoptada pelo Banco, lhes têm vindo a ser confiados.

Apenas nos documentos tratados pelos serviços de compensação se assistiu a uma regressão, mas somente quanto ao número, já que a sua importância global e, portanto, o valor médio unitário mostraram acentuado crescimento.

O aparentemente desmesurado avolumar das operações relativas a mercadorias deve-se primordialmente ao facto de ser uma actividade recém-iniciada nas Delegações Regionais e Agências, que se encontrava ainda em fase de arranque.

Actividades	1983	Diferença em relação a 1982 %
Operações de licenciamento de		
Capitais	7 049	+5,6
Invisíveis	23 410	+5,7
Mercadorias	7 687	+172,0
Compensação interbancária		
Quantidade de documentos compensados . . .	10 525 431	-15,0
Valor (em milhões de contos)	730,5	+16,9
Centrais de apontes e protestos		
Quantidade de incidentes registados	140 500	+18,8

No domínio da descentralização de funções, deu-se um passo bastante significativo com a selecção de um conjunto de 30 técnicos que, a nível local, exercerão funções da área de competência da Inspecção de Crédito em todo o território do Continente. Esses elementos encontram-se já habilitados com formação apropriada.

Os Agentes continuaram a desenvolver, a nível regional, uma proveitosa acção junto da Banca e outras entidades, dentro dos distritos onde se encontram sediadas as Agências do Banco. Nas visitas realizadas foram abordados temas susceptíveis de melhorar o relacionamento com o Banco Central, a imagem das instituições de crédito junto do público e a uniformização de procedimentos.

Considera-se, no entanto, que esta actividade externa, relativamente recente, poderá vir ainda a alcançar resultados mais amplos.

7. Instalações

O aumento do número de trabalhadores, em consequência das necessidades resultantes de modificações em curso, tornou mais premente a necessidade de espaço.

Os problemas nem sempre obtiveram uma solução satisfatória.

No entanto, a solução intermédia da instalação no Edifício "Portugal" já começou a produzir alguns resultados, uma vez que alguns serviços foram já para ali transferidos.

Continua a estudar-se a hipótese de ser construída a nova Sede do Banco.

Durante o ano foram feitas obras de adaptação, quer na Sede, quer na Filial do Porto, quer ainda em grande parte das Agências, obras que se traduziram num volu-

me de despesas de investimento em imóveis e em equipamento de 698 059 contos, conforme a seguir se discrimina:

Em contos			
	1982	1983	Diferenças
IMÓVEIS			
Imóveis de serviço próprio			
Sede	59 305	999	-58 306
Edifício "Portugal" (obra em curso)	92 835	18 379	-74 456
Dependências	201 706	148 234	-53 472
TOTAL	353 846	167 612	-186 234
EQUIPAMENTO			
Equipamento informático			
Sede	13 369	42 728	+29 359
Instalações			
Sede	22 452	62 360	+39 908
Edifício "Portugal" (obra em curso)	21 207	237 901	+216 694
Dependências	11 735	44 194	+32 459
Máquinas e ferramentas			
Sede	41 554	94 232	+52 678
Dependências	9 940	6 607	-3 333
Mobiliário e material			
Sede	10 288	22 524	+12 236
Dependências	8 009	6 084	-1 925
Viaturas			
Sede	12 312	12 630	+318
TOTAL	150 866	529 260	+378 394
Outros valores imobilizados			
Sede	9 500	1 187	-8 313
TOTAL GERAL	514 212	698 059	+183 847

Adicionalmente foram despendidos cerca de 53 556 contos em obras de conservação e reparação do imobilizado do Banco, assim repartidos: Sede — 33 554; Filial — 10 404; Delegações Regionais e Agências — 9 598.

8. Vigilância e Segurança

No decorrer do ano de 1983, incrementaram-se as medidas tendentes à protecção de pessoas e segurança de valores, através da instalação de novos equipamentos e remodelação de alguns edifícios.

Todas as movimentações de valores foram efectuadas sob directo controlo do Serviço de Segurança do Banco.

IV – BALANÇO E CONTAS

1. Balanço

1.1 Balanço e notas explicativas

A situação patrimonial do Banco de Portugal encontra-se espelhada no seu balanço referido a 31 de Dezembro de 1983, que a seguir se insere, juntando-se algumas notas explicativas para uma melhor compreensão do conteúdo de rubricas não explicitadas no Capítulo II desta I Parte.

BALANÇO em**ACTIVO****Reservas e outras garantias**

Disponibilidades em ouro e em moeda estrangeira . . .	724 704 421 656\$20	
Fundo Monetário Internacional		
Direitos de saque especiais	116 980 011\$50	
Participação de c/Estado	50 590 131 038\$83	
Títulos de organismos internacionais	1 887 130 400\$00	
Moeda metálica nacional	1 444 424 370\$00	
Empréstimos ao Estado	- \$ -	
Títulos da dívida pública portuguesa	484 963 183 530\$00	
Desconto	3 184 525\$00	
Redesconto	50 957 923 370\$40	
Empréstimos caucionados	16 625 000 000\$00	
Diversas	12 456 477 495\$20	1 343 748 856 397\$13

Outras verbas do activo

Imóveis e equipamento .	3 493 282 637\$30		
Amortizações	788 443 666\$10	2 704 838 971\$20	
Participações em fundos e instituições nacionais	787 040 000\$00		
Diversas	125 191 520 572\$66	128 683 399 543\$86	
			1 472 432 255 940\$99

Contas extrapatrimoniais	265 691 601 723\$48

31 de Dezembro de 1983

PASSIVO

Notas em circulação		256 847 169 880\$00
Depósitos e contas correntes em moeda nacional		
Tesouro Público	64 193 694 283\$20	
Junta do Crédito Público	6 454 976 067\$10	
Região Autónoma dos Açores	15 990 162\$50	
Região Autónoma da Madeira	- \$ -	
Entidades domiciliadas no País		
Instituições monetárias	278 509 728 965\$80	
Outras	4 904 689 550\$21	
Entidades domiciliadas no estrangeiro		
Fundo Monetário Internacional	77 700 806 486\$04	
Outros organismos internacionais	309 235 943\$78	
Outras	324 310 429\$60	
Outras responsabilidades em moeda nacional	17 654 186 043\$47	
Estado — c/atribuições de direitos de saque especiais	7 337 983 712\$00	
Responsabilidades em ouro e em moeda estrangeira	135 427 112 461\$00	592 832 714 104\$70
Outras verbas do passivo		
Provisões para riscos diversos	99 209 290 416\$21	
Reservas diversas	3 510 250 873\$90	
Diversas	485 443 423 662\$97	588 162 964 953\$08
Capital	200 000 000\$00	
Reserva	2 192 626 655\$52	
Resultado do exercício	32 196 780 347\$69	34 589 407 003\$21
		1 472 432 255 940\$99
Contas extrapatrimoniais		265 691 601 723\$48

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Vitor Manuel Antunes

As *Disponibilidades em ouro e em moeda estrangeira* encontram-se assim valorizadas:

- o ouro, ao preço de 254,92 dólares dos EUA por 1 onça "troy" de ouro fino, de conformidade com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 107/80, de 10 de Maio;
- a moeda estrangeira, às taxas de câmbios médios calculadas com base nos câmbios de compra e de venda estabelecidos no mercado nacional, no último dia útil de cada mês.

Em 31 de Dezembro de 1983, as reservas ouro, de 635,575 toneladas de ouro fino, encontram-se escrituradas a 1 077\$346 74 por grama de ouro fino, ou seja, por 684 735 139 849\$70, enquanto as moedas estrangeiras são avaliadas em 39 969 281 806\$50.

No *Fundo Monetário Internacional*, a sub-rubrica *Direitos de saque especiais* compreende o saldo da conta com a mesma designação e que é representado por 850 012 direitos de saque especiais, enquanto a sub-rubrica *Participação de c/Estado* representa o crédito ao Estado Português pelas entregas efectuadas pelo Banco ao Fundo Monetário Internacional, para realização da quota do Estado no mesmo Fundo, com a seguinte composição:

em ouro (gramas de ouro fino) .	22 879 202,35	18 411 713 435\$30
em moeda estrangeira		
dólares	2 058 678,80	202 137 554\$00
francos franceses	39 590 296,98	526 907 262\$50
ienes	1 860 965 221	770 011 579\$50
direitos de saque especiais . .	51 150 000	6 297 285 805\$00
em escudos		24 382 075 402\$53
		<u>50 590 131 038\$83</u>

Na rubrica *Títulos de organismos internacionais* estão escriturados os seguintes títulos, valorizados segundo os câmbios de 31/12/1983:

— 8000 acções do Banco de Pagamentos Internacionais, de que o Banco é titular (com 25 por cento do capital realizado), com o valor nominal de 2500 Francos suíços —	
— ouro	1 563 890 400\$00
— 6 títulos da dívida do BIRD — 5 1/2 por cento —	
— 1983/85, do valor nominal de Francos suíços	
1 000 000,00	60 340 000\$00
— Obrigações do Banco Africano de Desenvolvimento, Abijan — 2 anos — 11,25 por cento, do valor nominal de US\$ 1 000 000,00	131 450 000\$00
— Obrigações do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Washington — 2 anos — 11,26 por cento, do valor nominal de US\$ 1 000 000,00	131 450 000\$00
	<u>1 887 130 400\$00</u>

A rubrica *Títulos da dívida pública portuguesa*, por sua vez, apresenta a composição que consta do quadro seguinte:

Designação dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Valor de aquisição
OBRIGAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA PORTUGUESA				
Obrigações da dívida externa portuguesa de 3 % –				
1. ^a série	2	£ 40.00	2 516\$90	5 033\$80
Obrigações do consolidado de 2 3/4 % – 1943 . . .	279 596	279 596 000\$00	999\$87	279 559 880\$00
Obrigações do consolidado de 3 % – 1942	480 669	480 669 000\$00	995\$61	478 558 675\$60
Obrigações do consolidado de 3 1/2 % – 1941 . .	58 007	58 007 000\$00	1 000\$10	58 013 070\$00
Obrigações do consolidado dos Centenários de 4 % – 1940	25 218	50 436 000\$00	1 831\$51	46 187 010\$60
Obrigações do Tesouro, 1975 – Nacionalização do Banco de Portugal	3	11 712\$00	1 700\$00	5 100\$00
Obrigações do Tesouro, 1977 – Nacionalizações e Expropriações	156 746	156 746 000\$00	999\$99	156 744 760\$00
Obrigações do Tesouro, 1977 – Nacionalizações e Expropriações (IGFSS)	4 271 110	4 271 110 000\$00	1 000\$00	4 271 110 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – 2,5 % – 1962 – Província de Angola	210 000	210 000 000\$00	1 000\$00	210 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Lei n.º 73/78, de 28 de Dezembro	30 000 000	30 000 000 000\$00	1 000\$00	30 000 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Lei n.º 37/79, de 7 de Setembro	36 638 000 ⁽¹⁾	36 638 000 000\$00	1 000\$00	36 638 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Lei n.º 8–A/80, de 26 de Maio	64 782 000 ⁽²⁾	64 782 000 000\$00	1 000\$00	64 782 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Lei n.º 4/81, de 24 de Abril	72 943 000	72 943 000 000\$00	1 000\$00	72 943 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Lei n.º 38/81, de 30 de Dezembro	18 100 000	18 100 000 000\$00	1 000\$00	18 100 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Lei n.º 40/81, de 31 de Dezembro	9 800 000	98 000 000 000\$00	10 000\$00	98 000 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Lei n.º 33/82, de 31 de Dezembro	1 700 000	17 000 000 000\$00	10 000\$00	17 000 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Decreto-Lei n.º 393/83, de 27 de Outubro . . .	9 200 000	92 000 000 000\$00	10 000\$00	92 000 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Decreto-Lei n.º 437/83, de 20 de Dezembro . .	4 500 000	45 000 000 000\$00	10 000\$00	45 000 000 000\$00
Obrigações do Empréstimo interno amortizável – Decreto-Lei n.º 456/83, de 28 de Dezembro . .	500 000	5 000 000 000\$00	10 000\$00	5 000 000 000\$00
				484 963 183 530\$00

(1) Há ainda a considerar 25 662 000 transaccionadas no MIT.

(2) Há ainda a considerar 29 218 000 transaccionadas no MIT.

A rubrica *Diversas* inclui os saldos de:

— cheques a receber em escudos de que o Banco é dono e portador pelo tempo necessário à sua apresentação a pagamento	12 412 907 260\$20
— moeda comemorativa em reserva, cuja discriminação se apresenta no mapa seguinte	43 570 235\$00

Emitida pelo Estado				
Moeda	Em circulação	Em reserva no Banco de Portugal	Total	Limite legal de emissão
COMEMORATIVA				
Prata				
5\$00	3 983 125\$00	16 875\$00	4 000 000\$00	4 000 000\$00
10\$00	3 966 250\$00	33 750\$00	4 000 000\$00	4 000 000\$00
20\$00	63 064 040\$00	935 960\$00	64 000 000\$00	64 000 000\$00
50\$00	<u>157 416 350\$00</u>	<u>42 583 650\$00</u>	<u>200 000 000\$00</u>	<u>200 000 000\$00</u>
TOTAL ..	228 429 765\$00	43 570 235\$00	272 000 000\$00	272 000 000\$00

A rubrica *Imóveis e Equipamento* — excluída a sua sub-rubrica *Imobilizações em curso*, em relação à qual não se praticou qualquer amortização — apresenta o seguinte movimento em 1983, tendo-se-lhe aplicado o regime de taxas de amortização máximas permitidas pela legislação fiscal:

	Saldo em 31/12/1982	Movimento em 1983		Saldo em 31/12/1983
		Despendido	Amortizado	
IMÓVEIS				
Imóveis de serviço próprio				
Sede	8 000\$00	-\$-	-\$-	8 000\$00
Filial no Porto	157 800\$00	960 082\$00	22 402\$00	1 095 480\$00
Delegações Regionais e Agências . . .	17 967 980\$00	24 578 361\$00	654 434\$00	41 891 907\$00
	18 133 780\$00	25 538 443\$00	676 836\$00	42 995 387\$00
Outros imóveis				
Sede	6 000\$00	-\$-	-\$-	6 000\$00
TOTAL DE IMÓVEIS	18 139 780\$00	25 538 443\$00	676 836\$00	43 001 387\$00
EQUIPAMENTO				
Equipamento informático				
Sede	9 683 704\$00	39 998 302\$00	8 653 831\$00	41 028 175\$00
Instalações				
Sede	4 609 972\$00	25 839 578\$00	2 821 596\$00	27 627 954\$00
Filial no Porto	1 205 011\$00	1 059 050\$00	235 373\$00	2 028 688\$00
Delegações Regionais e Agências . . .	6 813 025\$00	3 738 725\$00	901 959\$00	9 649 791\$00
	12 628 008\$00	30 637 353\$00	3 958 928\$00	39 306 433\$00
Máquinas e ferramentas				
Sede	9 706 063\$00	103 096 862\$00	11 984 357\$00	100 818 568\$00
Filial no Porto	2 723 912\$00	1 756 627\$00	525 452\$00	3 955 087\$00
Delegações Regionais e Agências . . .	6 121 698\$00	4 850 355\$00	1 303 806\$00	9 668 247\$00
	18 551 673\$00	109 703 844\$00	13 813 615\$00	114 441 902\$00
Mobiliário e material				
Sede	9 419 003\$00	21 631 431\$00	3 208 491\$00	27 841 943\$00
Filial no Porto	925 010\$00	1 500 545\$00	252 392\$00	2 173 163\$00
Delegações Regionais e Agências . . .	6 318 941\$00	4 583 442\$00	1 156 927\$00	9 745 456\$00
	16 662 954\$00	27 715 418\$00	4 617 810\$00	39 760 562\$00
Viaturas				
Sede	9 911 816\$00	12 630 233\$00	4 926 752\$00	17 615 297\$00
Filial no Porto	1 000\$00	-\$-	-\$-	1 000\$00
	9 912 816\$00	12 630 233\$00	4 926 752\$00	17 616 297\$00
TOTAL DE EQUIPAMENTO	67 439 155\$00	220 685 150\$00	35 970 936\$00	252 153 369\$00
OUTROS VALORES IMOBILIZADOS				
Sede	9 500 000\$00	1 187 500\$00	-\$-	10 687 500\$00
TOTAL GERAL	95 078 935\$00	247 411 093\$00	36 647 772\$00	305 842 256\$00

A sub-rubrica *Imobilizações em curso*, por sua vez, apresenta o desdobramento e a movimentação seguintes:

Descrição	Saldo em 31/12/82	Movimento em 1983 ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/83
IMÓVEIS			
Imóveis de serviço próprio			
Sede	1 648 761 889\$80	19 378 479\$60	1 668 140 369\$40
em que: Edifício "Portugal"	(1 588 640 262\$30)	(18 379 323\$00)	(1 607 019 585\$30)
Filial no Porto	89 654 514\$00	- \$-	89 654 514\$00
Delegações Regionais e Agências	117 920 065\$90	122 695 465\$00	240 615 530\$90
TOTAL DE IMÓVEIS	1 856 336 469\$70	142 073 944\$60	1 998 410 414\$30
EQUIPAMENTO			
Equipamento informático			
Sede	1 750 000\$00	2 729 394\$00	4 479 394\$00
Instalações			
Sede	49 178 780\$00	274 421 596\$70	323 600 376\$70
em que: Edifício "Portugal"	(22 885 385\$90)	(237 901 347\$10)	(260 786 733\$00)
Filial no Porto	1 929 661\$00	13 164 478\$30	15 094 139\$30
Delegações Regionais e Agências	8 076 910\$90	26 231 262\$70	34 308 173\$60
	59 185 351\$90	313 817 337\$70	373 002 689\$60
Máquinas e ferramentas			
Sede	31 025 971\$80	- 8 865 149\$80	22 160 822\$00
Mobiliário e material			
Sede	50 625\$00	892 770\$30	943 395\$30
em que: Edifício "Portugal"	(50 625\$00)	(284 370\$30)	(334 995\$30)
TOTAL DE EQUIPAMENTO	92 011 948\$70	308 574 352\$20	400 586 300\$90
TOTAL GERAL	1 948 348 418\$40	450 648 296\$80	2 398 996 715\$20

(1) Inclui o movimento do despendido e do transferido para as contas efectivas.

Na rubrica *Participações em fundos e instituições nacionais* estão escriturados:

— 400 títulos do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), correspondentes à participação do Banco de Portugal no capital inicial do referido Fundo	400 000 000\$00
— 376 títulos do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais, correspondentes à participação do Banco de Portugal no capital do referido Fundo	376 000 000\$00
— Realização de 30 por cento da participação do Banco de Portugal no capital social da FINANGESTE (36,8 por cento do total)	11 040 000\$00
	787 040 000\$00

A rubrica *Diversas*, do agregado *Outras verbas do activo*, compreende as contas transitórias e de regularização, destacando-se:

Créditos em mora e em conta separada, inteiramente	
cobertos por provisões	10 171 436 939\$16
Proveitos a receber	41 267 644 122\$50
Devedores — moeda nacional	1 718 705 372\$80
Flutuação de valores	36 362 615 711\$79

★

Do lado do Passivo, a rubrica *Depósitos e contas correntes em moeda nacional* envolve a sub-rubrica *Entidades domiciliadas no País*, que inclui os saldos das contas de depósitos à ordem abertas em nome de:

Instituições monetárias		278 509 728 965\$80
Outras		
Instituições financeiras		
não monetárias	4 885 510 002\$94	
Sector Público	<u>19 179 547\$27</u>	<u>4 904 689 550\$21</u>
		<u>283 414 418 516\$01</u>

bem como a sub-rubrica *Entidades domiciliadas no estrangeiro*, das quais se destaca o Fundo Monetário Internacional, que mantém abertas no Banco de Portugal duas contas, cujos saldos, em 31 de Dezembro de 1983, eram constituídos como segue:

Conta n.º 1	
Saldos das entregas em escudos feitas pelo Banco, de	
conta do Estado, para constituição da quota de	
Portugal no FMI, que não se encontram representa-	
dos por promissórias	32 394 838 374\$87
Empréstimo ao abrigo da "Compensatory Financing	
Facility"	32 949 476 192\$73
Empréstimo ao abrigo de um crédito "Stand-by"	<u>12 356 053 572\$27</u>
	77 700 368 139\$87
Conta n.º 2	<u>438 346\$17</u>
	<u>77 700 806 486\$04</u>

Adicionando a este saldo o valor das promissórias emitidas pelo Governo Português a favor do Fundo e que se encontram depositadas no Banco, obtém-se 89 614 500 886\$72, cujo contravalor em direitos de saque especiais, à taxa de 0,00783017/Escudo, é de 701 796 776 unidades, enquanto o actual valor da quota de Portugal no Fundo é de 376,6 milhões de direitos de saque especiais.

A rubrica *Outros organismos internacionais* representa as responsabilidades do Banco de Portugal como depositário dos haveres em escudos das instituições internacionais a seguir indicadas, que apresentavam, em 31 de Dezembro, os saldos:

Banco Interamericano de Desenvolvimento	122 173\$48
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	6 747 147\$30
Fundo Africano de Desenvolvimento	302 366 623\$00
	309 235 943\$78

A sub-rubrica *Outras* compreende os saldos em escudos de instituições de crédito domiciliadas no estrangeiro.

A rubrica *Outras responsabilidades em moeda nacional* compreende:

Cheques e ordens a pagar	3 080 677 040\$10
Credores — moeda nacional	707 624 738\$88
Exigibilidades diversas	13 751 609 063\$79
Impostos cobrados aos clientes	24 970 359\$00
Recebimentos por conta de terceiros	44 832\$00
Tributação relativa a remunerações	89 260 009\$70
	17 654 186 043\$47

Dentro da rubrica *Outras verbas do Passivo*, a sub-rubrica *Provisões para riscos diversos* envolve as seguintes dotações:

— para ocorrer a eventuais desvalorizações de valores activos	91 662 410 416\$21
— para diferenças cambiais em responsabilidades	7 530 500 000\$00
— para encargos com acidentes de trabalho	16 380 000\$00

A sub-rubrica *Reservas diversas*, por sua vez, compreende verbas com os seguintes destinos:

— para novas instalações	2 983 000 000\$00
— para crédito à habitação	494 047 564\$00
— para auxílio aos trabalhadores	20 150 000\$00
— para subsídios e outros fins de auxílio a trabalhadores do Banco	13 053 309\$90

Por último, a sub-rubrica *Diversas* contém os saldos de contas transitórias, que não representam responsabilidades do Banco, em que predomina o montante acumulado da flutuação de valor do ouro.

Por fim, discriminam-se as rubricas das Contas extrapatrimoniais, bem como os seus saldos em 31 de Dezembro de 1983.

Devedores de valores à cobrança		47 017\$30
Valores recebidos para cobrança		
Valores à cobrança — moeda estrangeira		317 351\$40
Valores depositados		
Diversos valores depositados	55 030 171 089\$40	
Diversos valores em garantia	1 547 677 601\$90	
Promissórias emitidas pelo Governo Português a favor do Banco Interamericano de Desenvolvimento	296 125 660\$00	
Promissórias emitidas pelo Governo Português a favor do Fundo Africano de Desenvolvimento	302 366 623\$00	
Promissórias emitidas pelo Governo Português a favor do Fundo Monetário Internacional	11 913 694 400\$68	
Títulos, acções e obrigações — Convenção de 10 de Novembro de 1932	11 911 318 334\$30	
Valores em caução de mútuos	24 291 911 000\$00	105 293 264 709\$28
Outras contas extrapatrimoniais		
Acções do Banco de Portugal para regularização	256 000\$00	
Acções do Banco de Portugal recebidas para os fins previstos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 452/74, de 13 de Setembro	29 000\$00	
Banco Comercial de Angola, na qualidade de mandatário do Governo da República Popular de Angola	2\$00	
Bens ou valores arrolados	13 336 872\$15	
Bens ou valores prescritos a favor do Estado	26 758\$35	
Compradores de operações a prazo	63 208 466 936\$20	
Devedores por acções do Estado Português — Convenção de 10 de Novembro de 1932 — depositadas noutras instituições de crédito	954 885 000\$00	
Devedores por operações de financiamento de projectos de desenvolvimento das PME	1 550 115 751\$30	
Devedores por títulos de crédito depositados no estrangeiro	323 240 000\$00	
Empréstimos ao Estado para financiamento às PME	1 848 198 695\$20	
Estado — créditos recebidos ao abrigo do protocolo financeiro luso-francês	513 747 765\$00	
Fundo Monetário Internacional — c/cedência de moeda nos termos da Secção 3 do Artigo V do Acordo	45 305 529 765\$00	
Garantias hipotecárias do crédito à habitação	871 943 731\$50	
Instituições de crédito depositárias de efeitos redescontados	41 995 212 852\$00	
Instituições de crédito depositárias de valores em caução de mútuos	2 921 378 000\$00	
Obrigações do Tesouro, 1975 — Nacionalização do Banco de Portugal	375 467\$00	
Penhores mercantis prestados por instituições de crédito	325 109 000\$00	
Valores, bens e créditos por liquidar, entregues pela Comissão Liquidatária do Banco Angola e Metrópole — Decreto n.º 20 201, de 12 de Agosto de 1931	2\$00	
Valores diversos	566 121 047\$80	160 397 972 645\$50
		265 691 601 723\$48

1.2 Análise do balanço

Conforme se reflecte no quadro-síntese apresentado a seguir, o total do Balanço do Banco acusou um aumento de 472 602 milhares de contos (47,3 por cento em relação ao ano anterior), atingindo, no final do ano de 1983, o total de 1 472 432 milhares de contos.

Milhares de contos

	1982	1983	Varição
ACTIVO			
Disponibilidades em ouro e em moeda estrangeira	534 552	724 704	+190 152
Fundo Monetário Internacional			
Direitos de saque especiais e Participação de c/Estado	20 038	50 707	+30 669
Títulos de organismos internacionais	1 371	1 887	+516
Moeda metálica nacional	1 330	1 445	+115
Títulos da dívida pública portuguesa	325 434	484 963	+159 529
Desconto e redesconto	31 453	50 961	+19 508
Empréstimos caucionados	3 423	16 625	+13 202
Outras garantias	8 681	12 456	+3 775
Diversas	73 548	128 684	+55 136
TOTAL	999 830	1 472 432	+472 602
PASSIVO			
Notas em circulação	236 245	256 847	+20 602
Tesouro Público	31 420	64 194	+32 774
Junta do Crédito Público	5 026	6 455	+1 429
Depósitos de entidades domiciliadas no País	242 883	283 430	+40 547
Depósitos de entidades domiciliadas no estrangeiro	5 693	78 334	+72 641
Outras responsabilidades em moeda nacional	11 967	17 654	+5 687
Estado — c/atribuições de direitos de saque especiais	5 238	7 338	+2 100
Responsabilidades em ouro e em moeda estrangeira	95 906	135 427	+39 521
Diversas	260 667	485 443	+224 776
Capital, Reservas e Provisões	97 134	105 112	+7 978
Resultado do exercício	7 651	32 198	+24 547
TOTAL	999 830	1 472 432	+472 602

Para este assinalável incremento global, que traduz uma nítida aceleração da evolução registada entre 1981 e 1982 (mais 268 345 milhares de contos, correspondendo a uma variação de 36,7 por cento), contribuíram os seguintes factores essenciais: a alta taxa de valorização do dólar face ao escudo (47,6 por cento no ano); a manutenção do esquema de financiamento interno do Orçamento Geral do Estado pelo Banco Central; a elevação da quota do Estado no Fundo Monetário Internacional (de 258 para 376,6 milhões de direitos de saque especiais) e a utilização do crédito deste organismo financeiro internacional, num montante de 355 milhões de direitos de saque especiais; as carências de liquidez por parte de algumas instituições especiais de crédito, que encontraram no financiamento do Banco de Portugal condições mais vantajosas do que as que lhes eram oferecidas no Mercado Monetário Interbancário.

No que respeita ao primeiro dos factores enunciados, cujos efeitos tinham sido já claramente sentidos em 1982 (embora numa escala mais reduzida), foi considerável a sua incidência em várias rubricas. Assim, no âmbito das *Disponibilidades em ouro em moeda estrangeira*, a componente moeda estrangeira registou uma variação de apenas 7 milhões de contos (de 33 para 40 milhões), enquanto o "stock" de ouro viu o seu valor escritural elevar-se de 501,5 para 684,7 milhões de contos (+ 183,2 milhões). Isto, não obstante o Banco ter alienado, durante o exercício de 1983, 51,5 toneladas de ouro das suas reservas, das quais 49,5 no mercado internacional e 2,0 no mercado interno, para abastecimento da indústria de ourivesaria. Os produtos das actualizações de valor atrás referidas encontram-se integralmente reflectidos na rubrica *Diversas*, do Passivo, que integra outros saldos que não os relativos a flutuação de valores.

A elevação da quota de Portugal no Fundo Monetário Internacional veio repercutir-se, do lado do Activo, no aumento do crédito ao Estado para realização da quota, implícito na rubrica do quadro-síntese *Direitos de saque especiais e Part. de c/ Estado* e, do lado do Passivo, na rubrica *Depósitos de entidades domiciliadas no estrangeiro*, em que se incluem as responsabilidades em escudos decorrentes da utilização de crédito daquele Fundo e a parcela da quota realizada em moeda nacional.

A já referida manutenção, em 1983, do tradicional esquema de financiamento do défice orçamental foi traduzida na colocação no Banco de empréstimos internos de longo prazo, no montante global de 142 milhões de contos. O acréscimo global de 159,5 milhões de contos, assinalado no quadro comparativo, reflecte a seguinte movimentação: a referida colocação de 142 milhões de contos; o acréscimo do montante de títulos da carteira do Banco transaccionados no Mercado Interbancário de Títulos (20,3 milhões de contos); o resgate pelo Tesouro de 2,8 milhões de contos de títulos de espécies diversas colocados transitoriamente no Banco no final do exercício findo.

As rubricas representativas do refinanciamento (*Desconto e redesconto* e *Empréstimos caucionados*) acusam um aumento consolidado de 32,7 milhões de contos, reflectindo, por um lado, a já citada insuficiência de liquidez de algumas instituições de crédito e, por outro lado, um reforço significativo do crédito ao IFADAP — Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e a outras instituições financeiras não monetárias.

O resultado líquido das variações activas e passivas da rubrica *Diversas* situou-se em 169,6 milhões de contos, valor que traduz o efeito compensado das variações das contas de flutuações de valores e de contas de regularização.

Focados os aspectos tidos como mais significativos, completa-se o quadro da evolução da situação patrimonial do Banco, assinalando-se algumas variações de rubricas do **Passivo** ainda não abordadas.

A rubrica *Notas em circulação* acusa um aumento de 20,6 milhões de contos (8,7 por cento), nitidamente inferior ao verificado em 1982 (17,3 por cento), evolução que traduz uma acentuação do sintoma, que vem sendo revelado nos últimos anos, de um cada vez maior recurso do público ao sistema bancário, quer como depositário da poupança, quer como agente de liquidação das suas transacções.

As disponibilidades do Estado junto do Banco, representadas nas rubricas *Tesouro Público* e *Junta do Crédito Público*, ascenderam a 70,6 milhões de contos (mais 34,2 milhões de contos em relação ao ano anterior), valor e acréscimo resultantes, exclusivamente, da programação das necessidades de financiamento das despesas orçamentais relativas ao ano económico findo, cujo pagamento decorre no mês de Janeiro do ano subsequente.

O incremento de 40,5 milhões de contos registado na rubrica *Depósitos de entidades domiciliadas no País* consubstancia, essencialmente, a normal evolução das reservas obrigatórias de caixa, por parte das instituições monetárias, em função das correspondentes mutações nos agregados monetários que lhes servem de base.

A rubrica *Responsabilidades em ouro e em moeda estrangeira* apresenta um aumento de 39,5 milhões de contos, reflectindo tão-somente o efeito da valorização das moedas em que são expressas estas responsabilidades em relação ao escudo, já que, quando considerada a sua evolução em dólares, o seu valor final se situa aquém do inicial (de 1 075 para 1 030 milhões de dólares).

O reforço da rubrica *Capital, Reservas e Provisões* em 8 milhões de contos constitui o resultante dos seguintes fluxos: incorporação de resultados do exercício de 1982 (+ 1,1 milhões de contos); dotações para provisões, constantes da Conta de Resultados de 1983 (+ 11,3 milhões de contos); utilização de provisões em 1983 (—4,4 milhões de contos).



O quadro seguinte, em que se estabelece a relação entre a emissão monetária do Banco e os correspondentes activos de cobertura, tais como são definidos na Lei Orgânica (artigos 13.^o, 14.^o e 15.^o), revela um sensível acréscimo na taxa de cobertura da emissão (de 1,557 para 1,709), que representa o resultado das variações positivas registadas nos dois blocos constitutivos das garantias: + 1,8 por cento em Reservas cambiais líquidas; + 13,4 por cento em Outras garantias.

Milhares de contos

	31/12/82	31/12/83	Variação da taxa de cobertura da emissão mo- netária %
Notas em circulação	236 245	256 847	
Depósitos e contas correntes em moeda nacional	285 022	432 413	
Outras responsabilidades em moeda nacional	11 967	17 654	
Emissão monetária do Banco (A)	533 234	706 914	
Ouro e moeda estrangeira			
disponibilidades	534 552	724 704	+2,3
responsabilidades	-95 906	-135 427	(+)1,2
	438 646	589 277	+1,1
Direitos de saque especiais	221	117	
Participação no FMI - c/Estado	16 137	26 208	+0,7
Títulos de organismos internacionais	1 371	1 887	
Reservas cambiais líquidas (B)	456 375	617 489	+1,8
Participação no FMI - c/Estado (moeda nacional)	3 680	24 382	+2,7
Títulos da dívida pública portuguesa	325 434	484 963	+7,6
Desconto e redesconto	31 454	50 961	+1,3
Empréstimos caucionados	.	16 625	+2,4
Outras	13 433	13 901	-0,6
Outras garantias (C)	374 001	590 832	+13,4
Reservas e outras garantias (B+C)	830 376	1 208 321	+15,2
Excesso de cobertura da emissão monetária (B+C-A)	297 142	501 407	
Estado - c/atribuições de direitos de saque especiais	5 238	7 338	
EXCESSO	291 904	494 069	
Taxa de cobertura da emissão monetária $\left(\frac{B+C}{A}\right)$	1,557	1,709	+9,8

2. Resultados

2.1 Conta de Resultados

Proveitos do exercício		
Proveitos de operações activas		5 881 258 777\$80
Proveitos de serviços bancários		210 914\$40
Proveitos de outras operações bancárias		285 255 664\$30
Rendimento de títulos de crédito e de participações financeiras		73 192 361 476\$30
Outros proveitos bancários		230 264 063\$46
Proveitos inorgânicos		967 642\$65
Resultados em operações sobre ouro e moeda estrangeira		14 594 169 074\$19
Resultados em títulos de crédito		5 298 111 059\$90
Lucros relativos a exercícios anteriores		414 570 032\$80
Lucros excepcionais		62 493 293 603\$66
Provisões utilizadas		5 480 911 501\$00
		167 871 373 810\$46
Custos do exercício		
Custos de operações passivas		16 515 103 706\$10
Custos com pessoal		
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	18 264 784\$80	
Remunerações de empregados	2 059 728 602\$80	
Encargos sociais obrigatórios	704 668 961\$90	
Encargos sociais facultativos	70 215 101\$90	
Outros custos com pessoal	9 919 144\$60	2 862 796 596\$00
Fornecimentos de terceiros		96 485 905\$40
Serviços de terceiros		431 663 032\$30
Outros custos bancários		44 782 710\$67
Bonificações por operações de crédito especiais		15 752 040 131\$10
Impostos		5 174 411\$30
Custos inorgânicos		14 942 171\$90
Custos com a emissão e amortização de notas		590 406 913\$40
Resultados em operações sobre ouro e moeda estrangeira		34 929 401 623\$70
Resultados em títulos de crédito		12 696 085 033\$00
Perdas relativas a exercícios anteriores		5 741 949 575\$10
Perdas excepcionais		29 021 613 880\$80
Dotações para amortizações		
em imóveis	676 836\$00	
em equipamento	35 970 936\$00	36 647 772\$00
Dotações para provisões		
para diferenças cambiais em responsabilidades	7 530 500 000\$00	
para riscos de flutuação de câmbios	3 750 000 000\$00	11 280 500 000\$00
		130 019 593 462\$77
Dotações para impostos sobre lucros		
		5 655 000 000\$00
Resultado do exercício		32 196 780 347\$69
		167 871 373 810\$46

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Vítor Manuel Antunes

2.2 Análise da Conta de Resultados

Conforme se encontra explicitado na Conta de Resultados apresentada em 2.1, o Resultado do exercício, após considerada a provisão para impostos sobre lucros, atingiu o vultoso valor de 32 197 milhares de contos, cuja formação é quase exclusivamente devida à ocorrência de vendas de ouro no mercado internacional.

O quadro “Síntese comparativa dos Resultados”, inserto a seguir, proporciona elementos básicos para uma análise comparativa da evolução dos resultados relativamente ao exercício anterior.

Assim, no âmbito dos PROVEITOS, são de salientar as seguintes alterações:

- O aumento de 1 806 milhares de contos em *Proveitos de operações activas*, essencialmente derivado do incremento, já assinalado, das operações de refinanciamento e do reatamento das operações de financiamento da dívida flutuante do Estado, na modalidade de empréstimos em conta corrente;
- O acréscimo de 25,9 milhões de contos na rubrica *Rendimento de títulos de crédito e de participações financeiras*, traduzindo a progressiva acentuação do crédito do Banco ao Estado, através da colocação de empréstimos internos de longo prazo;
- O saldo positivo dos *Resultados em operações sobre ouro e moeda estrangeira*, accionado, quanto aos rendimentos de aplicações, pela elevação do saldo médio das disponibilidades em moeda estrangeira e, quanto aos resultados nas vendas, por uma evolução cambial favorável à dilatação da margem entre o custo de aquisição e o valor de venda;
- O incremento dos *Resultados em Bilhetes do Tesouro*, ocasionado pela retenção, por parte do Banco, de uma parcela significativa destes títulos da dívida flutuante do Estado, fenómeno que é reflexo dos mecanismos próprios do Mercado Interbancário de Títulos, os quais não estimulam a imediata transferência das aplicações em obrigações da carteira do Banco para Bilhetes do Tesouro;
- O aumento de *Lucros excepcionais*, que contou com o contributo quase exclusivo dos resultados obtidos nas vendas de ouro no mercado internacional, as quais tiveram carácter excepcional;
- O decréscimo de *Provisões utilizadas*, de 7 857 milhares de contos, consentâneo, aliás, com o que fora orçamentado para o exercício, dado não terem ocorrido utilizações imprevistas.

No âmbito dos CUSTOS, merecem realce especial os seguintes aspectos evolutivos:

- O agravamento dos *Custos de operações passivas* (5 149 milhares de contos), que teve como principal factor a valorização do dólar em relação ao escudo, já que o saldo médio de responsabilidades não se afastou significativamente do verificado em 1982;
- O aumento de *Custos com pessoal*, de 719 milhares de contos, reflectindo os efeitos da actualização contratual da tabela salarial, das promoções e da movimentação de efectivos (admissões, passagens à reforma, etc.);
- O acréscimo de 3 479 milhares de contos (mais 28,3 por cento) em *Bonificações por operações de crédito especiais*, compatível com a taxa de crescimento do crédito interno;
- A elevação da *Dotação para diferenças cambiais em responsabilidades*, de 4 391 para 7 531 milhares de contos, reflectindo o agravamento das diferenças cambiais acumuladas concernentes às amortizações de empréstimos de médio prazo previstas para 1984;
- O encargo de 34 929 milhares de contos em *Resultados em operações sobre ouro e moeda estrangeira* (+ 25 784 milhares de contos), em que avultam os acréscimos em prejuízos por garantia de câmbio em depósitos a prazo de emigrantes e as diferenças cambiais em responsabilidades em moeda estrangeira, ambos influenciados pela alta taxa de valorização dólar/escudo;
- A variação registada em *Resultados no MIT*, que, uma vez compensada com o ganho diferencial apurado em *Resultados em Bilhetes do Tesouro*, quase neutraliza o agravamento dos encargos do Banco com este mercado;
- O acréscimo de 3 074 milhares de contos em *Perdas relativas a exercícios anteriores*, essencialmente originado pelo maior volume das perdas cobertas por provisões;
- Finalmente, o significativo empolamento da rubrica *Perdas excepcionais* (+ 18 255 milhares de contos), que representa a imputação à Conta de Resultados do montante das diferenças cambiais em responsabilidades decorrentes da desvalorização discreta do escudo, em Junho de 1983.

SÍNTESE COMPARATIVA DOS RESULTADOS

Em contos

	1982	1983	Diferenças
PROVEITOS DO EXERCÍCIO	51 583 687	79 590 319	+28 006 632
Proveitos de operações activas	4 074 770	5 881 259	+1 806 489
Proveitos de serviços bancários	264	211	-53
Proveitos de outras operações bancárias	29 007	285 256	+256 249
Rendimento de títulos de crédito e de participações financeiras	47 245 332	73 192 361	+25 947 029
Outros proveitos bancários	233 486	230 264	-3 222
Proveitos inorgânicos	828	968	+140
RESULTADOS EM OPERAÇÕES SOBRE OURO E MOEDA ESTRANGEIRA . .	7 428 842	14 594 169	+7 165 327
RESULTADOS EM TÍTULOS DE CRÉDITO	1 743 660	5 298 111	+3 554 451
Resultados em Bilhetes do Tesouro	1 743 660	5 023 932	+3 280 272
Resultados em operações de títulos		274 179	+274 179
LUCROS RELATIVOS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	199 598	414 570	+214 972
LUCROS EXCEPCIONAIS	1 005 925	62 493 294	+61 487 369
PROVISÕES UTILIZADAS	13 337 988	5 480 911	-7 857 077
	75 299 700	167 871 374	+92 571 674
CUSTOS DO EXERCÍCIO	35 437 974	47 630 543	+12 192 569
Custos de operações passivas	11 366 530	16 515 104	+5 148 574
Custos com pessoal	2 143 913	2 862 797	+718 884
Fornecimentos de terceiros	75 795	96 486	+20 691
Serviços de terceiros	281 193	431 663	+150 470
Outros custos bancários	49 900	44 782	-5 118
Bonificações por operações de crédito especiais	12 272 824	15 752 040	+3 479 216
Impostos	1 429	5 174	+3 745
Custos inorgânicos	8 284	14 942	+6 658
Custos com a emissão e amortização de notas	546 616	590 407	+43 791
Dotações para amortizações:			
De imóveis e equipamento	10 242	36 648	+26 406
Dotações para provisões:			
Para créditos de cobrança duvidosa	440 000		-440 000
Para diferenças cambiais em responsabilidades	4 390 600	7 530 500	+3 139 900
Para riscos de flutuação de câmbios	3 750 000	3 750 000	
Para riscos gerais de crédito	100 648		-100 648
RESULTADOS EM OPERAÇÕES SOBRE OURO E MOEDA ESTRANGEIRA . .	9 145 126	34 929 402	+25 784 276
RESULTADOS EM TÍTULOS DE CRÉDITO	8 540 656	12 696 085	+4 155 429
Resultados no MIT	8 540 656	12 696 085	+4 155 429
PERDAS RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	2 667 565	5 741 950	+3 074 385
PERDAS EXCEPCIONAIS	10 767 100	29 021 614	+18 254 514
	66 558 421	130 019 594	+63 461 173
DOTAÇÕES PARA IMPOSTOS SOBRE LUCROS	1 090 300	5 655 000	+4 564 700
	67 648 721	135 674 594	+68 025 873
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7 650 979	32 196 780	+24 545 801

3. Proposta de distribuição de lucros

O Resultado do exercício de 1982, no montante de 7 650 978 878\$38, foi aplicado como segue:

— para Reserva — 5 por cento	382 678 878\$38
— para Reserva para novas instalações — cerca de 10 por cento	765 000 000\$00
— para o Estado — cerca de 85 por cento	6 503 300 000\$00

Relativamente ao Resultado do exercício de 1983, na importância de 32 196 780 347\$69, o Conselho de Administração do Banco propõe que se mantenha o mesmo critério de aplicação e distribuição, do que resulta:

— para Reserva — 5 por cento	1 609 480 347\$69
— para Reserva para novas instalações — cerca de 10 por cento	3 220 000 000\$00
— para o Estado — cerca de 85 por cento	27 367 300 000\$00

Lisboa, 20 de Março de 1984

O GOVERNADOR

Manuel Jacinto Nunes

Os VICE-GOVERNADORES

Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar
Vítor Manuel Ribeiro Constâncio
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

Os ADMINISTRADORES

Valter Valdemar Pego Marques
Alberto José dos Santos Ramalheira
Abel António Pinto dos Reis
José de Matos Torres

V – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA

Em conformidade com o estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Conselho de Auditoria apresenta o seu relatório e parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 1983.

A – RELATÓRIO

1. Funcionamento do Banco

O funcionamento do Banco tem sido acompanhado pelo Conselho de Auditoria fundamentalmente através das comunicações e dos relatórios dos Serviços de Auditoria Interna e de Contabilidade que regular e sistematicamente lhe foram enviados para conhecimento e análise.

Em 1983, os programas dos Serviços de Auditoria Interna prosseguiram e ampliaram os trabalhos de verificações e confirmações de registos contabilísticos, de funcionamento e vigilância das instalações do Banco e das condições de trabalho do seu pessoal e de levantamento e avaliação de procedimentos contabilísticos e administrativos.

Em matéria de contagens físicas de valores em 1983, os Serviços de Auditoria Interna não só deram continuidade às operações já tradicionais como iniciaram novas acções de contagens físicas em regime de surpresa.

2. Situações periódicas

No exercício findo, o Conselho de Auditoria, seguindo a tradição anterior, apreciou e comentou as situações diárias e periódicas recebidas regularmente dos Serviços de Contabilidade, sendo de salientar que, no caso dos relatórios contabilísticos mensais, os indicadores de gestão e os comentários que normalmente os acompanham sobre as situações patrimoniais pré-figuradas permitiram uma análise satisfatória da sua evolução no ano de 1983.

3. Pareceres emitidos

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro, o Conselho de Auditoria, dentro da competência que lhe é atribuída na Lei Orgânica do Banco de Portugal, emitiu pareceres sobre:

- Relatórios, Balanços e Contas de Gerência de 1980 do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do Banco de Portugal, do Fundo de Compensação e do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais, de 1982;
- Orçamentos para 1983 do Banco de Portugal, do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais e do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP);
- Orçamento Preliminar de Despesas de Investimento do Banco de Portugal para 1984 e Versão Ajustada do Orçamento de Exploração do Banco de Portugal para 1983;
- Operações realizadas em 1982, referentes ao Empréstimo do Banco Mundial 1701 PO;
- Despacho Normativo n.º 58/83 — IX, de 14 de Dezembro, do Secretário de Estado do Tesouro e Despacho n.º 127/82, de 28 de Dezembro, do Secretário de Estado das Finanças.

4. Escrituração, casas-fortes e cofres do Banco

A evolução contabilística das massas patrimoniais e dos custos e proveitos da exploração do Banco foi analisada e comentada a partir dos relatórios mensais dos Serviços de Contabilidade já referidos e dos esclarecimentos complementares solicitados aos vários Departamentos do Banco.

O Conselho de Auditoria, por intermédio de alguns dos seus membros, esteve presente nas contagens físicas realizadas pelo Departamento de Auditoria Interna do Banco, para cumprimento do programa aprovado pelo Conselho de Administração.

5. Documentos de trabalho

Em 1983, continuou-se a emitir, para apreciação deste Conselho, documentos de trabalho, que se anexam às actas das reuniões e em que se procurou comentar os elementos de informação e comunicações transmitidos pelo Conselho de Administração e pelos Serviços do Banco.

6. Reuniões

O Conselho de Auditoria esteve representado em todas as reuniões semanais do Conselho de Administração.

A apreciação, discussão e emissão de pareceres e outros documentos tiveram lugar em reuniões periódicas do Conselho de Auditoria, de que foram oportunamente elaboradas e aprovadas as respectivas actas.

7. Fundos Autónomos

As contas anuais do Fundo de Compensação e do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais continuam, certamente por razões operacionais, a ser submetidas a parecer em datas que em regra ultrapassam as fixadas para o efeito.

Anota-se que em 1983 foi pela primeira vez submetido ao parecer deste Conselho o Orçamento para 1983 do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais.

8. Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas — IFADAP

As últimas contas submetidas a parecer deste Conselho de Auditoria respeitam ao exercício de 1980. Estão, portanto, em atraso as contas dos exercícios de 1981 e 1982 e o Orçamento para 1984.

B — BALANÇO E CONTAS DO BANCO DE PORTUGAL REFERENTES A 1983

Do Relatório do Conselho de Administração são de assinalar os seguintes pontos:

1. Notas explicativas

- a) As disponibilidades em ouro estão registadas, em termos contabilísticos para efeitos de balanço, por 684 575 milhares de contos, correspondentes a 635,575 toneladas de ouro fino, valorizadas a 254,92 dólares dos Estados Unidos por onça *troy* e as disponibilidades em moedas estrangeiras por 39 969 milhares de contos, contravalor calculado às taxas de câmbios médios de compra e venda, no mercado nacional, no último dia de cada mês;
- b) A rubrica Fundo Monetário Internacional compreende, além de direitos de saque especiais, a participação de conta do Estado que representa o crédito concedido ao Estado Português em consequência de entregas feitas pelo Banco ao Fundo Monetário Internacional para realização da quota do Estado neste Fundo. Dos 50 590 milhares de contos da participação de conta do Estado, 18 412 milhares de contos respeitam a 22,879 toneladas de ouro fino, 1 499 milhares de contos a moedas estrangeiras e, do restante, 6297 milhares de contos a direitos de saque especiais e 24 382 milhares de contos a moeda nacional;

- c) A rubrica de Imóveis e Equipamento inclui os imobilizados em fase de exploração susceptíveis de amortização, computados em termos de valor bruto (1094 milhares de contos) e de valor líquido (306 milhares de contos), e as imobilizações em curso cujo bruto valor é de 2399 milhares de contos;
- d) Na rubrica Diversos de Outras verbas do activo incluem-se 10 171 milhares de contos de créditos em mora e em conta separada, cobertos por provisões, e ainda 36 362 milhares de contos de flutuação em responsabilidades em moeda estrangeira.

2. Análise do Balanço

a) O aumento do total das rubricas do Balanço do Banco durante o ano de 1983 foi de 472 602 milhares de contos.

Para este aumento contribuíram, segundo o Relatório do Conselho de Administração, os seguintes factores:

- a alta da taxa de valorização do dólar em relação ao escudo (47,6 por cento no ano), que se reflectiu nas disponibilidades em ouro e moeda estrangeira, num total de 190,2 milhões de contos, muito embora tenham sido alienadas, em 1983, 51,5 toneladas de ouro, das quais 49,5 no mercado internacional e 2 no mercado interno, à indústria de ourivesaria.
- a manutenção de financiamento interno do Orçamento Geral do Estado pelo Banco Central, mediante um empréstimo de 142 milhões de contos;
- a elevação da quota do Estado no Fundo Monetário Internacional (de 258 para 376,6 milhões de direitos de saque especiais) e a utilização do crédito deste organismo financeiro internacional, no montante de 355 milhões de direitos de saque especiais; e
- a carência de liquidez por parte de algumas instituições especiais de crédito, que determinou o aumento consolidado de 32,7 milhões de contos nas rubricas de Desconto e Redesconto e de Empréstimos caucionados.

b) A taxa de cobertura da emissão monetária revela um sensível acréscimo (de 1,557 em 1982 para 1,709 em 1983).

3. Conta de resultados

O resultado positivo do exercício cifrou-se em 32 197 milhares de contos, consequência, em grande parte, de vendas de ouro no mercado internacional.

4. Proposta de distribuição de lucros

A proposta apresentada mantém o critério de aplicação e distribuição do exercício anterior (5 por cento para Reserva; 10 por cento para Reserva para novas instalações e 85 por cento para o Estado).

C – PARECER

Finalmente, o Conselho de Auditoria, com base nos elementos contabilísticos e outros considerados satisfatórios que analisou e nas informações complementares que solicitou directamente aos Serviços, dá o seu parecer de concordância à aprovação das Contas, do Balanço e do Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício de 1983 e manifesta o seu muito apreço pela colaboração sempre recebida do Conselho de Administração e do Pessoal do Banco.

Lisboa, 29 de Março de 1984

O CONSELHO DE AUDITORIA

José de Azeredo Perdigão — PRESIDENTE

João Florêncio Vicente de Carvalho

António Roque Antunes

Francisco Lázaro de Albuquerque Veloso

Il parte

REVISTA ECONOMICA E FINANCEIRA

Os dados utilizados na Revista Económica e Financeira correspondem à informação estatística mais recente de que se dispunha no momento em que foi elaborada, estando, portanto, sujeitos a revisões.

A experiência tem demonstrado, porém, que tais revisões não introduzem substanciais alterações, quer na análise produzida, quer nas conclusões alcançadas.

ÍNDICE

A – ECONOMIA INTERNACIONAL

1. Principais problemas e políticas económicas	63
2. Produção e preços	68
2.1 Países da OCDE	68
2.2 Países socialistas	71
2.3 Países em vias de desenvolvimento	72
3. Comércio internacional e balanços de pagamentos	73
3.1 Balanços comerciais	73
3.2 Balanços de transacções correntes	76
3.3 Mercados financeiros internacionais	77
4. Relações monetárias internacionais	79
4.1 Mercados cambiais e do ouro	79
4.2 Sistema Monetário Internacional	86

B – ECONOMIA NACIONAL

Capítulo I – ANÁLISE GLOBAL

1. Introdução	93
2. A política económica em 1983	95
3. Actividade económica e seu financiamento	98

Capítulo II – PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

1. Introdução	103
2. Procura	103
2.1 Consumo privado	106
2.2 Consumo público	107
2.3 Investimento	108
2.4 Procura externa	111
3. Produção	111
3.1 Agricultura e pesca	113
3.2 Indústria	114
3.3 Construção	117
3.4 Electricidade, gás e água	118
3.5 Serviços	118
4. Emprego	119
5. Salários e repartição do rendimento	122
6. Preços	126
7. Energia	129

Capítulo III – BALANÇA DE PAGAMENTOS

1. Introdução	133
2. Balança de transacções correntes	136
2.1 Comércio externo	136
2.1.1 Balança comercial	136
2.1.2 Importações	137

2.1.3	Exportações	140
2.1.4	Distribuição geográfica	144
2.2	Balança de serviços, rendimentos e transferências	
	unilaterais	145
2.2.1	Balança de serviços e rendimentos	145
2.2.2	Transferências unilaterais	148
3.	Financiamento do défice da balança de transacções correntes	150
3.1	Balança de capitais do sector não monetário	151
3.1.1	Capitais a médio e longo prazos	152
3.1.2	Capitais a curto prazo	155
3.2	Balança de operações monetárias	156
4.	Dívida externa e reservas	157
4.1	Dívida externa	157
4.1.1	Evolução global	157
4.1.2	Dívida a médio e longo prazos	159
4.1.3	Dívida a curto prazo	160
4.1.4	Indicadores da dívida e do serviço da dívida	161
Capítulo IV – POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E ORÇAMENTAL		
1.	Política Monetária	169
1.1	Política monetária e contexto económico global	169
1.2	Programação e instrumentos do controlo monetário	174
1.3	Liquidez primária	177
1.4	Procura de moeda	184
1.5	Crédito à economia	188
1.6	Ajustamento das OIM	195
2.	Política Cambial	204
2.1	Política cambial e evolução do escudo	204
2.2	Competitividade externa da indústria portuguesa	207
3.	Política Orçamental	210
3.1	Natureza da política orçamental	210
3.2	Sector público administrativo	212
3.3	Dívida pública	214
3.4	Estado	221
3.5	Segurança social	226
Capítulo V – FINANCIAMENTO DA ECONOMIA		
1.	Equilíbrio real e financeiro	229
2.	Mercado de capitais	232
2.1	Instituições financeiras não monetárias	232
2.2	Mercado de títulos	233

ÍNDICE DE GRÁFICOS

A — ECONOMIA INTERNACIONAL

1	Taxas de câmbio efectivas reais	67
2	Balanças comerciais	75
3	Balança de transacções correntes	77
4	EUA — Evolução do dólar	79
5	Sistema Monetário Europeu	80
6	Taxa de câmbio em relação ao dólar — I (médias mensais)	81
7	Taxas de câmbio efectivas — I (médias trimestrais)	81
8	Taxa de câmbio em relação ao dólar — II (médias mensais)	82
9	Taxas de câmbio efectivas — II (médias trimestrais)	82
10	Taxa de câmbio em relação ao dólar — III (médias mensais)	83
11	Taxas de câmbio efectivas — III (médias trimestrais)	83
12	Taxa de câmbio em relação ao dólar	83
13	Taxas de câmbio efectivas	84
14	Preços do ouro no mercado de Londres	85

B — ECONOMIA NACIONAL

Capítulo I — ANÁLISE GLOBAL

I. 1	Programa de estabilização	94
I. 2	Evolução dos agregados monetários	96
I. 3	Evolução do escudo	97

Capítulo II — PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

II. 1	Procura na indústria transformadora — procura global	106
II. 2	Comércio a retalho	107
II. 3	Índice composto da oferta de máquinas	109
II. 4	Vendas de cimento e aço para a construção	110
II. 5	Investimentos em casas de habitação	110
II. 6	Variações de existências	111
II. 7	Produção industrial	115
II. 8	Grau de utilização da capacidade produtiva na indústria transformadora	116
II. 9	Índices de emprego por actividades	120
II. 10	Índice de preços no consumidor	128

Capítulo III — BALANÇA DE PAGAMENTOS

III. 1	Indicadores do comércio externo	136
III. 2	Variação das importações e da produção das indústrias transformadoras	140
III. 3	Quotas de mercado portuguesas	142
III. 4	Evolução das receitas de turismo	146
III. 5	Evolução das receitas de turismo e seus factores	147
III. 6	Evolução das receitas de turismo em alguns países europeus mediterrânicos	147
III. 7	Evolução das remessas de emigrantes	149

III. 8	Evolução das remessas de emigrantes e dos salários nominais nos principais países de residência	149
III. 9	Evolução das Balanças de Transacções Correntes (BTC), de Operações Não Monetárias (BONM) e de Capitais do Sector Não Monetário (BK) a Médio e Longo Prazos (BKMLP) e a Curto Prazo (BKCP)	151
III.10	Evolução da Balança de Capitais a Médio e Longo Prazos (BKMLP)	152
III.11	Evolução da Balança de Capitais a Curto Prazo do Sector não Monetário	156
III.12	Evolução da dívida externa portuguesa	159
III.13	Evolução da repartição da dívida externa a curto prazo por sectores dos mutuários	161
III.14	Evolução da repartição da dívida externa a médio e longo prazos por sectores dos mutuários	161
III.15	Evolução de alguns indicadores da dívida externa	162
III.16	Evolução de alguns indicadores do serviço da dívida externa	163
III.17	Disponibilidades e responsabilidades do sector monetário em relação ao exterior	166
 Capítulo IV – POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E ORÇAMENTAL		
IV.1	Política Monetária	
IV.1.1	Circulação monetária	179
IV.1.2	Agregados monetários	184
IV.1.3	Taxas de remuneração	186
IV.1.4	Taxas de juro nos mercados monetários	199
IV.2	Política Cambial	
IV.2.1	Evolução do escudo em 1983	205
IV.2.2	Evolução dos índices relativos – Portugal/ /Exterior	207
IV.2.3	Evolução dos índices relativos – Portugal/ /Grécia	207
IV.2.4	Evolução dos índices relativos – Portugal/ /Itália	208
IV.2.5	Evolução dos índices relativos – Portugal/ /Espanha	208
IV.2.6	Preços no consumidor relativos	209
IV.2.7	Evolução da competitividade externa e das quotas de mercado	209
IV.3	Política Orçamental	
IV.3.1	Dívida pública em percentagem do PNB _{pm}	219
IV.3.2	Evolução da dívida pública	219
IV.3.3	Distribuição das despesas da Segurança social pelos vários regimes	228
 Capítulo V – FINANCIAMENTO DA ECONOMIA		
V.1	Movimento dos mercados secundários de títulos em 1983	235
V.2	Comportamento dos títulos transaccionados na Bolsa de Valores de Lisboa	238

ÍNDICE DE QUADROS

A – ECONOMIA INTERNACIONAL

1	Agregados monetários: objectivos e realizações	64
2	Indicadores orçamentais	65
3	Taxas de juro em países da OCDE	66
4	Taxas de juro no mercado das eurodivisas	66
5	Produto nacional bruto na zona da OCDE	69
6	Taxas e níveis de desemprego	69
7	Componentes da despesa global	70
8	Variação percentual dos preços no consumidor	70
9	Mercado petrolífero mundial	74
10	Balança de transacções correntes dos países da OCDE	76
11	Mercado financeiro internacional	78
12	Mercado do ouro	86
13	Reservas internacionais: composição	87
14	Reservas internacionais: distribuição	88
15	Transacções do FMI	89
16	Regimes cambiais dos países membros do FMI	90

B – ECONOMIA NACIONAL

Capítulo I – ANÁLISE GLOBAL

I. 1	Principais indicadores económicos	98
I. 2	Principais indicadores monetários	101

Capítulo II – PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

II. 1	Despesa nacional	104
II. 2	Rendimento disponível dos particulares	105
II. 3	Indicadores do consumo privado	106
II. 4	Indicadores do investimento	108
II. 5	Formação bruta de capital fixo	109
II. 6	Exportação de bens e serviços – Procura externa	111
II. 7	Produto interno bruto, a preços de mercado	112
II. 8	Produto das indústrias extractivas e transformadoras, a preços de mercado	114
II. 9	População, emprego e desemprego	120
II. 10	População empregada segundo o ramo de actividade	121
II. 11	Índice de emprego por actividades	121
II. 12	Situação no mercado de emprego	122
II. 13	Evolução anual das remunerações médias	122
II. 14	Salários mínimos nacionais	123
II. 15	Salários reais, produtividade e termos de troca	124
II. 16	Repartição do rendimento nacional e do vencimento disponível	125
II. 17	Índice de preços no consumidor	126

Capítulo III — BALANÇA DE PAGAMENTOS

III. 1	Balança de pagamentos externos — Principais componentes — — milhões de escudos	133
III. 2	Balança de pagamentos externos — Principais componentes — — milhões de dólares	134
III. 3	Variação das principais componentes da Balança de operações não monetárias	134
III. 4	Balança das operações não monetárias — Grandes agregados — — trimestres	135
III. 5	Relações externas de alguns países — Défices das Balanças comerciais e de transacções correntes	135
III. 6	Comércio externo (FOB)	136
III. 7	Razões de troca	137
III. 8	Componentes da variação do défice comercial	137
III. 9	Transacções de electricidade	137
III.10	Importações de mercadorias — Taxas de crescimento	138
III.11	Importações — Evolução por grupos de produtos	139
III.12	Exportações de mercadorias — Taxas de crescimento	141
III.13	Exportações — Evolução por grupos de produtos	141
III.14	Participação das exportações portuguesas no mercado dos países industrializados	143
III.15	Distribuição geográfica do comércio externo	144
III.16	Balança de serviços e rendimentos entre Portugal e o Exterior . .	146
III.17	Dormidas de estrangeiros em todos os meios de alojamento	147
III.18	Receitas de turismo e Balança de bens e serviços	148
III.19	Repartição geográfica das remessas de emigrantes	150
III.20	Estrutura do financiamento da Balança de transacções correntes	150
III.21	Balança de capitais do sector não monetário	151
III.22	Balança de capitais dos “outros sectores” a médio e longo prazos	153
III.23	Investimentos directos estrangeiros em Portugal — Distribuição por sectores de actividade económica e tipos de operações . . .	154
III.24	Investimentos directos estrangeiros em Portugal — Distribuição por países de origem	154
III.25	Capitais a curto prazo do sector não monetário	155
III.26	Balança de operações monetárias	156
III.27	Fluxos de operações monetárias — 1983	157
III.28	Dívida externa portuguesa — Saldos em fim de período	158
III.29	Variação da Dívida externa portuguesa	160
III.30	Taxas de variação homóloga da Dívida externa portuguesa	160
III.31	Repartição da Dívida externa portuguesa por sectores dos mutuários e tipos de garantias	161
III.32	Indicadores da Dívida externa portuguesa e do seu serviço	162
III.33	Indicadores da Dívida externa e seu serviço — Comparações internacionais	163
III.34	Indicadores da Dívida externa a médio e longo prazos — Comparações com países seleccionados	164
III.35	Disponibilidades e responsabilidades em ouro e divisas das Instituições monetárias em relação ao Exterior	165

Capítulo IV – POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E ORÇAMENTAL

IV. 1 Política Monetária

IV. 1. 1 Situação monetária global	170
IV. 1. 2 Financiamento e massa monetária	171
IV. 1. 3 Execução do programa monetário acordado com o FMI	172
IV. 1. 4 Controlo dos limites de crédito	177
IV. 1. 5 Liquidez primária total – Principais componentes . .	177
IV. 1. 6 Liquidez primária total	178
IV. 1. 7 Taxas de liquidez das OIM, em percentagem	180
IV. 1. 8 Reservas livres	181
IV. 1. 9 Liquidez primária total – Variação das principais rubricas em 1983	182
IV. 1. 10 Crédito ao Sector público	183
IV. 1. 11 Meios de pagamento sobre o Exterior – Banco de Portugal	183
IV. 1. 12 Evolução dos agregados monetários	184
IV. 1. 13 Velocidade-rendimento da moeda	187
IV. 1. 14 Estrutura da massa monetária	188
IV. 1. 15 Endividamento da economia	189
IV. 1. 16 Crédito a empresas e particulares – Distribuição por sectores de actividade	190
IV. 1. 17 Crédito a empresas e particulares – Repartição percentual dos saldos por sectores	191
IV. 1. 18 Crédito a empresas e particulares – Repartição dos saldos por sectores e prazos	191
IV. 1. 19 Crédito a empresas e particulares – Repartição percentual dos saldos por sectores e prazos	192
IV. 1. 20 Crédito a empresas e particulares – Repartição percentual por sectores e tipos de instituições	192
IV. 1. 21 Bonificações concedidas pelo Banco de Portugal às OIM e ao IFADAP	193
IV. 1. 22 Crédito a empresas e particulares – Repartição do saldo por finalidades e regimes de bonificação	194
IV. 1. 23 Crédito a empresas e particulares – Repartição percentual do saldo por finalidades e regimes de bonificação	194
IV. 1. 24 Repartição do crédito preferencial por instituições e prazos	195
IV. 1. 25 OIM – Crédito concedido e depósitos totais	196
IV. 1. 26 Mercado monetário interbancário	197
IV. 1. 27 Créditos de cobrança duvidosa	197
IV. 1. 28 Disponibilidades e responsabilidades a curto prazo para com o Exterior	198
IV. 1. 29 Responsabilidades a médio e longo prazos para com o Exterior	198
IV. 1. 30 Mercado interbancário de títulos	200
IV. 1. 31 Bilhetes do Tesouro	200
IV. 1. 32 Análise da rentabilidade das OIM	202

IV. 2	Política Cambial	
IV. 2. 1	Evolução do valor do escudo	206
IV. 3	Política Orçamental	
IV. 3. 1	Saldo orçamental efectivo	210
IV. 3. 2	Saldo estandardizado ou ao nível do rendimento inicial	210
IV. 3. 3	Variações discricionárias e automáticas das receitas fiscais	211
IV. 3. 4	Varição discricionária dos principais impostos do Estado	211
IV. 3. 5	Receita potencial dos principais impostos cobrados pelo Estado	212
IV. 3. 6	Nível de fiscalidade	212
IV. 3. 7	Contas Nacionais do Sector público administrativo	213
IV. 3. 8	Financiamento do Sector público administrativo	214
IV. 3. 9	Dívida pública directa	215
IV. 3. 10	Produto e tomadores dos empréstimos internos	215
IV. 3. 11	Dívida pública externa directa — 1983	216
IV. 3. 12	Dívida pública externa directa, em percentagem	217
IV. 3. 13	Saldo em dívida	217
IV. 3. 14	Dívida pública externa directa	217
IV. 3. 15	Movimento da Dívida pública externa directa em 1983	218
IV. 3. 16	Encargos com a dívida pública directa	218
IV. 3. 17	Operações garantidas em 1983 — Crédito externo	220
IV. 3. 18	Indicadores de comportamento da dívida pública directa	221
IV. 3. 19	Despesas orçamentais do Estado — Classificação económica	221
IV. 3. 20	Despesas orçamentais do Estado — Classificação orgânica	222
IV. 3. 21	Receitas orçamentais do Estado	223
IV. 3. 22	Receitas fiscais do Estado	224
IV. 3. 23	Imposto profissional — Escalões de rendimento colectável e taxas	224
IV. 3. 24	Receitas e despesas da Segurança social	226
IV. 3. 25	Despesas correntes da Segurança social com prestações sociais	227
Capítulo V	— FINANCIAMENTO DA ECONOMIA	
V. 1	Quadro dos fluxos de fundos para a economia Portuguesa	230
V. 2	Principais rubricas do balanço agregado das instituições financeiras não monetárias	232
V. 3	Constituição, dissolução e aumentos de capital de sociedades anónimas	234
V. 4	Posição e movimento de acções	234
V. 5	Emissão de obrigações	235
V. 6	Posição e movimento de obrigações	236
V. 7	Cotações e taxas de rendimento das obrigações mais transacciona- das na Bolsa de Lisboa	237
V. 8	Recursos mobilizados no mercado de títulos em 1983	238

A — ECONOMIA INTERNACIONAL

1. Principais Problemas e Políticas Económicas

Após a continuada desaceleração ocorrida desde 1978, a economia mundial caracterizou-se, em 1983, pela retoma da actividade produtiva, concretizada numa taxa de crescimento da ordem dos 2 por cento. Sucessivamente anunciada — e adiada — em anos anteriores, a recuperação económica manifestou-se, sobretudo, nos progressos alcançados na produção global da área da OCDE (+2.25 por cento após a descida de 0.3 por cento em 1982) e na aceleração do crescimento das economias socialistas. Nos países em vias de desenvolvimento, se bem que se tenha registado uma inversão da tendência decrescente da sua actividade económica, os ganhos conseguidos foram bastante marginais; neste conjunto, os países da OPEP completaram um quadriénio de contracção da produção, determinada pela queda da produção petrolífera.

Paralelamente, prosseguiu em 1983 a desaceleração dos preços nos países industrializados e regressou-se a uma situação menos desequilibrada das contas externas a nível dos grandes blocos geo-económicos, com expansão do comércio internacional e superação da aguda crise de pagamentos presente na segunda metade de 1982.

Os referidos desenvolvimentos favoráveis da economia mundial foram, porém, acompanhados por uma escassa generalização geográfica da retoma da actividade, pelo recrudescimento das tensões inflacionistas nos países em vias de desenvolvimento, pela persistência, e mesmo agravamento, de elevadas taxas de desemprego, pela manutenção de altas taxas de juro, em especial em termos reais, e por graves situações de endividamento externo.

A condução da política económica dos países desenvolvidos, declaradamente virada, nos últimos anos, para a criação de condições de credibilidade e de confiança, susceptíveis de possibilitar a recuperação da actividade produtiva, caracterizou-se por um esforço de contenção de custos, preços e défices do sector público, por tentativas de redução de elementos de rigidez nos diversos mercados, e, mais recentemente, por um cauteloso aliviar da restrição monetária. Tal actuação, bem como os aumentos de produtividade e as moderadas pressões salariais, que permitiram refazer as margens de lucro, estiveram na base da expansão económica, estimulada, sobretudo, pelo dinamismo do consumo privado — devido à subida dos rendimentos reais e ao decréscimo das taxas de poupança — e pela reconstituição das existências.

As políticas macroeconómicas de intervenção conjuntural consubstanciaram-se, em 1983, por uma gestão prudente da procura, visando, na linha do progressivo aliviar da orientação contraccionista, iniciado em 1982, proporcionar um ambiente favorável e duradouro à retoma gradual e sustentada da actividade produtiva.

Esta preocupação é sobretudo visível na política monetária seguida pelos sete maiores países da OCDE, a qual foi, em geral, menos restritiva que no passado mais recente, confirmando-se, assim, a tendência desenhada na parte final de 1982.

Efectivamente, os últimos valores disponíveis para os agregados monetários podem considerar-se dentro dos objectivos fixados, uma vez que apenas são ultrapassados claramente no caso da Itália e marginalmente nos do Japão e RFA. No entanto, uma análise intra-anual mostra que as autoridades monetárias continuaram a adoptar uma atitude comedida. Depois de

Quadro 1 – AGREGADOS MONETÁRIOS: OBJECTIVOS E REALIZAÇÕES⁽¹⁾
Variações percentuais, taxas anualizadas com base em valores corrigidos da sazonalidade

	Agregados monetários	Última observação 1983	12 meses anteriores ⁽²⁾	6 meses anteriores ⁽²⁾	3 meses anteriores ⁽²⁾	Média das variações dos últimos 3 meses	Variações entre a última observação mensal e o início do período de programação	Objectivo oficial
EUA	M ₁	Outubro	11.6	9.1	4.5	1.7	6.0	5 – 9
	M ₂	Outubro	12.0	8.2	6.9	6.8	7.9	7 – 10
Japão	M ₁	Setembro	2.7	1.1	3.8	5.3	—	—
	M ₂ + CD	Setembro	7.1	7.0	8.2	9.9	7.4	7
RFA	M ₁	Setembro	11.3	8.7	6.4	1.3	—	—
	M ₃	Setembro	6.7	6.2	7.0	6.6	—	—
	MBC	Outubro	7.5	6.0	5.6	4.3	7.5	4 – 7
França	M ₁	Agosto	10.5	13.2	13.7	10.2	—	—
	M ₂	Agosto	8.7	8.9	9.2	6.4	8.7	9
Reino Unido	M ₁	Outubro	11.9	11.7	6.7	8.6	12.0	7 – 11
	£M ₃	Outubro	9.8	9.9	5.8	4.8	10.7	7 – 11
Itália	CIT	Agosto	20.9	22.2	23.6	24.8	21.7	18.2
	M ₂	Agosto	17.1	13.1	19.8	23.7	—	—
Canadá	M _{1A}	Outubro	18.4	14.1	10.6	4.9	—	—
	M ₂	Outubro	5.6	2.8	5.1	1.6	—	—

(1) Os agregados M₁ são definições restritas de oferta de moeda, ou seja, circulação monetária mais depósitos à ordem de residentes. Os agregados M₂, £M₃ e M₃ são definições largas da massa monetária, resultantes de se adicionar a M₁ os depósitos a prazo e de poupança de residentes e, no caso do Japão, ainda os certificados de depósito (CD). Na Itália, CIT é o crédito interno total com exclusão dos aceites bancários. Na RFA, MBC, "Moeda do Banco Central", é constituída pela circulação monetária e reservas obrigatórias mínimas dos outros bancos detidas no Banco Central.

(2) Os valores da 4.^a, 5.^a e 6.^a colunas medem a variação entre o valor médio dos últimos três meses e a média dos trimestres terminados 12, 6 e 3 meses antes da última observação.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

os objectivos terem sido excedidos na primeira metade do ano, a actuação posteriormente perfilhada fez regressar os agregados monetários aos valores programados; e os números conhecidos para 1984 indicam nova desaceleração.

Porém, como foi sublinhado no Relatório de 1982, não é fácil a interpretação dos movimentos dos agregados monetários, atendendo às modificações institucionais decididas pelas autoridades monetárias, ou introduzidas pelos participantes nos mercados, assistindo-se a um afastamento entre as reacções verificadas e o seu padrão histórico. Acresce que a brusca descida da inflação e das taxas de juro, ocorrida em alguns países, desde o início da presente década, tem provocado comportamentos "anómalos" dos agentes económicos, tornando mais difícil a tarefa de previsão. Donde, a adopção de uma abordagem mais flexível na fixação dos objectivos monetários, com as autoridades mais predispostas a aceitarem desvios provocados pelas alterações de enquadramento; se bem

que pareça realista nesta fase de transição e adaptação, tal política pode, contudo, retirar alguma credibilidade e eficácia ao anúncio das normas monetárias.

A política orçamental seguida pelo conjunto dos sete países da OCDE caracterizou-se, em 1983, pela manutenção do peso do saldo negativo das contas das administrações públicas no produto global (4.1 por cento). Em termos nacionais, permaneceu inalterada a relevância dos défices orçamentais dos EUA (com influência predominante nas restantes economias) e da Itália, aumentou o peso dos saldos negativos da França, Reino Unido e Canadá e reduziu-se o dos défices do Japão e da RFA, países firmemente decididos a diminuir a importância do sector público.

Para além da distinta evolução, importa salientar a situação muito diferenciada destes países no tocante à dimensão relativa assumida pelos défices orçamentais, com valores em torno dos 3–4 por cento do PIB/PNB na maioria deles, mas elevando-se a quase

Quadro 2 – INDICADORES ORÇAMENTAIS

	Saldos financeiros das administrações públicas ⁽¹⁾			Variações discricionárias e automáticas dos saldos financeiros das administrações públicas ⁽²⁾								
				Efeito das medidas discricionárias			Efeito de estabilização automática			Variação total		
	1			2			3			4 = 2 + 3		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
EUA	-0.9	-3.8	-3.8	0.9	-1.3	-0.5	-0.6	-1.6	0.5	0.3	-2.9	0.0
Japão	-4.0	-4.1	-3.4	0.6	0.1	1.1	-0.1	-0.2	-0.4	0.5	-0.1	0.7
RFA	-3.9	-3.5	-3.1	0.3	1.8	1.4	-1.1	-1.4	-1.0	-0.8	0.4	0.4
França	-1.9	-2.6	-3.4	-1.0	0.2	-0.2	-1.2	-0.9	-0.6	-2.2	-0.7	-0.8
Reino Unido	-2.8	-2.0	-2.7	3.1	1.8	-0.5	-2.4	-1.0	-0.2	0.7	0.8	-0.7
Itália	-11.7	-11.9	-12.0	-2.4	1.1	1.5	-1.3	-1.3	-1.6	-3.7	-0.2	-0.1
Canadá	-1.1	-5.3	-5.7	1.9	-0.1	-0.7	-0.5	-4.1	0.3	1.4	-4.2	-0.4
Média dos países considerados ⁽³⁾ ..	-2.5	-4.1	-4.1	0.4	0.8	0.5	-0.9	-1.2	-0.4	-0.5	-0.4	0.1

(1) Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento em percentagem do PIB/PNB.

(2) Variação, em relação ao ano anterior, do peso percentual do défice orçamental no PIB/PNB. Um sinal positivo (negativo) traduz um movimento restritivo (expansionista).

(3) Ponderada de acordo com o PIB/PNB, às taxas de câmbio de 1982.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

6 por cento no Canadá e atingindo um máximo de 12 por cento na Itália. Défices desta última ordem de grandeza registaram-se igualmente na Bélgica e Irlanda. Aliás, nos países mais pequenos da OCDE, só a Áustria e a Austrália contabilizaram défices comparáveis à média das sete maiores economias, todos os demais se situaram nitidamente acima, com excepção da Noruega, onde, à semelhança dos últimos anos, se apurou novo excedente (cerca de 4 por cento do produto) explicado pelas receitas provenientes da exploração de petróleo no Mar do Norte.

A análise das variações (discricionárias e automáticas⁽¹⁾) dos saldos financeiros das administrações públicas mostra que as medidas orçamentais foram deliberadamente expansionistas nos EUA, Canadá, Reino Unido e França. Por seu turno, a recuperação económica mais lenta explica os efeitos expansionistas automáticos registados nos países europeus, contrariamente às consequências restritivas observadas na América do Norte. Em geral, a manutenção de elevadas taxas de juro contribuiu também para a explicação dos níveis dos défices orçamentais.

(1) Para esclarecimento do significado destes termos, ver Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração*, Gerência de 1981, pg. 54.

A conjugação das políticas acabadas de descrever conduziu a que, na generalidade, as taxas de juro tivessem prosseguido o movimento descendente iniciado em meados de 1982, ainda que, agora, de maneira muito menos acentuada. Uma excepção notável é o comportamento observado nos EUA, onde, após uma situação de estagnação no início do ano, se assistiu, posteriormente, a uma subida das taxas de curto prazo, que atingiram níveis superiores aos do final de 1982, embora sensivelmente abaixo dos verificados ao terminar 1981. Entre os factores explicativos, terão estado uma breve fase mais expansionista da política monetária, a firme recuperação conjuntural no 2.º semestre e os fortes défices orçamentais, com as suas consequências em termos de potencialidades inflacionistas e de absorção das disponibilidades de poupança.

Tal como no ano anterior, e por razões que se prendem com a insuficiente atenuação das expectativas inflacionistas, as taxas de juro a longo prazo não acompanharam, de modo tão sensível, os movimentos de baixa registados no horizonte temporal mais curto. Em 1983 e para além do caso dos EUA, assistiu-se mesmo a uma ligeira ascensão das taxas de longo prazo na Suíça e RFA. Idênticos movimentos foram igualmente detectados nos mercados das eurodivisas.

Quadro 3 – TAXAS DE JURO EM PAÍSES DA OCDE⁽¹⁾

	Curto prazo ⁽²⁾						Longo prazo ⁽³⁾					
	Dez. 1981	Dez. 1982	Mar. 1983	Jun. 1983	Set. 1983	Dez. 1983	Dez. 1981	Dez. 1982	Mar. 1983	Jun. 1983	Set. 1983	Dez. 1983
EUA	12.5	8.7	8.7	9.2	9.4	9.7	12.9	10.3	10.3	10.6	11.3	11.4
Japão	6.7	6.9	6.7	6.2	6.5	6.4	7.9	7.5	7.6	7.5	7.3	6.9
RFA	10.8	6.6	5.5	5.6	5.9	6.5	9.7	8.0	7.6	8.1	8.5	8.4
França	15.3	12.7	12.7	12.6	12.4	12.2	16.4	15.4	14.7	14.5	14.0	14.0
Reino Unido	15.4	10.6	11.0	10.0	9.7	9.4	15.7	11.3	11.0	10.4	10.7	10.4
Suíça	9.5	3.2	3.9	4.6	4.1	3.8	5.4	4.2	4.5	4.6	4.7	4.5

(1) Médias mensais.

(2) Taxas de operações reputadas típicas das diversas praças (à vista ou a 90 dias).

(3) Taxas de rendimento dos mercados secundários de obrigações a longo prazo, emitidas pelo Governo Central.

Origem: OCDE, *Financial Statistics*.

Nestas circunstâncias, a desaceleração dos preços continuou a determinar a manutenção de elevadas taxas de juro reais, conducentes a um enquadramento pouco incentivador de decisões de investimento.

A relativa acalmia das taxas de juro, a retoma da actividade económica e o alargamento das margens de lucro explicam o prosseguimento do comportamento altista dos mercados de acções nas principais bolsas de valores, onde novos máximos foram atingidos, não obstante as cotações já terem antecipado, no 2.º semestre de 1982, a recuperação da economia mundial.

Nos EUA, a ascensão tendencial das cotações foi acompanhada por alguma instabilidade localizada, resultante das incertezas em torno da política monetária e da evolução das taxas de juro. As bolsas de Paris e de Sydney registaram as subidas mais acentuadas, conseguindo compensar a baixa ocorrida durante a fase depressiva vivida em 1981/82. As bolsas de

Amesterdão, Zurique e Frankfurt reforçaram, vinicamente, a recuperação iniciada em 1982; nesta última, bem como em Londres, os resultados das eleições deram igualmente um forte contributo para o optimismo do mercado. Em Madrid e Milão, as cotações, reflectindo a melhoria da situação económica, recobram da queda ocorrida em 1982, sem, no entanto, se afastarem dos níveis de 1981. A praça de Tóquio registou a maior subida desde 1978.

A evolução das principais macrograndezas internas repercutiram-se no comércio internacional, acarretando uma subida de 2 por cento, em volume, das transacções de mercadorias, a qual, todavia, atendendo à quebra do ano anterior, foi insuficiente para permitir a superação dos valores movimentados em 1981. Em termos de dólares, as trocas internacionais de mercadorias ficaram aquém das de 1982, devido à baixa de preços, expressos naquela moeda.

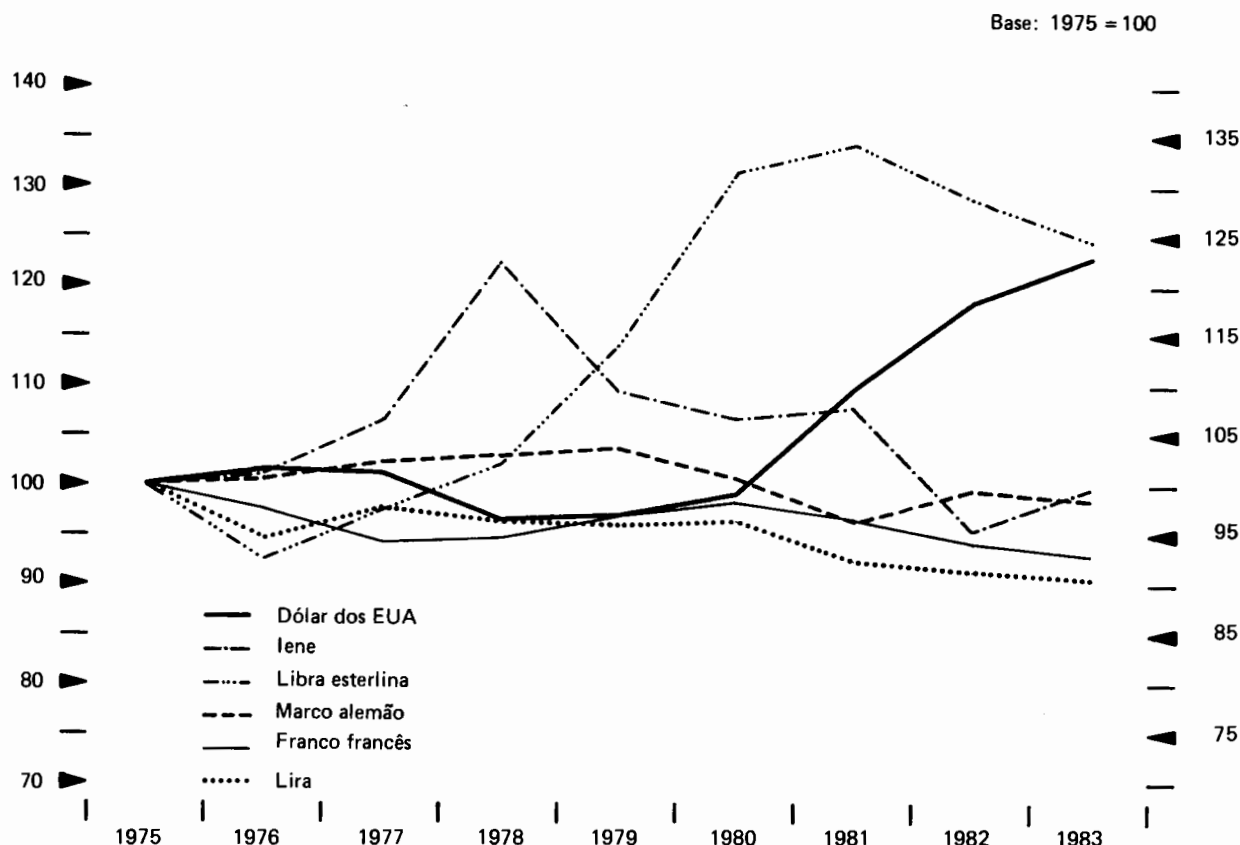
Quadro 4 – TAXAS DE JURO NO MERCADO DAS EURODIVISAS⁽¹⁾

	1981		1982		1983	
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
Dólar dos EUA	17.3	16.4	15.1	11.2	9.25	10.05
Libra esterlina	12.7	14.9	13.9	10.7	10.64	9.53
Franco suíço	8.8	10.0	6.3	4.1	3.89	4.43
Marco alemão	11.6	11.6	9.4	7.7	5.25	5.75
Franco francês	15.6	20.9	20.2	18.9	18.7	14.09
Iene	7.9	7.3	6.9	7.2	6.5	6.62

(1) Médias das taxas de juro dos depósitos a 3 meses no mercado de Londres.

Origem: OCDE, *Financial Statistics*.

Gráfico 1 – TAXAS DE CÂMBIO EFFECTIVAS REAIS



A conjugação da variação dos volumes e preços do comércio internacional conduziu a uma atenuação do desequilíbrio das balanças comerciais dos diferentes grupos de economias, o mesmo acontecendo, dada a relativa estabilidade dos fluxos de invisíveis, com os saldos de transacções correntes, concretizada por uma redução dos défices dos países em vias de desenvolvimento, não produtores de petróleo, e da OCDE, superior ao agravamento do saldo negativo dos membros da OPEP.

Porém, se é certo que esta situação atenuou o receio de ruptura do sistema monetário e financeiro internacional, que se verificara na metade final de 1982, não é menos verdade que a existência de continuados défices das contas correntes conduziu, ainda em 1983, a uma forte expansão do endividamento externo. Os níveis entretanto atingidos e os sinais de alerta vindos quer das crises de pagamento do ano anterior, quer dos sucessivos diferimentos, operações de consolidação ou, ainda, potenciais ameaças de suspensão unilateral de pagamentos, não são de molde a res-

tituir a confiança aos mercados financeiros internacionais. Com efeito, o montante total dos fluxos movimentados tornou a decrescer em 1983, denotando a prudência dos mutuantes, em especial do sector bancário.

Neste contexto, o FMI foi, novamente, chamado a desempenhar um papel muito activo. Os saques efectuados sobre esta instituição atingiram novos máximos, representando substanciais acréscimos em relação a 1982, e duplicou o número de programas de ajustamento económico acordados com países em vias de desenvolvimento, muitos deles, aliás, integrados em operações de financiamento, envolvendo bancos comerciais.

A situação externa das várias economias e, sobretudo, os movimentos comparados das taxas de juro foram factores determinantes da evolução dos mercados cambiais, atendendo, em particular, às consequências internacionais da *policy mix* adoptada pelos EUA.

O dólar norte-americano continuou a revelar-se, em 1983, uma moeda forte, tendo a sua taxa de câmbio efectiva (TCE) registado uma subida de 5.8 por cento⁽¹⁾ frente ao ano anterior, valor, no entanto, ultrapassado pelos 10 por cento registados pelo iene japonês, que partiu, porém, de uma situação de debilidade relativa.

O movimento ascendente das taxas de juro nos EUA, verificado, nomeadamente, a meio e no final do ano, acompanhado pela sua redução em algumas das economias mais importantes, determinou a evolução favorável ao dólar dos respectivos diferenciais, em especial no 3.º trimestre. A este facto juntou-se a continuada atracção exercida pela moeda norte-americana como valor refúgio, em época de instabilidade política, económica e financeira.

A persistente revalorização do dólar levou a que os parceiros europeus dos EUA, preocupados com a fraqueza das suas moedas e as suas implicações sobre o preço médio das importações, a inflação e a balança de capitais, tivessem procurado deter a depreciação cambial, mediante intervenções, por vezes substanciais, nos mercados de divisas; em alguns casos, estas visaram, também, o cumprimento das regras de funcionamento do Sistema Monetário Europeu (SME). No entanto, não foi possível, apesar de uma maior concertação (relativamente a 1982) das políticas seguidas pelos diversos países, evitar desvalorizações pontuais, envolvendo, no caso do SME, o primeiro realinhamento simultâneo de todas as moedas participantes nos seus mecanismos cambiais.

Considerando a evolução conjunta das taxas de câmbio e dos diferenciais de inflação, verifica-se que, em 1983, as taxas de câmbio efectivas reais das principais moedas tiveram comportamento distintos. Com efeito, as TCE reais do dólar e iene elevaram-se 3.6 e 4.4 por cento e as TCE reais da libra esterlina, franco francês, marco alemão e lira italiana descenderam 3.2, 1.4, 1.2 e 0.8 por cento, respectivamente, em termos de médias anuais. De salientar, a inversão de tendência que estes números representam no caso do iene e marco alemão. Em qualquer caso, porém, convém sublinhar que a circunstância de uma moeda se caracterizar por uma modificação da sua taxa de câmbio efectiva, ajustada pela inflação, não deve ser interpretada como traduzindo, necessariamente, uma sobre ou subvalorização absoluta da divisa em causa, atendendo à dificuldade de se definir um período de base, reputado representativo de uma situação de equilíbrio.

(1) Medida através do *Multilateral Exchange Rate Model* (MERM) do FMI.

2. Produção e Preços

2.1 Países da OCDE

A economia dos países industrializados mostra claros sinais de recuperação, de acordo com os dados disponíveis, constantes do *Economic Outlook* da OCDE, de Dezembro de 1983.

O produto nacional bruto global dos países da OCDE que tinha crescido, em média, a uma taxa de 1.6 por cento em 1980/81 e diminuído, ligeiramente, em 1982, registou uma expansão de 2.25 por cento, em 1983.

O nível de actividade começou a subir, nos EUA, perto do fim de 1982 e, no Japão, na Primavera de 1983. A Europa, afectada pela retracção da procura da OPEP, iniciou a recuperação mais tarde.

As economias dos EUA e do Canadá expandiram-se com uma força notável (3.5 e 3 por cento, respectivamente), em particular no 2.º semestre, em que o crescimento atingiu taxas (anualizadas) da ordem dos 7.5 e 6 por cento, respectivamente. No Japão, a expansão do produto (3 por cento), também mais acentuada no 2.º semestre (4.75 por cento), significou, no entanto, um regresso às taxas médias de 1971/81.

A Europa apresentou um quadro heterogéneo, com uma expansão ainda forte no Reino Unido (2.5 por cento) e moderada na Alemanha (1.25), paralelamente com uma prática estagnação em França (0.5 por cento) e uma queda na Itália (-1.5 por cento). Também nos pequenos países a recuperação foi fraca em comparação não só com a dos EUA mas também com as experiências anteriores na Europa.

A evolução intra-anual também se caracterizou por uma diversidade de comportamentos, com um crescimento relativamente uniforme ao longo do ano na Alemanha, descendente no Reino Unido, com uma quebra no 2.º semestre em França e, ao invés, sensivelmente mais acentuada na segunda metade do ano em Itália e na grande maioria dos outros países.

Como é habitual nas fases iniciais de uma expansão, a recuperação foi muito acentuada no sector industrial, no qual a produção aumentou 3.25 por cento, em 1983, depois de ter caído 4.4 por cento, em 1982. A evolução foi, sobretudo, favorável nos EUA e Canadá (respectivamente 6 e 4 por cento, em 1983, contra -8.1 e -10.7 por cento, em 1982), seguidos pelo Japão (3.5 em 1983 e 0.3 em 1982), RFA (0.5, -2.4), França (0.75 e -1.3) e Reino Unido (1 e 0.5).

Na área da OCDE, a taxa de desemprego subiu para 9 por cento, em 1983 (8.4 por cento, em 1982), o que reflecte, fundamentalmente, a evolução verificada nos países europeus, para os quais se estima uma

Quadro 5 – PRODUTO NACIONAL BRUTO NA ZONA DA OCDE

	Participação no PNB global em 1982	Taxa de cresci- mento média 1971/81	Taxas de crescimento anual			Taxas de crescimento face ao semestre anterior ⁽¹⁾				
			1982	1983 ^E	1984 ^F	1983		1984 ^F		1985 ^F
						I	II	I	II	
EUA	40,5	2,9	-1,9	3,5	5,0	3,3	7,5	4,2	3,5	3,0
Japão	14,0	4,8	3,0	3,0	4,0	1,7	4,7	4,0	3,0	3,0
RFA	8,7	2,5	-1,1	1,2	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
França	7,1	3,1	1,9	0,5	0,0	1,2	-1,0	0,2	0,7	1,5
Reino Unido	6,2	1,4	2,0	2,5	2,2	3,1	1,5	3,0	1,5	2,0
Itália	4,6	3,0	-0,3	-1,5	2,0	-1,1	2,7	2,0	1,5	1,2
Canadá	3,8	3,8	-4,4	3,0	5,0	4,9	6,0	5,2	3,5	2,5
Conjunto dos principais países da OCDE	84,9	3,1	-0,5	2,5	3,7	2,6	5,0	3,5	2,7	2,7
Países europeus da OCDE	39,4	2,6	0,6	1,0	1,5	x	x	x	x	x
Total da OCDE	100,0	3,1	-0,3	2,2	3,5	2,3	4,7	3,2	2,5	2,5
Produção industrial: total da OCDE	-	2,8	-4,4	3,2	5,5	4,1	9,7	4,2	3,7	3,7

(1) Taxas anualizadas com base em valores corrigidos da sazonalidade.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

taxa de desemprego de 10.5 por cento, em 1983, contra 9.5 por cento, no ano anterior. Nos EUA, os resultados alcançados na produção reflectiram-se, de modo relativamente rápido, no mercado de trabalho: a taxa de desemprego, depois de ter atingido 9.7 por cento em 1982, correspondente a uma subida de 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior passou para 9.5 em 1983.

Os salários nominais desaceleraram: o crescimento médio dos ganhos horários cifrou-se em 6 por cento, em 1983, depois de um aumento de 8.3 por cento, no ano anterior. Com as sucessivas melhorias na produtividade do trabalho, à medida que a recuperação económica se acentuava, os custos unitários de mão-de-obra tiveram uma evolução favorável (subida de 8.6 por cento, em 1982, nos sete grandes países industrializados, e de apenas 1.5 por cento, em 1983). Por seu turno, a melhoria pro-cíclica da produtividade contribuiu para que a expansão da produção não tivesse sido suficiente para reduzir os elevados níveis de desemprego nos países industrializados.

As taxas de inflação tinham começado a descer em meados de 1982. Entretanto os preços do petróleo voltaram a baixar, encorajando expectativas de novas descidas da taxa de inflação. A oferta monetária, em termos reais, tornou-se positiva na maioria dos países industrializados. Estes factores levaram a descidas das taxas de juro e determinaram uma melhoria da confiança dos agentes privados, factor determinante da recuperação.

A procura interna registou, assim, maiores acréscimos nos países em que a inflação tinha, recentemente, abrandado mais: EUA, Canadá e Reino Unido. Na economia norte-americana, a procura interna global subiu 4.75 por cento e, no Canadá e no Reino

Quadro 6 – TAXAS E NÍVEIS DE DESEMPREGO

	1982	1983 ^E	1984 ^F	1983		1984 ^F	
				I	II	i	II
1. Taxas de desemprego (%)							
EUA	9.7	9.5	8.0	10.2	9.0	8.25	8.0
Japão	2.4	2.75	2.75	2.7	2.75	2.75	3.0
RFA	6.9	8.5	9.25	8.2	8.75	9.0	9.25
França	8.0	8.25	9.25	8.2	8.5	9.0	9.5
Reino Unido	11.0	11.5	11.5	11.7	11.5	11.5	11.5
Itália	9.1	10.0	10.5	9.8	10.0	10.5	10.5
Canadá	11.0	12.0	11.0	12.4	11.5	11.0	11.0
Conjunto dos principais							
países da OCDE . . .	7.9	8.25	7.75	8.5	8.0	8.0	7.75
Outros países da OCDE	10.2	11.75	12.75	11.4	12.0	12.5	13.0
Países europeus da							
OCDE	9.5	10.5	11.25	10.4	10.75	11.25	11.5
Total da OCDE	8.4	9.0	9.0	9.1	9.0	9.0	9.0
2. Níveis de desemprego							
(milhões)							
América do Norte . . .	12.0	12.25	10.5	12.8	11.5	10.75	10.5
Países europeus da							
OCDE	16.0	18.0	19.25	17.5	18.25	19.0	19.5
Total da OCDE	29.9	32.5	32.25	32.7	32.25	32.25	32.5

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

Quadro 7 – COMPONENTES DA DESPESA GLOBAL⁽¹⁾

	Taxas de crescimento anual			Taxas de crescimento face ao semestre anterior ⁽²⁾			
	1982	1983 ^E	1984 ^F	1983 ^E		1984 ^F	
				I	II	I	II
Consumo privado	1.0	3.3	3.4	3.6	3.7	3.3	3.0
Despesas públicas	1.4	0.8	1.2	-1.3	1.6	0.6	2.5
Formação bruta de capital fixo do sector privado . .	-4.8	5.6	6.3	3.8	11.4	17.6	16.4
da qual:							
Casas de habitação . . .	-8.6	22.5	7.2	32.2	21.9	3.4	0.8
Sector produtivo	-4.0	-0.3	7.1	-1.1	0.7	1.3	5.1
Variação de existências ⁽³⁾ .	-1.1	0.7	0.9	1.2	1.1	1.0	0.5
Procura interna	-0.8	3.6	4.2	4.2	5.7	3.9	3.2
Exportação de bens e serviços	-2.9	3.2	4.2	3.2	6.2	3.5	3.8
Importação de bens e serviços	0.64	3.8	8.0	4.1	11.3	7.3	6.3
Produto interno bruto a preços de mercado	-0.5	2.5	3.7	2.6	5.0	3.5	2.7

(1) Os valores apresentados referem-se ao conjunto dos sete principais países da OCDE (EUA, Japão, RFA, França, Reino Unido, Itália e Canadá), que representam 84.9 por cento da produção total da área. Usaram-se os pesos de 1982.

(2) Taxas anualizadas com base em valores corrigidos da sazonalidade.

(3) Em percentagens do PNB do ano anterior.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

Unido, 3.75 por cento; foi também forte na RFA (+1.5 por cento, em 1983, depois da descida de 2.2 por cento, em 1982) reflectindo, em grande parte, uma quebra (não prevista) da taxa de poupança.

Nos outros países, a evolução foi diferente: a procura interna desceu 2.5 por cento na Itália, subiu apenas 1.5 e 2 por cento na RFA e no Japão, respectivamente, e não sofreu alterações significativas nos restantes países da OCDE. Estes últimos beneficiaram, no entanto, de acréscimos da procura noutras partes do mundo industrializado. Em 1983, a procura externa contribuiu em 0.5 por cento (do PIB de 1982) para o crescimento do PIB, em termos reais, no Japão e na Itália e em 0.25 por cento na França.

A subida da procura interna reflecte, quase exclusivamente, o comportamento do consumo privado. O ritmo de crescimento das despesas públicas abrandou em 1983, principalmente nos EUA. A recuperação iniciou-se, em primeiro lugar, com o impulso da procura de bens de consumo duradouros e de casas de habitação, que reagiu fortemente às descidas das taxas de juro nominais. Outro aspecto do mesmo quadro, foi a diminuição das taxas de poupança, em muitos países, explicada em parte por aumento do valor real dos activos financeiros das famílias. Por outro lado, o crescimento da produção, em 1983, foi largamente sustentado pela inversão do ciclo de acumulação de existências: ao longo de 1982, a variação de existências nos sete grandes países industrializados tinha contribuído para fazer baixar a procura interna em 0.5 por cento do PNB (do ano anterior); em 1983, a mesma variação contribuiu em 0.25 por cento do PNB (do ano anterior) para o crescimento da produção global nesses países.

Também a formação bruta de capital fixo foi forte, nos EUA, RFA e alguns pequenos países, mas não

Quadro 8 – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS NO CONSUMIDOR⁽¹⁾

	Média de	Em relação ao ano anterior			Em relação ao semestre anterior ⁽²⁾			
		1982	1983 ^E	1984 ^F	1983 ^E		1984 ^F	
	1971/81				I	II	I	II
EUA	7.4	5.8	4.0	5.25	3.2	4.5	5.5	5.75
Japão	8.4	2.9	1.5	1.5	1.2	1.25	1.5	2.0
RFA	5.2	5.3	3.0	3.25	1.3	4.0	3.0	3.0
França	10.1	10.8	9.25	7.25	10.0	9.0	7.25	6.0
Reino Unido	13.5	8.3	6.0	6.0	5.7	6.0	6.0	5.5
Itália	16.0	16.7	14.75	12.0	15.5	12.0	12.5	11.0
Canadá	8.8	10.8	6.0	5.0	4.8	5.25	5.0	5.0
Conjunto dos principais países da OCDE	8.2	6.6	4.75	5.0	4.2	4.75	5.25	5.25
Outros países da OCDE	10.2	11.4	10.0	8.75	9.8	9.0	9.0	9.0
Total da OCDE	8.5	7.3	5.5	5.5	5.0	5.5	5.75	5.75

(1) Com base na evolução do índice de preços implícitos no consumo privado.

(2) Taxas anualizadas a partir dos valores corrigidos da sazonalidade.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

o suficiente para se tomar o suporte de uma recuperação duradoura.

A recuperação económica teve lugar, como se assinalou, no quadro da continuação da descida das taxas de inflação: a taxa de crescimento dos preços no consumidor na área da OCDE — medida pelo deflacionador do consumo privado — que tinha sido de 13 por cento, em 1980, baixou progressivamente situando-se em 5.5 por cento, em 1983. Nem todos os países, porém, conseguiram bons resultados e, em alguns deles, as taxas de subida dos preços continuaram a atingir níveis preocupantes. No conjunto dos países industrializados, foram o Canadá, a RFA e o Reino Unido os que, em 1983, tiveram maior êxito no desacelerar dos aumentos de preços internos, registando taxas de inflação de 6, 3 e 6 por cento, respectivamente (contra 10.8, 5.3 e 8.3 por cento, no ano anterior). Os EUA e o Japão também conseguiram uma substancial descida da inflação (taxas de 4 e 1.5 por cento, em 1983, contra 5.8 e 2.9 por cento, em 1982).

A evolução do nível dos preços, na área da OCDE, não foi uniforme ao longo do ano. Os preços desaceleraram na primeira metade de 1983, acusando, em grande parte, o impacto inicial da baixa dos preços do petróleo, e, complementarmente, o abrandamento considerável do crescimento dos salários reais em muitos países. Na segunda metade do ano, a inflação aumentou nos EUA devido ao vigor da retoma de actividade, e, nas demais economias da OCDE, por causa da influência da apreciação do dólar nos preços das importações. Em contrapartida, a recuperação económica não teve um impacto significativo sobre o preço do petróleo e acarretou apenas uma ligeira subida nos preços dos restantes bens primários.

2.2 Países Socialistas

A recuperação da actividade económica assinalada a nível mundial manifestou-se também, segundo a escassa informação disponível, no Leste Europeu. Com efeito, o produto material líquido (PML) desse grupo de países, membros do COMECON, ter-se-á expandido 3.8 por cento em 1983, após os 2.8 por cento apurados no ano anterior. Ultrapassou-se, portanto, os 3.5 por cento previstos, em termos médios, no Plano Quinquenal ora em vigor (1981/85). Em geral, esta melhoria é explicável pelos esforços de adaptação das estruturas produtivas e de elevação da produtividade,

pelo enquadramento externo mais favorável e pela introdução, em alguns casos, de processos mais descentralizados de gestão macroeconómica e empresarial.

O resultado global distribuiu-se de modo bastante distinto pelos sete países do conjunto, nomeadamente em função dos objectivos reputados prioritários, e em grande parte conseguidos, de reequilíbrio das contas exteriores e de redução do endividamento externo perante as economias da OCDE.

Na URSS, o PML terá atingido, pelo segundo ano consecutivo, uma taxa de crescimento de cerca de 4 por cento, para que muito contribuíssem os aumentos de produtividade da mão-de-obra (estimados em 3.5 por cento) superiores aos previstos. A actividade industrial expandiu-se 4 por cento, acima dos 3.2 por cento planeados, tendo a produção de bens de consumo sido ligeiramente mais dinâmica que a de bens de equipamento. Entre os sectores que evoluíram mais rapidamente que a média, há a salientar os ligados a tecnologias de ponta (por exemplo, computadores e *robots* industriais) e as indústrias químicas, petroquímicas e de metais não ferrosos. As colheitas agrícolas excederam em 4 por cento as de 1982; não obstante tal valor se situar bem abaixo da meta fixada, permitiu uma sensível contenção da importação de cereais.

A actividade económica na Hungria terá estagnado em 1983, em virtude de as preocupações de ajustamento externo terem sido predominantes; o êxito do plano de estabilização, acordado com o FMI, permitiu a este país o regresso da confiança nos mercados financeiros internacionais, não obstante a melhoria da balança de transacções correntes ter ficado aquém do previsto, devido, em parte, à severa seca ocorrida e à deterioração das razões de troca. A Checoslováquia não conseguiu ultrapassar os problemas derivados de um tecido industrial inadaptado e insuficientemente especializado; o crescimento do PML ter-se-á cifrado em aproximadamente 2 por cento. A Bulgária e a Roménia, os dois países menos desenvolvidos do grupo, situaram-se numa posição intermédia, com taxas de expansão da ordem de 3 por cento. A República Democrática Alemã terá conseguido um aumento de cerca de 4 por cento na sua actividade produtiva, por força de um crescimento de 4.6 por cento na produção industrial; estes resultados são superiores, seja aos obtidos em 1982, seja aos planeados para 1983, o que se explica, principalmente, em resultado de uma mais eficiente gestão de recursos. Por último, a Polónia viu a sua produção expandir-se pela primeira vez nos últimos cinco anos, apresentando mesmo, no

conjunto dos países em análise, a mais elevada taxa de acréscimo do PML (4.5 por cento); este facto parece traduzir uma relativa normalização da vida política e social, embora a instabilidade dos anos findos faça com que o nível de actividade permaneça abaixo do de 1975.

Por seu turno, em 1983, verificou-se na República Popular da China um notável crescimento económico, com a produção industrial a ampliar-se cerca de 10 por cento, muito para além dos 4–5 por cento constantes do Plano. A indústria pesada continuou a evoluir a uma taxa superior à da ligeira, mas o desvio foi menor que no passado. A agricultura também progrediu de forma marcada (cerca de 5 por cento) — tendo sido alcançados novos máximos nas colheitas de cereais e de algodão — o que se repercutiu em melhorias sensíveis do nível de vida dos meios rurais. A interacção entre o dinamismo da procura e a implementação de reformas no sector produtivo estão, igualmente, na base destes resultados excepcionais. De salientar, ainda, a política de continuada abertura deste país ao exterior, de que um sinal claro é a publicação oficial, pela primeira vez, do montante do endividamento externo.

2.3 Países em vias de desenvolvimento⁽¹⁾

A actividade económica dos países em vias de desenvolvimento terá registado, em 1983, uma inversão da tendência decrescente que a vinha caracterizando desde 1978: a taxa de crescimento da produção, após ter diminuído ano após ano, ter-se-á elevado um pouco, atingindo 1.3 por cento (1.1 por cento em 1982). Esta pequena melhoria foi, porém, acompanhada por um inesperado recrudescimento das tensões inflacionistas, tendo os preços no consumidor subido aproximadamente 35 por cento (contra 27 por cento no ano anterior).

A retoma da expansão das economias industrializadas e a ultrapassagem da fase mais aguda da crise de pagamentos externos, ocorrida em 1982, explicam a ligeira recuperação verificada nos países em vias de

desenvolvimento, os quais, todavia, continuam a apresentar, tal como em 1981/82, ritmos de crescimento muito abaixo dos cerca de 5 por cento anuais, apurados na parte final da década de 70.

No tocante à evolução da produção, é de salientar a diversidade de situações abrangidas pelos valores médios acima referidos. Uma primeira distinção prende-se com o comportamento do grupo dos 25 principais mutuários, cujas economias praticamente estagnaram, por exigência de um maior esforço de contenção do endividamento externo e/ou de dificuldades de acesso a (re)financiamentos nos mercados internacionais de capitais; em qualquer caso, as sérias restrições às importações daí decorrentes foram impeditivas de um maior crescimento dessas economias.

Os países exportadores de petróleo completaram um quadriénio de sucessiva contracção da actividade económica. O resultado registado em 1983 é explicado, tal como nos anos anteriores, pela regressão do sector petrolífero e debilidade nos mercados das ramas, na sequele da crise económica internacional, iniciada no final da última década.

As economias dos restantes países em vias de desenvolvimento apresentaram uma taxa de crescimento de 1.6 por cento, apenas marginalmente superior aos 1.5 por cento de 1982, determinando, em ambos os anos, uma queda do produto por habitante. Esta taxa global cobre realidades bem diversas. Com efeito, neste conjunto, os países exportadores líquidos de petróleo sofreram, tal como os grandes exportadores acima mencionados, as consequências da fraqueza do mercado petrolífero. Nas demais economias, há a salientar a prática estagnação dos principais exportadores de produtos manufacturados, confrontados com as pressões proteccionistas existentes nos seus clientes tradicionais; registou-se, por outro lado, a prossecução das elevadas taxas de crescimento dos países de mais baixos rendimentos (6 por cento em 1983 após 5 por cento no triénio 1980/82), facto a que não será alheia a circunstância de não recorrerem, habitualmente, aos mercados financeiros internacionais.

Em termos geográficos, as economias da Ásia e do Médio Oriente continuaram, como no passado recente, a expandir-se mais que a média global (respectivamente 6.5 e 4.2 por cento); as da Europa apresentaram um crescimento muito reduzido (0.6 por cento) e as de África, na sequência de resultados cada vez mais minguidos, surgiram agora com redução do nível de actividade (–1.4 por cento), situação que caracterizou, também as da América Latina e Caraíbas (–2.3 por cento), pelo segundo ano consecutivo (–1.6 por cento em 1982).

(1) A classificação utilizada é a adoptada pelo Fundo Monetário Internacional, nomeadamente nas suas *International Financial Statistics*.

Quanto aos preços, a sua evolução terá sido, na generalidade, influenciada pela manutenção de políticas financeiras acomodatórias, com frequência acompanhadas por esquemas de indexação, legais ou de facto. No entanto, também a aceleração do índice de preços no consumidor esteve longe de ser uniforme. O grupo dos principais mutuários atingiu uma taxa média de crescimento da ordem dos 54 por cento, que traduz nuns casos, as dificuldades em controlar a situação financeira, noutros, o esforço de adopção de uma política de preços mais realista. Como no passado, a inflação assumiu ritmos mais moderados nos países classificados como exportadores de petróleo (11.4 por cento) e nos de mais baixos níveis de rendimento (8.1 por cento), embora, em ambos os casos, em aceleração.

As mais elevadas taxas de inflação verificaram-se nos principais exportadores de produtos manufacturados (86 por cento) e nos demais países exportadores líquidos de petróleo (74 por cento). Contudo, tais valores são muito afectados pela ponderação de algumas economias de maior dimensão, nomeadamente, da América do Sul.

Uma desagregação por blocos geográficos é igualmente esclarecedora da dispersão registada: as taxas médias de aumento dos preços no consumidor vão desde os 123 por cento na América Latina e Caraíbas, passando por valores perto da média global no Médio Oriente (40 por cento), a valores bem mais favoráveis para os restantes grupos, com destaque, de novo, para o bom resultado da Ásia (apenas 6 por cento). Em qualquer caso, e exactamente com a excepção da Ásia, o peso de certos países preponderantes é decisivo: as medianas da evolução dos preços situam-se num intervalo de 8 a 14 por cento, mais estreito, aliás, que o de 1983 (7.4 a 18.5 por cento).

3. Comércio Internacional e Balanças de Pagamentos

3.1 Balanças comerciais

O comércio internacional, que tinha abrandado em 1982, devido, fundamentalmente, aos esforços de adaptação exigidos aos países em vias de desenvolvimento, começou a recuperar no fim desse ano. O volume das trocas subiu 2 por cento, em 1983, quando tinha diminuído 2.5 por cento em 1982.

Grande parte do impulso para o desenvolvimento das trocas internacionais derivou dos acréscimos nas importações dos EUA e do Canadá (10 e 14.7 por cento, respectivamente) e, em menor escala, do aumento da procura de bens importados no Japão, RFA e Reino Unido (5.3 por cento, em média). As importações do conjunto dos países industrializados expandiram-se 3.8 por cento (descida de 0.5 por cento, no ano anterior); as dos países exportadores de petróleo baixaram consideravelmente (-9.3 por cento, em 1983, depois do aumento de 5.9 por cento, em 1982) e o crescimento das compras ao exterior dos países em vias de desenvolvimento não exportadores de petróleo abrandou ligeiramente (-0.6 por cento), após a forte queda do ano anterior (-8.3 por cento).

A recuperação do crescimento do volume das importações explica-se, essencialmente, pelo comportamento dos produtos manufacturados, cuja expansão, fomentada nos países da OCDE pela necessidade de reconstituir as existências, foi da ordem dos 5.5 por cento (descida de 0.1 por cento, em 1982). Nos países não industrializados, as importações de produtos manufacturados, condicionadas por restrições de financiamento externo, abrandaram na primeira metade de 1983 (no seguimento da tendência anterior) recuperando, em seguida, gradualmente, em função do aumento das receitas de exportação desses países: as importações de produtos manufacturados da OPEP, países em vias de desenvolvimento e países de economia planificada registaram taxas de -7.5, -2.5 e 0.25 por cento, em 1983, e de 5.4, -7.6 e -3.4 por cento em 1982, respectivamente.

As importações de produtos primários expandiram-se na área da OCDE. Este comportamento foi influenciado pelas importações de petróleo que, embora tenham baixado na primeira metade de 1983, devido ao recurso a *stocks* anteriormente acumulados e à quebra no consumo, aumentaram marcadamente na segunda metade do ano, graças, sobretudo, à expansão da produção e à reconstituição das existências de petróleo nos EUA.

A expansão das importações reflectiu-se na recuperação do crescimento das exportações, em volume, principalmente nos países e regiões mais dependentes do mercado dos Estados Unidos: Canadá, Japão e países em vias de desenvolvimento recentemente industrializados.

Nos países industrializados, as exportações aumentaram ligeiramente em 1983 (1.8 por cento, em volume, depois da redução de 2.1 por cento, em 1982), continuando a verificar-se a perda de quotas de mer-

Quadro 9 – MERCADO PETROLÍFERO MUNDIAL⁽¹⁾

Milhões de barris/dia

	1981	1982	1983 ^E	1984 ^F	1982	1983 ^E	
					II	I	II
OCDE							
Produção	15.0	15.2	15.6	15.8	15.3	15.4	15.8
Consumo	35.3	33.4	32.7	33.3	32.6	32.5	33.0
Formação de <i>stocks</i>	-0.3	-0.6	-0.4	0.1	-0.2	-0.8	0.0
Importações líquidas	20.0	17.6	16.7	17.6	17.1	16.3	17.2
OPEP							
Produção	23.8	20.1	18.5	20.0	20.2	17.2	19.9
Consumo	2.9	2.9	3.0	3.1	2.9	3.0	3.0
Exportações líquidas ⁽²⁾	20.9	17.2	15.5	16.9	17.3	14.2	16.9
Países em desenvolvimento não pertencentes à OPEP							
Produção	6.0	6.7	6.8	6.9	7.0	6.7	6.8
Consumo	7.9	7.7	7.6	7.5	7.7	7.6	7.5
Importações líquidas	0.8	-0.5	-0.7	-0.9	-0.8	-0.6	-0.8
Países de economia planificada							
Exportações líquidas	1.1	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5
Discrepância estatística (importações líquidas)	0.1	0.1	-0.5	0.2	1.0	-1.5	0.5
Para memória:							
Rácio entre nível de <i>stocks</i> e consumo na OCDE ⁽³⁾	105	105	98	98	105	99	98
Preço oficial das ramas exportadas (dólares/barril)	35.01	33.39	29.33	28.75	33.28	29.91	28.75

(1) Inclui gás natural liquefeito.

(2) Inclui Omã.

(3) Expresso em dias.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

cado em benefício dos países não industrializados.

As exportações registaram evoluções diferentes nos vários países da OCDE, de acordo com o comportamento relativo da competitividade: a Bélgica, Holanda e Suécia foram os mais beneficiados, seguidos pela França, Japão e Áustria.

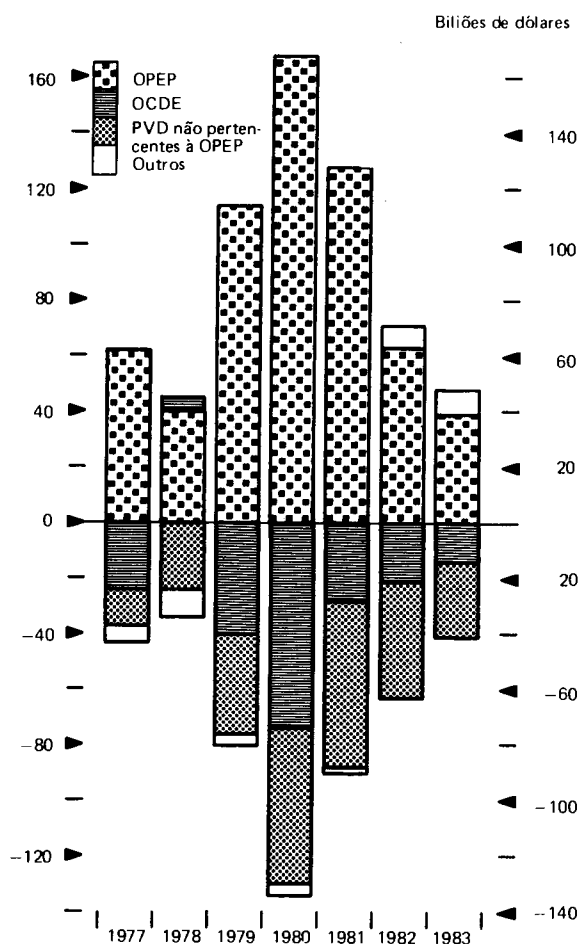
Quanto ao chamado comércio Leste/Oeste, assistiu-se, em 1983, a um vigoroso desenvolvimento, explicado, em particular, pelo forte crescimento das exportações dos países da Europa Oriental, com destaque para as vendas de combustíveis (petróleo e gás) da URSS. No outro sentido, há a salientar as aquisições de equipamento e a redução das compras de cereais, na sequência de um melhor ano agrícola.

No mercado petrolífero mundial, acentuou-se a diminuição da procura externa, não só por parte dos países da OCDE, mas também dos países em vias de desenvolvimento não produtores de petróleo. Esta evolução explica-se pelo recurso a *stocks* anteriormente acumulados e pela redução do consumo (2 por cento no conjunto dos membros da OCDE).

As exportações líquidas dos países de economia planificada praticamente não se alteraram. O ajustamento da oferta petrolífera à procura fez-se, integralmente, à custa dos membros da OPEP, porquanto a produção da OCDE continuou, embora marginalmente, a aumentar devido, sobretudo, à subida da produção no Mar do Norte; por sua vez, o nível da produção dos países em vias de desenvolvimento não pertencentes à OPEP manteve-se praticamente constante.

O preço médio das transacções internacionais de mercadorias continuou a baixar em 1983: avaliado em DSE, desceu 1 por cento (depois das quebras de 9 por cento, em 1981, e de 2.5 por cento, em 1982) e, em dólares, 4 por cento (descida de, também, 4 por cento, em 1982 e de 1 por cento, em 1981). Por seu turno, depois de uma ligeira descida na Primavera, o preço oficial do petróleo foi fixado em 29.3 dólares/barril e não voltou a registar alterações importantes, o mesmo acontecendo aos preços contratuais efectivos.

Gráfico 2 – BALANÇAS COMERCIAIS



Esta relativa estabilização dos preços que contribuiu, em larga medida, para a desaceleração da inflação mundial, atingiu diferentemente as principais categorias de produtos. A recessão tinha afectado, em primeiro lugar, os preços dos produtos primários que continuaram a descer, em dólares, até ao fim de 1982 (após a queda ocorrida em 1981). Em 1983, os preços da energia voltaram a baixar consideravelmente (os preços do petróleo desceram 12.1 por cento, contra 4.2 por cento, no ano anterior) e os preços dos restantes bens primários estabilizaram, na primeira metade do ano, tendo recuperado, em seguida, registando, no ano de 1983, um crescimento de 6.7 por cento frente ao ano anterior, continuando, porém cerca de 20 por cento abaixo dos níveis atingidos em 1980.

Os preços mundiais, em dólares, dos produtos manufacturados continuaram a baixar (-3 por cento, em 1983, -1 por cento, em 1982) em resultado da atenuação das subidas dos custos de mão-de-obra e das matérias-primas importadas e da intensificação da concorrência a nível internacional. No 1.º semestre de 1983, a estabilização da taxa de câmbio efectiva do dólar constituiu um factor adicional a explicar a pequena amplitude da subida dos preços de exportação dos produtos manufacturados. Na segunda metade do ano, os aumentos desses preços, em moedas nacionais, voltaram a acelerar (mais de 4 por cento, em termos anuais) reflectindo a apreciação do dólar e uma brusca subida do preço dos bens primários (excluindo o petróleo).

A alta dos preços dos produtos primários (excluindo o petróleo) conjugada com a continuação da baixa dos preços do petróleo e dos produtos manufacturados levou a uma melhoria de 1 por cento nos termos de troca dos países em vias de desenvolvimento não exportadores de petróleo; os termos de troca dos países da OCDE registaram uma melhoria de 2.1 por cento e os dos países da OPEP deterioraram-se 8.1 por cento.

A evolução dos volumes e dos preços das transacções de mercadorias, ao reflectir-se nas balanças de pagamentos dos diferentes grupos de países, levou a uma significativa redução do desequilíbrio comercial a nível mundial. O excedente comercial da OPEP passou de 63 bilhões de dólares, em 1982, para 39 bilhões de dólares, em 1983, afectado pela desaceleração das exportações de petróleo. Em contrapartida, reduziram-se, sensivelmente, os défices comerciais dos países em desenvolvimento não produtores de petróleo (de 42 bilhões de dólares, em 1982, para 27 bilhões de dólares, em 1983) devido à quebra das importações associada a graves dificuldades de financiamento, e o da área da OCDE (de 21 bilhões de dólares, em 1982, para 14 bilhões de dólares, em 1983) em virtude da melhoria dos termos de troca que excedeu o impacto negativo do efeito volume.

A evolução das balanças de mercadorias dos vários países industrializados foi bastante diferenciada. O défice dos EUA agravou-se substancialmente (36.4 bilhões de dólares em 1982 e 62.2 bilhões de dólares em 1983) reflectindo a perda concorrencial resultante do fortalecimento do dólar; a balança comercial do Reino Unido também se deteriorou, apesar dos ganhos de competitividade resultantes da depreciação da libra esterlina, em termos efectivos. Em contrapartida, o Japão e os países escandinavos alargaram o excedente das trocas comerciais e a França e a Itália

diminuíram os seus défices. Os saldos positivos das balanças comerciais do Canadá e da RFA não apresentaram alteração significativa.

3.2 Balanças de transacções correntes

O desequilíbrio nos invisíveis, a nível mundial, reduziu-se em 1983: a diminuição do excedente da OCDE foi acompanhada pela contracção dos défices dos países não pertencentes a essa área.

Dada a evolução das balanças comerciais acima referida, os desequilíbrios nas posições externas correntes dos diferentes grupos de países atenuaram-se: a redução dos défices das balanças de transacções correntes dos países da OCDE e dos países em vias de desenvolvimento não produtores de petróleo foi, apenas em parte, compensada por um aumento do saldo negativo dos países da OPEP. Assim, a discrepância apurada na balança corrente mundial, que traduz as inconsistências, incluindo erros e omissões, nos dados fornecidos por cada país, terá diminuído ligeiramente, embora mantendo-se em cerca de 100 biliões⁽¹⁾.

O défice corrente da OPEP agravou-se (31 biliões de dólares, em 1983, 16 biliões de dólares, em 1982) devido à deterioração da balança comercial ter exce-

dido a diminuição (9 biliões de dólares) do défice de serviços e transferências.

O défice corrente da OCDE passou de aproximadamente 30 biliões de dólares, em 1982, para cerca de 24 biliões de dólares, em 1983; a ligeira deterioração dos invisíveis (de 9 biliões de dólares para 10 biliões de dólares) foi mais que compensada pela melhoria da balança comercial.

No quadro dessa evolução, o défice corrente dos EUA aumentou consideravelmente (de 11.2 biliões de dólares, em 1982, para 42.5 biliões de dólares, em 1983) reflectindo a inversão do saldo da balança de produtos manufacturados, pois a descida do saldo de invisíveis (cerca de 5 biliões de dólares) continuou a ser compensada por uma redução das importações líquidas de petróleo e de outras matérias-primas.

A deterioração da conta corrente dos EUA teve, como contrapartida, a melhoria das balanças de transacções correntes de quase todos os outros países da OCDE, nomeadamente do Japão (o excedente mais que triplicou), da RFA (aumento do excedente de mais de 50 por cento), da França (redução sensível do défice) e da Itália (passagem de défice a excedente). A principal excepção foi o Reino Unido onde o excedente diminuiu. O saldo positivo na balança de transacções correntes do Canadá não sofreu alteração. Nos outros países, o défice corrente diminuiu fortemente.

A redução de 20 biliões de dólares do saldo negativo dos outros países em vias de desenvolvimento é explicada, quase exclusivamente, pela evolução da balança comercial. Com efeito, o défice de invisíveis desse grupo de países registou uma ligeira contracção (4 biliões de dólares).

Quadro 10 – BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES DOS PAÍSES DA OCDE

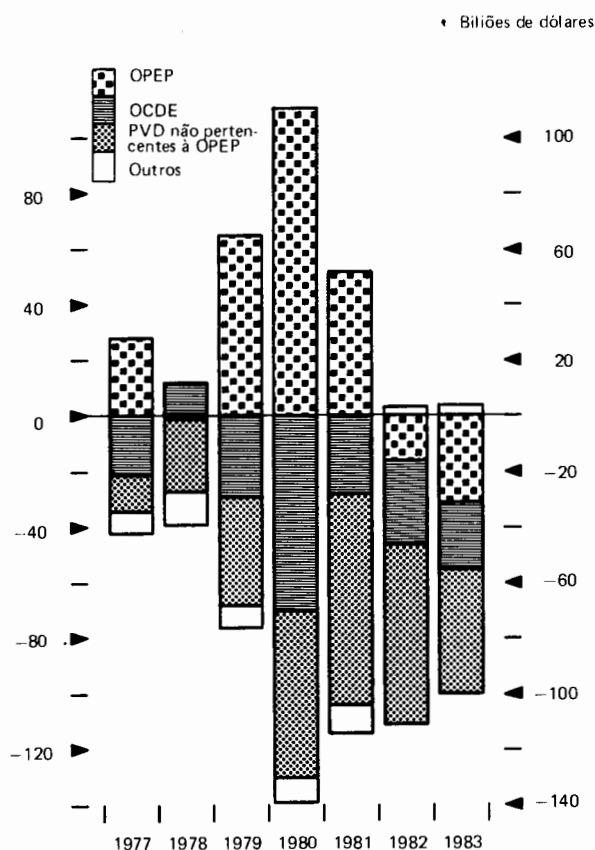
Biliões de dólares

	Balança comercial			Balança de invisíveis correntes ⁽¹⁾			Balança de transacções correntes		
	1981	1982	1983 ^E	1981	1982	1983 ^E	1981	1982	1983 ^E
EUA	-28.1	-36.4	-62.2	32.7	25.2	19.7	4.6	-11.2	-42.5
Japão	20.0	18.1	33.0	-15.2	-11.2	-10.5	4.8	6.9	22.5
RFA	17.9	26.5	24.7	-24.4	-23.0	-19.5	-6.5	3.5	5.2
França	-10.1	-15.5	-8.5	5.4	3.4	3.2	-4.7	-12.1	-5.3
Reino Unido	6.0	3.7	-2.5	7.2	5.8	4.0	13.2	9.5	1.5
Itália	-10.6	-7.9	-3.0	2.4	2.5	4.5	-8.1	-5.4	1.5
Canadá	6.6	15.4	15.7	-11.4	-13.0	-13.2	-4.8	2.4	2.5
Conjunto dos principais países da OCDE ...	1.7	3.9	-2.7	-3.3	-10.3	-11.8	-1.6	-6.4	-14.5
Outros países da OCDE	-29.6	-24.9	-10.2	3.2	1.6	0.7	-26.4	-23.3	-9.5
Total da OCDE	-27.8	-21.0	-14.0	-0.1	-8.7	-10.2	-28.0	-29.7	-24.2

(1) Inclui transferências públicas.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

Gráfico 3 – BALANÇA DE TRANSACÇÕES
CORRENTES



3.3 Mercados financeiros internacionais

A actividade dos mercados financeiros internacionais registou diminuição em 1983, prosseguindo assim a tendência decrescente já evidenciada no ano anterior. O volume total de recursos movimentados cifrou-se em cerca de 138 bilhões de dólares, inferior em 18.5 por cento ao verificado em 1982 (em que se registara um decréscimo de 13.3 por cento). Tal evolução denota a crescente prudência dos mutuantes — particularmente o sector bancário — na tomada de

riscos, na sequência da crise de pagamentos ocorrida na segunda metade de 1982.

No tocante à repartição dos fundos entre créditos bancários e obrigações mantiveram-se as características assinaladas em 1982: a importância relativa dos empréstimos bancários continuou a reduzir-se, passando a representar 46.6 por cento do total (57.7 por cento em 1982 e 75 por cento em 1981), elevando-se, em contrapartida, o peso das emissões de obrigações para 53.4 por cento (42.3 por cento em 1982 e 25 por cento em 1981). Verificaram-se aumentos, em termos absolutos e relativos, quer nas euro-obrigações, quer nas obrigações estrangeiras. A incerteza quanto à evolução das taxas de juro justifica a maior preferência por títulos de rendimento variável.

Os títulos emitidos continuaram a ser, embora em regressão, maioritariamente denominados em dólares (77 por cento em 1983 contra 83.3 por cento em 1982); por seu turno, expandiram-se sensivelmente as emissões em ECU (4.7 por cento em 1983 contra 1.8 por cento em 1982) e em libras esterlinas (4.6 por cento em 1983 contra 1.7 por cento em 1982).

Registe-se, ainda, que grande parte dos créditos bancários tomou a forma de refinanciamento e “dinheiro fresco” incluído na concretização de *packages*, tendo diminuído consideravelmente o montante de créditos “espontâneos”.

Quanto à distribuição geográfica dos mutuários, verificou-se uma redução na actividade dos vários grupos de países, à excepção da Europa de Leste, a qual tem, no entanto, uma importância muito diminuta no total (0.6 por cento em 1983 contra 0.4 por cento em 1982). Os empréstimos obtidos pelos países da OCDE, totalizando 88.2 bilhões de dólares, representaram 64 por cento do total (66.3 por cento em 1982); os países da OPEP e outros países em desenvolvimento absorveram, respectivamente 5.2 e 18.5 por cento (contra 5.5 e 20.3 por cento em 1982). Na sequência do verificado em 1982, aumentou o volume de fundos transferidos para as instituições internacionais, traduzindo o acrescido papel por elas desempenhado na reciclagem financeira.

Em virtude do grande dinamismo da CEE (cujas operações aumentaram oito vezes), as organizações com sede na Europa expandiram fortemente as suas transacções, tendo canalizado 5.8 por cento do total (2.1 por cento em 1982); também as instituições internacionais de desenvolvimento, apesar do decréscimo registado em termos absolutos, aumentaram ligeiramente a sua ponderação no total (4.7 por cento em 1983 contra 4.5 por cento em 1982).

Quadro 11 – MERCADOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

	Milhões de dólares			Estrutura (%)		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983
SECTORES						
Euro-créditos a médio prazo	146 419.6 ⁽¹⁾	97 663.3	64 309.7	75.0	57.7	46.6
Emissões de obrigações	48 759.3	71 645.1	73 605.6	25.0	42.3	53.4
Euro-obrigações	26 485.6	46 446.4	46 661.7	13.6	27.4	33.8
Obrigações estrangeiras	21 275.9	25 198.7	26 943.7	10.9	14.9	19.6
Emissões especiais de obrigações	997.8	—	—	0.5	—	—
TOTAL	195 178.9	169 308.4	137 915.3	100.0	100.0	100.0
MUTUÁRIOS						
Países da OCDE	134 210.7	112 302.6	88 226.1	68.8	66.3	64.0
Europa de Leste	1 509.0	704.0	892.2	0.8	0.4	0.6
Países da OPEP	6 069.2	9 364.0	7 145.3	3.1	5.5	5.2
Outros países em desenvolvimento	44 319.7	34 342.8	25 550.2	22.7	20.3	18.5
Organizações internacionais com sede na Europa	2 501.9	3 495.5	7 982.0	1.3	2.1	5.8
Instituições internacionais de desenvolvimento	6 102.9	7 634.8	6 485.2	3.1	4.5	4.7
Diversos	465.5	1 464.7	1 634.3	0.2	0.9	1.2

(1) Dos quais 50.4 biliões respeitam a grandes financiamentos a empresas americanas para operações de concentração industrial.
Origem: OCDE, *Financial Statistics*.

O valor médio das margens tem vindo a reduzir-se e o prazo médio a elevar-se, reflectindo o predomínio dos devedores com mais altos níveis de rendimento e a dificuldade de acesso de muitos outros países.

Com efeito, uma parcela significativa dos défices correntes dos países em vias de desenvolvimento tem sido financiada pelos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento (doações e empréstimos concessionais) e pelos créditos obtidos através das instituições internacionais.

No ano fiscal de 1983, os créditos concedidos pelo grupo do Banco Mundial elevaram-se significativamente. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) concedeu empréstimos no montante de 11.1 biliões de dólares repartidos por 136 projectos e programas, respeitando a 43 países (em 1982, 10.3 biliões repartidos por 150 projectos e programas respeitando também a 43 países); 25 por cento do total emprestado no último ano dirigiu-se a países do Extremo Oriente. O auxílio, em condições favorecidas, concedido pela Associação de Desenvolvimento Internacional (ADI) a países com mais baixos níveis de rendimento, atingiu 3.3 biliões de dólares, num total de 107 projectos e programas para 44 países (em 1982, 2.7 biliões repartidos por 97 projectos e programas respeitando a 42 países); 37 por

cento destes empréstimos destinaram-se à África sub-saariana.

Refira-se ainda, que, à luz de uma abordagem mais flexível na gestão dos empréstimos por parte do BIRD, foi aprovado, em Fevereiro de 1983, um Programa de Assistência Especial, o qual, tendo em vista a promoção do desenvolvimento, procura ampliar o auxílio para ajustamento estrutural e sectorial, acelerar os desembolsos para projectos de alta prioridade, aumentar a parcela do financiamento do Banco nos projectos e reforçar o apoio à dinamização das exportações.

O Banco Mundial tem vindo a salientar a necessidade de expansão dos seus recursos. Com este fim, e como assinalado no Relatório anterior, começou, em Setembro de 1982, a financiar-se no mercado de títulos a curto prazo dos EUA; ao longo do ano fiscal de 1983, recorreu também mais intensamente a *swaps* de divisas, reduzindo assim o custo efectivo dos seus empréstimos a médio e longo prazos. Em Setembro de 1983, na reunião anual do Conselho de Governadores foi salientada a urgência de um Aumento Geral de Capital, a ser realizado até finais do ano fiscal de 1986. Está também em estudo um Aumento Selectivo de Capital, de modo a realinharem-se os direitos de voto dos países membros com a distinta evolução da sua dimensão económica.

4. Relações Monetárias Internacionais

4.1 Mercados cambiais e do ouro

4.1.1 Mercados cambiais

Em 1983, os mercados cambiais foram dominados pela firmeza do dólar e do iene e por uma menor instabilidade relativamente aos anos anteriores (nomeadamente em termos da evolução das TCE). A tendência ascendente da divisa americana fez com que ela atingisse, no final de 1983, novos máximos em relação às principais moedas. Assim, ao longo do ano, o dólar apreciou-se tanto em termos de cabazes de moedas –TCE (9.4 por cento), DSE (5.4 por cento) e ECU (17 por cento) – como em relação às principais divisas: marco alemão (14.6 por cento), franco francês (24.13 por cento), libra esterlina (11.3 por cento), franco suíço (9.3 por cento) e dólar canadiano (1.2 por cento). O iene, no entanto, apreciou-se 1.2 por cento frente ao dólar e 8.7 por cento em termos efectivos (MERM), durante o ano de 1983.

Vários factores podem ser avançados para explicar este comportamento dos mercados cambiais em 1983. Em relação ao dólar é de salientar: o papel das elevadas taxas de juro americanas que determinaram

diferenciais de juro (dos EUA em relação a uma média ponderada da RFA, Reino Unido, França e Japão) a favor da aquisição de activos expressos em dólares, atraindo, desta forma, um grande volume de capitais flutuantes aos EUA; a desaceleração da inflação, a recuperação económica (esta última traduzida por um aumento significativo do índice de produção industrial) e a continuação do reanimar das bolsas de valores dos EUA; a contínua reafirmação oficial de uma política de “Desregulamentação” e menor interferência com o normal funcionamento do mercado e, em particular, a ausência de intervenção das autoridades monetárias americanas nos mercados cambiais, reflectindo o continuado desejo oficial de não impedir um substancial fortalecimento do dólar, apesar da significativa deterioração do défice comercial, resultante, em parte, do impacto da sobrevalorização desta divisa na competitividade externa americana; e o estatuto de moeda refúgio de que se revestiu o dólar, dada a forte instabilidade política e económica, bem como a crise financeira internacional. A evolução do iene, nos mercados de câmbios internacionais, reflectiu, por seu turno, a crescente internacionalização daquela divisa e factores de confiança associados à evolução da economia japonesa, em especial à *performance* do seu sector externo.

Gráfico 4 – EUA – EVOLUÇÃO DO DÓLAR

Base: 1981-IV = 100

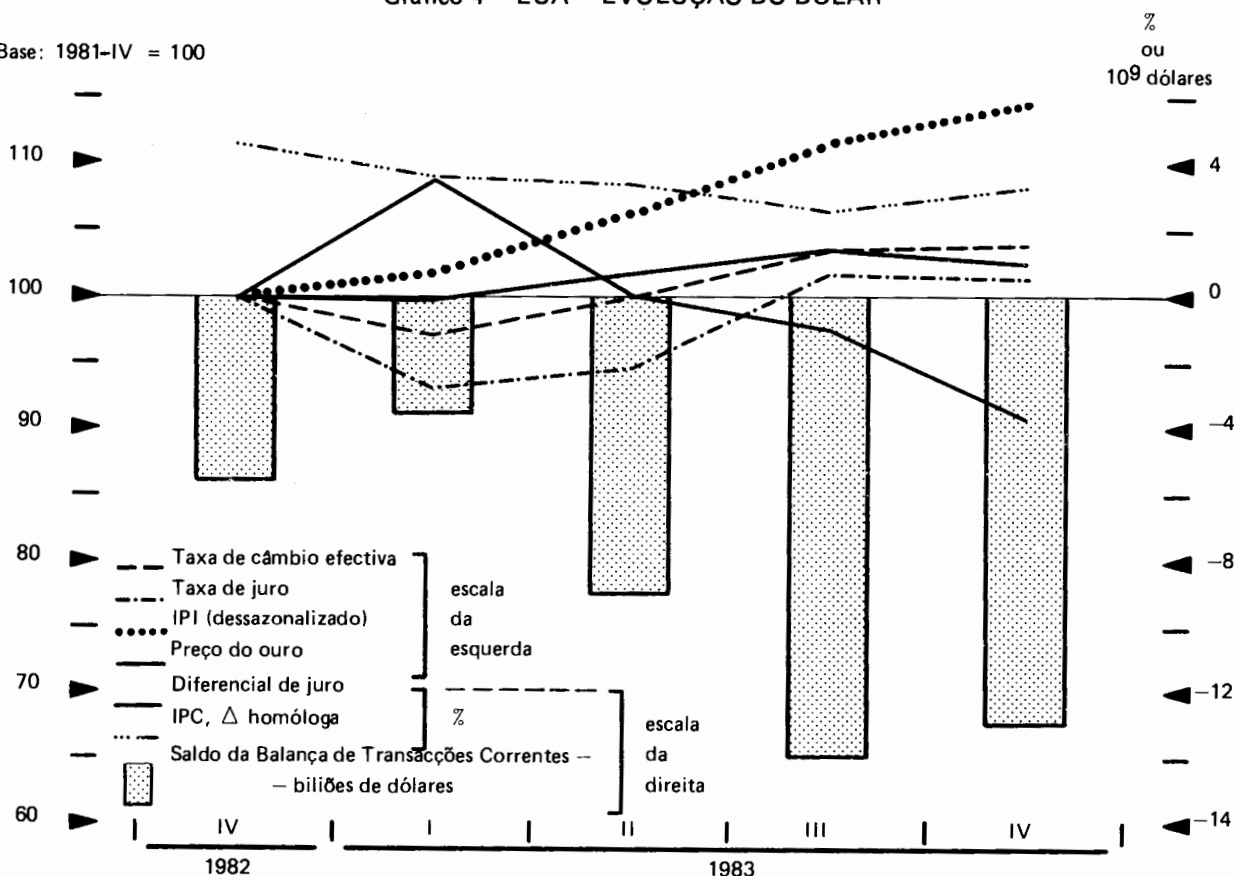
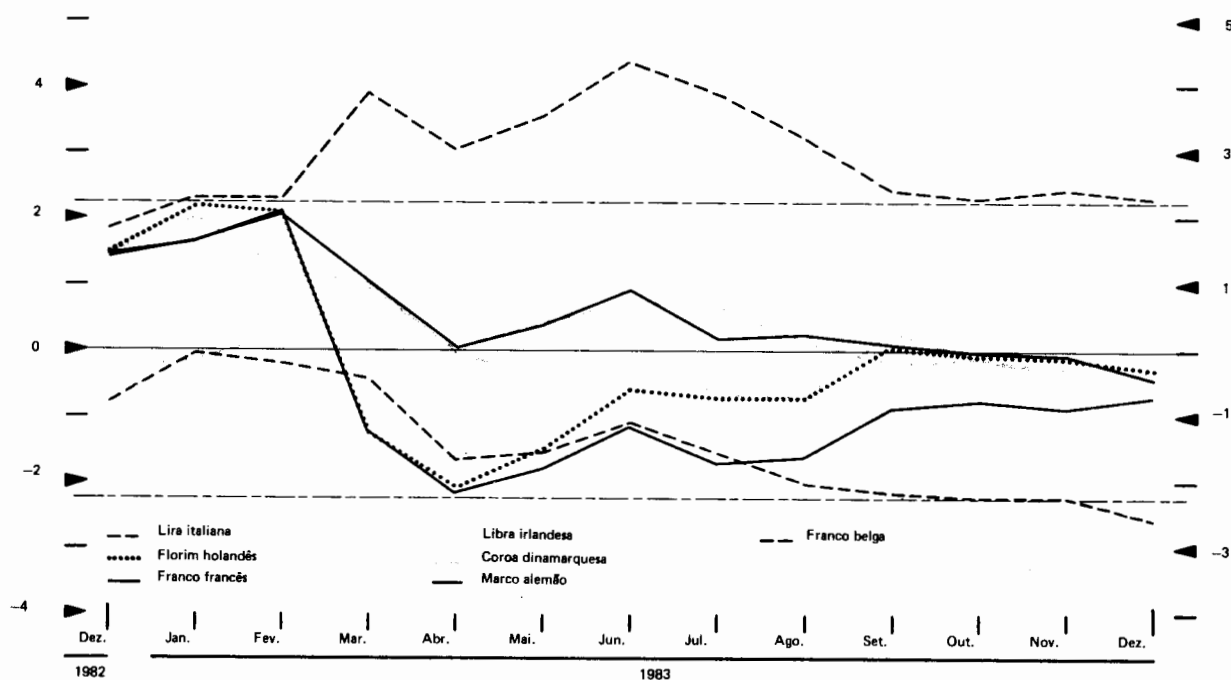


Gráfico 5 — MOEDAS DO SME EXPRESSAS EM ECU



A menor instabilidade cambial verificada ao longo do ano resultou de se ter assistido, entre os principais países industrializados, a uma maior concertação das políticas económicas, à redução da variação nas taxas de juro, assim como a uma clara diminuição dos diferenciais de inflação (sobretudo na segunda metade de 1983).

No 1.º trimestre de 1983, o dólar caiu ligeiramente, quer em termos efectivos quer em relação a algumas das principais moedas, em paralelo com o abrandamento das taxas de juro americanas que se traduziu num diferencial de juro negativo para aquela moeda. Nos meses que se seguiram, as taxas de juro americanas voltaram a subir tomando o diferencial de juro favorável ao dólar. Em consequência, e devido à contribuição de outros factores (como o agravamento do conflito do Médio Oriente e o evidenciamento da recuperação económica nos EUA), o dólar retomou a tendência ascendente.

Durante o período de Verão, e em consequência de nova elevação das taxas de juro e subida das *prime rates* em 0,5 pontos percentuais — com vista a evitar um sobreaquecimento da economia americana e

eventuais efeitos inflacionistas — o dólar valorizou-se significativamente em relação a todas as moedas (inclusive frente ao iene). Foi também neste período que se verificou o maior diferencial de juro favorável ao dólar.

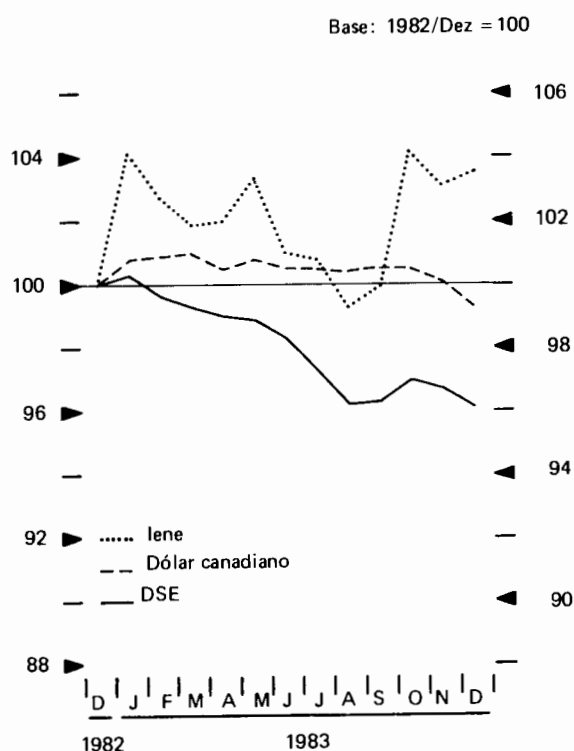
No final do ano, aumentaram as tensões internacionais (nomeadamente em consequência do conflito no Líbano e da instalação de mísseis americanos em alguns países da Europa Ocidental) e acentuaram-se os sinais de recuperação das economias americana e japonesa, o que favoreceu as respectivas moedas apesar da redução da taxa de desconto de 5,5 para 5 por cento, pelo Banco do Japão.

Por outro lado, ao longo de 1983, o SME esteve sujeito a certa instabilidade, devido à contínua revalorização do dólar dos EUA e à divergência (embora menor que em 1982) na evolução das economias dos países membros.

As moedas do SME depreciaram entre 12,6 e 19,1 por cento em relação ao dólar e entre 3 e 11,4 por cento em termos efectivos; o marco alemão apresentou-se como a mais forte das moedas do SME, tendo-se o franco francês revelado como a moeda mais fraca.

Apesar da intervenção dos bancos centrais e da manipulação oficial das taxas de juro, o franco belga e o franco francês sofreram pressões especulativas que se desenvolveram especialmente em Fevereiro e no início de Março. Em consequência, teve lugar, em 22 deste mês, o primeiro reajustamento global e simultâneo de todas as moedas do SME. Assim, e em relação ao ECU, o marco alemão, o florim holandês, a coroa dinamarquesa e o franco belga foram revalorizados em 5.5, 3.5, 2.5 e 1.5 por cento, respectivamente, tendo o franco francês e a lira italiana sido desvalorizados em 2.5 por cento e a libra irlandesa em 3.5 por cento. Em conjugação com este reajustamento, as autoridades francesas adoptaram uma série de medidas de austeridade, como suporte da moderada desvalorização do franco. A seguir ao realinhamento de Março, e como habitualmente acontece com ajustamentos credíveis deste tipo, o marco alemão e o florim holandês desceram para o limite mínimo da grelha de paridades, tendo o franco francês, a coroa dinamarquesa e a libra irlandesa subido para perto do limite superior e o franco belga para o meio; a lira italiana tomou-se a moeda mais forte em relação às novas taxas centrais do ECU, tendo aproveitado a margem ampliada de flutuação de que ela beneficia em relação à unidade de conta europeia. Com o decorrer do ano, o franco belga voltou a cair para o limite inferior, tendo-se as outras moedas mantido próximo do limite superior.

Gráfico 6 – TAXA DE CÂMBIO EM RELAÇÃO AO DÓLAR



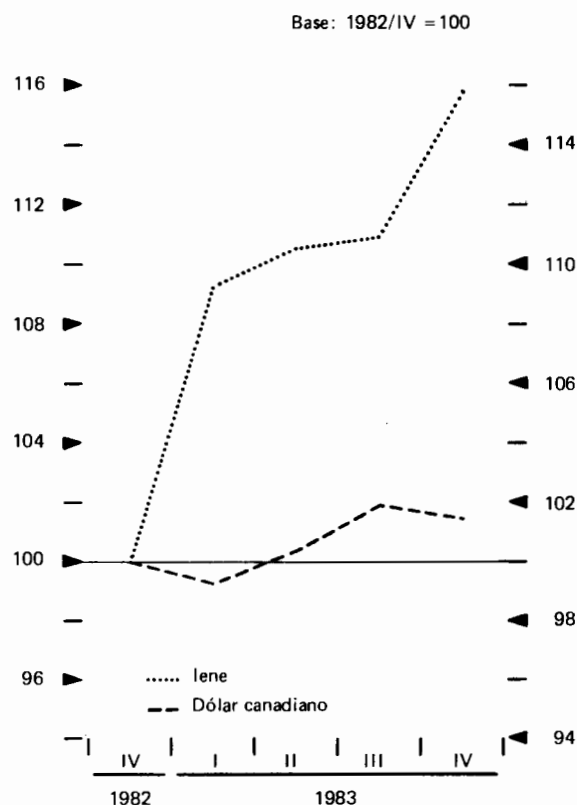
O marco alemão, depois de ter sido negativamente influenciado por alguma instabilidade política na RFA, sofreu pressões especulativas, em Novembro, o que levou as autoridades deste país a prosseguirem no aumento das taxas de juro e a venderem substanciais quantidades de dólares americanos no mercado. Esta intervenção teve como resultado que a divisa alemã se mantivesse perto do limite máximo.

Das moedas participantes do SME e ao longo de 1983, apenas o marco e o florim se apreciaram em relação ao ECU (1.9 e 0.3 por cento, respectivamente). A libra esterlina, moeda incluída na definição do ECU, mas não participante nos mecanismos cambiais do SME, apreciou-se de 5.2 por cento frente ao ECU, enquanto que o franco francês, a libra irlandesa, a lira italiana, o franco belga e a coroa dinamarquesa se depreciaram frente àquela unidade de conta em 5.5, 4.9, 3.3, 1.7 e 0.8 por cento, respectivamente.

Tendo em conta os acontecimentos ocorridos ao longo do ano, é possível agrupar as diferentes moedas, segundo a sua evolução (em termos de médias mensais) frente ao dólar, em quatro conjuntos:

O 1.^o grupo integra as moedas e cabazes que se valorizaram frente ao dólar ou cuja desvalorização em relação a esta moeda foi inferior a 5 por cento: iene (+12 por cento), dólar canadiano (−0.7 por cento) e DSE (−3.9 por cento).

Gráfico 7 – TAXAS DE CÂMBIO EFECTIVAS (médias trimestrais)

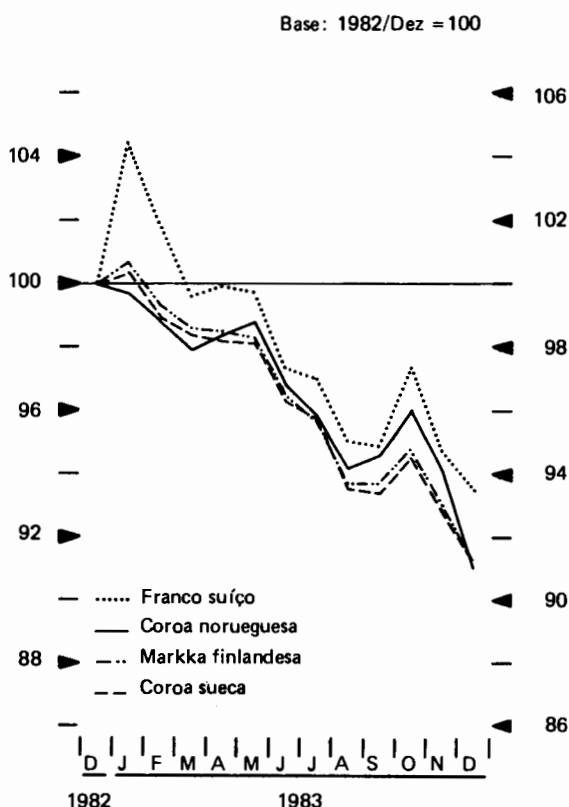


O dólar canadiano continuou a seguir, de muito perto, a evolução da moeda norte-americana, em consequência das elevadas taxas de juro e do excedente comercial, o que encorajou a entrada de capitais, tendo-se mesmo mostrado mais forte que o dólar dos EUA durante todo o ano, à excepção do último mês, e em relação a Dezembro de 1982.

O 2.^o grupo é constituído pelas moedas que se depreciaram entre 5 e 10 por cento em relação ao dólar: franco suíço (-6.5 por cento), coroa sueca (-8.7 por cento), markka finlandesa (-8.7 por cento) e coroa norueguesa (-9 por cento).

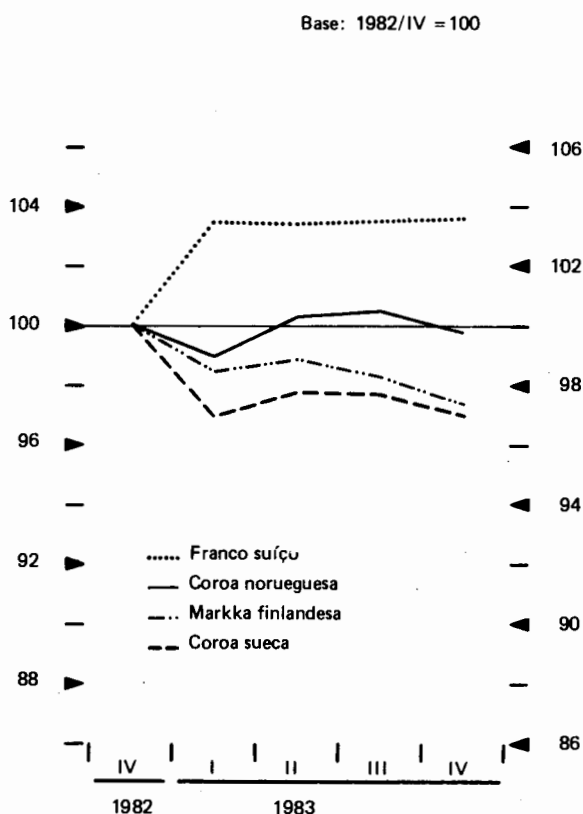
O franco suíço beneficiou de uma situação económica relativamente estável (com níveis muito reduzidos de desemprego e inflação) e da ligeira subida das taxas de juro, ao longo de 1983. As autoridades suíças procuraram, através de intervenções no mercado, manter relativamente estável a taxa de câmbio frente ao marco alemão. De salientar, ainda, que a firmeza da divisa suíça, em termos da sua TCE, se ficou a dever, em parte, à depreciação das moedas dos seus principais parceiros económicos.

Gráfico 8 – TAXA DE CÂMBIO EM RELAÇÃO AO DÓLAR



As moedas escandinavas (coroa sueca, markka finlandesa e coroa norueguesa) apresentaram uma relativa firmeza em relação ao dólar, devido às elevadas desvalorizações pontuais destas divisas (inseridas em planos de estabilização das respectivas economias) verificadas nos últimos meses de 1982.

Gráfico 9 – TAXAS DE CÂMBIO EFECTIVAS (médias trimestrais)



O 3.^o grupo engloba as moedas cuja quebra frente ao dólar se situou entre os 10 e os 15 por cento: libra esterlina (-11.4 por cento), marco alemão (-12 por cento), xelim austríaco (12.2 por cento), florim holandês (13.5 por cento) e coroa dinamarquesa (14.3 por cento).

A libra esterlina caracterizou-se por uma forte instabilidade durante os primeiros meses do ano (devido à incerteza respeitante à evolução dos preços do petróleo e à antecipação das eleições britânicas), apesar de as taxas de juro básicas terem sido elevadas de 10 para 11 por cento. No entanto, a vitória conservado-

Gráfico 10 – TAXA DE CÂMBIO EM RELAÇÃO AO DÓLAR

Base: 1982-Dez. = 100

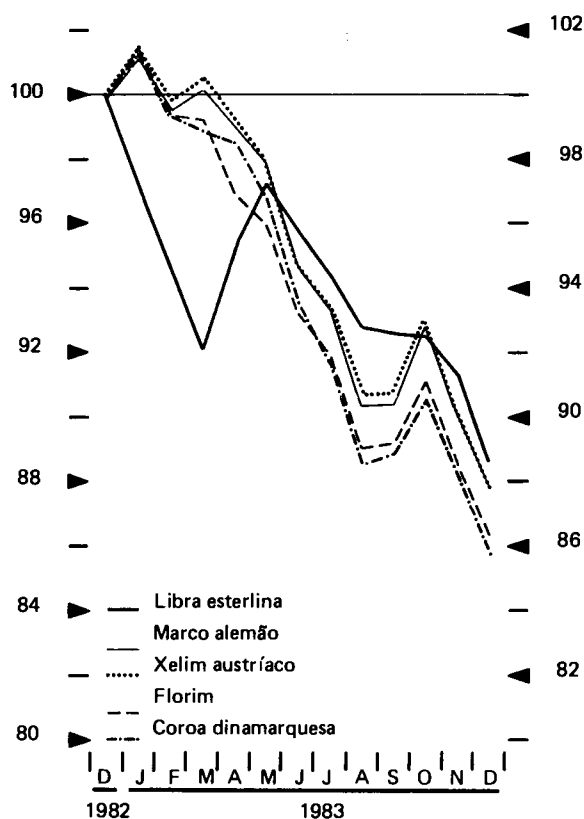
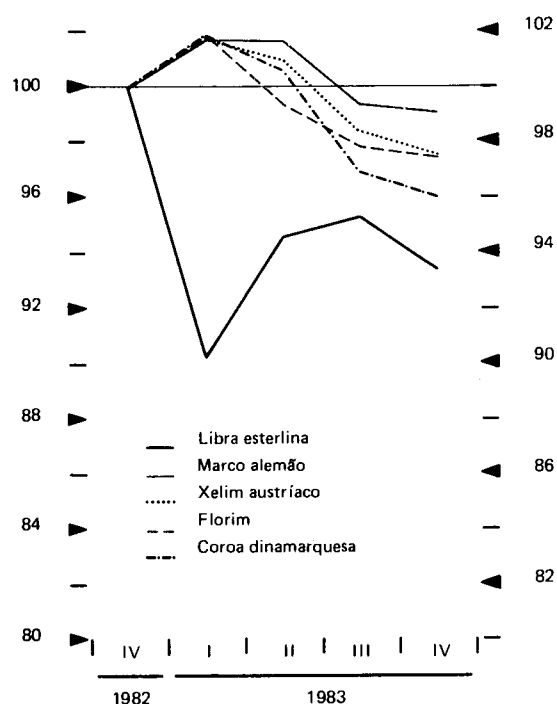


Gráfico 11 – TAXAS DE CÂMBIO EFECTIVAS (médias trimestrais)

Base: 1982-IV = 100



ra em Junho contribuiu para o aumento de confiança nesta divisa, permitindo uma redução gradual das taxas de juro até ao final do ano (cerca de dois pontos percentuais).

Como habitualmente, o xelim austríaco seguiu de perto o marco alemão.

O 4.^o grupo integra as moedas que sofreram desvalorizações de pelo menos 15 por cento relativamente ao dólar: franco belga (-15 por cento), lira italiana (-16.1 por cento), libra irlandesa (-17.7 por cento), franco francês (-18.2 por cento), peseta (-20.3 por cento) e dracma (-28.4 por cento).

A peseta, que havia sido desvalorizada de 8 por cento (em termos efectivos), no último mês de 1982, reflectiu, ao longo de 1983, a evolução do défice da

Gráfico 12 – TAXA DE CÂMBIO EM RELAÇÃO AO DÓLAR

Base: 1982-Dez. = 100

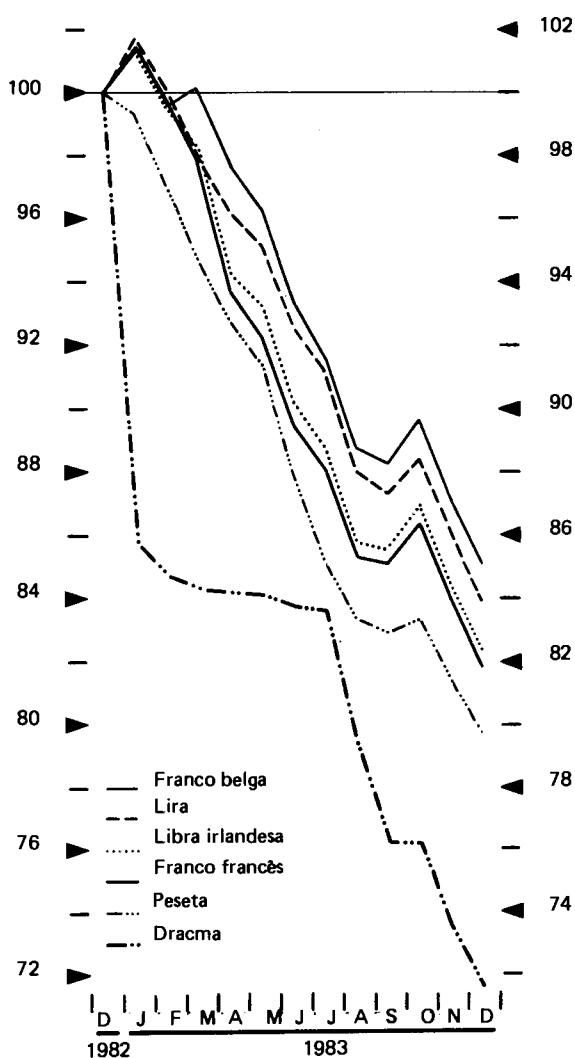
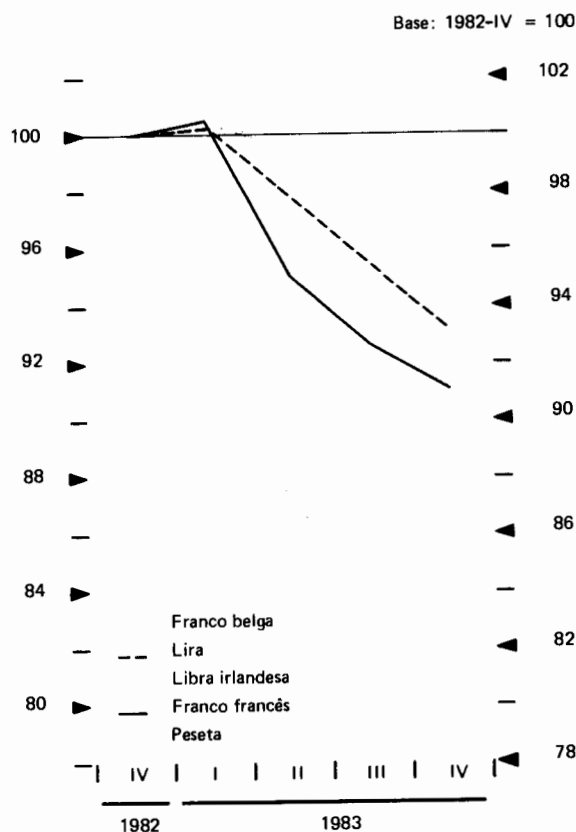


Gráfico 13 – TAXAS DE CÂMBIO EFECTIVAS
(médias trimestrais)



balança de transacções correntes (que registou apenas uma pequena melhoria — aquém do previsto — devido ao comportamento menos favorável no 2.º semestre), assim como uma taxa de inflação ainda elevada, relativamente à média da OCDE, e uma insuficiente retoma de confiança na evolução da economia espanhola.

O comportamento do dracma nos mercados cambiais foi particularmente influenciado pela desvalorização discreta de 15.5 por cento (frente ao dólar) no início do ano, traduzindo ainda a elevada taxa de inflação e o défice da balança de transacções correntes, verificados na Grécia, em 1983.

4.1.2 Mercado do ouro

O mercado do ouro caracterizou-se, em 1983, por um preço médio anual de 424.36 dólares/onça — 13 por cento (48.5 dólares/onça) mais elevado que o de 1982 — invertendo-se, assim, a tendência baixista registada desde 1980: a cotação do metal amarelo havia caído 18.3 por cento em 1982 e 25 por cento

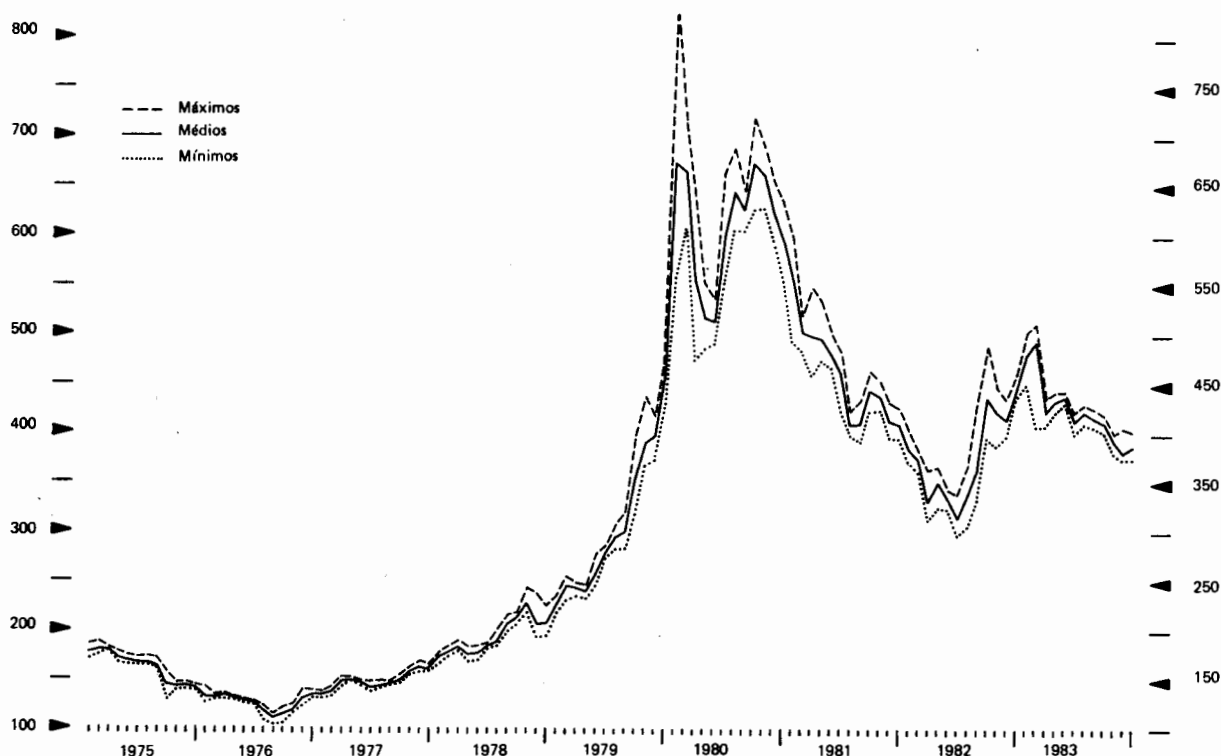
em 1981, frente aos anos imediatamente anteriores. Tal resultado de 1983 só foi, porém, possível devido à forte depressão que caracterizara aquele mercado na primeira metade de 1982. Todavia, ao longo do ano, o preço do ouro caíu 16.3 por cento (passando de 456.9 dólares/onça, em 31 de Dezembro de 1982, para 382.4 dólares/onça, no final de 1983), não tendo a sua evolução sido sempre no mesmo sentido.

A firmeza do dólar, os elevados níveis das taxas de juro e a queda dos preços do petróleo actuaram, ao longo do ano, de modo desfavorável sobre os preços do ouro. A recuperação económica na área da OCDE não se fez sentir, como seria de esperar, ao nível da procura de ouro para fins industriais nesses mercados; por seu turno, a diminuição dos rendimentos petrolíferos reduziu aquela procura nos países do Médio Oriente. Também a redução da inflação e das expectativas inflacionistas assim como a continuação do reavivar dos principais mercados bolsistas tiveram consequências negativas na evolução dos preços do ouro. Ao contrário do que se poderia antecipar, a crise financeira internacional não beneficiou a evolução da cotação do ouro tendo contribuído, sobretudo, para o fortalecimento do dólar e forçado mesmo alguns países a vender parte das suas reservas oficiais em ouro.

Assim, a incerteza no que respeita à evolução da situação internacional (aos níveis político, económico e financeiro) beneficiou principalmente a divisa americana, tendo sido reduzido o seu impacto sobre os preços do ouro.

Numa análise intra-anual, constata-se que durante as primeiras semanas do ano, e até meados de Fevereiro, o ouro se valorizou (passando pela primeira vez, desde Maio de 1981, a barreira dos 500 dólares/onça) na continuação da recuperação iniciada em meados de 1982 (quando o preço estava abaixo dos 300 dólares/onça). Este comportamento, conjuntamente com as expectativas de redução das taxas de juro, apontava para uma tendência ascensionista do preço do ouro. Porém, na segunda metade de Fevereiro o seu preço caíu vertiginosamente (cerca de 20 por cento) o que poderá ser, em parte, explicado pelo receio, naquela altura, de uma quebra significativa dos preços e rendimentos do petróleo. Seguiu-se, de Março a Setembro, um período de relativa estabilidade do valor do metal amarelo dentro de um intervalo de variação de 400 a 445 dólares/onça. Durante este período, considerações sobre a improbabilidade de uma redução significativa das taxas de juro americanas e a firmeza do dólar continuaram a actuar negativamente sobre os mercados do ouro; as dificuldades no cumprimento

Gráfico 14 – PREÇOS DO OURO NO MERCADO DE LONDRES
(\$USA/ONÇA fina)



das obrigações do Brasil em relação a um empréstimo do Banco de Pagamentos Internacionais e alguns acontecimentos na cena política mundial, como o conflito do Líbano ou o abate do avião sul-coreano, não conseguiram animar o mercado. No início de Outubro, o preço do ouro caiu abaixo dos 400 dólares/onça (barreira que se tornou difícil de ultrapassar, apesar de ocorrências como a intervenção americana em Granada) não se tendo seguido, no entanto, um colapso dos preços, contrariamente a algumas previsões mais pessimistas. Contudo, em Dezembro, o valor do ouro caiu novamente fechando o ano, como dito anteriormente, a 382.4 dólares/onça.

Em relação à oferta e procura de ouro, é conveniente salientar o facto de a informação estatística existente, nesta altura, se basear em simples estimativas, devendo por isso ser interpretada cautelosamente.

A produção mineira ocidental de 1040 toneladas, em 1983, foi superior em 27 toneladas (cerca de 2.7 por cento) à do ano anterior; a quota parte do maior produtor mundial, a África do Sul, que representou 65.3 por cento daquele total em 1983, foi superior à de 1982 em 15 toneladas (2.3 por cento). As vendas de ouro realizadas pelos países de Leste (nomeadamente a URSS) registaram um decréscimo de 147 toneladas (-71 por cento). Apesar da queda dos preços dos combustíveis, o volume de exportação destes produtos aumentou, na União Soviética, de modo a compensar a diminuição dos preços; por seu turno, as necessidades de importação de cereais foram menores devido ao aumento da produção doméstica. Pela primeira vez desde 1979, registaram-se vendas oficiais líquidas (com efeitos negativos sobre os preços) totalizando cerca de 60 toneladas e contras-

Quadro 12 – MERCADO DO OURO

Toneladas					
Fontes	1982	1983	Destinos	1982	1983
Produção mineira ocidental	1 013	1 040	Indústria	914	905
África do Sul	(664)	(679)	Joalheria	(715)	(710)
URSS e países de Leste	207	60	Outros fins	(199)	(195)
Outras vendas oficiais líquidas	—	60	Compras oficiais líquidas	98	—
			Moedas e medalhas	155	175
			Entesouramento privado	53	80
Total	1 220	1 160	Total	1 220	1 160

tando com a situação no ano anterior (compras oficiais líquidas totalizando 98 toneladas); os EUA e o Canadá foram ambos vendedores líquidos, fazendo pequenos ajustamentos nas suas reservas, enquanto se registaram algumas vendas por parte de países devedores.

Do lado da procura, a maior parte das compras de ouro (cerca de 61 por cento) continuou a ser absorvida pela joalheria; a procura para este fim contraíu-se 0.7 por cento (5 toneladas, aproximadamente) em consequência da valorização, em termos médios anuais, daquele metal precioso. A quantidade de ouro canalizada para outros fins industriais diminuiu 4 toneladas (–2 por cento) em relação ao ano anterior. Para além de factores de ordem cíclica, foram também responsáveis por esta evolução a utilização de *stocks* e o esforço crescente dos principais fabricantes — joalheria, electrónica e aplicações dentárias — para reduzir a utilização do ouro na confecção dos seus produtos.

A compra de moedas e medalhas expandiu-se em 20 toneladas (cerca de 13 por cento) em relação a 1982, caracterizada sobretudo pelas transacções de *Krugerrands* que aumentaram em cerca de 36 por cento, cifrando-se o acréscimo das compras totais de moedas oficiais em cerca de 15 por cento e tendo a venda de medalhas sofrido um ligeiro decréscimo de 1982 para 1983. O entesouramento privado cresceu substancialmente durante o ano (cerca de 27 toneladas ou 51 por cento) compensando, deste modo, a quebra na procura de ouro para fins industriais.

O volume de oferta secundária de ouro — a qual é particularmente difícil de quantificar por inexistência de fontes estatísticas seguras — deverá ter constituído aproximadamente 40 e 20 por cento da oferta

total, respectivamente em 1980 e 1983. De salientar, ainda, que a oferta secundária de ouro é uma componente muito sensível ao preço sendo também um factor natural de estabilização do mercado.

Em 1983, os recém criados mercados de ouro a prazo de Tóquio (Março de 1982) e Londres (Abril de 1982) ficaram aquém das expectativas; em contrapartida, os mercados norte-americanos viram aumentada a sua importância.

4.2 Sistema Monetário Internacional

4.2.1 Financiamento e Liquidez Internacional

O montante global de reservas — incluindo ouro, divisas e activos relacionados com o FMI — tem sido nos últimos anos determinado, em larga medida, pela procura. Com efeito, a elasticidade da oferta de liquidez, em relação à variação da procura (que depende, sobretudo, do volume de transacções internacionais, regime cambial adoptado, nível e variabilidade dos desequilíbrios externos, facilidade e condições de acesso ao crédito e custos de oportunidade), tem vindo a aumentar.

Em Dezembro de 1983, as reservas oficiais (incluindo o ouro avaliado a 35 DSE/onça) totalizaram cerca de 404 biliões de DSE, ou seja um aumento de 39.4 biliões (10.8 por cento) relativamente ao valor verificado no final de 1982, facto que pode ser explicado, em parte, pelo reavivar do comércio internacional em 1983. Este comportamento contrastou com a redução registada de 1981 para 1982 (–6 biliões de DSE).

Quadro 13 — RESERVAS INTERNACIONAIS: COMPOSIÇÃO
Valores em fim de período

	1981		1982		1983	
	Bilhões de DSE	%	Bilhões de DSE	%	Bilhões de DSE	%
Posições de Reserva no FMI	21.3	5.8	25.5	7.0	39.1	9.7
Direitos de Saque Especiais (DSE)	16.4	4.4	17.7	4.9	14.4	3.6
Divisas	299.0	80.8	287.9	79.0	317	78.5
Ouro (a 35 DSE/onça)	33.3	9.0	33.15	9.1	33.07	8.2
(Ouro: milhões de onças)	(951.5)	—	(947.11)	—	(944.9)	—
Reservas totais com ouro a 35 DSE/onça	370.1	100.0	364.2	100.0	403.6	100.0
Reservas totais com ouro a preços de mercado	661.7	—	723.4	—	715.6	—

Origem: FMI, *International Financial Statistics*.

Aquela expansão foi sobretudo devida ao aumento substancial das reservas em divisas (cerca de 29 bilhões de DSE) e em activos relacionados com o FMI (10.3 bilhões de DSE) tendo-se verificado uma prática estagnação das reservas de ouro (avaliado a 35 DSE/onça).

As posições de reserva do FMI, que aumentaram de 25.5 para 39.1 bilhões de DSE, registaram uma variação da ordem dos 53 por cento, representando, em Dezembro de 1983, 9.7 por cento da liquidez global (contra 7 por cento em 1982). O montante de saques na *tranche* de reserva atingiu 1.5 bilhões de DSE, em 1983, o qual, porém, foi largamente excedido pelos empréstimos concedidos por países membros do FMI (ao abrigo da Facilidade de Financiamento Suplementar e Política de Acesso Alargado), explicando, assim, o crescimento daquele activo relacionado com o Fundo. Os maiores aumentos respeitaram à Arábia Saudita (4.3 bilhões de DSE), EUA (4.1 bilhões de DSE), RFA (0.8 bilhões de DSE) e Reino Unido (0.6 bilhões de DSE).

No final de 1983, as reservas internacionais sob a forma de DSE cifraram-se em 14.4 bilhões tendo diminuído 18.6 por cento em relação ao ano anterior; a sua participação no total reduziu-se de 4.9 por cento em 1982 para 3.6 por cento em 1983. Tal como no ano anterior, não se registou, em 1983, qualquer atribuição de DSE, tendo a contracção destes activos tido contrapartida no aumento das detenções pelo FMI: as transferências dos participantes para a Conta de Recursos Gerais, a título de compra ou pagamento de encargos, foram superiores aos saques em DSE e transferências da Conta de Recursos Gerais. De refe-

rir, a importância das transferências feitas para aquela conta, totalizando 6 bilhões de DSE, respeitantes a pagamentos requeridos pela 8.^a Revisão Geral de Quotas.

As reservas oficiais em divisas aumentaram cerca de 10 por cento em relação a 1982, passando de 287.9 a 317 bilhões de DSE, no final de 1983; a sua participação no total desceu de 79 para 78.5 por cento, o que foi principalmente devido ao aumento substancial, em termos relativos, da Posição de Reserva no FMI.

O *stock* de ouro monetário reduziu-se em 2.2 milhões de onças. Este activo, avaliado a 35 DSE/onça, não apresentou variação sensível em termos absolutos tendo, no entanto, diminuído a sua ponderação no total de 9.1 por cento em 1982 para 8.2 por cento em 1983. Avaliado a preços de mercado, as reservas de ouro registaram uma descida de cerca de 12 por cento, em resultado da queda do preço de metal amarelo expresso em DSE.

Pela mesma razão, as reservas totais, com ouro a preços de mercado, totalizaram, no final de 1983, apenas 715.6 bilhões de DSE, montante inferior em 1 por cento ao do ano anterior (723.4 bilhões de DSE).

Em 1983, persistiram, num grande número de países, situações de grave endividamento externo, em parte consequência das condições prevalentes nos mercados cambiais e de capitais. Estes aspectos acentuam a importância do conhecimento da desagregação da liquidez internacional por detentores e da evolução das reservas obtidas através do FMI.

Em 1983, a expansão de reservas (com o ouro a preços constantes), que foi comum aos vários grupos de países, contrariou a diminuição verificada no ano

Quadro 14 – RESERVAS INTERNACIONAIS: DISTRIBUIÇÃO
Valores em fim de período⁽¹⁾

	1981		1982		1983	
	Bilhões de DSE	%	Bilhões de DSE	%	Bilhões de DSE	%
Reservas totais com ouro a 35 DSE/onça	370.1	100.0	364.2	100.0	403.6	100.0
Países industrializados	212.7	57.5	211.9	58.2	232.4	57.6
OPEP	75.6	20.4	70.0	19.2	75.9	18.8
Países em vias de desenvolvimento não pertencentes à OPEP	75.5	20.4	74.4	20.4	84.2	20.8
dos quais:						
Países europeus menos desenvolvidos ⁽²⁾	8.15	2.2	6.87	1.9	8.2	2.0
Reservas totais com ouro a preços de mercado	675.0	100.0	723.4	100.0	715.6	100.0
Países industrializados	465.1	68.9	510.5	70.6	492.2	68.8
OPEP	88.9	13.2	86.0	11.9	89.9	12.6
Países em vias de desenvolvimento não pertencentes à OPEP	113.6	16.8	117.6	16.3	121.2	16.9
dos quais:						
Países europeus menos desenvolvidos ⁽²⁾	20.2	3.0	20.8	2.9	20.0	2.8

(1) O valor das reservas da OPEP e dos países em vias de desenvolvimento não pertencentes à OPEP está subavaliado, por inexistência de informação para alguns países. Em consequência, a soma das reservas dos grupos é inferior ao valor das "Reservas totais".

(2) Chipre, Grécia, Hungria, Jugoslávia, Malta, Portugal, Roménia e Turquia.

Origem: FMI, *International Financial Statistics*.

anterior. Assim, os países industrializados contribuíram com um acréscimo de 20.5 bilhões de DSE (9.7 por cento), os países da OPEP com um aumento de 5.9 bilhões de DSE (8.4 por cento), tendo as reservas dos países europeus menos desenvolvidos crescido de 1.3 bilhões de DSE (19.4 por cento). Em termos de estrutura da repartição por áreas, a parcela dos países industrializados, que havia aumentado para 58.2 por cento em 1982, reduziu-se para 57.6 por cento no final de 1983, tendo a contribuição dos membros da OPEP continuado a reduzir-se e cifrando-se em 18.8 por cento no final do ano findo; a importância relativa dos países em vias de desenvolvimento aumentou ligeiramente, mantendo-se, no entanto, próxima dos valores registados no biênio anterior (20–21 por cento). Relativamente aos países industrializados, apenas ocorreram diminuições de reservas na Áustria (–0.5 bilhões de DSE), Reino Unido (–0.4) e Finlândia (–0.2); os aumentos mais significativos tiveram lugar em Itália (+6.4 bilhões de DSE), França (+4), Austrália (+2.7) e Japão (+2.3).

Os efeitos da prolongada recessão internacional no comércio mundial e na situação de pagamentos bem

como os problemas de endividamento dos países em vias de desenvolvimento, reflectiram-se num aumento substancial do recurso ao crédito do FMI, ao longo de 1983. Com efeito, o acréscimo significativo dos saques envolvendo condicionalismo (cuja percentagem no total subiu de 62.7 por cento em 1982 para 75.0 por cento em 1983) traduziu as necessidades existentes de liquidez e o elevado número de programas de ajustamento económico, empreendido com o suporte financeiro do Fundo.

O montante global de saques (excluindo os efectuados na *tranche* de reserva) aumentou cerca de 70 por cento frente ao ano anterior, passando de 7.4 a 12.6 bilhões de DSE. O peso relativo dos saques no âmbito da Facilidade Alargada (programas associados a ajustamentos de médio prazo) aumentou significativamente, revelando o carácter estrutural dos actuais problemas de financiamento. A Facilidade Compensadora registou um ligeiro acréscimo de 0.2 bilhões de DSE tendo sido as suas compras, ao invés do que acontecera em 1982, inferiores às verificadas ao abrigo dos outros mecanismos (à excepção das compras sob a Facilidade dos *Stocks* Reguladores).

Quadro 15 – TRANSACÇÕES DO FMI

Biliões de DSE

	1981	1982	1983
1. SAQUES	6.8	7.4	12.6
Tranches de crédito (1)	3.5	2.5	4.9
dos quais:			
Facilidade Suplementar	1.5	1.0	0.8
Política de Acesso Alargado	0.3	0.3	2.1
Facilidade Alargada	2.1	2.1	4.6
dos quais:			
Facilidade Suplementar	0.6	0.7	0.8
Política de Acesso Alargado	0.5	0.4	1.6
Facilidade Compensadora	1.2	2.6	2.8
dos quais:			
Excedentes do custo de importação			
de cereais	0.0	0.3	x
Facilidade dos Stocks Reguladores	—	0.1	0.3
2. FUNDO FIDUCIÁRIO	0.4	—	—
3. RECOMPRA	2.1	1.6	2.0
4. SALDO	5.1	5.8	10.6

(1) Excluindo saques na *tranche* de reserva.

Origem: FMI, *Internacional Financial Statistics*.

Em 1983 não foram efectuados quaisquer saques por países industrializados, contrariamente ao acontecido no ano anterior.

Sob a forma de *tranches* de crédito foram obtidos 4.9 biliões de DSE (+96 por cento que em 1982); a sua importância relativa aumentou de 34 por cento em 1982 para 39 por cento no ano findo. O recurso à Facilidade Alargada atingiu 4.6 biliões de DSE, montante superior em 119 por cento ao valor registado em 1982 (2.1 biliões de DSE); a sua contribuição para o total passou de 29 por cento em 1982 para 36.5 por cento em 1983. Estas duas rubricas, em conjunto, corresponderam a 75.4 por cento do montante global (63 por cento em 1982). Como nos anos precedentes, o FMI financiou grande parte destas operações com recursos obtidos por empréstimo, quer no âmbito da Facilidade Suplementar (cerca de 17 por cento), quer no da Política de Acesso Alargado (cerca de 39 por cento).

As aquisições efectuadas no âmbito da Facilidade Compensadora atingiram 2.8 biliões de DSE, valor superior em apenas 0.2 biliões de DSE ao registado em 1982; a sua ponderação no total desceu de 36 por cento para cerca de 22 por cento.

Ao abrigo da Facilidade dos *Stocks* Reguladores foram concedidos 308 milhões de DSE, atribuídos quase na totalidade à Malásia (113 milhões de DSE), Indonésia (65.1), Brasil (64.5) e Tailândia (41.5).

Contrariamente ao verificado nos últimos anos, o volume de recompras aumentou 0.4 biliões de DSE (25 por cento) relativamente ao ano anterior. O valor positivo dos saques líquidos aumentou significativamente (cerca de 83 por cento) passando de 5.8 biliões em 1982 para 10.6 biliões em 1983.

No final de 1983 estavam em vigor 33 acordos *stand-by* e 10 acordos alargados; o montante total, sob estas duas formas de acordo, atingia 22.9 biliões de DSE (14.1 em 1982). O montante não sacado totalizava 12.4 biliões de DSE.

A utilização do DSE aumentou substancialmente em 1983 (cerca de 70 por cento). As operações do Departamento de DSE do FMI atingiram 20.7 biliões de DSE (contra 12.2 biliões em 1982). Este comportamento é explicado pelo aumento nas transacções entre participantes e "outros detentores", bem como pela expansão das transferências envolvendo participantes e a Conta de Recursos Gerais (para a qual contribuiu, como já referido, a 8.^a Revisão Geral de Quotas ocorrida durante o ano).

As transferências por acordo atingiram, em 1983, novos máximos (2.7 biliões de DSE), tendo ultrapassado, pela primeira vez desde 1978, as transferências com designação (2.1 biliões de DSE).

4.2.2 Ajustamento e adaptações estruturais

O caminho percorrido no sentido do reequilíbrio dos pagamentos internacionais foi notoriamente insuficiente para obstar à continuação do elevado nível de endividamento externo, em particular dos países em vias de desenvolvimento.

Os esforços conjuntos, empreendidos nos fins de 1982, envolvendo autoridades monetárias nacionais, bancos comerciais, países devedores e organizações económicas internacionais, com destaque para o FMI, evitaram a ruptura do sistema monetário e financeiro mundial, mas não conseguiram resolver os problemas estruturais relacionados com a inexistência de um adequado processo de reajustamento internacional.

Na procura de soluções duradouras para os persistentes desequilíbrios externos, a escolha apropriada e a prática dos regimes cambiais terá, seguramente, um papel de relevo, embora subordinado à indispensabilidade de uma correcta política económica e financeira.

Quadro 16 — REGIMES CAMBIAIS DOS PAÍSES MEMBROS DO FMI
Valores em fim de período

	Número de países			Estrutura (%)		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983
Moedas ligadas a outra moeda	57	56	51	40.1	38.6	35.2
Dólar EUA	38	38	33	26.8	26.2	22.8
Libra	1	1	1	0.7	0.7	0.7
Franco Francês	14	13	13	9.9	9.0	9.0
Outras	4	4	4	2.8	2.7	2.7
Moedas ligadas a um cabaz	36	38	40	25.4	26.2	27.6
Direito de saque especial	15	15	13	10.6	10.3	9.0
Outro cabaz	21	23	27	14.8	15.9	18.6
Flutuação	49	51	54	34.5	35.2	37.2
Conjunta	8	8	8	5.6	5.5	5.5
Independente	37	38	41	26.1	26.2	28.2
De acordo com um conjunto de indicadores	4	5	5	2.8	3.5	3.5
TOTAL	142	145	145	100.0	100.0	100.0

Origem: FMI, *International Financial Statistics*.

Entretanto, em 1983, confirmou-se a tendência vinda desde meados dos anos setenta, para uma diminuição da preferência das autoridades cambiais por uma ligação a outra moeda, totalmente imputável, no ano em análise, à redução das divisas definidas em termos do dólar; as razões deste facto prendem-se, mais uma vez, com a incerteza em torno da moeda norte-americana. Por seu turno, continuou a reforçar-se o peso, absoluto e relativo, das moedas vinculadas a cabazes de moedas (com perda de posição do direito de saque especial a favor de outros cabazes especificamente construídos) ou perfilhando uma política mais flexível. Finalmente, manteve-se, sem alteração, o número assaz reduzido das moedas participando em esquemas colectivos de flutuação (SME) ou evoluindo de acordo com um conjunto de indicadores (*crawling peg*). Em qualquer caso, todavia, as mudanças de regime cambial assumiram diminuta expressão numérica, sobretudo se medida pelo seu significado no cômputo global das transacções internacionais.

As questões cambiais estiveram particularmente em foco em dois foros distintos. Por um lado, o FMI procedeu em Março de 1983, como previamente programado, à revisão do seu papel no tocante à vigilância da política cambial dos países membros, tendo sido sublinhada a necessidade de um maior acompa-

nhamento da política comercial e da gestão do endividamento externo; decidiu, igualmente, adoptar uma atitude mais activa em relação às modificações cambiais, nomeadamente mediante o recurso, numa base experimental, a uma *threshold approach*, segundo a qual os Directores Executivos do FMI passarão a ser notificados, sempre que se verifiquem alterações de, pelo menos 10 por cento, nas taxas de câmbio efectivas reais de qualquer das moedas dos países membros. Por outro lado, em Abril, na sequência da cimeira dos sete principais países industrializados, realizada em Versalhes (Junho de 1982), foi publicado um relatório⁽¹⁾ do *Working Group on Exchange Market Intervention*; a sua principal conclusão aponta no sentido de a intervenção oficial nos mercados de câmbios só se revelar instrumento eficiente — em termos de influenciar os preços aí verificados — apenas no curto prazo e, mesmo assim, desde que não vise contrariar movimentos ditados pelo comportamento das variáveis económicas fundamentais. Concluiu-se, igualmente, que as potencialidades da inter-

(1) Conhecido por Relatório Jurgensen, devido ao nome do presidente do grupo de trabalho.

venção são reforçadas por uma actuação concertada das várias autoridades cambiais; este ponto, aliás, foi mais tarde retomado na cimeira de Williamsburg.

Enquanto não se resolvem os problemas — necessariamente mais complexos e de ultrapassagem mais demorada — do reajustamento dos desequilíbrios externos, tem-se avançado na expansão dos recursos postos à disposição do FMI, tendo em vista, não só ajudar a superar as necessidades imediatas de liquidez, mas também contribuir, mediante um judicioso condicionalismo dos saques a efectuar, para a implementação de estruturas económicas mais compatíveis com a manutenção de um desenvolvimento equilibrado, sem constantes ameaças de dificuldades externas.

Neste sentido, concretizou-se, quer a 8.^a Revisão Geral de Quotas — com a elevação do seu montante de 61.06 a 90.035 biliões de DSE — quer a Revisão dos Acordos Gerais de Empréstimos — cujos recursos passaram de 6.4 a 17 biliões de DSE — ora acessíveis a todos os países membros do FMI e não só, como

antes, apenas disponíveis para os participantes nesse entendimento específico. Acresce que, em associação com o reforço e extensão desta última modalidade de apoio financeiro, a Arábia Saudita facultou 1.5 biliões de DSE ao FMI.

Outra via de ampliar os meios de pagamento internacionais consiste em proceder-se a uma nova atribuição de DSE. No entanto, nas discussões havidas, o confronto de pontos de vista entre as várias partes interessadas não permitiu ultrapassar as divergências assinaladas no Relatório anterior. Tal não tem impedido que o FMI tenha continuado a tomar medidas destinadas a reforçar o papel do DSE, tais como, o aumento do número dos “outros detentores” e a modificação do processo de cálculo dos seus juros — feita semanalmente em vez de trimestralmente — e de pagamento — ora trimestralmente em vez de anualmente — a partir de finais de Julho, com o objectivo de tornar o DSE mais comparável com os outros instrumentos de reserva.

B— ECONOMIA NACIONAL

CAPÍTULO I

ANÁLISE GLOBAL

1. Introdução

A política de estabilização dominou a evolução da economia portuguesa em 1983. O seu objectivo prioritário foi a redução do desequilíbrio externo, o qual se vinha traduzindo num excessivo défice da Balança de Transacções Correntes (BTC) e no avolumar da dívida externa. As dificuldades imediatas de financiamento do défice externo e a evolução previsível do peso do serviço da dívida, preocupante pelo que significa de hipoteca das possibilidades de crescimento económico futuro, tornaram inadiável a adopção de uma política que pudesse conduzir a um ajustamento relativamente rápido.

A redução do défice da Balança de transacções correntes foi procurada através de medidas de dois tipos. Por um lado, tratava-se de reduzir a procura interna e, por outro, era necessário estimular a oferta de bens transaccionáveis com o exterior. No primeiro grupo de medidas incluíram-se o forte aumento da tributação directa e indirecta (líquida de subsídios), a redução de algumas despesas do Sector Público Administrativo (SPA) e o congelamento de parte das despesas de investimento do Sector empresarial do Estado. Este aumento das receitas e diminuição de despesas conduziu a uma redução muito significativa do défice do sector público global (i.e., incluindo o Sector empresarial do Estado) a qual constituía um outro objectivo da política de estabilização; em 1983 o financiamento monetário (crédito bancário interno e externo) do SPA e das empresas públicas não financeiras atingiu cerca de 14.6 por cento do produto interno bruto, contra 23.4 por cento em 1982.

A política monetária teve igualmente um papel importante na redução da procura em 1983. A oferta de moeda e o crédito total à economia (interno e externo) sofreram uma considerável desaceleração ao longo de todo o ano de 1983; as taxas de juro foram aumentadas de modo significativo em Março e Agosto. Para aquela desaceleração contribuíram fundamentalmente as dificuldades de acesso aos mercados financeiros internacionais — particularmente no 1.º semestre — e a contenção operada no financiamento ao SPA no 4.º trimestre.

No segundo grupo de medidas respeitante à reorientação da oferta e procura internas, o principal instrumento utilizado foi de novo a taxa de câmbio. Em 1983 a desvalorização do escudo foi suficiente para mais do que compensar a diferença entre o crescimento dos custos (e preços) em Portugal, e no exterior. Os preços internos dos bens e serviços exportáveis e importáveis deverão ter subido significativamente em relação ao preço dos bens e serviços não transaccionados com o exterior, embora o forte aumento de preços de bens e serviços controlados administrativamente, encobrisse parte daquela variação relativa. A subida do preço relativo dos bens e serviços exportáveis e importáveis penalizou a procura e deverá ter estimulado a produção deste tipo de bens e serviços. Acresce que é natural que aquela subida do preço relativo tenha também contribuído para a redução da procura interna, através da queda dos salários reais, associada à desvalorização real.

Uma parte do programa de estabilização — a maior austeridade da política monetária — vinha sendo implementada desde o final de 1982. A partir de

Junho de 1983 foram anunciadas e adoptadas as restantes medidas daquele programa, no âmbito do acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

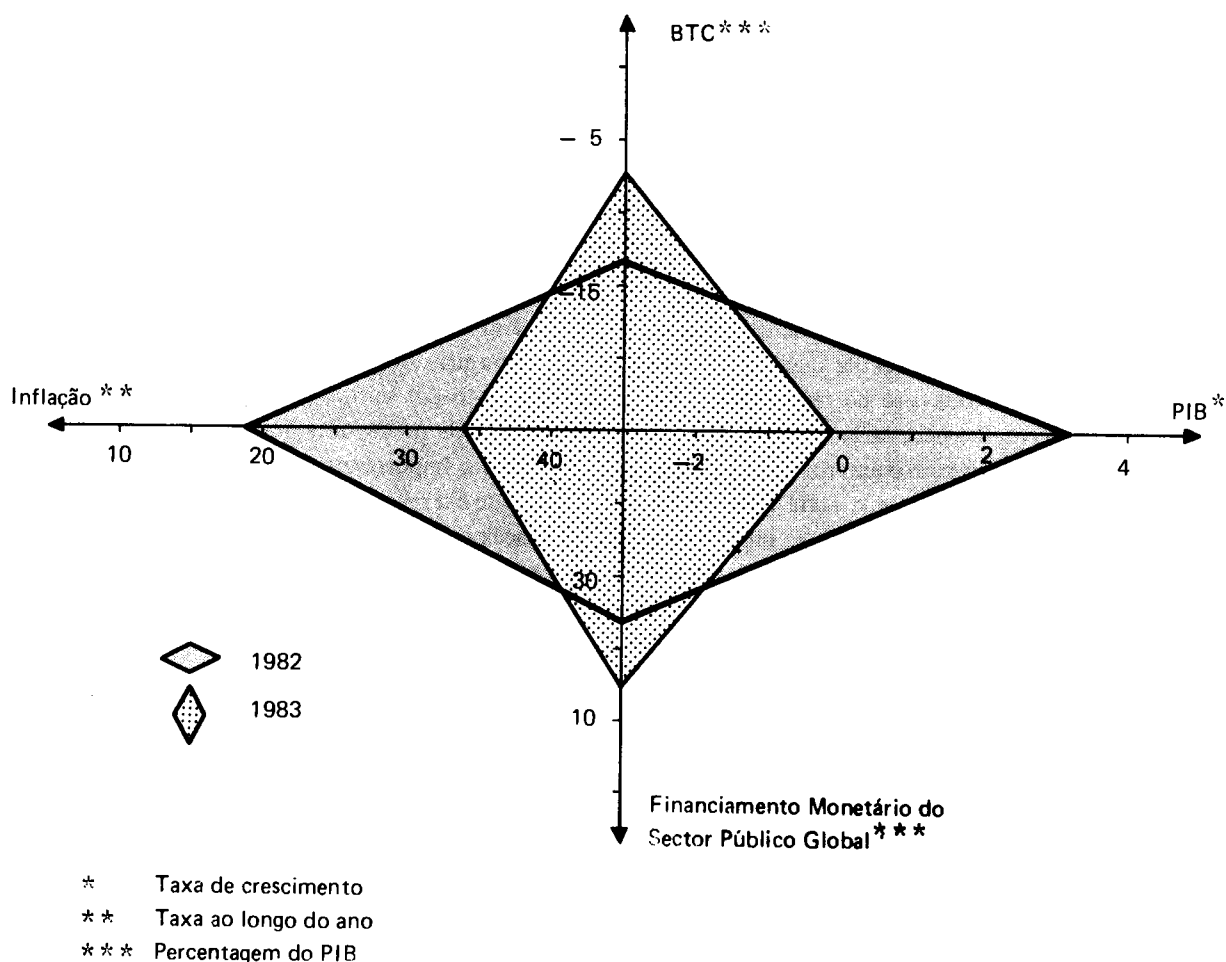
O rápido ajustamento da economia portuguesa à política de estabilização adoptada encontra-se sintetizado no Gráfico I.1. De salientar que a grande redução do défice da Balança de transacções correntes com o exterior (6.4 por cento do produto nacional bruto) corresponde a um notável aumento da poupança interna, para o que contribuiu decisivamente o Sector público global cuja poupança — embora ainda fortemente negativa — terá aumentado quase 9.5 por cento do produto nacional bruto.

As contrapartidas dos resultados obtidos em 1983, no que toca à Balança de transacções correntes e ao défice do Sector público, foram a queda do nível de actividade económica, a redução sensível do emprego e do rendimento real disponível e a aceleração da inflação. A primeira foi basicamente a consequência inevitável das medidas de redução da procura interna

— difícil de evitar no curto prazo — a qual por sua vez originou diminuição do emprego. Da conjugação destes factores, reforçados pelo aumento da tributação directa, resultou o abaixamento do rendimento disponível. Por seu turno a inflação foi sobretudo o resultado dos grandes aumentos de preços administrativos de bens e serviços, a que se juntou a política de desvalorização efectiva do escudo (20.5 por cento) seguida em 1983.

A necessidade de reduzir drasticamente o défice da BTC levou a que a economia portuguesa não pudesse acompanhar a recuperação iniciada pelas economias dos seus principais parceiros. Tudo indica que idêntica situação prevalecerá ainda no futuro próximo. Infelizmente o desequilíbrio externo é uma condicionante de tal natureza que, face ao elevado conteúdo importado do investimento, não parece possível permitir uma expansão deste a ritmo compatível com uma modernização tecnológica muito rápida.

Gráfico I.1 — PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO
Uma síntese dos resultados



2. A política económica em 1983

Nos últimos anos, e até meados de 1983, a política monetária esteve orientada para o controlo do saldo (em dólares) das Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior (DLX), o que praticamente foi conseguido, sem que se tivesse tornado necessário restringir demasiado a expansão da actividade económica (o PIB cresceu 3.2 por cento em 1982); no entanto, houve que recorrer a financiamentos do exterior a ritmo não sustentável. As avultadas entradas (líquidas) de capitais externos fizeram, por seu turno, com que a massa monetária se expandisse rapidamente (não obstante os limites à expansão do crédito interno) e acomodasse um montante de despesa interna excessivo — nomeadamente por parte do Sector público global — relativamente ao produto. A consequência foi, naturalmente, o progressivo agravamento do défice da Balança de transacções correntes e a acumulação de dívida externa, os quais em 1982 representavam, respectivamente, 13.4 e 58.5 por cento do PIB_{pm} (41.9 por cento no que respeita à dívida a mais de um ano).

A manifesta impossibilidade de se prosseguir num tal caminho conduziu à necessidade de controlar a BTC, o que por sua vez implicava uma reorientação da política monetária, no sentido do controlo do crédito total (interno e externo) à economia. Esta tarefa foi de certo modo facilitada pelas dificuldades de acesso aos mercados internacionais de capitais — nomeadamente no 1.º semestre.

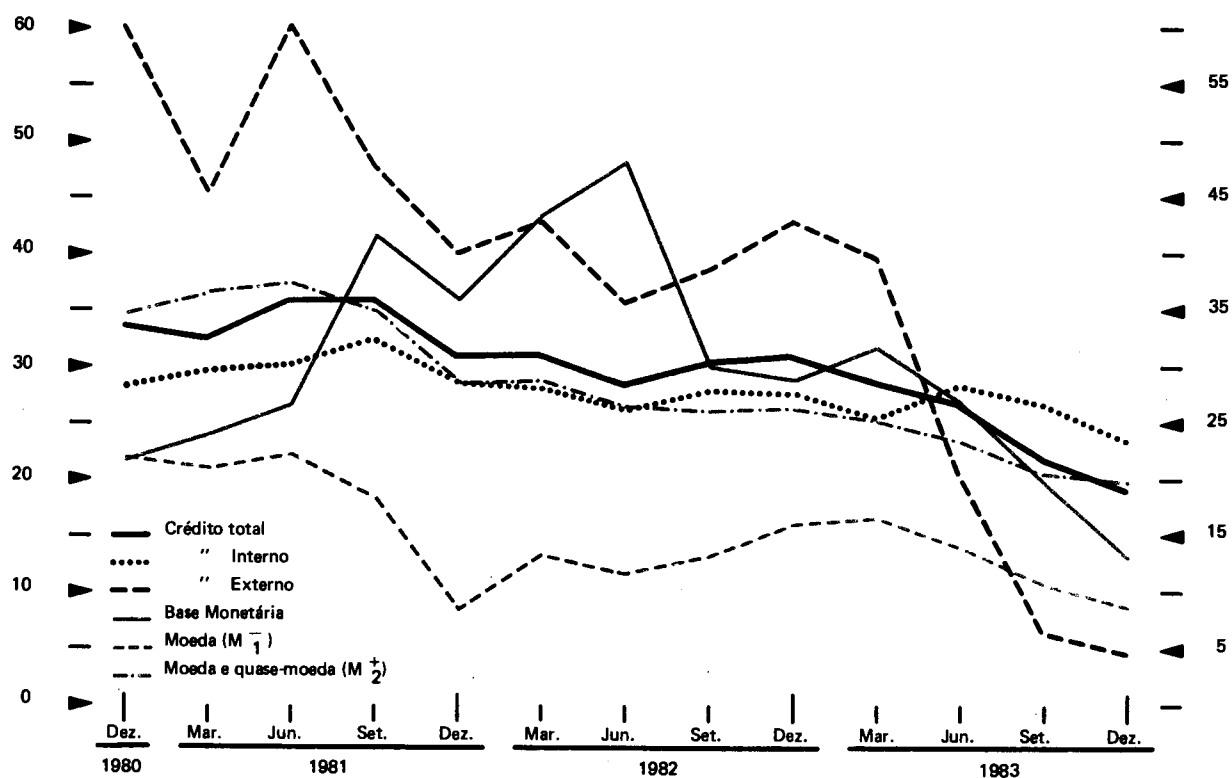
A situação registada ao nível do financiamento externo teve de imediato duas consequências. Por um lado, fez com que no 1.º semestre de 1983 as entradas (líquidas) de capitais externos fossem inferiores às previstas o que determinou perdas de DLX superiores às programadas e que os limites à expansão do crédito interno fossem relativamente apertados — e daí, em parte, que o crédito efectivamente concedido neste período tenha excedido o fixado nos limites de crédito (cerca de 2 por cento). Por outro lado, aquela situação levou a que o financiamento do défice da BTC — que no passado fôra fundamentalmente assegurado pelo sector não monetário, designadamente Estado e empresa públicas — tivesse que ser assumido predominantemente pelo sistema bancário, nomeadamente pelo Banco de Portugal, que para o efeito teve mesmo que vender cerca de 50 toneladas de ouro das suas reservas. Em face da vulnerabilidade da situação cambial, foi julgado conveniente celebrar um acordo de estabilização económica com o FMI, nomeadamente como garantia de credibilidade da política económica do País.

A referida situação cambial, conjugada com o ritmo da evolução das necessidades financeiras do SPA no 1.º semestre — que levou a que neste período o crédito a este sector absorvesse cerca de metade (47.8 por cento) do crédito total à economia — obrigava a um racionamento do crédito ao sector produtivo. Houve, assim, que complementar os limites de crédito com a subida de 4 pontos percentuais das taxas de juro activas em Março, a fim de reforçar a eficácia da política monetária. Ao mesmo tempo, as taxas de juro dos depósitos a prazo foram aumentadas 5 pontos percentuais, esperando-se que provocassem uma certa recuperação da procura de moeda, que, no entanto, se não verificou. Para além da poupança nacional (de residentes e emigrantes) eventualmente se encontrar já nessa altura em regressão, é provável que as expectativas de desvalorização do escudo, então existentes, tivessem estimulado a aplicação de poupança em activos expressos em moeda estrangeira; igualmente é de presumir que os agentes económicos antecipassem já o futuro agravamento da inflação, o que igualmente explicaria a menor preferência revelada pelos depósitos bancários.

A partir do 2.º semestre a eficácia da política monetária foi reforçada pelas medidas tomadas no âmbito do programa de estabilização económica. Este incluiu, designadamente, a desvalorização de 12 por cento do escudo, em Junho — com o fim de evitar a especulação contra a moeda nacional — complementada pela subida de 2 pontos percentuais nas taxas de juro, em Agosto — por forma a garantir a competitividade dos activos em escudos face ao exterior — e, sobretudo, a inflexão da política orçamental num sentido restritivo.

Pela introdução de impostos extraordinários — sobre os lucros das empresas, sobre os rendimentos colectáveis sujeitos a imposto profissional, de capitais e a contribuição predial — e alguma contenção nas despesas, foi possível reduzir os défices corrente e global do SPA que (calculados segundo a metodologia do novo sistema de Contas Nacionais) passaram a representar, respectivamente, 3.3 e 9.5 por cento do PIB_{pm}, contra 4.9 e 11.4 por cento em 1982. Esta evolução traduz um forte decréscimo dos défices em termos reais, embora a mesma se fique também a dever a uma antecipação de receitas, resultante da entrega de 25 milhões de contos por conta dos lucros do Banco de Portugal. Face à conhecida rigidez no sentido descendente que caracteriza a maior parte das despesas públicas, uma redução do défice basicamente conseguida por via do aumento da receita, é, sem dúvida, mais fácil de implementar do que a oposta — por redução das despesas correntes.

Gráfico 1.2 – EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS
Taxas de variação



Para além do valor apurado para o défice do SPA (que pode variar de acordo com a metodologia seguida no seu cálculo) importa considerar o montante e a origem dos recursos utilizados no seu financiamento. O défice continuou a ser sobretudo financiado por recurso à criação de moeda, com o concomitante alargamento da base monetária, e suas repercussões negativas ao nível do controlo monetário, das tensões inflacionistas e da Balança de pagamentos. No entanto, dada a nítida contracção verificada no final do ano no recurso ao crédito bancário interno, este perdeu importância relativa no total dos meios mobilizados para financiamento do défice (52.4 contra 69 por cento no ano anterior); em contrapartida aumentou a participação do crédito externo (34.3 por cento) e, muito especialmente, a do crédito interno não bancário (13.3 por cento). Este podia, talvez, ter assumido um papel mais importante, se as potencialidades do mercado obrigacionista tivessem tido um melhor aproveitamento, uma vez que, em alguns meses, se verificou uma insuficiência na oferta de títulos.

Em resultado do que precede, bem como da contenção no recurso ao crédito externo exigida pelo programa de estabilização económica, e de só na parte final do ano se ter restabelecido a normalidade no recurso ao crédito externo, subiram-se os limites de crédito interno ao sector produtivo, a fim de possibilitar às empresas a substituição de parte do crédito externo e impedir que se registasse simultaneamente uma travagem da actividade económica para além da necessária. Foi o que efectivamente aconteceu a partir de Agosto, aliás na sequência lógica da reorientação definida para a política económica e a que se fez referência. De facto, a partir daí, a política monetária passou a adoptar como variável de controlo o crédito total julgado compatível com o objectivo pré-estabelecido para o saldo da BTC, o que implica que as variações no financiamento externo são, em princípio, compensadas por crédito interno, evitando-se assim que a excessiva expansão, ou a brusca contracção, do crédito externo se repercuta inteiramente na liquidez da economia.

Com esta alteração na programação monetária, o excesso sobre os limites de crédito existente até Julho foi praticamente absorvido, tendo-se chegado a Dezembro com o crédito concedido a ultrapassar o autorizado em apenas 0,37 por cento, o que compara com um valor médio de 2 por cento até Julho. Para o efeito terá contribuído não só o aumento da oferta de crédito sujeito a limite, mas também uma certa retracção na procura de crédito, na sequência da recessão da actividade económica, em particular no 4.º trimestre. A política monetária adoptada a partir de meados de 1983 visou, pois, uma solução de compromisso equacionada num contexto temporal alargado: ao procurar reduzir progressivamente o défice da BTC para um valor sustentável – atendendo às possibilidades do endividamento externo e de utilização criteriosa das reservas de ouro – tentava não travar a actividade económica mais do que o necessário.

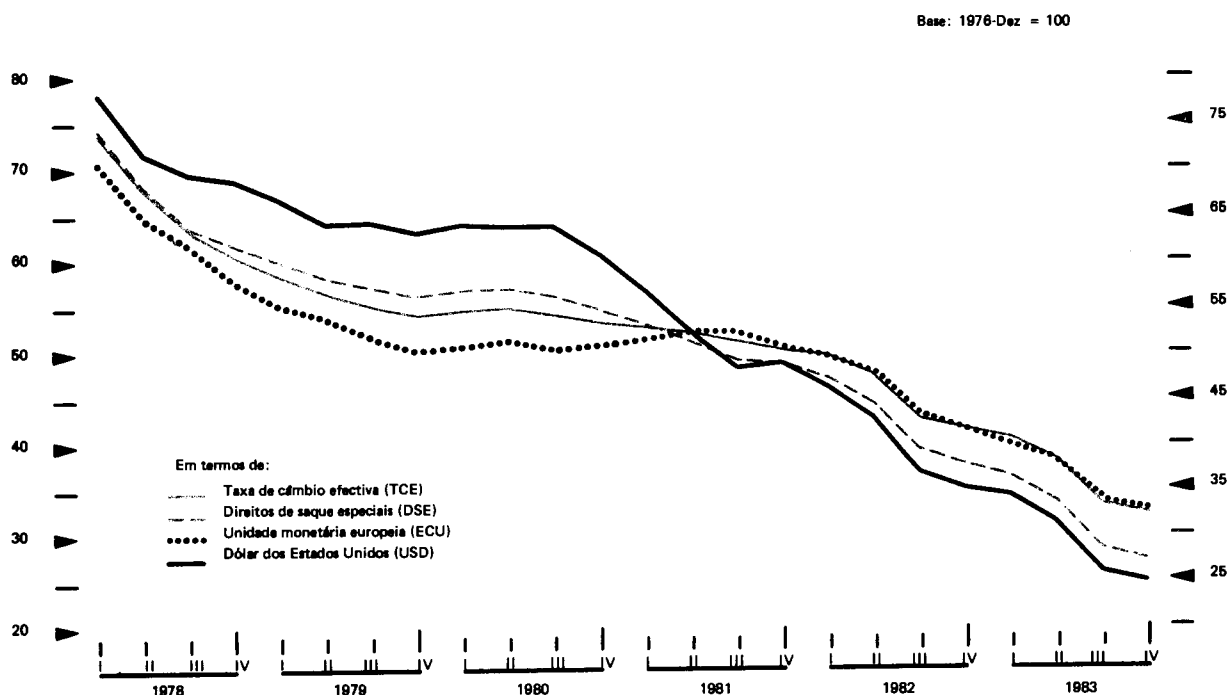
O abrandamento da actividade económica não conseguiu contudo sustentar a subida da inflação e das expectativas inflacionistas; a política cambial adoptada e a indispensável redução (ou eliminação) de subsídios, conjugada com uma política de maior flexibilidade na determinação dos preços sobrepuseram-se ao impacto da redução da procura.

Com efeito, a política cambial foi chamada, uma vez mais, a desempenhar um papel importante no ajustamento da BTC em 1983. A magnitude do

desequilíbrio externo atingido em 1982 e a rapidez com que se pretendia corrigi-lo, conjuntamente com os movimentos especulativos contra o escudo, não permitiram prescindir deste instrumento de política económica. A taxa efectiva de depreciação do escudo foi, assim, aumentada para 1 por cento ao mês em Março, ao mesmo tempo que se procedia a um ajustamento de 2 por cento na sua cotação efectiva, na sequência do realinhamento das moedas integradas no SME. Como estas acções se revelassem insuficientes o Governo, ao iniciar o seu mandato, procedeu a uma desvalorização discreta de 12 por cento em termos efectivos. Estas medidas que contribuíram para o reforço da competitividade das exportações portuguesas, constituíram, em contrapartida, um factor não despidendo no agravamento da inflação e das expectativas inflacionistas: a taxa média de crescimento homólogo do IPC, que se situava perto de 21 por cento no 1.º semestre, atingiu 29 por cento no 2.º.

A necessidade de conter os custos, como forma de promover a competitividade externa e reforçar a eficácia das restantes medidas implementadas, levou o Governo, no início do ano, a procurar refrear os aumentos salariais. Para isso não só limitou a cerca de 17 por cento o acréscimo nos vencimentos de base dos funcionários públicos, como procurou estabelecer esta percentagem como “norma” para os aumentos salariais em 1983. Embora esta tenha sido posterior-

Gráfico I.3 – EVOLUÇÃO DO ESCUDO



mente abandonada, deve ter desempenhado algum efeito moderador nos aumentos salariais — os quais, em média, não deverão ter atingido os 20 por cento — embora tal comportamento tenha sido facilitado pelo excesso de oferta no mercado de trabalho. Haverá, no entanto, que ter presente que para o acréscimo dos custos contribuem inúmeros factores, para além dos salários, entre os quais a produtividade, e que o incremento desta é, por seu turno, a via mais eficaz e duradoura de contenção dos mesmos. Com vista a permitir uma maior mobilidade do factor trabalho foi já no final do ano aprovada a lei do *lay-off*, cujos efeitos práticos, no entanto, se não fizeram sentir. Na mesma linha se insere a recentemente promulgada lei da concorrência.

3. Actividade económica e seu financiamento

Procura e produção

A procura interna real reduziu-se consideravelmente em 1983 (na ordem de 7 por cento). O programa de estabilização adoptado a partir de Junho e a continuada redução do ritmo de expansão da oferta de moeda, desde o final de 1982, conduziram à redução de todas as componentes da despesa interna, excepto no que respeita ao consumo público, que se estima ter crescido 4.2 por cento. A desvalorização real, a recessão interna e uma política de redução de *stocks* conduziram a uma importante reorientação da procura e da oferta, consubstanciada numa grande expansão das exportações e numa acentuada queda das importações. O efeito depressivo da procura interna sobre a produção e o emprego terá sido, no entanto, compensado pelo contributo positivo do comércio externo. Deste modo, em média, o produto interno praticamente estagnou em 1983.

O consumo privado deverá ter caído cerca de 1 por cento, devido fundamentalmente à redução do rendimento real disponível e em particular à queda dos salários reais. O investimento, quer em capital fixo quer em existências, reagiu de modo muito nítido às políticas de estabilização. Como seria de esperar, a formação de capital sofreu os efeitos da restrição monetária e orçamental, tendo decrescido cerca de 7.5 por cento. Em contrapartida as exportações de bens tiveram um aumento generalizado considerável e, até, algo surpreendente (da ordem de 20 por cento, em volume). No entanto, as exportações de serviços, nomeadamente os transportes e o turismo, tiveram um comportamento menos favorável, o que fez com que o crescimento total da procura

Quadro 1.1 — PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (%)		
	1981	1982	1983
Procura interna	3.5	3.4	-7.1
Consumo privado	2.8	2.1	-1.0
Consumo público	5.3	4.5	4.2
Formação bruta de capital fixo	5.1	2.9	-7.5
Exportações de bens e serviços	-2.4	6.0	16.7
Produto interno bruto	0.8	3.2	-0.1
Agricultura e pesca	-13.2	5.8	-5.0
Indústria transformadora	2.0	2.8	1.0
Construção	4.0	2.0	-3.0
Serviços	4.0	3.3	-0.4
Emprego (média)	0.7	-0.9	-1.8
Salários reais (média)	1.4	-1.1	-4.9
Rendimento real disponível dos particulares	0.1	0.7	-4.2
Preços			
Ao longo do ano	25.0	18.8	33.9
Média	20.0	22.4	25.5
Balança de transacções correntes			
Em 10 ⁶ US dólares	-2 852	-3 245	-1 686
Percentagem do PIB	-11.7	-13.4	-7.4
Crédito líquido total ao Sector público administrativo (% do PIB)	11.8	11.4	9.2

externa se ficasse pelos 17 por cento. As importações de bens e serviços diminuíram muito fortemente (8.7 por cento), em particular no que toca aos bens de equipamento e a produtos cuja importação está confiada a empresas do Sector público (petróleo e cereais, sobretudo).

Em consonância com a referida evolução da procura, estima-se que o produto interno bruto (real) tenha caído 0.1 por cento em 1983; não considerando a Administração pública a queda do PIB é, porém, mais significativa (0.7 por cento). No entanto, o ajustamento decorrente das medidas de estabilização adoptadas conduziram a um comportamento diferenciado da economia portuguesa ao longo de 1983. Os indicadores disponíveis apontam para uma estagnação do nível de actividade na primeira metade do ano e para uma clara quebra a partir daí, particularmente acentuada no 4.º trimestre.

Registe-se, por outro lado, que o valor acrescentado pela generalidade dos sectores cuja produção se destina a satisfazer a procura interna caiu em termos reais; em contrapartida, os subsectores da indústria transformadora, cuja produção é em larga medida exportada, registaram aumentos sensíveis no seu valor acrescentado real. A produção e o valor acrescentado do total da indústria transformadora aumentaram ligeiramente: a expansão dos subsectores exportadores mais do que compensou a queda dos restantes.

Também a electricidade registou novo e considerável aumento de produção e do valor acrescentado, devido a uma situação pluviométrica que permitiu uma progressiva redução das importações ao longo do ano, para cerca de metade do valor (em dólares) no ano anterior.

Em contrapartida, condições climáticas adversas ditaram um mau ano agrícola e uma significativa redução do valor acrescentado pelo sector (5 por cento). A construção, em larga medida como resultado da política de estabilização, mas também por virtude dos problemas estruturais que afectam a habitação, registou uma quebra sensível (3 por cento). A generalidade dos serviços apresentou uma redução moderada (da ordem de 0.5 por cento), excepto no que toca à Administração pública e aos bancos.

Como reflexo da evolução da produção na generalidade dos sectores, o volume de emprego caiu sensivelmente ao longo de 1983, situando-se em 10.8 por cento a taxa de desemprego no 3.º trimestre.

Rendimento e preços

Os salários reais registaram em 1983 uma nova e significativa redução (não inferior a 5 por cento), na sequência do que já havia acontecido em 1982. Desta evolução salarial resultou novo decréscimo no peso das remunerações do trabalho no Rendimento nacional — que assim terão passado a representar 53.5 por cento deste — o qual, por sua vez terá averbado uma diminuição da ordem de 1 por cento em termos reais. No entanto, a redução registada no rendimento disponível da Nação terá sido de cerca de 2.4 por cento — o que se explica pela evolução verificada nas remessas de emigrantes (–18.5 por cento em dólares) — embora aquém da observada para o rendimento disponível dos particulares (–4.2 por cento).

O forte aumento da tributação indirecta (líquida de subsídios), conjuntamente com a maior desvalorização do escudo, fez com que a inflação acelerasse consideravelmente na segunda metade de 1983; os preços no consumidor subiram 33.9 por cento no ano e 25.5 por cento em termos médios. O facto de uma parte dos aumentos de preços não ter tido correspondência em acréscimos na remuneração dos factores produtivos, mas antes em aumentos de impostos, explica que a parcela dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional se não tenha reduzido tanto quanto se poderia esperar da quebra dos salários reais (conjuntamente com a evolução da produtividade).

Balança de Transacções Correntes

O aspecto mais saliente da evolução da economia portuguesa em 1983 consistiu na notável redução do desequilíbrio externo. Fruto principalmente da política de estabilização adoptada, o défice da Balança de transacções correntes reduziu-se no ano findo a 1686 milhões de dólares, ou seja, a cerca de metade do seu valor em 1982. Inverteu-se, assim, a tendência para défices crescentes que se vinha observando após a vigência do primeiro programa de ajustamento da economia portuguesa negociado com o FMI; o peso do défice da BTC no PIB passou, assim, de 13.4 por cento em 1982 para 7.4 por cento em 1983.

A melhoria registada na BTC fica a dever-se totalmente à evolução favorável dos movimentos de bens, serviços e rendimentos, já que se registou uma deterioração nos termos de troca de 1.7 por cento e diminuiu o contributo dado pelas remessas de emigrantes. As Balanças comercial e de serviços e rendimentos melhoraram significativamente, reduzindo os seus défices, respectivamente, para 3.1 e 0.7 biliões de dólares — ou seja cerca de 1/3 — enquanto as transferências unilaterais (basicamente constituídas por remessas de emigrantes) acentuaram o seu ritmo de deterioração, atingindo apenas o montante de 2.1 biliões de dólares, ou seja –20.5 por cento que no ano anterior. De salientar, ainda, que cerca de 3/4 da redução no défice comercial se fica a dever à quebra das importações, enquanto que, apesar do seu forte acréscimo, as exportações apenas contribuíram em 1/4 para essa mesma melhoria. De qualquer forma, estima-se em mais de 12 por cento o ganho de quotas de mercado das exportações portuguesas no conjunto dos países industrializados, ao mesmo tempo que se acentuou a progressiva diversificação das exportações — com os produtos minerais, as máquinas e os produtos metálicos a ganhar peso na composição das mesmas, em detrimento dos produtos tradicionais.

Não obstante a melhoria conseguida na BTC, as necessidades globais de financiamento externo mantiveram-se bastante elevadas durante 1983. Para além do défice daquela balança houve que financiar acrescidas amortizações da dívida externa (1165 milhões de dólares). No entanto, reduziu-se acentuadamente o recurso aos mercados de capitais internacionais, o que se justificou não só pelas condições prevalecentes nesses mercados, mas também por factores de natureza interna.

Em resposta à crise de endividamento externo dos países em vias de desenvolvimento — em especial dos grandes devedores da América Latina — verificou-se uma clara retracção na oferta de fundos e a utilização

de critérios mais estritos na sua concessão por parte da banca internacional, a partir de finais de 1982. No que respeita a Portugal, e pelo menos durante todo o 1.º semestre de 1983, avolumaram-se as preocupações com os níveis excessivos dos défices externos correntes e da dívida externa.

Por outro lado, verificou-se uma certa contenção na procura de financiamentos externos, basicamente por dois factores de natureza interna: a redução ocorrida nas importações de bens essenciais (cereais, oleaginosas e produtos petrolíferos) e prevista desde o início do ano no âmbito da política de abastecimento levada a cabo por empresas do Sector público, a que se adicionaram posteriormente os cortes registados nos planos de investimento daquelas empresas.

Em consequência, reduziram-se substancialmente os créditos externos ao sector não monetário da economia. A Balança de capitais deste sector registou um excedente de apenas 810 milhões de dólares (menos 76 por cento do que em 1982), cobrindo 48 por cento do défice da Balança de transacções correntes (contra 111.2 por cento, em média, no triénio 1980/82). Os restantes 52 por cento tiveram de ser financiados por diminuição das reservas líquidas do sector monetário, particularmente do Banco de Portugal. Para o efeito recorreu-se a crédito a curto prazo junto do Banco de Pagamentos Internacionais, com garantia ouro, parte do qual (49.6 toneladas) foi subsequentemente vendido para liquidar essas responsabilidades.

Como resultado da redução do défice da BTC e da modificação no padrão do seu financiamento verificou-se, em 1983, uma profunda desaceleração da dívida externa — em especial na do sector não monetário — e uma concomitante perda de reservas externas do País.

Após uma expansão média anual de 23.3 por cento entre 1979 e 1982, a dívida externa total cresceu apenas 5.1 por cento em 1983, atingindo no final do ano cerca de 14.4 biliões de dólares (1887.4 milhões de contos). A desaceleração da dívida “não monetária” (i.e., excluindo toda a dívida do Banco de Portugal e a dívida directa ou garantida das OIM's a curto prazo) foi ainda mais acentuada: aumentou apenas 2 por cento no ano findo, após um crescimento anual médio de 37.8 por cento entre 1979 e 1982. Cumpriram-se assim, folgadoamente, os limites fixados no acordo com o FMI para a dívida “não monetária”: dos 13.8 biliões de dólares acordados para o total deste tipo de dívida, dos quais 3.8 biliões

a curto prazo, atingiram-se no final de 1983, respectivamente, 13.2 biliões e 3.04 biliões de dólares.

Este comportamento da dívida “não monetária” a curto prazo permitiu fazer baixar o peso da dívida a menos de um ano para 23.7 por cento do total. No entanto, apesar desta melhoria do seu perfil temporal, no final de 1983 a dívida total excedia em 45.6 por cento as reservas totais (com o ouro avaliado a preços de mercado), representando 69.5 por cento do PIB. Durante 1983 os juros totais e as amortizações da dívida a médio e longo prazos absorveram 27.6 por cento das receitas externas correntes.

As disponibilidades do País em meios de pagamento sobre o exterior atingiam o elevado montante de 9.9 biliões de dólares no final de 1983, com o ouro do Banco de Portugal avaliado a preços de mercado. Deste montante, cerca de 80 por cento constituíam a reserva de ouro, da qual apenas 4.9 por cento se encontravam afectos à prestação de garantias por créditos a curto prazo.

Sector Público Administrativo

A evolução registada nas contas do Sector público administrativo em 1983, traduzida na forte redução dos défices (corrente e global) em termos reais e concomitante diminuição do seu peso no PIB_{pm}, ficou basicamente a dever-se ao comportamento das receitas correntes e a um acentuado decréscimo das despesas de capital, em termos reais. No entanto, o aumento da receita corrente (36 por cento) é na sua maior parte explicado por uma entrega antecipada de lucros do Banco de Portugal e pela cobrança dos impostos extraordinários lançados em 1983, que determinou um aumento no nível de fiscalidade da ordem de 2 pontos percentuais.

O aumento da despesa corrente (28.9 por cento) foi fundamentalmente determinado pelo crescimento registado nos juros (45.4 por cento) e nos subsídios (40.9 por cento), apesar dos aumentos registados nos preços administrativos; o consumo público continuou, por seu turno, a crescer a ritmo elevado (4.2 por cento em termos reais).

Como resultado da necessidade de financiar um défice do SPA da ordem dos 218 milhões de contos, e de proceder às amortizações da dívida pública directa, o Estado teve de recorrer a empréstimos totalizando 308.6 milhões de contos, dos quais 103 milhões correspondem a créditos externos. Em consequência a dívida pública directa total atingia, no final de 1983, 1272.5 milhões de contos, ou seja cerca de 60 por cento do PIB.

Agregados Monetários

A alteração significativa na evolução da economia portuguesa em 1983 repercutiu-se no comportamento dos agregados monetários, os quais reflectem simultaneamente as medidas implementadas no âmbito do plano de estabilização económica, nomeadamente na reorientação a que foi sujeita a política monetária.

Em consequência, a procura de moeda em sentido restrito, M_1^- , desacelerou fortemente na segunda metade do ano, apresentando em Dezembro uma taxa de crescimento homóloga de apenas 8.7 por cento em termos nominais. Uma tal evolução deste agregado tem implícito um aumento médio da velocidade de circulação dos meios imediatos de pagamento de 9 por cento, no decurso do ano. Igualmente se registou uma quebra de cerca de 8 pontos percentuais na taxa de crescimento dos depósitos a prazo de residentes, a qual atingiu no final do ano um valor à volta de 20 por cento. Daí que a taxa de crescimento da massa monetária em sentido amplo, M_2^+ , tenha baixado de 26.4 por cento em 1982 para 19.9 por cento no final de 1983, ficando 71.1 milhões de contos abaixo do valor previsto no programa monetário acordado com o FMI. Este desvio teve como contrapartida variações do mesmo sinal no crédito interno e de sinal contrário nas DLX.

Com efeito, o crédito interno ao SPA e a empresas e particulares ficou, respectivamente, 36.3⁽¹⁾ e 49.2 milhões de contos abaixo dos valores programados e que constituíam *performance clause* do acordo com o FMI. O desvio entre o crédito interno ao SPA e o acordado ficou a dever-se à significativa redução do défice total deste sector, em particular à diminuição acentuada das suas necessidades de financiamento — especialmente no 4.º trimestre. Nos últimos três meses do ano, o crédito total ao SPA praticamente não aumentou (+1.5 milhões de contos), contrariamente ao que era habitual (+48.5 milhões de contos em 1982). Este comportamento imprevisível das necessidades de financiamento bancário ao SPA, acabou por se traduzir numa maior contenção da oferta de crédito — embora compreensível face às dificuldades de financiamento da BTC, e à precariedade da informação de que se pôde dispor até à data da programação do crédito. Em consequência, o crédito interno total, que no acordo com o FMI era suposto crescer 26.9 por cento⁽¹⁾ em 1983 (após 27.5 por

(1) O valor da *performance clause* relativa ao crédito interno ao SPA, subjacente a este valor, foi reduzida em 12 milhões de contos. Este ajustamento, previsto na Carta de Intenções, resultou da diferença entre o crédito externo efectivamente

Quadro 1.2 — PRINCIPAIS INDICADORES MONETÁRIOS

	Taxas de variação (%)		
	1981	1982	1983
Moeda M_2^+	28.6	26.4	19.9
Crédito total (interno e externo)	30.9	30.8	18.8
Sector público administrativo	39.9	35.4	24.7
Empresas públicas não financeiras	25.8	34.9	15.7
Outras empresas não financeiras e particulares	30.5	24.8	17.0
Disponibilidades líquidas sobre o exterior (Variação em 10 ⁶ US dólares)	-89	84	-613 ⁽¹⁾
Taxa de juro dos depósitos a 6 meses (média anual)	19.2	20.9	25.8
Taxa de juro do crédito a 6 meses (média anual)	20.5	23.1	28.1

(1) Sem contar com os lucros da venda do ouro este valor foi de -870.

cento em 1982) não foi além de 23.2 por cento. A desaceleração do crédito total (interno e externo) ainda foi mais acentuada, passando de 30.8 por cento em 1982 para 18.8 por cento em 1983, o que, face à inflação observada no período anual (33.9 por cento) é bem expressivo da natureza do ajustamento conseguido.

Por sua vez, a perda de DLX durante o ano, que atingiu 870 milhões de dólares, excluindo a mais-valia resultante das vendas de ouro (613 milhões de dólares incluindo essa mais-valia) foi menor do que a considerada implicitamente no acordo com o FMI (1129 milhões de dólares). Entre o início de 1983 e o final de Fevereiro de 1984, período este a que respeita a *performance clause* do referido acordo, as DLX diminuíram 1121 milhões de dólares, valor este que compara com a perda de 1600 milhões de dólares fixados para a variação das DLX neste período.

Em face do que precede, conclui-se que se manteve em 1983 a preponderância do financiamento à economia por recurso ao crédito bancário (interno e externo), o que não surpreende, tendo em conta o reduzido desenvolvimento do mercado de capitais. No entanto, há a assinalar a constituição, em 1983, de mais quatro Instituições Financeiras Não Monetárias (IFNM): duas sociedades de investimento e duas de locação financeira.

concedido (79.8 milhões de contos) e o programado para esse sector (60 milhões de contos) ter ultrapassado a margem de tolerância de 12 milhões de contos.

A actividade destas IFNM, avaliada em termos de crédito concedido e de recursos captados, é ainda muito pouco significativa. Com efeito, as seis sociedades de investimento e as quatro de locação financeira que se encontravam a funcionar, no final de 1983, detinham apenas 4.8 por cento do saldo do crédito concedido pelo conjunto das IFNM e 2.3 por cento do saldo total do crédito interno a empresas e particulares.

Por outro lado, há a registar em 1983 o aparecimento no mercado de um novo instrumento financeiro — as obrigações de caixa. Embora estas apenas tenham começado a ser oferecidas ao público no final do ano, o seu lançamento revestiu-se de grande sucesso, dadas as suas condições de remuneração e

liquidez, pelo que tudo indica poderem vir a constituir uma alternativa importante aos depósitos a prazo.

Os títulos de rendimento fixo emitidos em 1983 totalizaram 90.5 milhões de contos, dos quais 76.9 por cento constituíram obrigações do Tesouro; o remanescente correspondeu a obrigações emitidas por empresas públicas (CTT, Petrogal, EDP e BFN) e às referidas obrigações de caixa.

No que respeita a títulos de rendimento variável, registe-se o facto de no ano findo ter ocorrido o primeiro aumento de capital de uma sociedade anónima, no pós-1974, tendo sido destinado a subscrição pública o montante de 478.8 mil contos, dos quais foram subscritos 213 mil contos.

CAPÍTULO II

PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

1. Introdução

O nível de actividade da economia portuguesa baixou sensivelmente ao longo de 1983, especialmente na segunda metade do ano. A procura interna baixou de modo generalizado, com a única excepção do consumo público. As exportações registaram um aumento notável, enquanto as importações caíram de forma muito sensível. O produto interno caiu muito ligeiramente (-0.1 por cento em comparação com 1982). Só os sectores cuja produção se destina em grande parte à exportação, a Electricidade por razões climáticas e a Administração Pública aumentaram o seu valor acrescentado. A taxa de desemprego aumentou ao longo do ano e o próprio volume de emprego deve ter caído de modo sensível. A inflação acelerou fortemente na parte final do ano e os salários reais baixaram significativamente.

O comportamento da procura interna, do produto e do emprego foi condicionado pelo programa de estabilização adoptado a partir de Junho e pela continuada desaceleração da oferta de moeda registada a partir do final de 1982. O aumento dos impostos e a redução do défice do Sector público, as subidas das taxas de juro e a redução sensível da expansão do crédito conduziram à queda do consumo privado e, sobretudo, do investimento. As exportações terão beneficiado da acentuada desvalorização real verificada em 1983 e, talvez, do esboço de recuperação da economia mundial. As importações reagiram à desvalorização real, à recessão interna e aos controlos directos sobre a importação de *stocks* de alguns produtos nomeadamente petróleo. A aceleração da inflação — coincidente com uma clara redução da expansão monetária e da procura agregada — explica-se em larga medida pelo aumento sensível de muitos

preços controlados administrativamente. Este aumento explica, aliás, que a parcela da remuneração do trabalho no rendimento nacional não tenha diminuído tanto como a redução dos salários reais indicaria.

2. Procura

A evolução da procura global em 1983 foi bastante marcada pelas inflexões da política económica ao longo do ano. De facto, a necessidade de reduzir o desequilíbrio das contas com o exterior e de conter o défice orçamental obrigou a uma maior restrição das políticas monetária e fiscal, traduzida principalmente em duas desvalorizações do escudo, no aumento por duas vezes das taxas de juro, no agravamento dos impostos e em cortes substanciais nos programas de investimento do Sector público. Tal reflectiu-se na composição da procura global onde a componente externa ganhou peso (21.6 por cento em 1983 contra 18 por cento em 1982), devido à forte expansão da procura externa (16.7 por cento em termos reais) e a uma baixa considerável da procura interna (7.3 por cento). De notar que é a primeira queda deste agregado depois de 1975. Os principais indicadores do investimento e do consumo privado convergem no sentido de apontar o aprofundamento da recessão da actividade económica na segunda metade do ano e em especial no último trimestre.

O investimento foi, com efeito, a componente da procura interna mais fortemente afectada pelo clima de restrição da política económica. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) acusou uma contracção de 7.5 por cento em termos reais, para o que contribuiu de forma notória a diminuição do investimento realizado pelo Sector Público Administrativo (15 por cento). A FBCF das empresas públicas, cujos pro-

Quadro II.1 – DESPESA NACIONAL

Milhões de escudos

	1980	1981			
	Preços correntes	Preços constantes de 1980	Taxa de crescimento em volume %	Preços correntes	Taxa de crescimento dos preços %
Consumo privado (dos residentes)	823 070	846 116	2,8	1 020 294	20,6
Consumo público	177 334	186 733	5,3	218 664	17,1
Investimento bruto	420 558	437 441	4,0	531 025	21,4
Formação bruta de capital fixo ⁽¹⁾	364 179	382 684	5,1	463 047	21,0
Variação de existências	56 379	54 757	-2,9	67 978	20,0
Procura interna	1 420 962	1 470 290	3,5	1 769 983	20,2
Exportações de bens e serviços ⁽²⁾	355 141	346 538	-2,4	403 014	16,3
Procura global	1 776 103	1 816 828	2,3	2 172 997	19,6
Importações de bens e serviços ⁽²⁾	541 093	572 476	5,8	700 337	22,3
PIB a preços de mercado	1 235 010	1 244 352	0,8	1 472 660	18,3
Saldo dos rendimentos do Resto do Mundo ⁽²⁾	-32 578			-60 735	
PNB a preços de mercado	1 202 432			1 411 925	

(1) Inclui variação de existências do ramo "Construção".

(2) Valores referidos à Balança de Pagamentos do Continente.

Origem: 1980, estimativas do Banco de Portugal, aplicando aos níveis definitivos do INE para 1979, as taxas de variação do volume e preço médio implícitas nos valores provisórios do INE para 1979/1980; 1981/1983, estimativas do Banco de Portugal.

gramas de investimento sofreram uma acentuada redução no 2.^o semestre, cresceu cerca de 4 por cento. Todavia, excluindo a compra de aviões pela transportadora aérea nacional (TAP), o investimento do Sector empresarial do Estado cai aproximadamente 15 por cento em volume.

A variação de existências reagiu ainda mais fortemente à política de ajustamento da economia, sendo significativamente negativa a sua contribuição para o crescimento do PIB. A constituição de *stocks* de produtos importados, nomeadamente agrícolas e combustíveis, foi severamente limitada, pelo que estes terão atingido níveis bastante baixos. Todavia, os *stocks* de produtos acabados na indústria transformadora continuaram a apresentar-se elevados, o que em grande parte deve estar associado ao crescimento da procura global, dado que o dinamismo das exportações não foi suficiente para compensar a diminuição da procura interna.

O consumo privado, que havia desacelerado em 1982, conheceu uma quebra de 1 por cento em 1983. Para tal concorreram quer a moderação do acréscimo dos salários nominais, quer o agravamento da fiscalidade. Este fez-se sentir tanto através do aumento dos impostos sobre os rendimentos, em particular sobre os do trabalho, como através do reforço da tributação indirecta (impostos indirectos líquidos de subsídios) que se repercutiu no índice de preços no consumidor, contribuindo também, deste modo, para reduzir o poder de compra das famílias. Face a uma queda dos salários reais não inferior a 5 por cento, a deterioração do consumo privado não terá sido mais

acentuada devido a uma nova redução da taxa de poupança dos particulares, de que a desaceleração dos depósitos a prazo de residentes ao longo de 1983 é um claro sintoma.

O consumo público foi a única componente da procura interna a registar uma variação positiva (4,2 por cento em termos reais) embora ligeiramente mais baixa que a verificada em 1982 (4,5 por cento). Este aumento ficou a dever-se quase exclusivamente à expansão das despesas com pessoal.

Por seu turno, a recuperação das exportações de bens e serviços deve atribuir-se ao comportamento favorável das exportações de mercadorias que registaram um aumento de 20,3 por cento, em volume, o que representa uma manifesta aceleração em relação ao ritmo de crescimento de 1982 (10,8 por cento). Na origem desta expansão estiveram vários factores, dos quais é de destacar a melhoria da nossa competitividade externa — em resultado da política cambial seguida desde meados de 1982 e da queda dos salários reais — o maior dinamismo da procura externa de bens por parte dos nossos principais clientes, o aumento de produção de novas unidades exportadoras — nomeadamente de produtos químicos e componentes para automóveis — e a diversificação de mercados — que se traduziu em aumentos das exportações para países fora das áreas tradicionais do nosso comércio, como por exemplo os países da OPEP.

As importações, reflectindo a menor absorção interna, diminuíram em volume 8,7 por cento, o que contribuiu também para a melhoria do défice da balança de bens e serviços (com exclusão dos rendimen-

	1982				1983			
	Preços constantes de 1981	Taxa de crescimento em volume %	Preços correntes	Taxa de crescimento dos preços %	Preços constantes de 1982	Taxa de crescimento em volume %	Preços correntes	Taxa de crescimento dos preços %
Consumo privado (dos residentes)	1 041 720	2.1	1 276 107	22,5	1 263 346	-1.0	1 585 499	25,5
Consumo público	228 600	4.5	266 616	16,6	277 814	4.2	333 599	20,1
Investimento bruto	559 876	5.4	686 826	22,9	531 239	-22,7	663 296	24,9
Formação bruta de capital fixo ⁽¹⁾	476 475	2,9	587 494	23,3	543 432	-7,5	678 293	24,8
Variação de existências	83 401	22,7	100 681	20,7	-12 193	-112,1	-14 997	23,0
Procura interna	1 830 196	3,4	2 230 898	21,9	2 072 399	-7,1	2 582 394	24,6
Exportações de bens e serviços ⁽²⁾	427 195	6,0	488 735	14,4	570 384	16,7	722 106	26,6
Procura global	2 257 391	3,9	2 719 633	20,5	2 642 783	-2,8	3 304 500	25,0
Importações de bens e serviços ⁽²⁾	738 020	5,4	862 745	16,9	787 380	-8,7	1 014 933	28,9
PIB a preços de mercado	1 519 371	3,2	1 856 888	22,2	1 855 403	-0,1	2 289 567	23,4
Saldo dos rendimentos do Resto do Mundo ⁽²⁾			-103 844				-119 061	
PNB a preços de mercado			1 753 044				2 170 506	

tos de capitais), cujo peso em percentagem do PIB baixou de 20,1 por cento em 1982 para 11,7 por cento no último ano.

Finalmente, é de assinalar que o efeito conjugado da queda da procura interna e da estagnação do pro-

duto interno se saldou por uma sensível melhoria do tradicional *gap* entre estas duas variáveis (217 milhões de contos contra 374 milhões em 1982). Ou seja, a despesa agregada dos residentes, ao contrair-se, aproximou-se mais do rendimento gerado pelo País.

Quadro 11.2 — RENDIMENTO DISPONÍVEL DOS PARTICULARES
Preços correntes

Milhões de contos

	1981	1982		1983	
	Valor	Valor	Taxa de crescimento %	Valor	Taxa de crescimento %
Salários	668,2	809,3	21,1	966,0	19,4
Rendimentos de empresa e propriedade dos particulares	536,5	654,6	22,0	833,3	27,3
Prestações sociais e outras transferências correntes	174,0	241,5	38,8	286,4	18,6
Transferências privadas internacionais	170,0	204,9	20,5	232,9	13,7
Rendimento pessoal	1 548,7	1 910,3	23,3	2 314,7	21,2
(-) Impostos directos s/ os particulares	84,6	105,8	25,1	149,2	41,0
(-) Contribuições sociais a cargo dos particulares	35,7	44,1	23,4	52,7	19,5
Rendimento disponível	1 428,4	1 760,4	23,2	2 116,7	20,2
(-) Consumo privado	1 020,3	1 276,0	25,1	1 585,5	24,2
Poupança bruta dos particulares					
1. Incluindo o total das remessas dos emigrantes no rendimento disponível	408,1	484,3	18,7	531,2	9,7
2. Excluindo o acréscimo do saldo dos depósitos de emigrantes do rendimento disponível	271,5	347,7	28,1	369,2	6,2
Taxa de poupança					
1. Incluir o total das remessas dos emigrantes no rendimento disponível	28,6	27,5		25,1	
2. Excluindo o acréscimo do saldo dos depósitos de emigrantes do rendimento disponível	21,0	21,4		18,9	

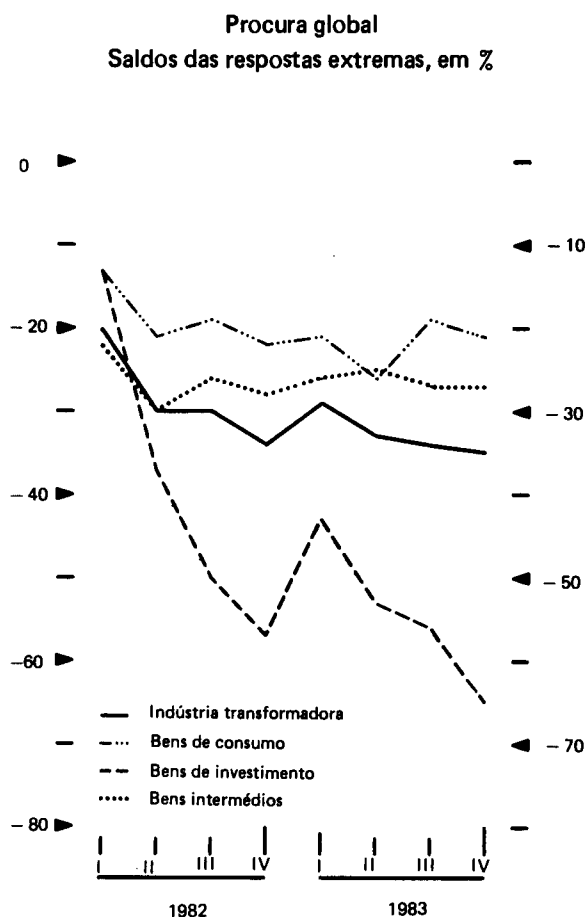
Origem: Estimativas do Banco de Portugal a partir das Contas Nacionais do INE (1982).

2.1 Consumo privado

Após dois anos de desacelerações sucessivas, o consumo privado acusou uma descida de 1 por cento em 1983. Este resultado anual ficou a dever-se basicamente à pronunciada queda ocorrida no último trimestre do ano, dado que até Setembro esta variável terá conhecido uma virtual estagnação face ao período homólogo de 1982. A diminuição do rendimento disponível dos particulares, em termos reais, devido principalmente à moderação do acréscimo dos salários nominais, ao forte agravamento da fiscalidade (nomeadamente sobre os rendimentos do trabalho) e ainda à desaceleração das remessas dos emigrantes, é um dos factores mais relevantes para explicar a queda do consumo privado dos residentes. É possível que a persistência de expectativas inflacionistas e a manutenção de hábitos de consumo de períodos anteriores tenha evitado uma maior deterioração desta componente da procura interna, embora com sacrifício da taxa de poupança, que voltou a reduzir-se no ano transacto (cerca de 2.5 pontos percentuais).

A queda do consumo foi extensível quer aos bens não duradouros, quer aos duradouros, com exclusão dos veículos automóveis não comerciais. A forte subida dos preços parece estar na origem da retracção do consumo de alguns bens alimentares, como por exemplo a carne de vaca, cujo preço aumentou 46.4 por cento. A variação positiva das vendas de auto-

Gráfico II.1 – PROCURA NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA



Quadro II.3 – INDICADORES DO CONSUMO PRIVADO

	1982				Variação 1982/81 %	1983				Variação 1983/82 %
	I	II	III	IV		I	II	III	IV	
Indicador do consumo corrente elaborado pelo Banco de Portugal (taxas homólogas em percentagem)	2.2	2.5	3.7	2.4	2.7	2.5	-1.0	-3.0	-7.2	-2.4
Procura global para as indústrias de bens de consumo (saldo de opiniões; INE, ICIT)	-13	-21	-19	-22		-21	-26	-19	-21	
Vendas no comércio a retalho em relação ao trimestre anterior (saldo de opiniões; INE, ICCR)	-22	-7	-11	+18		-26	-10	-21	-6	
Vendas de bens duradouros no comércio por grosso em relação ao trimestre anterior (saldo de opiniões; INE, ICCG)	-14.9	-20.8	-29.1	+31.2		-16.2	-33.5	-41.9	+4.1	
Número de automóveis de passageiros e mistos vendidos (taxas homólogas em percentagem)	4.1	14.3	2.4	-4.1	4.2	21.7	-1.6	8.1	-2.6	5.7
Vendas de gasolina (taxas homólogas em percentagem)	7.1	4.9	2.3	6.2	5.0	3.0	2.8	0.7	-6.1	0.0

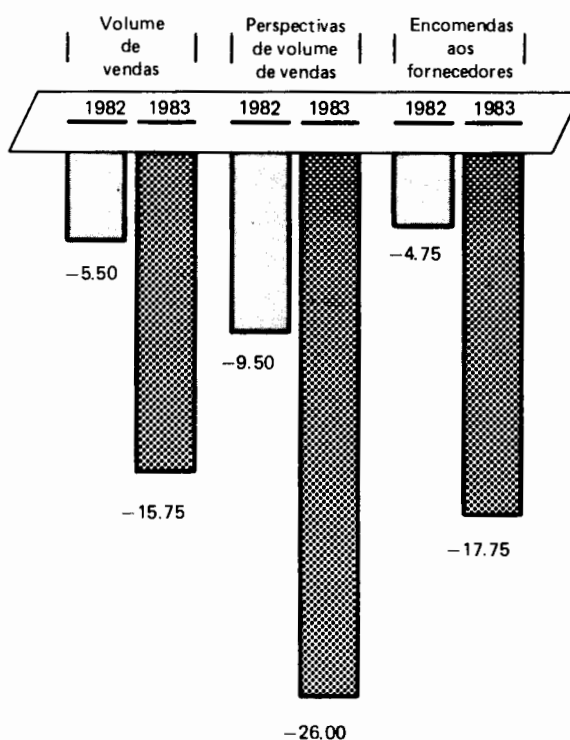
móveis de passageiros e mistos (5.7 por cento) não traduz exactamente o comportamento da procura ao longo do ano, dado que as restrições da oferta, efectivamente activas nos anos anteriores, se reflectiram nas aquisições de 1983, que deverão ter contemplado uma grande parte da procura não satisfeita nos períodos transactos. Com efeito, no último trimestre, com as restrições da oferta praticamente inactivas, as vendas daquele tipo de veículos baixaram 2.6 por cento, o que parece traduzir melhor a situação da procura efectiva naquele mercado.

Os indicadores disponíveis confirmam genericamente o comportamento do consumo privado atrás descrito. Assim, o índice de vendas a retalho nos principais supermercados (indicador do consumo corrente) acusa um decréscimo de 2.4 por cento, em termos reais, resultante da queda simultânea dos bens alimentares (2.5 por cento) e não alimentares (2.4 por cento). A descida deste índice foi particularmente acentuada no 4.º trimestre, 7.2 por cento em termos homólogos. Os saldos de opiniões extremas (forte *versus* fraca) referentes à procura global para as indústrias de bens de consumo também apresentam um agravamento em média anual (-3 pontos percentuais). Os inquéritos de conjuntura ao comércio sugerem igualmente uma deterioração do consumo privado que parece bastante mais nítida no tocante aos bens duradouros, inclusivamente no 4.º trimestre, onde, contra o que tem sido habitual em anos anteriores, a recuperação das vendas deste tipo de bens em relação aos baixos níveis do trimestre anterior foi quase insignificante (saldos das respostas extremas⁽¹⁾ de +2.0 e +1.4 pontos percentuais, respectivamente no comércio a retalho e no comércio por grosso). Dos bens não duradouros é de destacar, por se diferenciar do comportamento da generalidade dos restantes, os bons resultados dos "Têxteis, vestuário e calçado" no último trimestre do ano que, todavia, se seguiram a um trimestre com um saldo fortemente negativo (-38). As vendas de gasolina estagnaram, em média anual, mas acusaram uma quebra brusca no 4.º trimestre (6.1 por cento), acompanhando deste modo o declínio geral do consumo neste período.

A escassa informação sobre o consumo de serviços aponta no mesmo sentido dos indicadores respeitantes aos bens, isto é, para uma queda em termos de média anual. Um exemplo significativo do comportamento desfavorável do consumo de serviços foi a diminuição, em cerca de 7 por cento, das vendas de passes sociais para os transportes públicos na área de

(1) Entre aumentos e diminuições relativamente ao período anterior.

Gráfico II.2 – COMÉRCIO A RETALHO
Saldos médios das respostas extremas, em %



Lisboa, sem que se tivesse assistido a um aumento compensador de aquisições de outras formas de títulos de transporte.

É de concluir, portanto, que o comportamento do consumo privado, em 1983, contribuiu para a contenção da despesa privada – um dos objectivos das políticas de estabilização implementadas no último ano com vista a controlar o desequilíbrio externo – embora tal tenha representado um agravamento do nível de vida dos portugueses.

2.2 Consumo público

Em 1983, o consumo público terá crescido, em termos reais, 4.2 por cento. Foi, deste modo, a única componente da procura interna a expandir-se, não obstante o programa de estabilização adoptado na segunda metade do ano.

A principal determinante deste crescimento foi a subida das despesas com pessoal, cerca de 25 por cento. Face a um aumento do vencimento médio dos funcionários públicos que deve ter ficado bastante aquém daquela variação, mesmo levando em conta os efeitos de promoções automáticas na estrutura do pessoal neste sector, ter-se-á de admitir a ocorrência de um novo alargamento do número daqueles funcio-

nários, no ano transacto. Os acréscimos mais significativos ter-se-ão registado no pessoal docente, nos serviços de saúde e nas Autarquias Locais. Por seu turno, as despesas militares cresceram menos que o conjunto do consumo público (cerca de 19 por cento, em termos nominais) mantendo-se, portanto, a tendência de desaceleração dos últimos anos.

Na repartição das despesas em bens e serviços do Sector Público Administrativo pelos subsectores que o integram, mantem-se basicamente a tendência assinalada em 1982. Assim, a Administração Local continuou a aumentar a sua importância relativa (9.9 por cento contra 9.5 por cento em 1982) reflectindo a progressiva implementação da Lei das Finanças Locais; a Segurança Social perdeu 0.8 pontos percentuais relativamente a 1982 e a Administração Central aumentou ligeiramente o seu peso relativo (86.4 por cento contra 86.0 por cento em 1982).

2.3 Investimento

A FBCF acusou uma forte quebra em 1983, cerca de 7.5 por cento em termos reais, contra um aumento de 2.9 por cento em 1982. A maior restritividade da política económica, nomeadamente o agravamento do preço do crédito interno — com o consequente aumento do custo de capital — e a redução do programa de investimentos públicos, a que se veio juntar uma maior dificuldade em obter crédito externo de médio e longo prazos, foram os principais factores

que condicionaram o investimento, quer em equipamento, quer em construção.

Os indicadores disponíveis para o investimento em equipamento e material de transporte apresentam um comportamento claramente mais desfavorável que no ano transacto. De facto, o Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora (ICIT) revela uma deterioração acentuada dos saldos das opiniões extremas (forte *versus* fraca) dos empresários no que respeita à procura global dirigida às indústrias de bens de investimento (−54 pontos percentuais em média contra −39 em 1982). A evolução dos índices de produção industrial relativos às indústrias mais ligadas aos bens de capital fixo corroboram os dados da procura: tanto as “Máquinas não eléctricas” como o “Material de transporte” e os “Produtos metálicos” apresentam variações negativas, sendo as amplitudes mais significativas referidas ao material de transporte e às máquinas (respectivamente −24.6 por cento e −8.4 por cento). A importação de máquinas — importante componente da oferta de bens de investimento produtivo, dado o forte conteúdo importado da formação de capital em equipamento — registou igualmente uma queda pronunciada: 17.8 por cento contra um acréscimo de 3.7 por cento em 1982. Fica também claro que foi esta uma das parcelas das importações que sofreu uma maior contracção, o que fez diminuir o seu peso no total de 17.7 por cento, em 1982, para 16.0 por cento, em 1983, enquanto, por exemplo, as importações de produtos agrícolas continuaram a aumentar de importância. Por seu turno, o investi-

Quadro II.4 — INDICADORES DO INVESTIMENTO

	1982				Variação 1982/81 %	1983				Variação 1983/82 %
	I	II	III	IV		I	II	III	IV	
Procura global para as indústrias de bens de investimento (saldo de opiniões; INE, ICIT)	−13	−37	−50	−57		−43	−53	−56	−65	
Vendas de bens de investimento no comércio por grosso, em relação ao trimestre anterior (saldo de opiniões; INE, ICCG)	−36	−21	−66	+19		−41	+4	−60	+5	
Número de veículos comerciais ligeiros vendidos (taxas homólogas em percentagem)	8.4	9.5	−13.2	+30.2	−7.1	−24.4	−44.7	−33.2	−42.4	−35.8
Número de veículos comerciais pesados vendidos (taxas homólogas em percentagem)	−1.0	−11.7	9.9	−30.0	−10.0	−12.7	−32	−46.5	−39.2	−32.3
Vendas de cimento e aço para a construção (taxas homólogas em percentagem)	9.1	15.0	−14.3	4.2	2.7	−12.7	−9.8	−6.2	−23.3	−13.2
Importações de máquinas (volume)					3.7					−17.8

Quadro II.5 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Milhões de contos

	1981	1982				1983			
	Valor a preços correntes	Valor a preços de 1981	Taxa de crescimento em volume %	Valor a preços correntes	Taxa de crescimento dos preços %	Valor a preços de 1982	Taxa de crescimento em volume %	Valor a preços correntes	Taxa de crescimento dos preços %
TOTAL	463.0	476.5	2.9	587.5	23.3	543.4	-7.5	678.3	24.8
POR FINALIDADES									
Habituação	239.3	244.1	2.0	304.9	24.9	295.8	-3.0	358.8	21.3
Outras construções	218.7	232.4	3.9	282.6	21.6	247.6	-12.4	319.5	29.0
Equipamento	50								
Outras (sector primário)									
POR SECTORES									
Sector público administrativo	63.4	59.8	-5.7	73.0	22.1	62.3	-14.6	77.0	23.6
Sector público empresarial ⁽¹⁾	87.7	82.2	-6.3	101.5	23.5	105.6	4.0	134.8	27.7
Sector privado ⁽²⁾	311.9	334.5	7.2	413.0	23.5	375.5	-9.1	466.5	24.2

(1) Inclui apenas as empresas públicas não financeiras com estatuto.

(2) Rubrica residual, entre outros, inclui bancos e seguros nacionalizados.

Origem: Estimativas do Banco de Portugal com base nos valores provisórios do INE (1981) e do Departamento Central de Planeamento (investimento público).

mento realizado em material de transporte, excluindo os aviões da TAP, terá sido francamente negativa, pois que as vendas de veículos comerciais caíram 35.1 por cento (35.8 por cento para os ligeiros e 32.3 por cento para os pesados). Um sintoma adicional da retracção geral do investimento foi a evolução desfavorável dos créditos novos, concedidos a empresas e particulares, para empreendimentos envolvendo novas imobilizações de capital: cerca de -5.0 por cento em valor o que, levando em consideração o deflatores da FBCF, representa uma diminuição, em termos reais, que excede largamente os 20 por cento.

O investimento em construção, avaliado pelo montante dos trabalhos realizados no respectivo sector, sofreu um decréscimo de cerca de 3 por cento, em 1983. Levando em consideração as diferenças verificadas no consumo de alguns materiais, em especial o do cimento e do aço (decréscimos de 2.1 por cento e 23.6 por cento, respectivamente), poderá concluir-se que a recessão atingiu com maior intensidade certas obras de Engenharia Civil e os grandes centros urbanos, onde a construção em altura é maior consumidora de aço.

A redução da encomenda pública que desde fins de 1981 deixou de exercer o seu papel complementar de estímulo à actividade do sector, em virtude de restrições orçamentais, o agravamento das condições gerais de concessão de crédito à construção e aquisição de casa própria, bem como a diminuição do poder de compra dos particulares, foram as principais causas da contracção do investimento em construção. No sub-

Gráfico II.3 – ÍNDICE COMPOSTO DA OFERTA DE MÁQUINAS

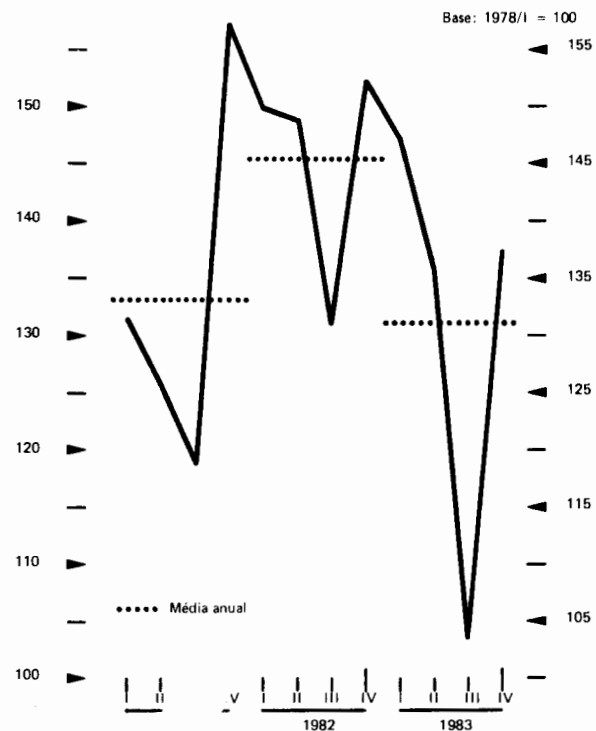
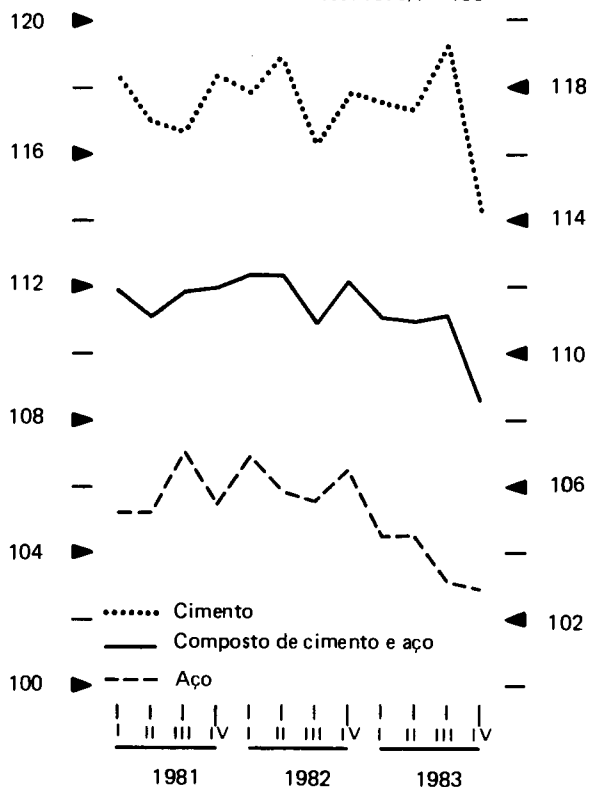


Gráfico II.4 – VENDAS DE CIMENTO
E AÇO PARA A CONSTRUÇÃO
Índices ajustados dos corrigidos da sazonalidade
Base: 1973/I = 100



sector da habitação acresce ainda o factor adicional da lei das rendas de casa que, para além de limitar fortemente o funcionamento do mercado de arrendamento, está a contribuir para o envelhecimento do parque habitacional, ao incentivar o desvio de rendimentos necessários a obras de conservação e reparação para outros fins.

A situação do mercado da habitação continuou a agravar-se, sobretudo nas grandes cidades, onde os preços de venda têm registado uma evolução moderada, muito aquém dos custos de construção. Na área de Lisboa os preços médios de venda em 1983 terão crescido cerca de 15 por cento, enquanto o índice de custo de construção de edifícios subiu cerca de 23 por cento. A dificuldade de escoamento da produção é a principal razão deste comportamento dos preços. Com efeito, as transacções realizadas com crédito bancário diminuíram cerca de 26 por cento, ao mesmo tempo que o número de pedidos de crédito entrados nos bancos de poupança baixou 38 por cento, relativamente aos valores do ano anterior.

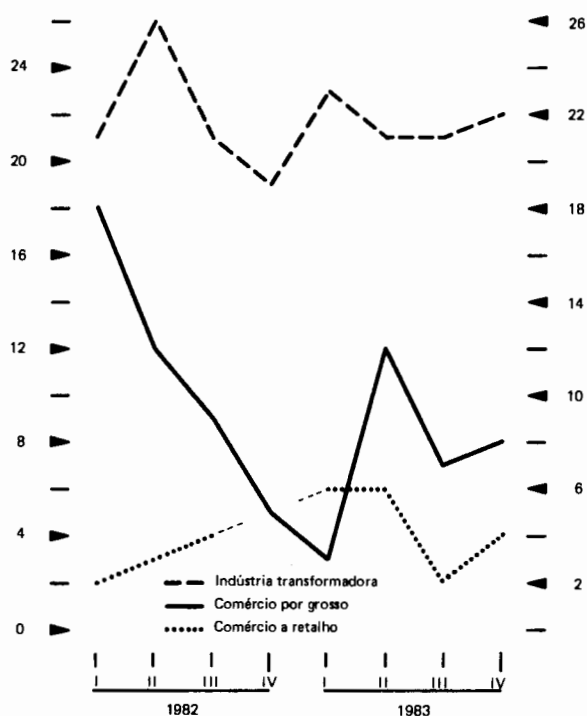
O investimento em *stocks* reduziu-se substancialmente em 1983, reagindo de forma mais imediata ao aperto da política económica. Na indústria transformadora, o nível de existências de matérias-primas e produtos intermédios baixou, conforme é revelado

pela evolução dos saldos médios das respostas extremas (acima *versus* abaixo do normal) apurados no ICIT (-7 pontos percentuais contra zero em 1982). No que se refere a produtos acabados, apenas as indústrias de bens de investimento apresentam *stocks* superiores ao ano anterior, o que está em consonância com o comportamento desfavorável da FBCF e com o dinamismo das exportações de outros bens, o que terá contribuído para o escoamento de existências acumuladas de bens intermédios e de consumo. Os *stocks* em armazém no comércio por grosso evidenciaram igualmente tendência para descer, exceptuando os bens de consumo duradouros, cuja procura se terá retraído mais rapidamente em resposta à deterioração do poder de compra dos residentes. No comércio a retalho, à excepção dos combustíveis que terão sido afectados pela redução de volume de petróleo importado, todos os restantes bens apresentam variações de existências ligeiramente acima das registadas no ano anterior, o que poderá significar que a retracção da procura interna foi superior ao que estaria nas expectativas dos agentes económicos do sector. Por último,

Gráfico II.5 – INVESTIMENTOS EM CASAS
DE HABITAÇÃO



Gráfico II.6 – VARIAÇÕES DE EXISTÊNCIAS
Saldos das respostas extremas



é de notar que, contrariamente ao sucedido em 1982, e também ao que seria de esperar atendendo à alta sazonal das vendas no 4.º trimestre, todos os indicadores do nível de existências referenciados no Gráfico II.6 acusam uma variação positiva naquele período, o que vem confirmar o aprofundamento da recessão nos finais do ano apontado, pelos demais indicadores económicos.

Por sectores, a queda mais acentuada da FBCF registou-se no Sector Público Administrativo (14.6 por cento). O crescimento da FBCF no Sector público empresarial é aparente, pois que excluindo a compra de aviões pela TAP a respectiva variação é bastante negativa (cerca de -15 por cento). A evolução da FBCF no sector privado foi igualmente muito desfavorável, estimando-se um decréscimo não inferior a 10 por cento.

2.4 Procura externa

As exportações de bens e serviços cresceram, em 1983, 16.7 por cento em volume, contra 6 por cento em 1982. Esta aceleração deve ser imputada à notável expansão das exportações de mercadorias que registaram uma taxa de crescimento em valor da ordem dos 52 por cento, correspondente a crescimentos de 20.3 por cento em volume e 26.8 por cento no preço médio unitário. Para além dos factores apontados anteriormente – melhoria da competitividade, recuperação da actividade económica internacional e diversificação de mercados – este comportamento ficou ainda a dever-se à progressiva substituição do mercado interno pelo externo em relação a algumas indústrias, em virtude da contracção da procura interna.

Quadro II.6 – EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS⁽¹⁾
Procura externa

	Milhões de contos			Composição %			Variação %	
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1982/81	1983/82
Mercadorias	251.2	328.2	503.4	66.0	71.1	73.8	30.7	53.4
Turismo	63.8	69.8	92.0	16.7	15.1	13.5	9.4	31.8
Transportes	38.6	35.3	44.1	10.1	7.6	6.4	-8.5	24.9
Outros								
Seguros								
Estado	27.3	28.7	42.9	7.2	6.2	6.3	5.1	49.5
Diversos								
Procura externa	380.9	462.0	682.4	100.0	100.0	100.0	21.3	47.7

(1) Do Continente e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Por grupos de produtos, a contribuição mais significativa para o crescimento das exportações de mercadorias foi dada pelos "Produtos minerais e suas obras" onde se destaca o subgrupo dos "Combustíveis e óleos" que, só por si, foi responsável por cerca de 45 por cento da variação do grupo onde se integra. Seguiram-se-lhe, pelo seu peso na estrutura e importância dos acréscimos, as "Máquinas" e os "Têxteis e vestuário".

Em 1983, Portugal continuou a ganhar quotas de mercado nos principais países industrializados, tendo-se aproximado dos valores alcançados em 1973. Em termos de distribuição geográfica das exportações, aumentou o peso dos países da CEE e da OPEP, tendo decrescido a importância relativa da EFTA.

As receitas de turismo recuperaram igualmente dos baixos níveis registados em 1982, tendo crescido 31.8 por cento, em escudos, contra apenas 9.4 por cento em 1982. Todavia, face a um aumento de 21.6 por cento de entradas de estrangeiros no País, este comportamento estará ainda aquém do que seria normal se todas as receitas fossem canalizadas para o sistema bancário nacional, admitindo-se, portanto, a persistência de algumas práticas especulativas.

Por último, é de referir que os transportes continuaram a perder peso na estrutura das receitas da balança de bens e serviços (6.4 por cento contra 7.6 por cento em 1982), embora tenham registado um acréscimo de 24.9 por cento em escudos, o que, apesar de tudo, não deixa de representar uma apreciável melhoria em comparação com a quebra de 8.5 por cento em 1982.

3. Produção

Estima-se que, em 1983, a evolução do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB_{pm}) se tenha aproximado da estagnação, o que representa uma desaceleração muito acentuada relativamente ao ritmo de expansão registado no ano anterior (3.2 por cento). Tal situação — mais concretamente um ligeiro decréscimo (0.1 por cento) — não ocorria desde 1975, e enquadra-se na situação de crise que atravessa a economia portuguesa. Esta estagnação ficou a dever-se, fundamentalmente ao sector agrícola — cujo valor acrescentado registou uma quebra estimada em 5 por cento em termos reais — à evolução negativa da actividade da construção (-3 por cento) e ao decréscimo de todos os serviços, à excepção da Administração Pública. É também de referir que, no ano em apreço, a indústria transformadora terá conhecido a taxa de expansão mais baixa do último quinquénio (1.0 por cento).

O comportamento que caracterizou o PIB em Portugal — em que as medidas com vista à correcção dos desequilíbrios decorrentes do segundo choque petrolífero foram sucessivamente adiadas até meados de 1983 — foi, assim, claramente inferior ao crescimento médio da actividade produtiva do conjunto dos países da OCDE (2.5 por cento), bem como à evolução verificada na área europeia da mesma (1.2 por cento). Com efeito, na grande maioria daqueles países, após concluídas as principais etapas de um processo de reajustamento iniciado alguns anos atrás, 1983 representou o início de uma recuperação económica que se acentuou em 1984.

Quadro II.7 — PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇOS DE MERCADO

Milhares de contos

	1981			1982			1983		
	Valores a preços correntes	Valores a preços de 1981	Variação em volume %	Valores a preços correntes	Variação dos preços %	Valores a preços de 1982	Variação em volume %	Valores a preços correntes	Variação dos preços %
Agricultura e pesca	123 614	130 779	5.8	159 812	22.2	151 821	-5.0	191 295	26.0
Indústria	442 229	454 611	2.8	557 353	22.6	562 927	1.0	692 400	23.0
Electricidade, gás e água	22 334	25 684	15.0	31 720	23.5	34 892	10.0	44 662	28.0
Construção	115 118	117 420	2.0	145 601	24.0	141 223	-3.0	168 762	19.5
Serviços	828 710	855 831	3.3	1 041 331	21.7	1 036 729	-0.4	1 276 318	23.1
Bancos	89 201	94 980	6.5	115 780	21.9	105 013	-9.3	129 376	23.2
Administração Pública	175 048	182 050	4.0	210 450	15.6	220 552	4.8	262 898	19.2
Comércio	289 865	296 242	2.2	362 245	22.4	360 072	-0.6	445 179	23.6
Outros serviços	274 596	282 559	2.9	352 856	25.0	351 092	-0.5	438 865	25.0
SUB-TOTAL	1 532 005	1 584 325	3.4	1 935 817	22.2	1 927 592	-0.4	2 373 437	23.1
Serviços bancários imputados (-)	79 869	86 199	7.9	105 507	22.4	97 172	-7.9	119 910	23.4
Impostos ligados à importação	20 524	21 245	3.5	26 578	25.1	24 983	-6.0	36 040	44.3
Produto interno bruto a preços de mercado	1 472 660	1 519 371	3.2	1 856 888	22.2	1 855 403	-0.1	2 289 567	23.4
Produto interno bruto a preços de mercado (com exclusão da Administração Pública)	1 297 612	1 337 321	3.1	1 646 438	23.1	1 634 851	-0.7	2 026 669	24.0

Origem: 1981, estimativas do Banco de Portugal, aplicando aos níveis definitivos do INE para 1979, as taxas de variação do volume e preço médio implícitas nos valores provisórios do INE, para 1979/80. Em 1981, os valores para a indústria, construção e Administração Pública são estimativas do Banco de Portugal; 1982/83, estimativas do Banco de Portugal.

3.1 Agricultura e pesca

De acordo com valores provisórios, o produto gerado no sector primário da economia (agricultura, silvicultura, caça e pesca) terá apresentado uma quebra de cerca de 5 por cento, contra um acréscimo próximo dos 6 por cento no ano anterior. Esta inflexão reflecte predominantemente a quebra registada na produção agrícola, em parte devido à seca verificada na primeira metade do ano. A silvicultura e pesca terão apresentado evoluções próximas da estagnação.

Tomando como base o novo índice de quantidades elaborado pelo Banco de Portugal⁽¹⁾, a descida registada na produção agrícola global afectou a quase generalidade das produções, à excepção de alguns produtos vegetais (os hortícolas, o azeite e as frutas). A evolução negativa foi bastante mais acentuada na produção animal (-8.9 por cento) do que na produção vegetal (-2.3 por cento).

Dadas as grandes irregularidades anuais que, em geral, caracterizam as produções do sector agrícola, torna-se aconselhável recorrer a comparações com diversos períodos, designadamente com as médias decenais. Assim, se tomarmos como base as produções médias do período 1973/82, o ano de 1983 surge-nos como um ano agrícola médio, uma vez que a produção global foi cerca de 1.6 por cento superior à verificada naquele decénio. Há, no entanto, que ter presente que esta média é afectada por um conjunto de anos de fraca produção, o que faz com que as referidas médias apresentem uma tendência ligeiramente decrescente.

A quebra registada no conjunto da produção agrícola ficou a dever-se ao comportamento desfavorável dos cereais, leguminosas e tubérculos e vinhos, com quebras de 15.7, 7.0 e 20.9 por cento, respectivamente, e que, no seu conjunto, representaram cerca de dois terços do total da produção vegetal em 1983. As fracas colheitas de cereais, não obstante o aumento registado nas áreas semeadas, ficaram a dever-se às desfavoráveis condições meteorológicas prevalentes no 1.º trimestre do ano em apreço, particularmente à fraca precipitação — bastante inferior à normal desde meados de Novembro de 1982. A ocorrência de características meteorológicas adversas conjugada com a disseminação de doenças características da vinha, constituíram os factores determinantes da significativa quebra verificada na produção vinícola do ano.

No domínio da pecuária, as carnes e os ovos acusaram decréscimos acentuados relativamente a 1982 (superiores a 10 por cento) enquanto que a evolução

dos lacticínios se apresentou menos negativa (da ordem dos 4 por cento). Apesar das condições de alimentação (em pastos e forragens verdes) do gado poderem, em geral, considerar-se satisfatórias, o estado sanitário de algumas espécies pecuárias revelou-se deficiente. Quanto a este aspecto, há a destacar os elevados prejuízos sofridos pelos produtores de bovinos decorrentes do aparecimento de surtos de peripneumonia que só vieram a atenuar-se nos últimos meses do ano. A quebra registada pela produção pecuária, relativamente ao ano anterior, esteve associada ao decréscimo do consumo de carnes, particularmente da espécie bovina (cerca de 13 por cento). É de salientar que, tomando como base comparativa a média do decénio, todos os produtos apresentam produções mais elevadas, particularmente os lacticínios e os ovos.

De referir que, não obstante esta evolução da produção pecuária, as importações de produtos de origem animal apresentaram, em 1983, um decréscimo de cerca de 3 por cento, o que contrasta com um aumento da ordem dos 29 por cento ocorrido no ano anterior. Este facto deverá atribuir-se, em parte, à quebra acentuada registada no consumo de carne, bem como a um maior recurso a fornecimentos de carne congelada pela utilização de *stocks* da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

O subsector da pesca, onde ainda predomina a pesca costeira e artesanal, manteve no ano em análise um nível de actividade semelhante ao de 1982. Segundo o índice de pesca descarregada elaborado recentemente pelo Banco de Portugal⁽¹⁾ — que cobre todos os tipos de pesca excepto a pesca longínqua e a pesca nas águas interiores cujo peso no conjunto não deverá ultrapassar os 15 por cento em valor — o volume de pescado descarregado terá registado um ligeiro decréscimo (-0.4 por cento), na sequência de uma quebra (2.9 por cento) ocorrida no ano anterior. A crise que há vários anos vem afectando a actividade do sector, apresenta características de natureza predominantemente estrutural que só poderão vir a ser substancialmente alteradas através da implementação de programas de médio e longo prazos. De facto, só com uma profunda reconversão tecnológica se poderá vir a enfrentar as dificuldades existentes, tanto as resultantes da escassez de espécies junto à costa como as que decorrem da necessidade de aproveitamento integral do alargamento, para 200 milhas, da zona económica exclusiva, bem como dos acordos internacionais de pesca.

(1) Vd. Anexo Estatístico.

(1) Vd. Anexo Estatístico.

3.2 Indústria

Em 1983, o ritmo de crescimento registado pelo conjunto das indústrias extractivas e transformadoras — cerca de 1 por cento — traduz uma situação de quase estagnação e revela uma acentuação da crise que tem vindo a afectar a indústria portuguesa desde os finais de 1980. Com efeito, o ritmo de evolução estimado para o ano transacto representa uma clara desaceleração face aos resultados obtidos em 1981 e 1982, anos em que já se haviam registado acréscimos modestos de 2.0 e 2.8 por cento, respectivamente.

O comportamento referente ao ano em análise ficou a dever-se, fundamentalmente, à quebra da procura interna, que apenas parcialmente foi compensada pela apreciável dinâmica que caracterizou a procura externa de bens industriais. Para isso terá contribuído a evolução favorável dos preços relativos dos bens transaccionáveis internacionalmente. De um modo geral, os sectores e subsectores industriais que acusaram decréscimos acentuados ou evoluções muito baixas correspondem a ramos de actividade em cujas vendas é predominante o mercado interno. Em contrapartida, quer os sectores e subsectores que registaram, em 1983, taxas de crescimento superiores à do total da indústria, quer os que apresentam recuperação sensível relativamente ao ano precedente — como é o caso das indústrias alimentares e da madeira e cortiça — bem como os que sofreram desaceleração — ou sejam, o calçado, papel e publicações e produtos metálicos e máquinas — correspondem a indústrias cujas exportações atingiram resultados significativa-

mente superiores aos obtidos em 1982. Desta forma, a evolução das exportações, embora francamente favorável não conseguiu contrariar a acentuada quebra registada na procura interna (indústrias químicas e conexas, metalúrgicas de base e material de transporte terrestre). As indústrias de minerais não metálicos e de máquinas acusaram crescimentos satisfatórios, próximos dos verificados no ano anterior, graças aos elevadíssimos acréscimos das respectivas vendas para os mercados externos.

A desaceleração do ritmo de crescimento da actividade industrial em 1983 ficou, por conseguinte, a dever-se fundamentalmente à deterioração da procura interna, em particular no que se refere aos bens de investimento. Esta quebra não se reflectiu num comportamento idêntico do lado da oferta, eventualmente pela necessidade de manter um certo nível de actividade dada a rigidez existente no mercado de trabalho. Com efeito, os indicadores disponíveis sobre os *stocks* de produtos acabados na indústria transformadora revelam que, nas indústrias produtoras de bens de equipamento e ao longo de todos os trimestres do ano em análise, eles atingiram níveis bastante superiores aos dos trimestres homólogos do ano anterior. De facto, segundo o ICIT, os saldos médios das respostas extremas (diferenças entre opiniões de *stocks* superiores e inferiores ao normal) atingiram níveis de 26 e 49 pontos percentuais, respectivamente em 1982 e 1983. Por seu lado, os sectores produtores de outros tipos de bens apresentaram, no ano em apreço, níveis de *stocks* de produtos acabados nitidamente abaixo dos verificados no período homólogo anterior.

Quadro II.8 — PRODUTO DAS INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS E TRANSFORMADORAS
A PREÇOS DE MERCADO

Milhares de contos

	1980		1981		1982		Variação anual em volume %			
	Valores a preços de 1979	Valores a preços correntes	Valores a preços de 1980	Valores a preços correntes	Valores a preços de 1981		1980	1981	1982	1983
Alimentação, bebidas e tabaco	61 426	74 018	75 158	94 567	91 730		5.3	-1.5	-3.0	2.9
Têxteis, vestuário e calçado	68 728	90 171	90 280	103 551	109 258		4.3	0.1	5.5	2.8
Madeira e cortiça	17 818	22 700	21 315	25 003	24 253		0.3	-6.1	-3.0	2.2
Papel e publicações	17 208	20 632	21 045	25 149	25 702		6.6	2.0	2.2	4.0
Químicas e conexas ⁽¹⁾	30 657	39 762	40 517	41 854	44 951		4.9	1.9	7.4	0.5
Produtos minerais não metálicos ⁽²⁾	28 072	31 806	33 428	39 178	40 745		10.1	5.1	4.0	4.2
Metalúrgicas de base ⁽³⁾	12 025	10 269	10 731	12 040	13 930		8.6	4.3	15.7	-9.4
Produtos metálicos e máquinas	42 342	48 651	51 131	60 590	65 498		10.9	5.1	8.1	2.7
Material de transporte	25 087	30 732	32 903	35 799	34 117		2.1	7.1	-4.7	-14.2
Outros produtos industriais	3 904	4 373	4 067	4 498	4 476		-3.0	-7.0	-0.5	-2.0
Total — Indústrias extractivas e transformadoras	307 267	373 114	380 575	442 229	454 660		5.6	2.0	2.8	1.0

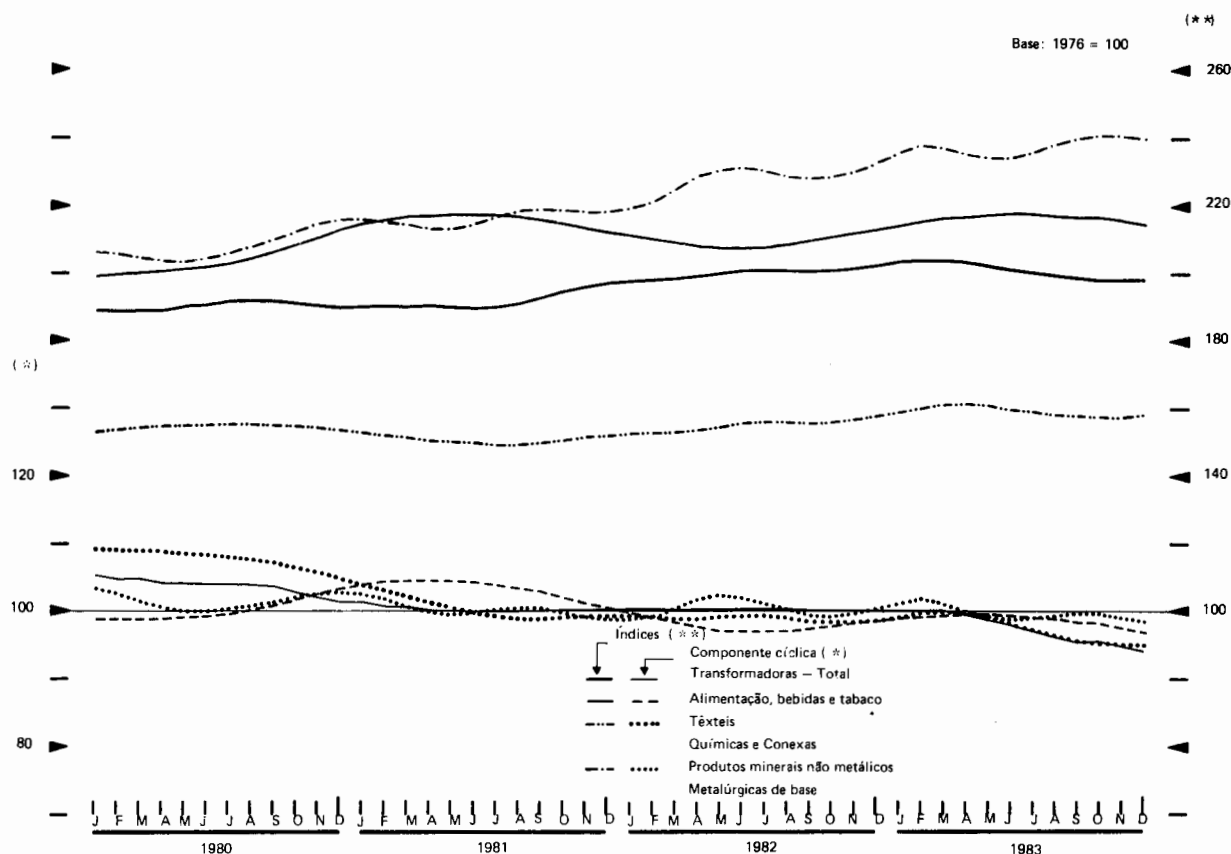
(1) Inclui a extracção do carvão.

(2) Inclui a extracção de minerais não metálicos.

(3) Inclui a extracção de minérios metálicos.

Origem: 1980, estimativas do Banco de Portugal, aplicando aos níveis definitivos do INE para 1979, as taxas de variação do volume e preço médio implícitas nos valores provisórios do INE para 1979/80; 1981/83, estimativas do Banco de Portugal.

Gráfico II.7 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL
Índices dessazonalizados e corrigidos dos dias úteis e componente cíclica



Este comportamento desigual que caracterizou as indústrias produtoras dos diversos tipos de bens veio a saldar-se, para o total da indústria transformadora, numa situação de acumulação de *stocks* – já anteriormente a níveis elevados – traduzida por saldos médios das respostas extremas idênticos em 1982 e 1983, ou seja, de 22 pontos percentuais.

A quebra de ritmo de crescimento da indústria transformadora é igualmente confirmada pela descida de 1 ponto na taxa de utilização de capacidade produtiva do total da indústria transformadora a qual veio, assim, a situar-se em 76 por cento. A oscilação apresentada por este indicador para os grupos de indústrias produtoras dos diversos tipos de bens foi no sentido anteriormente referido, embora com intensidades diferentes; a quebra mais acentuada ocorreu, porém, no sector produtor de bens e equipamento.

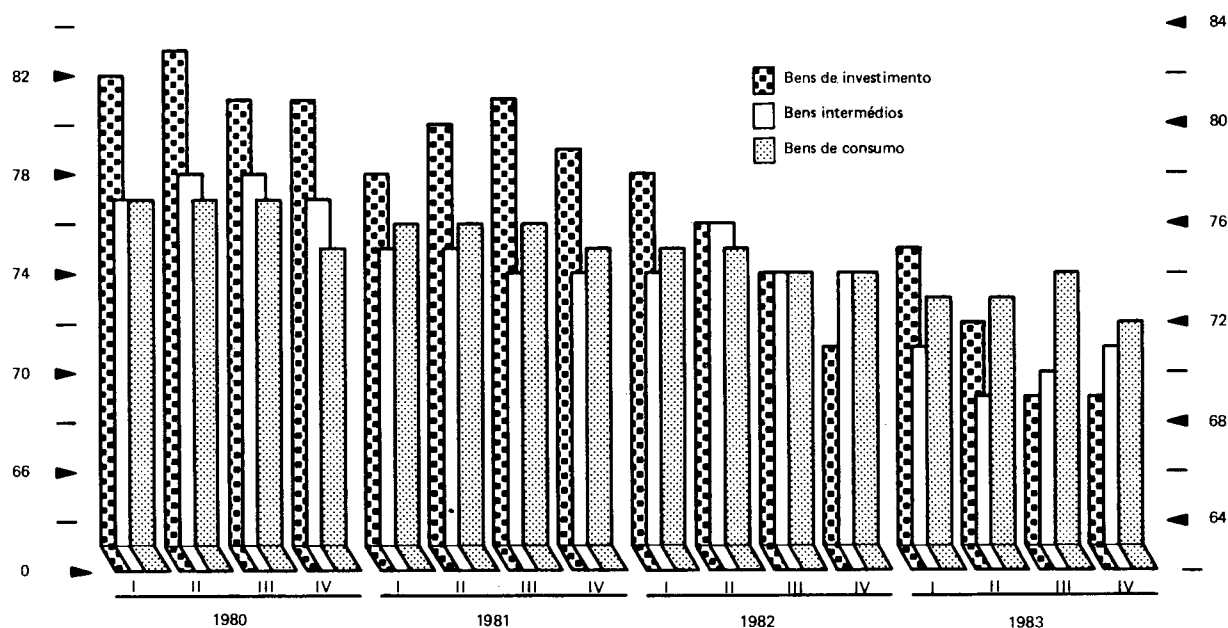
Numa análise mais desagregada do comportamento das principais indústrias referir-se-á em primeiro lugar aquelas que apresentaram taxas de expansão do valor acrescentado bruto superiores à do total da indústria.

O comportamento favorável verificado no produto das indústrias da “Alimentação, bebidas e tabaco” e da “Madeira e cortiça” que apresentaram em 1983

acréscimo de 2.9 e 2.2 por cento, respectivamente – após quebras de 3.0 por cento ocorridas no ano anterior – deveu-se, fundamentalmente, ao acentuado dinamismo que caracterizou a respectiva procura externa, contrariamente à evolução registada em 1982. Neste contexto e no tocante às indústrias alimentares, são de salientar as evoluções particularmente favoráveis demonstradas pelas exportações de tomate industrial, de azeite e outros óleos alimentares e de açúcar refinado. Tal comportamento reflecte, essencialmente, um condicionalismo mais favorável da conjuntura externa uma vez que, no seu conjunto, permanecem as dificuldades de natureza estrutural que vêm afectando aquelas actividades nos últimos anos. No entanto, as vendas ao exterior de sectores importantes como as conservas de peixe e os vinhos licorosos registaram acréscimos bastante modestos que traduzem, especialmente no que se refere ao primeiro, persistência senão mesmo o agravamento das condições concorrenciais do sector.

A recuperação observada na indústria da “Madeira e cortiça” – cujas vendas ao exterior representam perto de 40 por cento do mercado total – reflectem essencialmente, como seria de esperar, progressos

Gráfico II.8 – GRAU DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA
NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA



bastante acentuados ocorridos nas exportações de alguns subsectores. Efectivamente, em resultado da melhoria das suas condições concorrenciais — em particular no que se refere à fabricação de aglomerados — tanto a rubrica “Madeira e suas obras”, como os “Artigos de cortiça” apresentaram, em 1983, taxas de expansão bastante superiores às registadas no ano precedente. No caso da fabricação dos artigos de cortiça, cuja recuperação se efectivou no 2.º semestre, é de supor que ela tenha sido decisivamente influenciada pela desvalorização do escudo que, permitindo preços mais competitivos, veio assim remover o principal factor que, nos últimos anos, vinha dificultando as vendas ao estrangeiro daqueles produtos. Finalmente, refira-se que a viragem ocorrida na evolução do produto das indústrias da madeira e da cortiça se reflectiu num aumento da sua taxa de utilização de capacidade produtiva em cerca de um ponto percentual, face a 1982.

O sector dos “Têxteis, vestuário e calçado” registou, em 1983, uma clara desaceleração relativamente ao ano anterior que se traduziu numa taxa de evolução (2.8 por cento) de cerca de metade da verificada em 1982. Para este comportamento contribuiu a quebra verificada no consumo privado dos residentes e uma certa desaceleração das exportações dos pro-

ductos têxteis que, não obstante continuaram a evoluir a ritmos razoavelmente elevados, se viram confrontados com restrições quantitativas nos mercados externos, decorrentes da permanência do sistema de quotas anuais (em volume) vigentes nos países da CEE e nos principais mercados da EFTA. A evolução do indicador taxa de utilização da capacidade produtiva nos dois últimos anos, reflecte um comportamento sectorial que pode ser considerado coerente com a evolução acabada de referir. Com efeito, na indústria do calçado ela apresenta uma subida de 1 ponto percentual reflectindo, por conseguinte, o aumento do ritmo de evolução da respectiva produção; por seu lado, face à nítida desaceleração da produção, o sector dos “Têxteis e vestuário” acusa uma ligeira descida na taxa de utilização da capacidade produtiva. Como se sabe, trata-se de um sector que, conforme se referiu mais detalhadamente no relatório anterior, se caracteriza por uma grande flexibilidade, o que lhe permite apresentar oscilações da produção, por vezes significativas, sem que tal se reflecta necessariamente, com a mesma intensidade, na utilização da capacidade produtiva ou no emprego do sector.

A aceleração apresentada em 1983 pelo crescimento do produto da indústria do “Papel e tipografia” constitui, essencialmente, o resultado de uma acen-

tuada expansão das exportações, que se revelou suficiente para contrariar a quebra que se estima ter verificado no mercado interno.

A evolução relativamente mais favorável ocorrida no sector da "Extracção e transformação de produtos minerais não metálicos" (+4.2 por cento), entre os quais avulta a produção de materiais para a construção, só não reflecte os efeitos negativos da quebra registada neste sector devido à recuperação notável verificada nas vendas ao exterior que, no ano anterior, se haviam caracterizado por um comportamento recessivo. Para aquele acréscimo da produção também deverá ter contribuído o facto de, ao longo do ano, as expectativas dos empresários se terem mantido mais favoráveis que o comportamento da procura global. Com efeito, segundo o ICIT, no sector em análise o nível médio de *stocks* de produtos acabados foi significativamente superior ao registado no ano anterior, o que se traduziu num saldo médio de respostas extremas de 33 e 23 pontos percentuais, respectivamente em 1983 e 1982.

No que se refere ao sector das "Máquinas" onde predomina, especialmente no que se refere às máquinas não eléctricas, a produção de bens de equipamento, estima-se que o crescimento do produto tenha mantido, em 1983, ritmos da ordem dos registados no ano precedente (8.9 e 12.9 por cento, respectivamente, para as máquinas eléctricas e não eléctricas). Mais uma vez, foi a espectacular dinâmica patenteada pelas exportações que constituiu a principal causa explicativa daqueles ritmos de expansão. De facto, as evoluções da actividade produtiva destes sectores aparentemente não reflectem a acentuada quebra do investimento em bens de equipamento ocorrida no mercado interno (próxima dos 8.5 por cento). Importa salientar que constitui mais um caso em que a expansão de produção, no ano em apreço, ultrapassou as necessidades do mercado. Com efeito, os indicadores disponíveis sobre a constituição de *stocks* revelam níveis bastante elevados relativamente ao ano anterior, especialmente no que se refere às indústrias produtoras de máquinas não eléctricas.

Três ramos de actividade — as indústrias "Metalúrgicas de base", dos "Produtos metálicos" e do "Material de transporte" — apresentaram sensíveis quebras. O acentuado decréscimo verificado no produto das indústrias "Metalúrgicas de base" (-9.4 por cento) reflecte um comportamento idêntico das suas componentes extractiva e transformadora, e segue-se a um elevado aumento de produção registado em 1982. Esta evolução repercutiu-se, em boa parte, na constituição de *stocks* de produtos intermédios nas indús-

trias que se encontram a jusante. Aquela quebra de produção é igualmente confirmada pela descida, relativamente a 1982, de 6 pontos percentuais na taxa de utilização da capacidade produtiva.

No que respeita ao sector dos produtos metálicos, a quebra da produção resultou, essencialmente, das evoluções negativas dos mercados interno e externo, sendo de salientar que, à semelhança do ocorrido noutras indústrias ligadas ao investimento, também se registou uma acentuada constituição de *stocks* relativamente ao ano anterior.

O acentuado decréscimo de 14.2 por cento registado no sector do "Material de transporte" traduz, fundamentalmente, a quebra bastante significativa verificada nas indústrias produtoras de "Material de transporte terrestre" (cerca de 12 por cento) reflectindo também a continuação da evolução desfavorável registada pela actividade de reparação naval, estreitamente associada à crise internacional que tem afectado o sector nos últimos anos. No que respeita ao "Material de transporte", a evolução negativa resulta, essencialmente, da acentuada recessão que afecta o mercado interno, dado que as exportações revelaram uma dinâmica apreciável, registando uma evolução (cerca de 21 por cento) bastante mais favorável que a verificada no ano anterior. Tal comportamento caracterizou, em particular, o subsector de peças e acessórios para automóveis.

Finalmente, o produto do conjunto das indústrias químicas e conexas (que inclui as indústrias dos derivados de petróleo e do carvão, da borracha e dos plásticos) apresentou-se praticamente estagnado, não obstante o comportamento favorável da exportação dos chamados "Novos produtos químicos" e dos "Combustíveis e óleos". Com efeito, neste conjunto de indústrias é largamente preponderante o peso do mercado interno para o qual se estima quebra sensível. Desta forma, a evolução do conjunto do sector em 1983 veio a situar-se próximo da estagnação. A acentuada desaceleração que esta evolução traduz, é também confirmada por uma descida da taxa de utilização da capacidade produtiva de 4.5 pontos percentuais.

3.3 Construção

A conjuntura desfavorável que o sector da "Construção e obras públicas" tem vindo a atravessar nos dois últimos anos acentuou-se significativamente em 1983. De facto, o valor acrescentado pelo sector no ano findo deverá ter registado uma quebra de 3 por

cento (contra uma variação positiva de 2 por cento em 1982). Os principais indicadores disponíveis para a apreciação da evolução do sector reflectem um nítido agravamento das dificuldades que o mesmo tem vindo a enfrentar, designadamente os que se encontram mais estreitamente associados ao andamento da actividade produtiva apontam claramente para níveis de actividade em 1983 inferiores aos ocorridos em 1982. Assim, o consumo de cimento e o do aço, apresentam quebras de 2.1 e 23.6 por cento, respectivamente. Estes comportamentos bastante distintos levam a supor que a recessão atingiu mais fortemente algumas obras de engenharia civil e os grandes centros urbanos, onde predomina a construção em altura. A generalidade das empresas do sector tem vindo a encontrar grandes dificuldades tanto do lado da procura como da oferta. Tal situação veio a reflectir-se num acentuado decréscimo do número de sociedades constituídas (-44 por cento) e, no que se refere às dissoluções de sociedades verificadas em 1983, há a salientar que o capital social médio é cerca de duas vezes e meia superior ao de 1982.

A maior restritividade da política de crédito bem como o seu encarecimento, tem vindo a reflectir-se negativamente na actividade da construção, quer no que respeita ao crédito à produção quer através da desaceleração do processo de concessão de créditos à aquisição de casa própria. Este aspecto, conjugado, designadamente, com a contínua deterioração do poder de compra da população, contribuiu para que a procura de casas de habitação permanecesse fraca. Subsistiram, pois, as dificuldades de escoamento da produção, o que conduziu a uma desaceleração do crescimento dos preços de venda. De facto, estes apresentaram uma evolução nominal (cerca de 15 por cento na região de Lisboa) substancialmente inferior à verificada no custo de produção (entre 22 a 24.5 por cento). Atendendo, ainda, a que o crédito novo concedido apresenta uma evolução consideravelmente mais baixa que a observada na parcela correspondente a renovações, tanto no que respeita ao crédito para construção e obras públicas — com aumentos de 5.3 por cento para o crédito novo e de 97.2 por cento para as renovações — assim como ao crédito concedido a particulares para habitação — com uma quebra de 12.6 por cento e um aumento de 10.6 por cento respectivamente — é de crer que a actividade do sector se deva predominantemente à continuação de obras em curso.

A redução do investimento do Sector Público Administrativo (14.6 por cento), em resultado dos cortes orçamentais verificados, também contribuiu

significativamente para a quebra de actividade do sector.

3.4 Electricidade, gás e água

Em resultado da verificação de condições meteorológicas relativamente favoráveis, nomeadamente na segunda metade do ano, estima-se que o valor acrescentado pelo sector da produção de electricidade, gás e água tenha atingido um crescimento elevado (10 por cento) na sequência de um aumento ainda mais favorável alcançado no ano anterior. A evolução apresentada pela componente térmica foi relativamente mais acentuada que a registada na produção de electricidade de origem hídrica. Desta forma, os níveis por esta atingidos não chegaram a representar metade da produção total quedando-se, portanto, bastante aquém das possibilidades que decorrem da posição que a mesma ocupa no conjunto da capacidade instalada.

3.5 Serviços

De acordo com os indicadores disponíveis, o produto originado no conjunto dos serviços deverá ter apresentado, em 1983, uma quebra de 0.4 por cento, o que constitui o pior resultado do último quinquénio. Se se excluir o subsector da "Administração Pública" — cujo elevado aumento (4.8 por cento) contrasta com as evoluções negativas verificadas em todos os restantes serviços — o subtotal resultante apresentaria, obviamente, um decréscimo mais acentuado (1.8 por cento).

A efectivação de uma política de crédito mais restritiva, conjugada com os reflexos da diminuição da actividade que, como se referiu, atingiu quase todos os sectores produtivos, com particular realce para os mais dependentes do mercado interno, deverão apontar-se como os principais factores determinantes da acentuada diminuição do valor acrescentado pela actividade bancária. Esta relação decorre, essencialmente, da metodologia utilizada para medir a produção imputada dos serviços bancários⁽¹⁾.

A evolução negativa que se estima ter ocorrido no sector do comércio por grosso e a retalho, encontra-se estreitamente associada à quebra do conjunto das actividades produtivas que utilizam predominante-

(1) Por convenção, a produção imputada dos serviços bancários corresponde ao saldo dos juros recebidos menos os juros pagos.

mente os serviços prestados pelo sector, com vista ao escoamento dos seus produtos. Por outro lado, aquela quebra é bastante próxima da evolução apresentada pelo total do PIB a preços de mercado (com exclusão da Administração Pública) e que terá sido da ordem dos 0.7 por cento. A análise dos elementos constantes dos Inquéritos de Conjuntura ao Comércio por Grosso e a Retalho revela uma clara deterioração da actividade do sector comercial, mais acentuada no ramo retalhista. Desta forma, a evolução estimada para o sector do comércio afigura-se compatível com as diversas indicações disponíveis.

Quanto aos restantes serviços, estimou-se uma quebra de 0.5 por cento, afigurando-se plausível admitir que as evoluções registadas nos diversos subsectores não se tenham afastado significativamente daquela taxa. Com efeito, o produto originado nos transportes e comunicações e nos serviços diversos deverão ter reflectido a grande desaceleração verificada no conjunto da actividade económica. Por seu lado, no que se refere ao subsector dos hotéis, pensões e restaurantes, não é de supor que a ligeira recuperação ocorrida na actividade turística possa ter anulado os reflexos negativos associados à quebra do poder de compra da população, em particular da que se situa nos aglomerados urbanos mais importantes.

4. Emprego

De acordo com o novo Inquérito ao Emprego⁽¹⁾ (IE) do INE, no 2.º trimestre de 1983, a população empregada em Portugal era de 4165.9 milhares, assim repartida pelos diferentes sectores de actividade: 23.8 por cento no sector primário, 35.7 por cento no secundário e 40.5 por cento no terciário. No mesmo período, a população activa ascendia a 4624.8 milhares, o que corresponde a uma taxa de actividade de 48.3 por cento (57.9 por cento para os homens e 39.4 por cento para as mulheres).

O número de desempregados no 2.º trimestre cifrava-se em 458.9 milhares, dos quais 44.4 por cento

nunca tiveram emprego. Considerando os valores do 3.º trimestre obtém-se uma taxa de desemprego de 10.3 por cento, em média, para aqueles dois períodos. Esta taxa a dois dígitos é sensivelmente igual à média verificada nos países europeus da OCDE em idêntico período.

No 3.º trimestre é notório o aumento de desempregados que nunca tiveram emprego, mas é possível que uma boa parte desse acréscimo seja de natureza sazonal, pois que é nessa época que muitos estudantes acabam os seus cursos e entram na vida activa. Deste modo se justificaria o agravamento da taxa de desemprego dos jovens, que do 2.º para o 3.º trimestre, passou de 22.2 por cento para 24.6 por cento. O desemprego entre os jovens afecta particularmente as mulheres: no 3.º trimestre a taxa de desemprego das mulheres (com menos de 25 anos) era de 34.3 por cento, a dos homens 16.8 por cento.

Os índices de emprego do Ministério do Trabalho confirmam genericamente a retracção generalizada do emprego. Com efeito, o índice global, excluindo a Agricultura e a Administração Pública, acusa uma descida, em termos homólogos, de 1.7 por cento no período Janeiro/Setembro de 1983. Por outro lado, o número de pedidos de emprego relativos a desempregados no final do ano (Quadro II.12) excedia em 14.7 por cento o valor correspondente do ano anterior. Por actividades, apenas a "Electricidade, gás e água" e os "Bancos, seguros e operações sobre imóveis" terão registado uma evolução positiva, tendo sido na "Construção e obras públicas" que se verificou a quebra mais significativa. Nas indústrias transformadoras a retracção do emprego foi mais profunda nos ramos não exportadores; nas indústrias mais viradas para os mercados externos as variações do nível de emprego foram pouco relevantes, ainda que registem acréscimos numa ou noutra indústria, como por exemplo o calçado.

Segundo as estatísticas do Ministério do Trabalho, em Outubro de 1983, o pessoal contratado a prazo era de 11.3 por cento do total. Os sectores onde este tipo de contratos têm maior peso são a "Construção e obras públicas" (41.3 por cento), os "Serviços Pessoais" (18.8 por cento), o "Comércio, restaurantes e hotéis" (13.6 por cento) e a "Indústria transformadora" (10.2 por cento).

Por profissões,⁽¹⁾ os desajustamentos mais pronunciados no mercado de trabalho continuam a ser os

(1) Substitui o anterior Inquérito Permanente ao Emprego (IPE) que vigorava desde 1974. A periodicidade do novo inquérito é trimestral — actualmente encontram-se disponíveis os valores definitivos do 2.º trimestre de 1983 e os provisórios do 3.º — e o seu âmbito geográfico foi alargado às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. As diferenças nos conceitos e nas técnicas de amostragem utilizadas não aconselham a comparação directa dos novos resultados com os do antigo IPE.

(1) Vd. Anexo Estatístico.

Quadro II.9 – POPULAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO

	1980		1981		1982		1983 ⁽¹⁾	
	1.º Sem.	2.º Sem.	1.º Sem.	2.º Sem.	1.º Sem.	2.º Sem.	2.º Trim.	3.º Trim. ^P
1. População residente total (10 ³)	9 366	9 423	9 479	9 496	9 525	9 555	9 570,4	9 364,0
2. População activa civil (10 ³)	4 207	4 303	4 381	4 269	4 279	4 272	4 624,8	4 509,9
3. Emprego (10 ³)	3 887	3 961	3 994	3 943	3 968	3 949	4 165,9	4 024,7
4. Desemprego (10 ³)	320	340	386	325	310	323	458,9	485,2
4.1 Procura de 1.º emprego	171	177	199	164	141	151	203,9	237,2
4.2 Procura de novo emprego	149	163	187	161	169	170	254,9	248,0
5. Taxa de actividade (%) ⁽²⁾	44,9	45,7	46,2	45,0	44,9	44,7	48,3	48,2
5.1 Homens	56,0	56,5	56,3	54,7	54,7	54,4	57,9	58,2
5.2 Mulheres	35,0	35,9	37,1	36,2	36,1	36,0	39,4	38,8
6. Taxa de desemprego (%) ⁽³⁾	7,6	7,9	8,8	7,6	7,2	7,6	9,9	10,8

(1) Os valores de 1983 não são comparáveis com os anteriores devido ao facto de corresponderem a inquéritos diferentes. O novo inquérito iniciou-se no 2.º trimestre de 1983.

(2) $2/1 \times 100$

(3) $4/2 \times 100$

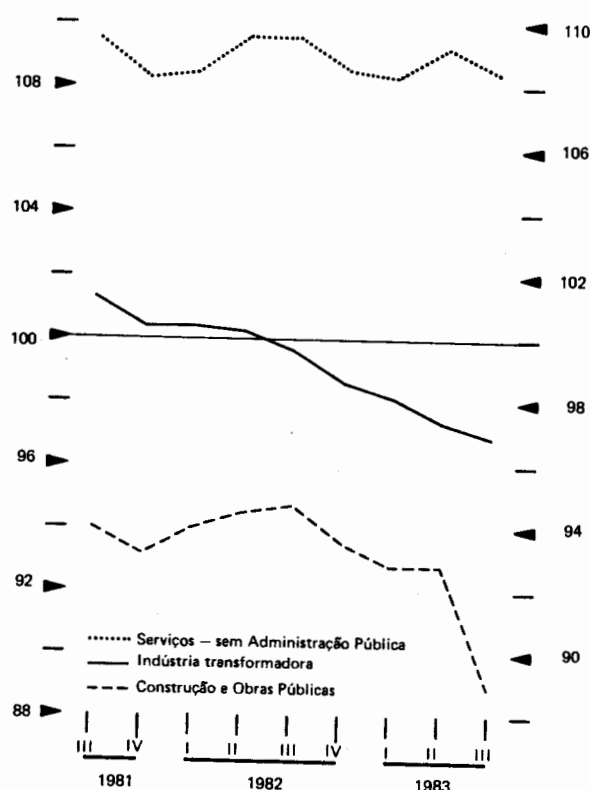
Origem: Até 1982, INE, Inquérito Permanente ao Emprego; 1983, INE, Inquérito ao Emprego.

referentes ao pessoal administrativo, do comércio e vendedores. Nestes o número de pedidos de emprego por satisfazer representava no ano findo 29.3 por cento do total, enquanto o número de ofertas por satisfazer era apenas de 5.7 por cento. O número de pedidos por satisfazer relativos a pedreiros e carpinteiros da construção civil e naval quase duplicou em 1983, enquanto o peso das ofertas por satisfazer passou de 14.2 por cento em 1982 para 9.4 por cento no ano transacto. O comportamento destes indicadores está em consonância com a recessão da actividade económica, mais marcante naqueles dois sectores. De notar ainda a forte expansão dos pedidos de emprego por satisfazer ligados ao sector agrícola (139.4 por cento) que, embora possa ser explicada, em parte, por um ano de safras medíocres, não deixa de conferir alguma plausibilidade à existência de um fluxo migratório – ainda que em pequena escala das grandes cidades para a “provincia”. Este movimento poderá ter na sua origem a conjugação de dois factores actuando no mesmo sentido: a contracção do emprego nos sectores secundário e terciário devida à recessão geral da economia e às dificuldades acrescidas de meios de alojamento e de subsistência nas cidades.

No contexto dos factores de rigidez existentes no mercado de trabalho, cabe referir a publicação, em Novembro de 1983, do diploma que estabelece o regime jurídico da suspensão do contrato de trabalho e da redução temporária dos períodos normais de trabalho (*lay-off*). Embora com esta lei se visasse a recuperação económica das empresas, evitando o despedimento colectivo, ela não terá tido o impacto esperado pelo legislador. Até final do ano ainda nenhuma empresa a ela tinha recorrido.

Gráfico II.9 – ÍNDICES DE EMPREGO POR ACTIVIDADES

Base: 1974/I = 100



Quadro II.10 – POPULAÇÃO EMPREGADA SEGUNDO O RAMO DE ACTIVIDADE

Milhares

	1980		1981		1982		1983 ⁽¹⁾	
	1.º Sem.	2.º Sem.	1.º Sem.	2.º Sem.	1.º Sem.	2.º Sem.	2.º Trim.	3.º Trim. ^P
Total	3 887	3 962	3 995	3 943	3 969	3 949	4 165.9	4 024.7
Agricultura	1 127	1 061	1 064	1 005	1 024	975	951.6	870.1
Pesca	31	21	26	22	27	23	26.2	43.7
Indústrias extractivas	19	23	20	21	24	25	13.6	41.5
Indústrias transformadoras	975	1 029	1 016	1 013	1 009	1 019	1 054.7	943.2
Electricidade, gás e água	32	19	27	22	25	19	36.9	27.2
Construção	356	372	383	394	407	409	393.9	361.9
Comércio	452	466	515	489	493	472	404.5	461.0
Restaurantes e hotéis							107.4	118.8
Transportes e comunicações e armanezagem	161	160	159	151	163	160	179.4	187.4
Bancos, Seguros, etc.	60	80	74	89	88	97	114.2	111.6
Administração Pública	188	226	206	220	194	204	283.5	289.8
Educação	140	140	149	139	147	143	148.2	151.1
Saúde	68	74	69	77	86	69	84.9	85.6
Outros Serviços ⁽²⁾	269	286	280	297	274	327	367.0	331.9

(1) Os valores de 1983 não são comparáveis com os anteriores devido ao facto de corresponderem a inquéritos diferentes. O novo inquérito iniciou-se no 2.º trimestre de 1983.

(2) Inclui actividades mal definidas.

Origem: Até 1982, INE, Inquérito Permanente ao Emprego; 1983, INE, Inquérito ao Emprego.

A problemática dos salários em atraso assumiu, em 1983, uma relevância até aí desconhecida. Segundo fontes oficiais, o número de trabalhadores portugueses com salários em atraso rondava os 95 milhares, no final do ano passado. O montante das remunerações em dívida (excluindo os encargos com a Previdência

Social) naquela data equivale a cerca de 0.5 por cento do valor global das remunerações do trabalho em 1983.

Finalmente, deve mencionar-se que, em 1983, o movimento emigratório oficial apresentou uma baixa não inferior a 30 por cento, relativamente ao verifica-

Quadro II.11 – ÍNDICE DE EMPREGO POR ACTIVIDADES
Continente

Base: 1.º trimestre de 1974

	Total	Sector primário		Sector secundário			Sector terciário				
		Pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Construção e obras públicas	Electricidade, gás e água	Comércio, restaurantes e hotéis	Bancos, seguros e oper. s/ imóveis	Transportes e comunicações	Serviços pessoais	Serviços (total)
1974	99.3	99.5	99.6	99.5	96.1	100.5	99.4	103.0	100.3	99.6	100.1
1975	98.3	96.0	98.3	98.6	89.4	102.1	98.3	107.3	104.4	100.2	101.1
1976	99.3	89.3	96.4	99.4	89.2	105.7	98.8	112.8	109.3	99.5	102.4
1977	99.8	88.8	95.1	99.7	90.0	108.5	98.6	118.9	110.9	100.1	104.2
1978	100.2	87.7	95.7	99.9	91.7	120.4	98.0	123.9	109.6	102.2	104.5
1979	100.3	77.1	96.0	100.5	89.0	129.2	98.0	129.6	107.4	103.2	104.8
1980	101.7	75.9	93.1	101.7	88.6	139.5	99.1	146.1	106.7	103.6	107.4
1981	102.4	75.0	92.8	101.3	93.6	140.9	100.0	152.7	106.2	104.8	108.8
1982	101.5	68.2	91.0	99.7	94.4	143.5	99.3	157.2	105.8	106.2	109.0
1.º trim.	101.8	69.8	92.3	100.4	95.0	141.4	99.1	155.2	105.6	104.7	108.4
2.º trim.	101.8	69.5	91.0	100.2	94.5	143.0	100.6	156.2	105.6	106.1	109.5
3.º trim.	101.6	68.3	90.6	99.6	94.7	142.9	99.7	158.2	106.0	107.6	109.5
4.º trim.	100.8	65.1	90.1	98.6	93.5	146.8	97.9	159.1	105.9	106.2	108.5
1983 ^E	99.5	63.1	87.0	97.1	89.8	x	97.2	161.3	105.5	104.6	108.2
1.º trim.	100.4	64.2	88.7	98.1	92.8	147.2	97.6	159.7	105.8	104.7	108.3
2.º trim.	100.1	65.1	87.4	97.3	92.8	147.5	98.8	161.3	106.0	104.7	109.2
3.º trim.	99.4	63.2	86.1	96.9	88.9	149.9	97.2	162.1	105.9	104.4	108.4
4.º trim. ^E	98.1	60.0	85.8	96.1	84.7	x	95.0	162.1	104.3	104.5	106.7

Origem: Ministério do Trabalho.

Quadro II.12 – SITUAÇÃO NO MERCADO DE EMPREGO

Milhares

	1982	1983	%		1983			
			1982/81	1983/82	I	II	III	IV
Pedidos de emprego relativos a desempregados (no final do período)	236.0	270.7	-3.1	14.7	248.4	248.7	253.0	270.7
Novo emprego	182.2	215.7	-2.4	18.4	194.3	194.5	196.8	215.7
Primeiro emprego	53.8	55.0	-5.3	2.2	54.1	54.2	56.2	55.0
Oferta de emprego (no final do período)	8.3	4.7	-10.8	-43.4	10.4	10.0	6.7	4.7
Colocações efectuadas (ao longo do período)	27.4	27.8	31.1	1.5	6.9	10.2	6.5	4.2

Origem: Direcção do Serviço de Emprego do Ministério do Trabalho.

do em 1982. Na sua maioria os emigrantes dirigiram-se para os países transoceânicos continuando, por conseguinte, a inversão da tendência do fluxo emigratório dos anos 60 dirigido para os países europeus, nomeadamente para a França e Alemanha. Alguns países instituíram subsídios de regresso relativamente atractivos com vista a incentivarem o regresso dos emigrantes e assim aliviarem as tensões nos seus mercados de trabalho.

5. Salários e repartição do rendimento

O crescimento dos salários nominais para o conjunto da economia, em 1983, foi cerca de 19.2 por cento, valor que representa alguma desaceleração em relação ao ano anterior (20.9 por cento). Este facto, conjugado com a subida da taxa de inflação, conduziu a uma acentuada quebra do salário real (cerca de 5.0 por cento) a qual surge na sequência de uma evolução negativa (cerca de 1.2 por cento) registada em 1982.

Numa óptica desagregada, o comportamento dos salários reais por sectores pode ser objecto de uma interpretação mais esclarecedora se tomarmos como período de observação o biénio 1982/83.

De facto, os sectores que, em 1983, apresentaram uma quebra de salários reais relativamente mais moderada — a “Construção” (3.5 por cento) e a “Administração Pública” (5.0 por cento) — foram os que no ano anterior haviam sofrido as quebras mais acentuadas, ou seja, 2.9 e 5.6 por cento, respectivamente. É de salientar que a actividade da “Construção” já se encontrava em crise desde finais de 1981 e que a descida, em termos reais, das remunerações médias dos funcionários públicos, foi, de longe, a mais acentuada no biénio tendo ocorrido na sequência de uma evolução já bastante desfavorável em 1981 (-2.9 por cento).

Por outro lado, a “Agricultura e a Indústria”, que apresentaram em 1983 as mais acentuadas descidas de salários reais (6.8 e 5.4 por cento, respectivamente), foram os sectores em que o poder de compra dos salários apenas registara uma ligeira diminuição em 1982. Com efeito, neste ano, tanto a produção agrícola como a industrial haviam registado uma sensível recuperação relativamente ao ano anterior.

O salário mínimo nacional registou um aumento superior aos das remunerações médias salariais dos principais sectores — cerca de 21.6 por cento, relativamente a 1982 — o que em parte terá tido em conta o facto de a última actualização ter ocorrido em 1 de Outubro de 1981. Para a estimativa do acréscimo dos salários globais (19.2 por cento) teve-se ainda em conta informação adicional sobre as evoluções salariais

Quadro II.13 – EVOLUÇÃO ANUAL DAS REMUNERAÇÕES MÉDIAS

Em percentagem

	1980/79	1981/80	1982/81	1983/82
Agricultura				
nominais	18.6	16.4	21.9	17.0
reais	1.9	-3.0	-0.4	-6.8
Indústria transformadora				
nominais	22.0	20.3	21.4	18.5
reais	4.6	0.0	-2.1	-5.6
Construção				
nominais	25.7	24.5	18.9	21.1
reais	7.8	3.8	-2.9	-3.5
Sector público				
nominais	22.1	16.5	15.6	19.2
reais	4.7	-2.9	-5.6	-5.0

Origem: Para a Agricultura: em 1979, 1980 e 1983, INE, índices de salários agrícolas, trabalhos gerais; 1981 e 1982, estimativas do Banco de Portugal.

Para a Indústria: cálculos efectuados no Banco de Portugal, com base em dados do INE.

Para a Construção: até 1980, INE, “Estatísticas da Construção e da Habitação”; para 1981/1983, estimativas do Banco de Portugal.

Para o Sector Público: estimativas do Banco de Portugal.

Quadro II.14 – SALÁRIOS MÍNIMOS NACIONAIS

Escudos			
	Sector agrícola	Sector não agrícola	Serviço doméstico
1980			
De 1/1 até 30/9	6 100	7 500	4 700
De 1/10 até 31/12	7 500	9 000	5 700
Média anual	6 450	7 875	4 950
1981			
De 1/1 até 30/9	7 500	9 000	5 700
De 1/10 até 31/12	8 950	10 700	6 800
Média anual	7 863	9 425	5 975
1982			
De 1/1 até 31/12	8 950	10 700	6 800
1983			
De 1/1 até 31/12	10 900	13 000	8 300

Origem: Diário da República, I série.

alguns serviços, designadamente no que respeita à contratação colectiva.

O efeito da descida dos salários reais sobre a repartição funcional do rendimento pode ser avaliado por comparação com o crescimento da produtividade corrigida pela deterioração dos termos de troca (Quadro II.15). O sinal menos (mais) daquela diferença indica uma modificação na repartição do rendimento em benefício dos rendimentos não salariais (salariais). Em Portugal, nos últimos dois anos, a referida diferença foi acentuadamente negativa, o que significa ter-se registado, no período 1982/83, diminuição da participação da remuneração do factor trabalho no Rendimento Nacional. Apesar de o decréscimo dos salários reais ter sido bastante mais acentuado em 1983 do que em 1982, neste último ano o efeito da deterioração das razões de troca sobre o rendimento (−0.8 por cento) ficou aquém do aumento conjuntural da produtividade, pelo que se verificou uma variação positiva de 3.1 no *salário de equilíbrio*⁽¹⁾. A diferença entre a evolução do salário de equilíbrio e a quebra do salário real apresentou o valor negativo de 5.0 pontos percentuais em 1982. Por seu lado, em 1983, a deterioração da quota-parte da remuneração do factor trabalho no Rendimento Nacional em benefício dos rendimentos não salariais (−6.0 pontos percentuais) resultou, fundamentalmente, da acentuada degradação verificada nos salários reais (−5.0 por cento).

(1) O *Salário de equilíbrio* é o que permitiria a manutenção da repartição funcional.

No que respeita aos seis principais países industrializados, o biénio 1981/83 caracterizou-se também — à excepção da Itália e dos Estados Unidos (por virtude da evolução em 1982) — por um aumento da participação dos rendimentos não salariais no Rendimento Nacional, aliás mais acentuado em 1983, ou seja, quando se iniciou o relançamento económico na maior parte dos países da OCDE. Em 1982, à excepção do Japão e do Reino Unido, aqueles países ainda se encontravam sob os efeitos da crise desencadeada pelo segundo choque petrolífero. Por conseguinte, nos diversos países considerados, a perda relativa da quota-parte das remunerações do factor trabalho no Rendimento Nacional, encontra-se estreitamente associada ao período de recuperação económica. Com efeito, no período em análise, acentuou-se a tendência para uma maior moderação nas reivindicações salariais. Tal facto verifica-se inclusivamente no caso da Itália que, em 1983, constitui a única excepção a uma modificação na repartição funcional em benefício dos rendimentos salariais.

Em consonância com o acabado de referir no que respeita a Portugal, a rubrica “Remunerações” da conta do Rendimento Nacional — ou seja, o conjunto dos encargos totais com o factor trabalho — registou, em 1983, uma descida na sua participação no total bastante mais acentuada que a verificada no ano anterior. Com efeito, enquanto que em 1982 aquela rubrica registara uma evolução sensivelmente idêntica à de 1981 e cerca de 2 pontos percentuais abaixo da do Rendimento Nacional, no ano em apreço ela acusou uma nítida desaceleração, que se traduziu numa taxa de acréscimo nominal inferior em cerca de 4 pontos percentuais à registada no total do Rendimento Nacional. É de salientar que se verificaram diferenças muito significativas nos comportamentos das diversas componentes que integram o total das “Remunerações”, tendo sido os vencimentos pagos pela Administração Pública que averbaram o aumento mais acentuado. Tal ficou a dever-se ao facto de ter sido, simultaneamente, o sector onde o acréscimo do salário médio nominal foi mais alto e onde se verificou expansão relativamente acentuada no emprego⁽¹⁾. Por seu lado, a taxa da evolução registada pela

(1) Na realidade, o acréscimo registado pelo valor acrescentado bruto em termos reais (cerca de 4.8 por cento), não traduz satisfatoriamente o aumento do emprego. Com efeito, o deflator utilizado para despesas com pessoal não reflecte a elevada variação ocorrida em certas rubricas, como alguns subsídios para Instituições de Previdência. Por outro lado tem-se verificado, designadamente nos sectores da Educação e da Saúde, a entrada de funcionários cujos vencimentos não estão incluídos nas despesas com pessoal.

Quadro II.15 – SALÁRIOS REAIS, PRODUTIVIDADE E TERMOS DE TROCA

		Variações médias anuais em percentagem				
		Produtiv- dade 1	Termos de troca (1) 2	Salário real “de equilíbrio” (2) 3 = 1 + 2	Salário real verificado (3) 4	Diferença (4) 5 = 4 - 3
EUA	1981/82	-1.0	0.9	-0.1	0.9	1.0
	1982/83	2.0	0.6	2.6	2.0	-0.6
Japão	1981/82	2.2	0.2	2.4	1.9	-0.5
	1982/83	1.3	-0.2	1.1	2.0	-0.9
RFA	1981/82	0.7	0.7	1.4	-0.3	-1.7
	1982/83	3.0	0.6	3.6	0.3	-3.3
França	1981/82	2.1	1.0	3.1	3.1	0
	1982/83	1.3	0.6	1.9	1.4	-0.5
Inglaterra	1981/82	3.8	-0.2	3.6	2.3	-1.3
	1982/83	3.7	0	3.7	-0.5	-4.2
Itália	1981/82	0	0.8	0.8	0.5	0
	1982/83	-1.0	0.6	-0.4	0.2	0.6
Portugal	1981/82	3.9	-0.8	3.1	-1.9	-5.0
	1982/83	1.7	-0.7	1.0	-5.0	-6.0

(1) Efeito sobre o rendimento das variações dos termos de troca, calculado segundo metodologia da OCDE, *Economic Outlook*, Julho de 1982.

(2) É a produtividade *per capita* corrigida das variações dos termos de troca o que corresponde ao acréscimo dos salários reais compatível com a repartição inicial da remuneração dos factores.

(3) Remunerações horárias na indústria transformadora, excepto para Portugal em que se utilizaram os salários globais e para os Estados Unidos em que se consideram os encargos totais com o factor trabalho.

(4) Um valor positivo (negativo) indica uma modificação na repartição do rendimento em benefício dos rendimentos salariais (não salariais).

Origem: Estimativas do Banco de Portugal.

rubrica “Ordenados e Salários”, ou seja, o montante das remunerações pagas por todas as entidades patronais à excepção do Sector Público Administrativo (17.7 por cento), ficou aquém da atingida por este sector em cerca de 7 pontos percentuais o que não ocorria desde 1978. Finalmente, a parcela respeitante às contribuições sociais a cargo da entidade patronal registou uma variação que se situa próximo da média dos acréscimos verificados nas outras parcelas que integram a rubrica “Remunerações”. Com efeito, embora se estime que a evolução das contribuições sociais a cargo das empresas tenha acompanhado de perto o andamento dos “Ordenados e Salários”, já no que se refere à Administração Pública registaram-se aumentos muito acentuados, particularmente na componente pensões de reforma e invalidez, em resultado da legislação saída em 1981 e 1982. Esta legislação, além de integrar os funcionários do Quadro Geral de Adidos na Caixa Geral de Aposentações, procedeu a diversos reajustamentos no sentido de minorar a acentuada degradação do poder de compra que aquela componente havia sofrido.

A evolução acabada de referir para o total da rubrica “Remunerações”, permitiu naturalmente que a parcela do rendimento atribuído aos outros factores produtivos, ou seja, o excedente bruto de explora-

ção⁽¹⁾, tenha aumentado, ainda que ligeiramente, passando a situar-se nos 42.1 por cento do total. Esta rubrica registou um acréscimo de 25.7 por cento, que, embora correspondendo a uma estagnação em termos reais, se situou cerca de dois pontos percentuais acima da variação nominal do Rendimento Nacional.

Para passar do rendimento interno (ao custo dos factores) para o rendimento nacional (a preços de mercado) há, como é sabido, que ter em conta outras rubricas como o saldo dos “Rendimentos de/para o Resto do Mundo”, os “Impostos indirectos” e os “Subsídios”. No que se refere à primeira daquelas rubricas, registou nova deterioração, ainda que mais modesta (-14.6 por cento). Quanto aos impostos indirectos e subsídios refira-se que ambos os *items* apresentaram, em 1983, acréscimos muito superiores aos registados no ano anterior, tendo o respectivo saldo averbado uma variação nominal superior em cerca de 10 pontos percentuais ao aumento ocorrido no ano anterior. Em consequência do resultado das

(1) Esta rubrica inclui também algumas remunerações do trabalho – rendimentos das explorações familiares e das profissões liberais – que, por dificuldade de discriminação estatística, são incluídas em bloco na parcela “Rendimentos da empresa e da propriedade dos particulares”.

Quadro II.16 – REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO NACIONAL E DO RENDIMENTO DISPONÍVEL

Millhões de contos

	1981		1982			1983		
	Valor	%	Valor	%	Variação %	Valor	%	Variação %
Remunerações	792.7	56.1	969.1	55.3	22.3	1 162.0	53.5	19.9
Ordenados e salários	514.3	36.4	624.3	35.6	21.4	734.8	33.9	17.7
Vencimentos pagos pela Adm. Pública ..	155.1	11.0	186.4	10.6	20.2	232.9	10.7	24.9
Contribuições sociais	123.3	8.7	158.4	9.1	28.5	194.3	8.9	22.7
Excedente bruto de exploração	549.0	38.9	727.3	41.5	32.5	913.9	42.1	25.7
Rendimento dos factores internos	1 341.7	95.0	1 696.4	96.8	26.4	2 075.9	95.6	22.4
Rendimentos do Resto do Mundo	-60.8	-4.3	-103.9	-5.9	-70.9	-119.1	-5.5	14.6
Impostos indirectos - subsídios	131.0	9.3	160.5	9.1	22.5	213.7	9.9	33.2
Rendimento nacional (a preços de mercado)	1 411.9	100.0	1 753.0	100.0	24.2	2 170.5	100.0	23.8
Transferências correntes do Resto do Mundo	165.1	11.7	198.1	11.3	20.0	220.2	10.2	11.2
Rendimento disponível da Nação	1 577.0	111.7	1 951.1	111.3	23.7	2 390.7	110.2	22.5
Sociedades e quase-sociedades	-5.4	-0.4	15.0	0.9	-	15.9	0.7	6.0
Particulares (1)	1 428.4	101.2	1 760.4	100.4	23.2	2 116.7	97.5	20.2
Administração Pública	154.0	10.9	175.7	10.0	14.1	258.1	11.9	46.9

(1) Inclui a variação dos saldos dos depósitos dos emigrantes.

Origem: Estimativas do Banco de Portugal, a partir das Estatísticas do INE.

evoluções acabadas de descrever, registou-se um decréscimo de 1.2 pontos percentuais na participação do rendimento dos factores internos no rendimento nacional a qual, no último ano, foi de 95.6 por cento.

O rendimento disponível da Nação tem apresentado, nos últimos cinco anos, níveis superiores em cerca de 10/12 por cento aos do rendimento nacional, devido ao elevado montante das transferências correntes (líquidas) de/para o Resto do Mundo. Em 1983, o rendimento disponível da Nação registou uma desaceleração mais acentuada que a verificada no rendimento nacional, tendo as respectivas variações, em termos reais, sido de -2.4 e -1.3 por cento. Para esta diferença contribuiu o facto de o aumento do saldo das "Transferências correntes de/para o Resto do Mundo" ter correspondido a cerca de dois terços do registado no ano precedente. Com efeito, o acentuado aumento do ritmo de crescimento do débito das "Transferências privadas internacionais" foi acompanhado por um aumento muito modesto do respectivo crédito que, como se sabe, é fundamentalmente constituído pelas remessas dos emigrantes.

No Quadro II.16 o rendimento disponível da Nação encontra-se subdividido em três grandes sectores institucionais - sociedades e quase-sociedades, particulares e Administração Pública - dos quais o segundo representa, de longe, a componente dominante. No ano em apreço, o rendimento disponível dos particulares - relativamente ao qual se apresentaram informações mais detalhadas no início do capítulo - registou um acréscimo nominal de 20.2 por

cento, cerca de 2.3 pontos percentuais abaixo do total do rendimento disponível e que corresponde a uma apreciável quebra em termos reais (-4.2 por cento).

Por seu lado, no conjunto das sociedades e quase-sociedades (que abarcam os sectores dos bancos, seguros e empresas não financeiras) - em que o conceito de rendimento disponível se identifica com o de poupança - constata-se que se verificou uma quase estagnação em valor o que se traduziu numa pronunciada quebra em termos reais (cerca de 15 por cento). Para este resultado terá contribuído uma manutenção do elevado défice das empresas não financeiras e um diminuto aumento na poupança do conjunto dos bancos e seguros. Tal comportamento é coerente com a evolução do excedente bruto de exploração atrás referido, para o qual contribuíram, designadamente, a desaceleração do crescimento dos encargos totais com o factor trabalho e as actualizações dos preços que evitaram, em parte, o não agravamento do défice do conjunto das empresas não financeiras.

Finalmente, quanto ao rendimento disponível da Administração Pública, é de salientar o acentuado aumento (46.9) ocorrido no ano em apreço, fundamentalmente em consequência de um aumento de receita de cerca de 35.7 por cento, o que permitiu financiar um acréscimo relativamente elevado do consumo público (25.1 por cento) e ainda obter uma redução de cerca de 15.4 milhões de contos na poupança corrente negativa, relativamente ao elevado nível atingido em 1982 (90.9 milhões de contos).

6. Preços

Os preços no consumidor conheceram uma apreciável aceleração em 1983. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação anual de 25.5 por cento contra 22.4 por cento em 1982. Por trimestres, a evolução deste indicador em termos de taxas de variação foi a seguinte: 8.5 por cento no 1.º trimestre, 5.1 por cento no 2.º, 6.8 por cento no 3.º e 8.4 por cento no 4.º.

O comportamento do IPC ao longo do ano foi bastante influenciado pelos aumentos dos preços administrados⁽¹⁾ que ocorreram, principalmente, em duas vagas. A primeira registou-se no início do ano, como já era habitual, e a segunda a partir do mês de Junho, na sequência da implementação do programa de estabilização económica e financeira que reduziu (ou eliminou) uma parte substancial dos subsídios a produtos alimentares e levou ao aumento generalizado dos preços dos bens e serviços produzidos pelo Sector Público Empresarial. O subconjunto dos preços administrados registou uma variação anual de

32.4 por cento em 1983 (25 por cento em 1982), que se situa bastante acima do crescimento dos restantes preços, mais directamente dependentes das condições de funcionamento do mercado.

Atendendo à moderação da subida de salários nominais, à contracção da procura interna, nomeadamente a partir do 2.º trimestre, e ao maior rigor da política monetária, é de concluir que a aceleração do IPC em 1983 deverá ser em grande parte imputada à política orçamental de contenção do défice e de atenuação dos fortes desequilíbrios financeiros das empresas públicas. Dada a simbiose existente entre os défices públicos (administrativo e empresarial), uma boa parte daqueles aumentos corresponde a um acréscimo da tributação indirecta.

A política cambial seguida em 1983, com uma desvalorização mais acentuada do escudo, terá também contribuído para a aceleração dos preços, embora o seu impacto tivesse sido atenuado por outros factores. De facto, a baixa de preço internacional do petróleo (13 por cento em dólares) e o comportamento mais favorável das cotações internacionais numa grande parte dos produtos importados actuaram no sentido inverso da variação da taxa de câmbio efectiva, o que conjugado com uma quebra das importações em termos reais resultou numa contribuição das importações para a variação do índice de preços implícitos na despesa final ligeiramente menor do que a verificada em 1982 (Quadro II.18).

(1) Neste contexto, entende-se por preços administrados todos os preços de bens e serviços que entram na composição do IPC e que são fixados directamente por diploma legal (Portaria, Despacho Normativo, etc.). No final de 1983, o conjunto de produtos e serviços com preços fixados de acordo com este conceito era cerca de 20 por cento do total das despesas familiares.

Quadro II.17 – ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR
Taxas de variação das médias face ao período homólogo do ano anterior (%)
Continente

	1982				1983			
	Jan./Mar.	Jan./Jun.	Jan./Set.	Ano ⁽¹⁾	Jan./Mar.	Jan./Jun.	Jan./Set.	Ano ⁽¹⁾
Alimentação e bebidas	30.1	28.8	21.5	24.1	19.3	19.5	21.6	25.1
Alimentação	30.1	28.9	21.7	24.3	20.5	20.8	23.1	26.8
Cereais	38.9	28.5	27.0	29.2	28.0	21.9	23.6	26.5
Batatas, legumes e frutas . .	53.1	59.3	17.7	24.6	-12.4	-10.7	-6.2	6.5
Carnes	14.7	17.3	20.4	20.6	40.8	42.1	42.8	42.4
Pescado	24.4	26.3	18.9	21.0	27.0	25.0	23.4	22.3
Leite e ovos	50.9	23.0	19.2	27.2	10.2	15.4	26.0	35.6
Óleos e gorduras	51.5	48.8	39.8	44.9	17.4	15.1	16.1	18.6
Alimentação consumida fora de casa	20.7	22.7	23.3	22.5	22.9	23.3	23.5	24.2
Outros	17.4	12.2	11.9	13.5	12.7	16.3	20.5	24.0
Bebidas	30.7	27.3	20.1	21.9	4.7	3.6	3.5	4.1
Vestuário e calçado	14.3	16.1	18.3	15.6	20.2	19.9	19.8	19.8
Vestuário	16.3	18.0	19.9	16.8	21.2	20.8	20.6	20.3
Calçado	4.8	5.8	10.0	9.5	14.8	15.0	15.6	16.9
Despesas de habitação	19.1	21.0	21.5	20.1	23.7	23.7	25.4	29.0
Aquisição de bens duráveis . .	17.2	20.6	23.2	19.3	21.4	20.4	20.3	22.5
Outras despesas	20.3	21.2	20.3	20.6	25.4	25.9	28.9	33.3
Diversos	22.6	25.4	22.4	22.7	23.7	23.5	25.5	27.8
Transportes	33.3	35.1	27.5	29.0	29.1	28.4	30.5	32.9
Total com exclusão da habitação . .	25.4	25.9	21.3	22.4	20.8	20.8	22.6	25.5
Preços administrados	28.2	27.7	26.3	25.0	24.7	26.3	28.3	32.4

(1) Taxas anuais (não correspondem exactamente às médias mensais).

**Quadro II.18 – DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS
NA DESPESA FINAL TOTAL**

Em percentagem

	Componentes do custo				Taxa de variação dos preços implícitos na DFT	Componentes da despesa			
	Remunerações do trabalho	Outros rendimentos	Impostos indirectos menos subsídios	Importações		Consumo privado	Consumo público	Investimento bruto	Exportações
1981 ^R	36.9	17.4	4.7	41.0	19.6	50.5	10.2	28.1	11.2
1982 ^R	31.4	33.8	5.4	29.4	20.5	46.8	8.3	29.6	15.3
1983	33.3	31.3	8.8	26.6	25.0	52.4	11.2	-0.8	37.2

Por classes, as maiores amplitudes de crescimento dos preços verificaram-se nas “Despesas de Habitação” (29 por cento) e nos “Diversos” (27.8 por cento). Os preços dos bens e serviços que integram estas classes foram directamente influenciados pelos aumentos das tarifas da electricidade, água, transportes públicos, correios e telefones. Na base destes acréscimos esteve, porém, a subida de preço dos combustíveis que, para além das repercussões indirectas noutras classes, foi ainda directamente responsável pela variação dos preços dos subgrupos “Gás” e “Transportes privados”. Fora do sector tarifário, merece realce o aumento verificado na rubrica “Eletrodomésticos e aparelhos de aquecimento” (33.9 por cento) que, contra o que tem sido habitual nos anos anteriores, excedeu largamente a variação da respectiva classe.

Os preços da classe “Alimentação e Bebidas”, que representa mais de 50 por cento das despesas das famílias (excluindo as rendas de habitação) cresceram ligeiramente mais que o “Total”. Diversos foram os

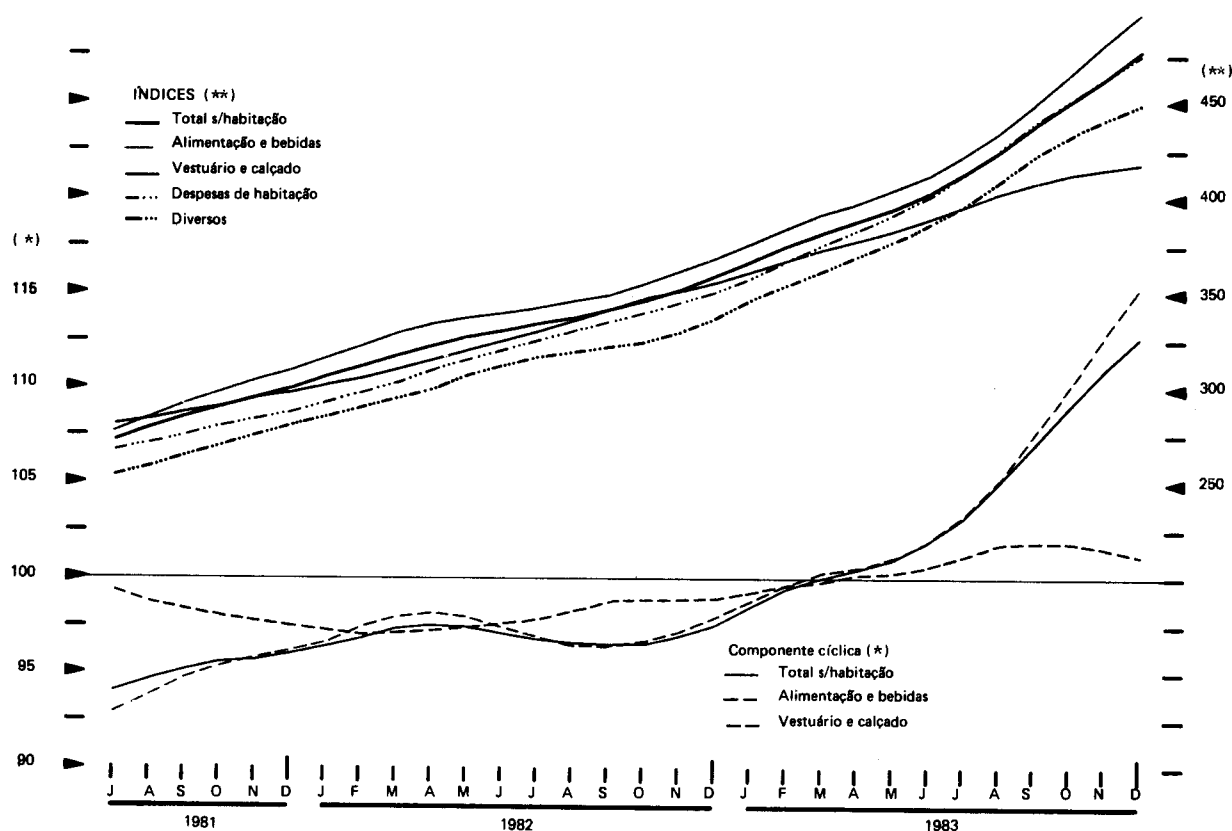
factores que contribuíram para o agravamento dos preços deste tipo de produtos; entre eles são de destacar os seguintes: a alteração de regime de comercialização, nomeadamente a passagem do regime de preços máximos ao de margens de comercialização fixadas de um número significativo de produtos alimentares, a redução ou supressão de subsídios tradicionalmente concedidos pelo Fundo de Abastecimento e o aumento de preços de alguns factores de produção, como a electricidade, os adubos e as rações compostas para animais. Este agravamento dos custos pesou sobretudo no preço das carnes (+42.4 por cento) e nos cereais e derivados (+26.5 por cento). Em contrapartida, associado a uma produção relativamente boa, o preço das frutas desceu cerca de 4 por cento. Também o reduzido acréscimo do preço das “Bebidas” (4.1 por cento) contribuiu para travar a subida da classe onde se integram.

O “Vestuário e calçado” foi a classe que registou o menor crescimento (19.8 por cento). Dado que os produtos desta classe não estão sujeitos a preços

**Quadro II.19 – PONDERAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NA VARIAÇÃO DOS PREÇOS
IMPLÍCITOS NA DESPESA FINAL TOTAL**

	Taxa de variação dos preços implícitos na DFT	Total	Variação do grau de penetração das importações	relativa a:		
				Variação do preço das importações em moeda nacional		
				Total	Variação dos preços internacionais %	Variação da taxa de câmbio efectiva %
1981 ^R	19.6	8.0	1.0	7.0	67.1	32.9
1982 ^R	20.5	6.0	0.5	5.2	10.9	89.1
1983	25.0	6.7	-1.9	8.6	5.8	94.2

Gráfico II.10 – ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR



administrados, é provável que a variação anual verificada – muito abaixo do “Total” – tenha reflectido mais directamente o efeito dos factores de moderação da inflação a que se aludiu no início desta secção.

Na decomposição da variação do índice de preços implícitos na despesa final por componentes do custo, é de salientar a estabilidade da quota-parte das importações – o efeito da desvalorização do escudo foi mais uma vez mitigado pelo comportamento favorável dos preços internacionais – bem como a do peso das remunerações do trabalho, contrariamente aos impostos indirectos líquidos de subsídios que aumentaram de forma notória a sua ponderação. Por outro lado, a forte quebra do investimento bruto e a considerável expansão das exportações, em 1983, explicam as alterações mais relevantes ocorridas na decomposição daquela mesma variação por componentes da despesa – redução acentuada da quota-parte do investimento que se torna ligeiramente negativa, e aumento assinalável da ponderação atribuível às exportações.

Quadro II.20 – ÍNDICE DE PREÇOS POR GROSSO EM LISBOA

Base: 1976 = 100

	Índice geral	Produtos manufacturados	(IPG/IPC) x 100 ⁽¹⁾	(IPG/IPC) x 100 ⁽²⁾
1982	338.5	321.4	102.2	97.0
1.º trim.	320.8	300.2	102.6	96.0
2.º trim.	335.2	311.1	101.9	94.6
3.º trim.	340.8	331.9	101.4	98.8
4.º trim.	356.6	341.7	102.4	98.2
1983	423.1	428.1	102.1	103.3
1.º trim.	381.7	370.8	101.1	98.2
2.º trim.	400.3	410.6	100.9	103.5
3.º trim.	441.7	456.1	104.2	107.6
4.º trim.	468.7	475.7	102.0	103.5

(1) Índice de Preços por Grosso (geral)/Índice de Preços no Consumidor.

(2) Índice de Preços por Grosso (produtos manufacturados)/Índice de Preços no Consumidor.

Por seu turno, o índice global de preços por grosso em Lisboa registou um crescimento de cerca de 25 por cento, enquanto o índice do mesmo tipo mas apenas para os produtos manufacturados subiu 33.2 por cento. A aceleração deste último indicador foi particularmente expressiva no 3.º trimestre (37.4 por cento em termos homólogos), logo após a desvalorização pontual do escudo no mês de Junho.

7. Energia

O petróleo e seus derivados custaram a Portugal 203 milhões de contos em 1983, em termos líquidos (Quadro II.21), o que representa um agravamento de 18 por cento relativamente à factura de 1982 (172 m.c.). Este crescimento relativamente moderado — recorde-se que o PIB nominal cresceu cerca de 23 por cento em 1983 — deveu-se à quebra das importações petrolíferas em termos físicos e à descida do preço do petróleo em dólares. A diminuição em volume era previsível, face à quebra da actividade económica em 1983, traduzida numa ligeira descida do PIB, em termos reais. Por seu turno, a descida do preço em dólares das nossas importações de petróleo, que se situou em 12.6 por cento, acompanhou naturalmente a descida no mercado internacional (o preço médio do petróleo importado pela OCDE desceu 10 por cento); aquela descida permitiu, apesar da forte revalorização do dólar, que o preço em escudos subisse menos que o preço médio das importações globais: 21.7 por cento para o preço das importações petrolíferas, contra 28.9 por cento para o deflator das importações totais de bens e serviços.

Quadro II.21 — IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO

	Níveis (10 ⁶ esc.)		Taxas de variação %		
	1982	1983	Valor	Volume	Valor médio (escudos)
Importações	195 021	228 995	17.4	-3.5	21.7
Petróleo bruto	147 185	172 166	17.0	-3.9	21.7
Refinados	47 836	56 829	18.8	-1.9	21.1
Exportações	23 504	25 673	9.2	-0.7	10.0

Origem: Direcção-Geral de Energia.

Do que ficou dito, conclui-se que o preço mundial do petróleo deu um contributo positivo para a evolução dos termos de troca e do nível da actividade económica, atenuando a quebra de ambos. Estima-se que a já referida diminuição de 12.6 por cento do preço do petróleo em dólares tenha tido um efeito positivo de cerca de três quartos de ponto percentual sobre a variação do PIB em termos reais⁽¹⁾.

Apesar da subida da factura petrolífera ter sido moderada e muito inferior à verificada nos anos anteriores, o défice petrolífero aumentou o seu peso no défice comercial (mercadorias), passando o primeiro a representar 62 por cento do segundo, em 1983 (Quadro II.22). Este aumento deveu-se, naturalmente, à grande melhoria registada nas transacções não petrolíferas, conforme se descreve em detalhe noutros pontos deste Relatório. Por seu turno, o défice energético global (excluindo o carvão, que é pouco significativo), representou 64 por cento do défice comercial.

Quadro II.22 — DÉFICE ENERGÉTICO E DÉFICE COMERCIAL

	Milhões de contos	
	1982	1983
1. Déficit comercial (mercadorias)	379.0	329.1
2. Déficit petrolífero	171.5	203.3
3. Déficit de energia eléctrica	15.5	6.6
	Porcentagens	
	1982	1983
4. Déficit petrolífero/déficit comercial (2/1) . .	45.3	61.8
5. Déficit energético/déficit comercial (2 + 3)/1	49.3	63.8

As vendas de produtos do petróleo no mercado interno acusaram quebras em unidades físicas, excepto na parte respeitante a vendas à EDP para produção de energia eléctrica nas centrais térmicas. É particularmente significativa a quebra de 7 por cento nas vendas de *fuel*, excluindo o fornecido à EDP. Este andamento negativo é explicável em parte pelo comportamento da actividade industrial e da construção (cujas produções registaram variações de 1 por cento e -3 por cento, respectivamente), mas deve reflectir

(1) Estimativas feitas no Gabinete de Estudos do Banco de Portugal apontam para uma elasticidade de 0.06 do PIB real em relação ao preço do petróleo em dólares.

Quadro II.23 – VENDAS DE PRODUTOS DO PETRÓLEO

Unidade: 10³ m³

	1982	1983	Δ %
Gasolinas	1 020.1	1 019.8	-0.0
Gasóleo ⁽¹⁾	2 163.8	2 137.6	-1.2
Fuel ⁽¹⁾	2 185.6	2 031.8	-7.0
Fuel e gasóleo para a EDP ..	1 820.9	2 152.9	+18.2

(1) Excluindo as vendas à EDP.
Origem: Petrolgal.

igualmente modificações na própria composição da produção industrial e economias de *fuel* nos processos produtivos. Cabe aqui assinalar, uma vez mais, a tendência detectada nos últimos anos para a redução da intensidade em *fuel* na produção industrial.

Os preços de venda ao público dos produtos derivados do petróleo registaram um aumento médio (ponderado) anual de 33 por cento, o que, tomando como referência o IPC, representou um aumento do preço relativo de 6 por cento (Quadro II.24). A subida foi mais vincada no preço do gasóleo (38 por cento), produto que possui em Portugal um preço, em relação ao dos outros produtos do petróleo, exageradamente baixo, quer tomando como termo de comparação a estrutura vigente na generalidade dos países industrializados, quer comparando os preços de venda com a composição dos diferentes derivados de petróleo extraídos de um barril de *crude*. O que acaba de ser dito justifica a conclusão patente no Quadro II.26 de que se reduziu em 1983 o “grau de distorção” dos

preços dos produtos do petróleo praticados em Portugal. Contudo, a gasolina continua a ter um preço, relativamente ao gasóleo e ao *fuel*, claramente superior à relação dos correspondentes custos, indicada pela composição do barril de *crude*.

O andamento dos preços das importações petrolíferas, por um lado, e dos preços de venda ao público dos derivados do petróleo, por outro, implicou um aumento da margem bruta (Quadro II.25). Esta evolução vai no sentido do objectivo governamental de gerar excedentes no Fundo de Abastecimento.

Quadro II.25 – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO IMPORTADO E DOS PRODUTOS DO PETRÓLEO NOS UTILIZADORES

	Índice de preços do petróleo importado (1973 = 100)	Índice de preços dos produtos do petróleo nos utilizadores ⁽¹⁾ (1973 = 100)	Índice das margens brutas (rácio 1/2, em %)
	1	2	3
1973	100.0	100.0	100.0
1974	257.0	161.0	62.6
1975	301.7	188.9	62.6
1976	375.4	273.9	73.0
1977	503.4	357.4	71.0
1978	581.9	456.6	78.4
1979	875.2	624.5	71.4
1980	1 563.1	1 041.1	66.6
1981	2 175.8	1 341.1	61.7
1982	2 617.5	1 829.9	69.9
1983	3 185.5	2 418.1	75.9

(1) Média dos preços das gasolinas, gasóleo e *fuel*, sendo os ponderadores iguais às percentagens médias de cada um desses produtos extraídas de um barril de *crude*: gasolinas, 15 %, gasóleo, 22 %, *fuel*, 50 %.

Quadro II.24 – ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DOS PRODUTOS DO PETRÓLEO NOS UTILIZADORES

	Gasolinas (Super x 0.8 + Normal x 0.2)		Gasóleo		Fuel (1 % Enxofre)		Média ponderada ⁽¹⁾		Índice de preços no consumidor	Preço relativo	
	Índice	Variação %	Índice	Variação %	Índice	Variação %	Índice	Variação %		Índice	Variação %
1973 ...	100.0	—	100.0	—	100.0	—	100.0	—	100.0	100.0	—
1974 ...	165.2	65.20	150.0	50.00	164.6	64.60	159.7	59.74	127.9	124.9	24.86
1975 ...	184.3	11.56	166.7	11.13	200.0	21.51	184.4	15.44	154.1	119.7	-4.17
1976 ...	257.6	39.77	208.3	24.96	307.7	53.85	260.3	41.15	182.1	142.9	19.46
1977 ...	331.8	28.80	270.8	30.00	403.1	31.00	338.8	30.15	231.9	146.1	2.21
1978 ...	400.0	20.55	333.3	23.08	527.7	30.91	427.1	26.08	283.1	150.9	3.26
1979 ...	498.5	24.63	458.3	37.50	735.4	39.36	577.5	35.22	351.5	164.3	8.90
1980 ...	672.7	34.94	720.8	57.28	1 292.3	75.73	932.1	61.40	409.8	225.3	37.10
1981 ...	780.3	16.00	983.3	36.49	1 666.2	28.93	1 197.4	28.46	491.8	243.5	8.09
1982 ...	901.5	15.53	1 266.7	28.76	2 355.4	41.36	1 597.1	33.38	602.0	265.3	8.96
1983 ...	1 186.4	31.60	1 758.3	38.81	3 076.9	30.63	2 124.2	33.01	755.5	281.2	5.98

(1) Utilizaram-se os pesos de cada produto no valor das vendas totais no mercado interno em 1981: gasolinas, 26,4 %, gasóleo, 34,4 %, *fuel*, 39,2 %.

Quadro II.26 – “GRAU DE DISTORÇÃO” DA
ESTRUTURA DE PREÇOS DOS PRODUTOS
DO PETRÓLEO

	Gasolinas	Gasóleo	Fuel	Indicador do “Grau de Distorção”
Final de 1980 . . .	+9.7	-6.9	-2.8	6.5
Final de 1981 . . .	+6.9	-6.3	-0.6	4.6
Final de 1982 . . .	+5.7	-5.2	-0.5	3.8
Final de 1983 . . .	+5.0	-3.8	-1.2	3.3

Nota: Os três primeiros valores em cada linha correspondem à diferença (em percentagem) entre o vector normalizado dos preços de venda dos três produtos do petróleo e o vector normalizado dos correspondentes coeficientes de extração a partir de 1 barril de *crude*. O último valor de cada linha é a média dos módulos dos três primeiros.

No que concerne a energia eléctrica (Quadro II.27), é de salientar o crescimento do consumo final, que atingiu 5.7 por cento, em unidades físicas. Este crescimento é à primeira vista surpreendente, num ano de crescimento negativo do PIB; não é de excluir que o crescimento observado se deva, pelo menos em parte, ao Inverno rigoroso de 1983, mas a indisponibilidade de informação estatística sobre os sectores de destino — nomeadamente a distinção entre fins residenciais e fins industriais — não permite a verificação dessa hipótese. De qualquer forma, deve ter-se

Quadro II.27 – BALANÇO DA ENERGIA
ELÉCTRICA

	1982	1983
1. Produção (GWh)	14 131	16 755
Hídrica	6 864	8 011
Térmica	7 267	8 745
2. Importação (GWh)	3 369.5	2 372.9
(10 ⁶ Esc.)	17 673.0	11 983.0
3. Exportação (GWh)	400.9	1 057.3
(10 ⁶ Esc.)	2 134.0	5 420.0
4. Saldo das importações (GWh)	2 968.6	1 315.6
menos exportações (10 ⁶ Esc.)	15 539.0	6 563.0
5. Consumo (GWh)	17 099.6	18 070.6

Origem: EDP.

presente que a procura final de energia eléctrica apresenta em Portugal um crescimento tendencialmente superior à taxa de variação registada em 1983.

A melhoria das condições pluviométricas permitiu um acréscimo significativo na produção de electricidade de origem hídrica; como reflexo deste facto, melhorou o saldo das transacções de energia eléctrica com o exterior, tendo o défice sofrido uma redução de 15.5 milhões de contos em 1982 para 6.6 milhões de contos em 1983.

CAPÍTULO III

BALANÇA DE PAGAMENTOS

1. Introdução

O aspecto mais saliente da evolução da Balança de pagamentos portuguesa em 1983 foi a acentuada redução do défice das transacções correntes, o qual se cifrou em 1686 milhões de dólares, ou seja, uma di-

minuição de 48 por cento relativamente ao do ano anterior. Deste modo, o défice da Balança corrente representou, em 1983, 7.4 por cento do PIB, bastante menos, portanto, que os 13.4 por cento apurados em 1982, invertendo-se, assim, a tendência crescente verificada desde 1979. Todavia, tal percentagem con-

Quadro III.1 – BALANÇA DE PAGAMENTOS EXTERNOS
Principais componentes

Milhões de escudos

	1981			1982			1983 ^E		
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
1. Balança de transacções correntes	742 586	570 596	-171 990	937 805	688 506	-249 299	1 112 698	942 517	-170 181
Mercadorias (FOB) (1)	568 505	251 246	-317 259	704 680	327 106	-377 574	832 506	503 436	-329 070
Serviços e rendimentos	172 194	138 836	-33 358	229 950	143 225	-86 725	271 617	193 362	-78 255
Dos quais:									
Turismo	15 333	63 755	48 422	19 960	69 785	49 825	25 202	91 997	66 795
Transportes	47 116	38 565	-8 551	57 317	35 295	-22 022	63 832	44 107	-19 725
Rendimentos de capitais	70 190	9 195	-60 995	112 517	9 493	-103 024	132 534	14 313	-118 221
Transferências unilaterais	1 887	180 514	178 627	3 175	218 175	215 000	8 575	245 719	237 144
Das quais:									
Remessas de emigrantes			(175 126) -			(208 380)			(235 664)
2. Operações de capitais a médio e longo prazos	51 196	163 924	112 728	74 796	285 466	210 670	137 029	276 989	139 960
Sector público administrativo	5 479	37 723	32 244	8 189	58 822	50 633	28 541	102 964	74 423
Outros sectores	45 717	126 201	80 484	66 607	226 644	160 037	108 488	174 025	65 537
3. Balança básica (1. + 2.)	793 782	734 520	-59 262	1 012 601	973 972	-38 629	1 249 727	1 219 506	-30 221
4. Operações de capitais a curto prazo, erros e omissões e operações em desencontro			54 979			52 209			-56 189
5. Balança de operações não monetárias (3. + 4.)			-4 283			13 580			-86 410
6. Variação das disponibilidades líquidas das outras instituições monetárias [aumento (-)]			357			-2 822			-23 917
7. Balança de liquidações oficiais (5. + 6.)			-3 926			10 758			-110 327
8. Créditos externos ao Banco de Portugal			-1 878			-17 342			-7 769
9. Posição de reserva no FMI			-972			-1 086			1 147
10. Utilização de crédito do FMI			-3 321			-3 173			45 718
11. Atribuição de DSE			1 195			-			-
12. Variação das reservas cambiais oficiais líquidas [aumento (-)]			8 902			10 843			71 231
Banco de Portugal			6 803			7 272			75 874
Tesouro			2 099			3 571			-4 643

(1) Para 1981 e 1982, valores baseados nas Estatísticas do Comércio Externo do INE; para 1983, valores estimados.

Quadro III.2 – BALANÇA DE PAGAMENTOS EXTERNOS
Principais componentes

Milhões de dólares

	1981			1982			1983 ^E		
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
1. Balança de transacções correntes	12 092	9 240	-2 852	11 850	8 605	-3 245	10 158	8 472	-1 686
Mercadorias (FOB) ⁽¹⁾	9 283	4 088	-5 195	8 941	4 108	-4 833	7 637	4 553	-3 084
Serviços e rendimentos	2 779	2 235	-544	2 870	1 778	-1 092	2 447	1 714	-733
Dos quais:									
Turismo	247	1 024	777	248	857	609	229	810	581
Transportes	768	621	-147	728	446	-282	582	391	-191
Rendimentos de capitais	1 122	147	-975	1 390	121	-1 269	1 185	131	-1 054
Transferências unilaterais	30	2 917	2 887	39	2 719	2 680	74	2 205	2 131
Das quais:									
Remessas de emigrantes			(2 832)			(2 599)			(2 118)
2. Operações de capitais a médio e longo prazos	829	2 619	1 790	922	3 582	2 660	1 211	2 521	1 310
Sector público administrativo	89	593	504	100	735	635	256	848	592
Outros sectores	740	2 026	1 286	822	2 847	2 025	955	1 673	718
3. Balança básica (1. + 2.)	12 921	11 859	-1 062	12 772	12 187	-585	11 369	10 993	-376
4. Operações de capitais a curto prazo, erros e omissões e operações em desencontro			913			708			-500
5. Balança de operações não monetárias (3. + 4.)			-149			123			-876
6. Variação das disponibilidades líquidas das outras instituições monetárias [aumento (-)]			43			-15			-190
7. Balança de liquidações oficiais (5. + 6.)			-106			108			-1 066
8. Créditos externos ao Banco de Portugal			-28			-211			77
9. Posição de reserva no FMI			-17			-16			22
10. Utilização de crédito do FMI			-55			-43			366
11. Atribuição de DSE			22			-			-
12. Variação das reservas cambiais oficiais líquidas [aumento (-)]			184			162			601
Banco de Portugal			136			112			648
Tesouro			48			50			-47

(1) Para 1981 e 1982, valores baseados nas Estatísticas do Comércio Externo do INE; para 1983, valores estimados.

Quadro III.3 – VARIAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMPONENTES DA BALANÇA DE OPERAÇÕES NÃO MONETÁRIAS

Milhões de dólares

	1982	1983 ^E
Balança de transacções correntes	-393	+1 559
Balança comercial	+362	+1 749
Balança de serviços e rendimentos	-548	+359
Transferências unilaterais	-207	-549
Balança de capitais	+665	-2 558
Médio e longo prazos	+870	-1 350
Curto prazo ⁽¹⁾	-205	-1 208
Balança de operações não monetárias	+272	-999

(1) Inclui "Erros e omissões e operações em desencontro".

tinuou a situar-se, em 1983, acima dos valores correspondentes para as demais economias da OCDE.

A melhoria da Balança de operações correntes, em dólares, resultou, em grande parte, do comportamento da Balança comercial – em volume, as importações de mercadorias baixaram 7.6 por cento e as exportações expandiram-se 20.3 por cento – reforçado pela redução do défice de serviços e rendimentos. As remessas de emigrantes continuaram a evoluir desfavoravelmente em 1983.

Porém, o concomitante e forte decréscimo do excedente de operações de capitais – repartido de modo sensivelmente idêntico pelos movimentos de médio/longo e curto prazos – conduziu a um défice de 876

Quadro III.4 – BALANÇA DAS OPERAÇÕES NÃO MONETÁRIAS
Grandes agregados – trimestres

Milhões de dólares

	Balança comercial			Serviços e rendimentos	Transferências unilaterais	Balança de transações correntes	Operações de capitais a médio e longo prazos	Balança básica	Operações de capitais a curto prazo, erros e omissões e operações em desencontro	Balança de operações não monetárias
	Exportação	Importação	Saldo							
1981										
1.º trimestre . . .	1 017	2 454	-1 437	-165	658	-944	150	-794	257	-537
2.º trimestre . . .	1 065	2 473	-1 408	-115	674	-849	605	-244	550	306
3.º trimestre . . .	909	2 044	-1 135	-35	868	-302	555	253	154	407
4.º trimestre . . .	1 097	2 312	-1 215	-229	687	-757	480	-277	-48	-325
Total	4 088	9 283	-5 195	-544	2 887	-2 852	1 790	-1 062	913	-149
1982										
1.º trimestre . . .	1 022	2 438	-1 416	-228	600	-1 044	347	-697	418	-279
2.º trimestre . . .	1 024	2 387	-1 363	-400	606	-1 157	1 227	70	139	209
3.º trimestre . . .	939	2 197	-1 258	-80	823	-515	485	-30	167	137
4.º trimestre . . .	1 123	1 919	-796	-384	651	-529	601	72	16	56
Total	4 108	8 941	-4 833	-1 092	2 680	-3 245	2 660	-585	708	123
1983										
1.º trimestre . . .	1 141	2 209	-1 068	-228	530	-766	560	-206	-90	-296
2.º trimestre . . .	1 176	2 018	-842	-277	472	-647	329	-318	-223	-541
3.º trimestre . . .	1 059	1 647	-588	-28	634	18	114	132	-254	-122
4.º trimestre . . .	1 177	1 763	-586	-200	495	-291	307	16	67	83
Total	4 553	7 637	-3 084	-733	2 131	-1 686	1 310	-376	-500	-876

milhões de dólares na Balança de operações não monetárias, contrastando com o excedente de 123 milhões de dólares contabilizados em 1982.

Em consequência da contracção do saldo negativo das transações correntes e da alteração do padrão

do seu financiamento, assistiu-se, por um lado, a uma clara desaceleração da dívida externa portuguesa, cujo montante atingiu 14.4 biliões de dólares no final de 1983 (+5.1 por cento que em 1982) e, por outro, a uma quebra das reservas cambiais.

Quadro III.5 – RELAÇÕES EXTERNAS DE ALGUNS PAÍSES
Défices das Balanças Comerciais e de Transações Correntes

Biliões de dólares

	1981					1982				
	Balança comercial (1)		Balança de transações correntes		Invisíveis Bal. com. x 100	Balança comercial (1)		Balança de transações correntes		Invisíveis Bal. com. x 100
	Défice	% do PIB	Défice	% do PIB		Défice	% do PIB	Défice	% do PIB	
Países mediterrânicos										
Portugal	5.2	20.7	2.8	11.7	46.2	4.8	19.5	3.2	13.4	33.3
Espanha	10.0	5.4	4.8	2.6	52.0	9.3	5.1	4.2	2.3	54.8
Grécia	5.4	14.6	2.4	6.5	55.6	4.8	14.7	1.9	4.9	60.4
Turquia	3.3	6.1	2.1	3.9	36.4	2.2	3.8	1.2	2.1	45.5
Outros países										
Áustria	4.2	6.3	1.4	2.1	66.6	3.0	4.2	-0.5	-0.7	116.6
Bélgica	2.8	2.9	4.0	4.1	-42.9	2.0	2.3	2.7	3.1	-35.0
Dinamarca	0.9	1.6	1.8	3.1	-100.0	2.3	11.5	0.8	4.0	-65.2
Irlanda	2.2	13.2	2.1	12.6	4.5	1.1	6.4	1.3	7.6	-18.2
1983										
Países mediterrânicos										
Portugal	3.1	14.1	1.7	7.4	45.2					
Espanha	8.0	4.9	3.7	2.3	53.7					
Grécia	4.2	12.0	2.0	5.7	52.3					
Turquia	2.2	4.3	1.5	2.9	31.8					
Outros países										
Áustria	2.7	3.2	-0.5	-0.6	118.5					
Bélgica	0.0	0.0	1.0	1.2	-					
Dinamarca	-0.5	-0.9	1.0	1.8	-					
Irlanda	0.0	0.0	0.5	2.1	-					

(1) FOB.

Origem: OCDE, *Economic Outlook*, Dezembro, 1983.

2. Balança de Transacções Correntes

2.1 Comércio Externo

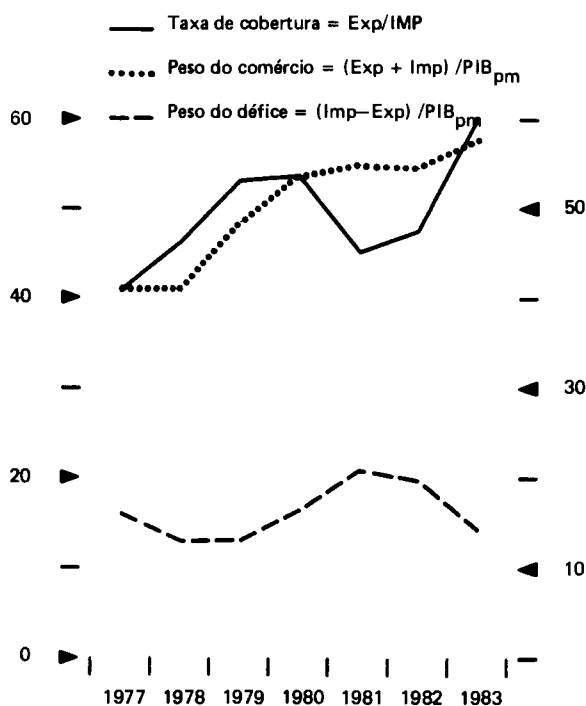
2.1.1 Balança comercial⁽¹⁾

De acordo com as estimativas utilizadas, o défice do comércio alfandegário (fob) atingiu, em 1983, 322.5 milhões de contos (3020 milhões de dólares), traduzindo uma redução de 10.9 por cento em relação ao ano anterior.

A diminuição do défice em escudos deveu-se a um aumento das exportações (53.2 por cento) muito superior ao das importações (19.4 por cento); em consequência, a taxa de cobertura elevou-se substancialmente, passando de 47.3 por cento, em 1982, para 60.7 por cento, em 1983. Por outro lado, verificou-se uma descida do peso do défice comercial no PIB_{pm} (14.1 por cento após 19.5 por cento, em 1982) e a ponderação do comércio externo no PIB_{pm} subiu (57.6 por cento em 1983, contra 54.5 em 1982).

As razões de troca registaram uma pequena deterioração (-1.7 por cento) ainda que superior à de 1982 (-0.7 por cento), uma vez que o aumento do preço médio das importações foi ligeiramente superior ao das exportações (28.9 e 26.8 por cento, res-

Gráfico III.1 — INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERNO⁽¹⁾ (em %)



(1) Valores fob.

Quadro III.6 — COMÉRCIO EXTERNO, (FOB)⁽¹⁾

Milhões de escudos

	Importações	Exportações	Saldos
1981	555 884	250 608	-305 276
1982	687 006	324 971	-362 035
1983 ^E	820 523	498 016	-322 507

(1) A partir dos valores alfandegários.
Origem: INE.

(1) Os dados de base para a análise do comércio externo são os apuramentos alfandegários que fornecem valores CIF para as importações e fob para as exportações. As diferenças entre estes números e os apresentados na Balança de pagamentos advêm de, por um lado, na balança se incluem as operações realizadas no âmbito do comércio governamental e as transacções de energia eléctrica e, por outro, de se operar a passagem das importações a valores FOB (através da subtracção dos montantes relativos a fretes e seguros de mercadorias, que, na parte imputada a não residentes, origina débitos nas respectivas balanças) e de se deduzir às exportações os fornecimentos à navegação (cujo valor é contabilizado na conta de "Outros transportes").

pectivamente)⁽¹⁾. A conjuntura externa, caracterizada por subidas dos preços dos produtos alimentares e das matérias-primas agrícolas — em particular dos cereais e das oleaginosas, produtos com maior peso nas nossas importações — explica aquela evolução.

Apesar de erosão das razões de troca, o aumento das exportações, em termos físicos, implicou que, em 1983, a capacidade de importar relativamente aos volumes exportados tivesse melhorado 18.3 por cento em relação ao ano anterior.

A redução do défice comercial em 39.5 milhões de contos ficou a dever-se, exclusivamente, aos volumes transaccionados (em 118.2 milhões), tendo as razões de troca e os preços actuado no sentido de acréscimo do défice em 8.4 e 70.2 milhões de contos, respectivamente. A melhoria verificada na Balança comercial é totalmente imputável aos "Outros produtos" (em que predominam os manufacturados) pois houve um agravamento tanto no saldo dos combustíveis como no

(1) Dado que o peso do dólar é maior nas importações do que nas exportações portuguesas, a forte desvalorização do escudo em relação a essa moeda explica que as razões de troca calculadas em divisas tenham tido uma evolução favorável (+1.4 por cento).

Quadro III.7 – RAZÕES DE TROCA

Base: 1973 = 100

	1981	1982	1983 ^E
Razões de troca (1)	75.6	75.1	73.8
Capacidade de importar em relação aos volumes exportados (2) . . .	104.0	114.4	135.3

(1) $\frac{\text{Índice dos valores unitários médios das exportações}}{\text{Índice dos valores unitários médios das importações}} \times 100$

(2) $\frac{\text{Índice dos valores unitários médios das exportações}}{\text{Índice dos valores unitários médios das importações}} \times \frac{\text{Índice dos volumes exportados}}{\text{Índice dos volumes importados}}$

Origem: Cálculos efectuados com base em elementos fornecidos pelo Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Comércio Externo.

dos produtos agrícolas, em ambos os casos devido à evolução desfavorável dos preços e razões de troca.

No tocante aos volumes transaccionados, verifica-se que todos os grupos de produtos concorreram para a redução dos saldos negativos, em especial os “Outros produtos” (67.9 por cento).

As transacções de electricidade, que embora não incluídas no comércio alfandegário fazem parte da Balança comercial, passaram a ter importância no conjunto das importações portuguesas nos últimos quatro anos. Em 1983 verificou-se uma quebra nas importações de energia (–29.6 por cento, em termos de unidades físicas), porquanto, para além da continuação do crescimento da produção de energia hídrica, se registou um forte aumento da produção de energia térmica. Dado que o preço médio, em escudos, baixou em 1983 (–3.6 por cento), a descida das compras em escudos, foi ainda mais acentuada (–32.2 por cento).

Quadro III.8 – COMPONENTES DA VARIAÇÃO DO DÉFICE COMERCIAL (1)(2)

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^E
Déficit comercial			
Variação total	105 709	56 759	–39 528
Volume	38 272	7 386	–118 234
Razões de troca	22 636	–2 966	8 454
Preços	44 801	52 339	70 252
Déficit de “Combustíveis minerais”			
Variação total	27 728	56 649	26 638
Volume	–10 285	27 554	–19 574
Preços + razões de troca (3)	38 013	29 095	46 212
Déficit dos “Produtos agrícolas e derivados”			
Variação total	30 091	1 843	2 200
Volume	10 618	4 908	–18 327
Preços + razões de troca (3)	19 473	–3 065	20 527
Déficit de “Outros produtos”			
Variação total	47 890	–1 733	–68 366
Volume	37 939	–25 076	–80 333
Preços + razões de troca (3)	9 951	23 343	11 967

(1) Valores FOB; acréscimos do déficit (+) e diminuições do déficit (–).

(2) Na ausência de uma metodologia geralmente aceite para medir o impacto dos termos de troca, utilizou-se neste quadro a formulação utilizada pela OCDE para avaliar o seu efeito no rendimento (cf., *Economic Outlook*, Dezembro, 1981, p. 160), sendo a restante variação, excluindo a devida à alteração dos volumes transaccionados, atribuída à modificação geral dos preços.

(3) Como a aplicação a nível desagregado da metodologia indicada em (2) não asseguraria que a soma das parcelas referentes a razões de troca e preços fosse coincidente com os respectivos valores globais, e porque tal procedimento não teria adequado suporte teórico, apresenta-se num único agregado, por grupos de produtos, o efeito total associado àquelas causas.

Origem: Cálculos efectuados no Banco de Portugal com base em estimativas referentes à evolução dos preços médios efectuadas pelo Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Comércio Externo.

Quadro III.9 – TRANSACÇÕES DE ELECTRICIDADE

	Milhões de escudos		Milhões de dólares		GWH	
	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.
1978	261	250	6	6	162	469
1979	838	769	16	16	931	1 134
1980	5 916	1 251	116	26	2 346	518
1981	12 622	638	206	8	3 200	140
1982	17 674	2 135	218	28	3 370	401
1983	11 983	5 420	114	50	2 373	1 067

Origem: Electricidade de Portugal (EDP).

2.1.2 Importações

2.1.2.1 Evolução global

As importações alfandegárias terão atingido, em 1983, cerca de 820.5 milhões de contos (fob), ou seja um aumento de 19.4 por cento em relação a 1982. Esta evolução deveu-se exclusivamente à aceleração do ritmo de crescimento do preço médio em escudos (28.9 por cento em 1983, 17.3 por cento em 1982) tendo as importações, em volume, registado uma queda (–7.6 por cento, após uma expansão de 5.5 por cento em 1982).

A diminuição das importações em volume está associada à descida do nível de actividade da economia

**Quadro III.10 — IMPORTAÇÕES DE
MERCADORIAS
Taxas de crescimento**

Em percentagem			
	1981	1982	1983 ^E
Índices (em escudos)			
Volume	5.8	5.5	-7.6
Valor médio	21.1	17.3	28.9
Valor	28.1	23.8	19.1
Índices de preços (em dólares)			
Importações portuguesas	-1.5	-9.1	-7.5
Exportações dos países industrializados	-3.6	-3.4	-3.2

Origem: INE, Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Comércio Externo e FMI, *International Financial Statistics*.

nacional — sobretudo no 2.º semestre de 1983 — e, à desvalorização de 12 por cento do escudo, em Junho, integrada nesse conjunto de medidas. Aquela quebra incidu sobre todas as categorias de produtos à excepção das relacionadas com as exportações (sementes de oleaginosas e óleos vegetais, peles e couros, fibras e fios têxteis, máquinas para a indústria de papel).

A subida de 28.9 por cento do preço médio das importações, em escudos, é explicada pela evolução da taxa de câmbio efectiva ponderada pelas importações (+26.8 por cento, em 1983, contra +14.7 por cento, em 1982, reflexo da forte apreciação do dólar em relação ao escudo (39.4 por cento) e do peso preponderante das importações portuguesas expressas nessa moeda; a subida dos preços na origem atenuou-se (+1.7 por cento em 1983, +2.3 por cento em 1982).

A descida das cotações dos combustíveis minerais (-12.1 por cento), que representaram cerca de 27 por cento das nossas importações totais, explica, em grande parte, que o preço médio das importações, calculado em dólares, tenha baixado bastante mais que os preços das exportações dos países industrializados

(-7.5 por cento contra -3.2 por cento). Estes últimos baixaram ligeiramente menos do que em 1982, traduzindo a inversão da tendência decrescente dos preços dos produtos de base (à excepção do petróleo), a qual se sobrepôs à continuação da descida dos preços dos produtos manufacturados.

Deve ainda referir-se que, no decurso de 1983, foram aprovados vários diplomas com incidência nas importações, dos quais se devem salientar: elevação para 30 por cento do nível da sobretaxa de importação (Dec.-Lei n.º 54/83, de 1 de Fevereiro); definição do regime geral de origem das mercadorias para efeitos de medidas relativas à importação, exportação e emissão de certificados de origem (Dec.-Lei n.º 107/83, de 19 de Fevereiro); isenção de direitos à importação avulsa de bens de equipamento (Dec.-Lei n.º 133/83, de 18 de Março); concessão de tolerância de 10 por cento na importação de mercadorias contingentadas (Despacho do Secretário de Estado da Exportação de 5 de Abril); estabelecimento do regime de contingentação de importações para o período que decorre de 1 de Abril de 1983 a 31 de Março de 1984 (Portaria n.º 673-A/83, de 9 de Junho, rectificada pela Declaração de 24 de Agosto).

2.1.2.2 Composição das importações

Em geral, apenas em relação aos produtos relacionados com a expansão das exportações se verificou, como se referiu, um aumento em volume das importações: sementes de oleaginosas e óleos vegetais (crescimento de 16.3 por cento associado ao aumento da exportação das indústrias refinadoras), peles e couros (+11.6 por cento devido à expansão das exportações de calçado), fibras e fios (3.4 e 1.9 por cento, respectivamente, em relação com o crescimento das exportações de tecidos).

Para os restantes produtos, registou-se um decréscimo mais ou menos acentuado das importações, a reflectir a retracção da procura interna nomeadamente do consumo privado — quebra nas importações de electrodomésticos de 37.2 por cento e nas importações de veículos automóveis de 22.2 por cento — e do investimento — as importações de máquinas des-

Quadro III.11 – IMPORTAÇÕES

Evolução por grupos de produtos

	Milhões de escudos (CIF)			Variação (%)						Estrutura (%)		
	1981 ⁽¹⁾	1982 ⁽¹⁾	1983 ^E (2)	Valor		Volume		Preço		1981	1982	1983 ^E
				1982/81	1983 ^E /82	1982/81	1983 ^E /82 ⁽³⁾	1982/81	1983 ^E /82			
1. Produtos agrícolas	97 797	107 886	131 332	10.3	21.7	6.9	-10.2	3.2	35.5	16.1	14.3	14.6
2. Produtos minerais	154 052	209 776	249 701	36.2	19.0	14.7	-5.4	18.7	25.9	25.3	27.8	27.8
3. Produtos químicos	69 714	81 897	104 780	17.5	27.9	-1.6	-3.0	19.4	31.8	11.4	10.9	11.7
4. Peles, couro, madeira e papel	20 034	22 905	26 504	14.3	15.7	-4.8	-6.7	20.1	24.0	3.3	3.1	3.0
5. Têxteis	38 354	45 950	59 940	19.8	30.4	3.0	0.0	16.3	30.0	6.3	6.1	6.7
6. Metais e produtos metálicos	42 622	55 142	57 227	29.4	3.8	9.3	-19.6	18.4	29.1	7.0	7.3	6.4
7. Máquinas	104 194	133 469	143 016	28.1	7.1	1.2	-17.2	26.6	29.3	17.1	17.7	15.9
8. Material de transporte terrestre	51 970	62 604	62 382	20.5	-0.3	4.4	-19.5	15.4	24.6	8.5	8.3	6.9
9. Diversos	21 237	28 873	34 274	36.0	18.7	11.6	-5.9	21.9	26.2	3.5	3.8	3.8
Total sem diamantes, aeronaves e navios	599 974	748 502	869 156	24.8	16.1	6.4	-9.9	17.3	28.9	98.5	99.3	96.7
10. Aeronaves e navios	4 178	1 844	23 681	-55.6	1 128.4	-	-	-	-	0.7	0.2	2.6
11. Diamantes	4 862	3 635	5 551	-25.2	15.1	-	-	-	-	0.8	0.5	0.6
Total da importação	609 014	753 981	898 388	23.8	19.1	5.5	-7.6	17.3	28.9	100.0	100.0	100.0

(1) Valores definitivos.

(2) Valores resultantes da aplicação da estrutura da 1.^a versão do INE à estimativa elaborada no Banco de Portugal para o valor global das importações.

(3) Por aplicação dos deflacionadores estimados pelo Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Comércio Externo.

Origem: Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Comércio Externo.

ceram 17.2 por cento, percentagem que se elevaria a 22.3 por cento se não estivessem incluídas as compras de motores para os novos aviões da TAP e as máquinas para a indústria de papel também virada para a exportação.

As importações de “Produtos agrícolas” apresentaram um decréscimo de 10.2 por cento, em volume, atribuível a todos os produtos desse grupo (à excepção das já referidas sementes de oleaginosas e óleos), em particular no que se refere às compras das empresas do Sector público, para as quais se atribuíram *plafonds* mais baixos (com particular incidência nos cereais, que representam 46 por cento do total de produtos agrícolas importados e em que se utilizaram *stocks* acumulados) e se subutilizaram, por vezes substancialmente, os contingentes fixados (caso das carnes e lacticínios).

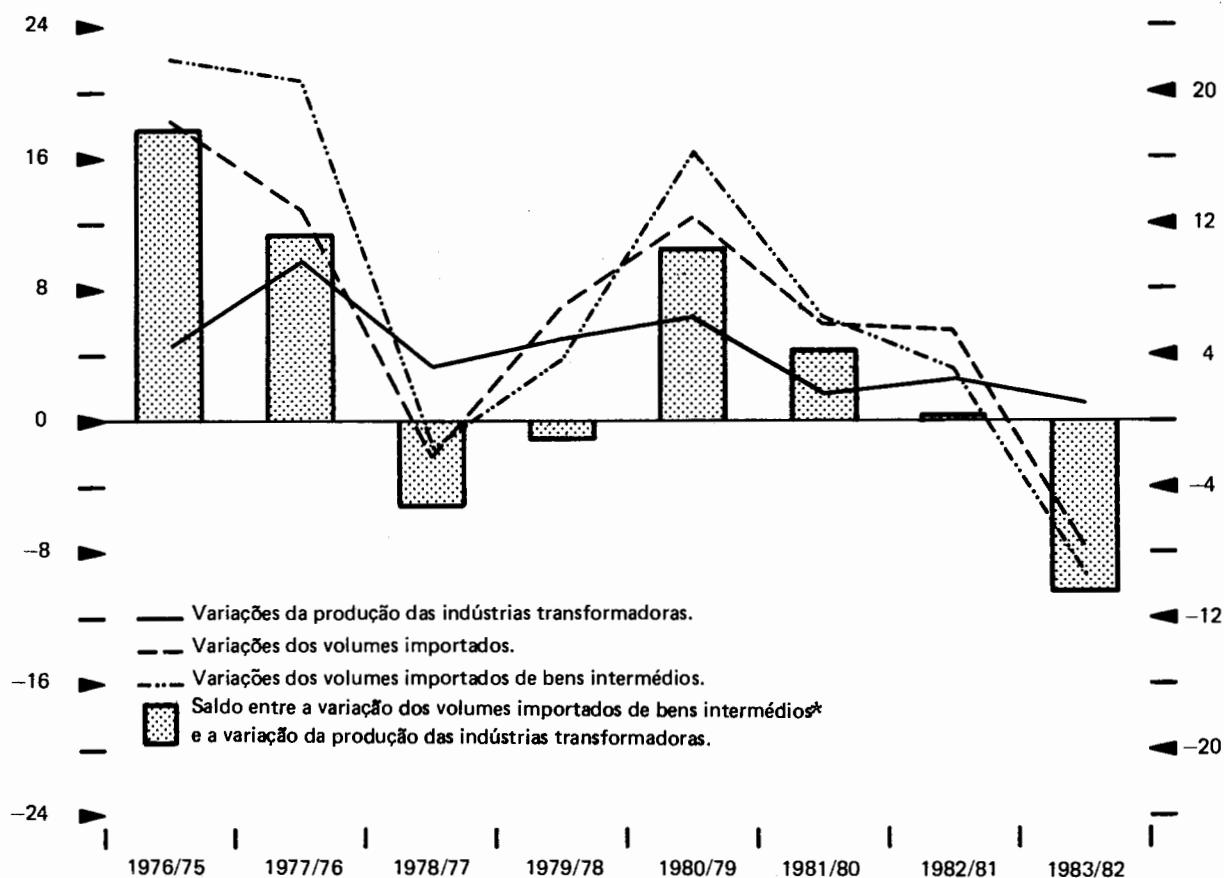
As importações de “Produtos minerais” baixaram 5.4 por cento: as importações de refinados desceram 7 por cento, devido à diminuição das importações de nafta química, matéria-prima utilizada na indústria

petroquímica e as importações de petróleo bruto diminuíram 4 por cento.

As aquisições de bens intermediários registaram um decréscimo de 9.4 por cento que, quando comparado com o ritmo de variação da produção na actividade industrial (+1 por cento), traduz uma erosão de *stocks* daqueles bens em 1983.

O aumento de 28.9 por cento do preço médio das importações reflecte, por um lado, a forte depreciação do escudo em relação às principais moedas e uma (ligeira) subida das cotações internacionais — expressas em dólares — das matérias-primas agrícolas e dos produtos alimentares (entre os quais é de salientar as oleaginosas e os cereais, dada a sua relevância nas nossas importações) e por outro, a descida dos preços do petróleo. À excepção da acentuada subida dos preços dos produtos agrícolas (35.5 por cento), os preços dos restantes grupos de produtos tiveram uma evolução que não se afastou da média dos produtos importados.

Gráfico III.2 – VARIAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E DA PRODUÇÃO
DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS⁽¹⁾
Variações anuais em percentagem



* Valores negativos traduzem erosão de *stocks*; valores positivos reflectem acumulação de *stocks*.

(1) As variações relativas da produção das indústrias transformadoras baseiam-se, até 1976, nos valores apurados pelo INE para o produto deste sector e, desde aí, nas estimativas realizadas no Banco de Portugal. Estas substituem com vantagem os movimentos do índice de produção das indústrias transformadoras que, nos anos mais recentes e por deficiências de natureza estatística, vinham sobrevalorizando notoriamente os ritmos de crescimento do produto industrial.

2.1.3 Exportações

2.1.3.1 Evolução global

O dinamismo evidenciado pelas exportações portuguesas em 1982 (+29.1 por cento em escudos) intensificou-se em 1983 (crescimento de 52.6 por cento). Esta aceleração resultou de uma subida do preço médio unitário de 26.8 por cento (16.5 por cento, em 1982) e de uma expansão em volume de 20.3 por cento (10.8 por cento no ano anterior).

Como a taxa de câmbio efectiva ponderada pelas exportações desceu 20 por cento, a evolução dos preços, em divisas, foi de +1.4 por cento; no entanto,

em dólares, os preços registaram uma queda de 9 por cento ou seja, mais 3.9 pontos percentuais do que os preços das importações dos países industrializados (praticamente a mesma diferença do que no ano anterior).

Os preços das exportações portuguesas, expresso em moeda nacional, continuaram a acelerar (+16.5 por cento, em 1982, +26.8 por cento, em 1983) traduzindo, fundamentalmente, os efeitos da desvalorização do escudo.

**Quadro III.12 – EXPORTAÇÕES DE
MERCADORIAS**
Taxas de crescimento

Em percentagem			
	1981	1982	1983 ^E
Índices (em escudos)			
Volume	-2.1	10.8	20.3
Valor médio	13.3	16.5	26.8
Valor	10.9	29.1	52.6
Índices de preços (em dólares)			
Exportações portuguesas	-7.8	-9.8	-9.0
Importações dos países industrializados	-2.8	-5.3	-5.2

Origem: INE, Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Comércio Externo e FMI, *International Financial Statistics*.

O significativo aumento do volume exportado deve ser explicado, em grande parte, pela retracção da procura doméstica e melhoria dos preços relativos que incitaram as empresas nacionais a privilegiarem mais os mercados externos. A mudança de direcção foi facilitada pela recuperação nas economias industrializadas e pela melhoria da competitividade externa portuguesa proporcionada pela política cambial seguida – que conduziu a acentuados ganhos de quotas de mercado.

2.1.3.2 Composição das exportações

O crescimento, em volume, das exportações foi generalizado a todos os grupos de produtos. Embora continue a verificar-se grande concentração nos produtos tradicionais, as exportações de alguns destes aumentaram pouco, em 1983, o que pode estar associado a uma certa saturação nos mercados de destino (caso do vinho e das conservas de peixe) ou devido a limitações da oferta (caso da cortiça). As exportações têxteis, fundamentais para a nossa economia, revelaram uma expansão considerável (+12.8 por cento), embora continue a manifestar-se a incidência negativa dos contingentes decorrente de acordos de auto-limitação de têxteis. As exportações de têxteis, que para o conjunto da CEE subiram, em volume, 15 por cento, aumentaram muito mais para os produtos livres (25.1 por cento) do que para os produtos contingentados (7.5 por cento).

Em 1983 acentuou-se a tendência observada nos últimos anos para a diversificação das exportações, com um maior peso dos metais e produtos metálicos e de produtos novos, como os “Novos produtos químicos” e produtos ligados à indústria automóvel.

As taxas de crescimento mais elevadas registaram-se nos “Produtos minerais e suas obras” (48.8 por cento), “Couros e calçado” (25.4 por cento), “Metais e produtos metálicos” (28.1 por cento), “Máquinas”

Quadro III.13 – EXPORTAÇÕES
Evolução por grupos de produtos

Milhões de escudos				Variação (%)						Estrutura (%)			
				Valor		Volume		Preço					
				1981 ⁽¹⁾	1982 ⁽¹⁾	1983 ^{E(2)}					1981	1982	1983 ^E
				1982/81	1983/82	1982 ^E /81	1983 ^E /82 ⁽³⁾	1982/81	1983 ^E /82				
1.	Produtos agrícolas e alimentares .	30 054	38 300	58 571	27,4	52,9	6,1	17,3	20,1	30,3	11,7	11,5	11,6
2.	Produtos minerais e s/ obras . . .	28 957	26 484	45 713	-8,5	72,6	-23,7	48,8	19,9	16,0	11,3	8,0	9,0
3.	Produtos químicos	14 006	18 676	25 467	33,3	36,4	28,4	8,7	3,8	25,5	5,4	5,6	5,0
4.	Produtos da madeira e da cortiça .	41 706	49 107	67 818	17,7	38,1	6,1	13,1	10,9	22,1	16,2	14,8	13,4
5.	Têxteis e vestuário	69 269	96 960	143 569	39,3	48,8	18,5	12,8	17,6	31,9	27,0	29,1	28,4
6.	Couros e calçado	10 954	14 030	23 428	28,1	67,0	9,0	25,4	17,5	33,2	4,3	4,2	4,6
7.	Metais e produtos metálicos	12 156	14 857	23 677	22,0	59,4	0,0	28,1	22,2	24,4	4,7	4,5	4,7
8.	Máquinas	24 090	34 034	57 970	41,3	70,3	17,8	34,7	19,9	26,4	9,4	10,3	11,4
9.	Diversos	9 128	13 277	21 377	45,4	61,0	23,9	32,7	17,4	21,3	3,6	4,0	4,2
10.1	Material de transporte terrestre . .	6 970	9 401	14 961	34,9	59,1	15,2	20,9	17,1	31,6	2,7	2,8	3,0
Total sem aeronaves, navios e													
diamantes													
		247 290	314 626	482 551	27,2	53,4	9,2	21,0	16,5	26,8	96,3	94,8	95,3
10.2	Aeronaves e navios	1 515	2 462	4 530	62,5	84,0	-	-	-	-	0,6	0,7	0,9
11.	Diamantes	6 212	4 882	4 326	-21,4	-11,4	-	-	-	-	2,4	1,5	0,8
12.	Novos produtos químicos	1 895	9 773	15 031	415,7	53,8	-	-	-	-	0,7	3,0	3,0
Total da exportação													
		256 912	331 743	506 277	29,1	52,6	10,8		16,5	26,8	100,0	100,0	100,0

(1) Valores definitivos.

(2) Valores resultantes da aplicação da estrutura da 1.^a versão do INE à estimativa elaborada no Banco Mundial para o valor global das exportações.

(3) Por aplicação dos deflacionadores estimados pelo Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção do Comércio Externo.

Origem: Serviço de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Comércio Externo.

(34.7 por cento) e "Material de transporte terrestre" (20.9 por cento).

2.1.3.3 Quotas de mercado nos países industrializados

Em 1983, e na continuação da tendência delineada desde 1978, apenas interrompida em 1981, as quotas de mercado portuguesas nos principais mercados mundiais recuperaram consideravelmente.

Com efeito, no mercado dos países industrializados, a participação das exportações nacionais foi superior, em 12.2 por cento, à verificada em 1982, alcançando Portugal uma posição semelhante à existente em 1974. Discriminando a análise pelos vários subgrupos de países, verifica-se que Portugal aumentou, em 1983, a sua quota de mercado na CEE (+17.4 por cento), EFTA (+7.1 por cento) e Japão (+8.1 por cento); no mercado norte-americano (EUA e Canadá) manteve-se a participação das exportações portuguesas.

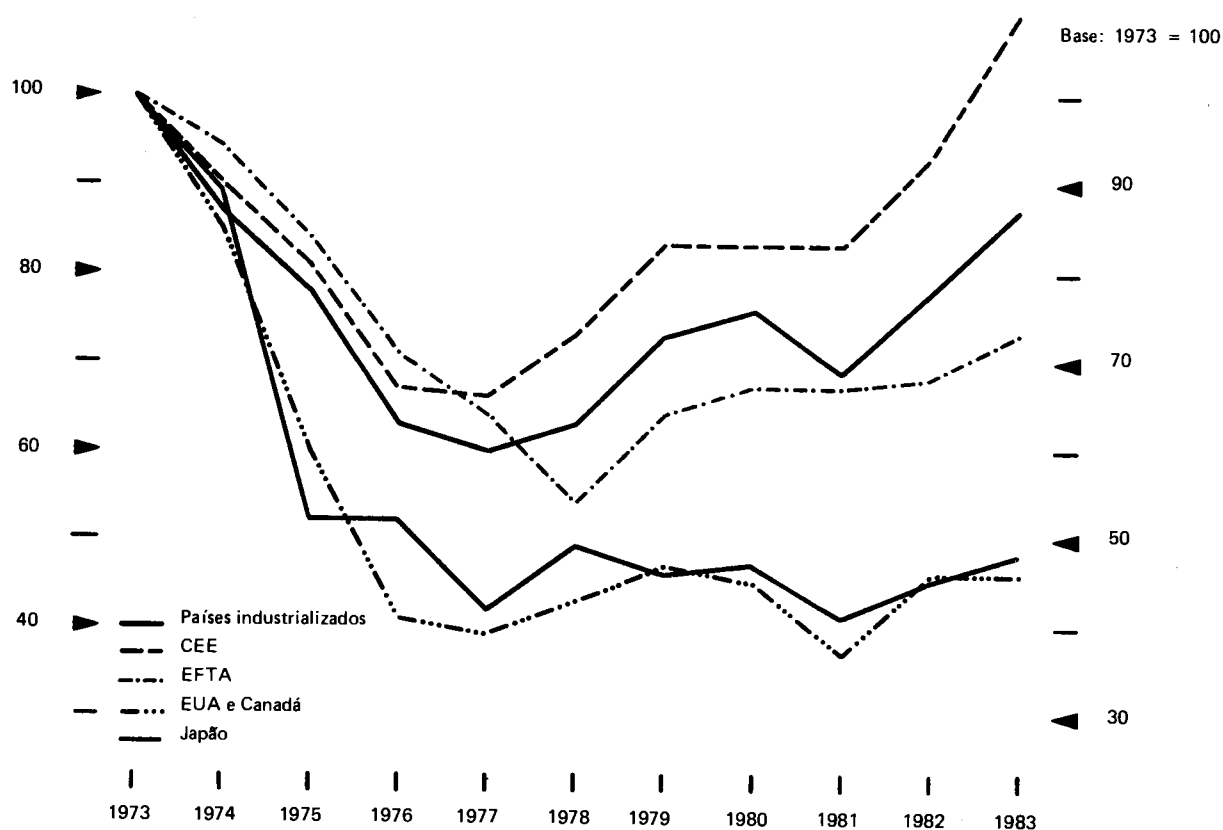
No que se refere à evolução das *market shares* portuguesas nas Comunidades Europeias, os valores regis-

tados em 1983 foram, pela primeira vez, superiores em 9 por cento aos do ano base (1973); nos outros principais mercados dos países industrializados, as quotas de mercado portuguesas ficaram ainda aquém dos valores atingidos em 1973 – 27 por cento (EFTA), 52 por cento (Japão) e 54 por cento (EUA e Canadá) – tendo ocorrido uma redução de 13 por cento na participação das exportações nacionais no mercado global dos países industrializados.

Nos três principais países de destino – Reino Unido, RFA e França – que, no seu conjunto, absorveram cerca de 45 por cento das exportações portuguesas em 1983 – o ganho mais substancial verificou-se no mercado francês (28.3 por cento), seguido do alemão (14 por cento) e do inglês (7.8 por cento). No Reino Unido, que continuou a ser o cliente mais importante para Portugal, a participação das exportações nacionais manteve-se inferior à registada em 1973 (–39 por cento), enquanto em França e na RFA as quotas de mercado portuguesas foram superiores em 133 e 54 por cento, respectivamente.

No que respeita aos outros países da CEE, é de salientar o forte aumento da nossa quota de mercado na

Gráfico III.3 – QUOTAS DE MERCADO PORTUGUESAS



Bélgica (37.5 por cento) e Grécia (27.3 por cento) e as subidas significativas na Holanda (20 por cento), Dinamarca (16.8 por cento) e Irlanda (13.6 por cento); ao invés, reduziu-se a participação das exportações portuguesas no mercado italiano (4.2 por cento). Na Grécia, Dinamarca e Irlanda a quota de mercado nacional é ainda inferior à apurada em 1973.

Portugal registou na EFTA um ganho de quota de 7.1 por cento que se distribuiu pelas melhorias verificadas na Noruega (21 por cento), Áustria (13 por cento), Finlândia (7.1 por cento), Suécia (6.2 por cento) e Suíça (3.8 por cento); contudo, apenas na Noruega se ultrapassou o valor de 1973.

No mercado espanhol, a posição de Portugal aumentou 23.7 por cento em relação ao ano anterior, encontrando-se 29 por cento acima dos níveis obtidos no ano base.

Nos mercados situados fora da Europa, onde a participação das exportações portuguesas continuou a ser pouco significativa, Portugal aumentou as suas quotas no total das importações canadianas (+9.4 por cento) e japonesas (+8.1 por cento) reduzindo a sua participação no mercado dos EUA (-9.1 por cento); em qualquer destes mercados, a parcela portuguesa foi, em 1983, inferior à de 1973.

Em termos da evolução relativa da participação das exportações nacionais no mercado dos países industrializados, e perante os países não industrializados da Europa Mediterrânica, Portugal melhorou, de 1982 para 1983, a sua posição relativa em cerca de 1 por cento. Assim, Portugal aumentou a sua participação frente à da Roménia (5 por cento), Grécia (3.6 por cento) e Turquia (1 por cento) tendo-a reduzido perante a da Jugoslávia (-4 por cento). Em relação à Espanha, Itália e Irlanda (três dos mais importantes concorrentes comerciais europeus) Portugal melhorou a sua posição relativa em 21.6, 8.4 e 6.1 por cento, respectivamente, encontrando-se, no entanto, e em qualquer dos casos, abaixo da posição detida em 1973. Foi, no entanto, frente aos países exportadores de petróleo (em vias de desenvolvimento), que Portugal obteve os ganhos mais significativos (39.1 por cento) — em virtude da continuada descida dos preços do petróleo e redução da dependência energética por parte dos países industrializados; o nível agora atingido é cerca de 36 por cento inferior à posição detida em 1973. Perante os outros países em vias de desenvolvimento, o ganho português foi de 6.9 por cento em relação ao ano anterior, mantendo-se a quota de mercado relativa a um nível significativamente inferior ao verificado em 1973; frente aos principais países concorrentes deste grupo, Portugal apenas melhorou a sua posição nos países industriali-

Quadro III.14 — PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS NO MERCADO DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS⁽¹⁾

1973 = 100

	1981	1982	1983 ⁽²⁾
Portugal	69	78	87
Portugal perante:			
os países não industrializados da Europa Mediterrânica .	91	103	104
Grécia	70	84	87
Jugoslávia	123	126	121
Roménia	73	100	105
Turquia	100	98	99
Espanha	71	74	90
Irlanda	63	66	70
Itália	78	83	90
os países exportadores de petróleo (em vias de desenvolvimento)	34	46	64
os outros países em vias de desenvolvimento	66	73	78
Brasil	77	82	85
Hong-Kong	61	66	66
Israel	59	67	76
República da Coreia	46	47	47
Singapura	41	43	35

(1) Os números da linha "Portugal" representam a evolução, em termos de índice, da quota-parte das exportações no mercado (importações totais dos países industrializados). A seguir, a fim de se determinar a posição de Portugal face a outros países considerados em conjunto e isoladamente, comparou-se a evolução do índice acima construído com índices elaborados de igual modo para cada uma destas economias.

Assim, e relativamente aos diferentes anos, se o novo índice for 100 isso significa que o país em análise teve uma evolução no mercado igual à de Portugal. Se a erosão da situação portuguesa é mais acentuada o índice surge inferior a 100, resultando superior no caso contrário, isto é, quando a deterioração da parte de mercado desse país é mais nítida que a de Portugal. Saliente-se ainda que se o índice que caracteriza cada país for, em qualquer ano, igual ao índice da linha "Portugal" nesse ano, então tal país manteve a sua parcela de mercado nos países industrializados face ao ano base; daí que índices inferiores traduzam melhoria do poder de penetração e índices superiores uma perda de *market share*.

(2) À excepção de Portugal, Espanha, Israel e Singapura, os dados de 1983 referem-se apenas ao período Janeiro/Setembro.

Origem: FMI, *Direction of Trade Statistics*.

zados, em relação ao Brasil (3.7 por cento) e Israel (13.4 por cento).

Com o intuito de fomentar as exportações nacionais foram tomadas, em 1983, várias medidas legislativas, tais como: concessão de benefícios adicionais às empresas titulares da "Carta do Exportador", de tipo I ou de tipo II, para as operações de crédito com vista ao financiamento de capital circulante para a execução de planos de exportação (Portaria n.º 235/83, de 2 de Março); definição de normas gerais das operações de crédito às exportações relativas à bonificação imediata de juros (Instrução B-1514.4.1, do Banco de Portugal, de 21 de Março); atribuição ao

Ministério da Indústria e Energia da incumbência de promover as acções conducentes ao relançamento e aprofundamento da campanha "Comprar Português" (Resolução n.º 61/83, de 6 de Dezembro); criação de mecanismos de selecção e apoio a projectos de agrupamento para exportação, apresentados por pequenas e médias empresas industriais, bem como, o estabelecimento de formas práticas de colaboração entre o IAPMEI e o Instituto do Comércio Externo (Resolução n.º 60/83, de 15 de Dezembro); e prorrogação, até 31 de Dezembro de 1984, da vigência das disposições do Dec.-Lei n.º 408/80, de 26 de Setembro, que estabelece normas relativas ao regime de incentivos fiscais à exportação a conceder durante os anos de 1981 e 1982 às empresas dos grupos A e B da contribuição industrial, com a redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 492/82, de 31 de Dezembro (Portaria n.º 1079/83, de 31 de Dezembro).

2.1.4 Distribuição geográfica

A estrutura da repartição geográfica do comércio externo não sofreu alterações sensíveis em 1983: o conjunto dos países da CEE, EFTA e EUA absorveu 75.6 por cento das vendas de Portugal ao exterior (contra 75.7 por cento, em 1982) e forneceu 59.5 por cento do montante total importado (58.4 por cento no ano anterior). Reforçou-se, assim, a concentração do comércio externo, na sequência do ocorrido no ano anterior: o peso dos fluxos de mercadorias com esses parceiros comerciais aumentou de 63.7 por cento para 65.3 por cento. Para esta subida contribuíram a CEE e os EUA com ponderações no total que passaram de 45.9 e 9.4 por cento para 46.5 e 11.2 por cento, respectivamente, tendo-se reduzido a parcela da EFTA (de 8.4 por cento para 7.6 por cento).

Quadro III.15 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO EXTERNO

	Exportações					
	1981		1982		1983 ⁽¹⁾	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CEE	137 831	53.7	190 220	57.3	297 230	58.9
EFTA	34 371	13.4	40 471	12.2	53 897	10.7
EUA	13 405	5.2	20 445	6.2	30 328	6.0
Países europeus de economia planificada	5 179	2.0	6 847	2.1	8 773	1.7
Novos países de expressão oficial portuguesa	19 380	7.5	16 464	5.0	22 555	4.5
Outros	46 746	18.2	57 296	17.3	91 930	18.2
Total	256 912	100.0	331 743	100.0	504 713	100.0

	Importações (CIF)					
	1981		1982		1983 ⁽¹⁾	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CEE	233 539	38.3	308 265	40.9	349 676	39.5
EFTA	41 385	6.8	50 724	6.7	51 630	5.8
EUA	72 865	12.0	81 506	10.8	125 667	14.2
Países europeus de economia planificada	16 829	2.8	10 016	1.3	13 545	1.5
Novos países de expressão oficial portuguesa	2 572	0.4	3 390	0.4	4 105	0.5
Outros	241 829	39.7	300 080	39.8	341 081	38.5
Total	609 014	100.0	753 981	100.0	885 704	100.0

	Saldo					
	1981		1982		1983 ⁽¹⁾	
	Valor	TC %	Valor	TC %	Valor	TC %
CEE	-95 708	59.0	-118 045	61.7	-52 446	85.0
EFTA	-7 014	83.0	-10 253	79.8	2 267	104.0
EUA	-59 460	18.4	-61 061	25.1	-95 339	24.1
Países europeus de economia planificada	-11 615	30.8	-3 169	68.4	-4 772	64.8
Novos países de expressão oficial portuguesa	16 808	753.5	13 074	485.7	18 450	549.5
Outros	195 083	19.3	-242 784	19.1	-249 151	19.0
Total	-352 102	42.2	-422 238	44.0	-380 991	51.0

(1) Os valores para a distribuição geográfica do Comércio Externo têm carácter provisório e correspondem à primeira versão divulgada pelo INE. Por esta razão, e por as importações serem contabilizadas em termos CIF, os totais apresentados não coincidem com as estimativas dos quadros anteriores.

TC: Taxa de cobertura.

Origem: INE.

Portugal exportou para a CEE, em 1983, cerca de 297 milhões de contos de mercadorias (58.9 por cento do total exportado) e as importações dessa área atingiram 349.7 milhões de contos (39.5 por cento do total). O défice de 52.4 milhões de contos foi inferior em 55.6 por cento ao apurado em 1982 devido fundamentalmente à diminuição dos saldos negativos das trocas comerciais com a RFA (de 46.4 milhões de contos em 1982 para 31.9 milhões de contos, em 1983) e com a França (de 21.4 milhões para 3.7 milhões); o défice com o Reino Unido também continuou a decrescer (9.5 milhões em 1982, 7.2 milhões em 1983) e o défice com a Itália manteve-se praticamente inalterado (26.5 milhões em 1982, 25.1 milhões em 1983). A taxa de cobertura com a CEE evoluiu a favor de Portugal, passando de 61.7 por cento para 85 por cento.

As exportações para a EFTA totalizaram 53.9 milhões de contos (10.7 por cento do total e mais 13.4 milhões do que no ano anterior). O défice comercial de 10.2 milhões de contos em 1982 deu lugar a um excedente de 2.3 milhões de contos, em 1983, e a taxa de cobertura passou de 79.8 por cento para 104.4 por cento.

O défice com os países europeus de economia planificada aumentou em 1.6 milhões de contos, continuando, no entanto, a representar uma parcela diminuta do total (1.3 por cento).

Nos fluxos comerciais com os novos países de expressão oficial portuguesa, as exportações aumentaram cerca de 6 milhões de contos, enquanto que as importações apresentaram uma expansão de 0.7 milhões de contos, daí resultando que o excedente de Portugal com esse grupo de países tenha crescido (+5.4 milhões de contos). Esse aumento deveu-se essencialmente ao acréscimo das exportações para Angola e Moçambique, países que apresentam uma importância crescente como nossos clientes.

Em virtude do peso do petróleo nas importações portuguesas originárias dos "Outros países", a respectiva taxa de cobertura continuou a ser a mais baixa dos grupos de países considerados, situando-se em 10 por cento.

Ao nível das relações bilaterais, o maior défice comercial, em 1983, continuou a ser com os EUA (95.3 milhões de contos correspondentes a 25 por cento do défice total), país que ocupa a primeira posição entre os nossos fornecedores (125.7 milhões de contos), seguido pela RFA (99.8 milhões de contos). Com vendas a Portugal superiores a 50 milhões de contos surgem ainda a França (72.1 milhões de contos) e o Reino Unido (67.6 milhões de contos). As importa-

ções destes quatro países totalizaram 365.2 milhões de contos, ou seja, 41.2 por cento do total das importações portuguesas.

O Reino Unido continuou a ser o nosso principal cliente, com compras no valor de 74.9 milhões de contos, seguido pela França (68.4 milhões), RFA (67.8 milhões), Holanda (32.3 milhões) e EUA (30.3 milhões); as exportações para o conjunto destes países representaram 54.2 por cento do total.

2.2 Balança de Serviços, Rendimentos e Transferências Unilaterais

2.2.1 Balança de serviços e rendimentos

Em 1983, e contrariando a tendência verificada desde 1980, o défice da Balança de serviços e rendimentos diminuiu para 733 milhões de dólares, valor inferior em 33 por cento ao apurado em 1982, embora ainda superior, em cerca de 35 por cento, ao valor registado em 1981. Esta evolução derivou do comportamento favorável de todas as suas componentes, à excepção do "Turismo", cujo excedente se contraíu em 28 milhões de dólares; os défices das rubricas "Rendimentos de capitais" e "Transportes" decresceram 215 milhões de dólares e 91 milhões de dólares, respectivamente, enquanto a rubrica "Diversos" apresentou um saldo positivo, pela primeira vez desde 1980; as rubricas "Estado" e "Seguros", de diminuto significado, reduziram o seu saldo negativo.

A contracção do défice de rendimentos de capitais contribuiu em cerca de 60 por cento para a melhoria do saldo negativo da Balança de serviços e rendimentos. A expansão daquele défice vinha sendo uma constante, devido sobretudo ao progressivo endividamento externo e ao elevado nível das taxas de juro internacionais. Em 1983, o valor dos débitos de rendimentos — essencialmente liquidação de juros — diminuiu 205 milhões de dólares (14.7 por cento), o que contrasta claramente com o seu espectacular aumento (3.5 vezes) entre 1978 e 1982. A continuação do abrandamento das taxas de juro nos principais mercados financeiros (iniciada na segunda metade de 1982), especialmente no 1.º semestre de 1983, reflectiu-se, de forma significativa, na descida, de 12.1 por cento para 8.5 por cento, da taxa de juro implícita da dívida externa portuguesa.

A redução do saldo negativo de transportes derivou da evolução favorável dos pagamentos ao exterior (-20 por cento) já que se verificou uma descida dos recebimentos (-12.3 por cento). A descida nos

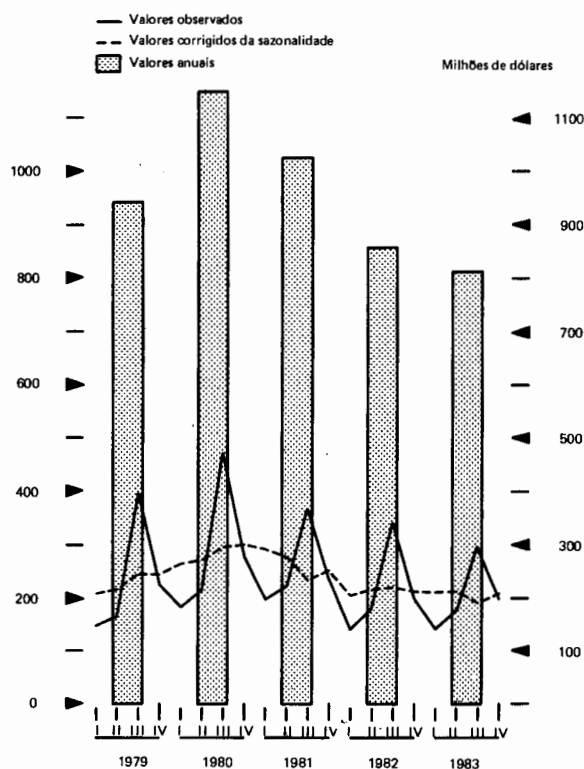
Quadro III.16 – BALANÇA DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS ENTRE PORTUGAL E O EXTERIOR

Milhões de dólares

	Pagamentos ao exterior			Recebimentos do exterior			Saldos		
	1981	1982	1983 ^P	1981	1982	1983 ^P	1981	1982	1983 ^P
Turismo	247	248	229	1 024	857	810	777	609	581
Transportes	768	728	582	621	446	391	-147	-282	-191
Frete de mercadorias	563	543	453	84	67	55	-479	-476	-398
Outros transportes	205	185	129	537	379	336	332	194	207
Seguros	84	77	64	27	17	17	-57	-60	-47
Rendimentos de capitais	1 122	1 390	1 185	147	121	131	-975	-1 269	-1 054
Estado	264	99	80	123	34	41	-141	-65	-39
Diversos	294	328	307	293	303	324	-1	-25	17
Total	2 779	2 870	2 447	2 235	1 778	1 714	-544	-1 092	-733
(Em milhões de escudos)	(172 194)	(229 950)	(271 617)	(138 836)	(143 225)	(193 362)	(-33 358)	(-86 725)	(78 255)

débitos é, em certa medida, explicada pela redução dos fretes pagos, que acompanhou a contracção (em 14.6 por cento) das importações contabilizadas em dólares; a diminuição dos créditos poderá ter continuado a reflectir a continuação de crise na actividade de reparação naval.

Gráfico III.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TURISMO



As receitas do turismo (liquidadas através do sistema bancário) continuaram a evoluir de forma desfavorável, quando avaliadas em dólares. Com efeito, o seu declínio nesta divisa – iniciado em 1981 – cifrou-se em 5.5 por cento (16.3 por cento em 1982); já utilizando Unidades de Conta Europeias (ECU) como indicador grosseiro da evolução em “moedas nacionais”, as receitas do turismo subiram 4.5 por cento (em 1982 haviam caído 3.7 por cento). Em termos reais (isto é, deflacionadas pelo IPC) verificou-se, também, um aumento de 5.3 por cento relativamente ao ano anterior (frente a um decréscimo de 10.6 por cento de 1981 para 1982).

A nível internacional, o ano de 1983 caracterizou-se por uma melhoria da situação do turismo em relação aos anos anteriores, apesar da continuada desaceleração dos rendimentos reais e elevados níveis de desemprego. Com efeito, de acordo com as estimativas da OCDE, as receitas em dólares no conjunto dos países membros e no subconjunto dos países europeus subiram cerca de 1.9 e 0.2 por cento respectivamente (contra -4.2 por cento e -3.8 por cento em 1982); as receitas reais (uma vez eliminada a incidência da inflação e das variações das moedas nacionais em relação ao dólar) aumentaram, de 1982 para 1983, cerca de 7 por cento em ambos os grupos.

No que se refere à evolução do turismo nos nossos principais concorrentes da Europa Mediterrânica, os valores registados em 1983 (ainda com carácter provisório) apontam para elevados crescimentos, em dólares, na Turquia (37 por cento) e Itália (11 por cento), forte quebra na Grécia (superior a 20 por cento) e redução de cerca de 5 por cento em Espanha. A participação de Portugal nas receitas globais dessa área terá diminuído de 4.7 por cento para 4.4 por cento.

Quadro III.17 – DORMIDAS DE ESTRANGEIROS EM TODOS OS MEIOS DE ALOJAMENTO

	Milhares			Taxa de variação (%)		
	1981	1982	1983 ^P	1981/80	1982/81	1983 ^P /82
RFA	3 517	3 615	4 046	-17,1	+2,8	+11,9
Espanha	7 363	7 027	7 254	+1,4	-4,6	+3,2
França	2 406	2 729	3 397	+4,5	+13,4	+24,5
Holanda	1 765	1 613	2 056	-5,2	-8,6	+27,5
Reino Unido	6 177	6 606	7 645	+19,0	+6,9	+15,7
Brasil	402	1 136	616	-48,9	+182,6	-45,8
EUA	1 766	1 966	1 579	+9,5	+11,3	-19,7
Canadá	798	827	899	+23,0	+3,6	+8,7
Outros Países	4 212	4 269	4 575	-0,3	+1,4	+7,2
Total	28 406	29 788	32 067	+1,0	+4,9	+7,7

Origem: Direcção-Geral do Turismo.

Considerando os totais de entradas e de dormidas de estrangeiros em Portugal, no ano de 1983, pode-se concluir que a descida das receitas do turismo resultou da redução das receitas por dormida (-12,2 por cento) e das "Dormidas por entrada" (-11,9 por cento), dado que as entradas aumentaram 22,2 por cen-

to. Os diferenciais de juro desfavoráveis a Portugal e as expectativas de desvalorização cambial que se fizeram sentir em 1983 (especialmente no 1.º semestre) podem explicar, parcialmente, o declínio das receitas por dormida, através da ocorrência de fenómenos de saída de capitais.

Gráfico III.5 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TURISMO E SEUS FACTORES

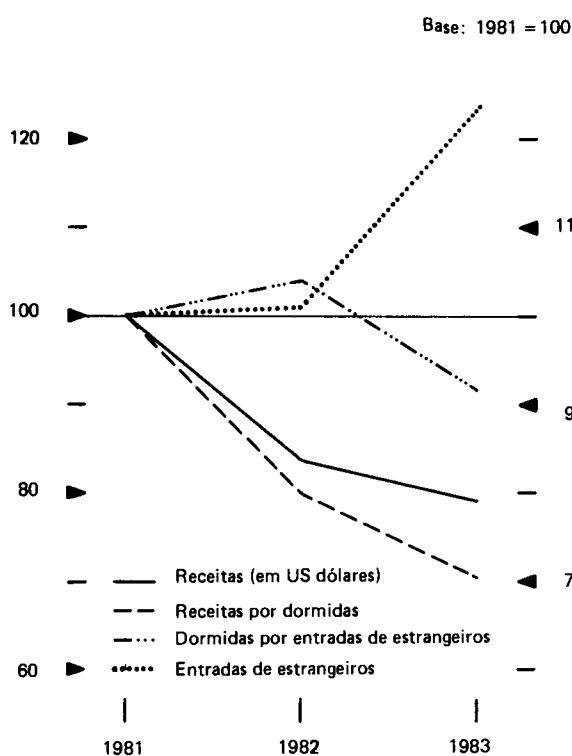
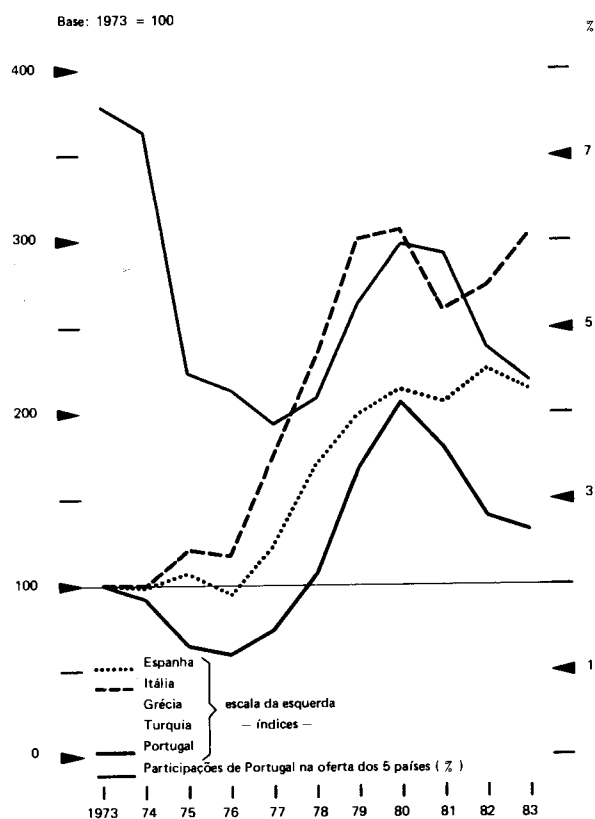


Gráfico III.6 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TURISMO EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS MEDITERRÂNICOS



Quadro III.18 – RECEITAS DE TURISMO E
BALANÇA DE BENS E SERVIÇOS

	Receitas de turismo (Milhões de dólares)	Taxa de cobertura do défice comercial pelas receitas de turismo (%)
Portugal		
1981	1 024	19.7
1982	857	17.7
1983 ^E	810	26.3
Espanha		
1981	6 777	67.6
1982	7 156	77.3
1983 ^E	6 798	85.0
Itália		
1981	7 491	81.9
1982	8 304	102.1
1983 ^E	9 218	307.3
Grécia		
1981	1 910	35.5
1982	1 537	32.2
1983 ^E	1 183	27.8
Turquia		
1981	388	12.6
1982	382	19.2
1983 ^E	522	23.2

Origem: FMI, *Balance of Payments Yearbook* e OCDE, *Tourism Policy and International Tourism*, 1983.

A quebra das dormidas por entradas esteve associada ao aumento de importância relativa dos visitantes espanhóis (74.9 por cento em 1983 contra 72.7 por cento em 1982), cujo tempo médio de permanência é relativamente baixo. Assim 97.4 por cento da totalidade dos excursionistas proveio deste país.

As taxas médias anuais de ocupação/quarto e ocupação/cama mantiveram-se sensivelmente aos níveis registados em 1982 (59 por cento e 51-52 por cento, respectivamente).

Como a diminuição do défice comercial excedeu a verificada nas receitas do turismo, a participação deste fluxo na cobertura daquele saldo negativo aumentou, cifrando-se em 26.3 por cento (17.7 por cento em 1982). Em relação ao crédito global de bens, serviços e rendimentos, a importância relativa das receitas do turismo decresceu de 14.6 por cento em 1982 para 12.9 por cento em 1983.

Ao longo de 1983 foram tomadas uma série de medidas legislativas no domínio do turismo, com destaque para a reestruturação do Fundo de Turismo (Dec.-Lei n.º 36/83, de 25 de Janeiro), apoio financeiro a pequenos e médios empreendimentos turísticos da Região Autónoma dos Açores através de financiamentos directos (Decreto Legislativo Regional dos Açores, n.º 13/83/A, de 7 de Março), aprovação do Regulamento do Imposto de Turismo (Dec.-Lei n.º 134/83, de 19 de Março), aprovação do sistema

de incentivos para os novos investimentos de relevância turística na Região Autónoma da Madeira (Decreto Regulamentar Regional da Madeira, n.º 24/83/M, de 16 de Agosto), criação do centro de turismo de Portugal na Escandinávia e do cargo de representante do turismo português, bem como dotação dos centros já existentes com os meios indispensáveis à prossecução da actividade promocional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/83, de 13 de Setembro).

2.2.2 Transferências unilaterais

O saldo das transferências unilaterais (liquidadas através do sistema bancário) atingiu, em 1983, 2131 milhões de dólares, valor inferior em 549 milhões (–20.5 por cento) ao apurado no ano anterior.

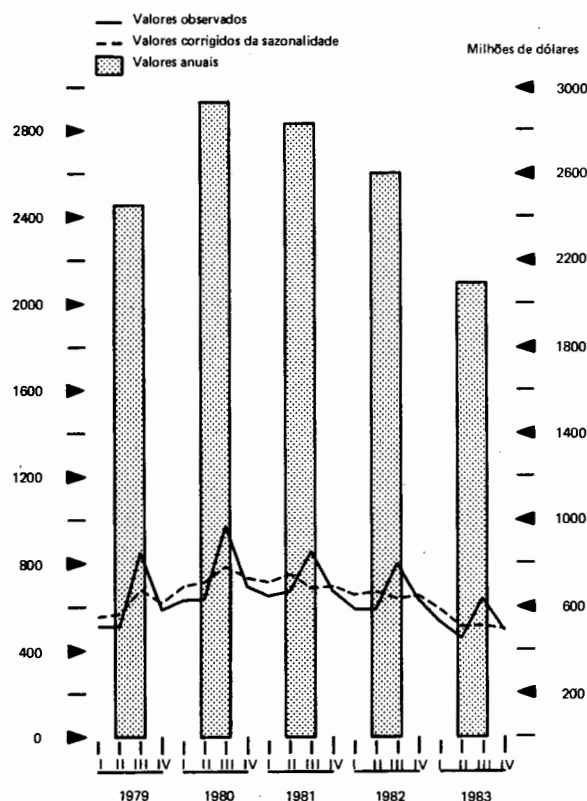
As remessas de emigrantes – que constituem a quase totalidade das transferências unilaterais – ascenderam a 2118 milhões de dólares, acusando um decréscimo de 18.5 por cento em relação a 1982 (quebra de 8.2 por cento de 1981 para 1982). Esta deterioração das remessas é tanto mais significativa quanto é certo que ela se agravou ao longo de 1983, não obstante a desvalorização do escudo (em Junho) e as subidas das taxas de juro (em Março e em Agosto); com efeito, a sua descida foi mais acentuada no 2.º semestre do ano (–21.2 por cento, em termos homólogos) que no semestre inicial (–15.2 por cento).

Apesar da quebra registada nas remessas, a sua contribuição para o financiamento do défice comercial aumentou sensivelmente em virtude da redução daquele défice (68.7 por cento em 1983, contra 53.8 por cento em 1982); por outro lado, as remessas representaram 25 por cento dos créditos totais da Balança de transacções correntes (30.2 por cento, em 1982).

Embora a forte revalorização do dólar nos mercados internacionais tenha afectado negativamente esta rubrica da Balança de transacções correntes – as remessas, na sua maioria, são provenientes dos países europeus da OCDE – aquele facto, por si só, não explica a evolução desfavorável, dado que as remessas acusaram um decréscimo de 9.9 por cento quando expressas em ECU e, em termos de “volume”⁽¹⁾ tam-

(1) Análise feita através da utilização de um índice de “quantidades” do tipo *Paasche* em que as “quantidades” são as remessas nas doze principais moedas de envio e os “preços” as taxas de câmbio entre essas moedas e a moeda adoptada para unidade comum.

Gráfico III.7 – EVOLUÇÃO DAS REMESSAS DE EMIGRANTES

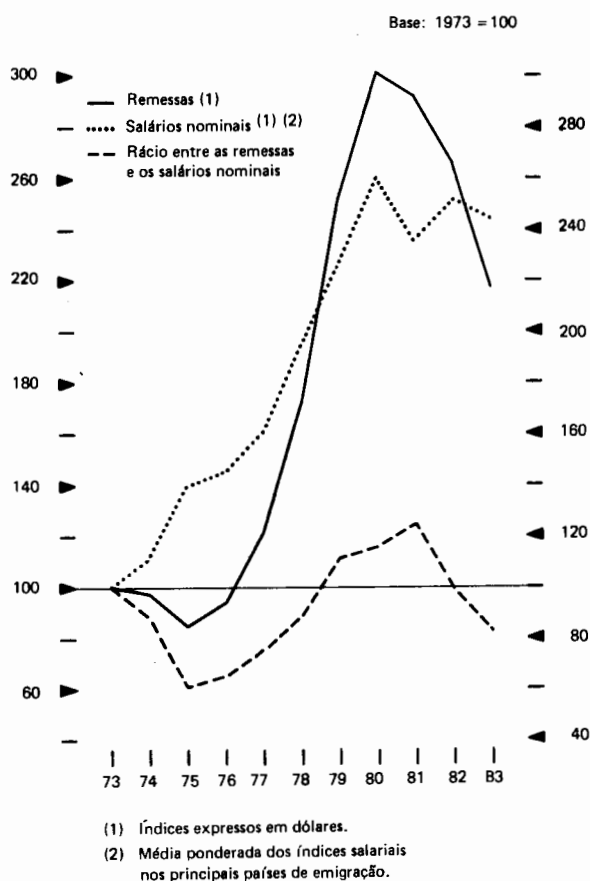


bém caíram 3.9 por cento. A quebra das remessas, expressas em dólares, verificada em 1983, deve ser assim também atribuída a factores independentes das alterações cambiais: desaceleração dos salários nominais nos países de emigração, aumento do desemprego e aplicação mais restritiva da legislação cambial por parte de alguns daqueles países, além de factores de longo prazo como a estagnação a baixos níveis do fluxo migratório, o maior período médio de fixação dos emigrantes e a diminuição do número de familiares a residir em Portugal. De facto, a propensão média ao envio de remessas – cujo índice pode ser medido pelo quociente entre os índices de remessas e de salários nominais – continuou a degradar-se (–14.2 por cento em 1982, –16.1 por cento, em 1983).

Discriminando a análise por moedas, independentemente do local de envio, verifica-se que, em 1983, se registou um ligeiro aumento das remessas enviadas em francos franceses (+0.7 por cento) e em libras esterlinas (+6.2 por cento) e uma quebra significativa das remessas em dólares dos EUA (–30.6 por cento), marcos alemães (–15.4 por cento), florins (–10.1 por cento) e francos belgas (–13.6 por cento).

Em termos de distribuição geográfica, e para o mesmo ano, subiram as parcelas dos países europeus da OCDE (de 66.8 por cento para 70.8 por cento) e dos EUA e Canadá (de 16.6 por cento para 18 por cento), decrescendo a importância das remessas enviadas do Resto do Mundo (de 16.6 por cento para 11.2 por cento). Este facto deverá estar associado às fortes dificuldades que estes países têm sentido no que se refere aos pagamentos internacionais e ao abrandamento de concretização de projectos no Médio Oriente em ligação com a regressão do sector petrolífero.

Gráfico III.8 – EVOLUÇÃO DAS REMESSAS DE EMIGRANTES E DOS SALÁRIOS NOMINAIS NOS PRINCIPAIS PAÍSES DE RESIDÊNCIA



Quadro III.19 – REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DAS REMESSAS DE EMIGRANTES

	1981		1982		1983 ^P	
	Milhões de dólares	%	Milhões de dólares	%	Milhões de dólares	%
Países europeus da OCDE	1 974	69.7	1 735	66.8	1 499	70.8
EUA e Canadá	443	15.6	432	16.6	382	18.0
Resto do Mundo	415	14.7	432	16.6	237	11.2
Total	2 832	100.0	2 599	100.0	2 118	100.0
Em biliões de francos franceses	(15.5)		(17.3)		(16.1)	
Em milhões de ECU	(2 557)		(2 677)		(2 410)	

No domínio legislativo foram tomadas algumas medidas com vista a incentivar as remessas de emigrantes: actualização das taxas de juro a abonar pelas instituições de crédito aos depósitos a prazo, em moeda estrangeira, de emigrantes (Instruções E-130.9.1.5, do Banco de Portugal, de 20 de Janeiro e de 30 de Setembro); estabelecimento das moedas estrangeiras nas quais se podem constituir as contas de depósitos a prazo em nome de pessoas singulares ou colectivas residentes ou domiciliadas no estrangeiro (Aviso do Banco de Portugal, de 7 de Abril).

3. Financiamento do Défice da Balança de Transacções Correntes

Desde 1974 que a Balança de transacções correntes vem registando sucessivos saldos negativos. Até 1977, o seu financiamento foi feito essencialmente à custa da diminuição das reservas externas líquidas do País. Em 1978/79, concomitantemente com a recuperação do défice corrente resultante da política de estabilização então adoptada, os excedentes dos capitais do sector não monetário permitiram uma apreciável acumulação de disponibilidades líquidas sobre o exterior por parte do sector monetário. No fim de 1979, a dívida externa ascendia a 7.3 biliões de dólares, equivalentes a 61 por cento das reservas externas do País, com o ouro avaliado a preços de mercado.

No triénio de 1980/82, mais precisamente do último trimestre de 1979 ao 3.º trimestre de 1982, verificou-se uma acentuada deterioração nas contas externas correntes. O seu saldo negativo atingiu 7.3 biliões de dólares no conjunto dos três anos, tendo sido financiado quase exclusivamente pelo recurso ao crédito externo, predominantemente por parte do sector não monetário, com destaque para o Sector público administrativo e Empresas públicas não financeiras.

No fim de 1982, a dívida externa total atingia 13.7 biliões de dólares, dos quais cerca de 28 por cento a curto prazo, e ultrapassava já o valor das reservas externas, com o ouro valorizado a preços de mercado.

Na sequência da melhoria já registada nos finais do ano anterior, o défice da Balança de transacções correntes reduziu-se fortemente em 1983 ao mesmo tempo que se verificou uma importante alteração na forma de o financiar. Esta melhoria nas contas externas correntes não se traduziu num abrandamento significativo das necessidades globais de financiamento externo em 1983, uma vez que se intensificou a pressão do serviço da dívida anteriormente acumulada.

Com efeito, o nível atingido pela dívida a curto prazo (em parte resultante de sucessivas renovações a que havia sido necessário proceder) e o acréscimo substancial das amortizações de créditos a médio e longo prazos (já previsível há algum tempo) continuavam a determinar um recurso em larga escala aos mercados financeiros internacionais. No entanto, desde os finais de 1982 que estes mercados se mostravam bastante mais retraídos e impunham condições mais duras na sequência da crise de pagamentos de alguns países latino-americanos. Porém, as medidas de cariz

Quadro III.20 – ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO DA BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES

Em percentagem	1980	1981	1982	1983
Défice da Balança de transacções correntes	100.0	100.0	100.0	100.0
Capitais do sector não monetário ..	168.6	94.8	103.8	48.0
A médio e longo prazos	112.2	62.8	82.0	77.7
A curto prazo	56.4	32.0	21.8	-29.7
Operações monetárias	-68.6	5.2	-3.8	52.0

mais restritivo adoptadas pelo novo governo em meados de 1983 terão atenuado a incerteza nos mercados externos de capitais quanto à orientação da política económica portuguesa.

Os créditos externos ao sector não monetário reduziram-se drasticamente durante todo o ano transacto. A Balança de capitais deste sector, que havia coberto 103.8 por cento do défice corrente em 1982 (111.2 por cento, em média, no período de 1980/82), apenas financiou 48 por cento do défice da Balança de transacções correntes, tendo desacelerado marcadamente a dívida “não monetária”. Os restantes 52 por cento foram financiados “abaixo da linha”, por perda de disponibilidades líquidas a curto prazo sobre o exterior do sector monetário. Assim, diminuíram bastante as reservas do Banco de Portugal, essencialmente através do recurso ao crédito do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI), o que exigiu a prestação de garantia com ouro, parte do qual teve de ser alienado para liquidar esses empréstimos.

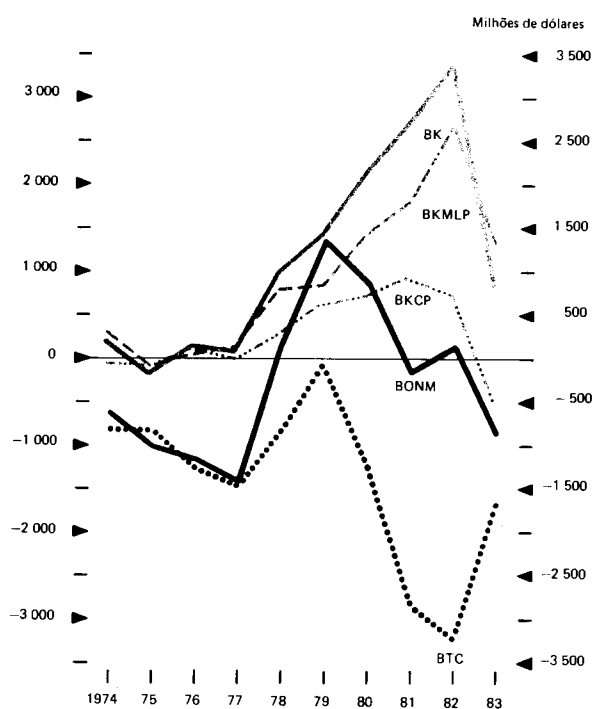
A maior dificuldade em recorrer aos mercados financeiros externos que caracterizou o ano de 1983, teve fortes efeitos contraccionistas sobre o financiamento global da economia e, naturalmente, sobre a oferta de moeda, aspectos que são analisados em pormenor no capítulo seguinte deste Relatório.

3.1 Balança de Capitais do Sector não Monetário

Em 1983, a Balança de capitais do sector não monetário teve um comportamento — explicável nos seus traços gerais pelas razões acima expostas — que contrasta notoriamente com a tendência evidenciada no quinquénio anterior. Partindo quase do zero em

1977, o excedente destas operações cresceu a uma taxa média anual de 35.9 por cento entre 1978 e 1982. Pelo contrário, em 1983, reduziu-se para menos de 1/4 do valor registado no ano anterior, atingindo apenas 810 milhões de dólares, equivalentes a cerca de 83.8 milhões de contos.

Gráfico III.9 —EVOLUÇÃO DAS BALANÇAS DE TRANSACÇÕES CORRENTES (BTC), DE OPERAÇÕES NÃO MONETÁRIAS (BONM) E DE CAPITAIS DO SECTOR NÃO MONETÁRIO (BK) A MÉDIO E LONGO PRAZOS (BKMLP) E A CURTO PRAZO (BKCP)



Quadro III.21 — BALANÇA DE CAPITAIS DO SECTOR NÃO MONETÁRIO

Milhões de dólares

	1981			1982			1983		
	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação	Saldo
Total	—	—	2 701	—	—	3 368	—	—	810
Curto prazo	—	—	911	—	—	708	—	—	-500
Médio e longo prazos	2 619	829	1 790	3 582	922	2 660	2 521	1 011	1 310
Sector público administrativo	593	89	504	735	100	635	848	256	592
Outros sectores	2 026	740	1 286	2 847	822	2 025	1 673	955	718
Empresas públicas não financeiras ..	1 238	518	720	1 765	506	1 259	790	383	407
Outros	788	222	566	1 082	316	766	883	572	311

Esta profunda quebra ocorreu tanto nas operações a médio e longo prazos como nos fluxos a menos de um ano: o saldo positivo das primeiras reduziu-se em 1350 milhões de dólares (50.8 por cento), enquanto as operações a curto prazo (incluindo também erros, omissões e operações em desencontro) apresentaram um défice de 500 milhões de dólares, após sucessivos excedentes de elevado montante.

A acentuada diminuição do excedente das operações de capitais a médio e longo prazos – o qual traduz predominantemente utilizações líquidas de créditos recebidos do exterior – ficou a dever-se essencialmente à redução das importações de capitais. Estas, que haviam crescido 19.8 por cento, em média, de 1978 a 1982, baixaram 29.6 por cento em 1983. Por seu lado, as exportações de capitais (integradas predominantemente por amortizações de créditos externos) aumentaram 9.7 por cento, mantendo a tendência crescente que vinham apresentando.

O referido comportamento das entradas líquidas de capitais a mais de um ano ficou a dever-se especialmente aos “Outros sectores” – cujo excedente se reduziu 64.5 por cento – embora o saldo positivo das operações do Sector público administrativo também se tenha contraído, ligeiramente (6.8 por cento).

3.1.1 Capitais a médio e longo prazos

De acordo com os apuramentos disponíveis, ainda provisórios, a Balança de capitais a médio e longo prazos registou em 1983 um saldo positivo de 1310 milhões de dólares (cerca de 140 milhões de contos).

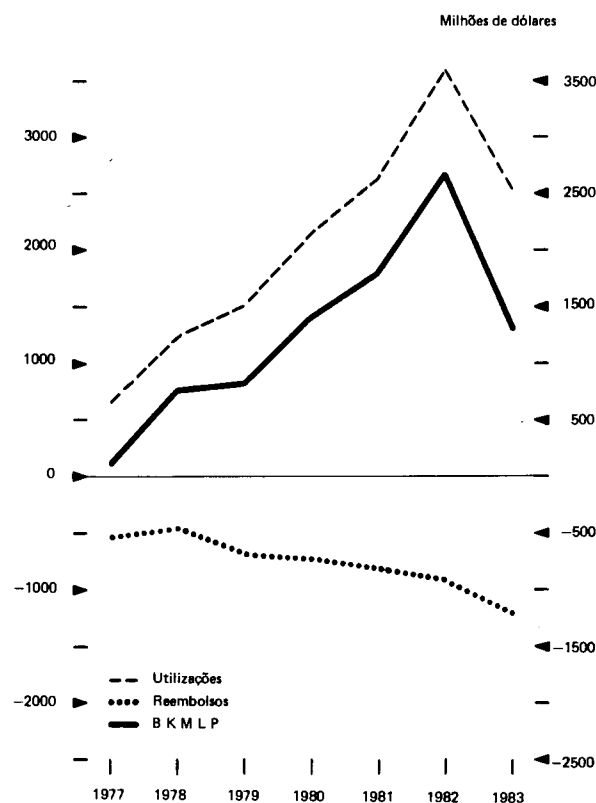
O Sector público administrativo contribuiu para aquele saldo com 45.3 por cento, percentagem bastante superior aos 28.2 por cento de 1981 e 23.9 por cento em 1982.

Cerca de 43 por cento do excedente das operações de capitais a mais de um ano foi apurado no 1.º trimestre, período em que ainda houve intensa utilização de créditos anteriormente contratados por parte dos “Outros sectores”, em especial das Empresas públicas não financeiras. A partir do 2.º trimestre decafu acentuadamente o contributo destes sectores e as entradas líquidas de capitais a médio e longo prazos passaram a reflectir predominantemente as operações do Sector público administrativo.

3.1.1.1 Sector público administrativo

Em 1983, as operações de capitais do Sector público administrativo tiveram um excedente de 592 milhões de dólares, cujo contravalor foi de aproximadamente 74.4 milhões de contos.

Gráfico III.10 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE CAPITAIS A MÉDIO E LONGO PRAZOS (BKMLP)



As entradas de capitais (quase exclusivamente utilizações de empréstimos externos) atingiram 848 milhões de dólares, ou seja mais 15.4 por cento do que em 1982.

De entre as importações de capitais do Sector público administrativo salientam-se as seguintes:

- 300 milhões de dólares de um consórcio bancário internacional; este empréstimo foi assinado em Junho e utilizado em duas partes iguais em Junho e Julho;
- 350 milhões de dólares de um consórcio bancário internacional, com contrato e utilização em Dezembro, na sequência dos acordos com o FMI;
- 5000 milhões de ienes de um grupo de bancos japoneses, que foram contratados e utilizados em Dezembro.

As restantes utilizações foram de vários créditos concedidos por entidades multilaterais, com destaque para o *Fonds de Rétablissement du Conseil de l'Europe*.

As saídas de capitais (predominantemente reembolsos de créditos recebidos) foram de 256 milhões de dólares (cerca de duas vezes e meia o valor de 1982). Este substancial acréscimo — que explicou a quebra nas entradas líquidas — resultou do incio das amortizações dos créditos bancários utilizados a partir de 1978.

3.1.1.2 Outros sectores

Em 1983, segundo os elementos provisórios disponíveis, a Balança de capitais a médio e longo prazos destes sectores — cujo âmbito tem sido referido em anteriores Relatórios — averbou um saldo positivo de apenas 718 milhões de dólares (cerca de 65.5 milhões de contos). Este montante representa pouco mais de um terço do apurado em 1982, tendo esta quebra — decorrente principalmente da que se verificou nas Empresas públicas não financeiras — sido responsável pela quase totalidade da redução registada no excedente dos capitais a mais de um ano.

Esta evolução traduz fundamentalmente a acentuada quebra verificada nas importações de capitais (–1174 milhões de dólares ou, em termos relativos, –41.2 por cento), reforçada pela aceleração das exportações (+16.2 por cento, após um crescimento de 11.1 por cento em 1982).

As entradas de capitais, que no período 1978/82 haviam crescido 45.6 por cento em média anual, ainda mantiveram no 1.º trimestre de 1983 um elevado dinamismo (+54 por cento em termos homólogos), por utilizações de créditos contratados em 1982, tendo diminuído progressivamente ao longo do resto do

ano. Para além das dificuldades de acesso aos mercados financeiros internacionais, actuaram nesse sentido as incertezas quanto à evolução do investimento público produtivo e, a meados do ano, a própria suspensão dos respectivos planos em curso. As saídas de capitais decorreram fundamentalmente de amortizações de créditos anteriormente recebidos que, à semelhança dos empréstimos ao Sector público administrativo, se começaram a intensificar.

Não se verificou em 1983 qualquer alteração digna de realce quanto à repartição dos fluxos de capitais a médio e longo prazos por tipo de operação. A quase totalidade destas transacções continuou a estar relacionada com o investimento do exterior em Portugal. Destas destacam-se os empréstimos financeiros e os créditos comerciais recebidos, isto é, os fluxos (utilizações e amortizações) que se repercutem na dívida externa.

As utilizações líquidas da dívida externa a médio e longo prazos dos “Outros sectores” diminuíu 67.7 por cento em 1983, com uma redução de 44.4 por cento nas utilizações e um acréscimo de 12.1 por cento nas amortizações, cujas razões já foram referidas. Por subsectores, saliente-se que tal evolução se deve fundamentalmente ao menor recurso ao crédito externo pelas Empresas públicas não financeiras, tendo-se verificado mesmo amortização líquida da dívida externa do sector privado não produtivo. Embora em acentuada desaceleração face a 1982, apenas as OIM continuaram com um financiamento externo a mais de um ano relativamente elevado, designadamente para aquisição de produtos agrícolas ao abrigo dos programas de crédito da *Commodity Credit Corporation*.

Quadro III.22 – BALANÇA DE CAPITAIS DOS “OUTROS SECTORES” A MÉDIO E LONGO PRAZOS

Milhões de dólares

	1981			1982			1983 ^P		
	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação	Saldo
1. Do exterior em Portugal	1 980	698	1 282	2 796	782	2 014	1 617	865	752
1.1 Investimento directo	144	9	135	120	11	109	113	7	106
1.2 Operações sobre títulos	5	6	–1	24	–	24	8	4	4
1.3 Empréstimos financeiros	1 007	230	777	1 490	246	1 244	462	239	223
1.4 Créditos comerciais	775	446	329	1 122	516	606	990	615	375
1.5 Operações sobre imóveis	44	5	39	40	5	35	36	0	36
1.6 Outros	5	2	3	0	4	–4	8	0	8
2. De Portugal no exterior	46	42	4	51	40	11	56	90	–34
2.1 Investimento directo	3	24	–21	5	14	–9	2	23	–21
2.2 Operações sobre títulos	6	0	6	2	0	2	9	0	9
2.3 Empréstimos financeiros	4	–	4	6	0	6	1	0	1
2.4 Créditos comerciais	32	14	18	36	26	10	43	66	–23
2.5 Operações sobre imóveis	–	0	0	0	0	0	–	0	0
2.6 Outros	1	4	–3	2	0	2	1	1	0
3. Total (1. + 2.).	2 026	740	1 286	2 847	822	2 025	1 673	955	718
(milhões de contos)	(126.2)	(45.7)	(80.5)	(226.6)	(66.6)	(160.0)	(174.0)	(108.5)	(65.5)

(1) Inclui: Outras instituições monetárias, sector financeiro não monetário, sector empresarial do Estado e sector privado não financeiro.

Quadro III.23 – INVESTIMENTOS DIRECTOS ESTRANGEIROS EM PORTUGAL
Distribuição por sectores de actividade económica e tipos de operações

Milhões de dólares

	1981				1982				1983 ^P			
	Total	Consti- tuição de novas empresas	Reinves- timentos de ren- dimentos	Empré- stimos e supri- mentos	Total	Consti- tuição de novas empresas	Reinves- timentos de ren- dimentos	Empré- stimos e supri- mentos	Total	Consti- tuição de novas empresas	Reinves- timentos de ren- dimentos	Empré- stimos e supri- mentos
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	8	8	—	—	3	3	—	—	2	2	—	0
Indústrias extractivas	7	5	1	1	8	7	—	1	4	4	0	0
Indústrias transformadoras	71	50	3	18	67	44	6	17	58	48	3	7
Electricidade, gás e água	—	—	—	—	—	—	—	—	0	—	0	—
Construção e obras públicas	1	1	—	—	2	—	—	2	3	2	1	0
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	36	31	2	3	19	16	1	2	24	21	1	2
Transportes, armazenagem e comunicações	—	—	—	—	—	—	—	—	0	0	0	0
Bancos e outras inst. financeiras, seguros, opera- ções s/imóveis e serviços prestados às empresas . .	13	4	6	3	16	15	—	1	19	14	4	1
Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais	8	3	1	4	5	3	—	2	3	2	0	1
Actividades mal definidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	144	102	13	29	120	88	7	25	113	93	9	11
(milhões de contos)	(9.1)				(9.7)				(12.7)			

Em 1983, voltaram a diminuir os fluxos líquidos associados ao investimento directo estrangeiro em Portugal que ascenderam a 106 milhões de dólares (–2.8 por cento do que em 1982). As liquidações destes investimentos continuaram bastante reduzidas, enquanto as entradas para investimento directo no País atingiram 113 milhões de dólares (–5.8 por cento do que em 1982), equivalentes a cerca de 12.7 milhões de contos.

De acordo com o Instituto do Investimento Estrangeiro, o investimento directo estrangeiro *autorizado* totalizou cerca de 18.5 milhões de contos em 1983, dos quais 2.3 milhões de contos respeitantes a aumentos de capitais por incorporação de reservas de

activos que constituem meros movimentos contabilísticos. Em termos da orientação sectorial do investimento autorizado tem sido patente uma importância progressivamente maior do sector dos serviços – que em 1983 absorveu 53.1 por cento do total – em detrimento da indústria transformadora, cujo peso baixou para 38.1 por cento (contra 41 por cento em 1982). De entre os serviços destacaram-se as actividades comerciais, em particular do comércio grossista com 23 por cento do total, e o sector bancário e parabancário com 17.3 por cento do total. Entre os sectores industriais salientaram-se as indústrias electrometalomecânicas e as metalúrgicas de base, em boa medida em resultado de um grande projecto da indústria automóvel.

Quadro III.24 – INVESTIMENTOS DIRECTOS ESTRANGEIROS EM PORTUGAL
Distribuição por países de origem

	1981		1982		1983 ^P	
	Milhões de dólares	%	Milhões de dólares	%	Milhões de dólares	%
EUA	28	19.5	28	23.3	9	8.0
Canadá	—	—	—	—	—	—
Países europeus da OCDE	105	72.9	73	60.8	84	74.3
CEE	79	54.9	46	38.3	59	52.2
Reino Unido	9	5.3	10	8.3	7	6.2
República Federal da Alemanha	14	9.7	11	9.2	12	10.6
França	39	27.1	18	15.0	26	23.0
Outros países europeus da OCDE	26	18.0	27	22.5	25	22.1
Suíça	20	13.9	11	9.2	23	20.4
Japão	1	0.7	2	1.7	4	3.5
Resto do Mundo	10	6.9	17	14.2	16	14.2
Total	144	100.0	120	100.0	113	100.0

Em termos de operações concretizadas, também foi evidente a perda de importância da indústria transformadora (que baixou de 55.8 por cento em 1982 para 51.3 por cento em 1983) com ganhos de peso relativo do sector comercial (que passou de 15.8 por cento em 1982 para 21.2 por cento em 1983) e do sector financeiro (que subiu de 13.3 por cento em 1982 para 16.8 por cento em 1983).

Por tipos de operações de investimento verificou-se em 1983 um reforço da importância relativa da "Constituição de novas empresas" (que atingiu 82.3 por cento do total, após 73.3 por cento em 1982) e, em menor grau, dos "reinvestimentos de rendimentos" (que passou de 5.8 por cento em 1982 para 8 por cento), compensando a acentuada quebra do contributo relativo dos "Empréstimos e Suprimentos" (com 9.7 por cento do total em 1983, face aos 20.8 por cento do ano anterior).

Por países e comparativamente a 1982, manteve-se elevada parcela de investimento directo proveniente da área da OCDE, com algumas alterações por países que importa salientar: ganho de importância relativa dos países europeus, em especial a França e a Suíça, levando o peso dos países europeus da OCDE a subir de 60.8 por cento em 1982 para 74.3 por cento em 1983; menor contributo do investimento norte-americano, que se reduziu para um terço do valor de 1982 e passou de 23.3 por cento do total nesse ano para 8 por cento em 1983.

3.1.2 Capitais a curto prazo

Segundo os elementos provisórios disponíveis, a Balança residual em que se incluem os capitais a curto prazo do sector não monetário registou em 1983 um défice de 500 milhões de dólares (equivalentes a cerca de 56.2 milhões de contos). Desde 1977 que esta rubrica não apresentava saldo negativo, tendo mesmo averbado elevados excedentes, especialmente de 1980 a 1982.

Conforme tem sido salientado em anteriores Relatórios, o carácter residual e compósito desta balança aconselha uma certa prudência quanto à natureza da análise que dela se possa fazer. Porém, pelo menos no passado recente, a sua evolução tem acompanhado bastante de perto a dos fluxos relacionados com a dívida externa a curto prazo do sector não monetário. Nestes, como tem sido referido, apenas se incluem as transacções com o exterior realizadas ao abrigo de Boletins de Autorização de Importação/Exportação de Capitais Privados (BAI/ECP) emitidos pelo Banco

de Portugal, excluindo as restantes responsabilidades e a totalidade das disponibilidades a curto prazo daquele sector em relação ao exterior.

Os fluxos de capitais relacionados com a dívida externa "não monetária" a curto prazo registaram em 1983 um saldo negativo de 629 milhões de dólares, que contrasta significativamente com o elevado contributo que nos últimos anos haviam dado para o financiamento do défice da Balança de transacções correntes.

Esta amortização líquida da dívida externa a curto prazo do sector não monetário, em que predominam as Empresas públicas não financeiras, e que era em parte desejável com vista a melhorar o perfil temporal da dívida total, resultou mais duma acentuada diminuição das utilizações de créditos do que do comportamento dos reembolsos, os quais registaram mesmo uma ligeira quebra.

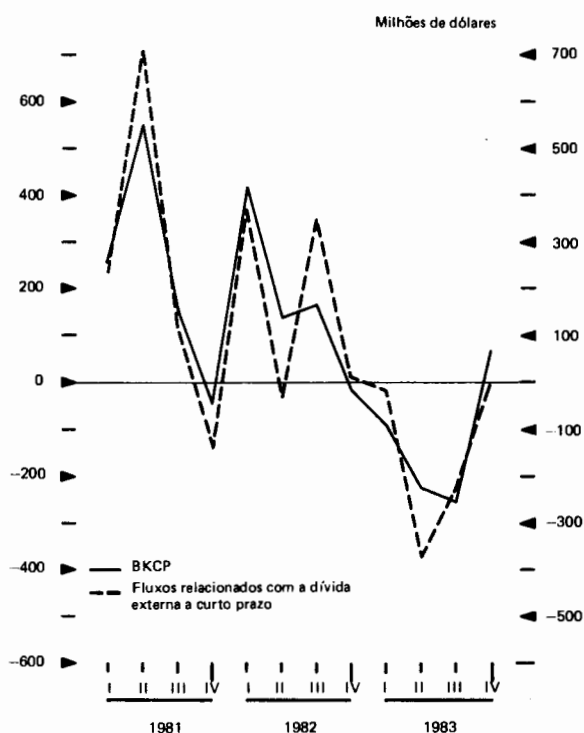
O menor recurso a créditos novos decorreu em larga medida de orientações quanto à política de abastecimento público em bens essenciais: menor importação destes bens (petróleo e produtos alimentares, importados principalmente por empresas públicas), para satisfazer uma menor procura (resultante da situação recessiva), articulada com uma redução dos stocks médios; no mesmo sentido actuaram as dificuldades de acesso ao financiamento externo. No entanto, estas dificuldades terão sido maiores para continuar renovações de créditos, prática bastante seguida a partir da segunda metade de 1980. As renovações de créditos a curto prazo, que haviam quase quadruplicado em 1981 e crescido mais de 70 por

Quadro III.25 – CAPITAIS A CURTO PRAZO
DO SECTOR NÃO MONETÁRIO

Milhões de dólares

	Capitais a curto prazo, erros, omissões e operações em desencontro		
	Total	Fluxos relacionados c/ dívida do sector não monetário	Outros capitais a curto prazo, erros, omissões e operações em desencontro
1981	913	916	-3
I	257	232	25
II	550	708	-158
III	154	117	37
IV	-48	-141	93
1982	708	695	13
I	418	369	49
II	139	-32	171
III	167	347	-180
IV	-16	11	-27
1983	-500	-629	129
I	-90	-19	-71
II	-223	-373	150
III	-254	-231	-23
IV	67	-6	73

Gráfico III.11 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE
CAPITAIS A CURTO PRAZO DO SECTOR
NÃO MONETÁRIO



cento em 1982, tiveram em 1983 uma expansão de apenas 2.6 por cento, com uma diminuição acentuada a partir do 2.º trimestre.

Em 1983, os fluxos residuais, em que para além dos chamados créditos comerciais (predominantemente concedidos por fornecedores) se incluem também os erros, omissões e operações em desencontro, totalizaram 129 milhões de dólares. A sua melhoria a partir do 2.º trimestre (após três trimestres consecutivos de saídas líquidas) poderá traduzir, numa primeira fase, uma reacção ao aperto do crédito bancário (externo e interno) e, na segunda metade do ano, uma resposta às medidas de política monetária e cambial tomadas a partir de Junho.

3.2 Balança de Operações Monetárias

A acentuada diminuição de entradas líquidas de capitais do sector não monetário levou a que, não obstante a redução do défice das transacções correntes, tenha ocorrido durante 1983 uma elevada perda de disponibilidades líquidas a curto prazo sobre o exterior do sector monetário (Banco de Portugal, Tesouro e Outras Instituições Monetárias).

A perda de reservas líquidas cifrou-se em 876 milhões de dólares (cerca de 86.4 milhões de contos), o que contrasta significativamente com a evolução verificada no período de 1978/82 em que, com excepção de 1981, se verificou acumulação de disponibilidades líquidas do sector monetário sobre o exterior.

Quadro III.26 – BALANÇA DE OPERAÇÕES MONETÁRIAS

Milhões de dólares

	1981					1982					1983				
	I	II	III	IV	Ano	I	II	III	IV	Ano	I	II	III	IV ^P	Ano ^P
Balança de operações não monetárias	-537	306	407	-324	-148	-279	209	137	56	123	-296	-541	-122	83	-876
Variação das disponibilidades líquidas a curto prazo sobre o exterior das OIM															
[aumento (-)]	239	-16	-99	-82	-42	131	-94	33	-85	-15	115	-155	-29	-121	-190
Disponibilidades	210	78	-89	-48	151	171	-87	2	-84	2	71	-126	-6	-90	-151
Responsabilidades	29	-94	-10	-34	-109	-40	-7	31	-1	-17	44	-29	-23	-31	-39
Créditos externos ao Banco de Portugal	92	-210	-43	133	-28	-31	-62	-52	-66	-211	375	262	-19	-541	77
Utilizações	175	25	10	200	410	..	..	100	..	100	400	300	300	100	1 100
Reembolsos	-83	-235	-53	-67	-438	-31	-62	-152	-66	-311	-25	-38	-319	-641	-1 023
Utilização do crédito do FMI	-9	-17	-21	-8	-55	-14	-13	-8	-8	-43	-8	-3	..	377	366
Atribuição de DSE	22	..	..	..	22	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Outras responsabilidades	-2	0	2	-3	-3	3	148	1	-44	108	46	-34	-3	-82	-73
Banco de Portugal	-2	0	2	-3	-3	3	148	1	-44	108	46	-34	-3	-82	-73
Tesouro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação das reservas oficiais [aumento (-)]	195	-63	-246	285	170	190	-188	-111	147	38	-232	471	..	284	696
Posição de reserva no FMI	-17	..	..	..	-17	-16	..	..	..	-16	..	53	..	-31	22
Outras reservas oficiais	212	-63	-246	284	187	206	-188	-111	147	54	-232	418	173	315	674
Banco de Portugal	121	-45	-175	238	139	154	-174	-107	131	4	-220	465	134	342	721
Tesouro	91	-18	-71	46	48	52	-14	-4	16	50	-12	-47	39	-27	-47
Balança de operações monetárias	537	-306	-407	324	148	279	-209	-137	-56	123	296	541	122	-83	876

Quadro III.27 — FLUXOS DE OPERAÇÕES MONETÁRIAS^P
1983

Origens	Valor		Aplicações	Valor	
	Milhões de dólares	%		Milhões de dólares	%
Utilização de créditos externos ao Banco de Portugal	1 100	49.8	Déficé das operações não monetárias	876	39.7
Utilização de crédito do FMI	366	16.6	Aumento de DLX das OIM	190	8.6
Diminuição da posição de reserva no FMI	22	1.0	Reembolso de créditos externos ao Banco de Portugal	1 023	46.3
Diminuição de outras reservas oficiais do Banco de Portugal	721	32.6	Diminuição de outras responsabilidades do Banco de Portugal	73	3.3
Total	2 209	100.0	Aumento das reservas oficiais do Tesouro	47	2.1
			Total	2 209	100.0

Para financiar o défice da Balança global e a acumulação de reservas nas OIM e no Tesouro e liquidar parte importante das suas responsabilidades externas, o Banco de Portugal necessitou, em 1983, de recorrer ao crédito externo e às suas reservas.

Assim, foram utilizados 1000 milhões de dólares de créditos a curto prazo concedidos pelo Banco de Pagamentos Internacionais todos garantidos por ouro: 400 milhões no fim de Março, 300 milhões em Maio e 300 milhões em Agosto. O reembolso dos dois primeiros (em Outubro e Julho, respectivamente) exigiu a venda de 49.6 toneladas de ouro. O ganho daí resultante (256 milhões de dólares) permitiu atenuar a perda de reservas cambiais, do Banco de Portugal (721 milhões de dólares). Foram ainda reembolsados 120 milhões de dólares de créditos do BPI utilizados em 1982 e o equivalente a 103 milhões de dólares de créditos ao abrigo do chamado "Grande Empréstimo" de 1978/79.

As contas com o FMI tiveram também uma movimentação frequente e por montantes relativamente elevados ao longo de 1983. Em Janeiro e Abril concluiu-se a amortização da *Oil Facility*, tendo-se, por isso, anulado a Utilização de Crédito do FMI. No início de Outubro, na sequência dos acordos com esta organização internacional, foi sacada a 1.^a *tranche* do crédito *Stand-by* (97 milhões de DSE) e utilizados 258 milhões de DSE ao abrigo da *Compensatory Financing Facility*, o que, no conjunto, se traduziu por um aumento da Utilização do Crédito do FMI em 377 milhões de dólares. Por seu lado, a Posição de Reserva no FMI anulou-se em Maio, em virtude do saque da *tranche* de reserva pelo seu montante integral (48.8 milhões de DSE, equivalentes a 53 milhões de dólares). Já no final do ano, concretizou-se a 8.^a Revisão Geral de Quotas do FMI o que, no caso português, significou o seu acréscimo em 118.6 milhões de DSE (cerca de 124 milhões de dólares) para 376.6 milhões de DSE. A parcela subscrita em moeda estrangeira fez aumentar em 31 milhões de dólares a Posição de Reserva no FMI.

4. Dívida Externa e Reservas

A redução do défice da Balança de transacções correntes e a alteração da forma do seu financiamento determinou, em 1983, uma profunda desaceleração da dívida externa portuguesa, mais nítida no que respeita ao sector não monetário, e uma acentuada diminuição das reservas externas do País.

4.1 Dívida Externa

4.1.1 Evolução global

Os aspectos mais salientes da evolução da dívida externa portuguesa em 1983 foram os seguintes: profunda desaceleração do crescimento da dívida total, especialmente no que se refere à dívida do sector não monetário; diminuição da dívida a curto prazo e consequente melhoria do perfil temporal da dívida total; reforço da importância do Sector público administrativo e do Sector bancário (Banco de Portugal e OIM) na repartição da dívida por sectores dos mutuários; ligeira diminuição do peso relativo da dívida sem garantia; agravamento da generalidade dos indicadores da dívida externa (excepto no que se refere ao peso da dívida a curto prazo) e moderada deterioração dos indicadores do serviço da dívida.

De acordo com os apuramentos provisórios disponíveis, a dívida externa portuguesa no fim de 1983 ascendia a 14 354 milhões de dólares, equivalentes a cerca de 1887.4 milhões de contos.

Aquele montante excede em 5.1 por cento o que se verificava no fim do ano anterior, o que representa uma significativa desaceleração da dívida total. Com efeito, esta havia crescido a uma taxa média anual de 23.3 por cento entre 1979 e 1982, sendo de 24.5 por cento a taxa de expansão em 1982. A desaceleração é ainda mais nítida quando se considera apenas a dívida "não monetária": após 37.8 por cento de crescimento anual médio entre 1979 e 1982,

Quadro III.28 – DÍVIDA EXTERNA PORTUGUESA
Saldos em fim de período

Milhões de dólares

	1979	1980				1981			
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Curto prazo	1 650	1 623	1 792	2 190	2 395	2 713	3 204	3 292	3 335
(milhões de contos)	(82.1)	(83.0)	(87.6)	(110.0)	(126.9)	(153.9)	(203.1)	(214.1)	(217.5)
Sector público administrativo	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Banco de Portugal	582	492	401	310	220	315	120	80	250
Outras instituições monetárias	0	0	0	0	0	1	35	35	37
Instituições financeiras não monetárias	0	0	0	0	1	1	2	17	21
Empresas públicas não financeiras	1 010	1 101	1 318	1 720	1 942	2 184	2 812	2 919	2 766
Sector privado não financeiro	58	30	73	160	232	212	235	241	258
do qual: Com aval do Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Com garantia bancária	715	297	130	113	68	61	17	14	12
Sem garantia	355	833	1 262	1 765	2 106	2 336	3 068	3 198	3 072
2. Médio e longo prazos	5 630	5 750	5 981	6 344	6 494	6 412	6 689	7 217	7 642
(milhões de contos)	(280.3)	(293.9)	(292.5)	(318.6)	(344.5)	(363.7)	(424.0)	(469.2)	(498.6)
Sector público administrativo	1 276	1 276	1 309	1 685	1 690	1 698	1 934	2 194	2 206
Banco de Portugal	1 035	972	994	955	896	840	766	745	712
Outras instituições monetárias	413	507	520	525	617	604	621	757	793
Instituições financeiras não monetárias	128	117	123	118	114	106	97	95	96
Empresas públicas não financeiras	2 400	2 442	2 569	2 510	2 592	2 572	2 655	2 745	3 095
Sector privado não financeiro	378	436	466	551	585	592	616	681	740
do qual: Com aval do Estado	1 006	1 078	1 061	1 045	997	940	952	939	988
Com garantia bancária	940	934	1 025	1 010	996	977	896	904	897
Sem garantia	1 375	1 491	1 597	1 651	1 917	1 957	2 153	2 444	2 850
3. Total (1. + 2.)	7 280	7 373	7 773	8 534	8 889	9 125	9 893	10 509	10 977
(milhões de contos)	(362.4)	(376.9)	(380.1)	(428.6)	(471.5)	(517.6)	(627.1)	(683.4)	(716.2)
Sector público administrativo	1 276	1 276	1 309	1 685	1 690	1 698	1 934	2 194	2 209
Banco de Portugal	1 617	1 464	1 395	1 265	1 116	1 155	886	825	962
Outras instituições monetárias	413	507	520	525	617	605	656	792	830
Instituições financeiras não monetárias	128	117	123	118	115	107	99	112	117
Empresas públicas não financeiras	3 410	3 543	3 887	4 230	4 534	4 756	5 467	5 664	5 861
Sector privado não financeiro	436	466	539	711	817	804	851	922	998
do qual: Com aval do Estado	1 006	1 078	1 061	1 045	997	940	952	939	989
Com garantia bancária	1 655	1 231	1 155	1 123	1 064	1 038	913	918	909
Sem garantia	1 730	2 324	2 859	3 416	4 023	4 293	5 221	5 642	5 922

com 30 por cento em 1982, esta dívida aumentou apenas 2 por cento em 1983. Ao invés, a dívida “monetária” (isto é, a dívida cujos fluxos são registados “abaixo da linha” na Balança de pagamentos: toda a dívida do Banco de Portugal e a dívida a curto prazo das OIM incluindo as garantias prestadas) acelerou bastante: expandiu-se 60.3 por cento em 1983, após uma redução anual média de 32.5 por cento no triénio anterior.

Esta distinção entre dívida “monetária” e “não monetária” justifica-se no contexto da análise da conjuntura recente das contas externas portuguesas. Com efeito, enquanto o objectivo de equilíbrio externo da política monetária esteve definido em termos de Balança global (i.e., Balança de operações não monetárias) o endividamento externo “acima da linha” — que cresceu intensamente entre 1978 e 1982 — acomodou défices correntes muito elevados e traduziu-se num financiamento global da economia excessivo face às necessidades de estabilização. Veio a ser esta a perspectiva adoptada no acordo negociado com o FMI, segundo o qual o controlo da dívida externa se faria apenas para a dívida “não monetária”, sendo a dívida “monetária” controlada pelas disponibilidades líquidas do sector monetário sobre o exterior.

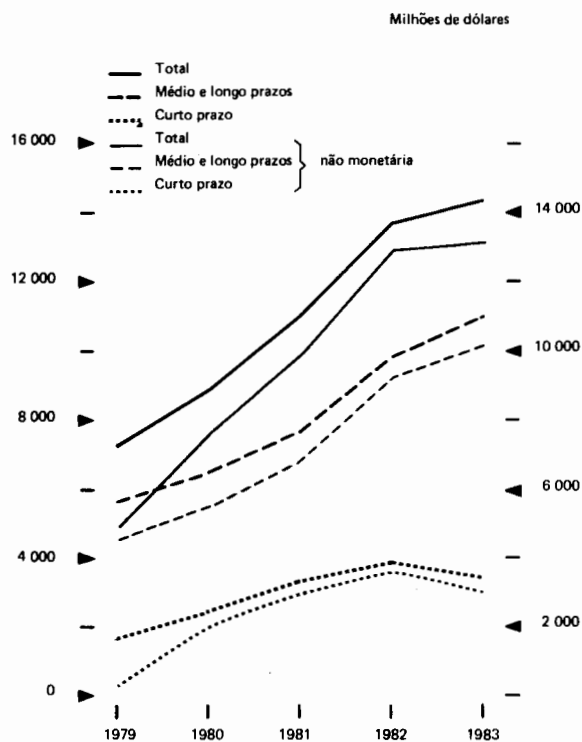
Este esclarecimento permitirá uma análise mais adequada dos limites fixados pelo acordo com o FMI e do grau do seu cumprimento. Previa-se limites para a dívida “não monetária” no fim de 1983, de 13 800 milhões de dólares para o total e de 3800 milhões para a componente a curto prazo, que foram folgadoamente cumpridos: a dívida “não monetária” total atingiu 13 205 milhões de dólares e a sua parcela de curto prazo quedou-se pelos 3038 milhões de dólares.

Daqui se conclui que o cumprimento destes objectivos do acordo com o FMI resultou fundamentalmente da evolução da dívida externa a menos de um ano, cujas razões já foram enunciadas na análise dos respectivos fluxos de capitais. Esta dívida diminuiu 464 milhões de dólares em 1983, o que levou a que o seu peso no total da dívida baixasse para 23.7 por cento no fim do ano, percentagem semelhante à que se verificava em meados de 1980.

Durante 1983, a importância relativa da dívida do Sector público administrativo, do Banco de Portugal e das OIM aumentou sensivelmente, atingindo no fim do ano 23.9, 7.9 e 11.1 por cento do total, respectivamente; em contrapartida, baixou o peso da dívida do Sector privado não financeiro (para apenas 4.8 por cento), o mesmo acontecendo com a dívida das Empresas públicas não financeiras, as quais, com

	1982				1983 ^P			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Curto prazo	3 645	3 577	3 866	3 862	4 225	4 161	3 925	3 398
(milhões de contos)	(259.8)	(299.3)	(341.2)	(344.0)	(412.8)	(486.9)	(487.2)	(446.9)
Sector público administrativo	3	—	—	—	—	—	—	—
Banco de Portugal	225	200	150	120	500	800	800	300
Outras instituições monetárias	37	35	41	41	50	60	60	50
Instituições financeiras não monetárias	23	21	25	10	11	10	11	10
Empresas públicas não financeiras	3 107	3 091	3 431	3 514	3 482	3 120	2 912	2 902
Sector privado não financeiro	250	230	219	177	182	171	142	136
do qual: Com aval do Estado	10	0	0	56	56	1	45	43
Com garantia bancária	5	7	7	6	8	11	13	10
Sem garantia	3 405	3 369	3 709	3 681	3 663	3 351	3 068	3 046
2. Médio e longo prazos	7 771	8 790	9 154	9 799	10 203	10 391	10 421	10 956
(milhões de contos)	(553.7)	(735.5)	(807.9)	(872.8)	(996.3)	(1 215.7)	(1 293.1)	(1 440.5)
Sector público administrativo	2 214	2 654	2 699	2 865	2 808	2 974	3 052	3 435
Banco de Portugal	651	596	577	550	532	484	461	789
Outras instituições monetárias	932	1 089	1 172	1 282	1 390	1 449	1 517	1 542
Instituições financeiras não monetárias	103	99	106	130	137	156	151	144
Empresas públicas não financeiras	3 128	3 625	3 880	4 233	4 634	4 684	4 632	4 489
Sector privado não financeiro	743	727	720	739	702	644	608	557
do qual: Com aval do Estado	952	1 036	1 062	1 139	1 286	1 338	1 313	1 262
Com garantia bancária	861	857	831	810	785	751	718	666
Sem garantia	3 101	3 657	3 995	4 446	4 800	4 854	4 884	4 815
3. Total (1. + 2.)	11 416	12 367	13 020	13 661	14 428	14 552	14 346	14 354
(milhões de contos)	(813.5)	(1 034.8)	(1 149.1)	(1 216.8)	(1 409.1)	(1 702.6)	(1 780.3)	(1 887.4)
Sector público administrativo	2 217	2 654	2 699	2 865	2 808	2 974	3 052	3 435
Banco de Portugal	876	796	727	670	1 032	1 284	1 261	1 089
Outras instituições monetárias	969	1 124	1 213	1 323	1 440	1 509	1 577	1 592
Instituições financeiras não monetárias	126	120	131	140	148	166	162	154
Empresas públicas não financeiras	6 235	6 716	7 311	7 747	8 116	7 804	7 544	7 391
Sector privado não financeiro	993	957	939	916	884	815	750	693
do qual: Com aval do Estado	962	1 036	1 062	1 195	1 341	1 339	1 358	1 305
Com garantia bancária	866	864	838	816	793	762	731	676
Sem garantia	6 506	7 026	7 704	8 127	8 463	8 205	7 952	7 861

Gráfico III.12 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA PORTUGUESA



51.5 por cento do total, continuaram no entanto a ser o sector mais endividado ao exterior. Acompanhando esta evolução da dívida do sector público produtivo, verificou-se também uma redução na quota da dívida sem garantia.

4.1.2 Dívida a médio e longo prazos

Em termos ainda provisórios, a dívida externa a médio e longo prazos era de 10 956 milhões de dólares (cerca de 1440.5 milhões de contos) no final de 1983, ou seja, 11.8 por cento acima do valor no fim do ano anterior. Este ritmo de expansão traduz uma importante desaceleração face aos 28.2 por cento de 1982 e mesmo quando comparado com a taxa média de 1979/82 (20.3 por cento).

Quase metade do acréscimo absoluto da dívida a mais de um ano (1157 milhões de dólares) resultou das já referidas operações do Sector público administrativo que, deste modo, aumentou o seu peso no total desta dívida para 31.4 por cento. Também o Banco de Portugal e as OIM reforçaram a sua posição relativa, tendo contribuído com 20.7 por cento e 22.5 por cento daquele acréscimo global. Continuando a ser o principal sector mutuário, as Empresas públicas não financeiras baixaram a sua importância

Quadro III.29 – VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA PORTUGUESA

Milhões de dólares

	1980	1981	1982	1983 ^P				
	Ano	Ano	Ano	I	II	III	IV	Ano
Curto prazo	745	940	527	363	-64	-236	-527	-464
Monetária	-1 009	11	-132	391	313	2	-513	193
Não monetária	1 754	929	659	-28	-377	-238	-14	-657
Médio e longo prazos	864	1 148	2 157	404	188	30	535	1 157
Monetária	-139	-184	-162	-18	-48	-23	328	239
Não monetária	1 003	1 332	2 319	422	236	53	207	918
Sector público administrativo	414	516	659	-57	166	78	383	570
Outras instituições monetárias	204	176	489	108	59	68	25	260
Empresas públicas não financeiras	192	503	1 138	401	50	-52	-143	256
Outros sectores	193	137	33	-30	-39	-41	-58	-168
Total	1 609	2 088	2 684	767	124	-206	8	693
Monetária	-1 148	-173	-294	373	265	-21	-185	432
Não monetária	2 757	2 261	2 978	394	-141	-185	193	261

relativa na dívida a mais de um ano, para cujo acréscimo contribuíram com 22.1 por cento; o endividamento líquido destas empresas ocorreu apenas na primeira metade do ano, em especial no 1.º trimestre, tendo diminuído a sua dívida externa a médio e longo prazos durante o 2.º semestre.

4.1.3 Dívida a curto prazo

No fim de 1983, a dívida externa exigível a menos de um ano ascendia a 3398 milhões de dólares (com um contravalor aproximado de 446.9 milhões de contos), isto é, 12 por cento abaixo do valor contabilizado no final de 1982.

A quebra de 464 milhões de dólares resultou de evoluções diferenciadas da dívida “monetária” e “não monetária”: esta reduziu-se em 657 milhões de dólares, enquanto aquela se expandiu 193 milhões de dólares. Como foi anteriormente referido, a diminuição da dívida “não monetária” a curto prazo decorreu não só da política adoptada em matéria de abastecimento público de bens essenciais mas também da dificuldade e inconveniência em manter o seu anterior nível, excessivamente elevado em termos relativos. O andamento da dívida “monetária” (quase toda a responsabilidade do Banco de Portugal) reflecte essencialmente a necessidade de intervenção da autoridade cambial para financiar o défice da Balança global.

Quadro III.30 – TAXAS DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA DA DÍVIDA EXTERNA PORTUGUESA

Em percentagem

	Total geral			Curto prazo			Médio e longo prazos		
	Total	Monetária	Não monetária	Total	Monetária	Não monetária	Total	Monetária	Não monetária
1980									
Dez. . .	22.1	-49.2	55.7	45.1	-77.8	496.9	15.4	-13.4	21.8
1981									
Mar. . .	23.7	-30.9	40.9	67.2	-52.2	180.1	11.5	-13.6	16.6
Jun. . .	27.3	-38.5	43.3	78.8	-67.6	140.4	11.8	-22.9	18.8
Set. . .	23.1	-36.6	34.6	50.3	-70.1	79.0	13.8	-22.0	20.1
Dez. . .	23.5	-14.6	29.3	39.3	3.8	44.1	17.7	-20.5	23.8
1982									
Mar. . .	25.1	-24.6	32.8	34.4	-29.2	44.6	21.2	-22.5	27.8
Jun. . .	25.0	-10.7	28.7	11.6	40.7	10.0	31.4	-22.2	38.3
Set. . .	23.9	-11.3	27.1	17.4	53.5	16.0	26.8	-22.6	32.5
Dez. . .	24.5	-29.1	30.0	15.8	-44.2	21.7	28.2	-22.8	33.5
1983 ^P									
Mar. . .	26.4	18.7	27.1	15.9	109.0	8.6	31.3	-18.3	35.8
Jun. . .	17.7	61.7	14.5	16.3	259.9	-1.4	18.2	-18.8	20.9
Set. . .	10.2	72.1	6.3	1.5	340.9	-16.8	13.8	-20.1	16.1
Dez. . .	5.1	60.3	2.0	-12.0	115.6	-17.8	11.8	43.5	9.9

**Quadro III.31 – REPARTIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA PORTUGUESA POR SECTORES
DOS MUTUÁRIOS E TIPOS DE GARANTIAS**
Percentagens nos totais

	1981			1982			1983 ^P		
	Total	Curto prazo	Médio e longo prazos	Total	Curto prazo	Médio e longo prazos	Total	Curto prazo	Médio e longo prazos
Sector público administrativo	20.1	0.1	28.9	21.0	0.0	29.2	23.9	0.0	31.4
Banco de Portugal	8.8	7.5	9.3	4.9	3.1	5.6	7.6	8.8	7.2
Outras instituições monetárias	7.6	1.1	10.4	9.7	1.1	13.1	11.1	1.5	14.1
Instituições financeiras não monetárias	1.1	0.6	1.3	1.0	0.3	1.3	1.1	0.3	1.3
Empresas públicas não financeiras	53.4	82.9	40.5	56.7	91.0	43.2	51.5	85.4	41.0
Sector privado não financeiro	9.1	7.7	9.7	6.7	4.6	7.5	4.8	4.0	5.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
do qual:									
com aval do Estado	9.0	0.0	12.9	8.8	1.5	11.6	9.1	1.3	11.5
com garantia bancária	8.3	0.4	11.7	6.0	0.2	8.3	4.7	0.3	6.1
sem garantia	54.0	92.1	37.3	59.5	95.3	45.4	54.8	89.6	44.0

A repartição da dívida a curto prazo por sectores mutuários e tipos de garantias alterou-se em conformidade: voltou a aumentar o peso relativo da dívida do Banco de Portugal (com 8.8 por cento do total no fim de 1983), reduzindo-se a parcela das Empresas públicas não financeiras (mantendo, no entanto, a elevada percentagem de 85.4 por cento do total) e, concomitantemente, baixou a quota da dívida sem garantia para 89.6 por cento.

**Gráfico III.13 – EVOLUÇÃO DA
REPARTIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA A CURTO
PRAZO POR SECTORES DOS MUTUÁRIOS**

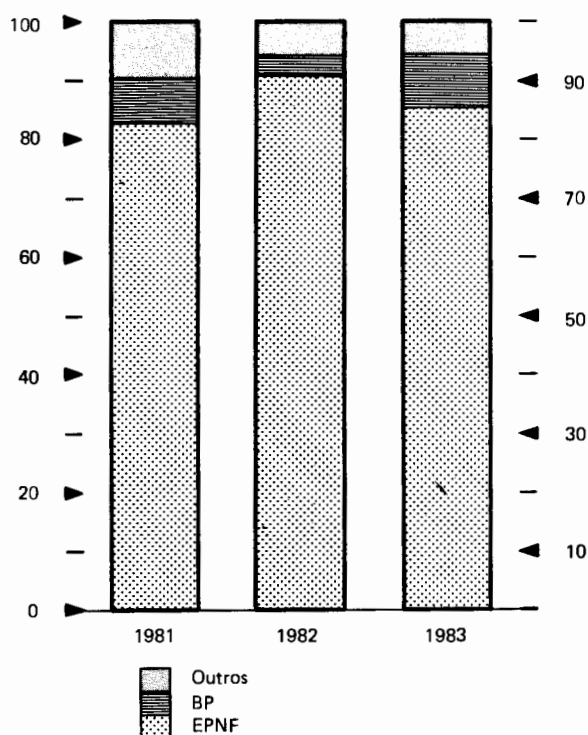
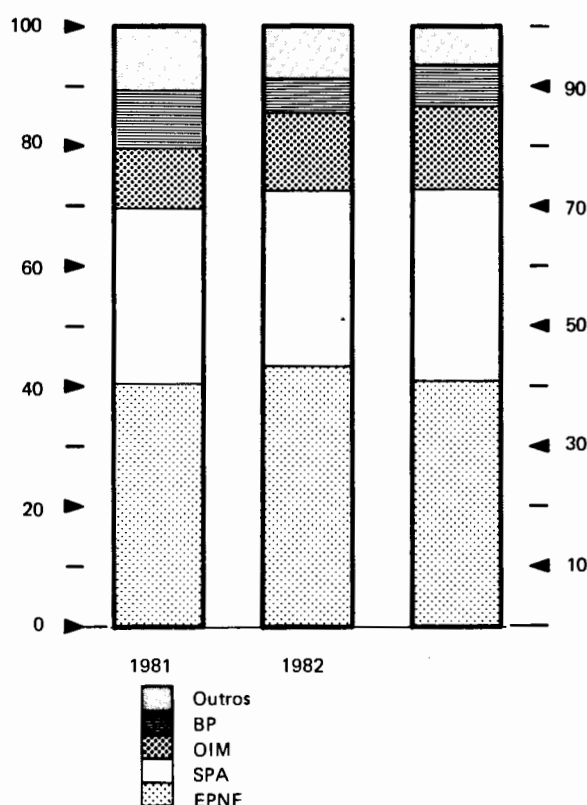


**Gráfico III.14 – EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO
DA DÍVIDA EXTERNA A MÉDIO E LONGO
PRAZOS POR SECTORES DOS MUTUÁRIOS**



4.1.4 Indicadores da dívida e do serviço da dívida

Os indicadores correntemente utilizados para apreciar a evolução da dívida externa agravaram-se durante 1983, excluindo os que respeitam à dívida a curto prazo.

No final do ano, a dívida externa total excedia as reservas totais em 45.6 por cento (com o ouro avaliado a preços de mercado) continuando, portanto, a evolução desfavorável verificada nestes indicadores nos anos precedentes. Igualmente negativa foi a evolução dos rácios em que a dívida total é confron-

Quadro III.32 – INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA PORTUGUESA E DO SEU SERVIÇO

Em percentagem	1981	1982	1983 ^P
Dívida total			
Reservas totais (1) (2)	99.4	118.5	145.6
Dívida total			
PIB _{pm}	45.8	58.5	69.5
Dívida total			
Crédito de transacções correntes	118.8	158.8	169.4
Dívida m/l prazos			
Reservas totais (1) (2)	69.2	85.0	111.1
Dívida m/l prazos			
PIB _{pm}	31.9	41.9	53.0
Dívida m/l prazos			
Crédito de transacções correntes	82.7	113.9	129.3
Dívida c/prazo			
Dívida total	30.4	28.3	23.7
Dívida c/prazo			
Importações (3)	35.9	43.2	44.5
Dívida c/ taxa de juro variável			
Dívida total	66.3	73.7	71.7
da qual: Curto prazo	89.4	95.2	88.3
Médio e longo prazos	56.2	65.2	66.5
Prazo médio da dívida m/l prazos ⁽⁴⁾			
(anos)	8.6	9.4	9.0
Taxa de juro implícita ⁽⁵⁾	12.2	12.1	8.5
Serviço da dívida total			
Crédito de transacções correntes	20.8	26.9	27.6
Serviço da dívida m/l prazos			
Crédito de transacções correntes	16.4	21.3	23.2
Juros totais			
Crédito de transacções correntes	12.0	15.9	13.9
Juros totais			
PIB _{pm}	4.6	5.9	5.7

(1) Disponibilidades em meios de pagamento sobre o exterior do Banco de Portugal, Tesouro e OIM.

(2) Com ouro avaliado a preços de mercado: média dos últimos 3 meses no mercado de Londres.

(3) Importações FOB.

(4) Dívida média (trimestral)/Amortizações no ano.

(5) Juros totais/Dívida média (de 4 trimestres) centrada no início do ano.

tada com o PIB (o qual atingiu 69.5 por cento em 1983) e com o Crédito de transacções correntes (o qual chegou a 169.4 por cento).

Em termos comparativos internacionais (mais propriamente na comparação com os países subdesenvolvidos cujas estatísticas são compiladas pelo FMI e Banco Mundial), ter-se-á mantido a vantagem quanto ao rácio entre dívida e reservas e a relativa desvantagem no que respeita aos indicadores da dívida face ao PIB e às receitas externas correntes. Estes últimos rácios deterioraram-se na generalidade dos grupos de

países considerados, mas a deterioração dos indicadores terá sido mais acentuada no caso português, especialmente no rácio dívida /PIB.

Dado o comportamento da dívida a menos de um ano, as conclusões extraídas quanto à evolução dos rácios da dívida total são também válidas para a dívida a médio e longo prazos. No fim do ano de 1983, esta dívida excedia as reservas do País em 11.1 por cento, com o ouro a preços de mercado. O seu montante ultrapassava já metade do valor do PIB e representava 129.3 por cento das receitas externas correntes.

No que respeita à dívida a curto prazo, observa-se naturalmente uma certa melhoria dos indicadores durante 1983, especialmente a partir do 3.º trimestre. No fim do ano esta dívida representava apenas 23.7 por cento do total, a percentagem mais baixa desde meados de 1980. O próprio rácio dívida a curto prazo/reservas (excluindo o ouro) evidencia uma acentuada redução, que se verificou de facto só a partir do 3.º trimestre, não obstante manter-se ainda a um nível muito elevado.

Gráfico III.15 – EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA

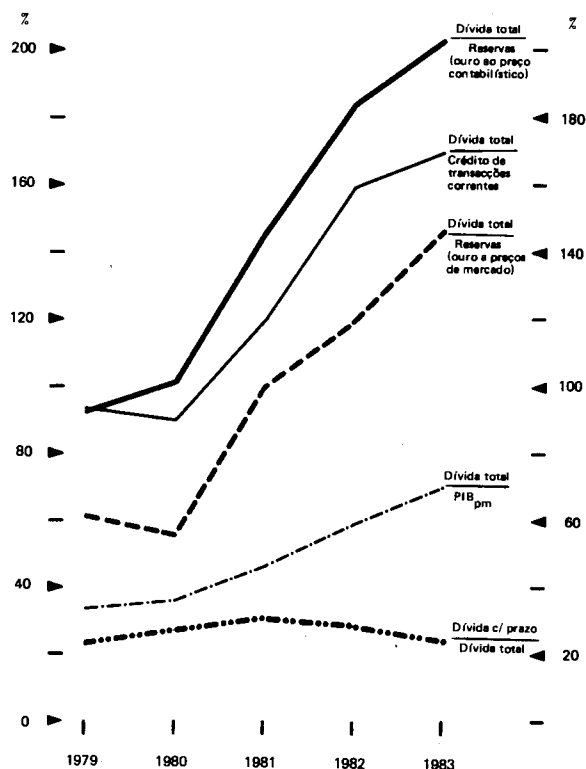
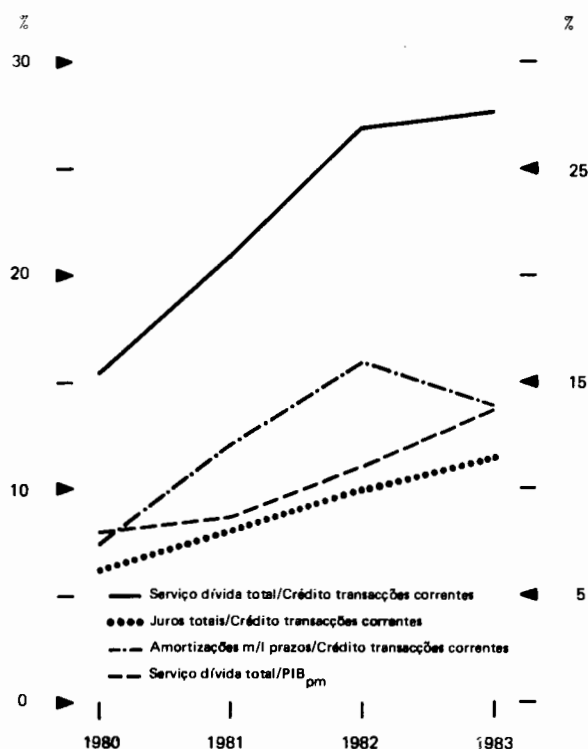


Gráfico III.16 – EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA



Estima-se que o serviço da dívida total (amortizações da dívida a médio e longo prazos mais juros totais) tenha crescido apenas 0.9 por cento em 1983. Esta quase estagnação contrasta favoravelmente com os crescimentos de 26 por cento em 1981 e 20.7 por cento em 1982. A evolução das suas componentes foi bastante distinta: enquanto as amortizações da dívida a médio e longo prazos se terão expandido 22.8 por cento (após 2.1 por cento em 1981 e 16.9 por cento em 1982), os juros totais decresceram 14.2 por cento (após crescimentos de 52.1 por cento em 1981 e de 23.5 por cento em 1982). A aceleração dos reembolsos de capital é explicada fundamentalmente pelo início do período de amortização de vários importantes créditos utilizados a partir de 1978, designadamente os concedidos à República por consórcios bancários internacionais. A diminuição dos pagamentos de juros decorreu da evolução das taxas de juro nominais (acentuada quebra no 3.º trimestre de 1982, com relativa estabilidade posteriormente) a qual mais do que compensou o acréscimo dos saldos em dívida.

Após uma deterioração muito acentuada no triénio precedente, a generalidade dos indicadores do serviço da dívida externa sofreu novo agravamento, embora ligeiro, em 1983, em consequência da maior

concentração das amortizações. Durante o ano, o serviço da dívida total absorveu 27.6 por cento das receitas externas correntes (ligeiramente acima dos 26.9 por cento de 1982) e 11.3 por cento do PIB (contra 9.9 por cento em 1982). Melhorou ligeiramente o rácio do serviço dos juros, tendo os indicadores do serviço da dívida a médio e longo prazos evidenciado um diminuto agravamento.

Em 1983, o nosso rácio do serviço da dívida total compara desfavoravelmente com o da generalidade dos países em vias de desenvolvimento não exportadores de petróleo, particularmente com o dos princi-

Quadro III.33 – INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA E SEU SERVIÇO
Comparações internacionais

	1981	1982 ^P	1983 ^E
Dívida total			
PIB _{pm}			
Portugal	45.8	58.5	69.5
PVD não exportadores de petróleo	27.1	32.5	36.7
dos quais: PEM	29.1	36.0	43.2
PVD principais devedores	30.7	36.7	42.5
Dívida total			
Exportações de bens e serviços			
Portugal	118.8	158.8	169.4
PVD não exportadores de petróleo	122.5	144.1	149.5
dos quais: PEM	101.3	121.7	122.3
PVD principais devedores	150.1	182.3	194.4
Dívida c/prazo			
Dívida total			
Portugal	30.4	28.3	23.7
PVD não exportadores de petróleo	18.5	19.8	15.3
dos quais: PEM	21.5	22.9	20.6
PVD principais devedores	23.6	24.4	19.8
Serviço da dívida			
Exportações de bens e serviços			
Portugal	20.8	26.9	27.6
PVD não exportadores de petróleo	21.3	24.5	21.6
dos quais: PEM	20.8	25.0	19.4
PVD principais devedores	27.3	32.3	29.9
Juros totais			
Exportações de bens e serviços			
Portugal	12.0	15.9	13.9
PVD não exportadores de petróleo	12.0	14.3	13.2
dos quais: PEM	11.8	14.5	12.5
PVD principais devedores	16.1	19.7	18.6
Amortizações			
Exportações de bens e serviços			
Portugal	8.8	11.0	13.7
PVD não exportadores de petróleo	9.3	10.2	8.4
dos quais: PEM	9.0	10.4	6.9
PVD principais devedores	11.2	12.6	11.3

Origem: FMI, *World Economic Outlook*, 1984, excepto para Portugal em que se consideram estimativas elaboradas no Banco de Portugal.

PVD – países em vias de desenvolvimento.

PEM – principais exportadores de manufacturas: África do Sul, Argentina, Brasil, República da Coreia, Grécia, Hong-Kong, Israel, Jugoslávia, Portugal e Singapura.

Principais devedores – 25 países mais endividados no fim de 1982 (Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Egipto, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, República da Coreia, Malásia, México, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Peru, Filipinas, Portugal, Roménia, África do Sul, Tailândia, Turquia, Venezuela e Jugoslávia).

Quadro III.34 – INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA A MÉDIO E LONGO PRAZOS
Comparações com países seleccionados

	Dívida Créd. trans. cor. x 100	Dívida PNB _{pm} x 100	Dívida Reservas x 100	Serviço da dívida Créd. trans. cor. x 100	Juros Créd. trans. cor. x 100
Portugal					
1981	82.7	33.3	69.2	16.4	7.6
1982	113.9	44.4	85.0	21.3	10.3
Grécia					
1981	56.7	15.4	228.3	12.9	7.0
1982	76.0	17.8	257.7	13.3	6.6
Turquia					
1981	179.8	23.7	502.5	15.2	8.5
1982	..	28.2	..	..	..
Israel					
1981	136.5	66.1	359.7	19.8	6.7
1982	146.5	65.8	343.6	20.8	9.8
Jugoslávia					
1981	26.5	7.7	223.7	4.1	2.2
1982	29.0	9.2	346.0	4.6	2.7
Argentina					
1981	89.3	8.8	211.0	18.2	9.0
1982	165.0	25.9	350.9	24.5	13.3
Brasil					
1981	164.8	16.2	595.2	33.4	19.1
1982	..	16.9	1 190.5	..	..
México					
1981	142.0	18.4	862.1	28.2	15.6
1982	..	32.7	..	..	..
Peru					
1981	140.3	27.9	339.0	44.5	12.4
1982	160.9	32.6	337.8	36.8	12.3
Chile					
1981	73.6	14.2	115.6	27.2	8.0
1982	95.1	23.7	201.6	18.7	10.0

Origem: *The World Bank, World Debt Tables 1983/84*, excepto para Portugal em que se consideram estimativas elaboradas no Banco de Portugal.

país exportadores de manufacturas, em que Portugal se integra. No entanto, é mais baixo do que o dos países mais endividados, grupo em que o nosso País também é incluído. Em termos evolutivos, é patente a discrepância entre a ligeira deterioração do rácio para Portugal e a acentuada melhoria dos vários grupos de países. Há uma certa concordância na evolução descendente do rácio do serviço dos juros, uma vez que todos foram beneficemente afectados pela já referida baixa das taxas de juro internacionais. Pelo contrário, o rácio das amortizações diminuiu nos vários grupos de países (influenciado pelo peso de alguns países bastante endividados há mais tempo) enquanto se verificou a sua subida em Portugal (que é um devedor mais recente), sendo previsível que esta tendência se acentue.

Durante 1983, aumentou significativamente a percentagem dos reembolsos da dívida exigíveis a curto prazo (dívida a curto prazo mais amortização da dívida a médio e longo prazos) em relação às receitas

externas correntes e às reservas (excluindo o ouro). A primeira ascendeu a 59.3 por cento (após 34.7 por cento em 1981 e 49.8 por cento em 1982) enquanto a segunda passou do já elevado nível de 233.2 por cento em 1982 para 265.4 por cento.

Nesta matéria, em termos legislativos, destacou-se, já no início de 1984, a publicação do Dec.-Lei n.º 26/84, de 18 de Janeiro. Deste diploma resultou a criação, a nível governamental, do Conselho Coordenador do Financiamento Externo (do Sector público), com as seguintes competências:

- Definir a estratégia e o faseamento do recurso a empréstimos externos;
- Aprovar o programa anual de contracção de empréstimos externos das mesmas entidades;
- Analisar trimestralmente a execução dos programas aprovados, procedendo às revisões julgadas convenientes;
- Definir orientações e emitir directivas sobre

a gestão dos empréstimos externos, designadamente quanto a mercados, instrumentos, prazos, denominação em moedas e tipologia dos contratos a celebrar.

Dec.-Lei n.º 183/70, de 28 de Abril e n.º 12/82, de 20 Janeiro.

Prevêm-se ainda ajustamentos organizativos e processuais, no Banco de Portugal e fora dele, para permitir uma mais adequada gestão do endividamento externo, não se alterando, contudo, o regime de operações de capitais em vigor, estabelecido nos

4.2 Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior do Sector Monetário

No final de 1983, as reservas totais do País ascendiam a 7103 milhões de dólares, com o ouro do Banco de Portugal avaliado ao preço contabilístico

Quadro III.35 – DISPONIBILIDADES E RESPONSABILIDADES EM OURO E DIVISAS DAS INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS EM RELAÇÃO AO EXTERIOR

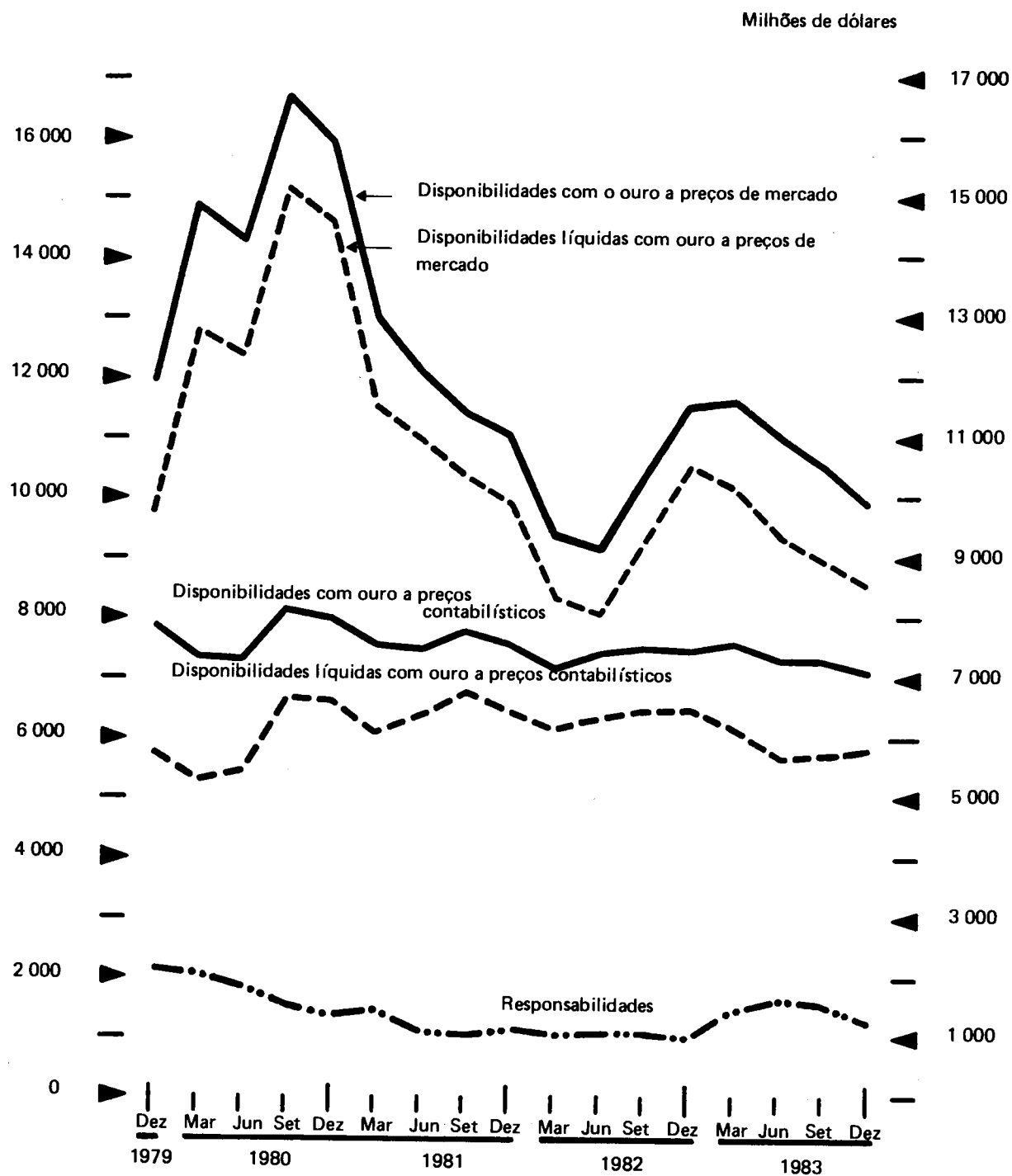
Milhões de dólares

	Instituições monetárias centrais								
	Banco de Portugal			Tesouro			Total das IMC		
	1981	1982	1983 ^P	1981	1982	1983 ^P	1981	1982	1983 ^P
1. Disponibilidades									
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço contabilístico ⁽¹⁾	6 125	6 098	5 545	94	39	76	6 219	6 137	5 621
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço de mercado ⁽²⁾	9 625	10 158	8 301	94	39	76	9 719	10 197	8 377
1.1 Posição de reserva no FMI	57	78	31	–	–	–	57	78	31
1.2 Ouro									
– ao preço contabilístico ⁽¹⁾	5 644	5 631	5 209	–	–	–	5 644	5 631	5 209
– ao preço de mercado ⁽²⁾	9 144	9 691	7 965	–	–	–	9 144	9 691	7 965
1.3 Moedas estrangeiras	399	371	290	94	39	76	493	410	366
1.4 Escudos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1.5 DSE	10	3	1	–	–	–	10	3	1
1.6 Títulos de organismos internacionais	15	15	14	–	–	–	15	15	14
2. Responsabilidades	947	827	1 168	–	–	–	947	827	1 168
2.1 Utilização do crédito do FMI	55	11	371	–	–	–	55	11	371
2.2 Moedas estrangeiras	868	793	772	–	–	–	868	793	772
2.3 Escudos	2	2	5	–	–	–	2	2	5
2.4 DSE	22	21	20	–	–	–	22	21	20
3. Disponibilidades líquidas (1. – 2.)									
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço contabilístico ⁽¹⁾	5 178	5 271	4 377	94	39	76	5 272	5 310	4 453
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço de mercado ⁽²⁾	8 678	9 331	7 133	94	39	76	8 772	9 370	7 209
	Outras instituições monetárias			TOTAL GERAL					
	1981	1982	1983 ^P	1981	1982	1983 ^P	1981	1982	1983 ^P
1. Disponibilidades									
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço contabilístico ⁽¹⁾	1 333	1 331	1 482	7 552	7 468	7 103			
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço de mercado ⁽²⁾	–	–	–	11 052	11 528	9 859			
1.1 Posição de reserva no FMI	–	–	–	57	78	31			
1.2 Ouro									
– ao preço contabilístico ⁽¹⁾	–	–	–	5 644	5 631	5 209			
– ao preço de mercado ⁽²⁾	–	–	–	9 144	9 691	7 965			
1.3 Moedas estrangeiras	1 333	1 331	1 482	1 826	1 741	1 848			
1.4 Escudos	–	–	–	10	3	1			
1.5 DSE	–	–	–	15	15	14			
1.6 Títulos de organismos internacionais	–	–	–	15	15	14			
2. Responsabilidades	185	168	129	1 132	995	1 297			
2.1 Utilização do crédito do FMI	–	–	–	55	11	371			
2.2 Moedas estrangeiras	185	168	129	1 055	963	906			
2.3 Escudos	–	–	–	–	–	–			
2.4 DSE	–	–	–	22	21	20			
3. Disponibilidades líquidas (1. – 2.)									
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço contabilístico ⁽¹⁾	1 148	1 163	1 353	6 420	6 473	5 806			
– c/ouro do Banco de Portugal ao preço de mercado ⁽²⁾	–	–	–	9 920	10 533	8 562			

(1) 254.92 dólares/onça.

(2) Média dos últimos três meses no mercado de Londres. 1981: 413.00 dólares/onça; 1982: 438.72 dólares/onça; 1983: 389.8 dólares/onça.
Taxas de câmbio Esc./USD no fim de cada ano: 65.249 (1981), 89.064 (1982) e 131.45 (1983).

Gráfico III.17 – DISPONIBILIDADES E RESPONSABILIDADES
DO SECTOR MONETÁRIO EM RELAÇÃO AO EXTERIOR



(254.92 dólares/onça). Em termos líquidos, i.e. deduzindo as responsabilidades a curto prazo do sector monetário, tais reservas totalizavam 5806 milhões de dólares, ou seja, 667 milhões abaixo do valor contabilizado no fim do ano anterior.

Com o ouro do Banco de Portugal valorizado a preços de mercado (média dos três meses anteriores), as reservas totais atingiam 9859 milhões de dólares no fim de 1983; em termos líquidos, estas disponibilidades eram de 8562 milhões de dólares, sendo a maior parte da sua redução durante o ano (1971 milhões de dólares) atribuível à quebra observada nas cotações do ouro.

Apesar da diminuição das disponibilidades do País em meios de pagamento sobre o exterior, estas con-

tinuam relativamente elevadas em termos comparativos e proporcionam uma apreciável margem de manobra a curto prazo: com o ouro a preços de mercado equivalem a cerca de 15.5 meses de importações; mesmo com o ouro ao preço contabilístico representam cerca de 11.2 meses de importações.

As reservas de ouro no final de 1983 ascendiam a 635.6 toneladas, das quais apenas 4.9 por cento se encontravam afectas à prestação de garantias de créditos a curto prazo ao Banco de Portugal. Estas disponibilidades reduziram-se em 51.5 toneladas durante 1983: 1.9 toneladas, em resultado de operações com o sector não monetário interno e, como anteriormente referido, 49.6 toneladas para reembolsar empréstimos ao Banco Central.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E ORÇAMENTAL

1. Política Monetária

1.1 Política monetária e contexto económico global

A definição e execução da política monetária ao longo de 1983 foi condicionada por uma maior incerteza quanto à evolução de variáveis macroeconómicas fundamentais, nomeadamente o défice da Balança de transacções correntes, o Crédito externo ao sector não monetário, o défice do Sector público administrativo e correspondente necessidade de crédito bancário e a própria procura de moeda pelos agentes económicos.

Numa economia como a portuguesa, em que grande parte do financiamento passa pelo sistema bancário, a política monetária é capaz de corrigir o desequilíbrio externo, desde que seja restritiva a ponto de conter suficientemente a procura interna. Porém, a experiência de 1981/82 mostra que o elevado recurso ao endividamento externo pode impedir a realização de alguns objectivos de política económica, designadamente a redução do défice da Balança de transacções correntes. De facto, o recurso ao enquadramento do crédito bancário interno é relativamente eficiente para controlar a evolução das disponibilidades líquidas sobre o exterior mas esta é, em princípio, compatível com diferentes saldos na Balança de transacções correntes e distintos graus de liquidez na economia. Isto porque o crédito externo constitui um meio de financiamento da Balança de transacções correntes e, além disso, um factor de criação monetária tal como o crédito bancário interno.

A consideração destes aspectos fez com que, a partir de meados de 1983, a finalidade principal da política monetária se deslocasse de um objectivo fixado em termos de reservas cambiais para o reequilíbrio da Balança de transacções correntes e controlo do endividamento externo. Consequentemente, houve que adaptar a metodologia de programação monetária por forma a que a variável de controlo passasse a ser o crédito total (interno e externo) dada uma determinada meta para o saldo da Balança de transacções correntes (ver secção 1.2). Com o novo esquema de controlo monetário, implementado a partir de Agosto de 1983, as variações no financiamento externo são, em princípio, compensadas por crédito interno, evitando-se que uma excessiva expansão (como aconteceu em 1981/82) ou brusca contracção (como no 1.º semestre de 1983) do crédito externo se repercuta inteiramente na liquidez da economia.

A vulnerabilidade da situação cambial no princípio de 1983 e a relativa incerteza quanto ao défice da Balança de transacções correntes e efectivas possibilidades de financiamento do mesmo, aconselhavam alguma prudência na compensação da quebra do crédito externo por uma maior expansão do crédito interno ao sector produtivo, tanto mais que na primeira metade do ano não era crível uma redução do défice e das necessidades de crédito do Sector público administrativo, como veio a acontecer.

A partir do 2.º semestre, o aparecimento de sinais de melhoria significativa na Balança de transacções correntes e a conclusão das negociações para a celebração de um acordo de estabilização económica com o Fundo Monetário Internacional (FMI) permitiram

Quadro IV.1.1 – SITUAÇÃO MONETÁRIA GLOBAL

Milhões de contos

	1981	1982				1983 *			
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	411.8	432.6	523.3	561.5	569.5	593.5	650.8	701.1	760.1
<i>Idem, em milhões de US\$</i>	6 311	6 170	6 254	6 363	6 395	6 078	5 563	5 650	5 781
Crédito total à economia	2 156.5	2 332.2	2 480.3	2 678.0	2 872.9	3 044.6	3 177.8	3 294.1	3 445.1
Interno	1 650.3	1 787.9	1 860.5	1 997.8	2 150.1	2 284.6	2 431.8	2 571.0	2 689.0
Externo ⁽¹⁾	506.2	544.3	619.8	680.2	722.8	760.0	746.0	723.1	756.1
Curto prazo	159.1	184.3	182.8	212.3	213.0	211.4	172.5	143.9	143.0
Médio e longo prazos	347.1	360.0	437.0	467.9	509.8	548.6	573.5	579.2	613.1
Crédito líquido ao sector público administrativo	425.6	497.5	531.0	587.5	636.0	702.4	781.6	833.1	834.6
Interno	305.4	376.0	373.9	425.5	462.2	532.3	591.7	632.2	581.0
Externo ⁽¹⁾	120.2	121.5	157.1	162.0	173.8	170.1	189.9	200.9	253.6
Crédito a empresas não financeiras e particulares	1 679.9	1 777.5	1 888.3	2 023.8	2 161.6	2 262.5	2 307.8	2 368.6	2 518.4
Interno	1 300.9	1 362.7	1 433.4	1 514.7	1 622.2	1 683.1	1 763.8	1 858.3	2 026.9
Externo ⁽¹⁾	379.0	414.8	454.9	509.1	539.4	579.4	544.0	510.3	491.5
Curto prazo	158.1	183.1	181.7	210.7	212.8	211.1	172.4	143.8	143.0
Médio e longo prazos	220.9	231.7	273.2	298.4	326.6	368.3	371.6	366.5	348.5
Empresas públicas não financeiras	642.4	686.9	743.0	819.6	866.5	928.5	929.9	948.2	1 002.7
Interno	321.1	333.2	349.1	371.6	383.9	405.9	437.2	482.7	551.1
Externo ⁽¹⁾	321.3	353.7	393.9	448.0	482.6	522.6	492.7	465.5	451.6
Curto prazo	145.2	170.0	169.9	199.7	206.0	203.8	166.4	141.6	141.2
Médio e longo prazos	176.1	183.7	224.0	248.3	276.6	318.8	326.3	323.9	310.4
Outras empresas não financeiras e particulares	1 037.5	1 090.6	1 145.3	1 204.2	1 295.1	1 334.0	1 377.9	1 420.4	1 515.8
Interno	979.8	1 029.5	1 084.3	1 143.1	1 238.3	1 277.2	1 326.6	1 375.6	1 475.9
Externo ⁽¹⁾	57.7	61.1	61.0	61.1	56.8	56.8	51.3	44.8	39.9
Curto prazo	12.9	13.1	11.8	11.0	6.8	7.3	6.0	2.2	1.8
Médio e longo prazos	44.8	48.0	49.2	50.1	50.0	49.5	45.3	42.6	38.1
Crédito a instituições financeiras não monetárias	51.0	57.2	61.0	66.7	75.4	79.7	88.4	92.4	92.1
Interno	44.0	49.2	53.2	57.6	65.8	69.2	76.3	80.5	81.1
Externo ⁽¹⁾	7.0	8.0	7.8	9.1	9.6	10.5	12.1	11.9	11.0
Curto prazo	1.0	1.2	1.1	1.6	0.2	0.3	0.1	0.1	0.0
Médio e longo prazos	6.0	6.8	6.7	7.5	9.4	10.2	12.0	11.8	11.0
Total do activo = Total do passivo	2 568.3	2 764.8	3 003.6	3 239.5	3 442.4	3 638.1	3 828.6	3 995.2	4 205.2
Circulação monetária	188.4	179.9	189.2	197.9	219.5	216.2	217.6	225.8	240.2
Depósitos à ordem	328.9	324.1	337.7	358.2	380.4	371.4	383.3	390.3	411.8
M ₁	517.3	504.0	526.9	556.1	599.9	587.6	600.9	616.1	652.0
Depósitos a prazo de residentes	827.0	903.9	957.1	1 019.9	1 066.3	1 139.7	1 189.2	1 230.3	1 282.5
M ₂	1 344.3	1 407.9	1 484.0	1 576.0	1 666.2	1 727.3	1 790.1	1 846.4	1 934.5
Depósitos de emigrantes	352.2	381.0	411.0	452.2	488.8	522.9	558.0	607.3	650.8
Quase-moeda	1 179.2	1 284.9	1 368.1	1 472.1	1 555.1	1 662.6	1 747.2	1 837.6	1 933.3
Aplicações de IFNM	27.2	25.2	25.8	25.9	23.1	21.8	24.6	24.1	25.7
M ₂ ⁺	1 723.7	1 814.2	1 920.8	2 054.1	2 178.1	2 272.0	2 372.7	2 477.8	2 610.9
Responsabilidades não monetárias do sistema bancário	57.7	71.4	97.1	110.8	124.2	161.1	189.9	211.2	235.0
Crédito externo a médio e longo prazos	46.4	59.0	80.9	96.7	106.7	127.0	163.0	184.3	203.5
Outras	11.3	12.4	16.2	14.1	17.4	34.0	26.9	26.8	31.5
Dívida externa não monetária (excluindo OIM)	598.5	681.7	873.5	977.2	1 038.8	1 166.9	1 374.6	1 426.4	1 533.7
Curto prazo	198.1	240.8	279.0	323.7	329.1	358.2	385.0	378.8	399.5
Médio e longo prazos	400.4	440.9	594.5	653.5	709.7	808.7	989.6	1 047.6	1 134.2
Contrapartida de flutuações cambiais	9.1	-5.8	-50.5	-70.8	-84.8	-135.6	-266.5	-284.6	-361.4
Banco de Portugal	101.4	131.6	203.2	226.2	231.2	271.3	362.1	418.7	416.2
Dívida externa não monetária	-92.3	-137.4	-253.7	-297.0	-316.0	-406.9	-628.6	-703.3	-777.6
Curto prazo	-39.0	-56.5	-96.2	-111.4	-116.1	-146.8	-212.5	-234.9	-256.5
Médio e longo prazos	-53.3	-80.9	-157.5	-185.6	-199.9	-260.1	-416.1	-468.4	-521.1
Recursos próprios e resultados e diversas, líquidas	179.2	203.3	162.7	168.2	186.2	173.7	158.0	164.5	186.9

recuperar a credibilidade nos mercados financeiros internacionais. Ao mesmo tempo, a política de crédito — cuja eficácia fora reforçada pela subida de 4 e 2.5 pontos percentuais das taxas de juro activas, respectivamente em Março e Agosto — era complementada pelas medidas tomadas no âmbito do programa de estabilização económica entretanto iniciado, designadamente pela desvalorização discreta do escudo, em Junho, e sobretudo pela inflexão da política orçamental num sentido restritivo. Consequentemen-

te foi possível, a partir de Agosto, aumentar os limites de crédito interno ao sector produtivo, para compensar a contracção do crédito externo.

A adaptação da oferta de crédito à nova situação requereu algum tempo e também é natural que na parte final do ano se tivesse começado a verificar alguma diminuição da procura de crédito resultante da subida das taxas de juro em Março e Agosto e da quebra da actividade económica, particularmente acentuada no 2.º semestre — o PIB, que em 1982 cresceu

Quadro IV.1.2 – FINANCIAMENTO E MASSA MONETÁRIA
Taxas de crescimento homólogas

	1982	1983			
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Financiamento					
Crédito total ⁽¹⁾	30.8	28.5	26.5	21.6	18.8
Interno	27.5	25.4	28.2	26.5	23.2
Externo	42.8	39.6	20.4	6.3	4.6
CLSP total ⁽¹⁾	35.4	30.8	35.8	32.5	24.7
Interno ⁽¹⁾	33.1	28.7	40.1	34.8	18.8
Externo	44.6	40.0	20.9	24.0	45.9
CENFP total	28.7	27.3	22.2	17.0	16.5
Interno	24.7	23.5	23.1	22.7	24.9
Externo	42.3	39.7	19.6	0.2	-8.9
Empresas públicas	34.9	35.2	25.2	15.7	15.7
Interno	19.6	21.8	25.2	29.9	43.6
Externo	50.2	47.8	25.1	3.9	-6.4
Outras empresas e particulares	24.8	22.3	20.3	18.0	17.0
Interno	26.4	24.1	22.3	20.3	19.2
Externo	-1.6	-7.0	-15.9	-26.7	-29.8
CIFNM total	47.8	39.3	44.9	38.5	22.1
Interno	49.5	40.7	43.4	39.8	23.3
Externo	37.1	31.3	55.1	30.8	14.6
Massa monetária					
Moeda M ₁	16.0	16.6	14.0	10.8	8.7
Depósitos a prazo de residentes (DP)	28.9	26.1	24.3	20.6	20.3
Moeda M ₂	23.9	22.7	20.6	17.2	16.1
Depósitos de emigrantes (DE)	38.8	37.2	35.8	34.3	33.1
Quase-moeda (DP + DE)	31.9	29.4	27.7	24.8	24.3
Moeda M ₂ ⁺	26.4	25.2	23.5	20.6	19.9

(1) Taxas homólogas calculadas incluindo 168.7 milhões de contos correspondentes à redução da dívida pública na posse do Banco de Portugal em contrapartida, da reavaliação das reservas de ouro efectuada em 1980.

3.2 por cento, estagnou (-0.1 por cento) em 1983. Esta evolução do produto deve associar-se não só aos efeitos da política de crédito (custo e disponibilidade) mas também à natureza restritiva da política orçamental e à redução dos programas de investimentos do Sector público, administrativo e empresarial, no âmbito do programa de estabilização económica iniciado no 2.º semestre.

O Sector das empresas públicas não financeiras, cujo financiamento nos últimos anos tinha sido assegurado predominantemente pelo exterior, foi o mais afectado pelas dificuldades de acesso ao crédito externo em 1983. Porém, a passagem da taxa de crescimento do crédito total a esse sector de 34.9 por cento em Dezembro de 1982 para 15.7 por cento no final de 1983 também reflecte a redução das suas necessidades de endividamento, particularmente na segunda metade do ano. De facto, o aumento do auto-financiamento, derivado da adopção de uma política de preços mais realista, e a contracção das necessidades de financiamento, resultante da referida redução dos investimentos, conjugaram-se numa menor procura de crédito. Por sua vez, a quebra do investimento do sector privado – a que não terá sido alheia a expectativa de evolução desfavorável da procura interna (diminuição de 7.1 por cento em 1983, contra um

aumento de 3.4 por cento em 1982) e o aumento do custo do crédito – também explica o abrandamento verificado no crédito total concedido às empresas privadas não financeiras e particulares, cuja taxa de crescimento passou de 24.8 por cento para 17 por cento no decurso do ano. Por sua vez, a taxa de crescimento do crédito total ao Sector público administrativo também registou uma acentuada desaceleração entre Junho (35.8 por cento) e Dezembro (24.7 por cento). Para o efeito contribuiu a redução do défice total do Sector público administrativo de 11.4 por cento do PIB em 1982 para 9.5 por cento em 1983, especialmente no 2.º semestre, em consequência da contenção de despesas públicas (subsídios e despesas de investimento) e do aumento de receitas (imposto extraordinário e distribuição antecipada de lucros do sistema bancário). Não obstante a moderação verificada, o crédito líquido ao Sector público em 1983 ainda absorveu mais de um terço (34.7 por cento) da expansão do crédito total à economia. O acréscimo deste, que em 1982 representou 38.6 por cento do PIB, não foi além de 25 por cento do PIB em 1983, valor a que corresponde uma taxa de crescimento no final do ano de 18.8 por cento, bastante inferior à taxa de inflação no período (33.9 por cento).

Naturalmente que a taxa de expansão do crédito interno bancário foi bem mais acentuada (23.2 por cento), mas inferior à considerada no programa monetário acordado com o FMI (26.9 por cento)⁽¹⁾, o mesmo tendo acontecido com a taxa de crescimento da massa monetária M_2^+ (19.9 por cento no final do ano contra 23.1 por cento no acordo com o FMI). As dificuldades de financiamento do défice da Balança de transacções correntes – que ficou 314 milhões de dólares abaixo da meta fixada no acordo com o FMI – e alguma incerteza relativamente às necessidades de financiamento do Sector público administrativo explicam um certo ajustamento da oferta de

crédito interno à desaceleração da procura de moeda, que, no entanto, foi de menor escala na parte final do ano. O facto da massa monetária no final de Dezembro de 1983 ter ficado 71.1 milhões de contos abaixo do valor programado teve como contrapartida desvios do mesmo sinal no crédito interno a empresas e particulares (49.2 milhões de contos) e no crédito líquido ao Sector público (36.3 milhões de contos). Este último desvio explica-se pela já referida contenção do défice do Sector público administrativo, enquanto o primeiro está associado à mencionada prudência na oferta de crédito e a uma eventual redução da procura de crédito na parte final do ano.

A quebra verificada na taxa de crescimento do crédito total à economia acompanhou a desaceleração da massa monetária, particularmente nos meios imediatos de pagamento (M_1) mas também nos depósitos a prazo (sobretudo de empresas), na medida em que

(1) Valor calculado tendo em conta a dedução de 12 milhões de contos ao limite fixado, conforme Carta de Intenções, por a variação do crédito externo líquido ao Sector público administrativo, em 1983, ter excedido 60 milhões de contos.

Quadro IV.1.3 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA MONETÁRIO ACORDADO COM O FMI

Milhões de contos	1982	1983		Diferenças		
	Dez.	Dez.				
		Prog. FMI	Observado	2 - 1	3 - 1	3 - 2 =
	1	2	3	4	5	5 - 4 = 6
Disponibilidades líquidas sobre o exterior ⁽¹⁾	569.5	624.5	760.1	55.0	190.6	135.6
Idem, em milhões de dólares ⁽¹⁾	6 395	5 266	5 782	-1 129	-613	516
Crédito interno total	2 150.2	2 774.5 ⁽²⁾	2 689.0	624.3	538.8	-85.5
	(27.5)	(26.9)	(23.2)			
CLSP	462.2	617.3 ⁽²⁾	581.0	155.1	118.8	-36.3
	(33.1)	(24.6)	(18.8)			
CEP	1 688.0	2 157.2	2 108.0	469.2	420.0	-49.2
	(25.5)	(27.8)	(24.9)			
ACTIVO = PASSIVO	2 719.7	3 399.0	3 449.1	679.3	729.4	50.1
Moeda M_1^-	599.9	660.0	652.0	60.1	52.1	-8.0
	(16.0)	(10.0)	(8.7)			
Depósitos a prazo de residentes	1 066.3	1 337.0	1 282.5	270.7	216.2	-54.5
	(28.9)	(25.4)	(20.3)			
Moeda M_2^-	1 666.2	1 997.0	1 934.5	330.8	268.3	-62.5
	(23.9)	(19.9)	(16.1)			
Depósitos de emigrantes	488.8	667.0	650.8	178.2	162.0	-16.2
	(38.8)	(36.5)	(33.1)			
Aplicações de IFNM	23.1	18.0	25.7	-5.1	2.6	7.7
Moeda M_2^+	2 178.1	2 682.0	2 610.9	503.9	432.8	-71.1
	(26.4)	(23.1)	(19.9)			
Responsabilidades não monetárias	124.2	192.0	235.0	67.8	110.8	43.0
Contrapartida de flutuações cambiais – Banco de Portugal	231.2	347.0	416.2	115.8	185.0	69.2
Diversos líquidos	186.2	178.0 ⁽²⁾	187.0	-8.2	0.8	9.0

(1) O programa monetário acordado com o FMI previa implicitamente uma perda de 1 129 milhões de dólares no ano, mas a *performance clause* considerada na Carta de Intenções fixava a perda máxima de 1 600 milhões de dólares entre Janeiro de 1983 e Fevereiro de 1984.

No saldo das disponibilidades líquidas sobre o exterior não estão excluídos os resultados das vendas de ouro efectuadas em 1978 (676 milhões de dólares) e em 1983 (257 milhões de dólares). Excluindo este último valor a diferença entre o valor observado e o programado no acordo com o FMI não seria de 516 mas sim de 259 milhões de dólares.

(2) Valores deduzidos de 12 milhões de contos, conforme Carta de Intenções, por a variação do crédito externo líquido ao Sector público administrativo ter excedido 60 milhões de contos.

Nota: Entre parêntesis as taxas de crescimento anuais. As taxas relativas ao CLSP e o crédito interno total foram calculadas incluindo 168.7 milhões de contos relativos à reavaliação das reservas de ouro em 1980.

estes são um substituto próximo daqueles. A interacção entre crédito e moeda, que em 1981/82 funcionou em sentido expansionista, passou a actuar de forma contraccionista em 1983, o que se reflectiu no aumento da velocidade de rendimento de todas as componentes da massa monetária. A atestar a influência da oferta de crédito no comportamento dos agregados monetários está o facto de, a partir de Agosto de 1983, altura em que começou a compensar-se a redução do crédito externo (por crédito interno), a queda da taxa de crescimento de M_2^+ se ter começado a atenuar, estabilizando à volta dos 20 por cento no final de 1983, valor que se manteve já no 1.º trimestre de 1984.

Por outro lado, a queda do rendimento real e a diminuição da taxa de poupança das famílias (27.5 por cento em 1982 e 25.1 por cento em 1983) também contribuiu para o abrandamento da expansão monetária, especialmente dos depósitos a prazo. Estes também terão sido influenciados pela maior oferta de aplicações alternativas para a poupança, quer a nível de instituições, quer de instrumentos. Com efeito, em 1983 assistiu-se não só ao aumento da emissão das tradicionais obrigações de empresas públicas mas também ao lançamento de novos activos financeiros (contas poupança-títulos e obrigações de caixa) e ao desenvolvimento da actividade de intermediários financeiros não bancários (caixas económicas e de crédito agrícola mútuo, sociedades de investimento e de *leasing*), o que terá contribuído para uma relativa perda de posição dos depósitos bancários na carteira de activos dos agentes económicos. No entanto, a expressão quantitativa destas aplicações alternativas é ainda muito diminuta comparativamente com os depósitos a prazo. O diferencial de juro entre as taxas passivas, líquidas de imposto, e as taxas activas, cobradas antecipadamente, também poderá explicar alguma desintermediação de depósitos e crédito bancário em favor de financiamentos directos, mas não há evidência de que tivesse tido relevância.

Por sua vez, era de esperar que a subida da taxa de juro dos depósitos a prazo — que pode ser tomada como indicador do custo de oportunidade do M_1 e induz normalmente alguma transferência de recursos deste para aquele agregado monetário — tivesse contribuído para contrariar a desaceleração de M_2^+ . Porém, tal não aconteceu, pelo menos na medida em que se esperava, possivelmente porque esse efeito foi em parte neutralizado pelas expectativas de desvalo-

rização do escudo, registadas no 1.º semestre, e de agravamento da inflação, especialmente na segunda metade do ano.

A contracção do crédito externo ao sector não monetário da economia também explica a quebra verificada nas disponibilidades líquidas sobre o exterior em 1983. Esta foi de 613 milhões de dólares, que compara com o acréscimo de 84 milhões de dólares em 1982, apesar do défice da Balança de transacções correntes no último ano ter sido 48 por cento menor do que em 1982. Porém, enquanto nesse ano o défice foi financiado basicamente por crédito externo a empresas públicas e ao Estado, em 1983 o reduzido contributo do sector não monetário para o financiamento da Balança de transacções correntes obrigou a um maior recurso a operações monetárias. Assim, para assegurar a normalidade dos pagamentos externos, o Banco de Portugal, para além de reduzir ligeiramente o seu fundo de maneo em divisas, obteve financiamentos externos a curto prazo, no montante de 1100 milhões de dólares, cujas amortizações foram efectuadas recorrendo à venda, no mercado internacional, de parte do ouro (49.6 toneladas) afecto à garantia dos referidos créditos. Os lucros obtidos nessas transacções (257 milhões de dólares) atenuaram a queda verificada nas disponibilidades líquidas do sistema bancário sobre o exterior, cujo saldo passou de 6395 milhões de dólares em Dezembro de 1982 para 5782 milhões de dólares no final de 1983. Mas mesmo não considerando esses lucros, a variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior ficou aquém da variação implícita no programa acordado com o FMI (-870 contra -1129 milhões de dólares). A *performance clause* fixada na Carta de Intenções estabelecia que a perda de disponibilidades líquidas sobre o exterior não deveria ultrapassar 1600 milhões de dólares entre o início de 1983 e o fim de Fevereiro de 1984 e a quebra efectivamente verificada nesse período foi de 1121 milhões de dólares (sem considerar os lucros da venda de ouro).

A política monetária seguida em 1983 inseriu-se num contexto temporal alargado procurando reduzir progressivamente o défice da Balança de transacções correntes para um valor sustentável — atendendo às possibilidades de endividamento externo e de utilização criteriosa das reservas de ouro — sem asfixiar demasiado o normal funcionamento da actividade económica.

1.2 Programação e instrumentos do controlo monetário

O enquadramento do crédito bancário interno tem-se revelado um instrumento relativamente adequado para controlar a evolução das disponibilidades líquidas sobre o exterior. Contudo, o avultado recurso ao crédito externo verificado em 1981/82 permitiu, sem prejudicar o referido objectivo, acomodar um crescimento excessivo do produto nominal e financiar elevados défices não sustentáveis da Balança de transacções correntes nesse período. *Grosso modo*, e abstraindo de flutuações cambiais e da variação das reservas do Tesouro, a variação das disponibilidades líquidas do sistema bancário sobre o exterior (ΔDLX) é igual à soma dos saldos das Balanças de Transacções Correntes (BTC) e das Operações de Capitais não Monetários (BK). Esta igualdade permite evidenciar que ΔDLX é compatível com qualquer saldo da BTC, tudo dependendo do valor de BK. Substituindo na equação do balanço consolidado do sistema bancário (em termos de variações) o acréscimo das DLX pela soma dos saldos da BTC e de BK, obtém-se a equação fundamental da programação monetária:

$$BTC + BK + \Delta CIT \simeq \Delta M_2 + \Delta D$$

onde $\Delta CIT = \Delta CLSP + \Delta CEP$ representa o acréscimo do crédito interno ao Sector público, em termos líquidos ($\Delta CLSP$), e às empresas e particulares (ΔCEP); ΔM_2 é a variação da massa monetária e ΔD o acréscimo das restantes responsabilidades, líquidas da variação das disponibilidades não incluídas nas DLX nem no CIT. Atendendo ainda a que BK corresponde, em grande medida, à variação do saldo líquido (das amortizações) da dívida externa do sector não monetário ($\Delta CXNM$) juntamente com o financiamento líquido a médio e longo prazos às OIM ($\Delta CXOIM$) — uma vez que o investimento directo estrangeiro e as operações de *leads and lags*, que integram a balança de capitais não monetários mas não correspondem a dívida externa registada, não são quantitativamente muito expressivos — a equação atrás mencionada transforma-se em:

$$BTC + \Delta CXOIM + \Delta CXNM + \Delta CLSP + \Delta CEP \simeq \Delta M_2 + \Delta D^{(1)}$$

(1) Note-se que ΔD inclui as responsabilidades das OIM por financiamentos externos a médio e longo prazos ($= \Delta CXOIM$) e a contrapartida de flutuações cambiais.

Esta relação, para além de evidenciar a interdependência entre a BTC e as variáveis monetárias (incluindo o crédito externo), mostra claramente que a mudança de objectivo das DLX para a BTC fez com que o controlo monetário se tivesse de passar a exercer sobre o crédito total à economia ($\Delta CXNM + \Delta CLSP + \Delta CEP$), o que requereu a alteração do processo de programação monetária, a partir de Agosto de 1983, como já foi referido.

Além das dificuldades já antes existentes — nomeadamente, estimativas correctas para os principais determinantes de ΔM_2 , designadamente a evolução do produto e dos preços, e das necessidades de crédito bancário do Sector público administrativo ($\Delta CLSP$) — a nova metodologia de programação implica, por um lado, consistência entre o objectivo fixado para a BTC e as restantes variáveis macroeconómicas e, por outro lado, informação adequada em tempo útil sobre a realização de empréstimos externos pelo sector não monetário, designadamente Estado e empresas públicas, embora o controlo do endividamento externo não se limite à sua correcta previsão e inserção na programação monetária, mas abranja a própria gestão da dívida na sua globalidade⁽¹⁾.

A programação monetária e do crédito, feita com base na referida equação, conduz naturalmente à determinação do ΔCIT , ao qual se deduz o financiamento do Banco de Portugal ao sector não monetário, basicamente CLSP, para residualmente se obter a variação do crédito interno a conceder pelas OIM⁽²⁾.

(1) Na sequência do propósito manifestado na Carta de Inções dirigida ao FMI, o Dec.-Lei n.º 26/84, de 18 de Janeiro, atribuiu “explicitamente ao Banco de Portugal competência genérica referente ao registo, análise, programação e gestão da dívida externa, sujeita, no entanto, à orientação superior de um órgão a nível governamental criado para o efeito — o Conselho Coordenador do Financiamento Externo”. O citado diploma sujeita ainda “as principais operações em que se concretiza o endividamento — créditos financeiros negociados pelo Estado e empresas públicas — a nova tramitação que possibilite uma programação prévia e um adequado controlo da referida execução”.

(2) O valor assim obtido é ainda objecto de ajustamentos em resultado da existência de créditos não sujeitos a enquadramento que, no fundamental, são créditos concedidos por contrapartida de recursos que, independentemente da sua atractividade para as OIM, interessam especialmente ao País, designadamente como fonte de financiamento do défice externo. É o caso dos créditos concedidos pelo Banco Mundial para re-financiamento de operações do IFADAP e do IAPMEI e pela *Commodity Credit Corporation* (CCC), para financiar a importação de produtos agrícolas dos EUA.

1.2.1 Limites de crédito

A distribuição do saldo do limite do crédito pelas várias OIM é, como se sabe, distinta, consoante se trate de Bancos Comerciais (BC) ou Instituições Especiais de Crédito (IEC), sendo a restritividade dos limites atribuídos às IEC ligeiramente menor. A diferenciação fundamenta-se no facto do crédito concedido por estas instituições ser, na sua maior parte, crédito a médio e longo prazos, de baixa rotatividade e dirigido a sectores prioritários do ponto de vista económico-social (v.g. habitação) e enquadra-se numa preocupação de selectividade do crédito (em termos quantitativos) que visa minorar alguns dos efeitos da política monetária restritiva. Por sua vez, o critério utilizado na distribuição dos limites pelos vários bancos comerciais — peso relativo de cada banco na estrutura ponderada dos recursos do conjunto da banca comercial e reponderada pelo rácio crédito preferencial/crédito total de cada banco — pretende salvaguardar o dinamismo na captação dos recursos privilegiados pela política monetária, aos quais se atribui maior ponderação, e ainda incentivar a concessão de crédito preferencial.

A função principal de enquadramento do crédito, como instrumento de controlo monetário, consiste nas presentes circunstâncias em esterilizar uma parte da liquidez bancária resultante do avultado financiamento do Sector público administrativo pelo Banco de Portugal. Em princípio, quanto mais apertados forem os limites de crédito maiores serão as aplicações dos bancos no Mercado Interbancário de Títulos (MIT) e/ou a ultrapassagem dos limites de crédito, opção em parte dependente da taxa de juro no MIT e da taxa de juro do crédito, líquida da penalização correspondente ao excesso sobre os limites. Deste modo, o desvio entre o crédito concedido e o autorizado (isto é, crédito sujeito a limite e crédito não enquadrado) não é pois necessariamente uma medida rigorosa do grau de restritividade da política de crédito. No entanto, a manutenção, desde Julho de 1982 a Julho de 1983, de um desvio positivo da ordem dos 2 por cento do crédito autorizado dá, apesar de tudo, uma ideia da natureza restritiva da política monetária nesse período.

Em Agosto de 1983, os limites de crédito foram consideravelmente aumentados para possibilitar às empresas substituírem crédito externo, dificilmente renovável, por crédito interno. A partir de então, a fixação dos limites passou a ter expressamente em conta a evolução do endividamento externo líquido previsível para cada período.

O aumento dos limites a partir de Agosto permitiu praticamente eliminar o desvio de 24.5 milhões de contos entre o crédito interno concedido e os limites de crédito para Julho — quase totalmente localizado nos BC (22.7 milhões de contos) — e passar para desvios negativos em Setembro e Outubro. Esta mudança de situação explica-se, naturalmente, pelo tempo necessário para que os bancos se adaptassem à maior disponibilidade dos limites de crédito e porventura, também, por uma ligeira diminuição de procura de crédito. Porém, esta afirmação deve ser encarada com alguma prudência, já que em Dezembro o crédito concedido ultrapassava o autorizado em 8.5 milhões de contos, embora este desvio representasse apenas 0.37 por cento do crédito autorizado e se localizasse fundamentalmente em dois bancos comerciais. Os desvios, quer positivos quer negativos, foram de menor amplitude nas IEC, o que, para além do presumível abrandamento da procura de crédito, está associado ao já referido processo de atribuição dos limites e à maior participação do crédito não enquadrado nos limites de crédito dessas instituições (6.8 por cento nas IEC e 5.9 por cento nos BC).

1.2.2 Taxas de juro

A situação de relativa proximidade entre o crédito concedido e os limites, ao actual nível da taxa de juro, faz admitir que haja uma melhor adequação do preço e da quantidade do crédito disponível que, como se sabe, são ambos fixados administrativamente. Embora se possa pensar que a existência de limites de crédito pode, em princípio, permitir taxas de juro inferiores às de equilíbrio, para facilitar a melhoria da situação financeira das empresas e o relançamento do investimento produtivo, isso tem efeitos negativos ao nível da afectação dos recursos e da eficácia da actual política monetária. Esta requer que o controlo administrativo do crédito seja complementado e reforçado por uma adequada política de taxas de juro. Além disso, taxas de juro artificialmente baixas relativamente às expectativas inflacionistas e de remuneração no exterior não contribuem para a credibilidade da política e não estimulam o investimento produtivo, mas antes a especulação.

O aumento do custo do crédito em Março (4 pontos percentuais) e Agosto (2.5 pontos percentuais) de 1983, actuou no sentido de reduzir a procura de crédito, reforçando assim a eficácia dos limites de crédito na contenção da despesa interna e, por essa via, contribuindo para a correcção do desequilíbrio externo. Por sua vez, a subida das taxas de juro dos

Quadro IV.1.4 – CONTROLO DOS LIMITES DE CRÉDITO

Milhões de contos

	Limites			Créditos não enquadrados					
	Bancos comerciais	Inst. Esp. de Crédito	Total	Total ⁽¹⁾			donde: Commodity Credit Corporation		
				Bancos comerciais	Inst. Esp. de Crédito	Total	Bancos comerciais	Inst. Esp. de Crédito	Total
1981									
Dezembro	819.90	496.60	1 316.50	95.18	25.31	120.49	—	—	—
1982									
Março	846.51	525.90	1 372.41	107.70	32.39	140.09	5.93	1.29	7.22
Junho	868.62	556.30	1 424.92	121.30	36.52	157.82	18.68	1.52	20.20
Setembro ⁽³⁾	1 013.60	628.80	1 642.40	27.64	11.06	38.69	27.23	4.48	31.72
Dezembro	1 069.69	659.80	1 729.49	32.91	19.37	52.28	30.32	9.77	40.09
1983									
Janeiro	1 060.24	668.80	1 729.04	35.38	19.30	54.68	32.74	13.18	45.92
Fevereiro	1 066.69	679.50	1 746.19	34.10	21.69	55.79	33.43	15.44	48.87
Março	1 092.26	691.80	1 784.06	37.59	27.56	65.15	36.86	17.97	54.83
Abril	1 102.66	703.80	1 806.46	36.46	29.08	65.54	35.68	20.49	56.17
Maio	1 105.76	715.80	1 821.56	41.32	31.71	73.03	40.47	21.69	62.16
Junho	1 124.06	728.84	1 852.90	49.06	41.84	90.90	48.14	25.58	73.72
Julho	1 138.67	740.22	1 878.89	51.65	47.59	99.24	50.68	26.72	77.40
Agosto	1 184.48	758.60	1 943.08	54.08	49.64	103.72	53.08	27.98	81.06
Setembro	1 213.38	771.80	1 985.18	58.09	47.21	105.30	56.97	30.08	87.05
Outubro	1 245.18	785.20	2 030.38	62.49	45.49	107.98	61.32	29.26	90.58
Novembro	1 260.10	795.00	2 055.10	67.90	54.07	121.97	66.71	34.21	100.92
Dezembro	1 301.50	812.20	2 113.70	81.11	58.91	140.02	73.94	33.78	107.72

(1) Incluem, além da *Commodity Credit Corporation*, as flutuações cambiais no Banco de Fomento Nacional, os financiamentos do BIRD ao IFADAP e IAPMEI, o saldo da conta-corrente com o Tesouro na Caixa Geral de Depósitos, etc.; até Setembro de 1982 (exclusivé), incluem também o saldo das Aplicações Financeiras.

(2) A tolerância total fixada para as Instituições Especiais de Crédito é de 3 milhões de contos.

(3) A partir de Setembro de 1982 os limites passaram a incluir as Aplicações Financeiras.

depósitos (5 e 2 pontos percentuais, respectivamente em Março e Agosto de 1983) destinou-se a aumentar as taxas de juro reais e o diferencial de juros relativamente ao exterior, de modo a estimular a formação de poupança e a sua aplicação em Portugal, e assim contribuir também para a melhoria das contas com o exterior.

A expectativa da desvalorização do escudo na primeira metade do ano poderá ter constituído um atractivo para aplicação da poupança — quer de emigrantes, quer de residentes — em activos expressos em moeda estrangeira. Talvez por isso a subida de 5 pontos percentuais na taxa de juro dos depósitos a prazo em Março não tivesse tido os efeitos esperados. Aliás o contributo dessa subida para a melhoria do diferencial de juros relativamente ao exterior foi de apenas 2 pontos percentuais, pois na mesma altura a taxa de desvalorização mensal do escudo subiu de 0,75 por cento para 1 por cento ao mês, o que corresponde ao aumento de 3 pontos percentuais na taxa de desvalorização anual. Após a eliminação (ou forte redução) das expectativas de desvalorização discreta do escudo, pela concretização da mesma em Junho (12

por cento em termos efectivos), o aumento da inflação e das expectativas inflacionistas, na segunda metade do ano, voltaram a neutralizar em grande parte os efeitos das referidas subidas das taxas de juro passivas. Isto, se por um lado mostra os condicionaismos a que, presentemente, se encontra sujeita a formulação da política económica em Portugal, por outro lado, põe em evidência a importância dos diferentes instrumentos serem manejados criteriosamente e articuladamente, por forma a que se revistam de credibilidade.

Em suma, os principais instrumentos de controlo monetário utilizados em 1983 continuaram a ser o enquadramento do crédito e as taxas de juro, em estreita ligação com a taxa de desvalorização do escudo. Deve, no entanto, salientar-se que a política de taxas de juro e o novo esquema de articulação entre crédito interno e externo melhoraram bastante a gestão e eficácia dos limites de crédito, enquanto instrumento de gestão da procura agregada, embora ainda haja progressos importantes a conseguir, designadamente no que respeita ao montante e modo de financiamento do Sector público administrativo.

Total de crédito autorizado			Crédito concedido			Tolerância utilizada IEC ⁽²⁾	Desvios		
Bancos comerciais	Inst. Esp. de Crédito	Total	Bancos comerciais	Inst. Esp. de Crédito	Total		Bancos comerciais	Inst. Esp. de Crédito	Total
915,08	521,91	1 436,79	919,16	530,00	1 449,16	3,00	4,08	5,09	9,17
954,21	558,29	1 512,50	952,36	565,29	1 517,65	2,99	-1,86	4,01	2,15
989,92	592,92	1 582,74	991,36	601,04	1 592,40	3,00	1,44	5,22	6,66
1 041,24	639,86	1 681,09	1 053,11	645,73	1 698,84	2,96	11,87	2,91	14,78
1 102,60	679,19	1 781,77	1 128,08	691,36	1 819,44	3,00	25,48	9,18	34,66
1 095,62	688,10	1 783,72	1 125,07	703,63	1 828,70	3,00	29,45	12,53	41,98
1 100,79	701,19	1 801,98	1 131,79	716,24	1 848,03	3,00	31,00	12,05	43,05
1 129,85	719,36	1 849,21	1 148,08	732,38	1 880,46	2,88	18,23	10,14	28,37
1 139,12	732,88	1 872,00	1 156,76	742,73	1 899,49	2,80	17,64	7,04	24,68
1 147,08	747,51	1 894,59	1 166,26	754,00	1 920,26	2,56	19,18	3,93	23,11
1 173,12	770,68	1 943,80	1 199,36	776,29	1 975,65	2,80	26,24	2,81	29,05
1 190,32	787,81	1 978,13	1 213,02	791,90	2 004,92	2,32	22,70	1,77	24,47
1 238,56	808,24	2 046,80	1 241,51	808,00	2 049,50	1,21	2,95	-1,46	1,49
1 271,47	819,01	2 090,48	1 263,47	816,27	2 079,74	0,73	-8,00	-3,47	-11,47
1 307,67	830,69	2 138,36	1 297,93	829,86	2 127,79	1,73	-9,74	-2,56	-12,30
1 328,00	849,07	2 177,07	1 330,89	850,47	2 181,36	2,41	2,89	-1,01	1,88
1 382,61	871,11	2 253,72	1 390,42	874,06	2 264,48	2,25	7,81	0,70	8,51

1.3 Liquidez Primária

A Liquidez Primária Total (LPT) aumentou, em 1983, cerca de 119 milhões de contos. Para esta variação contribuiu principalmente a Base Monetária, cujo aumento se cifrou em 62.7 milhões de contos enquanto a variação da Liquidez Primária Potencial (LPP) foi de 56.1 milhões de contos, (Quadro IV.1.5). Em termos médios, a situação da liquidez primária não se alterou significativamente de 1982 para 1983; o rácio entre o M_2 e a Base Monetária (valor médio) foi de 3.59 em 1983, quando fora de 3.69 no ano anterior. Tomando para denominador a LPT este rácio assumiu o valor de 2.14 em 1983 contra 2.23 em 1982.

Como é sabido, a Base Monetária é composta pelas notas e moedas em circulação e pelas reservas dos bancos quando sob a forma de depósitos à ordem junto do Banco de Portugal e/ou numerário. Para além das reservas sob esta forma os bancos detêm outros activos com elevado grau de liquidez, i.e., que rapidamente e a baixo custo se podem transformar em Base Monetária; são fundamentalmente as aplicações nos mercados interbancários, as disponibilidades em divisas e a possibilidade de recurso ao redesconto. Ou

Quadro IV.1.5 – LIQUIDEZ PRIMÁRIA TOTAL
Principais componentes
Valores em fim de período

Milhões de escudos			
	Base monetária	Liquidez primária potencial	Liquidez primária total
1980			
Média	229 541	151 245	380 786
1981			
Média	304 307	220 257	524 564
1982			
1.º trim. . .	359 117	256 776	615 893
2.º trim. . .	399 006	271 701	670 707
3.º trim. . .	426 479	289 448	715 927
4.º trim. . .	477 577	266 082	743 659
Média	415 545	271 002	686 547
1983			
1.º trim. . .	473 178	326 171	799 349
2.º trim. . .	506 909	347 395	854 304
3.º trim. . .	510 305	377 369	887 674
4.º trim. . .	540 300	322 143	862 443
Média	507 673	343 270	850 943

seja, todo um conjunto de activos que integram o que se convencionou chamar de Liquidez Primária Potencial. Esta juntamente com a Base Monetária (ou liquidez primária actual) formam a Liquidez Primária Total, cujos valores mensais para 1983 se apresentam no Quadro IV.1.6.

Quadro IV.1.6 – LIQUIDEZ PRIMÁRIA TOTAL

Milhões de escudos

	1982		1983					
	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	
Liquidez Internacional	584 508	578 000	599 327	614 152	608 445	600 552	672 224	
Disponibilidades sobre o exterior	658 118	661 142	678 744	734 676	728 176	747 305	841 991	
Ouro	501 556	518 008	520 894	549 492	552 388	563 647	644 435	
D\$E e Divisas	156 562	143 134	157 850	185 184	175 788	183 658	197 556	
Banco de Portugal	38 008	24 964	42 370	62 198	46 246	45 956	35 389	
Outras Instituições Monetárias	118 554	118 170	115 480	122 986	129 542	137 702	162 167	
Responsab. do Banco de Portugal para com o exterior	73 610	74 142	79 417	120 524	119 731	146 753	169 767	
Crédito ao Sector público, líquido	384 939	413 323	426 363	444 015	462 993	483 351	515 445	
Crédito do Banco de Portugal, líquido	309 751	306 928	309 246	331 676	327 030	378 699	418 318	
Mercado Interbancário de Títulos	75 188	106 395	117 117	112 339	135 963	104 652	97 127	
Obrigações do MIT	75 188	89 145	97 617	83 909	108 213	70 042	61 417	
Bilhetes do Tesouro	..	17 250	19 500	28 430	27 750	34 610	35 710	
Crédito a IFNM (inclui Cred. Cob. Duv.)	26 947	27 029	26 875	27 570	27 059	27 516	27 461	
Crédito a Instituições Monetárias	67 842	68 985	68 018	68 525	67 721	68 067	67 715	
Total dos limites de redesconto (3.º escalão)	66 206	66 206	66 206	66 206	66 206	66 206	66 206	
Outros créditos (inclui Cred. Cob. Duv.)	1 636	2 779	1 812	2 319	1 515	1 861	1 509	
TOTAL DO ACTIVO = TOTAL DO PASSIVO	1 064 236	1 096 337	1 120 583	1 154 262	1 166 218	1 179 486	1 282 845	
Base Monetária	477 577	464 364	461 368	473 178	462 830	485 306	506 909	
Circulação monetária	219 534	210 098	208 721	216 187	214 709	212 808	217 615	
Reservas legais	216 305	219 721	223 116	226 896	230 631	233 296	237 530	
Reservas suplementares	4 355	11 475	8 486	17 241	..	19 970	28 470	
Reservas excedentárias	32 964	18 321	15 748	8 118	13 141	15 136	17 849	
Depósitos de IFNM	4 419	4 749	5 297	4 736	4 349	4 096	5 445	
Liquidez Primária Potencial	266 082	303 156	328 678	326 171	353 649	327 370	347 395	
Redesconto não utilizado	49 343	49 625	49 533	49 508	51 581	51 548	51 389	
Depósitos especiais no Banco de Portugal	22 997	28 966	46 548	41 338	36 563	33 468	36 712	
Aplicações nos Mercados Interbancários	75 188	106 395	117 117	112 339	135 963	104 652	97 127	
Disponibilidades em divisas das OIM	118 554	118 170	115 480	122 986	129 542	137 702	162 167	
(idem em 10 ⁶ US\$)	(1 331.1)	(1 284.4)	(1 251.8)	(1 259.5)	(1 319.3)	(1 374.1)	(1 386.3)	
Outras Responsabilidades	320 577	328 817	330 537	354 913	349 739	366 810	428 541	
Recursos próprios e resultados	104 785	104 749	104 748	104 473	104 473	97 060	96 397	
Contrapartida de flutuações cambiais e outras operações sobre reservas	231 166	245 170	247 864	271 282	273 583	283 430	362 061	
Contas diversas, líquido	-15 374	-21 402	-22 075	-20 842	-28 317	-13 680	-29 917	

	1983					
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez. ^P
Liquidez Internacional	724 526	743 523	720 957	716 291	721 598	778 165
Disponibilidades sobre o exterior	861 564	919 453	897 626	886 725	888 300	931 753
Ouro	657 770	662 180	649 827	652 578	671 349	684 735
DSE e Divisas	203 794	257 273	247 799	234 147	216 951	247 018
Banco de Portugal	22 156	65 114	75 128	58 832	37 149	44 167
Outras Instituições Monetárias	181 638	192 159	172 671	175 315	179 802	202 851
Responsab. do Banco de Portugal para com o exterior	137 038	175 930	176 669	170 434	166 702	153 588
Crédito ao Sector público, líquido	505 980	533 616	566 675	551 121	541 341	491 580
Crédito do Banco de Portugal, líquido	443 521	442 222	439 646	440 986	451 073	436 700
Mercado Interbancário de Títulos	62 459	91 394	127 029	110 135	90 268	54 880
Obrigações do MIT	47 829	31 479	25 129	87 305	90 268	54 880
Bilhetes do Tesouro	14 630	59 915	101 900	22 830	..	..
Crédito a IFNM (inclui Cred. Cob. Duv.)	29 968	31 506	32 817	35 166	35 720	36 315
Crédito a Instituições Monetárias	68 245	67 611	67 607	67 811	68 710	75 711
Total dos limites de redesconto (3.º escalão)	66 206	66 206	66 206	66 206	66 206	74 109
Outros créditos (inclui Cred. Cob. Duv.)	2 039	1 405	1 401	1 702	2 601	1 602
TOTAL DO ACTIVO = TOTAL DO PASSIVO	1 328 719	1 376 256	1 388 056	1 370 389	1 367 369	1 381 771
Base Monetária	531 785	512 855	510 305	504 628	509 051	540 300
Circulação monetária	234 886	229 659	225 787	219 963	224 088	240 236
Reservas legais	239 241	244 463	247 895	249 802	254 853	261 294
Reservas suplementares	43 310	18 780	13 700	16 650	14 070	7 010
Reservas excedentárias	10 279	14 900	17 979	12 762	11 005	25 974
Depósitos de IFNM	4 089	5 053	4 944	5 451	5 035	5 786
Liquidez Primária Potencial	330 754	360 654	377 369	363 597	346 984	322 143
Redesconto não utilizado	54 496	48 676	49 048	47 505	45 913	33 485
Depósitos especiais no Banco de Portugal	32 161	28 425	28 621	30 642	31 001	30 927
Aplicações nos Mercados Interbancários	62 459	91 394	127 029	110 135	90 268	54 880
Disponibilidades em divisas das OIM	181 638	192 159	172 671	175 315	179 802	202 851
(idem em 10 ⁶ US\$)	(1 501.4)	(1 541.1)	(1 391.4)	(1 399.9)	(1 395.3)	(1 543.2)
Outras Responsabilidades	466 180	502 747	500 382	502 164	511 334	519 328
Recursos próprios e resultados	96 397	96 397	95 488	95 473	94 293	137 309
Contrapartida de flutuações cambiais e outras operações sobre reservas	386 510	414 611	418 675	426 150	443 035	416 227
Contas diversas, líquido	-16 727	-8 261	-13 781	-19 459	-25 994	-34 208

1.3.1 Base monetária

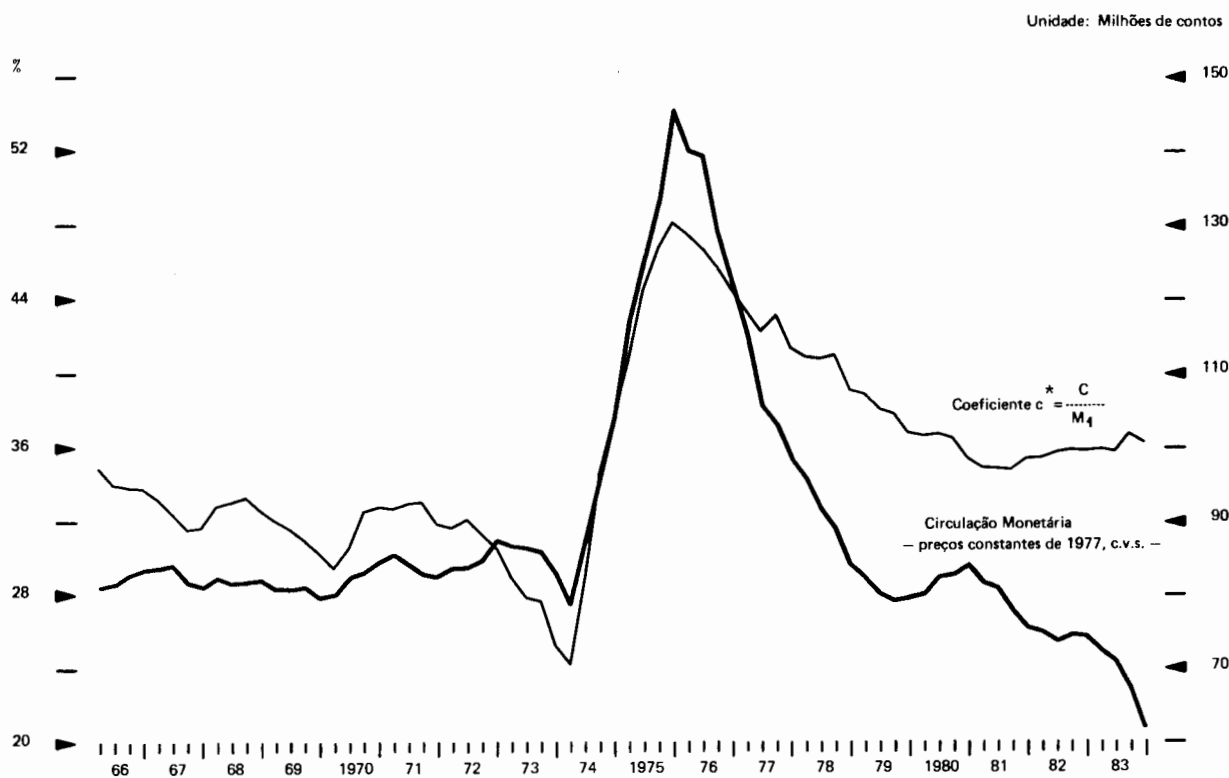
A Base monetária continuou a ter um papel residual no processo de controlo monetário, já que, como se viu, o arranjo básico subjacente à formulação da política monetária não sofreu alterações significativas em 1983. Com efeito, continuando a política monetário a apoiar-se fundamentalmente nos limites de crédito (subsidiariamente reforçados pelas subidas da taxa de juro), a liquidez (em sentido amplo) dos bancos não resulta tanto de uma decisão destes, mas antes é consequência dos limites de crédito que lhes são fixados. Continua, assim, a não ter sentido falar-se de uma procura de reservas por parte dos bancos, mas apenas do modo como estes decidem aplicar a sua liquidez, i.e., das modalidades de aplicação de reservas por parte dos bancos.

No final de Dezembro de 1983 a circulação monetária situava-se em 240.2 milhões de contos, ou seja, mais 20.7 milhões de contos que um ano antes. Esta evolução traduz, por um lado, a continuação da diminuição da circulação monetária em termos reais (Gráfico IV.1.1), e parece corresponder, por outro, à estabilização da preferência por notas e moedas

por parte do público. Com efeito, como mostra o referido gráfico, o coeficiente $c^* = C/M_1$ parece ter travado a descida iniciada nos finais de 1975, estabilizando a um nível ligeiramente mais alto do que o anterior a 1974. Tal quererá significar que o novo equilíbrio na repartição dos meios imediatos de pagamentos privilegia os meios mais imediatos de todos, ou seja, as notas e moedas, registando-se a economia daqueles meios preferencialmente nos depósitos à ordem.

No que respeita às reservas dos bancos há que distinguir as legais, as suplementares e as excedentárias. Não tendo havido em 1983 qualquer alteração nos "Coeficientes de reserva legal", as reservas legais seguiram, a par e passo, a evolução dos depósitos. No final de 1983 o coeficiente de reserva legal implícito era de 11.1 por cento, valor que mais não é do que a média dos coeficientes legais (12 e 9 por cento) ponderados pela composição dos depósitos (a menos e a mais de um ano, respectivamente). A não alteração do coeficiente de reserva legal em 1983 pode justificar-se à luz do que acima se disse, a saber, que a base monetária tem um papel residual no actual esquema de controlo monetário.

Gráfico IV.1.1 – CIRCULAÇÃO MONETÁRIA
Preços constantes de 1977, c.v.s.



As reservas suplementares são as que decorrem das penalizações impostas aos bancos quando ultrapassam os limites de crédito. De fraca expressão em 1982 (uma média mensal de 2.2 milhões de contos) as reservas suplementares foram progressivamente aumentando, até atingir um máximo no mês de Julho de 1983 com um valor de 43 milhões de contos, e diminuíram a partir de então. Note-se, contudo, que se não devem tirar ilações sobre a evolução temporal das reservas suplementares, pois medeia um desfazamento, nem sempre de igual duração, entre o excesso sobre os limites e a aplicação das penalizações respectivas. Isto é, as reservas suplementares são um reflexo, desfasado, da evolução do excesso dos limites de crédito.

As reservas excedentárias que os bancos constituem sob a forma de numerário e/ou de depósitos à ordem, no Banco de Portugal, podem ser explicadas, no fundamental, por duas razões: primeiro, por um motivo de precaução; segundo, porque são a aplicação residual. O motivo precaução tem a ver com o cumprimento dos mínimos de reserva legal, já que a sua não verificação acarreta sanções. Existem naturais dificuldades de previsão do montante das responsabilidades sujeitas a reserva legal. Por outro lado, o actual regime de reservas legais em vigor obriga a que no último dia do mês (data a que se referem os valores apresentados) os mínimos de reserva legal se veri-

fiquem⁽¹⁾. Em suma, o regime de reservas legais obriga os bancos a precaverem-se contra o seu incumprimento, o que acaba por redundar em reservas excedentárias.

Para além deste motivo de precaução também o facto de as reservas excedentárias constituírem a aplicação residual dos bancos contribui para a explicação das mesmas. As reservas excedentárias não são remuneradas e, como tal, são desinteressantes para os bancos. Contudo, uma vez que a concessão de crédito se encontra restringida pelos limites, os bancos têm de encontrar aplicações alternativas para os seus recursos. Nos últimos anos tem cabido ao Mercado Interbancário de Títulos (MIT) este papel de proporcionar aos bancos aplicações remuneradas para a sua liquidez excessiva. A taxa de reservas excedentárias das OIM era de 0.93 por cento no final de 1983 (Quadro IV.1.7), não se registando ao longo do ano alterações significativas da situação relativamente à verificada em anos anteriores; sem alteração digna de registo, foi também a evolução relativa das reservas excedentárias dos bancos comerciais e dos bancos de poupança e de investimento.

(1) Para os dias 7, 15 e 22 de cada mês as reservas legais são reportadas à média das responsabilidades da semana anterior; a esta regra junta-se, para o último dia do mês, a restrição de, nesse dia, os mínimos legais terem de ser observados.

Quadro IV.1.7 – TAXAS DE LIQUIDEZ DAS OIM, EM %
Calculadas sobre valores em fim de trimestre

	1981				1982				1983			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Total das OIM												
Totais	7.43	7.59	10.64	11.48	10.78	11.88	12.01	12.75	12.27	13.05	12.35	12.30
Legais	7.00	7.00	10.00	10.00	10.00	11.13	11.10	11.11	11.09	11.08	11.07	11.09
Excedentárias	0.43	0.59	0.64	1.43	0.56	0.64	0.83	1.43	0.36	0.68	0.70	0.93
Bancos comerciais												
Totais	7.45	7.50	10.43	11.22	10.64	11.98	12.23	12.86	12.48	13.17	12.75	12.69
Legais	7.00	7.00	10.00	10.00	10.00	11.37	11.34	11.35	11.34	11.33	11.32	11.32
Excedentárias	0.45	0.50	0.43	1.17	0.50	0.50	0.83	1.35	0.32	0.53	0.72	0.97
Bancos de poupança e de investimento												
Totais	7.38	7.84	11.24	12.24	11.16	11.59	11.43	12.45	11.70	12.72	11.34	11.31
Legais	7.00	7.00	10.00	10.00	10.00	10.44	10.43	10.44	10.44	10.44	10.43	10.49
Excedentárias	0.38	0.84	1.24	2.19	0.74	1.06	0.82	1.63	0.46	1.06	0.64	0.82

Dado o carácter residual das reservas excedentárias é conveniente analisá-las em articulação com as aplicações no MIT; a sua soma constitui o que se poderia chamar reservas alargadas dos bancos. Uma parte destas reservas alargadas pode entender-se como financiada pelo Banco de Portugal através do crédito que concede às OIM, predominantemente através do redesconto. Deste modo, apenas uma parte das reservas alargadas se pode considerar como reservas livres.

No Quadro IV.1.8, apresentam-se os valores trimestrais das reservas livres das OIM nos últimos três anos. Aí se pode ver que as reservas livres têm atingi-

do valores significativos, seja em termos absolutos seja em percentagem do total das responsabilidades. Contudo, a situação é claramente distinta entre os bancos comerciais e os bancos de poupança e de investimento: nestes as reservas livres são frequentemente negativas, enquanto naqueles são sempre inequivocamente positivas. É também patente que no final de 1983 se reduziu a liquidez: as reservas livres dos bancos comerciais eram de 62.5 milhões de contos (cerca de 3.5 por cento das suas responsabilidades monetárias) o que constitui um mínimo absoluto para todo o período contemplado no quadro. Já ao longo de 1983 as reservas livres dos bancos comerciais, quando

Quadro IV.1.8 – RESERVAS LIVRES
Valores em fim de período

Milhões de escudos

	1981				1982			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Total das OIM								
Reservas excedentárias	5 562	8 238	9 506	23 036	9 480	11 603	15 818	29 202
MIT	98 082	118 511	86 782	68 952	109 933	94 497	108 110	75 188
Crédito do Banco de Portugal	10 831	11 487	23 437	28 052	21 145	18 060	17 604	18 499
Reservas livres	92 813	115 262	72 851	63 936	98 268	88 040	106 324	85 891
(em percentagem) ⁽¹⁾	(7.23)	(8.24)	(4.87)	(3.98)	(5.86)	(4.92)	(5.58)	(4.21)
Bancos comerciais								
Reservas excedentárias	4 306	5 226	4 785	14 074	6 249	6 655	11 620	20 342
MIT	91 760	118 463	86 782	68 952	109 933	91 317	107 112	71 788
Crédito do Banco de Portugal	7 541	7 543	7 543	7 543	8 134	7 617	7 516	7 523
Reservas livres	88 525	116 146	84 024	75 483	108 048	90 355	111 216	84 607
(em percentagem) ⁽¹⁾	(9.30)	(11.15)	(7.54)	(6.31)	(8.69)	(6.84)	(7.98)	(5.64)
Bancos de poupança e de investimento								
Reservas excedentárias	1 257	3 012	4 721	8 962	3 231	4 948	4 197	8 860
MIT	6 322	48	0	0	0	3 180	998	3 400
Crédito do Banco de Portugal	3 290	3 944	15 894	20 509	13 011	10 443	10 088	10 976
Reservas livres	4 289	-884	-11 173	-11 547	-9 780	-2 315	-4 893	1 284
(em percentagem) ⁽¹⁾	(1.29)	(-0.25)	(-2.93)	(-2.83)	(-2.26)	(-0.50)	(-0.96)	(0.24)
1983								
	I	II	III	Out.	Nov.	Dez.		
Total das OIM								
Reservas excedentárias	7 712	15 246	16 190	14 010	9 775	22 997		
MIT	112 339	97 127	127 029	110 135	90 268	54 880		
Crédito do Banco de Portugal	19 017	16 325	18 559	20 307	22 797	42 226		
Reservas livres	101 034	96 048	124 660	103 838	77 246	35 651		
(em percentagem) ⁽¹⁾	(4.77)	(4.32)	(5.38)	(4.45)	(3.25)	(1.44)		
Bancos comerciais								
Reservas excedentárias	5 026	8 639	11 997	11 196	6 911	17 241		
MIT	105 442	90 936	106 729	100 585	82 837	52 711		
Crédito do Banco de Portugal	8 716	7 633	7 421	7 421	8 622	7 420		
Reservas livres	101 752	91 942	111 305	104 360	81 126	62 532		
(em percentagem) ⁽¹⁾	(6.59)	(5.73)	(6.68)	(6.25)	(4.77)	(3.53)		
Bancos de poupança e de investimento								
Reservas excedentárias	2 687	6 608	4 193	2 816	2 862	5 756		
MIT	6 897	6 191	20 300	9 550	7 431	2 169		
Crédito do Banco de Portugal	10 301	8 692	11 138	12 886	14 175	34 806		
Reservas livres	-717	4 107	13 355	-520	-3 882	-26 881		
(em percentagem) ⁽¹⁾	(-0.12)	(0.66)	(2.05)	(-0.08)	(0.57)	(-3.83)		

(1) Percentagem em relação ao total das responsabilidades sujeitas a reserva legal.

tomados em percentagem das responsabilidades monetárias, vinham mostrando tendência para serem inferiores às dos anos anteriores, a querer significar uma progressiva diminuição da liquidez. Esta agravava-se no último trimestre, para o que terá contribuído não só a redução do crédito líquido ao sector público, enquanto factor de criação monetária, mas também a substituição de crédito externo por interno, decorrente dos ajustamentos introduzidos na política monetária no 2.º semestre. De notar ainda que nos bancos comerciais, a evolução das reservas livres é pautada pelo MIT e pelas reservas excedentárias, já que o recurso ao crédito do Banco de Portugal se manteve praticamente sem alteração. Em contrapartida, nos bancos de poupança e de investimento a situação é diferente: são frequentes as situações em que as reservas livres são negativas em virtude do recurso ao crédito do Banco de Portugal. No entanto, no final do 2.º e 3.º trimestres de 1983 as reservas livres foram positivas sendo significativas as aplicações então feitas no MIT. A diminuição da liquidez surge, e é bem visível, no último trimestre do ano; pelas razões já referidas, o que fez com que em Dezembro as aplicações no MIT tenham sido de pequena monta e o crédito do Banco de Portugal mais do que tenha triplicado relativamente ao trimestre anterior.

1.3.2 Contrapartidas de criação da liquidez primária

A variação da liquidez primária total ocorrida em 1983 deveu-se fundamentalmente ao aumento do crédito líquido ao sector público, concedido pelo Banco de Portugal (incluindo os títulos afectos ao MIT), que

se cifrou em 106.6 milhões de contos (Quadro IV.1.9). Esta variação não foi uniforme ao longo do ano, sendo negativa no 4.º trimestre, o que explica a situação menos folgada de liquidez que as OIM experimentaram neste período conforme referido anteriormente. A variação do crédito líquido ao sector público tem como contrapartida imediata a criação de liquidez primária: Base Monetária quando o crédito é concedido pelo Banco de Portugal, LPP quando o crédito é obtido no MIT. Em 1983 as aplicações no MIT diminuíram (20.4 milhões de contos) o que fez com que a variação do crédito líquido concedido pelo Banco de Portugal fosse superior à variação total.

Para além do crédito ao sector público, apenas o crédito concedido às IFNM pelo Banco de Portugal foi uma fonte autónoma de criação de liquidez primária, sendo a respectiva contribuição de 9.4 milhões de contos. Esta variação deveu-se, principalmente, ao aumento do crédito concedido ao IFADAP (5.7 milhões de contos).

A liquidez internacional aumentou em 193.6 milhões de contos mas, naturalmente, tal não acarretou uma variação idêntica na liquidez primária. De facto, há que ter em conta que uma parte substancial daquela variação diz respeito ao aumento do valor, em escudos, do *stock* de ouro do Banco de Portugal decorrente (em exclusivo) da depreciação da moeda portuguesa em relação ao dólar (pois não foi alterada a cotação oficial do ouro), bem como à contabilização dos lucros obtidos nas vendas de ouro: as "Contrapartidas de flutuações cambiais e outras operações sobre reservas", rubrica que integra aqueles movimentos contabilísticos registou um aumento de 185.1 milhões de contos em 1983. Daí que a variação da liquidez inter-

Quadro IV.1.9 – LIQUIDEZ PRIMÁRIA TOTAL
Variação das principais rubricas em 1983

Milhões de escudos

	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Ano
Liquidez internacional	29 644	58 072	48 733	57 208	193 657
(Contrapartida de flutuações cambiais e outras operações sobre reservas)	(40 116)	(90 779)	(56 614)	(-2 448)	(185 061)
Crédito ao sector público, líquido	59 076	71 430	51 230	-75 095	106 641
Banco de Portugal	21 925	86 642	21 328	-2 946	126 949
MIT	37 151	-15 212	29 902	-72 149	-20 380
Crédito a IFNM	623	-109	5 356	3 498	9 368
Crédito às OIM	683	-810	-108	8 104	7 869
Total	49 910	37 804	48 597	-3 837	132 474
Base monetária	-4 399	33 731	3 396	29 995	62 723
LPP	60 089	21 224	29 974	-55 226	56 061
Liquidez primária total	55 690	54 955	33 370	-25 231	118 784
Recursos próprios e resultados e diversas líquidas	-5 780	-17 151	15 227	21 394	13 690

Quadro IV.1.10 – CRÉDITO AO SECTOR PÚBLICO

Milhões de contos

	1981	1982				1983			
	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Crédito do Banco de Portugal, líquido	175.8	196.0	224.9	236.3	309.8	331.7	418.3	439.6	436.7
Crédito	224.8	199.1	248.2	239.1	347.5	335.4	422.0	449.6	507.4
Depósitos	49.0	3.1	23.3	2.8	37.7	3.7	3.7	9.9	70.7
Mercado interbancário de títulos e Bilhetes do tesouro . .	69.0	109.9	94.5	108.2	75.2	112.3	97.1	127.0	54.9
OIM	69.0	109.9	94.5	108.2	75.2	112.3	97.1	127.0	54.9
IFNM	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Crédito das OIM, líquido	59.8	67.7	54.2	80.5	77.2	88.2	76.3	65.5	89.7
Crédito	142.6	145.4	150.0	171.2	183.7	180.5	189.0	183.4	207.9
Depósitos	82.8	77.7	95.8	90.7	106.5	92.3	112.7	117.9	118.2
Total	304.6	373.6	373.6	425.0	462.2	532.2	591.7	632.1	581.3

nacional, após dedução das flutuações cambiais, tenha sido apenas de 8.6 milhões de contos. Acresce que este aumento só foi possível devido à variação positiva das disponibilidades em divisas das OIM (84.3 milhões de contos correspondentes a 212 milhões de dólares) já que no Banco de Portugal as disponibilidades líquidas sobre o exterior diminuíram. No Quadro IV.1.11 pode ver-se que as disponibilidades líquidas do Banco de Portugal diminuíram em 1113 milhões de dólares, em consequência da alteração da política de financiamento do défice da Balança de transacções correntes, a qual foi objecto de análise detalhada na secção própria deste Relatório. A diminuição registada deveu-se, para além do aumento das responsabili-

dades, às vendas de ouro efectuadas durante o ano.

Finalmente, o crédito concedido pelo Banco de Portugal às OIM, aumentou 7.9 milhões de contos, resultante (na quase totalidade) de o Banco de Portugal ter aumentado o limite do redesconto às OIM o qual, por definição, implica variação idêntica da LPP (a qual, por seu turno, se irá transformando em Base Monetária à medida que as OIM forem utilizando o redesconto). O aumento dos limites de redesconto foi efectuado no mês de Dezembro e destinou-se, em exclusivo, aos bancos de poupança e de investimento, com vista a minorar a situação de liquidez por eles sentida, como se viu atrás.

Quadro IV.1.11 – MEIOS DE PAGAMENTO SOBRE O EXTERIOR – BANCO DE PORTUGAL Saldos em fim de período

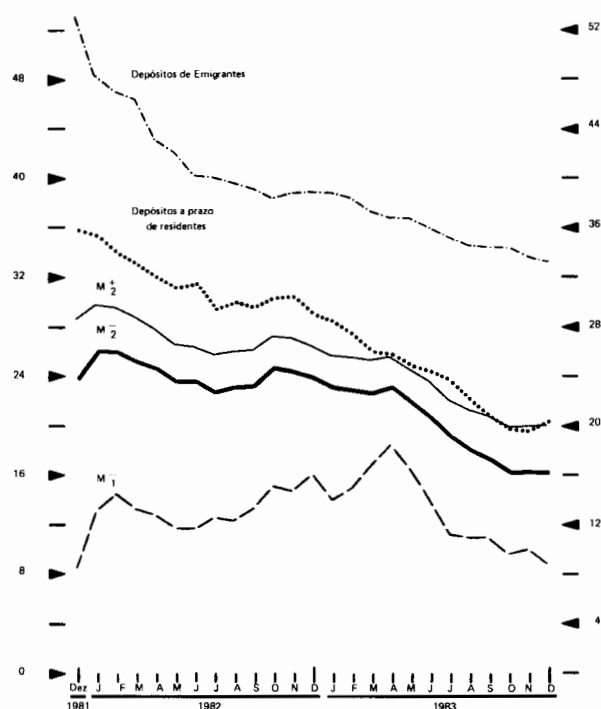
Milhões de dólares

	1981	1982				1983			
	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
1. Disponibilidades	6 110	5 934	6 091	6 188	6 058	6 264	5 812	5 842	5 544
Ouro	5 644	5 638	5 636	5 635	5 631	5 627	5 509	5 236	5 209
DSE	10	9	3	3	2	2	2	2	..
Divisas	399	233	398	497	371	582	301	604	304
Posição de reserva no FMI	57	54	53	52	54	53	..	..	31
2. Responsabilidades	947	881	948	880	826	1 234	1 451	1 424	1 168
3. Disponibilidades líquidas (1. - 2.)	5 163	5 053	5 143	5 308	5 232	5 030	4 361	4 418	4 376
4. Disponibilidades líquidas (corrigidas dos efeitos das vendas externas de ouro)	4 486	4 377	4 467	4 632	4 556	4 354	3 613	3 499	3 443

1.4 Procura de moeda

Ao longo de 1983 confirmou-se, e até mesmo se acentuou, a evolução que os principais agregados monetários vinham revelando desde o ano anterior. Esta evolução caracteriza-se, no essencial, por uma desaceleração sustentada do ritmo de crescimento dos mesmos (Gráfico IV.1.2). Assim, o agregado M_1 (composto pela circulação monetária e os depósitos à ordem, com excepção dos das IFNM) estava a crescer, no final de Dezembro de 1983, à taxa de 8.7 por cento ao ano, ou seja, menos 7 pontos que em Dezembro de 1982 (Quadro IV.1.12). Os depósitos a prazo de residentes cresciam ao ritmo anual de 20.3 por cento no final de 1983, contra 28.9 por cento em Dezembro do ano anterior. Em consequência, o agregado M_2 (igual à soma do M_1 com os depósitos a prazo de residentes) encontrava-se, no final de 1983, a crescer a uma taxa anual de 16.1 por cento contra 23.9 por cento um ano antes, ou seja, uma desaceleração de quase 8 pontos percentuais. Finalmente, o M_2^+ (que para além do M_2 inclui os depósitos de emigrantes e os depósitos das IFNM) desacelerou 6.5 pontos ao longo de 1983, situando-se a sua taxa de crescimento em 19.9 por cento no final do ano. Esta desaceleração generalizada implicou uma sensível diminuição do valor real dos activos monetários que integram aqueles agregados, já que se assistiu, a partir da segunda metade do ano, a um forte aumento do ritmo de cres-

Gráfico IV.1.2 – AGREGADOS MONETÁRIOS
Taxas de crescimento (variação percentual em relação ao mês homólogo do ano anterior)



Quadro IV.1.12 – EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS
Variação percentual em relação ao período homólogo do ano anterior

	1981	1982				1983			
	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Variações nominais									
Circulação monetária	14.1	15.9	15.2	16.5	16.5	20.2	15.0	14.1	9.4
Depósitos à ordem	5.3	12.0	9.8	11.4	15.7	14.6	13.5	9.0	8.2
M_1	8.4	13.3	11.7	13.2	16.0	16.6	14.0	10.8	8.7
Depósitos a prazo, residentes . . .	35.9	33.0	31.4	29.5	28.9	26.1	24.3	20.6	20.3
M_2	23.8	25.2	23.6	23.2	23.9	22.7	20.6	17.2	16.1
Depósitos de emigrantes	53.2	46.4	40.2	39.0	38.8	37.2	35.8	34.3	33.1
M_2^+	28.6	28.8	26.4	26.1	26.4	25.2	23.5	20.6	19.9
Variações reais (1)									
Circulação monetária	-8.7	-8.8	-8.4	-3.6	-1.9	-0.1	-5.2	-11.2	-18.3
Depósitos à ordem	-15.8	-11.9	-12.7	-7.8	-2.6	-4.7	-6.4	-15.2	-19.2
M_1	-13.3	-10.9	-11.2	-6.3	-2.4	-3.1	-6.0	-13.8	-18.8
Depósitos a prazo, residentes . . .	8.7	4.6	4.5	7.2	8.5	4.7	2.5	-6.1	-10.2
M_2	-1.0	-1.5	-1.7	2.0	4.3	1.9	-0.6	-8.8	-13.3
Depósitos de emigrantes	22.6	15.2	11.4	15.1	16.8	14.0	12.0	4.5	-0.6
M_2^+	2.9	1.3	0.5	4.4	6.4	4.1	1.8	-6.1	-10.5

(1) Variação nominal deflacionada pela variação do IPC no mesmo período.

No Gráfico IV.1.3 está desenhada a curva que pretende quantificar as expectativas de inflação interna⁽¹⁾. Após uma relativa diminuição destas a partir do 2.º trimestre de 1982 até ao 1.º trimestre de 1983, altura em que estariam à volta de 20 por cento, as expectativas de inflação foram progressivamente aumentando, situando-se acima dos 30 por cento na parte final do ano. No mesmo gráfico está também representada a taxa de juro, tendo-se elegido a dos depósitos a 6 meses em virtude de serem estes os que, largamente, predominam entre os depósitos a prazo. Facilmente se constata que a taxa de juro nominal se encontra umas vezes abaixo, outras acima, da linha das expectativas. Contudo, se se considerar o rendimento líquido do imposto de capitais verifica-se que a correspondente curva se situa sempre abaixo da li-

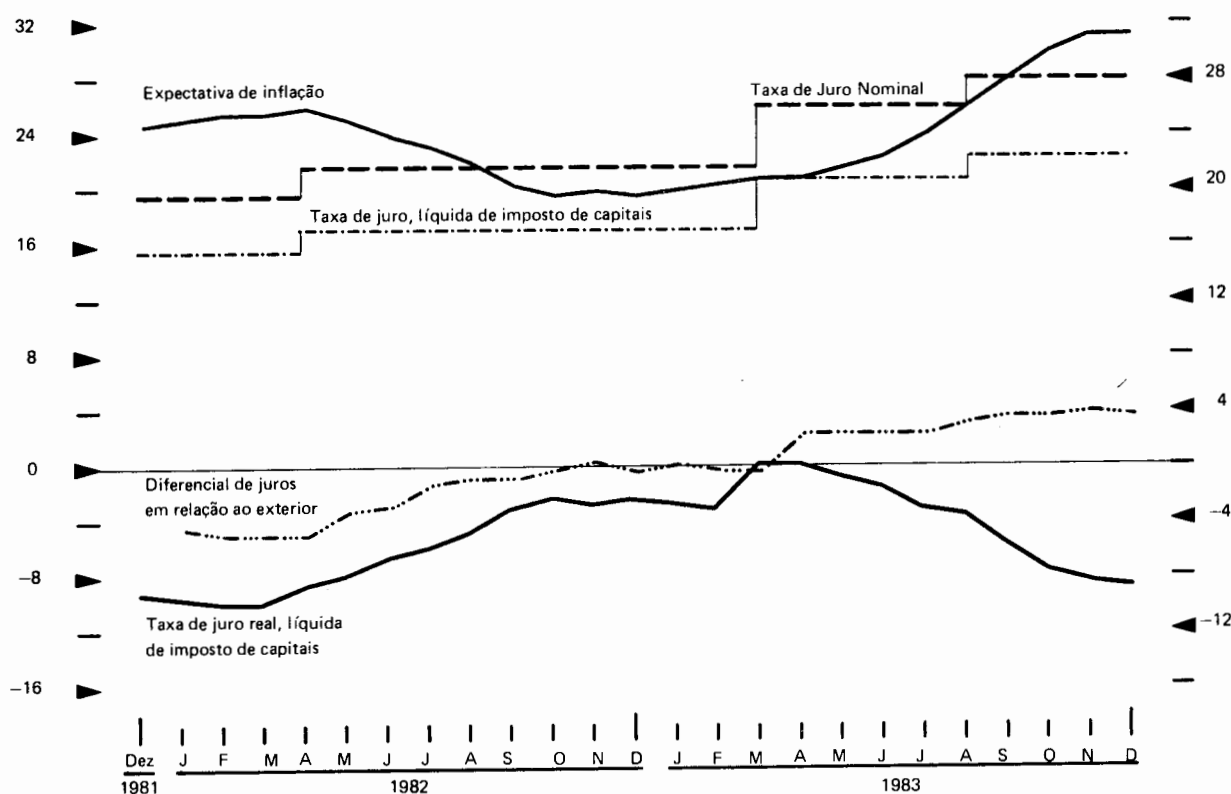
nha das expectativas de inflação excepto no período imediatamente a seguir à subida da taxa de juro efectuada em Março. Este aumento (5 pontos percentuais) levou a taxa de juro real (também representada no Gráfico IV.1.3) a deixar de ser negativa. Porém, o aumento das expectativas iniciado a partir de então conduziu novamente a taxa de juro real para níveis negativos nos quais se manteve, mesmo após a subida da taxa de juro nominal operada em Agosto.

Contrariamente à taxa de juro real, a evolução do diferencial (esperado) de juros em relação ao exterior foi favorável ao longo de 1983, ou seja, não deverá ter incentivado a saída de capitais. A evolução, traçada no Gráfico IV.1.3, decorre do efeito conjugado do aumento das taxas de juro internas e da diminuição (estabilização) das taxas de juro no exterior, já que o ritmo de *crawling peg* foi acelerado a partir de Março.

A taxa de crescimento dos depósitos de emigrantes também desacelerou acentuadamente ao longo de 1983. No final do ano a mesma situava-se em 33,1 por cento, isto é, menos 6 pontos que no final de 1982. Os determinantes da procura de depósitos a prazo pelos emigrantes serão, naturalmente, diferentes dos relevantes para os residentes, embora alguns possam ser comuns. É de crer que o que fundamen-

(1) Sendo as expectativas de carácter subjectivo não é possível a sua quantificação precisa. O método aqui utilizado, segundo o qual as expectativas no mês *t* são iguais a uma média móvel de cinco termos, centrada nesse mês, da variação percentual do IPC em relação ao mês homólogo do ano anterior. Não é de mais acentuar que se trata apenas de uma forma de aproximar as expectativas de inflação, embora o método seja de utilização corrente.

Gráfico IV.1.3 – TAXAS DE REMUNERAÇÃO



cimento dos preços internos: em Dezembro de 1983 o IPC era 33.9 por cento superior ao que fora um ano antes.

A interpretação desta evolução tem de procurar-se entre os principais factores que influenciam a procura e a oferta de moeda em Portugal. Analisar-se-á nesta secção, mais em detalhe, a questão da procura de moeda, já que a respectiva oferta, no actual arranjo da política monetária, se prende directamente com os limites de crédito, a cuja análise se procedeu anteriormente.

O ano de 1983 caracterizou-se, na esfera real, por um progressivo declínio do rendimento. Tal facto decorre do PIB ter diminuído 0.1 por cento em termos reais, em 1983, após um aumento de 3.2 por cento em 1982. Embora não se disponha de Contabilidade Nacional intra-anual pode afirmar-se que no 2.º semestre de 1983 o PIB se encontrava já, em termos reais, abaixo do seu nível de 1982 e que no 4.º trimestre terá atingido o nível mais baixo de todo o ano de 1983. A ser assim, estará aqui a primeira, e talvez a principal, causa para a desaceleração da procura de moeda em 1983: a diminuição, sustentada, do rendimento real. De facto, embora este não influencie com a mesma intensidade as diferentes componentes dos agregados monetários (detidos por residentes), afecta-as a todos no mesmo sentido. Isto é, embora a magnitude das elasticidades da procura de cada um dos activos monetários em relação ao rendimento real, não seja idêntica, têm todas, seguramente, o mesmo sinal. Assim, o M_1^- , que com o seu maior grau de liquidez anda associado às transacções, deverá ter uma elasticidade em relação ao rendimento real inferior à unidade, respondendo menos do que proporcionalmente às variações do rendimento. Já os depósitos a prazo de residentes têm uma elasticidade superior à unidade, pelo que são os mais sensíveis às variações do rendimento. Em suma, o "Efeito rendimento" terá contribuído mais para a desaceleração dos depósitos a prazo de residentes do que para a desaceleração do M_1^- . Acresce que, para além da diminuição do nível do rendimento real também se assistiu, em 1983, a uma diminuição da taxa de poupança das empresas e particulares; se se tiver presente que é para depósitos a prazo que é canalizada uma parte substancial da poupança, conclui-se estar aqui mais uma razão para o abrandamento da procura dos depósitos a prazo por residentes. Em conclusão: uma primeira explicação para a evolução do M_2^- , em 1983, encontra-se na diminuição do rendimento real ocorrida ao longo do ano.

Outros factores, do lado da procura, terão também actuado. Um deles foi a taxa de juro, embora esta

não actue de modo idêntico para os diferentes agregados. O efeito total da variação da taxa de juro sobre a procura de moeda é a resultante dos efeitos, de sinal contrário, que tem sobre os diferentes agregados monetários. Isto porque, quando se fala na taxa de juro no contexto da procura de moeda, tem de ter-se presente que, em Portugal, aquela não significa a taxa de remuneração de um activo financeiro alternativo mas a própria taxa de remuneração de uma parte (considerável) da massa monetária.

Embora uma parte dos depósitos à ordem vença juros⁽¹⁾ não é demasiado admitir-se o M_1^- como um agregado não remunerado (o que é totalmente correcto no caso da circulação monetária) pelo que, para este, a taxa de juro (dos depósitos a prazo) funciona como custo de oportunidade; a relação entre a procura de M_1^- e a taxa de juro deverá, então, ser inversa. Deste modo é de admitir que para o decrescimento do M_1^- ao longo de 1983 tenham também contribuído os aumentos da taxa de juro verificados em Março (5 pontos) e em Agosto (2 pontos).

A procura de depósitos a prazo por residentes (e também pelos emigrantes) deverá, por seu turno, variar positivamente com a taxa de juro, pois trata-se aqui da taxa de remuneração do próprio activo. Assim, as subidas da taxa de juro ocorridas em 1983 deveriam ter contrariado o decrescimento sustentado dos depósitos a prazo, o que os dados não mostram. De facto, à excepção do final do ano, a taxa de crescimento dos depósitos a prazo diminuiu sempre, ao longo de 1983. Esta evolução sugere que o efeito das subidas da taxa de juro tenha sido, pelo menos em parte, absorvido por outros factores que influenciavam a procura de depósitos a prazo (para além da já citada diminuição do rendimento real), nomeadamente as expectativas quanto à inflação interna. Com efeito estas podem ser consideradas como uma medida de remuneração alternativa aos depósitos a prazo; se as expectativas de inflação excederem a taxa de juro o efeito desta fica neutralizado, pois nessa altura é mais lógico deter activos que se valorizam em paralelo com a subida dos preços, em particular bens reais. Ou seja, o que importa é uma noção de taxa de juro real, entendida como a diferença entre a taxa de juro nominal e a taxa de inflação esperada.

(1) Nos bancos comerciais os depósitos dos particulares vencem uma taxa de juro de 1 por cento ao ano. Nas IEC a taxa é de 4 por cento para os depósitos de montantes iguais ou inferiores a 150 contos e 2 por cento para montantes superiores.

talmente determina a evolução dos depósitos dos emigrantes seja a situação prevalecente nos países onde se encontram, a mesma que influencia o nível das remessas enviadas. Com efeito, os depósitos dos emigrantes dependem basicamente do montante das suas remessas pelo que a desaceleração do crescimento daqueles é consequência directa da evolução pouco satisfatória das remessas, analisada no capítulo próprio.

Por último, é de referir que a evolução global dos activos monetários, espelha também o aumento da velocidade-rendimento da moeda registada em 1983, o qual se verificou em todos os diferentes conceitos de moeda (Quadro IV.1.13). Em relação ao M_1^- o aumento da velocidade não causa qualquer surpresa, uma vez que se insere na tendência que se vinha observando e está de acordo com o que seria de esperar face à natureza da política de crédito. Quanto à velocidade V_2^- também aumentou em 1983, se bem que no ano anterior já tivesse acusado um ligeiro aumento. Esta evolução, para além de reflectir a de V_1^- , deve-se ao andamento dos depósitos a prazo e sugere a persistência, senão alargamento, de fenómenos de desintermediação financeira. De facto, acentuaram-se em 1983 as condições propícias a este tipo de fenómenos. Por um lado, a progressiva restritividade da política monetária induziu os agentes econó-

micos a, uma menor utilização de moeda. Um exemplo típico é o do "Crédito a fornecedores", ou seja, as empresas endividam-se umas em relação às outras sem a intermediação do sistema bancário, embora situações deste tipo tenham mais a ver com a velocidade de M_1^- . No que toca aos depósitos a prazo (e, *a fortiori*, a V_2^-) a desintermediação financeira terá sido mais suscitada pelas proporções assumidas pelo diferencial entre as taxas de juro activas e passivas em 1983. Finalmente, o aumento de V_2^- repercutiu-se em V_2^+ que também aumentou em 1983, o que sucedeu pela primeira vez nos anos mais recentes.

A estrutura da massa monetária reflecte a evolução acabada de traçar para os diferentes agregados. Como se pode ver no Quadro IV.1.14 os meios de pagamento mais líquidos (i.e., o M_1^-) têm vindo a perder posição: entre o final de 1981 e o de 1983 a perda cifra-se em 5 pontos percentuais. Os depósitos a prazo de residentes têm mantido uma posição sensivelmente inalterada, correspondente a cerca de metade da massa monetária global. Os depósitos de emigrantes, por seu turno, têm vindo a aumentar o seu peso no total, que se cifra em cerca de 25 por cento do M_2^+ . Por último, as aplicações das IFNM continuam a não ter uma expressão significativa, quedando-se o seu peso em cerca de 1 por cento do total.

Quadro IV.1.13 – VELOCIDADE – RENDIMENTO DA MOEDA

	1981		1982		1983	
	Valor	$\Delta \%$	Valor	$\Delta \%$	Valor	$\Delta \%$
PIB _{pm}	1 472 660	19.2	1 856 888	26.1	2 289 567	23.3
M_1^-	472 304	14.8	535 686	13.4	604 018	12.8
V_1^-	3.118	+3.9	3.466	+11.2	3.791	+9.4
M_2^-	1 209 919	25.9	1 502 814	24.2	1 796 525	19.5
V_2^-	1.217	-5.4	1.236	+1.5	1.274	+3.1
M_2^+	1 532 649	30.9	1 949 808	27.2	2 390 373	22.6
V_2^+	0.961	-8.9	0.952	-0.9	0.958	+0.6

Nota: Os valores dos agregados monetários correspondem à média dos saldos em fim do mês.

Quadro IV.1.14 — ESTRUTURA DA MASSA MONETÁRIA
% calculadas sobre valores em fim de período

	1981	1982				1983			
	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Circulação monetária	10.9	9.9	9.9	9.6	10.1	9.5	9.2	9.1	9.2
Depósitos à ordem	19.1	17.9	17.6	17.4	17.5	16.3	16.2	15.8	15.8
M_1	30.0	27.8	27.5	27.1	27.5	25.9	25.3	24.9	25.0
Depósitos a prazo de residentes	48.0	49.8	49.8	49.7	49.0	50.2	50.1	49.7	49.1
M_2	78.0	77.6	77.3	76.7	76.5	76.0	75.4	74.5	74.1
Depósitos de emigrantes	20.4	21.0	21.4	22.0	22.4	23.0	23.5	24.5	24.9
Aplicações de IFNM	1.6	1.4	1.3	1.3	1.1	1.0	1.0	1.0	1.0
M_2^+	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

1.5 Crédito à economia

1.5.1 Evolução global

O financiamento do sector não monetário da economia registou uma pronunciada desaceleração ao longo de 1983, designadamente a partir do 3.º trimestre, tendo-se reduzido em termos reais. Tal andamento contrasta com o verificado no ano precedente, caracterizado por uma relativa estabilidade das taxas de expansão do crédito total: em termos nominais, estas situaram-se entre os 29 e os 32 por cento em 1982, ao passo que em 1983 foram diminuindo progressivamente, vindo a atingir 12 pontos percentuais a diferença entre as taxas correspondentes aos finais dos dois anos mencionados (Quadro IV.1.2).

Para esta situação foi decisiva a retracção, muito sensível, operada no afluxo de crédito externo — em termos nominais, a taxa de variação relativamente ao período homólogo anterior atingiu apenas 4.6 por cento, nos finais de 1983, contra 42.8 por cento em Dezembro de 1982 — embora o crédito bancário interno (que desacelerou a partir do 2.º trimestre de 1983) tivesse igualmente contribuído para a evolução acima descrita. Tal ter-se-á ficado a dever não tanto à melhoria registada, em 1983, no défice da Balança de transacções correntes, mas antes às dificuldades no acesso aos mercados financeiros internacionais (particularmente sentidas durante o 1.º semestre). Com efeito, não obstante a referida melhoria, as necessidades globais de financiamento externo não diminuíram em 1983, em virtude do impacto provocado pelo serviço da dívida. No entanto, a retracção dos mercados financeiros internacionais, os *spreads* mais desfa-

voráveis e a situação de instabilidade política vivida em Portugal, nos primeiros meses de 1983, deverão ter contribuído significativamente para o amortecimento da expansão nominal do crédito externo. Ainda que alguns dos factores anteriores se tenham atenuado, e outros desaparecido, no 2.º semestre de 1983, só após a celebração do acordo de estabilização com o Fundo Monetário Internacional se terão criado as condições para a concretização de alguns empréstimos externos importantes.

Embora o financiamento externo tenha desacelerado acentuadamente em 1983, o endividamento global face ao exterior quando avaliado em escudos registou um acréscimo de 47.7 por cento (Quadro IV.1.15). A disparidade entre as taxas de crescimento do financiamento e do endividamento externos resulta do saldo do endividamento traduzir as responsabilidades efectivas do sector não monetário face ao exterior, avaliadas no fim do período, reflectindo, portanto, também os efeitos da depreciação do escudo — particularmente em relação ao dólar, moeda em que são contraídos a maior parte dos empréstimos externos.

As dificuldades de acesso ao crédito externo, bem como o novo esquema de controlo monetário a que atrás se aludiu, conferiram à política de limites de crédito uma maior eficácia no controlo da liquidez da economia, ao contrário do que sucedera em anos anteriores. O maior rigor da política monetária e o preço do crédito (agravado por duas subidas de taxas de juro em 1983) contribuíram, por seu turno, para a redução da procura interna e concomitantemente para a desaceleração do crédito bancário interno, designadamente a partir do 2.º trimestre do ano em análise. No final de Dezembro, o saldo do crédito in-

Quadro IV.1.15 – ENDIVIDAMENTO DA ECONOMIA⁽¹⁾

Saldos em fim de período

Milhões de contos

	1981	1982				1983			
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Crédito total	2 250.2	2 470.3	2 734.6	2 975.1	3 188.3	3 455.1	3 806.6	3 996.4	4 224.1
Interno	1 650.3	1 787.9	1 860.5	1 997.8	2 150.1	2 284.6	2 431.8	2 571.0	2 689.0
Externo	599.1	681.9	874.2	977.8	1 039.4	1 167.8	1 375.9	1 428.0	1 535.0
CLSP total	449.3	533.8	596.0	663.7	717.3	806.6	939.7	1 011.0	1 032.6
Interno	305.4	376.0	373.9	425.5	462.2	532.3	591.7	632.2	581.0
Externo	143.9	157.8	222.1	238.2	255.1	274.3	348.0	378.8	451.6
CEP total	1 800.1	1 936.0	2 138.7	2 311.9	2 472.2	2 645.8	2 868.0	2 988.0	3 191.4
Interno	1 344.9	1 411.9	1 486.6	1 572.3	1 687.9	1 752.3	1 840.1	1 938.8	2 108.0
Externo	455.2	524.1	652.1	739.6	784.3	893.5	1 027.9	1 049.2	1 083.4
CEPNF	703.6	777.6	911.1	1 016.7	1 074.1	1 198.4	1 350.3	1 418.9	1 522.9
Interno	321.1	333.2	349.1	371.6	383.9	405.9	437.2	482.7	551.1
Externo	382.5	444.4	562.0	645.1	690.2	792.5	913.1	936.2	971.8
COENFP	1 044.9	1 100.3	1 164.3	1 225.9	1 319.9	1 363.6	1 422.1	1 468.5	1 567.1
Interno	979.8	1 029.5	1 084.3	1 143.1	1 238.3	1 277.2	1 326.6	1 375.6	1 475.9
Externo	65.1	70.8	80.0	82.8	81.6	86.4	95.5	92.9	91.2
CIFNM	51.6	58.1	63.3	69.3	78.3	84.2	95.3	100.5	101.5
Interno	44.0	49.2	53.2	57.6	65.8	69.7	76.0	80.5	81.1
Externo	7.6	8.9	10.1	11.7	12.5	14.5	19.3	20.1	20.4

(1) Valores do crédito externo (provisórios) com base nos saldos da dívida externa no final de cada trimestre.

terno atingia 2689 milhões de contos, valor a que corresponde uma taxa de crescimento nominal de 23.2 por cento (27.5 por cento em Dezembro de 1982), 3.7 pontos percentuais abaixo da constante do programa de estabilização acordado com o Fundo Monetário Internacional, apesar do maior crescimento dos limites fixados para o crédito interno a partir de Agosto (de modo a compensar a retracção do crédito externo). A referida evolução conjugada com a provável diminuição da procura de crédito na parte final do ano, traduziu-se, numa primeira fase, em desvios negativos relativamente aos limites de crédito fixados aos bancos (situação inversa à que se verificara na primeira metade do ano) e, posteriormente, numa situação de relativa proximidade entre crédito concedido e autorizado.

Na apreciação sobre a forma como o crédito total se distribuiu pelos sectores institucionais mais relevantes (Quadro IV.1.1) verifica-se que as empresas públicas não financeiras foram particularmente afectadas pela contenção do financiamento global da economia. Com efeito, e por razões que são conhecidas, as empresas públicas têm vindo a ser financiadas principalmente por recurso a crédito externo. Consequentemente foi sobre elas que se concretizaram as dificuldades de obtenção do crédito externo. A taxa de expansão do crédito externo às empresas públicas passou de 50.2 por cento em Dezembro de 1982 para uma taxa negativa no final de 1983 (-6.4 por cento).

Para compensar essa contracção, o crédito interno a esse sector registou um considerável aumento (designadamente no 2.º semestre) passando de uma taxa de crescimento de 19.6 por cento no final de 1982 para 43.6 por cento em Dezembro de 1983. Não obstante esta aceleração, registou-se uma quebra significativa na taxa de crescimento do crédito total às empresas públicas, de 34.9 por cento no final de 1982 para 15.7 por cento no final de 1983. Esta evolução reflecte também a contenção operada nas necessidades de financiamento das empresas públicas, por virtude da redução imposta aos respectivos programas de investimentos e da adopção de políticas de preços mais realistas. Não obstante esta desaceleração do financiamento, designadamente externo, o endividamento das empresas públicas atingia, em Dezembro de 1983, 1522.9 milhões de contos, ou seja, cerca de 36 por cento do total, do qual 971.8 milhões de contos são devidos ao exterior, valor que corresponde a 63 por cento do endividamento externo.

A desaceleração do crédito total ao sector privado (COENFP) ao longo de 1983, reflecte basicamente o pendor restritivo da política de crédito, bem como uma certa diminuição da procura de crédito, decorrente da evolução desfavorável da conjuntura e das expectativas dos agentes económicos. Todavia, a referida desaceleração (de 24.8 por cento em 1982 para 17 por cento em 1983) foi menos acentuada do que a já mencionada para o crédito às empresas públicas.

blicas. O endividamento total do sector privado sofreu um acréscimo de 247.6 milhões de contos, situando-se o respectivo saldo em 1567.1 milhões de contos no final de 1983; a importância relativa das componentes interna e externa (94.2 e 5.8 por cento, respectivamente) não registou alteração significativa relativamente a 1982.

Por seu turno, e como já assinalado, a taxa de crescimento (nominal) do crédito líquido ao sector público registou uma pronunciada desaceleração a partir do 3.º trimestre de 1983, tendo passado de 32.5 por cento em Setembro para 24.7 por cento no final do ano. Tal desenvolvimento deveu-se à política de contenção das despesas públicas e de aumento das receitas (distribuição antecipada dos lucros do sistema bancário e imposto extraordinário sobre os rendimentos) posta em prática na segunda metade do ano. Não obstante, o Sector público administrativo continuou a absorver grande parte do crédito global: cerca de 35 por cento do acréscimo líquido de financiamento à economia em 1983, contra 29 por cento em 1982.

Por outro lado, o saldo do endividamento do Sector público administrativo registou em 1983 um acréscimo de 315.6 milhões de contos, atingindo no final do ano o valor de 1032.9 milhões de contos;

desse acréscimo, 62.3 por cento correspondiam a um aumento de responsabilidades face ao exterior. De referir ainda que o peso do sector público no endividamento total da economia passou de 22.5 por cento em 1982 para 24.5 por cento em 1983.

1.5.2 Distribuição sectorial do crédito

No final de 1983 o saldo do crédito interno a empresas não financeiras e particulares (sob a forma de "Carteira comercial, empréstimos e outros créditos") atingiu 2013.8 milhões de contos (Quadro IV.1.16), o que representa um acréscimo de 25.6 por cento, relativamente ao montante apurado em Dezembro de 1982. O padrão evolutivo seguido ao longo do ano reflecte a já mencionada substituição de crédito externo por interno, facto particularmente notório nos sectores que habitualmente mais recorrem ao crédito externo. Estão nesta situação os sectores da "Electricidade, gás e água" (32.1 por cento em Dezembro de 1983, contra 17.1 por cento no trimestre anterior) e do "Comércio, restaurantes e hotéis" (47.7 por cento contra 42.1 por cento), onde figuram empresas públicas que habitualmente recorrem ao crédito externo. Nos demais sectores, os respectivos saldos do crédito apresentaram comportamentos bem diferen-

Quadro IV.1.16 – CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES⁽¹⁾
Distribuição por sectores de actividade

Milhões de contos	1981	1982	1983			
	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Crédito interno total	1 284.8	1 603.0	1 666.2	1 752.3	1 847.0	2 013.8
		(24.8)	(24.1)	(23.9)	(23.4)	(25.6)
Agricultura e pescas	59.5	74.1	80.0	81.3	81.9	85.8
		(24.5)	(24.8)	(26.5)	(21.8)	(15.8)
Indústrias extractivas	8.3	9.5	9.7	10.1	10.7	11.2
		(14.5)	(22.9)	(34.2)	(19.3)	(17.9)
Indústrias transformadoras	510.3	600.6	610.7	634.6	675.0	721.9
		(17.7)	(16.0)	(17.4)	(18.5)	(20.2)
Electricidade, gás e água	76.6	83.4	85.4	90.8	97.8	110.2
		(8.9)	(6.8)	(11.3)	(17.1)	(32.1)
Construção e obras públicas	135.0	172.7	179.2	188.6	197.2	209.5
		(27.9)	(28.2)	(24.8)	(21.3)	(21.3)
Comércio, restaurantes e hotéis	205.3	280.5	303.8	331.7	356.2	414.2
		(36.6)	(43.4)	(44.6)	(42.1)	(47.7)
Transportes, armazenagem e comunicações	51.1	65.3	63.1	66.8	66.1	74.1
		(27.8)	(19.8)	(12.9)	(11.5)	(13.5)
Outros créditos	238.7	316.9	334.3	348.4	362.1	386.9
		(32.8)	(29.7)	(24.1)	(23.3)	(22.1)
dos quais:						
A particulares para habitação	141.3	190.2	203.5	216.9	232.4	247.8
		(34.6)	(31.6)	(29.2)	(31.9)	(30.3)

(1) Crédito por carteira comercial, empréstimos e outros créditos a empresas não financeiras e particulares.

Nota: Os números entre parêntesis são taxas de crescimento relativamente ao período homólogo anterior, em percentagem. Não são incluídas taxas para Dezembro de 1981, uma vez que os saldos referentes ao período homólogo não incluem 101.4 milhões de contos de créditos de cobrança duvidosa (por estes não estarem então classificados por sectores de actividade) não sendo, por esse motivo, comparáveis.

Quadro IV.1.17 – CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES⁽¹⁾
Repartição percentual dos saldos por sectores

	1981	1982	1983			
	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Crédito interno total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agricultura e pescas	4.6	4.6	4.8	4.6	4.4	4.3
Indústrias extractivas	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6
Indústrias transformadoras	39.7	37.4	36.6	36.2	36.5	35.8
Electricidade, gás e água	6.0	5.2	5.1	5.2	5.3	5.5
Construção e obras públicas	10.5	10.8	10.8	10.8	10.7	10.4
Comércio, restaurantes e hotéis	16.0	17.5	18.2	18.9	19.3	20.5
Transportes, armazenagem e comunicações	4.0	4.1	3.8	3.8	3.6	3.7
Outros créditos	18.6	19.8	20.1	19.9	19.6	19.2
dos quais:						
A particulares para habitação	11.0	11.9	12.2	12.4	12.6	12.3

(1) Crédito por carteira comercial, empréstimos e outros créditos a empresas não financeiras e particulares.

ciados, merecendo referência especial o saldo do crédito a particulares para habitação. Este saldo expandiu-se, em 1983, à taxa de 30.6 por cento, o que contrasta visivelmente com o andamento mais moderado (11.8 por cento) do crédito (novo) concedido para aquela finalidade. Tal disparidade de crescimentos deve-se à capitalização de juros e, porventura, à circunstância de as amortizações se terem processado a ritmos inferiores aos que seriam de esperar. De notar que os saldos do crédito a particulares para habitação e ao sector do “Comércio, restaurantes e hotéis” foram os únicos a apresentar taxas de crescimento reais positivas ao longo de todo o ano de 1983.

A evolução dos saldos acima referidos não se traduziu em alterações sensíveis no nível de importância relativa de cada sector como utilizador de crédito. Conforme se pode ver no Quadro IV.1.17, a estrutura percentual no final de 1983 era praticamente igual à dos finais do ano anterior, com duas excepções: a

participação das “Indústrias transformadoras” diminuiu 1.6 pontos percentuais, enquanto a do “Comércio, restaurantes e hotéis” aumentou 3 pontos. Acresce que, em 1983, estes dois sectores continuaram a ser os utilizadores mais importantes de crédito bancário interno, representando conjuntamente 56.3 por cento do saldo total (54.9 por cento em 1982).

De acordo com o Quadro IV.1.18, as “Indústrias transformadoras” continuam a ser o mais importante utilizador de crédito a curto prazo (menos de 1 ano), conquanto tenham vindo a perder peso no total nos últimos anos: 48.3 por cento em 1981, 47.4 por cento em 1982 e 46.5 por cento em 1983. Em contrapartida o “Comércio, restaurantes e hotéis” tem vindo a adquirir uma importância crescente: 22.9 por cento em 1981, 24.6 por cento em 1982 e 27 por cento em 1983. Em conjunto, esses dois sectores representavam no último ano quase 3/4 do total do crédito de curto prazo.

Quadro IV.1.18 – CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
Repartição dos saldos por sectores e prazos⁽¹⁾

	1981			1982			1983		
	Curto	Médio	Longo	Curto	Médio	Longo	Curto	Médio	Longo
Crédito interno total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agricultura e pescas	5.5	5.0	2.7	5.6	4.5	3.1	5.6	3.4	2.8
Indústrias extractivas	0.7	0.7	0.5	0.7	0.7	0.3	0.7	0.7	0.3
Indústrias transformadoras	48.3	34.3	26.6	47.4	30.7	25.2	46.5	26.4	26.3
Electricidade, gás e água	2.6	1.8	14.8	1.8	2.3	12.5	2.3	0.5	13.4
Construção e obras públicas	6.7	31.2	6.5	6.7	30.0	5.9	6.0	27.1	5.9
Comércio, restaurantes e hotéis	22.9	15.5	3.1	24.6	21.5	3.5	27.0	31.5	3.9
Transportes, armazenagem e comunicações	3.2	2.3	6.3	3.0	2.7	6.6	2.7	3.2	5.5
Outros créditos	10.1	9.2	39.5	10.1	7.5	43.0	9.2	7.2	41.9
dos quais:									
A particulares para habitação	0.2	1.3	37.1	0.2	1.5	37.1	0.3	1.1	37.3

(1) Crédito por carteira comercial, empréstimos e outros créditos a empresas não financeiras e particulares.

Quadro IV.1.19 – CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES⁽¹⁾
Repartição percentual dos saldos por sectores e prazos

	1981			1982			1983		
	Curto	Médio	Longo	Curto	Médio	Longo	Curto	Médio	Longo
Crédito interno total	55.2	16.0	28.8	50.6	18.5	30.9	47.2	20.8	32.0
Agricultura e pescas	66.1	17.2	16.7	61.5	18.0	20.5	62.3	16.8	20.9
Indústrias extractivas	61.1	16.3	22.6	64.0	22.0	14.0	57.0	24.6	18.4
Indústrias transformadoras	66.9	13.8	19.3	64.1	15.2	20.7	61.2	15.3	23.5
Electricidade, gás e água	23.8	4.7	71.5	17.6	8.1	74.3	20.1	1.9	78.0
Construção e obras públicas	35.0	47.4	17.6	31.5	51.7	16.8	27.4	54.3	18.3
Comércio, restaurantes e hotéis	78.9	15.5	5.6	71.1	22.8	6.1	62.0	32.0	6.0
Transportes, armazenagem e comunicações	46.0	9.4	46.6	37.8	12.4	49.8	34.3	18.2	47.5
Outros créditos	30.7	8.0	61.3	25.8	7.0	67.2	22.5	7.8	69.7
dos quais:									
A particulares para habitação	1.0	1.9	97.1	1.0	2.3	96.7	1.2	1.9	96.9

(1) Crédito por carteira comercial, empréstimos e outros créditos a empresas não financeiras e particulares.

No tocante ao crédito a médio prazo (1 a 5 anos), as posições relativas dos três principais sectores utilizadores em 1982 – “Indústrias transformadoras” (30.7 por cento), “Construção e obras públicas” (30 por cento) e “Comércio, restaurantes e hotéis” (21.5 por cento) – inverteram-se no ano em análise, detendo agora o “Comércio, restaurantes e hotéis” a maior fracção do crédito a médio prazo (31.5 por cento).

O crédito a particulares para habitação representava, no final de 1983, 37.3 por cento do crédito a mais de 5 anos, sendo as famílias o maior utilizador deste tipo de crédito, como, aliás, já se verificara em anos anteriores. As demais rubricas, por seu turno, não viram significativamente alterada a sua posição relativa.

No respeitante à distribuição sectorial do crédito por prazos, verifica-se (Quadro IV.1.19) que o peso do crédito a curto prazo no total diminuiu (47.2 por

cento em 1983, face a 50.6 por cento em 1982 e a 55.2 por cento em 1981), embora represente ainda quase metade do crédito interno. Tal diminuição é extensiva à generalidade dos sectores.

A repartição, por prazos, do crédito a cada um dos sectores reflecte a natureza da respectiva actividade bem como o seu modo de financiamento característico. Desta forma, nos sectores das infra-estruturas básicas (habitação, transportes e comunicações e electricidade, gás e água) predomina a utilização de crédito a longo prazo. Por outro lado, na agricultura e pescas, na indústria e no comércio e hotelaria é dominante o recurso ao crédito a curto prazo, para financiamento das necessidades de exploração das empresas.

A repartição por bancos comerciais e instituições especiais de crédito do saldo do crédito (Quadro IV.1.20) também não revela alterações significativas.

Quadro IV.1.20 – CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES⁽¹⁾
Repartição percentual por sectores e tipos de instituições

	1981		1982		1983	
	Bancos comerciais	Instituições especiais de crédito	Bancos comerciais	Instituições especiais de crédito	Bancos comerciais	Instituições especiais de crédito
Crédito interno total	63.6	36.4	61.8	38.2	60.8	39.2
Agricultura e pescas	70.4	29.6	71.5	28.5	70.1	29.9
Indústrias extractivas	76.1	23.9	79.0	21.0	74.7	25.3
Indústrias transformadoras	74.1	25.9	72.6	27.4	70.8	29.2
Electricidade, gás e água	20.0	80.0	13.8	86.2	14.0	86.0
Construção e obras públicas	42.2	57.8	39.1	60.9	37.9	62.1
Comércio, restaurantes e hotéis	92.6	7.4	89.4	10.6	86.1	13.9
Transportes, armazenagem e comunicações	44.0	56.0	41.9	58.1	39.9	60.1
Outros créditos	44.3	55.7	43.0	57.0	42.4	57.6
dos quais:						
A particulares para habitação	13.1	86.9	15.4	84.6	20.7	79.3

(1) Crédito por carteira comercial, empréstimos e outros créditos a empresas não financeiras e particulares.

Assim, os bancos comerciais continuam a deter uma participação largamente maioritária no saldo do crédito concedido pelo sistema bancário (60.8 por cento). Todavia, essa posição tem vindo progressivamente a esbater-se: 69.7 por cento em 1980, 63.6 e 61.8 por cento nos dois anos subsequentes. Tal situação decorrerá, em parte, do tratamento relativamente preferencial de que as IEC têm beneficiado na atribuição de limites de crédito, o qual se traduziu num ligeiro reforço de posição daquelas instituições no saldo do crédito concedido pelo sistema bancário aos sectores de actividade económica. Só no tocante ao crédito a particulares para habitação tal comportamento se não manifesta. Com efeito, tem-se assistido a um aumento da importância relativa dos bancos comerciais na concessão deste tipo de crédito (15.4 por cento em 1982 e 20.7 por cento em 1983), embora presente uma parcela pouco significativa no conjunto do crédito dessas instituições (13.4 por cento em 1983). O aumento da posição relativa dos bancos comerciais no crédito à habitação terá sido devido, nomeadamente, a financiamentos a emigrantes, ao abrigo do sistema poupança-crédito, e ainda à circunstância de ser consideravelmente elevado o peso do crédito à habitação no activo das IEC, o que induz uma certa diversificação do seu crédito por outros sectores de actividade e prazos, bem como a dilação que se verifica no pagamento das bonificações devidas pelo Estado às IEC.

Finalmente, constata-se que, tal como em 1982, os sectores das infra-estruturas básicas foram maioritariamente financiadas pelas instituições especiais de crédito. Assim aconteceu, com efeito, nos sectores da "Electricidade, gás e água" (86 por cento do total), da "Construção e obras públicas" (62.1 por cento), dos "Transportes, armazenagem e comunicações" (60.1 por cento) e da "Habitação" (79.3 por cento).

1.5.3 Selectividade do crédito

Como já foi referido, a oferta de crédito interno a empresas e particulares continuou, em 1983, a ser quantitativamente limitada pelas autoridades monetárias, tendo o preço do crédito sido aumentado em Março e em Agosto. O carácter restritivo da política de crédito que tem vindo a ser prosseguida nos últimos anos, nomeadamente no que respeita ao custo do crédito, tem sido atenuado nos sectores económicos considerados de maior interesse para a economia nacional através da adopção de dois tipos de medidas: subsídios às taxas de juro — pelo Estado e pelo Banco Central — nos casos em que a finalidade do crédito a conceder ou o sector a que este se destina o justificam; tratamento mais favorável na atribuição dos limites de crédito às várias instituições em função da importância relativa do crédito preferencial que concedem. À semelhança do que vem sucedendo desde há anos, esta política foi prosseguida em 1983.

Os custos suportados pelo Banco de Portugal com a prossecução da política de bonificações às taxas de juro durante o ano de 1983 ascenderam a mais de 15 milhões de contos, dos quais 2.8 milhões de contos foram pagos ao IFADAP e o remanescente às OIM (Quadro IV.1.21). A tal montante haveria que adicionar ainda outras bonificações, nomeadamente as pagas pelo Estado, para se apurar o valor global dos subsídios às taxas de juro.

Embora se tivessem mantido, no essencial, as características da política de selectividade do crédito, foram tomadas no último ano algumas medidas tendentes a aumentar-lhe a eficácia. Nesta perspectiva, merece destaque a publicação do Dec.-Lei n.º 94/83, de 17 de Fevereiro, que prescreve sanções às pessoas singulares ou colectivas que desviem fundos atribuídos em condições preferenciais, ou no âmbito de linhas de crédito para fins específicos, para outras finalidades.

Quadro IV.1.21 — BONIFICAÇÕES CONCEDIDAS PELO BANCO DE PORTUGAL
ÀS OIM E AO IFADAP

Milhões de escudos

	1981		1982		1983	
	OIM	IFADAP	OIM	IFADAP	OIM	IFADAP
Agricultura, pecuária e pescas	732	595	607	1 103	428	710
Exportação	2 772	—	3 179	—	4 045	—
Investimento	2 684	217	2 279	683	1 575	1 642
Habitação	3 347	—	3 646	—	6 760	11
Outros	3	211	—	327	—	391
Total	9 538	1 023	9 711	2 113	12 808	2 761

Quadro IV.1.22 – CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES⁽¹⁾
Repartição do saldo por finalidades e regimes de bonificação

Milhões de contos

	1981	1982	1983			
	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Crédito interno total	1 284.8	1 603.0	1 666.2	1 752.3	1 847.0	2 013.8
(Taxa de crescimento)	(25.8)	(24.8)	(24.1)	(23.9)	(23.4)	(25.6)
Crédito preferencial	478.0	603.8	635.0	661.5	676.2	717.4
(Taxa de crescimento)	(45.3)	(26.3)	(24.4)	(22.9)	(18.6)	(18.8)
Agricultura e pescas	33.1	35.3	37.3	35.3	34.7	39.5
Exportação	51.0	65.7	75.1	78.7	81.6	88.6
Investimento	180.5	220.6	224.2	229.8	225.9	235.0
Habituação	165.6	224.1	237.8	252.2	270.8	289.6
Outros	47.8	58.1	60.6	65.5	63.2	64.6
Crédito não preferencial	806.8	999.2	1 031.2	1 090.8	1 170.8	1 296.4
(Taxa de crescimento)	(16.5)	(23.8)	(24.0)	(24.5)	(26.4)	(29.7)

(1) Crédito por carteira comercial, empréstimos e outros créditos a empresas não financeiras e particulares.

No domínio do crédito à exportação, foi alterado o respectivo esquema de bonificação de juro (Aviso do Banco de Portugal de 29 de Dezembro de 1983). Assim, irão manter-se durante o ano de 1984 as bonificações de juro às operações de financiamento de preparação e execução de encomendas firmes de bens de equipamento (incluídos nos capítulos 73 a 90 da Classificação das Mercadorias para o Comércio Externo) ou ainda de serviços de engenharia e construção civil, e são eliminados os benefícios financeiros até então concedidos às restantes operações de crédito à exportação. Por outro lado, a taxa de bonificação de juro passará a depender de valor acrescentado nacional, incorporado no valor da exportação financiada.

Foi também alterado o sistema de crédito à aquisição de casa própria, instituído pelo Dec.-Lei n.º 435/80, de 2 de Outubro. Enquanto as subidas das taxas de juro verificadas em 1983 (4 e 2.5 pontos percentuais, respectivamente, em Março e em Agosto de 1983) foram suportados em partes iguais pelo Banco de Portugal e pelo Estado, no novo sistema de crédito à aquisição de casa própria instituído já no final de 1983 (Dec.-Lei n.º 459/83, de 30 de Dezembro) os agravamentos das taxas de juro durante o prazo do empréstimo passam a estar a cargo do mutuário, mantendo-se a taxa de bonificação em vigor à data do contrato.

No final de 1983, o saldo do crédito preferencial atingiu 717.4 milhões de contos (Quadro IV.1.22),

Quadro IV.1.23 – CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES⁽¹⁾
Repartição percentual do saldo por finalidades e regimes de bonificação

Em percentagem

	1981	1982	1983			
	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Crédito interno total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Crédito preferencial	37.2	37.7	38.1	37.8	36.6	35.6
Agricultura e pescas	2.6	2.2	2.2	2.0	1.9	2.0
Exportação	4.0	4.1	4.5	4.5	4.4	4.4
Investimento	14.0	13.8	13.5	13.1	12.2	11.7
Habituação	12.9	14.0	14.3	14.4	14.7	14.4
Outros	3.7	3.6	3.6	3.7	3.4	3.2
Crédito não preferencial	62.8	62.3	61.9	62.2	63.4	64.4

(1) Crédito por carteira comercial, empréstimos e outros créditos a empresas não financeiras e particulares.

**Quadro IV.1.24 – REPARTIÇÃO DO CRÉDITO PREFERENCIAL
POR INSTITUIÇÕES E PRAZOS**

Em percentagem

	1981	1982	1983			
	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Total do sistema bancário	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Curto prazo	25.3	21.4	21.9	20.7	20.0	19.8
Médio prazo	17.1	17.6	17.4	18.2	18.1	17.8
Longo prazo	57.6	61.0	60.7	61.1	61.9	62.4
Bancos comerciais	32.0	32.7	33.3	33.6	34.5	35.8
Curto prazo	60.0	49.5	48.9	46.8	44.6	42.8
Médio prazo	17.6	20.2	19.3	20.2	20.5	19.8
Longo prazo	22.4	30.3	31.8	33.0	34.9	37.4
Instituições especiais de crédito	68.0	67.3	66.7	66.4	65.5	64.2
Curto prazo	8.9	7.9	8.8	7.5	7.0	7.0
Médio prazo	16.9	16.3	17.1	17.2	16.9	16.7
Longo prazo	74.2	75.8	75.1	75.3	76.1	76.3

verba correspondente a 35.6 por cento do total do crédito por “Carteira comercial, empréstimos e outros créditos” a empresas não financeiras e particulares (Quadro IV.1.23). Esta percentagem situa-se 2.1 pontos percentuais abaixo da registada em Dezembro de 1982 (37.7 por cento) em consequência de o crédito preferencial se ter expandido, em 1983, a uma taxa (18.8 por cento) sensivelmente inferior à dos anos precedentes, tendo a desaceleração sido notória a partir do final do 1.º trimestre. De referir que o crédito preferencial continua a ser predominantemente outorgado pelas IEC, instituições especialmente vocacionadas para o efeito, cabendo-lhes 64.2 por cento do total do crédito preferencial no final de 1983.

A apreciação da forma como se reparte o crédito preferencial por prazos e por instituições (Quadro IV.1.24) não revela alterações significativas nos últimos anos. Com efeito, mais de metade do saldo do crédito preferencial refere-se a operações de longo prazo. A importância relativa deste tipo de operações tem vindo a aumentar: 57.6 por cento em 1981, 61 por cento em 1982 e 62.4 por cento nos finais do ano em análise. Em contrapartida, o peso das IEC continuou, em 1983, a ser preponderante (64.2 por cento) na concessão de crédito deste tipo, conquanto seja nítida a tendência para uma maior participação por parte dos bancos comerciais.

1.6 Ajustamento das OIM

1.6.1 Aspectos gerais – recursos e aplicações globais

Assistiu-se, pela primeira vez desde há alguns anos, a uma convergência muito acentuada entre a variação dos recursos (depósitos totais) do sector bancário e a do crédito por ele concedido. De facto, o desvio positivo entre a evolução dos depósitos e a do crédito – que atingira, em média, nos últimos três anos, 96 milhões de contos – quedou-se, em 1983, por apenas 3 milhões de contos. O crescimento mais acentuado do crédito face ao dos depósitos, que tem sido uma constante nas IEC, fora habitual e largamente superado pelo elevado diferencial entre os recursos e o crédito patenteado pela banca comercial. Embora também em 1983 este tipo de comportamento se tenha observado, registou-se uma significativa alteração na sua intensidade: o referido diferencial nos BC passou a ser pouco mais do que suficiente para compensar o de sinal contrário verificado junto das instituições especiais de crédito.

Como factores explicativos deste tipo de comportamento haverá a referir, por um lado, a desaceleração global da procura de moeda e, por outro, o modo como a alteração da metodologia de programação monetária que teve lugar a meio do ano, e já referida,

influenciou o nível de crédito interno à economia. De facto, a sensível redução do afluxo de depósitos ao sistema bancário não se reflectiu totalmente no crédito interno sujeito a limite, por forma a permitir uma adequada substituição dos financiamentos externos em regressão, ainda que tal envolvesse a aceitação de redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior. Além disso, continuou de algum modo a fazer-se sentir a importância dos créditos não enquadrados, os quais acrescem, de forma automática, os limites fixados aos bancos, consideravelmente excedidos na primeira metade do ano.

No entanto, o efeito acumulado da diferença positiva entre crescimento dos depósitos e do crédito manifestou-se ainda, como seria de esperar, na discrepância entre os respectivos saldos (331 milhões de contos), a qual muito pouco se alterou face ao ano anterior (Quadro IV.1.25). Assim, continuaram a colocar-se às OIM — embora com intensidade e características algo distintas — e, muito em particular, aos bancos comerciais, os usuais problemas de afectação rentável da sua liquidez excedentária (basicamente em activos líquidos sobre o exterior e nos mercados interbancários). Tal como em anos anteriores, coube às IEC o papel de adquirentes líquidos no Mercado Monetário Interbancário (MMI), se bem que a nível dos bancos comerciais (cedentes líquidos de fundos quer às IEC quer às IFNM) se tenham verificado algumas

assimetrias na situação de liquidez ao longo do ano, mais acentuadas na parte final do mesmo (Quadro IV.1.26). Também no Mercado Interbancário de Títulos (MIT) as aplicações couberam essencialmente à banca comercial, com a participação reduzida e quase exclusiva da Caixa Geral de Depósitos.

No Quadro IV.1.6 podem observar-se os valores mensais, para 1983, das aplicações das OIM que integram a Liquidez Primária Potencial, cujas variações mais significativas, ao longo do ano, são as apresentadas pelas aplicações nos mercados interbancários e pelas disponibilidades em divisas. Estas últimas, contudo, são muito afectadas pela alteração do valor cambial do escudo: tomadas em dólares, pouco variaram, excepção feita aos meses de Julho e Agosto (por razões de ordem sazonal) e ao mês de Dezembro. Por outro lado, o redesconto não utilizado, não obstante a clara tendência decrescente registada na segunda metade do ano — reflexo da menor expansão da liquidez bancária, facto a que também estará associado o carácter mais restritivo da política orçamental — só em Dezembro sofreu uma alteração significativa. Para tanto contribuiu basicamente o comportamento das IEC, cuja utilização de redesconto se cifrou, naquele mês, em 34.8 milhões de contos (mais 23.7 milhões do que em Setembro). Por último, os depósitos especiais no Banco de Portugal têm, como o seu próprio nome indica, uma natureza muito peculiar. Embora

Quadro IV.1.25 — OIM — CRÉDITO CONCEDIDO E DEPÓSITOS TOTAIS

Milhões de escudos

	Crédito concedido					
	Saldos			Variações		
	OIM	Bancos comerciais	IEC	OIM	Bancos comerciais	IEC
1980	1 137 575	731 814	405 761	235 807	129 483	106 324
1981	1 449 049	918 745	530 304	311 474	186 931	124 543
1982	1 820 710	1 130 131	690 579	371 661	211 386	160 275
1983	2 262 142	1 390 243	871 899	441 432	260 112	181 320
Março	1 881 763	1 150 412	731 351	61 053	20 281	40 772
Junho	1 976 762	1 202 152	774 610	94 999	51 740	43 259
Setembro	2 082 307	1 267 879	814 428	105 545	65 727	39 818
Dezembro	2 262 142	1 390 243	871 899	179 835	122 364	57 471
	Depósitos totais					
	Saldos			Variações		
	OIM	Bancos comerciais	IEC	OIM	Bancos comerciais	IEC
1980	1 290 189	928 361	361 828	349 650	266 650	83 187
1981	1 688 228	1 223 920	464 308	398 039	295 559	102 480
1982	2 148 256	1 537 403	610 853	460 028	313 483	146 545
1983	2 592 668	1 819 841	772 827	444 412	282 438	161 974
Março	2 210 043	1 571 479	638 564	61 787	34 076	27 711
Junho	2 334 639	1 642 448	692 191	124 595	70 968	53 627
Setembro	2 436 912	1 701 141	735 771	102 273	58 693	43 580
Dezembro	2 592 668	1 819 841	772 827	155 756	118 700	37 056

Quadro IV.1.26 – MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO
Saldos (no fim do mês) e taxa de juro média

Milhões de escudos

	Total das OIM		Bancos comerciais		Bancos de poupança e de investimento		IFNM		Taxa de juro média %
	Cedentes	Adquirentes	Cedentes	Adquirentes	Cedentes	Adquirentes	Cedentes	Adquirentes	
1982									
Dezembro	64 820	56 140	62 605	2 890	2 215	53 250	390	6 830	15.3
1983									
Janeiro	55 405	47 930	53 620	4 600	1 785	43 330	150	7 625	14.7
Fevereiro	51 330	43 945	51 290	3 035	40	40 910	50	7 435	15.1
Março	53 445	45 280	53 320	4 335	125	40 945	350	8 515	15.3
Abril	51 345	42 630	51 345	1 920	—	40 710	730	9 445	16.6
Maio	53 875	45 015	53 245	4 565	630	40 450	650	9 510	18.6
Junho	52 230	42 745	51 640	5 035	590	37 710	425	9 910	18.4
Julho	57 335	49 550	57 335	6 775	—	42 775	965	8 750	20.5
Agosto	39 070	33 090	39 070	995	—	32 095	690	6 670	23.9
Setembro	36 525	31 350	36 075	6 655	450	24 695	850	6 025	22.3
Outubro	27 000	24 345	26 500	6 755	500	17 590	475	3 130	21.9
Novembro	33 650	32 050	32 800	11 990	850	20 060	540	2 140	25.4
Dezembro	36 660	34 895	36 215	14 510	445	20 385	155	1 920	25.4

os bancos possam sempre proceder ao respectivo levantamento (e, portanto, transformá-los em liquidez primária) não os consideram como meio normal de regulação de liquidez. A evolução da LPP ficou, assim, pautada pelas aplicações dos bancos no MIT, uma vez que as realizadas no MMI não correspondem, ao considerar-se o sistema bancário como um todo, senão a redistribuição da liquidez já existente.

Como facto relevante — não tanto pela importância quantitativa assumida de momento mas, sobretudo, pelas virtualidades da iniciativa — a nível do processo de ajustamento das OIM, há a referir a criação de novos instrumentos de captação de poupança, caso das contas de Poupança-Títulos lançadas pelo Banco Pinto e Sotto Mayor e da emissão de Obrigações de Caixa por parte do Banco de Fomento Nacional. Trata-se, em ambos os casos, de produtos financeiros concorrentes dos depósitos a prazo que oferecem vantagens relativas de diversa ordem, quer para os aforradores quer para as instituições bancárias envolvidas.

Verificou-se um agravamento da percentagem de créditos duvidosos no crédito, situando-se em média, mais de 2 pontos acima do verificado em períodos anteriores (Quadro IV.1.27). De registar, no entanto, que o maior crescimento se situou nas sub-rubricas de “Créditos em mora” (65 por cento, face a 1982) e “Efeitos devolvidos” (45 por cento), que englobam valores com razoáveis perspectivas de liquidação. A esta situação não será, certamente, alheia a difícil conjuntura económico-financeira vivida por muitas empresas.

Quadro IV.1.27 – CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em percentagem do crédito concedido pelos
Bancos comerciais
Valores em fim de período

	Crédito total ⁽¹⁾	Carteira comercial, empréstimos e outros créditos
1979	12.9	14.0
1980	11.2	12.2
1981	10.1	11.3
1982		
Março	10.8	12.1
Junho	11.4	12.7
Setembro	11.5	13.0
Dezembro	10.5	11.9
1983		
Março	12.1	13.6
Junho	13.3	15.1
Setembro	14.0	15.8
Dezembro	12.1	13.5

(1) Compreende as rubricas de “Carteira comercial, empréstimos e outros créditos” e “Aplicações financeiras”.

1.6.2 Disponibilidades e responsabilidades sobre o exterior

A actuação dos bancos no domínio da gestão das suas aplicações líquidas sobre o exterior continuou a ser uma forma de minimizar efeitos adversos, sobre a sua rentabilidade, decorrentes das políticas monetária e orçamental prosseguidas. Apesar das dificuldades cambiais que se fizeram sentir com maior ou menor

**Quadro IV.1.28 – DISPONIBILIDADES E RESPONSABILIDADES
A CURTO PRAZO PARA COM O EXTERIOR**

Milhões de escudos

	Disponibilidades líquidas sobre o exterior – DLX			Disponibilidades sobre o exterior – DX			Responsabilidades sobre o exterior – RX		
	OIM	Bancos comerciais	IEC	OIM	Bancos comerciais	IEC	OIM	Bancos comerciais	IEC
1977	-20 107	-17 559	-2 548	24 499	22 701	1 798	44 606	40 260	4 346
1978	-13 953	13 767	-186	34 781	30 445	4 336	48 734	44 212	4 522
1979	34 455	31 998	2 457	62 760	54 183	8 577	28 305	22 185	6 120
1980	63 130	54 192	8 398	78 704	65 750	12 954	15 574	11 558	4 016
1981	74 932	68 574	6 358	86 975	76 479	10 496	12 043	7 905	4 138
1982	103 584	91 609	11 975	118 554	101 795	16 759	14 970	10 186	4 784
1983 Março	102 292	91 657	10 635	122 986	106 705	16 281	20 694	15 048	5 646
Junho	140 739	125 297	15 442	162 167	140 027	22 140	21 428	14 730	6 698
Setembro	152 831	135 396	17 435	172 672	147 963	24 709	19 841	12 567	7 274
Dezembro	184 754	163 931	20 823	202 929	174 524	28 405	18 175	10 593	7 582

acuidade ao longo do ano, as OIM detinham, no final de 1983, um saldo de disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX) superior em 81 milhões de contos ao de igual período do ano anterior (Quadro IV.1.28). Avaliado em dólares, esse aumento cifrou-se em 243 milhões, resultante de um acréscimo de 213 milhões de dólares nas disponibilidades (DX) e de uma redução de 30 milhões de dólares nas responsabilidades (RX).

Num ano de forte apreciação das moedas estrangeiras face ao escudo, este aumento das DLX – embora tivesse sido em Dezembro que teve origem a sua maior parte (+181 milhões de dólares) – actuou positivamente sobre a rentabilidade dos bancos, o que eventualmente terá funcionado também como desincentivo à ultrapassagem dos limites de crédito.

No que diz respeito aos recursos externos a médio e longo prazos obtidos pelas OIM (Quadro IV.1.29), a sua taxa de expansão em dólares (29 por cento) foi inferior a metade da verificada em 1982 (68 por cento), não obstante a variação do respectivo saldo em escudos (+96.8 milhões de contos) ter largamente superado a do ano anterior (+60.3 milhões de contos). Isto prende-se basicamente com o facto de 1982 ter sido o primeiro ano em que foi exigida a intermediação bancária nos créditos externos concedidos ao abrigo da *Commodity Credit Corporation* (CCC) e destinados ao financiamento de importações de bens agrícolas dos EUA; esses recursos passaram assim a constituir responsabilidades efectivas dos bancos, com contrapartida em crédito interno. Tendo em conta o interesse económico desses créditos para o país, passou-se a considerá-los como créditos não sujeitos

**Quadro IV.1.29 – RESPONSABILIDADES A
MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA COM O
EXTERIOR**

Milhões de escudos

	OIM	Bancos comerciais	IEC
1978	9 078	1 241	7 837
1979	18 404	1 263	16 141
1980	27 288	4 197	23 091
1981	46 419	12 314	34 105
1982	106 743	39 277	67 466
1983			
Março	127 048	46 434	80 614
Junho	162 998	59 296	103 702
Setembro	184 314	69 161	115 153
Dezembro	203 506	81 608	121 898

a enquadramento a nível de controlo dos limites de crédito. Assim, o crédito externo a médio e longo prazos obtido pelas OIM no ano transacto evoluiu essencialmente à custa de operações com a CCC e, em menor grau, com o Banco Mundial. Por sua vez, dificuldades de acesso aos mercados financeiros internacionais, bem como o facto de o crédito externo a médio e longo prazos constituir, de modo geral, uma forma relativamente pouco atraente de os bancos captarem recursos, terão também influenciado o comportamento desta rubrica, cuja variação foi, em 1983, inferior em 136 milhões de dólares à verificada no ano anterior. Em termos relativos, e se bem que as IEC (em especial o Banco de Fomento Nacional, pela natureza das suas operações) continuem a recorrer em maior grau ao financiamento externo a médio e longo

prazos (60 por cento do respectivo saldo no final do ano), assistiu-se a um aumento da participação dos bancos comerciais neste domínio, devido precisamente à elevada concentração dos créditos da CCC junto deste tipo de instituições monetárias.

1.6.3 Mercados interbancários

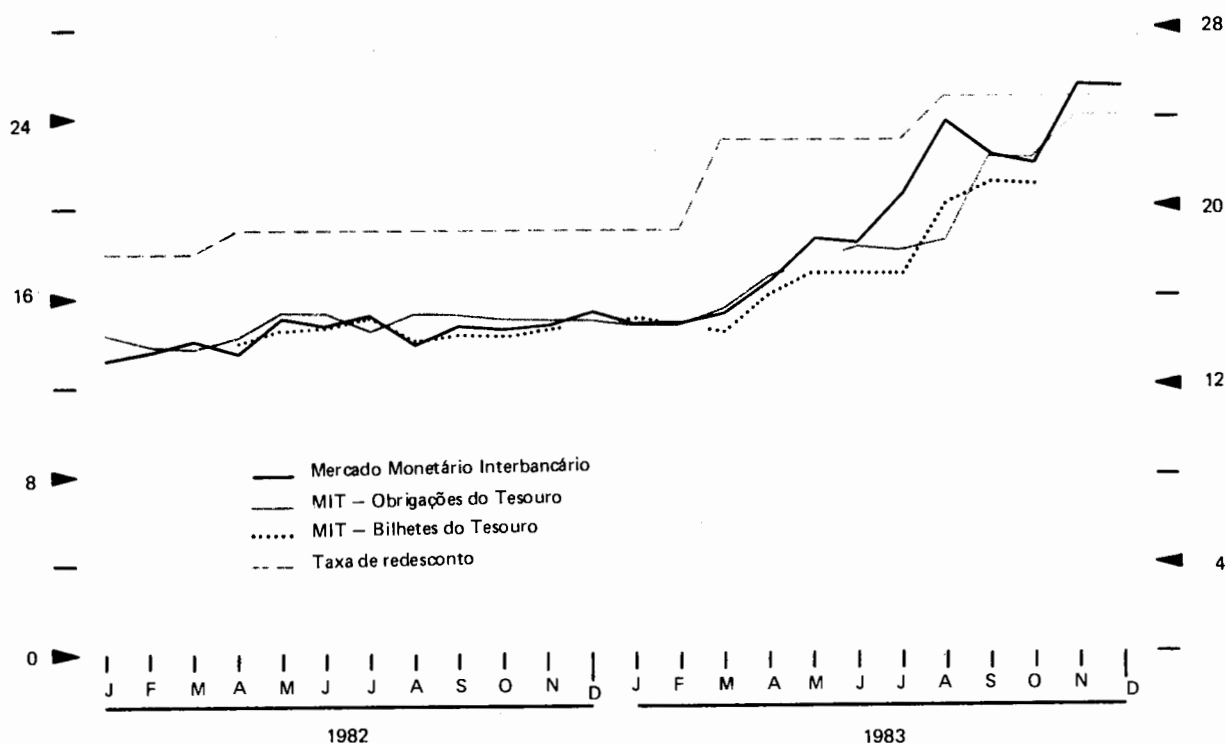
Tratando-se, como é conhecido, da principal alternativa das OIM à detenção de recursos excedentários inactivos, decorrentes da política de crédito que vem sendo prosseguida, as aplicações nos mercados interbancários (MIT e MMI) relacionam-se com a evolução dessa liquidez excedentária e do grau de remuneração que lhes é proporcionado. Se a política restritiva de crédito não for coadjuvada por níveis adequados de remuneração da liquidez excedentária dos bancos, criam-se condições favoráveis à ultrapassagem dos limites que lhes são fixados, como sucedeu na primeira metade do ano. O facto das taxas dos mercados interbancários e, em particular, do MIT (Gráfico IV.1.4), não terem acompanhado a subida das taxas de juro (e de redesconto) ocorrida em Março, contribuiu para a significativa ultrapassagem do crédito autorizado — +2 por cento no 1.º semestre — e, con-

sequentemente, para um menor volume de aplicações no MIT — em Julho, mais de 88 por cento dos 125 milhões de contos de Bilhetes do Tesouro em circulação estavam na posse do Banco de Portugal.

No 3.º trimestre, na sequência do novo aumento das taxas de juro efectuado em Agosto, as taxas do MIT foram elevadas em 4 pontos percentuais, e os limites de crédito foram consideravelmente aumentados. O saldo das aplicações no MIT, que atingira o seu valor mais reduzido em Julho (62.5 milhões de contos) passava, em Setembro, para 127 milhões de contos, com as OIM a deterem já cerca de 70 por cento dos 145 milhões de contos aplicados em Bilhetes do Tesouro. Em Novembro, procedeu-se a nova subida das taxas de juro do MIT (2 pontos percentuais); a partir dessa altura, as obrigações da carteira do Banco de Portugal foram por este colocadas em mercado primário às taxas de juro de 23 por cento (até 30 dias), 24 por cento (de 30 a 60 dias) e 25 por cento (de 60 a 90 dias). No entanto, no decorrer do último trimestre, verificou-se uma redução progressiva do montante de aplicações, à medida que os bancos se iam ajustando ao novo ritmo dos limites de crédito, que lhes permitia absorver parte da liquidez excedentária por eles acumulada. O saldo mensal médio, em 1983, das aplicações das OIM no MIT

Gráfico IV.1.4 — TAXAS DE JURO NOS MERCADOS MONETÁRIOS

Médias mensais



Quadro IV.1.30 – MERCADO INTERBANCÁRIO DE TÍTULOS
SalDOS em fim do mês

Milhões de escudos

	Total das OIM			Bancos comerciais			Bancos de poupança e de investimento		
	Obrigações	Bilhetes do Tesouro	Total	Obrigações	Bilhetes do Tesouro	Total	Obrigações	Bilhetes do Tesouro	Total
1982									
Dezembro	75 188	—	75 188	71 788	—	71 788	3 400	—	3 400
(Média anual)			(97 388)			(95 095)			(2 294)
1983									
Janeiro	89 145	17 250	106 395	78 892	15 730	94 622	10 253	1 520	11 773
Fevereiro	97 617	19 500	117 117	87 756	17 440	105 196	9 861	2 060	11 921
Março	83 909	28 430	112 339	82 342	23 100	105 442	1 567	5 330	6 897
Abril	108 213	27 750	135 963	104 392	22 850	127 242	3 821	4 900	8 721
Maio	70 042	34 610	104 652	66 221	31 110	97 331	3 821	3 500	7 321
Junho	61 417	35 710	97 127	57 376	33 560	90 936	4 041	2 150	6 191
Julho	47 829	14 630	62 459	43 554	11 300	54 854	4 275	3 330	7 605
Agosto	31 479	59 915	91 394	29 479	41 035	70 514	2 000	18 880	20 880
Setembro	25 129	101 900	127 029	23 629	83 100	106 729	1 500	18 800	20 300
Outubro	87 305	22 830	110 135	82 505	18 080	100 585	4 800	4 750	9 550
Novembro	90 268	—	90 268	82 837	—	82 837	7 431	—	7 431
Dezembro	54 880	—	54 880	52 711	—	52 711	2 169	—	2 169
(Média anual)			(100 813)			(90 750)			(10 063)

(100 milhões de contos) foi da mesma ordem de grandeza do registado em 1982 (97 milhões); também em média, enquanto os BC diminuíram as suas aplicações, as IEC aumentaram-nas em cerca de 8 milhões de contos.

Dado o seu regime legal, cessaram em Novembro as emissões de Bilhetes do Tesouro, tendo o mercado continuado a operar com os Títulos da Dívida Pública pertencentes à carteira do Banco de Portugal, cujo saldo na posse das OIM veio a atingir, no fim de Dezembro, o valor mais baixo desde 1980 (Quadro IV.1.30), com a taxa de juro mais elevada desde sempre. As emissões de Bilhetes de Tesouro (Quadro IV.1.31) continuaram a fazer-se irregularmente, devido a serem mais determinadas pelas necessidades de Caixa do Tesouro, do que por critérios de política monetária.

No final do ano fez-se sentir, com maior intensidade do que é habitual, uma redução de liquidez, o que levou as OIM a desfazerem-se de parte substancial das suas aplicações no MIT (com grande percentagem de vendas antecipadas) e a taxa média de juro no MMI a subir acima da taxa básica de redesconto. Fenómeno semelhante ocorrera já em Julho, facto a que também não foi alheio o significativo aumento, nesse mês, das reservas suplementares, ou seja, reservas não remuneradas temporariamente constituídas junto do Banco de Portugal como penalização por ultrapassagem dos limites de crédito.

Quadro IV.1.31 – BILHETES DO TESOURO
Mercado primário

	1982		1983	
	Emissões (valor em milhões de escudos)	Taxa de juro ⁽¹⁾ %	Emissões (valor em milhões de escudos)	Taxa de juro ⁽¹⁾ %
Janeiro	—	—	22 000	14.982
Fevereiro	—	—	—	—
Março	—	—	42 000	14.357
Abril	20 000	13.991	50 000	15.968
Maio	40 000	14.498	120 000	16.996
Junho	60 000	14.623	110 000	17.000
Julho	40 000	14.956	125 000	17.000
Agosto	70 000	13.972	110 000	20.244
Setembro	50 000	14.315	185 000	21.000
Outubro	55 000	14.258	30 000	21.000
Novembro	145 000	14.498	—	—
Dezembro	—	—	—	—

(1) Média ponderada.

1.6.4 Equilíbrio financeiro das OIM

Em 1983, acentuou-se o impacto da política restritiva de crédito sobre a situação financeira das OIM e, muito especialmente, sobre os bancos comerciais, visto que, como se sabe, as IEC têm tido um tratamento relativamente privilegiado em termos de limites de crédito, dado o particular interesse económico-social do crédito por elas concedido. Daí que — e apesar do relativo alargamento dos limites das OIM na parte final do ano e da sua ultrapassagem na fase anterior — se tenha assistido a uma deterioração do indicador “Margem de juros” — definido como a diferença entre os juros recebidos do crédito (incluindo os juros do desconto sobre o estrangeiro) e os juros pagos aos depósitos. Para o total das OIM, esta diferença registou um agravamento de 23.9 milhões de contos, tornando-se mesmo negativa (Quadro IV.1.32). Esta evolução localizou-se nos bancos comerciais (deterioração de cerca de 26.5 milhões de contos), já que as IEC viram aumentar a sua margem de juros em 2.5 milhões de contos, não obstante a redução do peso desta rubrica no volume de actividade⁽¹⁾. Para tal deterioração contribuiu o facto do aumento do custo médio dos depósitos nas OIM (15.7 por cento em 1982 e 18.8 por cento em 1983) ter sido superior em cerca de 1 ponto percentual ao da remuneração média do crédito (19.8 por cento em 1982 e 21.9 por cento em 1983). A subida das taxas de juro ocorrida em Março envolveu uma redução do diferencial entre as taxas de juro activas e passivas, que só viria a ser parcialmente repostas em Agosto, altura em que se procedeu a nova alteração das mesmas. Houve também, por outro lado, uma relativa perda de peso, no sector bancário, dos depósitos à ordem e até dos depósitos a prazo de residentes, relativamente aos depósitos de emigrantes, a maioria dos quais é a prazo superior a um ano — precisamente os mais caros para as instituições e aqueles cujo diferencial em relação às taxas de juro do crédito veio a ser, de facto, reduzido. De referir, ainda, que ao singular agravamento da margem de juros ocorrido nos bancos comerciais também não é estranha a evolução dos seus créditos de cobrança duvidosa (cujo saldo se situou, em mé-

dia, 47 milhões de contos acima do verificado em 1982); ao actual nível das taxas de juro, tal implica uma diminuição de resultados muito significativa.

No entanto, a análise de “Margem de juros” (tal como foi definida) não explicita claramente nem o efeito da política de crédito, nem o correspondente processo de ajustamento. Para tal ter-se-ia que adicionar aos juros do crédito, nomeadamente os rendimentos de aplicações financeiras (uma vez que estas também fazem parte do crédito sujeito a limite), expurgando de cada rubrica a parcela referente a aplicações no exterior. Uma aproximação a esta “Margem de juros corrigida”, embora não alterasse as conclusões, faria atenuar de forma sensível a deterioração da margem de juros inicialmente referida: esta baixaria para cerca de 13 milhões de contos nas OIM, cabendo aos bancos comerciais 16.5 milhões de contos.

O comportamento do indicador “Outras Remunerações Bancárias Líquidas” (ORBL) permite de certa forma avaliar do processo utilizado pelas OIM para compensar os efeitos adversos da política de crédito sobre a rentabilidade, na medida em que respeita aos proveitos e custos derivados da parcela de actividades não directamente sujeitas a controlo quantitativo. Contudo, a inclusão dos “Rendimentos de aplicações financeiras” retira-lhe, em parte, o carácter de factor de ajustamento. Em termos globais, as ORBL (incluindo o rendimento de aplicações financeiras) aumentaram cerca de 46 por cento (35.7 milhões de contos), tendo as IEC denotado um ligeiro decréscimo. Ao contrário deste último tipo de instituições, os bancos comerciais retiraram destas operações um proveito líquido que lhes permitiu superar largamente a margem de juros negativa. Para tanto contribuíram essencialmente os aumentos dos “Proveitos das operações interbancárias” (+37 por cento) — a reflectir a sua posição de cedentes líquidos de activos nos mercados interbancários e a subida das taxas de juro aí praticadas — e dos “Proveitos de outras operações bancárias”, com destaque para os referentes a operações cambiais (+58.8 por cento) — relacionados com a elevada depreciação do valor externo do escudo — além dos rendimentos de aplicações financeiras (+54 por cento), cuja taxa média de remuneração aumentou quase 4 pontos percentuais.

O ligeiro agravamento das outras responsabilidades bancárias líquidas das IEC (já no ano anterior negativas) deveu-se ao aumento dos custos suportados com

(1) O volume de actividade corresponde ao total do passivo, excluindo as “Contas transitórias e de regularização” e as “Contas diversas”.

Quadro IV.1.32 – ANÁLISE DA RENTABILIDADE DAS OIM

Milhões de contos e percentagem

	OIM					
	1981		1982		1983	
	Em volume	Em % do VA	Em volume	Em % do VA	Em volume	Em % do VA
Margem de juros	19.2	1.1	16.8	0.8	-7.1	-0.3
Juros recebidos do crédito	219.4	13.0	301.3	13.8	415.0	15.0
(Remuneração média do crédito)	(17.8%)		(19.8%)		(21.9%)	
Custo dos depósitos	200.2	11.9	284.5	13.0	422.1	15.3
(Juro médio DT)	(14.2%)		(15.7%)		(18.8%)	
(Juro médio DP)	(18.6%)		(19.9%)		(23.3%)	
Outras remunerações bancárias líquidas	53.8	3.2	77.3	3.5	112.9	4.1
Proveitos de operações interbancárias	17.4	1.0	23.8	1.1	33.1	1.2
Custos de operações interbancárias	6.5	0.4	10.9	0.5	14.7	0.5
Proveitos de operações cambiais	10.2	0.6	17.9	0.8	29.0	1.0
Rendimento de aplicações financeiras	12.6	0.8	23.3	1.1	34.1	1.2
Outras, líquidas	20.1	1.2	23.2	1.0	31.4	1.2
Custo bruto de intermediação bancária	73.0	4.3	94.1	4.3	105.8	3.8
Custo de funcionamento	38.5	2.3	49.2	2.3	66.9	2.4
Custos com pessoal	28.1	1.7	36.5	1.7	49.6	1.8
Custo líquido de intermediação bancária	34.5	2.0	44.9	2.1	38.9	1.4
Outras receitas líquidas	-3.2	-0.2	-3.9	-0.2	-3.1	-0.1
Resultados antes de provisões	31.3	1.8	41.0	1.9	35.8	1.3
Provisões	19.8	1.2	24.1	1.1	24.5	0.9
Resultados finais	11.5	0.7	16.9	0.8	11.3	0.4

operações passivas (+3.6 milhões de contos) e dos custos líquidos com operações interbancárias (+2.9 milhões de contos), a reflectir a sua posição de relativa carência de liquidez. De registar ainda que, a nível da banca comercial, o recurso mais acentuado de alguns bancos ao MMI e ao redesconto, a taxas superiores às de 1982, fez subir bastante (116 por cento) os “Custos de operações interbancárias”, embora registando valores pouco significativos.

Da evolução acima descrita resultou que o “Custo bruto de intermediação bancária” (soma da margem de juros com as outras remunerações bancárias líquidas) sofreu uma quebra de 1/2 ponto percentual relativamente ao volume de actividade.

O facto de os “Custos de funcionamento” terem aumentado 36 por cento no conjunto das OIM fez com que o indicador “Custo líquido de intermediação bancária” ficasse, em 1983, 6 milhões de contos aquém do ano anterior. A subida muito reduzida das “Outras receitas líquidas” não evitou, portanto, que

os resultados antes da constituição de provisões se situassem 5.2 milhões de contos abaixo do nível de 1982 (-12.7 por cento), atingindo 35.8 milhões de contos: 18.7 milhões de contos nas IEC e 17.1 nos bancos comerciais.

Assistiu-se, por seu turno, a uma quebra de peso das dotações para amortizações e para provisões no nível de actividade, tendo mesmo os bancos comerciais reduzido 3.7 milhões de contos o montante de provisões, relativamente a 1982, o que permitiu que os seus resultados finais atingissem os 4 milhões de contos.

No conjunto das OIM, os resultados finais elevaram-se a 11.3 milhões de contos, ou seja, 5.6 milhões abaixo dos de 1982. A redução foi proporcionalmente mais sensível nas IEC (39.7 por cento) do que nos bancos comerciais (18.3 por cento).

Reflexo do maior rigor imposto à política monetária, em geral, e à política de crédito, em particular, a evolução dos resultados das OIM tem também a ver

Bancos comerciais						IEC					
1981		1982		1983		1981		1982		1983	
Em volume	Em % do VA	Em volume	Em % do VA	Em volume	Em % do VA	Em volume	Em % do VA	Em volume	Em % do VA	Em volume	Em % do VA
-4.4	-0.7	-17.1	-1.2	-43.6	-2.4	23.6	4.3	34.0	4.7	36.5	3.8
137.7	12.4	185.8	12.7	253.3	13.9	81.7	15.0	115.5	16.0	161.7	17.0
(19.8%)		(19.8%)		(22.2%)		(18.1%)		(19.8%)		(21.5%)	
142.1	13.1	202.9	13.9	296.9	16.3	58.1	10.7	81.5	11.3	125.2	13.2
(14.2%)		(15.2%)		(18.3%)		(16.2%)		(17.1%)		(20.2%)	
(18.7%)		(19.7%)		(23.1%)		(19.4%)		(20.3%)		(24.0%)	
53.2	5.0	79.8	5.5	115.8	6.4	0.6	0.1	-2.6	-0.4	-2.8	-0.3
15.0	1.4	20.8	1.4	28.6	1.6	2.5	0.5	3.0	0.4	4.5	0.5
0.6	0.1	0.8	0.1	1.7	0.1	6.0	1.1	10.1	1.4	13.0	1.4
8.4	0.8	14.3	1.0	22.7	1.3	1.8	0.3	3.5	0.5	6.2	0.7
9.2	1.1	18.4	1.3	28.3	1.6	3.4	0.6	4.8	0.7	5.8	0.6
21.2	1.8	27.1	1.9	37.9	2.0	-1.1	-0.2	-3.8	-0.6	-6.3	-0.7
48.8	4.3	62.7	4.3	72.2	4.0	24.2	4.4	31.4	4.3	33.7	3.5
30.4	2.6	38.3	2.6	51.8	2.9	8.1	1.5	10.9	1.5	15.1	1.6
21.8	1.9	28.1	1.9	38.1	2.1	6.3	1.1	8.4	1.2	11.5	1.2
18.4	1.7	24.4	1.7	20.4	1.1	16.1	2.9	20.5	2.8	18.5	1.9
-1.6	-0.1	-2.7	-0.2	-3.2	-0.2	-1.6	-0.3	-1.2	-0.1	0.2	..
16.8	1.6	21.7	1.5	17.1	0.9	14.5	2.6	19.3	2.7	18.7	2.0
12.9	1.2	16.8	1.2	13.1	0.7	6.9	1.3	7.3	1.0	11.4	1.2
3.9	0.4	4.9	0.3	4.0	0.2	7.6	1.4	12.0	1.7	7.3	0.8

com aspectos que não decorrem de uma estrita racionalidade empresarial. Sendo o sector bancário — e, nomeadamente, os bancos nacionalizados — principal executor da política de crédito, sobre ele tem recaído grande parte dos custos inerentes à prossecução de vários objectivos, nomeadamente a defesa das

contas externas; a sua actividade empresarial decorre, assim, sob um importante conjunto de restrições, as quais impedem, naturalmente, que os correspondentes resultados financeiros atinjam os níveis que alcançariam na ausência dessas restrições.

2. Política Cambial

2.1 Política cambial e evolução do escudo

Em 1983, a política cambial seguida em Portugal foi um dos instrumentos primordiais no combate ao défice da Balança de transacções correntes, assegurando a manutenção da competitividade externa da indústria portuguesa, e combatendo, mediante ajustamentos pontuais, os movimentos especulativos em torno do escudo, que se verificaram, de uma forma intermitente, ao longo da primeira metade do ano.

Como é sabido, o regime de desvalorização deslizante e programada do escudo (*crawling peg*) verifica-se não em relação a uma moeda particular, mas sim em termos de taxa de câmbio efectiva. No entanto, atendendo à contínua apreciação do dólar em relação às principais moedas europeias, ao realinhamento paritário global das divisas participantes no SME e às desvalorizações das moedas de alguns países mediterrânicos concorrentes de Portugal (Espanha, Grécia e Jugoslávia), procedeu-se, a 23 de Março, a um "ajustamento técnico" na cotação efectiva do escudo da ordem dos 2 por cento, desvalorizando o escudo em relação ao dólar, libra e marco e revalorizando-se frente ao franco francês. Procedeu-se ainda, na mesma data, a um aumento do ritmo mensal da taxa efectiva de depreciação do escudo de 0.75 por cento para 1 por cento, de modo a compensar os diferenciais de inflação entre Portugal e o Exterior.⁽¹⁾ Ainda em Março, e em conjugação com estas medidas, as taxas de juro activas e passivas foram aumentadas (entre 4 e 5 pontos percentuais), procurando manter a atractividade dos activos financeiros expressos em escudos, a fim de evitar o agravamento do desequilíbrio externo.

Como os ajustamentos de Março acabaram por se revelar insuficientes para a realização de uma acalmia duradoura das expectativas cambiais dos agentes económicos, assistindo-se mesmo a um significativo agravamento dos movimentos especulativos contra o escudo, o novo Governo, ao iniciar o seu mandato, procedeu a uma nova desvalorização discreta da taxa de câmbio efectiva, de 12 por cento, em 22 de Junho, também ela seguida por nova subida das taxas de juro (entre 2 e 2.5 pontos percentuais). A amplitude deste

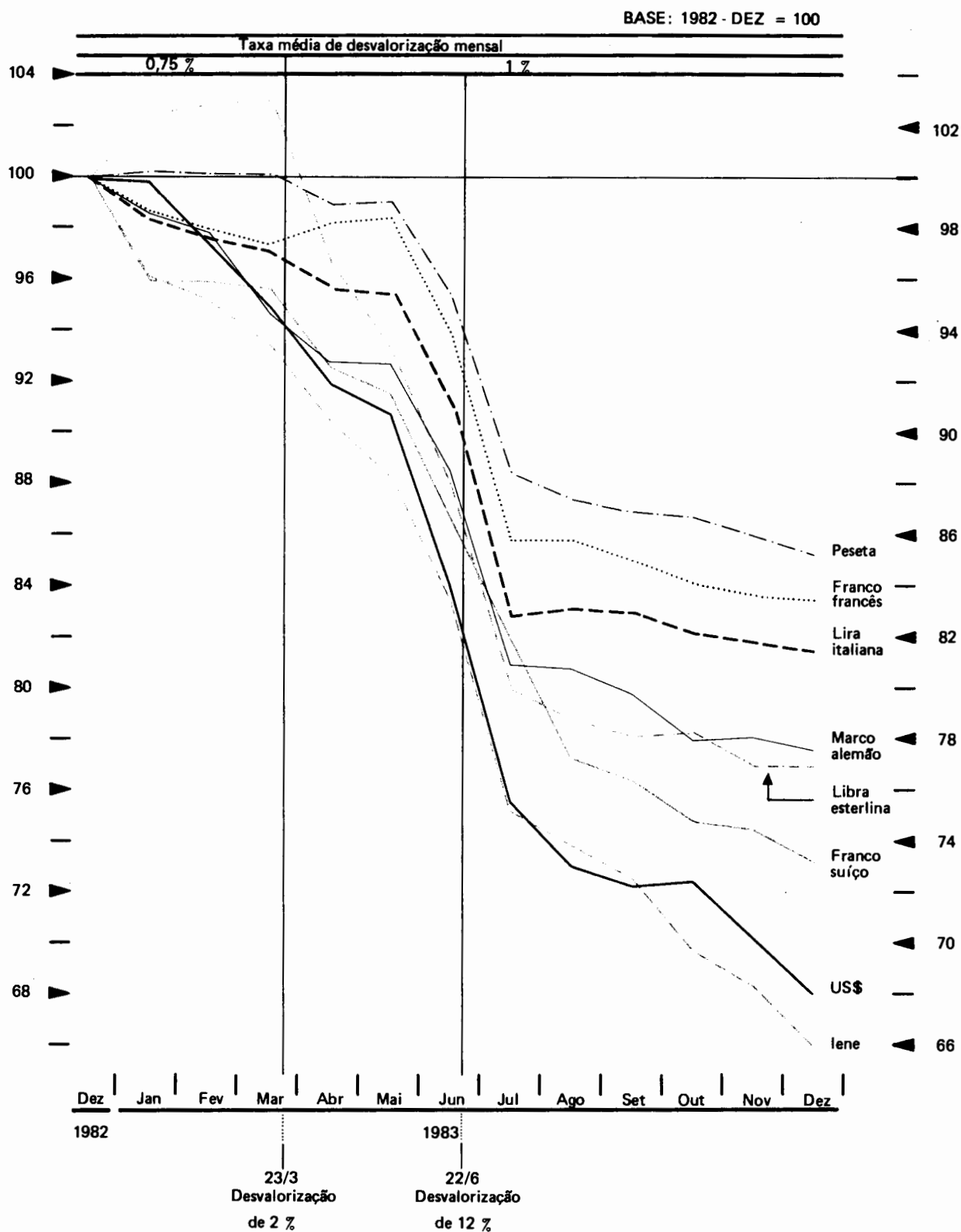
ajustamento pontual teve como objectivo principal e declarado influenciar de uma forma convincente e positiva as expectativas dos agentes económicos em relação à natureza da política económica a prosseguir, e nomeadamente no respeitante à credibilidade do ritmo de desvalorização programada do escudo, mantida a 1 por cento. Os efeitos deste ajustamento cambial não tiveram, porém, um impacto semelhante ao que se registara, no período que se seguiu à desvalorização discreta (9.4 por cento) de Junho de 1982, nas receitas de turismo e remessas de emigrantes. Com efeito, estas rubricas da Balança de transacções correntes evoluíram de forma menos favorável em relação às entradas de estrangeiros e aos salários nos países de residência, o que poderá significar ter-se atingido uma fase de relativa inelasticidade destes fluxos relativamente à desvalorização. É possível, porém, que outros factores, como o segmento do mercado turístico captado, a recessão económica nos países de imigração, a apreciação do dólar frente à generalidade das moedas e os controlos mais apertados ao envio de remessas por parte de países em dificuldades económicas, possam também contribuir para a explicação daquele comportamento, dificultando a comparação em termos homólogos.

O impacto inflacionista da desvalorização do escudo fez-se, porém, sentir mais fortemente, na segunda metade do ano, apesar de minorado pelos efeitos de uma conjuntura internacional caracterizada pela evolução mais favorável dos preços nos países da OCDE e da cotação de algumas matérias-primas; ao contrário do que aconteceu em 1982 não houve, a nível interno, qualquer congelamento de preços, tendo-se prosseguido a política de redução de subsídios e de gradual liberalização dos mesmos.

Ao longo de 1983, e como já acontecera em 1982, o escudo desvalorizou em relação a todas as moedas cotadas oficialmente em Portugal. A queda do escudo foi especialmente acentuada frente às principais divisas não europeias — iene (32.7 por cento), dólar americano (32.3 por cento) e dólar canadiano (31.5 por cento) — tendo-se a depreciação perante as moedas nórdicas (coroa sueca, markka finlandesa e coroa norueguesa), o franco suíço e a libra esterlina situado entre os 24 e os 26 por cento. Em relação às moedas que participam nos mecanismos cambiais do SME a depreciação do escudo, em 1983, situou-se entre 22.3 por cento (marco alemão) e 16.1 por cento (franco francês). Frente às moedas dos principais concorrentes de Portugal — lira e peseta — a queda do escudo foi, respectivamente, de 18 por cento e 15.4 por cento. Em termos de taxa de câmbio efectiva, o escudo depreciou-se, em 1983, 23.2 por cento, con-

(1) Conjunto dos nove países mais importantes nas exportações portuguesas (cerca de 67 por cento): Reino Unido, RFA, EUA, França, Suécia, Itália, Holanda, Bélgica e Suíça.

Gráfico IV.2.1 – EVOLUÇÃO DO ESCUDO EM 1983
Índices de cotação média do escudo
Crawling peg



Quadro IV.2.1 – EVOLUÇÃO DO VALOR DO ESCUDO

Em percentagem

	Evolução do escudo em relação a várias moedas (1)					Evolução de várias moedas em relação ao escudo (1)				
	Taxa de câmbio efectiva (2)	Dólar dos EUA	Libra esterlina	Franco francês	Marco alemão	Taxa de câmbio efectiva (2)	Dólar dos EUA	Libra esterlina	Franco francês	Marco alemão
1982/1981	-12.1	-22.6	-10.4	-6.0	-16.7	+13.6	+29.1	+11.6	+6.4	+20.0
4 Jan. 82/31 Dez. 82	-17.1	-27.2	-12.7	-13.1	-22.6	+20.7	+37.3	+14.5	+15.1	+29.1
3 Jan. 83/18 Mar. 83 (3)	-2.0	-5.0	-3.2	-1.9	-4.3	+2.1	+5.2	+3.3	+1.9	+4.5
18 Mar. 83/23 Mar. 83 (4)	-2.0	-3.6	-1.5	+1.0	-2.3	+2.1	+3.8	+1.5	-1.0	+2.4
23 Mar. 83/21 Jun. 83 (5)	-3.1	-5.4	-9.8	-0.2	-0.5	+3.2	+5.7	+10.9	+0.2	+0.5
21 Jun. 83/23 Jun. 83 (6)	-12.0	-11.4	-11.6	-12.3	-12.3	+13.5	+12.9	+13.1	+14.0	+14.1
23 Jun. 83/30 Dez. 83 (5)	-6.3	-11.8	-6.7	-3.2	-4.7	+6.7	+13.4	+7.1	+3.3	+4.9
3 Jan. 83/30 Dez. 83	-23.2	-32.3	-24.3	-16.1	-22.3	+30.2	+47.8	+32.0	+19.2	+28.6
1983/1982	-20.5	-28.3	-17.4	-16.7	-24.4	+25.8	+39.4	+21.0	+20.1	+32.2

(1) (-) Desvalorização.

(+) Revalorização.

(2) Base: Dezembro de 1976 para as médias mensais e 31 de Dezembro de 1976 para as restantes.

(3) *Crawling-peg*: depreciação média mensal de 0.75 %

(4) Desvalorização discreta do escudo (de 19 a 22 de Março não foram publicadas cotações do escudo pelo Banco de Portugal).

(5) *Crawling-peg*: depreciação média mensal de 1 %.

(6) Desvalorização discreta do escudo (em 22 de Junho não foram publicadas cotações do escudo pelo Banco de Portugal).

tra 17.1 por cento em 1982; relativamente ao DSE e ao ECU, o escudo deprecou-se 28.6 e 20.6 por cento, respectivamente.

Tendo em conta as alterações introduzidas na política cambial portuguesa ao longo do ano, verificou-se que, até ao ajustamento técnico da cotação efectiva do escudo e mudança da taxa do *crawl* para 1 por cento, em Março, o escudo se deprecou de 2 por cento em termos efectivos e de 5 por cento, 4.3 por cento, 3.2 por cento e 1.9 por cento, respectivamente, em relação ao dólar, ao marco alemão, à libra esterlina e ao franco francês. Por seu turno, o ajustamento de 23 de Março reflectiu-se numa queda do escudo de 2 por cento, em termos efectivos, numa depreciação em relação ao dólar (3.6 por cento), marco alemão (2.3 por cento) e libra esterlina (1.5 por cento) e numa revalorização frente ao franco francês (1 por cento), moeda que registara depreciação no realinhamento do SME. Entre o ajustamento de Março e a desvalorização discreta de Junho, o escudo deprecou-se cerca de 3 por cento, em termos efectivos, tendo caído consideravelmente em relação à libra esterlina (9.8 por cento) e ao dólar (5.4 por cento) e muito marginalmente em relação ao marco alemão

(0.5 por cento) e ao franco francês (0.2 por cento). A desvalorização discreta do escudo de 22 de Junho, de 12 por cento em termos efectivos, reflectiu-se num enfraquecimento da moeda portuguesa de cerca do mesmo montante em relação às principais moedas do comércio externo português (um pouco mais acentuadamente em relação ao franco francês e ao marco alemão e menos vincadamente em relação ao dólar e à libra esterlina). Na segunda metade do ano, prosseguiu o ritmo de depreciação média mensal do escudo de 1 por cento ao mês, tendo a nossa moeda depreciado 6.3 por cento, em termos efectivos, caindo substancialmente em relação ao dólar (11.8 por cento) e de uma forma menos acentuada relativamente à libra esterlina (6.7 por cento), marco alemão (4.7 por cento) e franco francês (3.2 por cento).

De salientar que, em termos de médias anuais e em relação a 1982, a queda do escudo em 1983 ficou aquém da registada ao longo do ano, quer em termos efectivos quer em relação às principais moedas, devido ao facto de a desvalorização discreta de 12 por cento ter ocorrido em Junho e, portanto, a média do ano ser ainda influenciada, em larga medida, pelo 1.º semestre de 1983.

2.2 Competitividade externa da indústria portuguesa

A política cambial seguida durante o ano de 1983 permitiu que se atingissem níveis bastante favoráveis para a competitividade externa portuguesa, incentivando o sector dos bens transaccionáveis internacionalmente e contribuindo para um aumento das exportações e uma diminuição das importações e da procura interna. A melhoria da Balança comercial é, em parte, reflexo da política cambial adoptada.

Com efeito, em 1983, os custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) relativos atingiram (à excepção do índice Portugal/Espanha) níveis inferiores aos registados no 4.º trimestre de 1979 – período em que estes registaram o seu nível mais favorável desde 1973. A política cambial seguida em 1983, com os dois ajustamentos cambiais de Março e Junho, permitiu que, em termos de médias anuais,⁽¹⁾ os

(1) Tomando os três primeiros trimestres de 1983 como representativos do ano.

CTUP tenham melhorado 12.2 por cento relativamente ao “Exterior”: a depreciação, em 20.4 por cento, da taxa de câmbio relativa mais do que compensou a diminuição, em 2.6 por cento, da produtividade relativa e o agravamento em 5 por cento dos salários relativos. Numa análise trimestral, e em relação ao trimestre imediatamente anterior, registou-se uma melhoria acentuada, em termos de CTUP relativos, no 1.º trimestre do ano (10.8 por cento), para a qual contribuíram o aumento da produtividade relativa e a queda dos salários e da taxa de câmbio relativa. No 2.º e 3.º trimestres, apenas a taxa de câmbio contribuiu de uma forma positiva para o abrandamento dos CTUP relativos, tendo estes aumentado em 3.4 e 9.8 por cento, respectivamente.

Em relação aos nossos principais concorrentes da Europa Mediterrânica, a evolução dos CTUP relativos em 1983 também foi favorável a Portugal. Este comportamento resultou da maior depreciação do escudo e dos ganhos de produtividade que mais do que compensaram o efeito desfavorável da mais expressiva subida salarial; em relação à Grécia, porém, também os salários contribuíram positivamente para a melhoria da nossa competitividade.

Gráfico IV.2.2 – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES RELATIVOS PORTUGAL/EXTERIOR

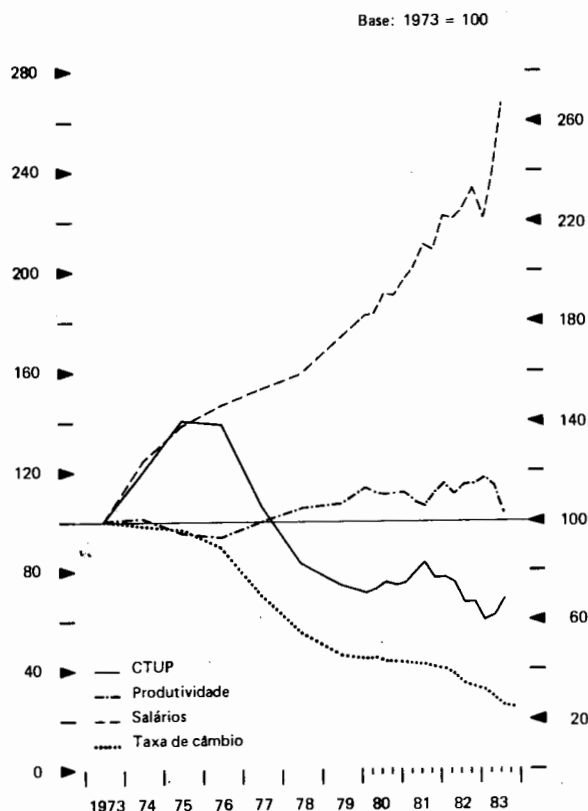


Gráfico IV.2.3 – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES RELATIVOS PORTUGAL/GRÉCIA

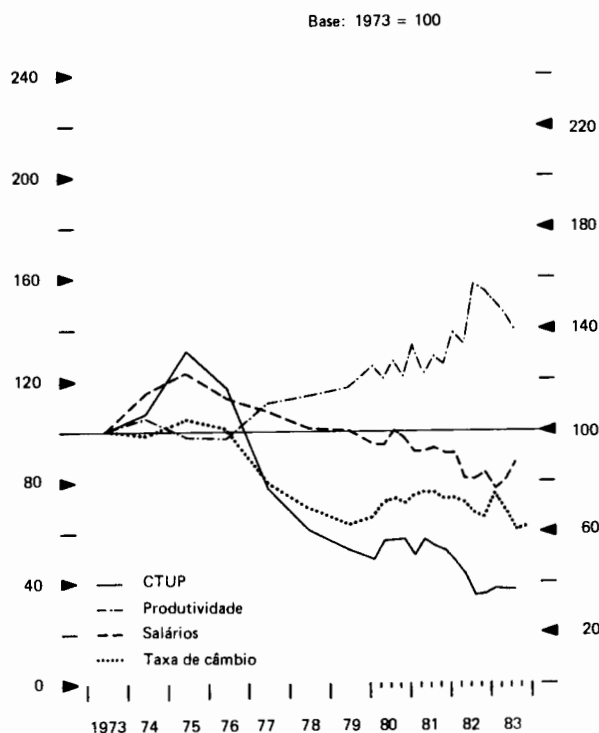
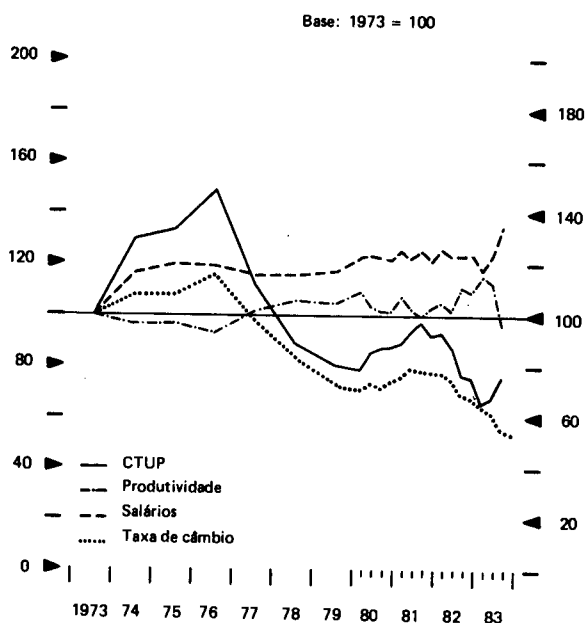


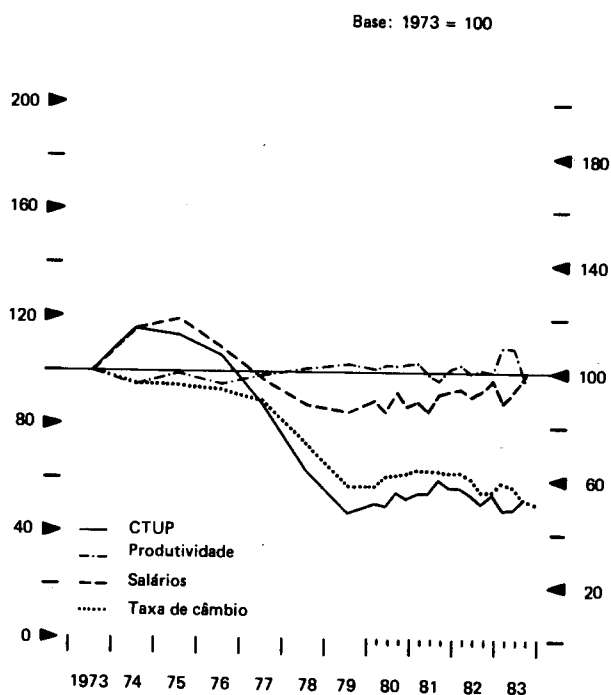
Gráfico IV.2.4 – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES RELATIVOS PORTUGAL/ITÁLIA



A melhoria da nossa competitividade externa frente à Espanha cifrou-se em 7.6 por cento. Este comportamento é explicado pelo acréscimo, de 4 por cento, da produtividade relativa portuguesa, pela depreciação de 3.75 por cento do escudo em relação à peseta e pela quase manutenção dos salários relativos.

Para os três primeiros trimestres do ano é patente o efeito positivo da evolução dos CTUP relativos na evolução das nossas quotas de mercado, como foi pormenorizadamente descrito no Capítulo III – Balança de Pagamentos.

Gráfico IV.2.5 – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES RELATIVOS PORTUGAL/ESPAÑA



Em confronto com este último país, Portugal apresentou um ganho concorrencial de 7.6 por cento, em virtude de uma depreciação de 3.1 por cento do escudo em relação ao dracma, associada a um crescimento salarial inferior em 2.8 por cento e a uma prática estagnação da nossa produtividade relativa.

Perante a Itália, a depreciação de 16.7 por cento do escudo contra a lira permitiu uma queda de 17 por cento dos CTUP relativos, dado que o ligeiro acréscimo da nossa produtividade relativa compensou o aumento igualmente reduzido dos nossos salários relativos.

**Gráfico IV.2.6 – PREÇOS NO CONSUMIDOR
RELATIVOS
(em dólares)**

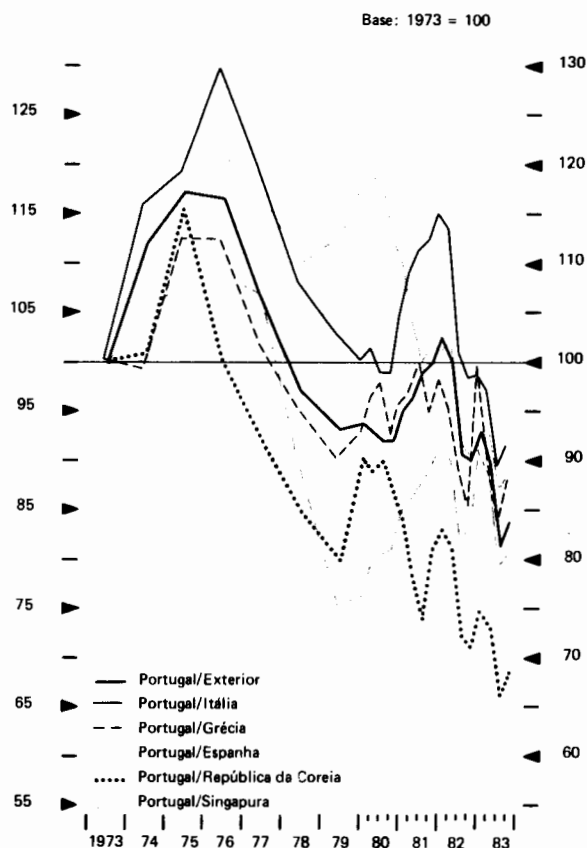
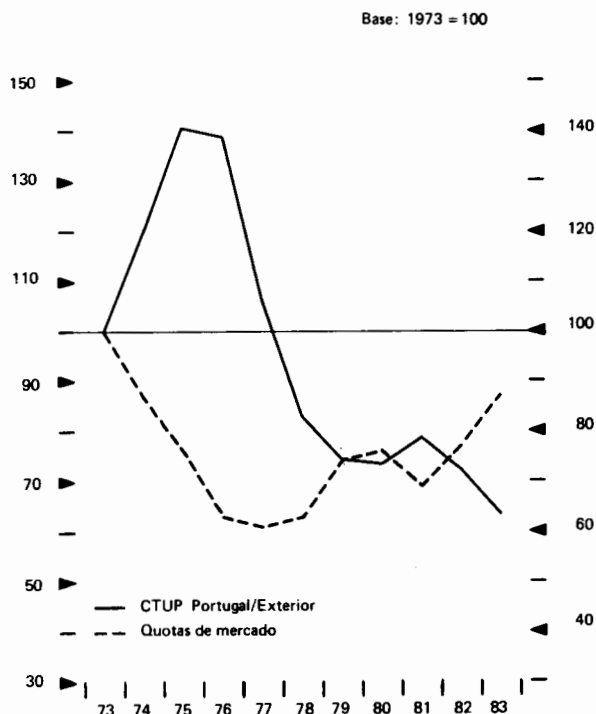


**Gráfico IV.2.7 – EVOLUÇÃO DA
COMPETITIVIDADE EXTERNA E DAS QUOTAS
DE MERCADO**



No que se refere à evolução dos índices de preços no consumidor (e à excepção da Espanha), a depreciação cambial do escudo mais do que compensou o diferencial de inflação desfavorável a Portugal. Este facto traduziu-se numa depreciação da taxa de câmbio efectiva real quer em relação aos nossos parceiros

comerciais (da ordem dos 9.5 por cento) quer em relação à Itália (12.3 por cento), Grécia (2 por cento), República da Coreia (8.2 por cento) e Singapura (12 por cento); em relação à Espanha a taxa de câmbio efectiva real apreciou-se em cerca de 4 por cento.

3. Política Orçamental

3.1 Natureza da política orçamental

A natureza da política orçamental é avaliada nesta secção com base na evolução das receitas e despesas consolidadas do Sector Público Administrativo (SPA) que afectam a procura agregada de produção interna. Os valores utilizados foram obtidos a partir de uma estimativa das Contas Nacionais do SPA elaborada de acordo com a metodologia do Novo Sistema de Contas Nacionais do INE. No entanto, no que se refere aos impostos directos, apenas se consideraram os efectivamente cobrados por se entender que são fundamentalmente estes que influenciam a procura. De resto, parece ser o critério do ano da cobrança e não o do nascimento da obrigação fiscal o que se ajusta ao facto de se tomar, em geral, como receita do ano a que foi cobrada nesse ano, independentemente de, nalguns casos, o rendimento que lhe dá origem ter sido gerado no ano anterior. Já quanto aos subsídios e transferências correntes, na linha da metodologia das Contas Nacionais do INE considerou-se o montante total atribuído efectivamente aos beneficiários, não interessando se foram realmente pagos pelo Estado ou se este ficou em dívida para com alguma entidade que financiou aquelas despesas.

A evolução do saldo efectivo (Quadro IV. 3.1) mostra que a política orçamental prosseguida em 1983 foi de natureza contraccionista (o défice diminuiu), se bem que em menor grau do que a proposta pelo Orçamento. Com efeito, previa-se que o aumento dos impostos indirectos, aliado a

uma substancial redução dos subsídios (de 101.4 milhões de contos em 1982 para 56.3 milhões de contos em 1983) e a uma quebra das despesas com transferências correntes determinariam uma significativa contenção do défice. A redução do défice seria possível mesmo esperando um decréscimo da receita dos impostos directos, mercê de algumas providências de desagravamento fiscal, nomeadamente nos impostos profissional, complementar e contribuição industrial e apesar de uma medida de carácter excepcional de agravamento da tributação dos lucros. Os dados de execução, se bem que ainda provisórios, reflectem uma política orçamental de natureza menos contraccionista do que a proposta, basicamente devido a uma concessão de subsídios muito superior à prevista e a despesas com transferências mais elevadas.

Para uma análise mais correcta da natureza da política orçamental, calculou-se o saldo estandardizado ou ao nível do rendimento inicial a partir das variações de receitas resultantes da tomada de medidas no domínio da política fiscal e das variações de despesas, tentando deste modo eliminar quaisquer alterações automáticas nestas grandezas resultantes simplesmente da evolução da actividade económica.

A variação positiva do saldo estandardizado no montante de 35.0 milhões de contos, a preços de 1981, confirma o carácter contraccionista da política orçamental adoptada em 1983, variação que foi fundamentalmente devida às medidas no domínio dos impostos directos, indirectos e subsídios e ao acentuado decréscimo nas transferências correntes, tendência que foi acompanhada pelas despesas de investimento e apenas em parte contra-

Quadro IV.3.1 – SALDO ORÇAMENTAL
EFFECTIVO
Preços de 1981

Milhões de contos	1981	1982	1983	
			Orçamento	Conta
Impostos directos	246.3	254.7	239.4	273.7
Impostos indirectos menos subsídios . .	131.0	131.0	189.1	139.0
Despesas correntes em bens e serviços . .	217.0	227.5	237.0	237.1
Despesas de investimento	63.4	58.0	63.7	50.0
Transferências correntes	178.8	195.0	146.4	189.0
Saldo efectivo	-82.6	-95.6	-18.6	-63.4
Variação do saldo efectivo		-13.0	+77.0	+32.2

Origem: Banco de Portugal.

Quadro IV.3.2 – SALDO ESTANDARDIZADO OU
AO NÍVEL DO RENDIMENTO INICIAL
Preços de 1981

Milhões de contos	1982	1983
Variação discricionária dos		
Impostos directos	+0.5	+20.4
Impostos indirectos menos subsídios	-27.5	+9.4
Despesas correntes em bens e serviços	+9.8	+9.6
Despesas de investimento	-5.4	-8.0
Transferências correntes	+17.0	-6.0
Variação do saldo estandardizado	-48.4	+35.0

Origem: Banco de Portugal.

**Quadro IV.3.3 – VARIAÇÕES DISCRICIONÁRIAS
E AUTOMÁTICAS DAS RECEITAS FISCAIS**
Preços de 1981

Milhões de contos	1982	1983
Variação dos impostos directos		
Discricionária	+0.5	+20.4
Automática	+7.9	-1.4
Variação dos impostos indirectos menos subsídios		
Discricionária	-27.5	+9.5
Automática	+27.5	-1.4

Origem: Banco de Portugal.

riada pelas despesas correntes em bens e serviços.

A variação discricionária, relativamente importante, dos impostos directos e indirectos (Quadro IV.3.3) faz revestir de algum interesse a análise pormenorizada de cada um dos principais impostos, de forma a medir a sua contribuição para a evolução registada.

Dos 20.4 milhões de contos de variação discricionária verificada nos impostos directos, 18.8 milhões de contos são da responsabilidade do subsector "Estado" (Quadro IV.3.4) e apenas 1.6 milhões de contos dos outros subsectores, particularmente da "Segurança social". As variações discricionárias das receitas dos impostos discriminados foram negativas e a do imposto de capitais foi na totalidade de natureza automática, uma vez que em 1983 não se verificou alteração na taxa deste imposto. Conclui-se, assim, que a variação discricionária da receita dos impostos directos do Estado é totalmente explicada pelos impostos extraordiná-

rios, um dos quais incidiu sobre os lucros das empresas e o outro — não contemplado na previsão orçamental — sobre os rendimentos colectáveis (mesmo quando isentos) sujeitos à contribuição predial, imposto de capitais e imposto profissional.

Quanto à variação discricionária dos impostos indirectos menos subsídios, verifica-se que mais de metade do aumento ocorrido (+ 9.5 milhões de contos) é da responsabilidade da receita do imposto de transacções, o que leva a afirmar que aquela variação encontra a sua justificação mais nas decisões de aumento dos impostos indirectos do que nas de redução dos subsídios.

A variação automática negativa ocorrida em 1983, tanto na receita dos impostos directos como dos indirectos sugere, por um lado, uma evolução da actividade económica menos favorável e por outro, a manutenção do fenómeno da evasão e fraude fiscais. Pode obter-se uma ideia da dimensão deste fenómeno, estimando a receita potencial dos principais impostos a partir das respectivas elasticidades verificadas em determinado ano considerado como base. A partir dos dados de 1973 — ano em que não se registou qualquer alteração nas taxas dos impostos em análise e deste modo poder considerar-se que aquela elasticidade traduz a intensidade da variação automática das receitas à variação das respectivas matérias colectáveis — obtém-se para 1983 uma diferença de 27.5 milhões de contos (13 milhões em 1982) entre a receita potencial e a receita cobrada no que se refere aos impostos profissional,⁽¹⁾ complementar, transacções, aduaneiros e contribuição industrial. Tomou-se como hipótese simplificadora, que a receita cobrada em 1983 diz apenas respeito à liquidada no ano, não incluindo, portanto, qualquer recuperação de atrasados e não se considerou o imposto de capitais, uma vez que a quase totalidade desta receita é cobrada por retenção na fonte e deste modo não diverge muito da receita potencial.

Se àquela diferença de 27.5 milhões de contos se adicionasse o acréscimo das dívidas à Segurança social, que deve ter rondado 13 milhões de contos, obter-se-ia um valor de 40 milhões de contos para a receita que ficou por cobrar em 1983. A este fenómeno não deverá ser estranho o agravamento do nível

**Quadro IV.3.4 – VARIAÇÃO DISCRICIONÁRIA
DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS DO ESTADO**
Preços de 1981

Milhões de contos	1982	1983
Impostos directos	+2.8	+18.8
dos quais:		
Contribuição industrial	-0.5	-
Imposto profissional	-1.5	-1.3
Imposto complementar	-2.3	-0.8
Impostos indirectos	+0.9	+7.7
dos quais:		
Imposto de transacções	-1.4	+5.8
Impostos aduaneiros	-	+2.0

Origem: Banco de Portugal.

(1) Relativamente ao imposto profissional procedeu-se a um ajustamento do valor da "elasticidade" dada a progressividade deste imposto, a taxa de inflação e a insuficiente actualização dos respectivos escalões de rendimento tributável; procedeu-se igualmente a um cálculo específico para os rendimentos provenientes da actividade por conta própria.

**Quadro IV.3.5 – RECEITA POTENCIAL DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS
COBRADOS PELO ESTADO**

Milhões de contos

	1982			1983		
	Receita efectiva	Receita potencial ⁽¹⁾	Diferença	Receita efectiva	Receita potencial	Diferença
	1	2	1 – 2	1	2	1 – 2
Imposto profissional	36.2	37.9	-1.7	47.8	50.7	-2.9
Imposto complementar	12.8	12.8	-	14.4	17.0	-2.6
Contribuição industrial	33.0	33.0	-	33.8	40.2	-6.4
Imposto de transacções	82.2	92.7	-10.5	104.7	116.3	-11.6
Impostos aduaneiros	22.6	23.4	-0.8	26.4	30.4	-4.0
Total			-13.0	227.1	254.6	-27.5

(1) Sempre que a receita potencial se revelou inferior à efectiva, considerou-se o valor da primeira.
Origem: Banco de Portugal.

de fiscalidade que passou de 26.5 por cento do PIB_{pm} em 1982 para 28.7 por cento, no último ano, se avaliado com base na receita potencial deduzida dos subsídios (Quadro IV.3.6). Este critério parece ser mais correcto para realizar o referido cálculo do que o tradicional que assenta apenas na receita cobrada.

Quadro IV.3.6 – NÍVEL DE FISCALIDADE

	1973	1982	1983
Impostos directos + Impostos indirectos – subsídios / PIB _{pm} ⁽¹⁾	18.5	26.5	28.7
Impostos directos + Impostos indirectos / PIB _{pm} ⁽²⁾	20.5	30.9	33.2

(1) Receita potencial.
(2) Receita cobrada.

Os valores considerados são estimativas a partir das receitas obtidas com base nas transferências efectuada para este subsector e de um défice calculado pela utilização de crédito bancário. O referido método poderá conduzir a uma subavaliação do montante dispendido, caso este tenha recorrido a outras fontes de financiamento, nomeadamente ao Sector empresarial do Estado.

Os défices corrente e global do SPA estimados para 1983 situam-se em 75.5 e 217.8 milhões de contos, o que representa, respectivamente, 3.3 e 9.5 por cento do PIB_{pm}, contra 4.9 por cento e 11.4 por cento em 1982. Verifica-se, assim, um nítido decréscimo de ambos os défices, em termos reais, em relação ao ano anterior, o qual ficou a dever-se basicamente ao comportamento da receita corrente que teve um crescimento superior ao da despesa (36 por cento e 28.9 por cento, respectivamente) e a um acentuado decréscimo, em termos reais, das despesas de capital. O aumento da receita corrente é, em mais de 50 por cento, explicado pela cobrança de impostos extraordinários, tanto directos como indirectos e por uma antecipação de receitas.

Apesar do aumento de carácter transitório na receita dos impostos directos, assistiu-se a uma diminuição do peso relativo destes no total da receita fiscal, o que está ligado a um acréscimo anormal das “Outras receitas” resultante de uma antecipação de 25 milhões de contos de lucros do Banco de Portugal, que compara com uma operação semelhante no ano anterior de 6 milhões de contos.

No que se refere à despesa, os maiores aumentos verificaram-se nos juros e nos subsídios, tendo o consumo público apresentado um crescimento em termos reais de uma ordem de grandeza semelhante à do ano

3.2 Sector público administrativo

A actividade financeira do SPA é analisada a seguir com base numa estimativa das Contas Nacionais deste sector, elaborada segundo a metodologia do Novo Sistema de Contas Nacionais adoptada pelo INE (Quadro IV.3.7). Deste modo, os valores apresentados, referentes aos anos de 1981, 1982 e 1983, não são totalmente comparáveis com os publicados em relatórios anteriores, dado seguirem sistemas de contabilização diferentes.

Continuou a não se dispor de qualquer informação quanto às despesas do subsector da Administração Local.

Quadro IV.3.7 – CONTAS NACIONAIS DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

Milhões de contos

	1981 ⁽¹⁾						1982 ⁽¹⁾					
	Administração Central				Segu- rança social ⁽²⁾	Total	Administração Central				Segu- rança social ⁽²⁾	Total
	Estado	Serviços autó- nomos	Fundos autó- nomos	Adminis- tração local			Estado	Serviços autó- nomos	Fundos autó- nomos	Adminis- tração local		
1. Receitas correntes	273.9	70.6	81.6	27.3	144.9	486.4	350.0	72.7	99.5	30.5	190.7	618.0
Impostos directos + contrib. p/ a Previdência	93.4	—	11.8	7.7	136.4	249.3	120.5	—	12.6	8.6	177.7	319.4
Impostos indirectos	161.3	1.5	48.9	1.6	0.4	213.7	197.8	1.1	62.1	0.9	—	261.9
Outras receitas	19.2	69.1	20.9	18.0	8.1	23.4	31.7	71.6	24.8	21.0	13.0	36.7
(Transferências de outros subsectores)	(0.5)	(68.2)	(19.7)	(16.1)	(7.4)	(0.3)	(70.3)	(23.1)	(20.6)	(11.1)	—	—
2. Despesas correntes	361.4	64.4	73.7	21.5	147.0	556.1	433.8	78.7	103.0	29.9	188.9	708.9
Despesas correntes em bens e serviços	141.5	44.6	1.4	19.3	10.8	217.7	175.8	52.0	1.5	25.3	12.0	266.6
Subsídios	17.9	1.1	63.6	0.1	—	82.7	17.3	0.1	84.0	—	—	101.4
Juros	75.9	—	0.7	0.3	—	76.9	98.4	—	1.9	0.8	—	101.1
Transferências	126.1	18.7	7.9	1.8	136.2	178.8	142.3	26.6	15.6	3.8	176.9	239.8
(Transferências p/outros subsectores)	(104.2)	(0.2)	(7.2)	(0.3)	(—)	(112.2)	(0.7)	(12.5)	(—)	(—)	—	—
3. Saldo corrente	-87.5	+6.2	+7.9	+5.8	-2.1	-69.7	-83.8	-6.0	-3.5	+0.6	+1.8	-90.9
4. Receitas de capital	11.0	3.2	0.4	20.2	-1.9	3.2	9.2	0.8	5.0	19.7	2.5	7.3
(Transferências de outros subsectores)	(9.7)	(1.5)	(0.2)	(20.2)	(-1.9)	(—)	(7.6)	(0.6)	(0.2)	(19.7)	(1.8)	—
5. Despesas de capital	62.0	4.8	14.0	29.1	2.3	82.5	85.2	5.9	12.0	27.0	2.4	102.6
Formação bruta de capital fixo	29.9	4.4	0.9	27.9	0.3	63.4	35.9	5.3	0.9	27.0	2.4	71.5
Transferências de capital	32.1	0.4	13.1	1.2	2.0	19.1	49.3	0.6	11.1	—	—	31.1
(Transferências p/outros subsectores)	(20.9)	(0.1)	(8.7)	(—)	(—)	(20.5)	(0.2)	(9.2)	(—)	(—)	—	—
6. Empréstimos concedidos (líquidos de reembolsos)	17.8	0.2	0.5	—	-0.3	18.2	20.4	0.1	5.6	—	-0.2	25.9
(Empréstimos a outros subsectores)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	—
7. Saldo global	-156.3	+4.4	-6.2	-3.1	-6.0	-167.2	-180.2	-11.2	-16.1	-6.7	+2.1	-212.1

1983⁽¹⁾

1985

	Administração Central			Administração local	Segurança social ⁽²⁾	Total
	Estado	Serviços autónomos	Fundos autónomos			
1. Receitas correntes	484.7	103.6	135.5	40.4	236.0	838.5
Impostos directos + contrib. p/ a Previdência	173.2	—	16.6	9.1	216.5	415.4
Impostos indirectos	253.3	3.6	97.0	2.7	—	356.6
Outras receitas	58.2	100.0	21.9	28.6	19.5	66.5
(Transferências de outros subsectores)	(1.2)	(98.6)	(18.0)	(27.1)	(16.8)	
2. Despesas correntes	562.0	103.3	147.2	34.9	228.3	914.0
Despesas correntes em bens e serviços	221.3	64.8	2.0	33.1	12.4	333.6
Subsídios	16.4	1.3	125.2	—	—	142.9
Juros	143.7	0.1	2.0	0.8	0.4	147.0
Transferências	180.6	37.1	18.0	1.0	215.5	290.5
(Transferências p/outros subsectores)	(144.8)	(1.4)	(15.5)	(—)	(—)	
3. Saldo corrente	-77.3	+0.3	-11.7	+5.5	+7.7	-75.5
4. Receitas de capital	13.8	6.3	0	19.9	2.0	6.5
(Transferências de outros subsectores)	(8.9)	(4.7)	(0)	(19.9)	(2.0)	
5. Despesas de capital	99.1	7.6	15.1	29.1	2.5	117.9
Formação bruta de capital fixo	38.7	5.8	0.9	29.1	2.5	77.0
Transferências de capital	60.4	1.8	14.2	—	—	40.9
(Transferências p/outros subsectores)	(23.0)	(0.5)	(12.0)	(—)	(—)	
6. Empréstimos concedidos (líquidos de reembolsos)	25.9	0.9	4.6	—	-0.5	30.9
(Empréstimos a outros subsectores)	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)	
7. Saldo global	-188.5	-1.9	-31.4	-3.7	+7.7	-217.8

(1) Estimativa de execução.

(2) Trata-se de um conceito amplo de Segurança social, pelo que os valores referidos não correspondem aos publicados pelo Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social.

Origem: Banco de Portugal.

anterior — 4.2 por cento em 1983 e 4.5 por cento em 1982.⁽¹⁾

A evolução do consumo público foi conseguida à custa de uma inversão do comportamento deste tipo de despesa apenas nos dois últimos meses do ano, o que leva a admitir que a evolução registada não terá resultado de uma maior racionalização de funcionamento do SPA, mas antes de um certo adiamento de pagamento de despesas.

Os subsídios representaram 15.6 por cento da despesa corrente e 40 por cento dos impostos indirectos e foram fundamentalmente concedidos pelo Fundo de Abastecimento, com o fim de conter o crescimento dos preços de bens de primeira necessidade. Os juros da dívida pública ascenderam a 147.0 milhões de contos em 1983 ou seja 16.1 por cento da despesa corrente. Esta percentagem que terá tendência para se agravar, era de 14.2 por cento em 1982.

A rubrica "Transferências correntes" registou uma taxa de crescimento em termos nominais (21 por cento) inferior à verificada para o total da despesa corrente. A Segurança social é o principal subsector responsável por estas despesas e o seu comportamento no ano findo reflecte basicamente a redução das despesas com o subsídio de desemprego como mais adiante se explicita.

De acordo com as estimativas efectuadas, a participação do investimento público na FBCF total passou de 12.2 por cento em 1982 para 11.4 por cento em 1983 não obstante aquela componente da despesa nacional ter decrescido 7.5 por cento em termos reais. Na realidade, esta foi uma das rubricas cuja redução foi programada para conter o défice global.

Para além do valor do défice interessa considerar a origem dos recursos financeiros desviados para o seu financiamento. Este, tal como tem vindo a acontecer nos últimos anos, foi fundamentalmente obtido por recurso ao crédito bancário, que representou 52.4 por cento do financiamento total em 1983 contra 69 por cento no ano anterior (Quadro IV.3.8).

Para a perda de importância relativa do crédito bancário contribuiu por um lado, o aumento do endividamento externo, cuja participação no financiamento do défice do SPA passou de 22.8 por cento em 1982 para 34.3 por cento em 1983, e por outro, do

Quadro IV.3.8 — FINANCIAMENTO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

	1982	1983
Défice SPA	212.4	217.8
Ajustamento período complementar	-11.6	13.8
Passivos financeiros	1.0	1.7
Outros	33.2	0.2
Total	234.7	233.5
Financiamento:		
Crédito externo líquido	53.4	80.0
Utilizações	(58.7)	(103.0)
Amortizações	(5.3)	(23.0)
Crédito interno não bancário	13.0	31.1
Empréstimos titulados (líquido)	2.4	11.1
Emissões	(14.9)	(27.6)
Amortizações	(12.5)	(16.5)
Empréstimos não titulados	10.6	20.0
Particulares e empresas	(-5.4)	(-10.0)
Sector empresarial do Estado	(16.0)	(30.0)
Crédito do sistema bancário (líquido) ⁽¹⁾	162.0	122.4
Outro	6.3	-
Total	234.7	233.5

(1) O valor do crédito bancário apresentado não corresponde totalmente ao publicado nas estatísticas monetárias, por não incluir a parte concedida aos Governos Regionais da Madeira e dos Açores e a alguns organismos que, na óptica do INE, são empresas públicas; além disso, foi-lhe adicionado o acréscimo das dívidas respeitantes a bonificações de juros não pagos pelo Estado às OIM e que obviamente são crédito bancário ao sector público.

crédito interno não bancário, que representou 13.3 por cento do total contra 5.5 por cento no ano anterior. De qualquer forma o sector não bancário continuou a ser o que contribuiu em menor escala para o financiamento do défice do sector público. A este respeito será de referir que a participação dos "Particulares e empresas", nos empréstimos não titulados, foi negativa; isto resultou do facto do SPA também os ter financiado na medida do aumento das dívidas dos particulares e empresas para com ele.

3.3 Dívida pública

Em 1983, o endividamento do SPA, aferido pelo acréscimo do saldo da dívida pública directa (apurado conforme se refere no Quadro IV.3.9), aumentou 362.5 milhões de contos, valor bastante superior às necessidades globais de financiamento desse sector, explicitadas no ponto anterior. Para essa discrepância contribuiu exclusivamente a dívida pública externa, cujo saldo foi fortemente empolado pela desvalorização do escudo face às principais moedas em que essa dívida está titulada.

(1) O deflacionador utilizado em 1983 — 20.1 por cento — foi calculado, considerando no seu cálculo não só o aumento do vencimento dos funcionários públicos, mas também os ajustamentos no subsídio de almoço e diuturnidades, bem como a subida de preços nas outras despesas em bens e serviços.

Quadro IV.3.9 – DÍVIDA PÚBLICA DIRECTA⁽¹⁾
Posição em fim de período

Milhões de escudos

	1981	1982	1983	Varição 1983/1982
Dívida interna	540 491	654 660	820 137	165 477
(da qual: sob a forma de Obrigações do Tesouro) . . .	(531 929)	(644 534)	(807 544)	(163 010)
Dívida externa	143 422	255 404	452 385	196 981
Total	683 913	910 064	1 272 522	362 458

(1) Não inclui a dívida relativa a Cabora Bassa, nem as promissórias do FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Origem: Elementos fornecidos pela Direcção-Geral do Tesouro e pela Direcção-Geral da Junta de Crédito Público.

Na ausência dessas flutuações cambiais, o saldo da dívida pública directa, que atingiu 1272.5 milhões de contos no final de 1983, não teria ultrapassado os 1159.6 milhões de contos. Isto significa que no ano findo, muito embora as responsabilidades do sector público para com terceiros tenham aumentado 362.5 milhões de contos, a emissão de empréstimos públicos só rendeu ao Tesouro, em termos líquidos, 249.6 milhões de contos.

No ano em análise, a gestão da dívida pública processou-se segundo o esquema adoptado nos últimos três anos, tanto no que se refere às actuações no domínio interno, como nos mercados internacionais.

De facto, no ano findo o Tesouro emitiu internamente, três empréstimos amortizáveis — na sua totalidade colocados junto do Banco de Portugal —, certificados de aforro e três tipos diferentes, atendendo à sua maturidade, de obrigações: Obrigações do Tesouro — curto prazo (duas séries, uma para as OIM e outra destinada à subscrição pública), Obrigações do Tesouro — Triannual e Obrigações do Tesouro — FIP (também duas séries).

A primeira emissão de Obrigações do Tesouro — curto prazo, ocorreu em 1980 e a de Obrigações do Tesouro — Triannual em 1981, tendo a partir de então estes dois tipos de empréstimos passado a ser emitidos anualmente. Esta prática tem-se vindo a reflectir na maturidade da dívida pública interna directa. De facto, entre 1979 e 1983 o peso relativo da dívida a curto prazo aumentou (de 1.6 por cento para 5.3 por cento) e o da dívida a longo prazo diminuiu (de 89.3 por cento para 83.4 por cento). Se por um lado, esta alteração do perfil temporal da dívida pública interna directa implicou maiores encargos imediatos em termos de amortizações, por outro, deve ter contribuído para uma maior participação do sector não bancário, principalmente dos particulares, no financiamento do

Sector público. Em 1983, os particulares adquiriram 10.3 por cento (21.1 milhões de contos) do produto total dos empréstimos públicos colocados internamente, contra 7.3 por cento em 1982. Esta maior intervenção dos particulares no mercado primário de títulos do Tesouro traduziu-se basicamente na procura de FIP-83, facto que levou o Estado a aumentar o montante inicialmente programado de 15 milhões de contos para 21 milhões de contos.

Contudo, o acréscimo da contribuição relativa do sector não bancário para o financiamento do SPA não se fez acompanhar por menor recurso deste sector ao crédito do Banco de Portugal, que, de resto, tem vindo a desempenhar para com o Tesouro o papel de instituição de última instância, fornecendo-lhe os meios necessários para amortizar a dívida flu-

Quadro IV.3.10 – PRODUTO E TOMADORES DOS EMPRÉSTIMOS INTERNOS

Milhões de escudos

	1981	1982	1983
Produto da emissão			
Certificados de aforro	1 200	1 846	2 977
Obrigações do tesouro	51 568	55 000	60 612
Empréstimos internos amortizáveis	110 000	115 000	142 000
Total	162 768	171 846	205 589
Tomadores			
Instituições financeiras	149 934	158 469	181 372
Monetárias	145 667	156 300	177 842
Banco de Portugal	110 000	115 000	142 000
Outras instituições monetárias	35 667	41 300	35 842
Não monetárias	4 267	2 169	3 530
Companhias de Seguros	4 267	2 169	3 424
Outras	—	—	106
Particulares	10 813	12 459	21 114
Empresas	1 527	222	1 692
Outros	494	696	1 411
Total	162 768	171 846	205 589

Origem: Elementos fornecidos pela Direcção-Geral da Junta de Crédito Público.

tuante e para cobrir o défice orçamental no final de cada ano. Assim, em 1983, o Estado colocou junto do Banco Central três empréstimos internos amortizáveis, no total de 142 milhões de contos, valor correspondente a 69.1 por cento do total das emissões públicas internas (66.9 por cento em 1982) e que, inevitavelmente, se repercutiu no crescimento da base monetária e na liquidez das OIM, condicionadas a actuar num contexto de controlo do crédito.

Como habitualmente, no ano findo, além do produto dos referidos empréstimos internos amortizáveis, o Tesouro movimentou uma conta corrente gratuita (aberta no Banco de Portugal, nos termos do n.º 1 do art.º 23.º da sua Lei Orgânica), cujo limite máximo foi fixado em 16 milhões de contos até 12 de Outubro e em 34.1 milhões de contos a partir de então. Não obstante o acesso ao referido crédito gratuito, as despesas com juros da dívida pública interna (117.3 milhões de contos no exercício findo) têm vindo a crescer nos últimos anos, a um ritmo bastante elevado, como se observa no Quadro IV.3.16. Esse acréscimo foi particularmente sensível em 1983, cifrando-se em 44.3 milhões de contos, ou seja + 60.8 por cento do que em 1982.

Comparando o valor dos juros pagos com a dívida interna a que dizem respeito obtem-se para 1983 uma taxa de juro média anual de 15.9 por cento, ou seja 3.6 pontos percentuais acima da apurada para o ano anterior. Este aumento reflecte principalmente as subidas da taxa básica de desconto do Banco de Portugal verificadas em Abril de 1982 e em Março e Agosto de 1983 as quais, só por si, deram origem a um aumento das despesas com os juros da dívida pública da ordem dos 2.4 milhões de contos.

De notar, porém, que o impacto da subida automática das taxas de juro dos títulos representativos de dívida pública indexadas à taxa de redesconto não se fez sentir na sua totalidade nas despesas pagas pelo Estado em 1983. Por um lado, porque relativamente aos títulos emitidos no ano findo só serão pagos juros em 1984; por outro lado, porque para uma grande percentagem de antigos empréstimos a taxa de juro aplicada em 1983 correspondeu à taxa vigente no começo do respectivo período de contagem de juros, o qual antecedeu a data da primeira das duas subidas da taxa de redesconto verificadas em 1983.

De igual forma, é de esperar que no ano em curso se esbatam os efeitos dos acréscimos das taxas de juro ocorridos em 1983 nos resultados das contas públicas. Com efeito, os pagamentos de juros que forem efectuados a partir de 1984 e que digam respeito a empréstimos internos amortizáveis, emitidos a partir

de 1979 e integralmente colocados no Banco de Portugal passam (de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei n.º 382/83, de 12 de Outubro) a ser calculados com base em taxas anuais correspondentes à taxa básica de desconto à data da colocação de cada um desses empréstimos e não, como antes acontecia, à taxa em vigor no início de cada período de contagem de juros.

O agravamento das despesas com juros imputado à dívida pública interna actua, de certo modo, como uma forma de compensar o "prejuízo" suportado pelos detentores dos títulos da dívida pública, cujo valor real se vai deteriorando à medida que o nível geral dos preços sobe. Com efeito, entre os finais de 1982 e de 1983, o saldo da dívida pública interna aumentou 25.3 por cento a preços correntes, mas decresceu 6.4 por cento se computado a preços de 1982.

No ano findo, a realização de operações de crédito externo inseriu-se num contexto internacional pouco favorável, em certa medida agravado pela evolução negativa evidenciada por alguns indicadores da actividade económica interna e pela instabilidade governativa que se fez sentir antes das eleições legislativas. Em 1983, apenas foram utilizados 111 milhões de contos de crédito externo, todavia o saldo da dívida pública directa externa aumentou 197 milhões de contos. A diferença corresponde (como se verifica no Quadro IV.3.11) às flutuações cambiais e ao va-

Quadro IV.3.11 – DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DIRECTA⁽¹⁾

Milhões de contos

1. Saldo da dívida pública externa directa em 31/12/82 . . .	255.4
2. Utilizações em 1983 de empréstimos obtidos nesse ano . .	100.1
3. Utilizações em 1983 de empréstimos contraídos em anos anteriores	10.9
4. Desconto à cabeça relativo a empréstimos obtidos em 1983	0.2
5. Amortizações efectuadas em 1983	27.1
6. Flutuações cambiais	112.9
7. Saldo da dívida pública externa directa em 31/12/83 (7. = 1. + 2. + 3. + 4. - 5. + 6.)	452.4

(1) Não inclui a dívida relativa a Cabora Bassa, nem as promissórias do FMI e do BID. As taxas de câmbio utilizadas referem-se ao último dia útil de Dezembro.

lor dos reembolsos de empréstimos antigos entre-tanto efectuados. No exercício findo a desvalori-zação do escudo em relação às principais moedas em que a dívida pública directa externa está expressa foi responsável por 57.3 por cento do acréscimo do respectivo saldo e superou em cerca de 2 milhões de contos o crédito externo aplicado nesse ano.

Dos contratos de empréstimo firmados em 1983 nos mercados externos, nove foram outorgados no âmbito do *Fond de Réétablissement du Conseil de l'Europe (FRCE)*, três foram concedidos por consórcios bancários e os outros três pelo *International Bank for Reconstruction and Development (BIRD)*. Consequentemente, a parcela do saldo em dívida p₂ a com esses três mutuantes, em especial para com os sindicatos bancários, aumentou no exercício findo, como se infere pela observação do Quadro IV.3.12.

Atendendo às moedas em que a dívida pública externa directa está titulada verifica-se que a relativa diversificação observada em 1982 não teve continuidade no exercício seguinte, ano em que, de novo, em relação à quase totalidade (88.1 por cento) dos créditos obtidos a moeda de referência foi o dólar. Em 1983 os empréstimos externos outorgados por consórcios bancários — que representaram 79.7 por cento (62.3 por cento em 1982) do montante de crédito externo obtido e utilizado nesse ano (Quadro IV.3.15) — fizeram entrar nos cofres públicos 650 milhões de dólares e 5 biliões de ienes. Daí que o peso da dívida expresso nessas duas moedas no saldo da dívida pública externa directa tenha subido de 79.1 por cento para 81 por cento em relação ao dólar e de 2.7 por cento para 3.6 por cento ao iene, entre o final de 1982 e idêntica data de 1983.

Quadro IV.3.13 – SALDO EM DÍVIDA⁽¹⁾
Posição em fim de período

Em percentagem	1981	1982	1983
Dólares	81.2	79.1	81.0
Deutsch Marks	12.9	12.9	10.6
Yenes	—	2.7	3.6
Outras moedas	5.9	5.3	4.8
Total	100.0	100.0	100.0

(1) Não inclui a dívida referente a Cabora Bassa, nem as promissórias do FMI e do BID. As taxas de câmbio referem-se ao último dia útil de Dezembro.

Esta tendência para uma maior concentração, em relação às duas moedas que, no ano findo, mais se apreciaram face ao escudo (em média 39.4 por cento e 46.6 por cento, respectivamente para o dólar e para o iene) teve repercussões negativas tanto no saldo em dívida, como nas despesas com o seu serviço. Na realidade, o “custo” global das flutuações cambiais do escudo face ao conjunto das moedas em que a dívida pública directa externa está representada elevou-se, no exercício findo, a 132.2 milhões de contos, dos quais 19.3 milhões de contos incidiram sobre os respectivos encargos.

Em 1983, mesmo beneficiando da descida das taxas de juro nos mercados internacionais, em especial nos EUA — as verbas despendidas pelo Tesouro com o pagamento de juros da dívida externa directa (Quadro IV.3.16) ficaram 4.5 milhões de contos aquém do previsto — os encargos com a dívida externa representaram 2.4 por cento da Despesa Nacional

Quadro IV.3.12 – DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA
DIRECTA⁽¹⁾
Posição em fim de período

Em percentagem	1981	1982	1983
Mutuantes			
Sindicatos bancários	73.2	72.6	75.2
FRCE	5.4	6.9	7.5
BIRD	0.7	1.7	2.1
Outros	20.7	18.8	15.2
Total	100.0	100.0	100.0

(1) Não inclui a dívida relativa a Cabora Bassa nem as promissórias do FMI e do BID. As taxas de câmbio reportam-se ao último dia útil de Dezembro.

Quadro IV.3.14 – DÍVIDA PÚBLICA
DIRECTA EXTERNA⁽¹⁾

	Taxa de câmbio de 31/12/82 1	Taxa de câmbio de 31/12/83 2	Diferença 3=2-1
Saldo em dívida em 31/12/83 ..	339.5 ⁽²⁾	452.4	112.9
Amortizações efectuadas em 1983 ..	19.0	27.7	8.7
Juros pagos em 1983	23.5	34.1	10.6
Total			132.2

(1) Não inclui a dívida relativa a Cabora Bassa, nem as promissórias do FMI e do BID. As taxas de câmbio utilizadas referem-se ao último dia útil de Dezembro.

(2) Relativamente aos empréstimos contraídos em 1983 a taxa de câmbio utilizada reporta-se a 31/12/1983.

Quadro IV.3.15 – MOVIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DIRECTA⁽¹⁾
em 1983

Milhares de dólares

	Utilizações	Amortizações	Juros e encargos	Posição no final de 1983	
				Saldo em dívida	Saldo por utilizar
Export-Import Bank of the U.S.	—	6 563	1 400	20 700	—
South Africa Reserve Bank	—	3 212	1 005	31 339	—
United States Government	—	14 919	8 359	159 631	—
AID	1 112	1 225	4 220	84 503	—
Council of Europe Resettlement Fund ...	88 350	10 371	17 027	257 622	—
BIRD	42 528	17 644	5 107	70 385	248 894
BEI	17 302	1 652	5 263	72 653	46 841
Kreditanstalt für Wiederaufbau	4 895	1 647	2 246	64 090	33 559
Consórcios Bancários	671 586	150 000	209 107	2 574 822	—
Outros ⁽²⁾	17 321	2 957	5 595	90 606	88 692
Total	843 094	210 189	259 329	3 426 351	417 986

(1) Não inclui a dívida relativa a Cabora Bassa, nem as promissórias do FMI e do BID. Na conversão em dólares das operações realizadas noutras divisas foi utilizada a taxa de câmbio de 30/12/83.

(2) Inclui Bancos Japoneses.

Origem: Direcção-Geral do Tesouro e Direcção-Geral da Junta de Crédito Público.

(DN) e absorveram 55.7 por cento do crédito externo entretanto obtido e 6.9 por cento das receitas fiscais cobradas pelo SPA.

Como é evidente, aos empréstimos de consórcios bancários à República, dado o seu elevado montante (2574.8 milhões de dólares no final de 1983) estão associados encargos com juros e amortizações muito elevados. Assim, no exercício findo (ano em que começaram a ser reembolsados) as despesas com a liquidação parcelar de dois desses empréstimos representaram 71.4 por cento do total das amortizações da dívida pública externa directa e 17.8 por cento

do crédito externo utilizado durante o ano. Aliás, o total dos encargos com os referidos Grandes Empréstimos elevou-se a 359 milhões de dólares em 1983 (Quadro IV.3.15).

É certo que são as despesas anualmente pagas para fazer face ao reembolso líquido e aos juros da dívida pública, e não o saldo da dívida, que directamente se reflectem nos resultados das contas públicas e que, através do recurso ao crédito bancário que o seu financiamento requer, condicionam a evolução da procura interna, da taxa de inflação e do saldo da Balança de pagamentos. Contudo, actualmente, o saldo em dívida atinge já cerca de 60 por cento da DN, valor bastante elevado e que, no futuro, através do financiamento dos respectivos encargos, exercerá pressão no sentido dos desequilíbrios financeiros das contas do SPA e com o exterior.

De notar, contudo, que muito embora o valor do rácio entre a dívida pública directa e a DN tenha passado de 37.9 por cento para 53.5 por cento entre 1977 e 1982 (último ano para o qual é possível fazer comparações internacionais) Portugal manteve a mesma posição relativa no conjunto dos países considerados (Gráfico 1).

A dívida pública garantida pelo Estado acusou uma nítida aceleração no ano findo, particularmente devido à componente externa (Quadro 3.26 em Anexo). Efectivamente, o saldo da dívida pública externa garantida aumentou 56.4 por cento em relação ao final de 1982 e que reflecte, em larga escala, os efeitos da depreciação do escudo.

Quadro IV.3.16 – ENCARGOS COM A DÍVIDA PÚBLICA DIRECTA

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
Dívida interna	82 355	110 686	156 748
Juros e outros encargos ⁽¹⁾	59 680	72 920	117 250
Amortizações	22 675	37 766	39 498
Dívida externa ⁽²⁾	20 332	29 178	52 550
Juros e outros encargos	18 535	26 038	29 792
Amortizações	1 797	3 140	22 758
Total da dívida directa ⁽³⁾	102 687	139 864	209 298
Juros e outros encargos	78 215	98 958	147 042
Amortizações	24 472	40 906	62 256

(1) Inclui 2.5, 6.1 e 12.4 milhões de contos relativos a juros da dívida pública flutuante, respectivamente em 1981, 1982 e 1983.

(2) Valores calculados com base nas taxas médias de câmbio na data do pagamento.

(3) Inclui verbas pagas por operações de tesouraria.

Origem: Direcção-Geral da Junta de Crédito Público e Direcção-Geral do Tesouro.

Gráfico IV.3.1 – DÍVIDA PÚBLICA EM PERCENTAGEM DO PNB_{pm}

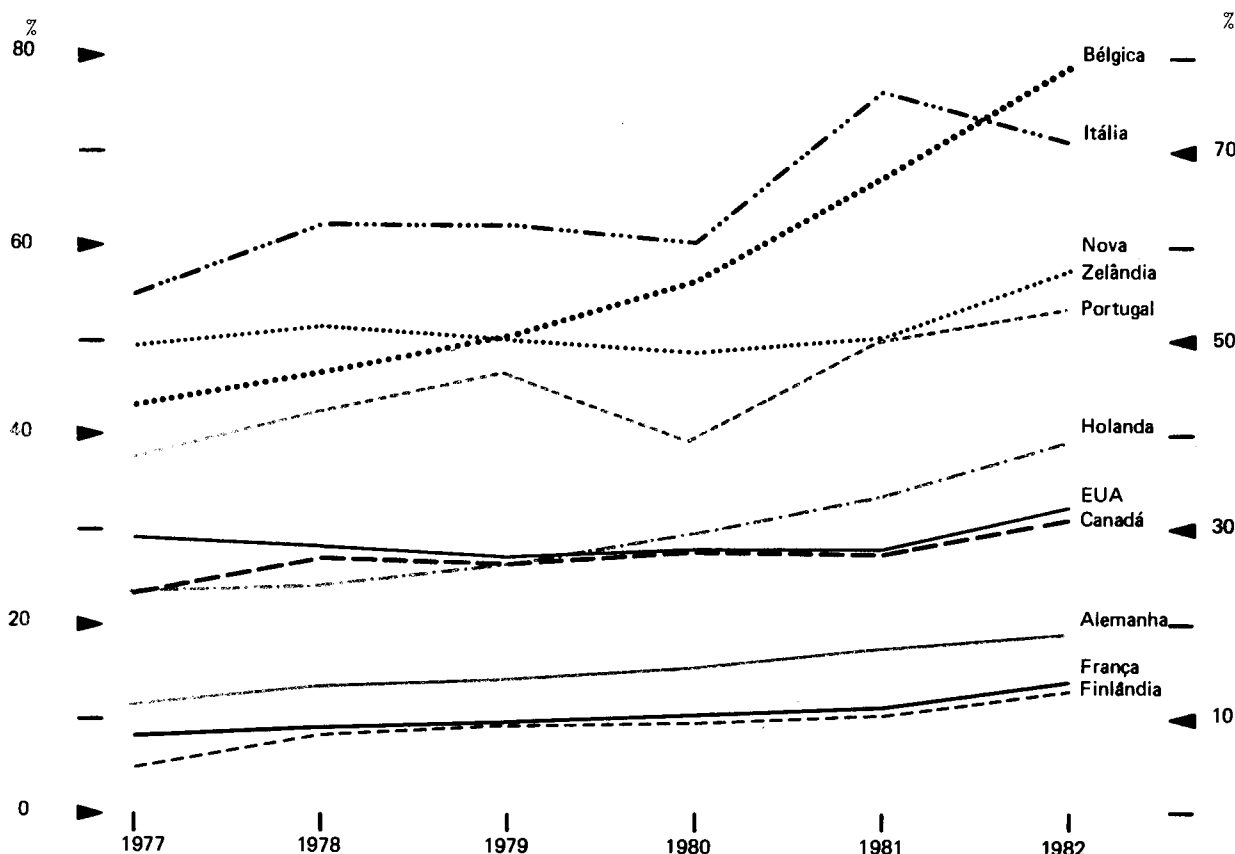
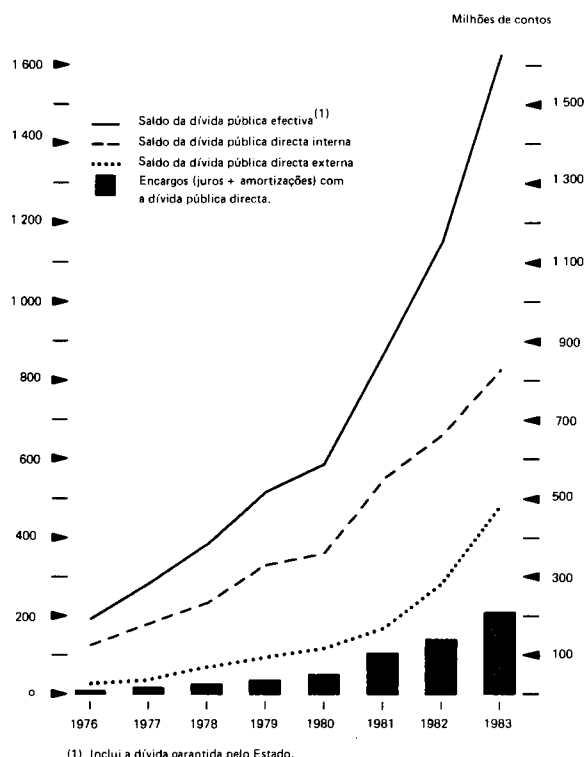


Gráfico IV.3.2 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA



(1) Inclui a dívida garantida pelo Estado.

Entre as operações de crédito externo avalizadas pelo Estado em 1983 destacam-se as destinadas ao Gabinete da Área de Sines, à TAP – Transportes Aéreos Portugueses, à ANA – Aeroportos e Navegação Aérea e à Caixa Geral de Depósitos, como se infere da leitura do Quadro IV.3.17.

Por seu turno, a dívida interna com aval do Estado registou uma expansão de 20.7 milhões de contos em 1983, dos quais 6.2 milhões de contos referem-se a garantias prestadas a empréstimos obtidos pela Região Autónoma da Madeira, 3.1 milhões de contos pela TAP e 1.9 milhões de contos pela Setenave.

Em qualquer situação, mas principalmente na actual conjuntura, a gestão da dívida externa não é fácil, dado que a evolução das responsabilidades inerentes a essas operações não é susceptível de ser totalmente controlada por decisões de política económica interna, como se verificou em 1983. De facto, no ano findo o “custo” da desvalorização do escudo, medido em termos de acréscimo de despesas com o serviço da dívida pública directa externa, foi superior a 19 milhões de contos (como atrás se viu) e teria sido ainda mais elevado se, entretanto, nalguns mercados externos as taxas de juro não tivessem descido.

Quadro IV.3.17 – OPERAÇÕES GARANTIDAS EM 1983
Crédito externo

Mutuentes	Mutuários	Finalidades	Montantes
Long Term Credit Bank of Japan, Ltd. (as Agent)	Gabinete da Área de Sines	Colocação privada de obrigações do GAS no mercado japonês	JPY 5 000 000 000
Kreditanstalt für Wiederaufbau	EDP – Electricidade de Portugal	Financiamento da am- pliação da electrificação rural	DEM 24 000 000
Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento	EDP – Electricidade de Portugal	Financiamento de uma parte do programa de investimentos da empre- sa no período 83/85	USD 126 400 000
United States Corporations	TAP – Transportes Aéreos Portu- gueses	Financiamento para 7 aviões Boeing 737/200 ADV	USD 135 000 000
Kreditanstalt für Wiederaufbau	Região Autónoma dos Açores	Financiamento do progra- ma n.º 23 – Desenvolvi- mento Agro-Pecuário do Pico – constante do plano a médio prazo para 81/84	DEM 8 000 000
Banque Nationale de Paris	CP – Caminhos de Ferro Portu- gueses	Financiamento de 70% da importação de carril duro	FRF 19 367 250
Banque Nationale de Paris et Banque Française du Com- merce Extérieur	CP – Caminhos de Ferro Portu- gueses	Aquisição de 58 carruagens tipo Corail	FRF 60 002 992
Consórcio bancário cujo agente é Hill Samuell & Co., Ltd.	TAP – Transportes Aéreos Portu- gueses	Empréstimo intercalar	GDP 30 000 000
Banco Europeu de Investimentos	ANA – Aeroportos e Navegação Aérea	Financiamento dos projec- tos de desenvolvimento dos aeroportos do Porto e Faro	UCE 35 000 000
Banco Europeu de Investimentos	EDP – Electricidade de Portugal	Financiamento do 3.º grupo da central térmica de Sines	UCE 25 000 000
Banco Europeu de Investimentos	Caixa Geral de Depósi- tos	Financiamento de iniciativas de pequenas e médias empre- sas industriais e turísticas	UCE 20 000 000

Origem: Direcção-Geral do Tesouro.

A relativa aleatoriedade que factores exógenos introduzem na administração da dívida externa põe em destaque a necessidade de diversificar os instrumentos financeiros da responsabilidade do Tesouro, de modo a conferir maior flexibilidade às emissões de empréstimos públicos, em especial no tocante às taxas de juro e aos prazos de reembolso. Internamente, a elaboração do calendário anual das emissões públicas, que tem vindo a obedecer principalmente a objectivos de contenção de despesas — programando as diversas

subscrições de modo a que os títulos emitidos só vençam juros no ano seguinte —, deveria passar a atender também à reconhecida necessidade de incentivar a participação do sector não bancário nessas subscrições. A concretização deste último objectivo, se bem que de certa forma condicionada pela evolução do rendimento disponível dos particulares, é, em larga medida, determinada pelas próprias características dos títulos e pelo momento em que as emissões se realizam. Daí que a emissão de empréstimos pú-

**Quadro IV.3.18 – INDICADORES DE
COMPORTAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA
DIRECTA**

Em percentagem

	1981	1982	1983
Saldo da Dívida Pública Directa/Despesa Nacional	49.8	53.5	60.0
Serviço da Dívida Pública Directa/Despesa Nacional	7.2	8.0	9.7
Serviço da Dívida Pública Directa/Receitas Fiscais do Sector Público Administrativo ..	22.2	24.1	27.2
Serviço da Dívida Pública Directa/Produto de Empréstimos Públicos	40.3	56.6	66.3
Juros ⁽¹⁾ da Dívida Pública Directa/Receitas Fiscais do Estado	30.3	30.6	33.9

(1) Inclui outros encargos.

blicos internos devesse passar a processar-se de forma mais contínua e flexível, de modo a evitar a habitual concentração dessas operações nos últimos meses do ano e junto do Banco de Portugal, com as inevitáveis repercussões no crescimento da base monetária. Com efeito, é previsível que, em igualdade de circunstâncias, a procura de obrigações do Tesouro por parte do sector não bancário aumente, desde que a oferta desses títulos seja programada tomando em consideração os momentos em que são mais volumosas as importâncias libertadas pelo pagamento de juros e reembolsos de outros empréstimos.

3.4 Estado

A análise da actividade financeira do Estado que se segue apoia-se nos elementos fornecidos pela Direcção Geral da Contabilidade Pública, e que foram compilados segundo a metodologia da Contabilidade Pública.

Da evolução das receitas e despesas orçamentais, que registaram em 1983 taxas de crescimento em relação ao ano anterior de 31.4 e 28.5 por cento respectivamente, resultou um défice de execução orçamental — incluindo amortizações da dívida pública — de 250.9 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 22.5 por cento e representa 11 por cento do PIB_{pm}. O valor orçamentado para o referido défice fora de 210.7 milhões de contos e não contemplava a entrada de receitas do imposto extraordinário criado pela Lei n.º 37/83, de 21 de Outubro.

Para o agravamento do défice do Estado contribuiu de forma decisiva o acréscimo verificado nas despesas. Estas aumentaram 177.8 milhões de contos e as receitas, apenas, 131.7 milhões de contos. Este último aumento engloba no entanto uma maior antecipação de receitas, correspondente à participação do Estado nos lucros do Banco de Portugal.

De acordo com os dados disponíveis, o montante das despesas autorizadas pelo Estado em 1983 (não incluindo contas de ordem) atingiu o valor global de 746.4 milhões de contos (Quadro IV.3.19) o que representa 32.6 por cento do PIB_{pm} em comparação com 31.2 por cento registado no ano anterior. Para esta evolução contribuiu fundamentalmente o agravamento dos juros e das amortizações da dívida pública.

**Quadro IV.3.19 – DESPESAS ORÇAMENTAIS DO ESTADO⁽¹⁾
Classificação económica**

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
Despesas correntes	358 136	429 597	555 046
Pessoal	123 793	148 678	188 088
Bens e serviços	28 751	37 500	46 249
Juros	74 930	98 446	143 714
Transferências	116 073	130 402	163 397
Subsídios	14 589	14 571	13 598
Despesas de capital	108 128	149 057	191 366
Investimentos	6 390	27 322	32 921
Transferências	35 957	53 733	53 125
Activos financeiros	18 003	20 446	25 885
Passivos financeiros	26 690	43 376	66 186
Outras	21 088	4 180	13 249
Total	466 264	578 657	746 412

(1) Despesas autorizadas. Não inclui as classificadas em "Contas de Ordem".
Origem: Boletins mensais da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

blica, resultante de défices acumulados em anos anteriores e da contínua subida da cotação das moedas em que é expressa a componente externa da dívida, principalmente do dólar. Outro factor que contribuiu para o avolumar das despesas com os juros — que atingiram 143.7 milhões de contos em 1983 — foi a aceleração da taxa de inflação que obrigou a aumentos na taxa de juro e consequentemente a um ajustamento na taxa de remuneração de grande parte da dívida, nomeadamente da indexada à taxa básica de desconto do Banco de Portugal. De salientar ainda, que foi em 1983 que se começaram a amortizar os chamados grandes empréstimos externos à República. Em consequência, o total de juros e amortizações aumentou 48.5 por cento, representando quase 28 por cento da despesa total do Estado.

Para além dos juros, as despesas com o pessoal foram as que registaram o maior crescimento no conjunto das despesas correntes, aumentando cerca de 6 por cento em termos reais. Em contraste com a evolução registada em 1982, ano em que cresceram 7.4 por cento em volume, as despesas da rubrica “Bens e serviços” decresceram 1.2 por cento em termos reais no ano transacto, para o que deve ter con-

tribuído a impossibilidade de utilização dos dois últimos duodécimos vincendos de várias dotações orçamentais (Dec.-Lei n.º 394/83, de 27 de Outubro).

Por sua vez, verificou-se também uma redução nos gastos com subsídios (7 por cento em termos nominais), que se situaram em 13.6 milhões de contos, dos quais 6 milhões de contos foram atribuídos à CP e 4 milhões a outras empresas públicas de transportes.

Relativamente aos gastos de capital — excluindo os passivos financeiros, constituídos quase exclusivamente por amortizações da dívida pública (98 por cento) — é de salientar a quebra acentuada, em termos reais nas transferências de capital e o crescimento de 26.6 por cento dos activos financeiros. Estes representam basicamente dotações destinadas a aumento de capital estatutário de empresas públicas.

As despesas de “Investimentos do Plano” tiveram um crescimento de 24.6 por cento, atingindo 64.4 milhões de contos, valor que, contudo, não corresponde integralmente à FBCF do Estado. Deste montante cerca de 62 por cento destinou-se ao Departamento da Habitação e Obras Públicas do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

Quadro IV.3.20 —DESPESAS ORÇAMENTAIS DO ESTADO⁽¹⁾
Classificação orgânica

Milhões de escudos

	1983				
	1981	1982	Orçamento		Conta ^P
			Inicial ⁽²⁾	Revisto ⁽³⁾	
Encargos Gerais da Nação	4 423	5 426	6 417	6 417	6 592
Defesa Nacional					
EMGFA	2 456	2 831	5 145	5 145	4 078
Departamento da Força Aérea	11 123	13 405	14 768	14 768	15 571
Departamento do Exército	18 828	22 153	25 922	25 922	26 749
Departamento da Marinha	10 712	13 109	14 769	14 769	15 969
Finanças e Plano	194 679	246 248	346 807	377 649	344 995
Administração Interna	48 747	58 511	65 090	65 110	67 977
Justiça	3 461	3 889	4 028	4 028	4 962
Negócios Estrangeiros	3 881	4 779	6 270	6 270	6 749
Reforma Administrativa	4 036	2 328	2 783	2 783	1 900
Agricultura, Comércio e Pescas	12 701	13 310	17 881	17 383	17 045
Indústria, Energia e Exportação	2 392	6 386	9 957	9 912	7 307
Trabalho	18 449	30 042	31 182	31 182	33 412
Educação e Universidades	60 957	74 027	85 830	93 508	91 742
Assuntos Sociais	57 782	65 677	68 098	80 241	86 536
Habitação, Obras Públicas e Transportes					
Departamento dos Transportes	14 674	18 985	15 153	14 886	24 581
Departamento da Habitação e Obras Públicas	36 010	39 806	48 332	48 332	42 493
Qualidade de Vida	870	1 121	1 245	1 245	1 254
Cultura e Coordenação Científica	1 649	2 344	2 843	2 878	2 762
Total	507 830	624 377	772 520	822 428	802 221

(1) Despesas autorizadas, incluindo as classificadas em “Contas de Ordem”.

(2) Dec.-Lei n.º 119-A/83, de 28 de Fevereiro.

(3) Lei n.º 39/83 de 2 de Dezembro.

Origem: Boletins mensais da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Na óptica da classificação orgânica das despesas (Quadro IV.3.20) é de referir a crescente importância do Ministério das Finanças e do Plano, que despendeu 345 milhões de contos, ou seja 43 por cento dos gastos totais, contra 39.4 por cento em 1982. Este comportamento foi basicamente determinado pela evolução dos encargos com a dívida pública (211.1 milhões de contos em 1983). Para além disso, aquele montante engloba ainda as despesas com aumentos de capital estatutário, subsídios às empresas públicas, pensões e reformas e transferências para o Fundo de Abastecimento e para as Regiões Autónomas.

O Ministério dos Assuntos Sociais, com elevadas transferências para o Serviço Nacional de Saúde e para o subsector da Segurança Social, assim como o Departamento dos Transportes do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, registaram aumentos significativos nas suas despesas, ultrapassando em 18.4 e 9.4 milhões de contos, respectivamente, a despesa inicialmente orçamentada.

Por sua vez, o Ministério da Educação e das Universidades, devido aos elevados encargos com pessoal, e o Ministério dos Assuntos Sociais continuam a ter

um peso significativo no conjunto das despesas do Estado (11.4 e 10.8 por cento, respectivamente).

As receitas do Estado (não incluindo contas de ordem) atingiram em 1983 o valor global de 495.3 milhões de contos (Quadro IV.3.21) o que representa um acréscimo de 38.8 por cento (138.5 milhões de contos) em relação ao valor arrecadado em 1982 e reflecte uma subida brusca na taxa de crescimento em comparação com a evolução registada em anos anteriores (23.3 por cento em 1982). Do total da receita, que ficou ligeiramente abaixo dos valores orçamentados, 97 por cento foram de carácter corrente.

A evolução da receita resultou, por um lado, da interacção entre a progressividade de alguns impostos sobre o rendimento e as elevadas taxas de inflação e, por outro, do lançamento de um pacote de impostos extraordinários durante o ano de 1983. Há ainda a acrescentar 25 milhões de contos recebidos a título de antecipação na participação nos lucros do Banco de Portugal (Despacho Normativo n.º 220/83, de 14 de Dezembro) valor que compara com 6 milhões de contos recebidos no ano anterior.

Quadro IV.3.21 – RECEITAS ORÇAMENTAIS DO ESTADO⁽¹⁾

Milhões de escudos

	1981	1982	1983		
			Orçamento		Conta ^P
			Inicial ⁽³⁾	Revisto ⁽⁴⁾	
Receitas correntes	276 474	346 451	481 513	486 913	480 531
Impostos directos	97 575	126 758	162 700	177 700	183 354
Contribuição industrial	28 141	33 004	38 900	38 900	33 841
Imposto profissional	27 822	36 172	43 800	43 800	47 773
Imposto de capitais	22 841	35 455	42 600	43 600	45 961
Imposto complementar	11 290	12 794	14 500	14 500	14 386
Imposto sobre sucessões e doações	1 296	1 618	1 650	2 650	4 817
Sisa	5 174	6 603	7 700	8 000	8 134
Imposto extraordinário	85	69	12 500	25 000	26 348
Outros	926	1 043	1 050	1 250	2 094
Impostos indirectos	159 595	196 909	274 852	260 252	252 438
Direitos de importação	8 730	10 187	12 800	12 800	9 519
Sobretaxa de importação	6 870	8 900	24 800	13 800	13 488
Taxa de salvação nacional	2 532	3 501	3 700	3 700	3 375
Selos e estampilhas	28 747	39 269	51 500	55 500	53 413
Imposto de transacções	71 205	82 187	116 800	107 800	104 704
Imposto de consumo sobre o tabaco	15 974	20 894	26 000	26 000	25 679
Imposto sobre a venda de automóveis	16 448	19 400	25 200	26 200	27 081
Outros	9 089	12 571	14 052	14 452	15 179
Rendimentos de propriedade	12 934	14 822	32 740	37 740	34 917
Outras receitas correntes	6 362	7 962	11 221	11 221	9 822
Receitas de capital ⁽²⁾	7 757	7 821	11 068	11 068	9 879
Reposições não abatidas nos pagamentos	5 148	2 594	5 500	5 500	4 937
Total	289 379	356 866	498 081	503 481	495 347

(1) Não inclui as receitas dos organismos públicos autónomos, englobados no capítulo "Contas de Ordem"

(2) Não inclui os valores relativos à utilização de empréstimos públicos (passivos financeiros).

(3) Dec.-Lei n.º 119-A/83 de 28 de Fevereiro.

(4) Lei n.º 39/83 de 2 de Dezembro.

Origem: Boletins mensais da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Este panorama da receita global, resulta da combinação de evoluções diferenciadas das rubricas que a compõem. As receitas correntes cresceram 38.7 por cento enquanto as de capital, cuja importância tem diminuído progressivamente, aumentaram 26.3 por cento. No quadro das receitas correntes, as receitas fiscais merecem referência especial pois representam 88.0 por cento das receitas do Estado (92.7 por cento se excluirmos os 25 milhões de contos da participação nos lucros do Banco de Portugal).

Os elementos disponíveis apontam para uma taxa de crescimento de 44.6 por cento das receitas dos impostos directos (29.9 por cento em 1982) enquanto as provenientes da tributação indirecta aumentaram 28.2 por cento (23.4 por cento no ano anterior). Esta evolução corresponde a um claro agravamento da carga fiscal em 1983, o que em parte, é reflectido pelo aumento do peso das receitas no PIB_{pm}, que passou de 17.4 por cento em 1982 para 19.1 por cento em 1983 (Quadro IV.3.22).

Embora as receitas arrecadadas com todos os impostos directos, à excepção da contribuição industrial, tivessem superado os valores previstos no Orçamento do Estado (OE), foi o imposto extraordinário que contribuiu numa forma determinante para o crescimento da receita global.

Tal como foi afirmado em relatórios anteriores, tem-se assistido desde 1980 à subida da taxa de tributação real do imposto profissional (Quadro IV.2.23), o que deriva da circunstância de a maior parte dos escalões de rendimento colectável não terem sido actualizados desde então, não obstante as elevadas taxas de inflação registadas nos últimos anos. Esta si-

Quadro IV.3.22 – RECEITAS FISCAIS DO ESTADO

Milhões de escudos				
	1980	1981	1982	1983 ^P
Impostos directos	67 872	97 575	126 758	183 354
Impostos indirectos . . .	125 030	159 595	196 909	252 438
Receitas fiscais	192 902	257 170	323 667	435 792

Rácios (percentagem)				
Impostos directos	35.2	37.9	39.2	42.1
Receitas fiscais				
Impostos indirectos . . .	64.8	62.1	60.8	57.9
Receitas fiscais				
Receitas fiscais	15.62	17.46	17.43	19.03
PIB _{pm}				

tuação, uma vez que se trata dum imposto progressivo, faz com que os rendimentos constantes em termos reais sejam tributados a taxas cada vez mais elevadas. Por exemplo, um rendimento colectável real de 900 contos foi tributado, em 1981, a uma taxa de 14 por cento e em 1983 a uma taxa de 22 por cento. São igualmente afectados os rendimentos colectáveis reais de níveis mais baixos, verificando-se nalguns casos subidas na taxa de tributação de 4 pontos percentuais. A tributação por via da inflação deve ter vindo a introduzir incentivos à evasão e fraude fiscais, especialmente nas profissões liberais onde o controlo é mais difícil.

Quadro IV.3.23 – IMPOSTO PROFISSIONAL – ESCALÕES DE RENDIMENTO COLECTÁVEL E TAXAS

Limite máximo dos escalões dos rendimentos colectáveis anuais (em contos)						
Taxas	Preços correntes			Preços de 1981		
	1981 ⁽¹⁾	1982 ⁽²⁾	1983 ⁽³⁾	1981	1982	1983
Isentos	126	160	182	126	131	118
2	150	180	210	150	147	137
4	225	225	250	225	184	163
6	300	300	300	300	245	195
8	450	450	450	450	368	293
10	600	600	600	600	490	391
12	750	750	750	750	613	488
14	900	900	900	900	735	586
16	1 050	1 050	1 050	1 050	859	684
18	1 200	1 200	1 200	1 200	980	781
20	1 350	1 350	1 350	1 350	1 103	879
22	>1 350	>1 350	>1 350	>1 350	>1 103	> 879

(1) Dec.-Lei n.º 132/81, de 28 de Maio.

(2) Dec.-Lei n.º 198/82, de 22 de Maio.

(3) Dec.-Lei n.º 119-I/83, de 28 de Fevereiro.

Cerca de um quarto das receitas dos impostos directos do Estado provêm do imposto de capitais, que totalizou 46 milhões de contos, o que representa um aumento de quase 30 por cento em comparação com o ano anterior. Esta evolução deve-se primordialmente à subida das taxas de juro dos depósitos a prazo ocorridas em Abril de 1982 e em Março de 1983. Apesar da evolução positiva mencionada, houve no entanto factores que pesaram em sentido contrário refreando o avolumar da receita, nomeadamente o abrandamento do ritmo de crescimento dos depósitos a prazo.

O volume de receitas da contribuição industrial registou em 1983 uma quebra, em termos reais, de 18.3 por cento, ficando muito abaixo do valor orçamentado, para o que deve ter contribuído, para além da reavaliação dos activos imobilizados, as dificuldades de tesouraria de algumas empresas e o baixo custo em juros de mora relativamente aos encargos com créditos bancários, o que torna vantajoso o adiamento do pagamento de impostos. Só em 16 de Dezembro a taxa dos juros de mora foi aumentada de 2 por cento ao mês para 3 por cento (Portaria n.º 1044/83). Também não é de desprezar a influência da redução dos lucros de algumas empresas, ligadas a actividades não exportadoras, em parte fruto da retracção da actividade económica.

Pelo Dec.-Lei n.º 119-J/83, de 28 de Fevereiro, foram ajustados os escalões de rendimento colectável do imposto complementar, com vista a atenuar o efeito da inflação, o que só por si não parece justificar a evolução registada nesta receita, que cresceu apenas 12.4 por cento, o que deve ter sido influenciado pelos atrasos nos pagamentos.

Em 1983, surgiu com um peso significativo, no conjunto dos impostos directos, a receita dos impostos extraordinários, cuja matéria colectável englobou não só os lucros das empresas, como também uma parte dos rendimentos colectáveis, mesmo os isentos, sujeitos a contribuição predial, imposto de capitais e imposto profissional. A receita extraordinária neste último caso foi particularmente elevada, nomeadamente por ter incidido também sobre o vencimento dos funcionários públicos. Estas medidas fiscais de carácter excepcional, que renderam 26.3 milhões de contos (14.4 por cento dos impostos directos) foram lançadas com vista a evitar que o défice orçamentado se agravasse, uma vez que a evolução das receitas cobradas apontava no sentido de as previsões iniciais terem sido algo optimistas.

As receitas da tributação indirecta, embora tenham ficado aquém do valor previsto no OE, cresceram a uma taxa de 28.2 por cento — percentagem superior

à registada em 1982 (23.4 por cento). Para este andamento contribuíram essencialmente os impostos de transacções, de selo e estampilhas fiscais e sobre a venda de automóveis.

O imposto de transacções contribuiu com 41.5 por cento (104.7 milhões de contos) para o total da receita dos impostos indirectos. Embora o valor cobrado tenha sido inferior ao orçamentado, registou-se um crescimento de 27.4 por cento, ou seja, cerca de 2 pontos percentuais acima da taxa de inflação, reflectindo assim, em parte, o efeito do agravamento da taxa geral deste imposto ocorrida em Março de 1983. Em contrapartida, a receita do imposto de transacções foi afectada negativamente pelo comportamento do consumo privado.

Por seu turno, o imposto de selo e as estampilhas fiscais renderam no seu conjunto 53.4 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 36 por cento em relação ao ano transacto. Este comportamento deve-se em parte aos aumentos das taxas ocorridos durante o ano (Dec.-Lei n.º 119-B/83, de 29 de Fevereiro e Lei n.º 32/83, de 21 de Outubro).

O aumento da procura que se registou no mercado de automóveis, nos três primeiros trimestres de 1983, acarretou um acréscimo na receita do imposto sobre a venda de automóveis acima da média — 39.6 por cento. No entanto, a subida da taxa deste imposto ocorrida em 4 de Outubro deve ter de algum modo contribuído para refrear a procura no final do ano.

As receitas do imposto de consumo sobre o tabaco apresentaram quebras sensíveis em termos reais — cerca de 2 pontos percentuais — o que contrasta com a evolução verificada em anos anteriores.

No que concerne aos impostos alfandegários, regista-se que os direitos de importação decresceram quase 7 pontos percentuais em termos nominais enquanto a receita arrecadada da sobretaxa de importação aumentou 51.6 por cento, atingindo 13.5 milhões de contos. Esta evolução reflecte, por um lado, a redução das importações associada à política de estabilização e, por outro, a elevação da sobretaxa de importação de 10 por cento para 30 por cento, ocorrida em Fevereiro de 1983. No entanto, a receita da sobretaxa não cresceu tanto quanto seria de esperar, devido à possibilidade dada aos contribuintes de reclamar quanto à taxa aplicável, o que conduziu a um elevado afluxo de pedidos de revisão do imposto liquidado e o consequente atraso no seu pagamento.

No âmbito das restantes receitas do Estado refiram-se os rendimentos de propriedade que atingiram o valor de 34.9 milhões de contos e que incluem fundamentalmente a participação do Estado nos lucros do sistema bancário. Este valor engloba, para além

dos 25 milhões de contos recebidos do Banco de Portugal (por conta dos lucros de 1983), 5.5 milhões de contos entregues pela Caixa Geral de Depósitos e 3.5 milhões pelos Bancos Comerciais referentes aos lucros das suas actividades em 1982.

3.5 Segurança social

Os resultados da actividade desenvolvida em cada ano pelo subsector da Segurança social reflectem basicamente o comportamento das contribuições cobradas e das despesas com prestações sociais, em especial com pensões, subsídios de doença e desemprego e abono de família (Quadro IV.3.24).

No exercício findo, as contribuições arrecadadas pela Segurança social cresceram à taxa de 18.5 por cento, inferior à verificada no ano transacto (22.6 por cento). Por seu turno, as prestações sociais registaram um aumento de 22.2 por cento em 1983 contra 23.6 por cento no ano anterior. Em consequência, as contribuições recebidas não foram suficientes para fazer face às despesas com prestações sociais, o que não era previsível no início do ano. Na verdade, se, por um lado, no ano findo foram adoptadas medidas que necessariamente provocariam aumento das despesas com prestações sociais, por outro, foram introduzidas alterações na forma de determinar a base de incidência das contribuições e mantiveram-se em vigor dis-

posições, publicadas em 1982, visando combater as infracções ao regime de baixa por doença e arrecadar contribuições em dívida, que deveriam repercutir-se positivamente no valor das contribuições cobradas. Porém, a realidade afastou-se das previsões, principalmente porque, o montante das contribuições em dívida à Segurança social aumentou substancialmente (cerca de 13 milhões de contos), sendo da ordem dos 52 milhões de contos no final de 1983.

Por outro lado, o objectivo de reduzir, mediante punição, o número de baixas fraudulentas por doença ficou longe de se concretizar. De facto, de acordo com os dados disponíveis (ainda provisórios), a duração média das baixas por doença (excluindo a tuberculose e a maternidade) foi em 1983 de 65 dias, ligeiramente superior à registada em 1982.

Nestes condicionalismos, os resultados da actividade financeira da Segurança social em 1983 teriam sido ainda menos favoráveis se as despesas não tivessem apresentado uma certa contenção face às previsões iniciais. No exercício findo foram promulgadas medidas visando a actualização das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência (para o regime geral, em média, 19 por cento), a revisão do processo de formação e cálculo de algumas pensões e o pagamento num curto prazo (em média um mês) de um montante provisório aos requerentes das pensões de Segurança social, tendo em vista atenuar os efeitos da demora,

Quadro IV.3.24 – RECEITAS E DESPESAS DA SEGURANÇA SOCIAL

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
Receitas	126 441	154 847	187 719
Correntes	124 396	152 484	185 451
Contribuições	114 330	140 136	166 020
Transferências	8 010	10 729	17 485
Rendimentos	1 498	1 363	1 268
Outras	558	1 256	678
De capital	2 045	2 363	2 268
Transferências	1 707	1 900	1 963
Amortizações	338	354	272
Outras	—	109	33
Despesas	130 524	162 105	195 642
Correntes	128 353	158 011	190 958
Prestações	113 115	139 853	170 953
Acção social	6 125	7 377	9 011
Administração	9 113	10 689	10 942
Apoio a refugiados	—	84	48
Outras	—	8	4
De capital	2 171	4 094	4 684
Equipamento e serviços	2 101	2 399	2 622
Amortização de empréstimos contraídos	65	1 668	1 965
Outras	5	27	97
Saldo	-4 083	-7 258	-7 923

Origem: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

que habitualmente se verifica na instrução dos processos. Todavia, o impacto destas disposições esbateu-se consideravelmente, em especial porque a actualização das pensões só produziu efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1983, ou seja apenas incidiu sobre as pensões relativas a Dezembro e ao 13.^o mês. Além disso, a concessão de determinadas importâncias, ao abrigo da última das medidas acima mencionadas, não chegou a entrar em vigor em 1983.

A evolução do subsídio de desemprego também permitiu uma certa contenção nas despesas da Segurança social. De facto, em 1983, o montante do subsídio de desemprego ficou 1 milhão de contos aquém do valor atribuído no ano anterior e 1.7 milhões de contos aquém do inicialmente orçamentado. A redução das despesas com o subsídio de desemprego reflecte o decréscimo registado no número de dias subsidiados, uma vez que o valor deste subsídio é determinado em função do salário mínimo nacional e este cresceu 17 por cento a partir de 1 de Janeiro do ano findo. Com efeito, em 1983 o valor médio diário do subsídio de desemprego — determinado relacionando o total das despesas efectuadas com essa finalidade com o número de dias subsidiados — superou em 19 por cento o valor apurado para o ano anterior. Tal reflecte uma diminuição do poder aquisitivo dos beneficiários na medida em que o índice de preços no consumidor subiu 25.5 por cento. Entretanto, o número de beneficiários aumentou também, como seria de esperar face à evolução evidenciada pelas estatísticas do desemprego. Assim sendo, a explicação para a quebra do montante pago a título de subsídio de desemprego deverá residir no maior rigor na definição

das condições de acesso e no seu controlo e ainda na redefinição do regime especial para os candidatos ao primeiro emprego. Estes, ao abrigo do Dec.-Lei n.º 297/83, de 24 de Junho, passam a receber de uma só vez, e pelo período de 180 dias, 70 por cento do valor mais elevado do salário mínimo nacional. Os diferentes tipos de pensionistas também viram diminuir o seu poder de compra (Quadro IV.3.25). No que se refere às pensões de velhice — que, no exercício findo, absorveram 45.3 por cento (44 por cento em 1982) do total das despesas com prestações sociais — o número de beneficiários aumentou 3.7 por cento e o montante das despesas pagas cresceu 25.8 por cento, donde decorre uma queda do respectivo valor real da ordem dos 3.3 por cento. Por sua vez, o valor médio, em termos reais, quer das pensões de sobrevivência, quer das de invalidez, baixaram de 4.5 e 4.2 por cento, respectivamente.

Em 1983, os esquemas não contributivos, conjuntamente com os esquemas especiais de fraca participação contributiva, absorveram 28.5 por cento das despesas com prestações sociais, percentagem ligeiramente inferior à registada em 1982 (Gráfico 3).

Por seu turno, as contribuições cobradas foram inferiores em 7.3 milhões de contos ao valor inicialmente previsto e que, como já atrás se referiu, não chegaram para financiar as despesas com prestações sociais. Daí que tenha havido necessidade de reforçar as transferências do Estado para o subsector da Segurança social em 3.5 milhões de contos. Contudo, o recurso acrescido a financiamento do Estado não bastou para equilibrar as contas da Segurança social, que encerraram no final de 1983 com um défice de 7.9

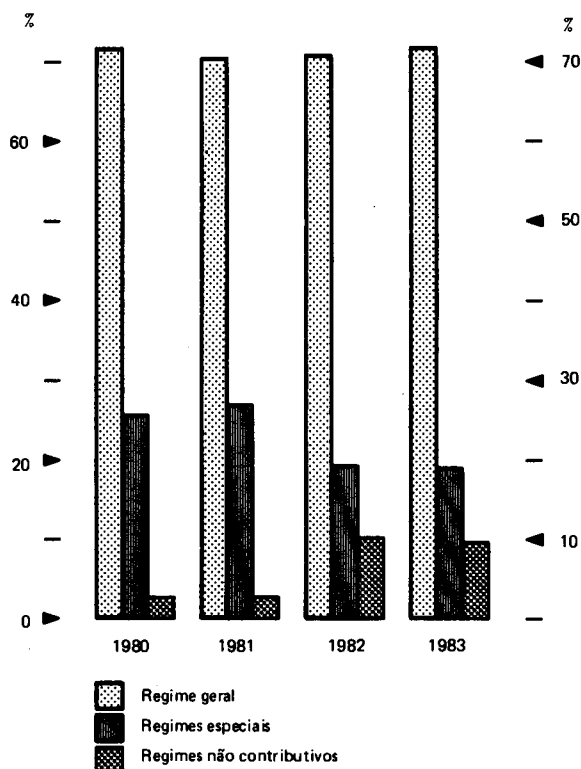
Quadro IV.3.25 — DESPESAS CORRENTES DA SEGURANÇA SOCIAL
COM PRESTAÇÕES SOCIAIS

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
Infância e juventude	11 094	13 283	16 581
Abono de família	9 087	10 700	13 376
Subsídios de nascimento, aleitação e frequência de estabelecimentos de educação especial	1 732	2 216	2 680
Outras	275	367	525
População activa	17 052	19 725	21 563
Subsídios por doença e maternidade	11 836	13 708	16 529
Subsídio de desemprego	5 216	6 017	5 034
Família e comunidade	10 080	12 424	16 514
Pensões de sobrevivência	8 089	10 118	12 980
Subsídios por morte e funeral, casamento e outros	1 991	2 306	3 534
Invalidez e reabilitação	24 329	31 476	38 794
Pensões	23 519	30 581	38 680
Outras	810	895	114
Terceira idade	50 560	62 945	77 501
Pensões	49 787	61 618	77 501
Outras	773	1 327	—
Total	113 115	139 853	170 953

Origem: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

**Gráfico IV.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS
DA SEGURANÇA SOCIAL PELOS
VÁRIOS REGIMES**



milhões de contos, coberto basicamente com crédito obtido junto da Caixa Geral de Depósitos (6.3 milhões de contos).

De um modo geral, as actuações levadas a cabo, durante o ano de 1983, no âmbito deste subsector visaram assegurar, por um lado, uma maior igualdade de tratamento aos beneficiários dos diferentes esquemas e, por outro, uma maior descentralização regional; procurou-se ainda, imprimir uma maior racionalidade no processamento das despesas e na determinação do valor das contribuições. Assim, foram introduzidas alterações no esquema de protecção social dos rurais, quer quanto ao âmbito e inscrição, quer no que se refere à protecção e às condições de atribuição do respectivo direito, quer, ainda, no tocante à base de incidência e à taxa de contribuição.

No que respeita às acções tendentes a consolidar a descentralização regional, por forma a garantir a participação institucionalizada de um vasto conjunto de entidades (nomeadamente autarquias locais e instituições de solidariedade social) na realização dos fins do sistema de Segurança social, destaca-se a publicação do Dec.-Lei n.º 136/83, de 21 de Março, que estabeleceu a orgânica dos centros regionais de segurança social e do Decreto Regulamentar n.º 26/83, também da mesma data, que regulamentou a estrutura do Conselho Regional da Segurança Social.

Por seu turno, o Dec.-Lei n.º 147/83, de 5 de Abril, definiu um conjunto de medidas tendentes a acelerar e a desburocratizar o pagamento de dívidas da Segurança social resultantes de prestação de serviços de saúde e de acção social. Simultaneamente, assistiu-se à continuação dos esforços no sentido de promover a regularização das contribuições em dívida e de combater as infracções ao regime de baixas por doença.

CAPÍTULO V

FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

1. Equilíbrio Real e Financeiro

A partir da informação estatística utilizada na análise dos capítulos anteriores, construiu-se o Quadro de Fluxos de Fundos em que se confronta o equilíbrio real entre investimento e poupança com o equilíbrio financeiro entre origens e aplicações de fundos dos diferentes sectores institucionais. Com base em algumas hipóteses simplificadoras foi possível estimar os défices ou superávit dos vários tipos de agentes económicos e o modo como satisfizeram as suas necessidades financeiras ou aplicaram os seus excedentes.

Da análise do Quadro V.1 conclui-se que se atenuou em 1983 o desequilíbrio entre poupança interna e investimento, o qual foi financiado em 76.4 por cento por recursos financeiros internos, contra 62 por cento no ano anterior. O aumento da cobertura do investimento pela poupança interna foi resultado da política de estabilização prosseguida que se centrou fundamentalmente no objectivo de reduzir o desequilíbrio externo. Assinale-se, contudo, que esta redução foi basicamente conseguida à custa da queda do investimento, o que permitiu que a poupança externa se reduzisse de 46.5 por cento. No entanto, esta evolução também foi acompanhada por um aumento, em valor absoluto, da poupança interna, resultante fundamentalmente do acréscimo da poupança das "Famílias" e da redução das poupanças negativas do Sector público administrativo e empresarial.

Para a queda do investimento contribuiu tanto a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo como a dos *stocks* que reagiram muito rapidamente à restrição da política económica implementada. Com efeito, a FBCF *cafu*, em termos reais, cerca de 7.5 por

cento e a variação de existências registou um valor negativo. O SPA foi o sector mais afectado com uma redução em termos reais de 14.6 por cento, se bem que nos sectores "Famílias" e "Empresas privadas" o decréscimo também não deva ter sido inferior a 10 por cento.

A necessidade de conter o investimento em níveis que permitam continuar a reduzir o défice da Balança de transacções correntes, implica que aquele seja orientado de forma criteriosa, aspecto tanto mais importante quanto é certo que a poupança interna continua a ser reduzida. Para a escassez da poupança interna tem contribuído de forma decisiva, a poupança negativa do SPA a qual, no entanto, em 1983, se reduziu em 24.2 por cento. De notar todavia, que a redução da poupança negativa do SPA se ficou a dever basicamente a medidas extraordinárias no domínio das receitas. Deste modo, a manutenção do nível de poupança registado em 1983 implica uma efectiva inflexão na realização de despesas correntes e na cobrança de receitas fiscais.

A redução da poupança das "Empresas privadas" deve, por seu turno, estar ligada à maior tributação de que foram alvo e à quebra no nível de actividade económica. Por outro lado, a subida dos preços e a quebra dos salários reais deve ter contribuído para a redução da poupança negativa das empresas públicas, apesar de simultaneamente se ter verificado uma certa redução dos subsídios.

Por sua vez, a evolução da poupança das "Famílias" deve ter sido influenciada pela das remessas de emigrantes (em escudos), já que as mesmas acusaram um decréscimo de 18.5 por cento em dólares em relação a 1982. Este facto é tanto mais significativo quanto é certo que este comportamento se agravou

Quadro V.1 – QUADRO DOS FLUXOS DE FUNDOS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

Milhões de contos

	1982								
	Sector não financeiro						Sector financeiro		Sector externo
	Famílias	Empresas privadas	Empresas públicas	Total	Sector público administrativo	Total	Instituições financeiras monetárias	Instituições financeiras não monetárias ⁽¹⁾	
	1	2	3	4 = 1 + 2 + 3	5	6 = 4 + 5	7	8	9
Conta de Capital									
1. Poupança (S)	484.3 ⁽²⁾	177.7	-114.8	574.7	-147.4	427.3			249.3
2. Investimento bruto (I)	142.2	344.0	129.0	615.2	73.0	688.2			-
2.1 Formação bruta de capital fixo (FBCF)	142.2	270.8	101.5	514.5	73.0	587.5			-
2.2 Variação de existências	-	73.2	27.5	100.7	-	100.7			-
3. Ajustamento do período complementar	-	-	-	-	-11.6	-11.6			-
4. Superávies (+) ou Défices (-) = 1. - (2. + 3.)	342.1	-166.3	-216.3	-40.5	-208.8	-249.3			249.3
Conta financeira ⁽³⁾									
5. Moeda	395.6	43.7	33.0	472.3	-	472.3	-454.8	-17.5	-
5.1 Circulação monetária	14.1	9.5	6.3	29.9	-	29.9	-31.1	1.2	-
5.2 Depósitos à ordem	26.0	17.8	11.5	55.3	-	55.3	-53.4	-1.9	-
5.3 Depósitos a prazo de residentes	218.9	16.4	15.2	250.5	-	250.5	-233.7	-16.8	-
5.4 Depósitos a prazo de emigrantes	136.6	-	-	-	-	136.6	-136.6	-	-
6. Depósitos do Sector público administrativo	-	-	-	-	11.9	11.9	-12.4	0.5	-
7. Crédito do Sector público administrativo	-	-5.4	-10.1	-15.5	15.3	-0.2	-	0.2	-
8. Crédito bancário interno	-64.6	-174.8	-75.2	-314.6	-169.3	-483.9	504.6	-20.7	-
8.1 Aplicações financeiras	-	11.3	-20.8	-9.5	-137.5	-147.0	147.6	-0.6	-
8.2 Carteira comercial, empréstimos e outros créditos	-64.6	-186.1	-54.4	-305.1	-31.8	-336.9	357.0	-20.1	-
9. Crédito das Instituições financeiras não monetárias	-2.6	-18.4	-7.4	-28.4	-0.4	-28.8	-0.1	28.9	-
10. Activos financeiros	7.2	0.1	-5.3	2.0	-2.4	-0.4	-	0.4	-
10.1 Títulos da dívida pública	1.9	0.1	-	2.0	-2.4	-0.4	-	0.4	-
10.2 Outros activos financeiros	5.3	-	-5.3	-	-	-	-	-	-
11. Operações de capital com o exterior	-	-14.8	-155.5	-170.3	-50.6 ⁽⁴⁾	-220.9	-41.2	-0.8	262.9
11.1 A médio e longo prazos	-	-20.8	-93.1	-113.9	-50.6	-164.5	-37.9	-1.7	204.1
11.2 A curto prazo	-	6.0	-62.4	-56.4	-	-56.4	-3.3	0.9	58.8
12. Disponibilidades líquidas sobre o exterior	-	-	-	-	-2.6	-2.6	129.1	0.1	-126.6
13. Flutuações cambiais	-	-	-	-	-1.0	-1.0	-	112.0	113.0
14. Diversos	6.5	3.3	4.2	14.0	-9.7	4.3	-13.2	8.9	-

(1) Inclui as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e as Caixas Económicas (com excepção do Montepio), mas não comporta as Companhias de Seguros (por falta de informação).

(2) Inclui também a poupança das empresas em nome individual, pelo que sendo o investimento das famílias calculado de forma residual, o seu valor deve estar sobreavaliado.

(3) Variações nos activos e passivos financeiros:

Activo: aumento (+), diminuição (-); Passivo: aumento (-), diminuição (+).

(4) Para além das operações relacionadas com a dívida externa directa do Sector público administrativo inclui outras sobre disponibilidades.

ao longo de 1983, a despeito da desvalorização do escudo e das subidas das taxas de juro ocorridas durante o ano.

Da evolução da poupança e do investimento resultou que o sector "Famílias e empresas" passou de uma situação deficitária de 40.5 milhões de contos em 1982, para uma superavitária de 32.4 milhões de contos. Deste modo, parte dos fundos gerados neste sector devem ter sido aplicados na liquidação de dívidas ao exterior.

Ao equilíbrio real, *à posteriori*, entre poupança e investimento, corresponde o equilíbrio financeiro entre as variações do total do activo e do total do passivo.

Importa salientar que o valor residual de -16.5 milhões de contos a que se chega na avaliação dos meios financeiros do sector "Famílias e empresas" é de molde a sugerir uma subavaliação da poupança e/ou uma sobreavaliação do investimento. Não parece dever concluir-se pela segunda hipótese, uma vez que os

1983 ^P								
	Sector não financeiro					Sector financeiro		Sector externo
	Famílias	Empresas privadas	Empresas públicas	Total	Sector público administrativo	Instituições financeiras monetárias	Instituições financeiras não monetárias ⁽¹⁾	
	1	2	3	4 = 1 + 2 + 3	5	6 = 4 + 5	7	8
Conta de Capital								
1. Poupança (S)	531.2 ⁽²⁾	127.1	-39.6	618.7	-111.8	506.9		170.2
2. Investimento bruto (I)	168.1	298.4	119.8	586.3	77.0	663.3		-
2.1 Formação bruta de capital fixo (FBCF)	168.1	298.4	134.8	601.3	77.0	678.3		-
2.2 Variação de existências	-	-	-15.0	-15.0	-	-15.0		-
3. Ajustamento do período complementar	-	-	-	-	13.8	13.8		-
4. Superávit (+) ou Déficit (-) = 1. - (2. + 3.)	363.1	-171.3	-159.4	32.4	-202.6	-170.2		170.2
Conta financeira ⁽³⁾								
5. Moeda	411.0	34.6	-0.7	444.9	-	444.9	-433.0	-11.9
5.1 Circulação monetária	10.7	4.9	3.8	19.4	-	19.4	-20.6	1.2
5.2 Depósitos à ordem	18.5	8.3	6.8	33.6	-	33.6	-33.5	-0.1
5.3 Depósitos a prazo de residentes	219.8	21.4	-11.3	229.9	-	229.9	-216.9	-13.0
5.4 Depósitos a prazo de emigrantes	162.0	-	-	162.0	-	162.0	-162.0	-
6. Depósitos do Sector público administrativo	-	-	-	-	44.8	44.8	-44.6	-0.2
7. Crédito do Sector público administrativo	-	-10.0	-0.8	-10.8	10.9	0.1	-	-0.1
8. Crédito bancário interno	-53.9	-170.4	-168.1	-392.4	-164.0	-556.5	592.5	-36.0
8.1 Aplicações financeiras	-	-0.4	-0.7	-1.1	-160.0	-161.1	163.8	-2.7
8.2 Carteira comercial, empréstimos e outros créditos	-53.9	-170.0	-167.4	-391.3	-4.1	-395.4	428.7	-33.3
9. Crédito das Instituições financeiras não monetárias	-2.2	-13.7	-9.8	-25.7	-1.1	-26.8	-0.1	26.9
10. Activos financeiros	17.0	1.0	-4.9	13.2	-9.7	3.5	-4.7	1.2
10.1 Títulos da dívida pública	7.5	1.0	-	8.5	-9.7	-1.2	-	1.2
10.2 Outros activos financeiros	9.5	-	-4.9	4.7	-	4.7	-4.7	-
11. Operações de capital com o exterior	-	-8.8	28.6	19.8	-74.4 ⁽⁴⁾	-54.6	-27.8	-1.4
11.1 A médio e longo prazos	-	-0.4	-34.1	-34.5	-74.4	-108.9	-29.8	-1.3
11.2 A curto prazo	-	-8.4	62.7	54.3	-	54.3	2.0	-0.1
12. Disponibilidades líquidas sobre o exterior	-	-	-	-	6.5	6.5	190.4	0.6
13. Flutuações cambiais	-	-	-	-	-1.8	-1.8	-282.1	283.9
14. Diversos	-8.8	-4.0	-3.7	-16.5	-13.8	-30.3	9.4	20.9

indicadores apontam para uma queda da ordem da considerada, pelo que parece mais plausível admitir que se verifica uma subavaliação da poupança. Por este motivo, parece lógico admitir-se que na distribuição da rubrica "Diversos" se dê mais peso ao sector das "Famílias".

Da leitura do Quadro V.1 conclui-se que se continua a verificar uma forte dependência do financiamento da economia do sistema bancário interno e externo.

As "Famílias" fizeram aplicações em activos financeiros no montante de 17 milhões de contos, o que contrasta com 411 milhões de contos de aplicações em activos monetários. As "Empresas privadas" recorreram praticamente só ao financiamento bancário interno, representando o financiamento externo e o não bancário interno apenas 16 por cento das suas necessidades totais de financiamento.

O crédito bancário representou mais de 50 por cento do financiamento total do SPA contra cerca

de 70 por cento no ano anterior. A perda de importância relativa do crédito bancário ficou a dever-se simultaneamente ao aumento do crédito externo e do crédito interno não bancário.

De notar, também, que se reduziu substancialmente o recurso ao crédito externo para financiar a economia, o que é evidente pela evolução da rubrica "Operações de capitais com o exterior" que se saldou em 1983 por entradas líquidas de 83.8 milhões de contos, contra 262.9 milhões de contos no ano anterior. Para esta variação deve ter contribuído decisivamente a actuação das empresas públicas, principalmente por via da amortização da dívida de curto prazo. O afluxo de capitais a médio e longo prazos foi basicamente determinado por empréstimos financeiros, destinados na maior parte ao SPA e às Empresas públicas, visto os investimentos directos estrangeiros continuarem a ter pequena importância relativa.

Em síntese, mantém-se a elevada dependência do financiamento da economia do sistema bancário interno e externo e, por outro lado, os depósitos a prazo continuam a ser a forma privilegiada de aplicação da poupança dos particulares. Estes factos apontam em simultâneo para a necessidade de ampliar e diversificar o sistema financeiro. Com este objectivo, têm vindo a ser criadas, por um lado, novas instituições financeiras que podem originar fontes de financiamento alternativas e, por outro, novos instrumentos que possibilitam a diversificação das formas de aplicação de fundos. A análise destes aspectos é feita no ponto seguinte.

2. Mercado de Capitais

Apesar da adopção, nos últimos dois anos, de um conjunto de medidas visando reactivar o mercado de capitais, os resultados alcançados continuaram a ser pouco animadores, conforme se conclui pela análise dos valores relativos à actividade das Instituições Financeiras Não Monetárias (IFNM) e à emissão de activos financeiros constantes do Quadro dos Fluxos de Fundos.

De notar, no entanto, que no referido quadro os dados respeitantes às IFNM merecem algumas reservas. Isto porque, por um lado, não contemplam todas as IFNM, nomeadamente as companhias de seguros e, por outro, incluem as caixas económicas (com excepção do Montepio Geral) e as caixas de crédito agrícola mútuo, que só por razões de operacionalidade não têm sido integradas nas estatísticas monetárias, mas que, de facto, são instituições financeiras monetárias.

Daf que tendo em vista acompanhar a evolução das IFNM no desempenho da sua função de intermediação financeira se tenha construído o Quadro V.2, contendo os valores para o período 1981/83 das principais rubricas do activo e do passivo apuradas para o conjunto das IFNM, em relação às quais há informação disponível.

**Quadro V.2 — PRINCIPAIS RUBRICAS DO
BALANÇO AGREGADO DAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NÃO MONETÁRIAS⁽¹⁾**
Saldos em fim de período

Milhões de escudos	1981	1982	1983
Activo			
Disponibilidades sobre o exterior .	510	267	830
Disponibilidades sobre instituições de crédito	5 555	5 190	5 027
Crédito concedido	30 250	47 380	58 926
Passivo			
Obrigações	—	450	1 872
Crédito bancário interno	20 489	32 794	38 049
Crédito do Sector público administrativo	5 344	5 186	5 276
Crédito externo	3 435	6 400	15 837
Recursos próprios e resultados . .	5 131	6 559	11 060

(1) Não inclui as Companhias de Seguros por falta de informação, nem as Caixas Económicas e as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo por, de facto, não serem Instituições Financeiras não Monetárias.

2.1 Instituições financeiras não monetárias

Embora, nos últimos anos se tenha assistido à constituição de novas IFNM (principalmente de dois tipos: sociedades de investimento e de locação financeira), a actuação destas instituições, avaliada em termos de crédito concedido e de recursos captados via emissão de títulos, continua a ser pouco expressiva.

Com efeito, o saldo do crédito concedido em 1983 pelas sociedades de investimento e de locação financeira (duas de cada tipo foram constituídas no ano

findo) não logrou representar mais de 2.3 por cento ⁽¹⁾ do saldo do crédito bancário interno a empresas e particulares. Apesar da sua reduzida expressão em valores absolutos, o crédito concedido por estas instituições acusou, nos últimos dois anos, uma expansão digna de nota. Assim, o saldo do crédito concedido pelas sociedades de investimento subiu de 1742.9 milhões de escudos para 4662.9 milhões de escudos entre os finais de 1982 e de 1983. Por seu turno, o crédito outorgado pelas sociedades de locação financeira que era apenas de 5.6 milhões de escudos no fim de Dezembro de 1982, elevou-se a 152.1 milhões de escudos um ano depois.

Efectivamente, para muitas empresas que pela sua dimensão e/ou situação conjuntural encontram grandes dificuldades em captar fundos mediante a emissão de títulos, o recurso à locação financeira constitui uma alternativa (em certos casos a única) ao endividamento bancário. Daí que pareça plausível admitir que ultrapassada a fase inicial de um certo desconhecimento, e mesmo de alguma desconfiança, face à actuação das sociedades de locação financeira, estas venham a desempenhar um papel mais importante no financiamento do investimento. A substituição de crédito bancário por crédito concedido por IFNM, que assente não em criação de moeda, mas na aplicação de recursos previamente obtidos, apresenta vantagens evidentes, principalmente em períodos em que se pretende controlar a liquidez monetária da economia.

No que se refere à captação de poupanças através da emissão de valores mobiliários, a contribuição das IFNM tem-se, também, situado — como já atrás se referiu — em níveis muito modestos. Assim, em 1983, o valor das obrigações emitidas por IFNM correspondeu apenas a 1.8 por cento do montante total das obrigações lançadas no mercado primário. Por seu turno, o crédito bancário interno e, fundamentalmente, o crédito externo obtido pelas IFNM registaram altas taxas de acréscimo. Pode, pois, concluir-se que estas instituições obtiveram os recursos de que necessitaram mais por endividamento bancário do que por captação de poupança junto dos sectores económicos superavitários (excluindo o monetário), o que deveria constituir um dos objectivos prioritários da sua função de intermediário financeiro.

(1) Considerando as caixas económicas e as caixas de crédito agrícola mútuo esse valor passa para 5.7 por cento.

2.2 Mercado de títulos

A tentativa de reactivar o mercado de títulos, mediante a adopção de incentivos fiscais — beneficiando as sociedades emittentes e os subscritores de valores mobiliários — e ainda de um conjunto de medidas de outra natureza, defrontou-se com uma situação económica pouco favorável à formação de poupança e com a difícil situação financeira de várias empresas.

Entre as referidas medidas destacam-se a alteração do processo de colocação de títulos no mercado primário (tomada firme em vez de rateio), o lançamento de novos instrumentos financeiros (obrigações de caixa) e a indexação da taxa de juro das novas emissões de títulos de rendimento fixo à taxa de juro dos depósitos a prazo superior a 180 dias mas não a um ano. O impacto dessas actuações não se fez sentir de igual forma nos dois segmentos do mercado de títulos, tendo até nalguns casos tido efeitos antagónicos. Foi o que aconteceu com o aumento das taxas de juro em Maio e Agosto do ano findo. Enquanto a subida das taxas de juro das operações passivas beneficiou os detentores de obrigações indexadas, a das operações activas, repercutindo-se nos resultados das empresas, prejudicou a distribuição de dividendos e terá contribuído para que as disposições legislativas adoptadas no final de 1982 e em 1983 — tendo em vista encorajar a aplicação de poupanças em capital de risco — não tenham produzido os efeitos pretendidos.

2.2.1 Mercado de acções

Em 1983 o mercado accionista continuou muito limitado — reduzido a menos de três dezenas de empresas com acções cotadas — e pouco dinâmico, em especial no que se refere ao movimento no mercado primário e no mercado secundário oficial. Daí que a participação dos títulos de rendimento variável no conjunto das operações realizadas no mercado secundário oficial continuasse a ser pouco expressiva (5.3 por cento em termos de quantidades e 7.6 por cento em termos de valor).

Os recursos movimentados no mercado primário de acções, embora de reduzido valor absoluto (23.9 milhões de contos), acusaram um forte acréscimo (45.8 por cento) relativamente a 1982. Esta expansão reflecte o comportamento tanto das operações relacionadas com a constituição de novas sociedades anónimas, como das inerentes a aumentos de capital (Quadro V.3). De facto, no ano findo, o capital so-

**Quadro V.3 – CONSTITUIÇÃO, DISSOLUÇÃO
E AUMENTOS DE CAPITAL DE SOCIEDADES
ANÓNIMAS**

Milhões de escudos

	1981	1982 ^P	1983 ^P
1. Constituição	461	653	2 343
2. Dissolução	272	150	148
3. Diferença (1. - 2.)	189	503	2 195
4. Aumentos de capital	11 262	15 891	21 705
4.1 Por incorporação de reservas	6 174	5 188	10 553
4.2 Por subscrição particular	5 086	10 703	10 939
4.2.1 Por entidades públicas	2 401	4 400	2 449
4.2.2 Por entidades privadas	2 685	6 303	8 490
4.3 Por subscrição pública	2	-	213

Origem: Boletim Trimestral das Estatísticas Monetárias e Financeiras do INE e Boletim Oficial de Cotações das Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto.

cial das novas sociedades, líquido do das entretanto dissolvidas, foi de 2.2 milhões de contos, contra 0.5 milhões de contos no ano anterior.

De igual forma, os aumentos de capital, no montante de 21.7 milhões de contos, evidenciaram um apreciável ritmo de crescimento (+ 36.6 por cento do que no ano anterior), por força principalmente de incorporação de reservas, constituídas, em larga medida, com base na reavaliação de activos imobilizados, feita ao abrigo do Dec.-Lei n.º 195/83, de 18 de Maio. Estas operações, apesar de não possibilitarem a abertura do mercado a novos accionistas, podem vir a assumir um papel relevante no desenvolvimento do mercado de capitais, na medida em que, ao repercutirem-se no valor contabilístico das acções, atenuam o impacto negativo da não distribuição de dividendos, possibilitando aos actuais accionistas a aquisição de novas acções gratuitamente ou em condições vantajosas.

Não obstante o forte ritmo de acréscimo dos aumentos de capital realizados por incorporação de reservas, estes apenas representaram 48.6 por cento do total, tendo o remanescente sido obtido por subscrição particular (50.4 por cento) – maioritariamente por entidades privadas – e por subscrição pública (1 por cento).

A contribuição da subscrição pública para os aumentos de capital foi em 1983 tão reduzida que não justificaria uma referência particular, se não fosse o caso de se tratar da primeira emissão de títulos de rendimento variável destinados ao público, verificada depois da reabertura da Bolsa de Valores em Janeiro

de 1976. Nestas circunstâncias, a referida emissão realizada pela Companhia Portuguesa Rádio Marconi serviu, de certo modo, como aferidor do grau de adesão dos particulares à subscrição de acções. Os resultados alcançados não foram muito animadores, uma vez que dos 478.8 milhões de escudos destinados ao público, este apenas adquiriu 213 milhões de escudos. Tal terá ficado a dever-se em parte, à própria data de lançamento das acções, coincidente com o pagamento do imposto extraordinário.

Por seu turno, no mercado secundário de acções (Quadro V.4) a semelhança do verificado nos exercícios anteriores, predominaram as operações realizadas fora do mercado oficial e assentes principalmente em títulos não cotados. Com efeito, as acções transaccionadas no ano findo nas Bolsas de Lisboa e do Porto apenas representaram 2.7 por cento em volume e 2.3 por cento em valor do movimento global do mercado secundário. Isto não obstante, ter sido criado, em 1 de Fevereiro de 1983, um mercado de transacções de títulos com cotações não oficiais, que tornou possível a realização no mercado oficial de operações envolvendo cautelas e acções não cotadas. Além disso, tendo em vista acelerar o processo de admissão à cotação da Bolsa dos novos títulos, as sociedades que aumentem o seu capital social passam (Dec.-Lei n.º 104/83 de 18 de Fevereiro) a ter de entregar os títulos definitivos num prazo máximo fixado nos termos do referido diploma.

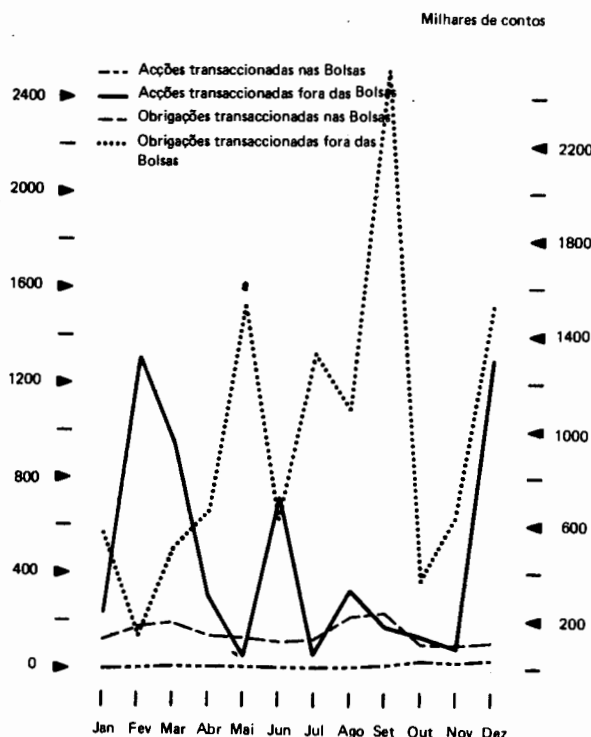
**Quadro V.4 – POSIÇÃO E MOVIMENTO
DE ACÇÕES**

	1981	1982	1983
Movimento na Bolsa de Lisboa			
Número de sociedades com acções cotadas . . .	24	26	25
Quantidade de acções cotadas (10 ³ unidades) .	12 342	14 278	12 626
Valor das acções cotadas (10 ³ contos) ⁽¹⁾ . . .	10 604	9 070	11 216
Quantidade de acções transaccionadas (10 ³ unidades)	2 055	3 343	4 365
Na Bolsa	165	125	80
Fora da Bolsa	1 890	3 218	4 285
Acções cotadas	247	255	779
Acções não cotadas	1 643	2 963	3 506
Valor das acções transaccionadas (10 ³ contos) .	1 859	4 100	5 679
Na Bolsa	120	60	44
Fora da Bolsa	1 739	4 040	5 635
Acções cotadas	170	157	207
Acções não cotadas	1 569	3 883	5 428
Movimento na Bolsa do Porto			
Quantidade de acções transaccionadas (10 ³ unidades)	n.d.	7	40
Valor das acções transaccionadas (10 ³ contos) .	n.d.	6	89

(1) Valor calculado a partir da última cotação quando tenha havido movimento durante o ano ou com base no valor nominal no caso contrário.

Origem: Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa e Gabinete de Estudos e Relações Públicas da Bolsa de Valores de Lisboa.

Gráfico V.1 – MOVIMENTO DOS MERCADOS SECUNDÁRIOS DE TÍTULOS EM 1983



Aliás, de um modo geral no mercado oficial, as cotações têm-se situado a níveis sensivelmente inferiores aos dos correspondentes valores contabilísticos (Quadro 4.7 do Anexo), facto que, em princípio deveria constituir um estímulo à aplicação de poupança nestes títulos.

Comparando o movimento registado no ano findo nas duas Bolsas de Valores nota-se que as quantidades transaccionadas na de Lisboa corresponderam ao dobro das registadas na do Porto, verificando-se precisamente o inverso em termos de valor. Consequentemente, em 1983 a cotação média das acções movimentadas na Bolsa do Porto foi quatro vezes maior do que a das transaccionadas na Bolsa de Lisboa.

De referir, ainda, que no ano findo o sector não bancário adquiriu a totalidade das obrigações a que teve acesso, o que não aconteceu em 1982, ano em que apenas subscreveu 61.3 por cento do valor oferecido. Este facto aponta, também, no sentido do subaproveitamento das potencialidades do mercado obrigacionista por escassez de oferta. Dois factores terão contribuído de forma notória para esse comportamento dos particulares. Por um lado, a tomada firme das emissões, em substituição do tradicional

Quadro V.5 – EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES⁽¹⁾

Milhões de escudos

	1982	1983
1. Títulos da dívida pública	65 516	69 584
Certificados de aforro	1 846	2 977
Obrigações do tesouro, curto prazo – 1982		
(1.ª série)	10 000	–
Obrigações do tesouro, curto prazo – 1982		
(2.ª série) ⁽²⁾	10 000	–
Obrigações do tesouro – Trienal – 1982 ⁽²⁾	20 000	–
Obrigações do tesouro – FIP – 1982	15 000	–
Obrigações do tesouro, curto prazo – 1983		
(1.ª série)	–	7 000
Obrigações do tesouro, curto prazo – 1983		
(2.ª série) ⁽²⁾	–	13 000
Obrigações do tesouro – FIP – 1983	–	20 612
Obrigações do tesouro – Trienal – 1983 ⁽²⁾	–	20 000
Obrigações Região Autónoma dos Açores ⁽²⁾	2 500	–
Obrigações Região Autónoma da Madeira ⁽³⁾	6 170	6 000
2. Outros fundos públicos e equiparados	1 000	–
Turismo – 1982	1 000	–
3. Obrigações de empresas	9 252	20 958
Banco de Fomento Nacional ⁽⁴⁾	–	10 658
EDP ⁽⁵⁾	2 900	6 000
CTT	–	1 500
Petrogal	–	1 500
TLP	1 200	–
Lisnave	1 200	–
Sociedade Portuguesa de Investimento ⁽⁶⁾	1 500	500
Portucel	1 200	–
RDP ⁽²⁾	452	–
Portugal e Colónias	800	–
Locaport ⁽⁷⁾	–	800
Total = (1. + 2. + 3.)	75 768	90 547

(1) Não inclui os empréstimos internos amortizáveis colocados no Banco de Portugal.

(2) Emissões destinadas às instituições de crédito.

(3) 3 milhões de contos das emissões de 1982 e a totalidade das efectuadas em 1983 destinaram-se às instituições de crédito.

(4) Deste valor, 6 milhões de contos destinaram-se às instituições de crédito.

(5) Deste valor, 1,7 e 3 milhões de contos, respectivamente em 1982 e 1983, destinaram-se a investidores institucionais.

(6) Totalmente destinado a investidores institucionais.

(7) Emissão destinada a investidores institucionais e accionistas.

processo de rateio, que veio reduzir substancialmente o período de retenção improdutivo dos fundos não aplicados e por outro, a indexação das taxas de juro dos títulos das últimas emissões à dos depósitos a prazo superior a 180 dias aliada, como é evidente, com a própria subida desta taxa.

No mercado secundário, as transacções realizadas em 1983 envolvendo títulos de rendimento fixo – se bem que com um elevado ritmo de crescimento – corresponderam apenas a 14.6 por cento (5 por cento no ano anterior) do valor movimentado no mercado primário (Quadro V.6). A expansão verificada no mercado secundário de obrigações – em termos de volume e de valor – fez-se sentir tanto no mercado

Quadro V.6 – POSIÇÃO E MOVIMENTO DE OBRIGAÇÕES⁽¹⁾

	1981	1982	1983
Movimento na Bolsa de Lisboa			
N.º de empréstimos obrigacionistas			
cotados	181 ⁽³⁾	164 ⁽³⁾	150
Títulos definitivos	152	152	143
Cautelas de obrigações ⁽²⁾	29	12	7
Quantidade de obrigações vivas cotadas (10 ³ unidades)	199 381	210 253	201 856
Títulos definitivos	69 170	90 150	104 885
Cautelas de obrigações ⁽²⁾	130 211	120 103	96 971
Valor das obrigações vivas cotadas (10 ³ contos)	199 275	208 950	203 441
Títulos definitivos	69 064	88 847	106 470
Cautelas de obrigações ⁽²⁾	130 211	120 103	96 971
Quantidade de obrigações transaccionadas (10 ³ unidades)	2 335	4 803	15 427
Na Bolsa	728	1 132	1 972
Dívida pública	498	440	1 224
Outros fundos públicos e equiparados	4	4	23
Diversas	16	122	375
Cautelas de obrigações ⁽²⁾	210	566	350
Fora da Bolsa	1 607	3 671	13 455
Cotadas	952	1 354	11 109
Não cotadas	655	2 317	2 346
Valor das obrigações transaccionadas (10 ³ contos)	2 531	3 601	12 976
Na Bolsa	679	876	1 538
Dívida pública	519	413	920
Outros fundos públicos e equiparados	4	4	22
Diversas	10	119	374
Cautelas de obrigações ⁽²⁾	146	340	222
Fora da Bolsa	1 852	2 725	11 438
Cotadas	954	1 351	9 027
Não cotadas	898	1 374	2 411
Movimento na Bolsa do Porto			
Quantidade de obrigações transaccionadas (10 ³ unidades)	113	232	298
Valor das obrigações transaccionadas (10 ³ contos)	n.d.	190	221

(1) Não inclui Fomento Ultramarino-Moçambique, Tesouro-Moçambique e Consolidados.

(2) As cautelas de obrigações foram consideradas como títulos cotados, embora estejam só admitidos no mercado officioso.

(3) Valores rectificad.

Origem: Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa e Gabinete de Estudos e Relações Públicas da Bolsa de Valores de Lisboa.

oficial, como fora dele. As operações realizadas em 1983 fora da Bolsa atingiram 11.4 milhões de contos, valor mais de quatro vezes superior ao apurado no ano anterior e que corresponde a 86.7 por cento do movimento total de obrigações no mercado secundário. O apreciável dinamismo das transacções fora da Bolsa assentou principalmente em títulos cotados, cujo valor passou de 1.4 milhões de contos em 1982 para 9 milhões no ano findo.

A análise do Quadro V.7 confirma que em 1983 o mercado secundário de obrigações conheceu um movimento bastante mais dinâmico do que no ano transacto. Assim, para a generalidade dos títulos constantes do referido quadro o rácio obrigações transaccionadas/obrigações vivas subiu consideravelmente, ainda que de forma diferenciada. Na verdade, foram os títulos representativos das quatro primeiras classes do empréstimo público "Obrigações do Tesouro, nacionalizações e expropriações", e as obrigações correspondentes às últimas emissões das empresas públicas, que evidenciaram uma evolução mais favorável. Justificações de natureza diferente terão determinado este comportamento. No tocante aos títulos do empréstimo público terá sido o facto da sua taxa de remuneração não estar indexada, que terá levado os seus detentores a oferecê-los no mercado secundário, a fim de obter fundos para investir noutras aplicações, em especial, nas novas emissões de obrigações indexadas, dadas as elevadas taxas de inflação e de juro no mercado monetário. Já no que se refere às obrigações de empresas públicas terão sido questões de rendimento — avaliadas pela ponderação simultânea da taxa de juro aparente e da taxa de juro em função da vida média — as principais determinantes da sua maior intervenção no mercado secundário. Não obstante a reduzida expressão das importâncias envolvidas no mercado secundário notou-se uma certa influência recíproca entre as transacções efectuadas neste mercado e no primário. Assim, antes de cada emissão (nomeadamente da das Obrigações do Tesouro-FIP-1983) verificou-se um acréscimo de oferta no mercado secundário e, consequentemente, descida das cotações e após o fecho dos períodos de subscrição um aumento da procura tendo em vista aplicar os excedentes líquidos não colocados nessas subscrições.

A estreiteza do mercado secundário é bem evidente não só comparativamente com os valores do mercado primário, mas, principalmente, com o montante de fundos libertados pelo pagamento dos juros e reembolso de títulos emitidos anteriormente. Com efeito, o valor dos títulos transaccionados em 1983 no mercado secundário foi de 19 milhões de contos, enquanto o montante total aplicado no mercado primário totalizou 91 milhões de contos e o libertado com o reembolso e pagamento dos juros elevou-se a 82 milhões de contos.

Os dados do Quadro V.8, que permitem ter uma ideia, ainda que aproximada, do modo como os referidos valores se repartiram ao longo de 1983, confirmam que a oferta no mercado primário terá sido

**Quadro V.7 – COTAÇÕES E TAXAS DE RENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES MAIS
TRANSAÇIONADAS NA BOLSA DE LISBOA**

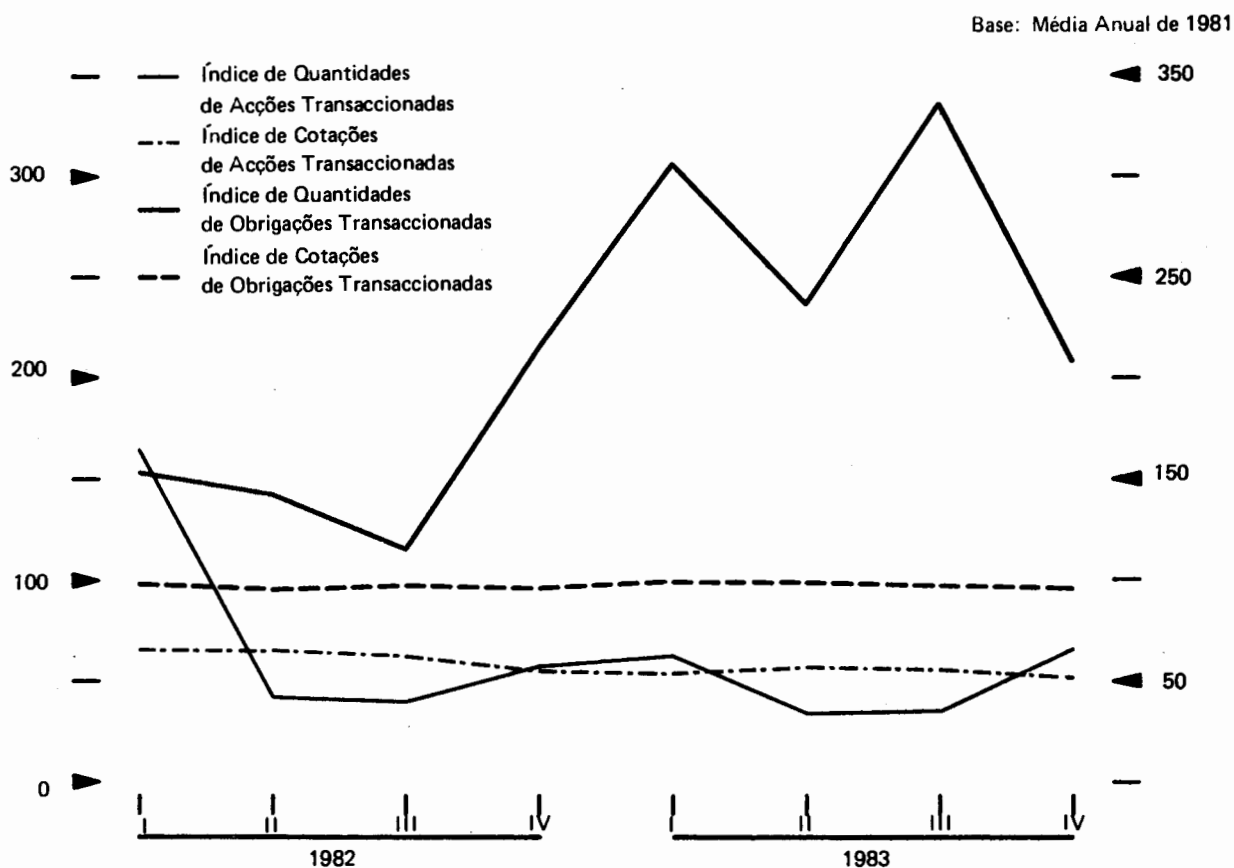
1982						
	Valor de reembolso	Última cotação efectuada	Cotação média	Taxa de juro aparente (1)	Taxa de juro em função da vida média (2)	Obr. tran- saccionadas Obr. vivas %
Dívida pública						
Tesouro Fip - 27% - 1978/81/85	1 000\$00	1 020\$00	1 018\$73	22.55	21.27	0.69
Tesouro Fip - 28% - 1979/82/86	1 000\$00	1 010\$00	1 019\$41	21.78	21.35	1.11
Tesouro Fip - 26% - 1980/83/87	1 000\$00	1 010\$00	1 028\$29	21.78	21.40	0.71
Tesouro Fip - 27% - 1981/85/89	1 000\$00	1 030\$00	1 007\$27	20.39	19.78	0.24
Tes. Nac. e Expropriações Cl. I - 13% - 1979/82/87	1 000\$00	685\$00	705\$43	18.03	-	0.55
Tes. Nac. e Expropriações Cl. II - 12.8% - 1979/82/87	1 000\$00	670\$00	694\$78	18.14	-	1.81
Tes. Nac. e Expropriações Cl. III - 12.4% - 1979/82/88	1 000\$00	630\$00	666\$32	18.70	-	1.60
Tes. Nac. e Expropriações Cl. IV - 11.8% - 1980/83/89	1 000\$00	625\$00	628\$30	17.93	-	1.43
Outros fundos públicos e equiparados						
Comp. Cam. Ferro Port. 4 1/2% - 1959/65/85	1 000\$00	700\$00	718\$48	6.43	40.33	0.15
Metrop. Lisboa - 1.ª série - 6 3/4% - 1973/76/88	1 000\$00	600\$00	629\$55	10.69	33.55	0.53
Fundo de Turismo - 25% - 1982/84/88	1 000\$00	990\$00	980\$38	20.15	20.45	0.41
Diversas						
Electricidade de Portugal - 2.ª emissão - 21% - 1982/84/88	1 000\$00	990\$00	981\$50	20.15	20.47	0.60
Banco Fom. Nac. XX aniv. - 23% - 1981/-/84	1 000\$00	1 020\$00	1 030\$76	22.55	20.81	2.24
Lisnave - 21% - 1982/84/88	1 000\$00	925\$00	956\$41	21.57	24.16	0.49
Siderurgia Nacional - 25% - 1981/84/88	1 000\$00	970\$00	981\$71	20.56	21.58	0.66
Telefones de Lisboa e Porto - 25% - 1982/84/88	1 000\$00	995\$00	971\$23	20.05	20.20	0.36
Quimigal - Química de Portugal - 21% - 1981/83/87	1 000\$00	970\$00	986\$55	20.56	21.76	1.67
Portucel - 21% - 1982/84/88	1 000\$00	940\$00	973\$03	21.22	22.98	0.32
1983						
	Valor de reembolso	Última cotação efectuada	Cotação média	Taxa de juro aparente (1)	Taxa de juro em função da vida média (2)	Obr. tran- saccionadas Obr. vivas %
Dívida pública						
Tesouro Fip - 27% - 1978/81/85	1 000\$00	1 000\$00	1 009\$17	27.00	27.00	1.14
Tesouro Fip - 28% - 1979/82/86	1 000\$00	1 000\$00	1 013\$39	28.00	28.00	1.45
Tesouro Fip - 26% - 1980/83/87	1 000\$00	1 000\$00	1 015\$43	26.00	26.00	1.16
Tesouro Fip - 27% - 1981/85/89	1 000\$00	995\$00	1 017\$28	27.14	27.27	2.20
Tes. Nac. e Expropriações Cl. I - 13% - 1979/82/87	1 000\$00	695\$00	690\$86	17.77	-	1.16
Tes. Nac. e Expropriações Cl. II - 12.8% - 1979/82/87	1 000\$00	695\$00	677\$39	17.49	-	3.25
Tes. Nac. e Expropriações Cl. III - 12.4% - 1979/82/88	1 000\$00	635\$00	644\$25	18.55	-	3.42
Tes. Nac. e Expropriações Cl. IV - 11.8% - 1980/83/89	1 000\$00	625\$00	623\$90	17.93	-	3.63
Outros fundos públicos e equiparados						
Comp. Cam. Ferro Port. 4 1/2% - 1959/65/85	1 000\$00	805\$00	741\$94	5.60	37.11	0.44
Metrop. Lisboa - 1.ª série - 6 3/4% - 1973/76/88	1 000\$00	640\$00	603\$54	10.02	33.64	2.25
Fundo de Turismo - 25% - 1982/84/88	1 000\$00	985\$00	997\$02	26.04	26.69	1.95
Diversas						
Electricidade de Portugal - 2.ª emissão - 21% - 1982/84/88	1 000\$00	985\$00	996\$92	26.04	26.74	3.05
Banco Fom. Nac. XX aniv. - 23% - 1981/-/84	1 000\$00	1 000\$00	1 045\$48	32.00	32.00	3.67
Lisnave - 21% - 1982/84/88	1 000\$00	940\$00	956\$99	27.29	30.30	4.48
Siderurgia Nacional - 25% - 1981/84/88	1 000\$00	970\$00	997\$44	24.48	26.00	3.20
Telefones de Lisboa e Porto - 25% - 1982/84/88	1 000\$00	985\$00	1 000\$16	26.04	26.71	2.56
Quimigal - Química de Portugal - 21% - 1981/83/87	1 045\$00	975\$00	1 000\$70	24.36	27.79	3.38
Portucel - 21% - 1982/84/88	1 000\$00	990\$00	1 005\$47	25.91	26.29	5.11

(1) Taxa de juro aparente: $T_j = \frac{J}{C}$ com J – Juro líquido anual e C – Última cotação efectuada.

(2) Taxa de juro em função da vida média: $T_m = \frac{J + \frac{V_r - C}{n}}{C}$ com V_r – Valor de reembolso (normalmente igual ao valor nominal) e n – Número médio de anos que faltam para o vencimento do título.

Origem: Banco de Portugal a partir de elementos obtidos no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa.

**Gráfico V.2 – COMPORTAMENTO DOS TÍTULOS TRANSACCIONADOS
NA BOLSA DE VALORES DE LISBOA**



insuficiente para satisfazer a procura potencial, muito em particular, nos meses de Fevereiro a Maio. Em Julho e Agosto assistiu-se a uma situação idêntica, porém, com um significado relativamente diferente, visto tratar-se de meses de Verão. Por tudo o que atrás se referiu, parece não haver dúvidas quanto à necessidade de, no futuro, programar as

emissões de títulos, fundamentalmente os de rendimento fixo, de forma mais escalonada ao longo do ano, passando, por conseguinte, a dar maior ponderação ao montante de fundos libertados pela liquidação de encargos com empréstimos antigos e menor ao momento em que se vencem os juros dos títulos das novas emissões.

Quadro V.8 – RECURSOS MOBILIZADOS NO MERCADO DE TÍTULOS EM 1983

Milhões de escudos

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Fundos libertados pelo pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna ⁽¹⁾	5 562	2 128	1 309	5 623	14 439	3 918	9 627	15 656	3 959	5 594	1 405	2 578
Subscrição de títulos no mercado primário ⁽²⁾	6 248	248	248	3 248	248	15 448	5 048	10 248	8 248	28 198	6 123	7 206
Movimento no mercado secundário (nas Bolsas de Valores de Lisboa e Porto e no mercado não oficial)	923	1 629	1 640	1 102	1 705	1 457	1 511	1 638	2 940	628	831	2 958

(1) Não inclui os juros e reembolsos entregues por empresas públicas aos detentores de obrigações por elas emitidas (que se estima da ordem dos 10 milhões de contos), nem os juros pagos pelo Tesouro ao Banco de Portugal.

(2) Não inclui os empréstimos internos amortizáveis colocados no Banco de Portugal. Por outro lado, admitiu-se que a subscrição dos certificados de aforro se processou de forma equitativa ao longo do ano.

ANEXO ESTATÍSTICO

1. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

- 1. 1 Despesa nacional
- 1. 2 Despesa interna
- 1. 3 Inquérito ao comércio por grosso
- 1. 4 Inquérito ao comércio a retalho
- 1. 5 Indicadores da oferta de equipamentos
- 1. 6 Vendas de materiais ao sector da construção
- 1. 7 Edifícios novos concluídos e licenças concedidas
- 1. 8 Produto interno bruto, a preços de mercado, preços correntes
- 1. 9 Produto interno bruto, a preços de mercado, taxas de variação
- 1.10 Produto das indústrias extractivas e transformadoras, a preços de mercado, preços correntes
- 1.11 Produto das indústrias extractivas e transformadoras, a preços de mercado, taxas de variação
- 1.12 Produção agrícola e pecuária no Continente
- 1.13 Índice da pesca descarregada no Continente
- 1.14 Índice de produção industrial
- 1.15 Índice de produção industrial – Indústria transformadora
- 1.16 Grau de utilização da capacidade produtiva na indústria transformadora
- 1.17 Transportes
- 1.18 Distribuição percentual do emprego por classes de remuneração
- 1.19 Pedidos e ofertas de emprego por satisfazer
- 1.20 Índice de remunerações médias e de salários médios
- 1.21 Índice de preços médios ponderados, no produtor, de produtos de origem vegetal
- 1.22 Índice de preços por grosso em Lisboa
- 1.23 Índice de preços no consumidor, valores anuais
- 1.24 Índice de preços no consumidor, valores trimestrais
- 1.25 Preços dos combustíveis

2. BALANÇA DE PAGAMENTOS

- 2. 1 Balança de pagamentos externos de Portugal
- 2. 2 Comércio especial da Metrópole
- 2. 3 Disponibilidades e responsabilidades em ouro e divisas das instituições monetárias em relação ao exterior
- 2. 4 Recebimentos do exterior por serviços e transferências unilaterais
- 2. 5 Pagamentos ao exterior por serviços e transferências unilaterais
- 2. 6 Remessas de emigrantes
- 2. 7 Importações de capitais privados, a médio e longo prazos, em Portugal
- 2. 8 Exportações de capitais privados, a médio e longo prazos, de Portugal
- 2. 9 Operações de capitais dos outros sectores, a médio e longo prazos, de Portugal com o exterior
- 2.10 Investimentos directos estrangeiros em Portugal – Distribuição por sectores de actividade económica
- 2.11 Investimentos directos estrangeiros em Portugal – Distribuição por países de origem
- 2.12 Investimentos directos estrangeiros no capital das empresas em Portugal

3. POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E ORÇAMENTAL

- 3. 1 Situação monetária global
- 3. 2 Estrutura consolidada do sector monetário
- 3. 3 Liquidez primária total
- 3. 4 Principais rubricas da síntese da situação monetária
- 3. 5 Principais rubricas da base monetária
- 3. 6 Liquidez das instituições de crédito
- 3. 7 Balanço das OIM
- 3. 8 Distribuição sectorial do crédito em 1983 — Saldos em fim de trimestre
- 3. 9 Distribuição sectorial do crédito em 1983 — Crédito concedido
- 3.10 Distribuição sectorial do crédito em 1983 — Crédito concedido (créditos novos)
- 3.11 Distribuição do crédito a empresas e particulares por regime de bonificação e finalidades — Saldos
- 3.12 Distribuição do crédito a empresas e particulares por regime de bonificação e finalidades —
— Crédito concedido
- 3.13 Distribuição do crédito a empresas e particulares por regime de bonificação e finalidades —
— Crédito concedido (créditos novos)
- 3.14 Crédito líquido ao Sector público
- 3.15 Distribuição dos depósitos por prazos
- 3.16 Custos e proveitos por natureza
- 3.17 Limites das taxas de juro
- 3.18 Taxa efectiva do escudo
- 3.19 Cotações no mercado de Lisboa em 1983 — Divisas — Valores médios
- 3.20 Cotações no mercado de Lisboa em 1983 — Divisas — Valores médios em fim de período
- 3.21 Cotações no mercado de Lisboa em 1983 — Ouro, notas e moedas estrangeiras — Valores médios
- 3.22 Cotações no mercado de Lisboa em 1983 — Divisas — Valores em fim de período
- 3.23 Despesas orçamentais agrupadas segundo as principais finalidades
- 3.24 Execução orçamental
- 3.25 Peso do défice das Contas Públicas no PIB
- 3.26 Dívida pública

4. FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

- 4. 1 Prédios transaccionados, hipotecas e crédito hipotecário
- 4. 2 Constituição e dissolução de sociedades
- 4. 3 Mercado de títulos de rendimento fixo — Dívida pública
- 4. 4 Mercado de títulos de rendimento fixo — Outros fundos públicos e equiparados
- 4. 5 Mercado de títulos de rendimento fixo — Principais obrigações de empresas
- 4. 6 Mercado de títulos de rendimento fixo — Cautelas de obrigações
- 4. 7 Mercado de títulos de rendimento variável — Acções
- 4. 8 Índice de quantidades e cotações de títulos de rendimento fixo transaccionados na Bolsa de Lisboa — Obrigações
- 4. 9 Índice de quantidades e cotações de títulos de rendimento variável transaccionados na Bolsa de Lisboa — Acções
- 4.10 Actividade seguradora — Balanço agregado — Saldos em fim de período
- 4.11 Actividade seguradora — Desdobramento da conta de resultados — Saldos em fim de período

**1 - PRODUÇÃO
E PREÇOS**

Quadro 1.1 – DESPESA NACIONAL

Milhões de escudos

	Preços correntes						
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Consumo privado (dos residentes)	450 337	535 360	670 255	823 070	1 020 294	1 276 107	1 585 499
Consumo público	87 847	109 670	137 576	177 334	218 664	266 616	333 599
Investimento bruto	181 744	239 997	293 016	420 558	531 025	686 826	663 296
FBCF ⁽¹⁾	167 927	222 289	270 583	364 179	463 047	587 494	678 293
Variação de existências	13 817	17 708	22 433	56 379	67 978	100 681	-14 997
Procura interna	719 928	885 027	1 100 847	1 420 962	1 769 983	2 230 898	2 582 394
Exportações de bens e serviços	115 298	158 369	268 723	355 141	403 014	488 735	722 106
Procura global	834 596	1 043 396	1 369 570	1 776 103	2 172 997	2 719 633	3 304 500
Importações de bens e serviços	209 431	256 136	376 265	541 093	700 337	862 745	1 014 933
Produto interno bruto a preços de mercado .	625 835	787 260	993 305	1 235 010	1 472 660	1 856 888	2 289 567
Saldo dos rendimentos com o Resto do mundo	-7 902	-15 688	-22 336	-32 578	-60 735	-103 844	-119 061
Produto nacional bruto a preços de mercado	617 933	771 572	970 969	1 202 432	1 411 925	1 753 044	2 170 506

(1) Inclui variação de existências do ramo "Construção".

Origem: 1977/79 – INE, Contas Nacionais.

1980/83 – Estimativas do Banco de Portugal.

Quadro 1.2 – DESPESA INTERNA

	Volume						Preço médio					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Consumo privado	-1.1	0.9	2.9	2.8	2.1	-1.0	20.2	24.1	19.3	20.6	22.5	25.5
Consumo público	4.3	6.5	3.7	5.3	4.5	4.2	19.7	17.8	24.3	17.1	16.6	20.1
Investimento bruto	6.7	8.6	13.8	4.0	5.4	-22.7	23.8	12.5	26.2	21.4	22.9	24.9
FBCF	7.0	-1.0	10.3	5.1	2.9	-7.5	23.7	22.6	22.0	21.0	23.3	24.8
Variação de existências	2.9	125.5	55.5	-2.9	22.7	-112.1	24.5	-43.8	61.6	24.1	20.7	23.0
Exportação de bens e serviços	7.2	27.3	6.8	-2.4	6.0	16.7	28.2	33.3	23.7	16.3	14.4	26.6
Importação de bens e serviços	-1.0	10.6	11.4	5.8	5.4	-8.7	20.2	32.8	29.1	22.3	16.9	28.9
Despesa interna	3.4	6.2	4.1	0.8	3.2	-0.1	21.7	18.9	19.4	18.3	22.2	23.4

Quadro 1.3 – INQUÉRITO AO COMÉRCIO POR GROSSO
Saldo das respostas extremas (1)

Volume de vendas efectuadas relativamente ao trimestre anterior												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	+12.2	-20.6	-7.4	+29.3	-24.1	-1.6	-11.0	+16.6	-14.0	-5.2	-6.9	+6.4
Bens de consumo duradouros (3).	-10.2	+35.7	-7.7	+69.8	-14.9	-20.8	-29.1	+31.2	-16.2	-33.5	-41.9	+1.4
Bens de investimento (4).	+11.0	-12.0	-17.0	+34.0	-36.0	-21.0	-66.0	+19.0	-41.0	+4.0	-60.0	+5.0
Produtos intermédios (5).	-25.9	+14.2	+3.7	-30.2	-29.9	+21.5	-1.1	-10.6	+15.2	+16.9	+24.0	-7.8
Diversos (6)	+15.6	+11.1	-13.4	+42.0	-0.5	+5.3	-36.5	+32.1	+31.0	+7.0	-65.0	+15.4
Total do comércio por grosso . . .	-3.0	+5.0	-5.0	+18.0	-21.0	+2.0	-19.0	+14.0	-4.0	-3.0	-13.0	+3.0

Perspectivas do volume de vendas para o trimestre seguinte												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	-7.2	+24.9	+46.4	-2.1	+20.2	-0.5	+17.5	-21.9	+0.2	-9.8	+13.6	-32.9
Bens de consumo duradouros (3).	+39.1	-4.8	+65.2	-34.7	+5.1	-19.0	+34.3	-19.3	-28.6	-49.4	-20.9	-38.3
Bens de investimento (4).	+25.0	-35.0	+15.0	-22.0	+30.0	-64.0	+19.0	-50.0	+8.0	-59.0	+5.0	-52.0
Produtos intermédios (5).	+33.5	+9.4	-11.5	-8.7	+33.7	+17.8	-38.9	-11.7	+35.4	+6.5	-32.6	-16.3
Diversos (6)	+29.4	+9.0	+37.9	-18.8	+17.7	-22.3	+17.2	-22.2	-15.0	-34.0	-8.0	-20.6
Total do comércio por grosso . . .	+20.0	+8.0	+28.0	-12.0	+21.0	-6.0	+5.0	-21.0	+4.0	-18.0	-7.0	-28.0

Nível actual das existências em armazém												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	+13.5	+4.3	+25.9	-9.7	-0.5	+3.0	-3.7	-12.4	-6.0	-9.9	+1.9	-5.4
Bens de consumo duradouros (3).	+16.7	+21.5	+23.9	+13.6	+16.2	+7.3	+28.0	+27.1	+13.6	+46.4	+26.4	+48.4
Bens de investimento (4).	+21.0	+30.0	+29.0	+13.0	+5.0	+5.0	+4.0	-8.0	-12.0	-6.0	-5.0	-3.0
Produtos intermédios (5).	+6.4	+35.5	+3.1	+21.0	+33.2	+10.5	-1.5	+3.5	+0.1	+8.6	+1.0	-6.0
Diversos (6)	+11.6	+21.5	+14.8	+16.3	+30.3	+34.3	+31.8	+21.4	+44.0	+47.0	+18.0	+21.0
Total do comércio por grosso . . .	+11.0	+21.0	+16.0	+9.0	+18.0	+12.0	+9.0	+5.0	+3.0	+12.0	+7.0	+8.0

Encomendas aos fornecedores relativamente ao trimestre anterior												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	+19.7	-10.4	+14.1	+29.2	-17.2	-2.8	-11.9	+5.7	-16.4	-6.8	-8.3	+13.1
Bens de consumo duradouros (3).	+25.9	+18.6	-8.7	+34.7	+0.8	-2.4	-26.0	+16.2	-21.3	-10.9	-43.1	-25.7
Bens de investimento (4).	+21.0	-17.0	-44.0	-7.0	-13.0	-33.0	-32.0	-51.0	-28.0	-7.0	-65.0	-67.0
Produtos intermédios (5).	-13.7	+14.9	-44.1	+26.6	+13.5	-25.2	+25.7	-18.9	+3.6	+5.7	-29.8	-11.1
Diversos (6)	+17.8	-6.4	-12.4	+5.8	+4.4	-16.5	-16.5	+10.2	+17.0	-27.0	-85.0	-6.5
Total do comércio por grosso . . .	+10.0	+2.0	-15.0	+24.0	-1.0	-13.0	-6.0	-2.0	-9.0	-6.0	-30.0	-7.0

- (1) Entre acima e abaixo do normal no caso do nível de existências; entre aumentos e diminuições nos restantes casos.
(2) Géneros alimentícios, bebidas e tabaco; medicamentos e produtos dietéticos; artigos de higiene e produtos de beleza.
(3) Automóveis, motocicletas e bicicletas; aparelhos eléctricos; outros bens não especificados.
(4) Máquinas e alfaias agrícolas, máquinas industriais e comerciais.
(5) Produtos da agricultura, silvicultura e pecuária; minerais, metais e produtos químicos industriais; madeira, cortiça e materiais de construção.
(6) Têxteis, vestuário, calçado, malas e artigos de viagem; ferragens, utilidades, cutelaria e quinquilharias; móveis e artigos de mobiliário; outros produtos não especificados.

Nota: Em 1981 utilizaram-se os ponderadores da CAE de 1964 e em 1982 e 1983 aplicaram-se os da CAE de 1973. Foi feita a compatibilização entre a CAE actual e a CAE antiga através da tabela de conversão constante da publicação do INE: Classificação das Actividades Económicas Portuguesas por Ramos de Actividade (CAE) – Diferenças entre a versão de 1973 e a versão de 1964.

Origem: Cálculos efectuados no DEE do Banco de Portugal com base no Inquérito de Conjuntura ao Comércio do INE.

Quadro 1.4 – INQUÉRITO AO COMÉRCIO A RETALHO
Saldo das respostas extremas (1)

Volume de vendas efectuadas relativamente ao trimestre anterior												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	-21.0	+37.8	+13.1	+54.0	-35.6	-7.5	-10.7	+39.8	-29.1	-2.3	-19.4	+16.4
Bens de consumo duradouros (3).	-9.6	-39.4	+25.6	+52.7	-27.1	-6.2	-6.5	+13.0	-18.9	-22.5	-29.1	+2.0
Combustíveis (4)	+3.0	-4.0	+1.0	-1.0	+10.0	+14.0	+18.0	..	-31.0	+8.0	+8.0	-25.0
Diversos (5)	+14.1	+9.2	-38.6	+38.6	-4.0	-19.6	-29.7	-20.5	-41.1	-34.0	-28.6	-58.6
Total do comércio a retalho	-10.0	+12.0	+3.0	+48.0	-22.0	-7.0	-11.0	+18.0	-26.0	-10.0	-21.0	-6.0

Perspectivas do volume de vendas para o trimestre seguinte												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	+34.9	+36.6	+40.7	-51.4	+17.2	-21.8	+25.8	-45.7	+2.0	-24.5	+0.8	-66.8
Bens de consumo duradouros (3).	+29.6	+28.6	+37.5	-43.4	-3.2	-16.9	+2.2	-47.3	-12.8	-33.1	-23.0	-63.3
Combustíveis (4)	-11.0	+22.0	-20.0	-8.0	+32.0	+16.0	-19.0	-30.0	+27.0	+13.0	-36.0	-40.0
Diversos (5)	+32.1	-28.5	+41.6	-10.1	+2.9	-21.7	-14.0	-21.7	-34.8	-35.8	-38.8	-59.6
Total do comércio a retalho	+31.0	+19.0	+39.0	-38.0	+11.0	-17.0	+8.0	-40.0	-3.0	-24.0	-14.0	-63.0

Nível actual das existências em armazém												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	+4.6	+5.1	+7.3	+4.5	-0.9	+2.7	+0.1	-1.0	+1.3	+5.5	+3.5	+7.3
Bens de consumo duradouros (3).	-17.5	+16.6	+8.9	+31.3	+13.1	+0.8	+8.4	-1.6	+14.5	+13.1	+4.5	+1.5
Combustíveis (4)	-2.0	+5.0	-3.0	+6.0	+3.0	..	..	-4.0	+1.0	..	-6.0	-8.0
Diversos (5)	-1.5	+5.6	-4.7	-5.9	+0.4	+10.7	+8.4	+3.1	-13.4	-16.3	-3.0	+4.0
Total do comércio a retalho	-2.0	+8.0	+4.0	+9.0	+2.0	+3.0	+4.0	..	+6.0	+6.0	+2.0	+4.0

Encomendas aos fornecedores relativamente ao trimestre anterior												
	1981				1982				1983			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Bens de cons. não duradouros (2).	-10.7	+27.3	+15.0	+38.7	-18.6	-10.4	+2.6	+27.9	-11.1	-7.5	-21.5	+7.4
Bens de consumo duradouros (3).	-10.8	-10.2	+6.0	+36.7	-23.6	-13.3	-11.8	+7.3	-23.9	-22.8	-38.8	-9.7
Combustíveis (4)	-8.0	+5.0	-10.0	-9.0	+10.0	+17.0	+17.0	-13.0	-34.0	+6.0	+5.0	-25.0
Diversos (5)	+20.6	+9.2	-6.7	+26.0	-2.0	-16.2	-25.0	-23.5	-47.1	-43.8	-25.2	-55.5
Total do comércio a retalho	-3.0	+14.0	+7.0	+33.0	-13.0	-9.0	-5.0	+8.0	-20.0	-13.0	-26.0	-12.0

(1) Entre acima e abaixo do normal no caso do nível de existências; entre aumentos e diminuições nos restantes casos.

(2) Géneros alimentícios e bebidas; produtos químicos, farmacêuticos e afins; têxteis, vestuário e calçado; tabacarias; artigos de viagem, seleiro e correio; livros e papelerias.

(3) Móveis e artigos de mobiliário; materiais de construção, metais, ferragens e utilidades; bicicletas com ou sem motor; acessórios de automóveis, motociclos e bicicletas; ourivesarias e relojarias; instrumentos profissionais e científicos.

(4) Combustíveis, sólidos, líquidos e gasosos.

(5) Veículos automóveis ligeiros e pesados, motociclos e tractores; grandes armazéns e bazares; material para fotografia e cinema e instrumentos de óptica; diversos não especificados.

Nota: Em 1981 utilizaram-se os ponderadores da CAE de 1964 e em 1982 e 1983 aplicaram-se os da CAE de 1973. Foi feita a compatibilização entre a CAE actual e a CAE antiga através da tabela de conversão constante da publicação do INE: Classificação das Actividades Económicas Portuguesas por Ramos de Actividade (CAE) – Diferenças entre a versão de 1973 e a versão de 1964.

Origem: Cálculos efectuados no DEE do Banco de Portugal com base no Inquérito de Conjuntura ao Comércio do INE.

Quadro 1.5 – INDICADORES DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS

Importação de máquinas e aparelhos e material eléctrico					
	Preços correntes (milhões esc.)	Preços constantos do 1.º trim. de 1978 (milhões esc.)	Índice de volume 1.º trim. 1978 = 100	Índice da produção nacional de máquinas ⁽¹⁾ 1.º trim. 1978 = 100	Índice composto da oferta de máquinas ⁽²⁾ 1.º trim. 1978 = 100
1982	133 470	54 247	151.7	139.1	145.4
1.º trimestre . .	31 932	13 987	156.4	143.1	149.8
2.º trimestre . .	34 402	13 664	152.8	144.5	148.7
3.º trimestre . .	34 119	13 328	149.0	112.7	130.9
4.º trimestre . .	33 017	13 268	148.4	156.1	152.3
1983 ^P	141 863	44 585	124.7	137.1	130.9
1.º trimestre . .	35 429	12 617	141.1	153.3	147.2
2.º trimestre . .	36 467	11 054	123.6	147.7	135.7
3.º trimestre . .	29 891	8 859	99.1	107.8	103.5
4.º trimestre . .	40 076	12 115	135.5	139.4	137.5

(1) Índices brutos ponderados da produção nacional de máquinas não eléctricas e de máquinas eléctricas, cujos pesos são respectivamente 2,141 e 4,034.

(2) Obtido por média aritmética dos índices de importação e da produção nacional de máquinas.

Origem: Importação de máquinas – Min. Indústria, Energia e Exportação – Direcção Geral do Comércio Externo – DSEP; Produção Nacional – “Índices de Produção Industrial”, do INE.

Quadro 1.6 – VENDAS DE MATERIAIS AO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

	Vendas de cimento		Vendas de aço		Índice composto ⁽¹⁾ (Base: 1.º trim. 1973 = 100)
	Milhares de toneladas	Índice ajustado (Base: 1.º trim. 1973 = 100)	Milhares de toneladas	Índice ajustado (Base: 1.º trim. 1973 = 100)	
1979	5 343.6	113.0	279.0	102.9	108.0
1.º trimestre . .	1 154.5	110.3	58.8	101.6	106.0
2.º trimestre . .	1 379.8	113.1	72.2	102.9	108.0
3.º trimestre . .	1 405.6	114.0	63.7	102.5	108.2
4.º trimestre . .	1 403.7	114.7	84.3	104.5	109.6
1980	6 060.9	116.2	355.2	105.1	110.6
1.º trimestre . .	1 404.1	114.9	80.9	104.5	109.7
2.º trimestre . .	1 525.9	115.6	89.0	104.9	110.2
3.º trimestre . .	1 602.9	117.4	95.6	106.0	111.7
4.º trimestre . .	1 528.0	116.8	89.7	105.0	110.9
1981	6 389.3	117.6	382.4	105.8	111.7
1.º trimestre . .	1 618.6	118.3	87.7	105.2	111.8
2.º trimestre . .	1 605.7	117.0	91.6	105.2	111.1
3.º trimestre . .	1 549.5	116.7	107.5	107.0	111.8
4.º trimestre . .	1 615.5	118.3	95.6	105.5	111.9
1982	6 428.8	117.7	400.5 ⁽²⁾	106.2	111.9
1.º trimestre . .	1 600.5	117.8	105.3	106.9	112.4
2.º trimestre . .	1 724.6	118.9	97.3	105.8	112.4
3.º trimestre . .	1 524.7	116.3	92.0	105.5	110.9
4.º trimestre . .	1 579.0	117.7	105.9	106.4	112.1
1983	6 293.6	117.1	306.1	103.8	110.4
1.º trimestre . .	1 588.9	117.5	80.6	104.5	111.0
2.º trimestre . .	1 624.8	117.4	83.7	104.6	111.0
3.º trimestre . .	1 702.5	119.2	70.4	103.1	111.2
4.º trimestre . .	1 377.4	114.3	71.4	102.9	108.6

(1) Índice calculado no DEE do Banco de Portugal de acordo com a metodologia de composição publicada pelo CEP em “Conjuntura Económica”, n.º 38.

(2) Corrigidos da influência das greves nas vendas de aço.

Origem: Cimpor e Siderurgia Nacional.

Quadro 1.7 – EDIFÍCIOS NOVOS CONCLUÍDOS E LICENÇAS CONCEDIDAS

	Licenças concedidas – Edifícios		Edifícios concluídos		N.º de fogos concluídos para habitação	Sup. dos pav. concluídos para habitação (m ²)
	Total	Para habitação	Total	Para habitação		
1979	52 995 (1)	43 050 (1)	25 360 (2)	20 495 (2)	35 239 (2)	4 662 225 (2)
1.º trimestre	11 538	9 274	4 366	3 813	5 909	808 557
2.º trimestre	14 263	11 616	3 997	3 394	6 043	769 253
3.º trimestre	15 272	12 565	4 580	3 993	6 753	892 108
4.º trimestre	11 561	9 287	4 442	3 748	5 973	850 006
1980	52 189	42 072	21 047	16 818	29 377	3 940 286
1.º trimestre	12 573	9 943	4 983	3 926	6 911	891 434
2.º trimestre	13 254	10 668	5 252	4 076	6 642	884 187
3.º trimestre	14 347	11 826	6 414	5 178	8 967	1 215 201
4.º trimestre	12 015	9 635	4 398	3 638	6 857	949 464
1981	50 790	41 685	16 843	13 339	24 371	3 212 296
1.º trimestre	12 787	10 232	3 854	2 988	6 155	777 745
2.º trimestre	12 700	10 414	3 625	2 824	5 678	732 065
3.º trimestre	13 358	11 262	4 531	3 629	5 403	730 594
4.º trimestre	11 945	9 777	4 833	3 898	7 135	971 892
1982	50 264 ^P	40 928 ^P	19 213 ^P	15 614 ^P	28 680 ^P	3 750 396 ^P
1.º trimestre	12 368	9 928	4 134	3 252	6 445	808 010
2.º trimestre	13 140	10 751	3 972	3 202	6 465	841 030
3.º trimestre	13 711	11 350	6 011	5 085	8 549	1 131 611
4.º trimestre	11 045	8 899	5 096	4 075	7 221	969 745
1983	51 623 ^P	41 867 ^P				
1.º trimestre	12 761	10 229	3 789	2 891	6 041	808 406
2.º trimestre	12 864	10 540	3 826	2 852	6 156	802 010
3.º trimestre	14 247	11 671				
4.º trimestre	11 751	9 427				

(1) Total anual das Estatísticas de Construção.

(2) Total anual do Apêndice do Boletim Mensal das Estatísticas Industriais.

Nota: Os dados trimestrais não incluem o Sector Público Administrativo.

Origem: INE, "Boletim Mensal das Estatísticas Industriais" e "Estatísticas da Construção".

Quadro 1.8 – PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇOS DE MERCADO
Preços correntes

Milhões de escudos

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	Origem em % do PIB	
								1982	1983
Agricultura e pesca	74 561	94 000	115 043	126 140	123 614	159 812	191 295	8.6	8.4
Indústria	166 425	214 265	290 920	373 114	442 229	557 353	692 400	30.2	30.2
Electricidade, gás e água	12 046	16 513	19 954	22 351	22 334	31 720	44 662	1.7	2.0
Construção	47 949	60 719	65 393	88 552	115 118	145 601	168 762	7.8	7.4
Serviços	335 992	432 853	531 411	667 757	828 710	1 041 331	1 276 318	56.1	55.7
Bancos	29 474	49 173	48 734	65 957	89 201	115 780	129 376	6.2	5.6
Administração pública	69 649	87 660	108 608	141 885	175 048	210 450	262 898	11.4	11.5
Comércio	117 917	147 850	188 354	235 500	289 865	362 245	445 179	19.5	19.4
Outros serviços	118 952	148 170	185 715	224 410	274 596	352 856	438 865	19.0	19.2
SUB-TOTAL	636 973	818 350	1 022 721	1 277 909	1 532 005	1 935 817	2 373 437	104.2	103.7
Serviços bancários imputados (-)	25 928	49 896	41 902	57 975	79 869	105 507	119 910	-5.7	-5.2
Impostos ligados à importação	14 790	13 806	12 486	15 076	20 524	26 578	36 040	1.4	1.6
Produto interno bruto a preços de mercado	625 835	787 260	993 305	1 235 010	1 472 660	1 856 888	2 289 567	100.0	100.0
Produto interno bruto a preços de mercado (com exclusão da Administração pública)	556 186	699 600	884 697	1 093 125	1 297 612	1 646 438	2 026 669	88.7	88.5

Origem: 1977/79 – INE, Novo Sistema de Contas Nacionais; 1980 e 1981 – Estimativas do Banco de Portugal, aplicando as taxas de variação do volume e preço médio, implícitas nos valores provisionais do INE, para 1979/80, aos níveis definitivos do INE para 1979. Em 1981, os valores para a Indústria, Construção e Administração pública são estimativas do Banco de Portugal; 1982/83 – Estimativas do Banco de Portugal.

Quadro 1.9 – PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇOS DE MERCADO
Taxas de variação em percentagem

	Volume						Preço médio					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Agricultura e pesca	6.0	20.6	0.4	-13.2	5.8	-5.0	19.0	1.5	9.2	12.9	22.2	26.0
Indústria	5.5	6.7	5.6	2.0	2.8	1.0	22.0	27.3	21.4	16.2	22.6	23.0
Electricidade, gás e água	1.7	7.5	-20.5	-11.1	15.0	10.0	34.8	12.5	40.9	12.4	23.5	28.0
Construção	12.7	-0.7	7.9	4.0	2.0	-3.0	12.4	8.0	25.5	25.0	24.0	19.5
Serviços	4.7	1.1	5.0	4.0	3.3	-0.4	23.1	21.4	19.7	19.4	21.7	23.1
Bancos	39.3	-23.7	6.4	12.7	6.5	-9.3	19.7	29.9	27.2	20.0	21.9	23.2
Administração pública	5.8	7.0	5.1	5.9	4.0	4.8	19.0	15.8	24.3	16.5	15.6	19.2
Comércio	-1.0	2.3	5.6	2.4	2.2	-0.6	26.7	24.3	18.4	20.2	22.4	23.6
Outros serviços	1.3	4.6	3.9	1.8	2.9	-0.5	23.2	19.9	16.3	20.2	25.0	25.0
SUB-TOTAL	5.6	4.8	4.4	1.4	3.4	-0.4	21.6	19.2	19.8	18.2	22.2	23.1
Serviços bancários imputados (-)	44.3	-27.8	8.6	14.9	7.9	-7.9	20.0	29.3	27.4	19.9	22.4	23.4
Impostos ligados à importação	-21.5	-26.5	4.9	-2.2	3.5	-6.0	18.9	23.1	15.1	39.2	25.1	44.3
Produto interno bruto a preços de mercado	3.4	6.2	4.1	0.8	3.2	-0.1	21.7	18.9	19.4	18.3	22.2	23.4
Produto interno bruto a preços de mercado (com exclusão da Administração pública)				0.1	3.1	-0.7				18.6	23.1	24.0

Origem: 1978/81 – INE, Contas Nacionais. Em 1981, as variações em volume dos sectores da Indústria, Construção e Administração pública são estimados pelo Banco de Portugal; 1982/83 – Estimativas do Banco de Portugal.

Quadro 1.10 – PRODUTO DAS INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS E TRANSFORMADORAS, A PREÇOS DE MERCADO
Preços correntes

Milhões de escudos

	1977	1978	1979	1980	1981	Origem em % do Total	
						1980	1981
Alimentação, bebidas e tabaco	35 413	46 155	58 434	74 018	94 567	19.8	21.4
Têxteis, vestuário e calçado	33 639	43 962	65 895	90 171	103 551	24.2	23.4
Madeira e cortiça	10 434	12 561	17 765	22 700	25 003	6.1	5.6
Papel e publicações	10 594	12 415	16 143	20 632	25 149	5.5	5.7
Químicas e conexas ⁽¹⁾	18 552	21 772	29 337	39 762	41 854	10.7	9.5
Produtos minerais não metálicos ⁽²⁾	15 100	20 659	25 497	31 806	39 178	8.5	8.9
Metalúrgicas de base ⁽³⁾	5 228	9 001	11 073	10 269	12 040	2.8	2.7
Produtos metálicos e máquinas	21 132	28 967	38 180	48 651	60 590	13.0	13.7
Material de transporte	14 042	16 040	24 571	30 732	35 799	8.2	8.1
Outros produtos industriais	2 291	2 733	4 025	4 373	4 498	1.2	1.0
Total – Indústrias extractivas e transformadoras	166 425	214 265	290 920	373 114	442 229	100.0	100.0

(1) Inclui a extracção do carvão.

(2) Inclui a extracção de minerais não metálicos.

(3) Inclui a extracção de minérios metálicos.

Origem: 1977/79 – INE, Contas Nacionais; 1980 – Estimativas do Banco de Portugal, aplicando as taxas de variação do volume e preço médio, implícitas nos valores provisórios do INE para 1979/80, aos níveis definitivos do INE para 1979; 1981 – Estimativas do Banco de Portugal.

Quadro 1.11 – PRODUTO DAS INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS E TRANSFORMADORAS, A PREÇOS DE MERCADO
Taxas de variação em percentagem

	Volume						Preço médio					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Alimentação, bebidas e tabaco	9.0	1.0	5.3	-1.5	-3.0	2.9	19.5	28.1	20.5	25.8	n.d.	n.d.
Têxteis, vestuário e calçado	7.4	11.8	4.3	0.1	5.5	2.8	21.7	34.1	31.2	14.7	n.d.	n.d.
Madeira e cortiça	6.2	11.5	0.3	-6.1	-3.0	2.2	13.4	26.9	27.4	17.3	n.d.	n.d.
Papel e publicações	3.2	4.3	6.6	2.0	2.2	4.0	13.6	24.7	19.9	19.5	n.d.	n.d.
Químicas e conexas ⁽¹⁾	8.9	15.2	4.5	1.9	7.4	0.5	27.4	17.0	29.7	3.3	n.d.	n.d.
Produtos minerais não metálicos ⁽²⁾	9.5	2.5	10.1	5.1	4.0	4.2	25.0	20.4	13.3	17.2	n.d.	n.d.
Metalúrgicas de base ⁽³⁾	21.1	-0.7	8.6	4.3	15.7	-9.4	42.2	23.9	-14.6	12.2	n.d.	n.d.
Produtos metálicos e máquinas	11.7	5.8	10.9	5.1	8.1	2.7	22.7	24.1	14.9	18.5	n.d.	n.d.
Material de transporte	-7.6	14.6	2.1	7.1	-4.7	-14.2	23.7	33.7	22.5	8.8	n.d.	n.d.
Outros produtos industriais	1.7	15.7	-3.0	-7.0	-0.5	-2.0	17.3	27.3	12.0	10.6	n.d.	n.d.
Total – Indústrias extractivas e transformadoras	5.5	6.7	5.6	2.0	2.8	1.0	22.0	27.3	21.4	16.2	22.6	26.0

(1) Inclui a extracção do carvão.

(2) Inclui a extracção de minerais não metálicos.

(3) Inclui a extracção de minérios metálicos.

Origem: 1977/79 – INE, Contas Nacionais; 1980 – Estimativas do Banco de Portugal, aplicando as taxas de variação do volume e preço médio, implícitas nos valores provisórios do INE para 1979/80, aos níveis definitivos do INE para 1979. Em 1981, as variações dos preços foram ajustadas pelo Banco de Portugal; 1981/83 – Estimativas do Banco de Portugal.

Quadro 1.12 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA NO CONTINENTE (1)

Base móvel

	1978	1979	1980	1981	1982	1983 ^P
Produção agrícola vegetal	102.8	136.3	100.1	77.3	116.5	97.7
Cereais	111.0	101.4	127.7	76.1	121.4	84.3
Leguminosas e tubérculos	99.8	90.8	115.4	69.3	117.5	93.0
Produtos hortícolas	94.9	87.5	82.5	86.5	132.5	103.6
Vinho	96.6	221.3	71.3	87.9	110.4	79.1
Azeite	106.7	122.4	116.8	54.6	142.0	125.1
Frutas	109.5	88.7	115.6	81.7	110.9	145.9
Produção pecuária	112.7	100.3	116.9	110.5	100.8	91.1
Carnes	110.7	91.5	120.7	110.8	100.5	89.2
Leite e derivados	122.3	118.5	115.1	107.2	100.1	95.9
Ovos	100.6	125.8	83.4	128.1	108.7	89.3
Total	106.7	121.6	106.5	92.2	109.2	94.6

(1) Índices de quantidades produzidas, do tipo Laspeyres, calculados no Banco de Portugal a partir de elementos fornecidos pelo INE. Neste novo índice as produções são incluídas no ano de colheita (critério das Contas Nacionais) e não no ano do início da campanha como se fazia anteriormente.

Quadro 1.13 – ÍNDICE DA PESCA DESCARREGADA NO CONTINENTE

Base: 1980 = 100

Índices	1981	1982	1981				1982				1983				Ano
			I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	
Laspeyres ..	106.8	103.8	91.4	102.8	122.5	110.6	94.9	100.8	110.1	105.6	86.7	96.6	116.4	113.5	103.3
		(-2.8)					(3.8)	(-1.9)	(-10.1)	(-4.5)	(-8.6)	(-4.2)	(5.7)	(7.5)	(-0.5)
Paache	105.7	101.1	92.5	100.2	120.1	106.0	92.5	95.3	108.1	104.3	86.4	90.0	114.0	112.0	101.9
		(-4.3)					(0.0)	(-4.9)	(-10.0)	(-1.6)	(-6.6)	(-5.6)	(5.5)	(7.4)	(0.8)
Fisher	106.3	102.4	91.9	101.5	121.3	108.3	93.7	98.1	109.1	105.0	86.5	93.2	115.2	112.8	102.6
		(-3.7)					(2.0)	(-3.3)	(-10.1)	(-3.0)	(-1.7)	(-5.0)	(5.6)	(7.4)	(0.2)

Nota: Os valores entre parênteses referem-se às variações em percentagem do período homólogo.

Origem: Cálculos efectuados no Banco de Portugal, a partir de elementos fornecidos pela Secretaria de Estado das Pescas.

Quadro 1.14 – ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (1)

Base: 1970 = 100

	1979	1980	1981	1982	1982				1983				Ano
					I	II	III	IV	I	II	III	IV	
Indústrias extractivas	87.7	95.1	83.8	83.0	81.7	83.5	76.1	90.6	79.9	67.6	73.9	86.2	76.9
	(20.6)	(8.4)	(-11.9)	(-1.0)	(-8.6)	(10.0)	(3.7)	(-6.2)	(-2.2)	(-19.1)	(-2.8)	(-4.8)	(-7.3)
Indústrias transformadoras – Total ..	177.4	189.3	192.3	199.0	206.8	204.7	182.7	205.5	211.2	209.8	179.5	203.8	201.1
	(6.4)	(6.7)	(1.6)	(3.5)	(4.9)	(3.5)	(5.5)	(2.3)	(2.1)	(2.5)	(-1.7)	(-0.8)	(0.6)
Alimentação, bebidas e tabaco ..	200.7	206.1	216.0	207.7	212.0	197.0	215.3	206.3	221.9	220.2	213.6	215.3	217.7
	(1.4)	(2.7)	(4.8)	(-3.8)	(-3.3)	(-6.8)	(0.7)	(-6.1)	(4.7)	(11.8)	(-0.8)	(4.3)	(7.2)
Têxteis e curtumes (2)	141.0	153.0	149.7	152.1	157.4	163.9	126.3	160.6	167.9	168.5	128.0	165.9	157.6
	(16.0)	(8.5)	(-2.2)	(1.6)	(0.6)	(-0.6)	(5.4)	(3.7)	(6.7)	(2.9)	(1.3)	(3.3)	(3.7)
Madeira e cortiça (3)	136.0	139.9	134.8	129.3	139.3	139.9	96.9	141.2	147.6	154.6	116.0	173.0	147.8
	(8.9)	(2.9)	(-3.7)	(-4.1)	(-1.0)	(-7.7)	(-5.7)	(-1.9)	(5.9)	(10.6)	(19.6)	(22.6)	(14.3)
Papel	177.1	197.4	207.9	212.4	228.9	212.7	183.4	224.4	246.9	228.0	213.8	236.6	231.3
	(14.6)	(11.5)	(5.3)	(2.2)	(0.7)	(-4.5)	(8.7)	(5.6)	(7.9)	(7.2)	(16.6)	(5.4)	(8.9)
Químicas e conexas (4)	188.5	193.3	191.4	207.3	210.8	215.3	195.9	206.7	212.0	218.3	173.4	194.5	199.6
	(10.8)	(2.5)	(-1.0)	(8.3)	(7.5)	(8.0)	(14.0)	(4.3)	(0.5)	(1.3)	(-11.6)	(-5.9)	(-3.7)
Produtos minerais não metálicos ..	187.6	206.2	218.6	227.5	228.6	238.6	219.4	223.5	245.2	243.2	222.4	235.4	236.6
	(0.2)	(9.9)	(6.0)	(4.1)	(2.3)	(3.8)	(8.1)	(2.6)	(7.2)	(1.9)	(1.4)	(5.3)	(4.0)
Metalúrgicas de base	197.0	220.8	211.3	248.5	272.3	257.0	206.0	258.6	229.0	215.5	211.3	244.3	225.0
	(-2.0)	(12.1)	(-4.3)	(17.6)	(31.4)	(35.7)	(-4.5)	(11.0)	(-15.9)	(-16.1)	(2.6)	(-5.5)	(-9.4)
Máquinas e aparelhos (5)	158.5	185.3	195.0	213.3	220.6	223.7	167.2	241.7	223.1	218.9	150.6	198.1	197.7
	(3.3)	(16.9)	(5.3)	(9.4)	(12.4)	(9.7)	(7.7)	(7.5)	(1.1)	(-2.1)	(-10.0)	(-18.0)	(-7.3)
Electricidade, gás e vapor	213.2	197.8	181.1	202.9	256.9	164.9	157.8	232.1	246.1	224.7	209.6	249.1	232.4
	(14.0)	(7.2)	(-8.5)	(12.0)	(30.7)	(2.7)	(1.4)	(9.7)	(-4.2)	(36.2)	(32.9)	(7.3)	(14.5)
Índice geral	178.0	187.6	188.6	197.2	207.6	198.4	177.9	204.7	210.6	207.3	179.2	204.5	200.4
	(7.2)	(5.4)	(0.5)	(4.6)	(6.8)	(3.5)	(5.1)	(2.8)	(1.4)	(4.5)	(0.7)	(-0.1)	(1.6)

(1) Média dos índices corrigidos dos dias úteis.

(2) Com excepção de vestuário e calçado.

(3) Com excepção de mobiliário.

(4) Inclui: Derivados do petróleo bruto e do carvão, borrachas e artigos de matérias plásticas além de químicas.

(5) Inclui: Produtos metálicos, máquinas mecânicas, máquinas e aparelhos eléctricos e material de transporte.

Nota: Os valores entre parêntesis referem-se às variações em percentagem do período homólogo.

Origem: INE, "Boletim Mensal das Estatísticas Industriais" e "Índices de Produção Industrial" (folha de antecipação).

Quadro 1.15 – ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL – INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

	1979					1980					1981				
	I	II	III	IV	Ano	I	II	III	IV	Ano	I	II	III	IV	Ano
Média dos índices mensais brutos	175.4	181.4	162.9	189.3	177.4	196.3	192.4	175.6	194.6	189.3	196.4	193.6	178.1	200.3	192.3
Média dos índices mensais dessazonalizados e corrigidos dos dias úteis	170.8	176.7	176.1	186.3	177.5	190.1	189.3	188.2	190.1	189.4	192.2	190.0	189.9	196.0	192.0
	1982					1983									
	I	II	III	IV	Ano	I	II	III	IV	Ano					
Média dos índices mensais brutos	206.7	204.0	188.4	203.6	199.0	211.2	206.5	183.4	202.9	201.1					
Média dos índices mensais dessazonalizados e corrigidos dos dias úteis	201.2	196.9	201.6	200.4	200.0	205.4	201.8	197.9	198.7	201.0					

Origem: INE, "Boletim Mensal das Estatísticas Industriais" (folha de antecipação).

Quadro 1.16 – GRAU DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

	1980				1981				1982				1983			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Total	79	80	79	79	78	77	78	77	78	77	77	76	77	76	76	75
Por tipo de bem:																
Bens de consumo	77	77	77	75	76	76	76	75	75	75	77	74	73	73	74	72
Bens intermédios	77	78	78	77	75	75	74	74	78	76	74	74	71	69	70	71
Bens de investimento	82	83	81	81	78	80	81	79	78	76	74	71	75	72	69	69
Por Ramos de Actividade: (1)																
Alimentação	73	73	74	75	75	74	74	74	73	70	72	72	72	72	72	71
Bebidas	62	78	79	62	67	80	83	63	57	77	80	66	59	76	77	69
Tabaco	85	85	75	85	85	85	85	85	95	85	75	75	85	85	75	85
Têxteis	83	82	81	80	79	79	77	77	79	78	77	79	78	78	78	79
Vestuário	83	81	80	76	79	79	80	79	82	82	82	79	80	82	81	79
Curtumes	76	71	73	73	78	77	80	78	82	80	82	80	84	77	81	80
Calçado	83	78	83	76	83	78	82	77	83	80	82	79	82	78	85	83
Madeira e cortiça	81	79	80	78	75	74	75	73	75	74	74	74	75	75	75	75
Mobiliário de madeira	70	68	70	71	73	72	72	72	67	69	69	70	66	69	72	69
Papel	90	89	88	89	90	90	91	90	89	90	89	89	88	86	87	88
Artes gráficas e editoriais	78	79	81	79	82	81	82	81	85	83	82	80	81	79	80	78
Produtos químicos industriais	80	80	77	74	75	76	75	76	77	76	77	76	69 ⁽²⁾	75	71	73
Outros produtos químicos	78	80	78	77	78	77	77	75	74	75	74	74	77	75	77	75
Refinarias de petróleo	46	46	46	46	48	45	48	52	52	55	52	52	51	45	45	51
Derivados do petróleo e do carvão	85	65	65	85	85	45	45	85	85	85	85	85	—	—	—	65
Borracha	84	85	85	85	85	86	84	84	84	78	72	81	83	80	79	77
Artigos de matérias plásticas	78	76	76	77	76	76	76	76	76	74	71	68	69	70	70	69
Produtos minerais não metálicos	83	83	81	83	84	84	83	84	83	81	81	80	80	79	80	76
Porcelana, faiança, grés fino e olaria	90	90	90	89	90	90	90	90	88	84	85	85	86	85	84	84
Vidro e artigos de vidro	84	81	76	79	81	82	79	82	82	80	77	80	79	79	81	82
Outros produtos minerais não metálicos	82	82	81	82	83	83	82	84	82	81	80	78	79	78	78	73
Metalmúrgicas de base	84	84	85	89	84	81	81	86	88	86	84	85	79	81	79	80
Básicos de ferro e aço	85	86	87	92	87	82	83	89	90	88	86	88	71	82	79	82
Básicas de metais não ferrosos	70	71	70	66	73	76	75	73	70	72	74	68	71	75	75	65
Produtos metálicos	79	78	78	76	78	79	78	77	77	76	76	74	73	71	73	67
Máquinas não eléctricas	80	81	82	82	82	81	81	79	79	78	77	74	75	75	73	73
Máquinas e aparelhos eléctricos	87	88	87	88	89	87	87	85	86	86	86	84	86	84	81	82
Material de transporte	83	85	83	79	75	77	80	76	75	73	69	67	72	69	62	62
Instrumentos profissionais e científicos	78	78	82	81	83	85	82	82	84	84	77	78	78	77	77	77
Outras indústrias transformadoras	81	81	78	73	75	75	75	75	73	74	79	73	82	76	75	76

(1) Segundo a versão de 1973 da CAE.

(2) Os dados indicados para esta classe devem ser utilizados com reservas.

Origem: INE, Indústria Transformadora – "Informação Trimestral".

Quadro 1.17 – TRANSPORTES

	1983				
	Total	I	II	III	IV
Ferrovário (Unidade 10⁶)					
Passageiros transportados	207	51	51	50	55
Passageiros. Quilómetro transportados	5 195	1 222	1 235	1 371	1 367
Toneladas de mercadorias transportadas	4 474	978	1 076	1 149	1 271
Toneladas. Quilómetro transportadas	1 043	246	257	268	272
Rodoviário público (Unidade 10⁶)					
Urbano (1)					
Passageiros transportados	870	211	232	199	228
Passageiros. Quilómetro transportados	3 406	823	884	795	904
Interurbano (2)					
Passageiros transportados	499 ⁽³⁾	44	41	41	36
Passageiros. Quilómetro transportados	4 460	437	431	390	387
Aéreo (TAP) (Unidade 10⁶)					
Passageiros transportados	2 028	418	491	668	451
Passageiros. Quilómetro transportados	3 955	802	882	1 360	911
Toneladas. Quilómetro transportadas	95	22	21	25	27
Marítimo (Unidade 10³ Ton.)					
Mercadorias embarcadas e desembarcadas					
Lisboa	12 481	3 282	2 805	3 282	3 112
Leixões	8 258	2 520	2 083	1 770	1 885
Sines Petroleiro	13 024	3 523	3 531	2 923	3 047
Petroquímico	162	49	30	42	41
Movimento de contentores (Unidade 10³ Ton.)					
Lisboa	987	253	208	257	269
Leixões	607	157	155	139	156

(1) Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Braga.

(2) O conceito de interurbano tem um sentido mais lato e passa a abranger o que se designava por suburbano.

(3) O total de 1983 inclui a RN, mas a desagregação trimestral não refere o movimento da RN por não ser conhecido.

Origem: Ministério dos Transportes e Comunicações – GEPTC.

Quadro 1.18 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE REMUNERAÇÃO⁽¹⁾
Continente

	Inquérito de Jan./80		Inquérito de Jan./81		Inquérito de Jan./82		Inquérito de Jan./83	
	Valores simples	Valores acumulados	Valores simples	Valores acumulados	Valores simples	Valores acumulados	Valores simples	Valores acumulados
Menos de 6 000\$00	2.6	2.6	1.0	1.0	0.7	0.7	0.2	0.2
de 6 000\$00 a 7 999\$00	13.3	15.9	2.1	3.1	1.1	1.8	0.8	1.0
de 8 000\$00 a 9 999\$00	21.8	37.7	12.5	15.6	1.7	3.5	1.1	2.1
de 10 000\$00 a 10 999\$00	13.8	51.5	6.6	22.2	3.5	7.0	0.9	3.0
de 11 000\$00 a 11 999\$00	12.5	64.0	8.9	31.1	8.2	15.2	1.1	4.1
de 12 000\$00 a 12 999\$00	9.9	73.9	11.6	42.7	5.3	20.5	1.2	5.3
de 13 000\$00 a 13 999\$00	6.5	80.4	10.4	53.1	7.2	27.7	5.5	10.8
de 14 000\$00 a 15 999\$00	7.5	87.9	20.7	73.8	15.1	42.8	12.8	23.6
de 16 000\$00 a 17 999\$00	4.0	91.9	10.6	84.4	19.4	62.2	11.5	35.1
de 18 000\$00 a 19 999\$00	2.4	94.3	4.8	89.2	10.8	73.0	13.9	49.0
Igual ou superior a 20 000\$00	5.7	100.0	10.8	100.1	(27.1)	(100.1)	(51.0)	(100.0)
de 20 000\$00 a 20 999\$00	—	—	—	—	—	—	6.4	55.4
de 21 000\$00 a 22 999\$00	—	—	—	—	—	—	8.1	63.5
de 23 000\$00 a 24 999\$00	—	—	—	—	—	—	7.7	71.2
de 20 000\$00 a 24 999\$00	—	—	—	—	15.5	88.5	22.2	(71.2)
de 25 000\$00 a 29 999\$00	—	—	—	—	5.5	94.0	13.7	84.9
de 30 000\$00 a 34 999\$00	—	—	—	—	1.9	95.9	6.4	91.3
de 35 000\$00 a 39 999\$00	—	—	—	—	1.4	97.3	3.1	94.4
de 40 000\$00 a 44 999\$00	—	—	—	—	1.0	98.3	1.8	96.2
de 45 000\$00 a 49 999\$00	—	—	—	—	0.6	98.9	1.0	97.2
Igual ou superior a 50 000\$00	—	—	—	—	1.2	100.1	2.8	100.0

(1) Não inclui a Agricultura, Administração Pública, serviços prestados à colectividade e às empresas, recreativos e domésticos.

Origem: Ministério do Trabalho – Serviço de Estatística: Inquérito “Classes de Remuneração”.

Quadro 1.19 – PEDIDOS E OFERTAS DE EMPREGO POR SATISFAZER
Continente e Ilhas

	Pedidos ⁽¹⁾				Ofertas				Ofertas Pedidos x 100	
	Valores absolutos		% do Total		Valores absolutos		% do Total		1982	1983
	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983		
Pessoal administrativo e trabalhadores similares	57 823	57 081	23.6	20.4	266	169	3.2	3.6	0.5	0.3
Trabalhadores indiferenciados	57 709	66 582	23.6	23.8	1 800	1 012	21.6	21.5	3.1	1.5
Pessoal do comércio e vendedores	25 407	24 934	10.4	8.9	169	97	2.0	2.1	0.7	0.4
Pessoal dos serviços de protecção, serviços pessoais e domésticos	32 673	35 100	13.3	12.6	569	400	6.8	8.5	1.7	1.1
Condutores de veículos de transportes e trabalhadores similares	5 254	6 411	2.1	2.3	87	59	1.0	1.3	1.7	0.9
Embaladores, carregadores, descarregadores e trabalhadores similares	2 818	3 403	1.2	1.2	95	35	1.1	0.7	3.4	1.0
Pessoal de profissões científicas, técnicas, artistas e profissões similares	7 640	7 559	3.1	2.7	153	89	1.8	1.9	2.0	1.2
Forjadores, serralheiros mecânicos, operadores de máquinas, ferramentas e similares	1 769	2 593	0.7	0.9	224	174	2.7	3.7	12.7	6.7
Serralheiros civis, montadores de estantes metálicas, canalizadores, soldadores, caldeiros e similares	3 259	4 831	1.3	1.7	575	396	6.9	8.4	17.6	8.2
Electricistas e trabalhadores similares de electricidade e electrónica	5 674	6 423	2.3	2.3	219	160	2.6	3.4	3.9	2.5
Marceneiros, carpinteiros – excepto da construção civil, naval e outras – e trab. similares	1 444	1 874	0.6	0.7	292	208	3.5	4.4	20.2	11.1
Pintores e trabalhadores similares	1 296	1 838	0.5	0.7	183	122	2.2	2.6	14.1	6.6
Pedreiros, carpinteiros e trabalhadores similares da construção civil, naval e outras	4 448	8 289	1.8	3.0	1 210	445	14.5	9.4	27.2	5.4
Agricultores, criadores de animais, trabalhadores agrícolas e florestais, pescadores e caçadores	9 074	21 727	3.7	7.8	1 182	262	14.2	5.6	13.0	1.2
Alfaiates, costureiras, peleiros, estofadores e trabalhadores similares	14 162	14 074	5.8	5.0	411	330	4.9	7.0	2.9	2.3
Outros	14 495	16 848	5.9	6.0	898	759	10.8	16.1	6.2	4.5
Total	244 945	279 567	100.0	100.0	8 333	4 717	100.0	100.0	3.4	1.7

(1) Inclui inscrições de empregados e desempregados.

Origem: Direcção de Serviços de Emprego do Ministério do Trabalho.

Quadro 1.20 – ÍNDICE DE REMUNERAÇÕES MÉDIAS E DE SALÁRIOS MÉDIOS

Base: 1978 = 100

	Indústria transformadora				Construção		Agricultura	
	30 ramos de actividade		100 ramos de actividade		Nominais	Reais	Nominais	Reais
	Nominais	Reais	Nominais	Reais				
1979	116.1	93.5	119.9	97.0	119.4	99.2	122.0	98.3
1980	132.4	91.4	148.1	102.8	150.1	103.7	143.3	99.0
1981	156.4	142.2	178.2	102.8	192.3	110.9	197.2	113.4
1982	187.4	88.2	216.3	101.9	228.6	107.2	247.0	115.8
1.º trim.	154.8	76.9	180.6	90.5	211.0	104.9	222.4	110.6
2.º trim.	162.2	76.7	197.9	94.3	228.1	107.9	243.7	115.4
3.º trim.	220.1	102.1	229.7	107.2	236.2	109.3	258.1	119.4
4.º trim.	212.0	94.6	257.1	115.4	238.9	106.7	263.7	117.7
1983	224.7	84.2	252.4	94.9	277.2	104.3	288.9	108.9
1.º trim.	185.2	76.2	212.4	88.1	268.0	110.4	277.6	114.4
2.º trim.	195.5	76.5	232.7	91.8	276.4	108.5	288.7	113.0
3.º trim.	268.2	98.3	265.3	98.1	280.7	102.9	293.5	107.7
4.º trim.	249.9	84.5	299.2	101.8	283.7	96.0	296.0	100.2

Quadro 1.21 – ÍNDICE DE PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS, NO PRODUTOR, DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Base: 1968 = 100

	Alimentação Humana											Alimentação Animal
	Cereais						Frutas					Total
	Total	Total	Conjunto	Panificáveis	Legumes	Batata	Conjunto	Frescas	Secas	Vinho	Azeite	
1979	504.4	503.2	280.1	278.4	618.2	698.2	404.4	365.4	571.3	683.4	396.7	538.1
1.º trim. . . .	484.4	483.0	267.5	263.9	602.4	423.9	331.1	272.6	566.5	773.6	396.7	527.1
2.º trim. . . .	534.6	535.5	278.4	276.4	612.9	789.2	374.6	328.1	577.2	758.7	396.7	505.3
3.º trim. . . .	527.2	526.0	285.6	284.7	623.6	746.6	498.1	485.1	577.2	687.7	396.7	565.3
4.º trim. . . .	471.0	468.4	289.1	288.7	633.7	833.0	413.8	375.9	564.1	513.5	396.7	554.5
1980	460.0	458.3	368.7	365.4	602.1	803.7	392.8	349.4	576.0	380.1	577.8	514.1
1.º trim. . . .	469.7	467.2	343.9	339.6	593.6	1 004.6	310.3	244.1	576.0	383.9	577.8	551.6
2.º trim. . . .	449.5	446.8	347.7	344.0	563.8	877.1	308.3	244.9	577.2	375.3	577.8	533.8
3.º trim. . . .	458.3	457.2	375.2	375.6	679.3	642.6	504.9	494.0	577.2	377.6	577.8	495.9
4.º trim. . . .	462.3	461.9	408.0	402.6	571.7	690.3	447.7	414.6	573.5	383.6	577.8	475.0
1981	617.8	618.0	467.3	468.5	1 071.4	900.0	545.7	518.6	636.8	592.5	706.3	610.9
1.º trim. . . .	515.7	515.2	428.0	425.5	711.6	789.9	347.6	287.4	588.3	485.7	680.9	531.9
2.º trim. . . .	555.7	554.6	459.1	461.2	946.4	735.7	404.1	370.7	534.2	546.7	680.9	593.3
3.º trim. . . .	663.2	663.7	483.0	488.7	1 225.2	922.3	695.6	717.0	548.1	633.8	680.9	644.0
4.º trim. . . .	736.7	738.6	498.9	498.4	1 402.5	1 152.3	735.4	699.3	876.7	704.0	782.6	674.2
1982	812.4	816.1	559.7	557.4	1 536.9	1 467.9	709.7	694.5	741.2	730.7	877.9	694.3
1.º trim. . . .	855.8	861.6	527.7	527.1	1 419.2	1 769.1	741.1	715.5	831.4	791.8	839.2	668.5
2.º trim. . . .	853.5	859.2	546.0	548.1	1 633.9	1 843.4	692.2	682.4	698.3	718.0	856.4	669.0
3.º trim. . . .	807.5	810.4	578.4	575.7	1 612.4	1 227.3	824.2	842.7	673.9	728.1	867.9	713.8
4.º trim. . . .	732.9	733.1	586.5	578.5	1 482.3	1 031.7	581.1	537.4	761.0	684.7	948.0	726.0
1983												
1.º trim. . . .	743.7	741.2	620.7	616.6	1 553.2	970.1	569.4	501.1	835.8	671.4	993.9	754.0
2.º trim. . . .	797.8	799.5	653.8	654.0	1 625.4	1 218.3	582.3	564.0	635.1	692.1	1 011.0	741.4
3.º trim. . . .	881.2	879.0	779.8	798.8	1 703.6	1 356.2	872.5	880.6	806.6	637.4	1 022.5	953.3
4.º trim. . . .												

Origem: INE, "Boletim Mensal das Estatísticas da Agricultura e Pescas".

Quadro 1.22 – ÍNDICE DE PREÇOS POR GROSSO EM LISBOA

Base: 1963 = 100

	Médias				Variação anual (%)		
	1980	1981	1982	1983	1981	1982	1983
Índice geral	608	739	880	1 100	21.5	19.1	25.0
Dispositivo fundamental							
Alimentação	650	790	953	1 227	21.5	20.6	28.8
Bebidas e tabaco	663	773	917	967	16.6	18.6	5.5
Matérias-primas não alimentares, excepto combustíveis	534	610	664	759	14.2	8.9	14.3
Combustíveis e lubrificantes	785	955	1 148	1 526	21.7	20.2	32.9
Produtos da indústria química	411	485	633	892	18.0	30.5	40.9
Produtos manufacturados	454	542	617	822	19.4	13.8	33.2
Dispositivo complementar							
Produtos nacionais	637	786	936	1 139	23.4	19.1	21.7
Produtos fabricados a partir de matérias-primas importadas	606	749	911	1 169	23.6	21.6	28.3
Produtos do estrangeiro	556	642	754	984	15.5	17.4	30.5

Origem: INE, "Boletim Mensal de Estatística".

Quadro 1.23 – ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR – Valores anuais

Base: 1976 = 100

	1981			1982			1983		
	Continente	Lisboa	Porto	Continente	Lisboa	Porto	Continente	Lisboa	Porto
Alimentação e bebidas	274.3 (20.1)	278.0 (19.1)	275.8 (19.3)	338.6 (23.4)	345.2 (24.2)	342.7 (24.3)	423.5 (25.1)	434.6 (25.9)	425.7 (24.2)
Vestuário e calçado	281.5 (18.1)	283.5 (20.5)	283.9 (23.0)	332.1 (18.0)	328.6 (15.9)	338.8 (19.3)	397.8 (19.8)	394.7 (20.1)	410.4 (21.1)
Despesas de habitação	267.9 (19.8)	286.9 (25.2)	234.1 (17.9)	323.5 (20.8)	338.2 (17.9)	270.0 (15.3)	417.3 (29.0)	431.6 (27.6)	338.0 (25.2)
Diversos	253.1 (20.6)	252.8 (19.8)	262.1 (22.6)	310.8 (22.8)	300.1 (18.7)	316.5 (20.8)	397.3 (27.8)	385.7 (28.5)	396.3 (25.2)
Total, c/exclusão das rendas da habitação	269.9 (20.0)	274.3 (20.1)	268.7 (20.3)	330.3 (22.4)	333.5 (21.6)	327.7 (22.0)	414.6 (25.5)	420.5 (26.1)	406.7 (24.1)

Nota: Os valores entre parêntesis referem-se às variações em percentagem do ano anterior.

Origem: INE, "Boletim de Estatística" e "Anuário Estatístico".

Quadro 1.24 — INDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR — Valores trimestrais
Continente

	Alimentação e bebidas	Vestuário e calçado	Despesas de habitação	Diversos	Total com exclusão das rendas de habitação
1980	228.3 (10.4)	238.4 (34.4)	223.7 (26.3)	209.8 (21.6)	225.0 (16.6)
1.º trim. . .	225.1 (2.2)	209.7 (6.6)	205.4 (8.2)	202.2 (4.7)	216.4 (3.8)
2.º trim. . .	227.2 (0.9)	224.6 (7.1)	219.3 (6.8)	207.6 (2.7)	221.9 (2.5)
3.º trim. . .	231.7 (2.0)	234.6 (4.5)	227.0 (3.5)	212.4 (2.3)	227.4 (2.5)
4.º trim. . .	235.3 (1.6)	256.5 (9.3)	235.8 (3.9)	217.5 (2.4)	234.0 (2.9)
(1) 1981	274.3 (20.1)	281.5 (18.1)	267.9 (19.8)	253.1 (20.6)	269.9 (20.0)
1.º trim. . .	248.1 (5.4)	270.1 (5.3)	253.3 (7.4)	239.4 (10.1)	249.3 (6.5)
2.º trim. . .	264.4 (6.6)	276.3 (2.3)	263.4 (4.0)	243.3 (1.6)	261.2 (4.8)
3.º trim. . .	284.4 (7.6)	279.8 (1.3)	272.6 (3.5)	257.3 (5.8)	276.9 (6.0)
4.º trim. . .	300.5 (5.7)	299.8 (7.1)	282.1 (3.5)	272.5 (5.9)	292.4 (5.6)
1982	338.6 (24.1)	332.1 (15.6)	323.5 (20.1)	310.8 (22.7)	330.3 (22.4)
1.º trim. . .	322.7 (7.4)	308.8 (3.0)	301.7 (6.9)	293.5 (7.7)	312.6 (6.9)
2.º trim. . .	340.6 (5.5)	320.7 (3.9)	318.6 (5.6)	305.2 (4.0)	328.5 (5.1)
3.º trim. . .	345.6 (1.5)	330.9 (3.2)	331.1 (3.9)	315.0 (3.2)	336.0 (2.3)
4.º trim. . .	357.0 (3.3)	355.6 (7.5)	340.6 (2.9)	324.3 (3.0)	348.1 (3.6)
1983	423.5 (25.1)	397.8 (19.8)	417.3 (29.0)	397.3 (27.8)	414.6 (25.5)
1.º trim. . .	385.1 (7.9)	371.2 (4.4)	373.1 (9.5)	363.0 (11.9)	377.6 (8.5)
2.º trim. . .	407.5 (5.8)	383.8 (3.4)	394.0 (5.6)	376.5 (3.7)	396.9 (5.1)
3.º trim. . .	434.8 (6.7)	395.8 (3.1)	426.4 (8.2)	407.1 (8.1)	423.9 (6.8)
4.º trim. . .	475.7 (9.4)	421.2 (6.4)	458.3 (7.5)	435.7 (7.0)	459.5 (8.4)

(1) A média dos índices dos trimestres não coincide rigorosamente com o índice anual em virtude de este ser calculado a partir do preço médio anual de cada artigo.
Nota: Os valores entre parêntesis referem-se às variações em percentagem em relação ao período anterior.
Origem: INE, Índice de Preços no Consumidor.

Quadro 1.25 — PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

	Ref.	28/12/81	18/6/82	2/7/83
Gasolina super	por litro	58\$00	62\$50	84\$00
Gasolina normal	por litro	54\$00	58\$50	81\$00
Gasóleo	por litro	28\$00	32\$00	46\$00
Fuel óleo com 1% de enxofre	por quilo	14\$50	16\$00	21\$00
Fuel óleo com 3.5% de enxofre	por quilo	13\$50	15\$00	19\$50
Gás butano em garrafas (preço de venda ao público no local de consumo) . .	por quilo	—	33\$60	50\$50
Gás propano em garrafas (preço de venda ao público no local de consumo) .	por quilo	—	34\$80	51\$00
Gás de cidade	por m ³	—	10\$30	16\$50

Origem: Diário da República.

**2 - BALANÇA
DE PAGAMENTOS**

Quadro 2.1 — BALANÇA DE PAGAMENTOS EXTERNOS DE PORTUGAL

Milhões de escudos

	1981 ⁽¹⁾			1982 ⁽¹⁾			1983 ^P		
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
1. Transacções correntes	742 586	570 596	-171 990	937 805	688 506	-249 299	1 112 698	942 517	-170 181
Mercadorias FOB	568 505	251 246	-317 259	704 680	327 106	-377 574	832 506	503 436	-329 070
Serviços e rendimentos	172 194	138 836	-33 358	229 950	143 225	-86 725	271 617	193 362	-78 255
Turismo	15 333	63 755	48 422	19 960	69 785	49 825	25 202	91 997	66 795
Transportes	47 116	38 565	-8 551	57 317	35 295	-22 022	63 832	44 107	-19 725
Fretes de mercadorias	34 497	5 122	-29 375	42 637	5 121	-37 516	49 653	6 117	-43 536
Outros	12 619	33 443	20 824	14 680	30 174	15 494	14 179	37 990	23 811
Seguros	5 078	1 563	-3 515	6 106	1 364	-4 742	7 086	2 129	-4 957
Rendimentos de capitais	70 190	9 195	-60 995	112 517	9 493	-103 024	132 534	14 313	-118 221
Estado	16 400	7 577	-8 823	7 899	2 821	-5 078	9 051	4 591	-4 460
Diversos	18 077	18 181	104	26 151	24 467	-1 684	33 912	36 225	2 313
Transferências unilaterais	1 887	180 514	178 627	3 175	218 175	215 000	8 575	245 719	237 144
(Das quais: remessas de emigrantes)			(175 126)			(208 380)			(235 664)
2. Operações de capitais a médio e longo prazos	51 196	163 924	112 728	74 796	285 466	210 670	137 029	276 989	139 960
Sector público	5 479	37 723	32 244	8 189	58 822	50 633	28 541	102 964	74 423
Outros sectores	45 717	126 201	80 484	66 607	226 644	160 037	108 488	174 025	65 537
3. Balança básica (1+2)	793 782	734 520	-59 262	1 012 601	973 972	-38 629	1 249 727	1 219 506	-30 221
4. Operações de capitais a curto prazo, erros e omissões e operações em descontro			54 979			52 209			-56 189
5. Balança das operações não monetárias (3+4)			-4 283			13 580			-86 410
6. Variações das disponibilidades líquidas s/o exterior das outras instituições monetárias [aumento (-)]			357			-2 822			-23 917
Disponibilidades			7 136			-2 255			-17 966
Responsabilidades			-6 779			-567			-5 951
7. Balança de liquidações oficiais (5+6)			-3 926			10 758			-110 327
8. Créditos externos ao Banco de Portugal			-1 878			-17 342			-7 769
9. Posição de reserva no FMI			-972			-1 086			1 147
10. Utilização do Crédito do FMI			-3 321			-3 173			45 718
11. Atribuição de DSE's			1 195			..			..
12. Outras reservas [aumento (-)]			8 893			4 001			81 251
Banco de Portugal			7 059			429			85 883
Tesouro			1 834			3 572			-4 632
13. Outras disponibilidades			265			-1			-11
Banco de Portugal			..			..			..
Tesouro			265			-1			-11
14. Outras responsabilidades [diminuição (-)]			-256			6 843			-10 009
Banco de Portugal			-256			6 843			-10 009
Tesouro			..			..			..

(1) Valores revistos.

Quadro 2.2 – COMÉRCIO ESPECIAL

Milhões de escudos

	1981 ⁽¹⁾			1982 ^P			1983 ^P		
	Import.	Export.	Saldo	Import.	Export.	Saldo	Import.	Export.	Saldo
Antiga zona do escudo	2 564	19 380	16 816	3 305	16 548	13 243	4 104	22 555	18 451
Angola	942	13 839	12 897	1 794	6 773	4 979	1 568	11 027	9 459
Moçambique	1 132	2 066	934	1 123	5 389	4 266	1 679	7 003	5 324
Restante	490	3 475	2 985	388	4 386	3 998	857	4 525	3 668
Europa	335 755	185 059	-150 696	415 561	251 042	-164 519	465 584	381 194	-84 390
Alemanha Ocidental	66 928	32 002	-34 926	88 348	43 013	-45 335	99 788	67 815	-31 973
Áustria	3 711	2 660	-1 051	4 426	3 500	-926	4 639	5 364	725
Bélgica-Luxemburgo	14 673	6 801	-7 872	18 291	10 255	-8 036	21 240	18 433	-2 807
Dinamarca	2 650	4 386	1 736	3 960	5 530	1 570	4 896	8 136	3 240
Espanha	40 096	7 325	-32 771	44 635	11 834	-32 801	44 735	20 067	-24 668
Finlândia	2 592	3 480	888	2 846	5 506	2 660	3 321	7 655	4 334
França	47 369	32 270	-15 099	64 782	43 616	-21 166	72 147	68 405	-3 742
Grécia	347	1 110	763	1 314	1 043	-271	1 188	4 458	3 270
Holanda	17 854	12 131	-5 723	26 404	19 851	-6 553	34 055	32 318	-1 737
Irlanda	1 683	1 129	-554	1 939	1 579	-360	3 140	2 303	-837
Islândia	4 372	1 007	-3 365	8 001	1 655	-6 346	5 714	1 832	-3 882
Itália	32 845	10 899	-21 946	41 345	15 961	-25 384	45 570	20 490	-25 080
Jugoslávia	241	241	-	436	403	-33	281	534	253
Noruega	3 404	4 838	1 434	4 240	5 898	1 658	4 991	8 406	3 415
Reino Unido	49 182	37 104	-12 078	58 077	49 168	-8 909	67 652	74 871	7 219
Suécia	13 461	11 081	-2 380	14 724	12 997	-1 727	13 021	17 352	4 331
Suíça	13 836	11 303	-2 533	17 053	10 939	-6 114	19 943	13 287	-6 656
Turquia	3 684	93	-3 591	3 607	1 391	-2 216	5 718	695	-5 023
Europa Oriental	16 827	5 199	-11 628	11 133	6 903	-4 230	13 545	8 773	-4 772
América	104 256	20 411	-83 845	106 576	26 922	-79 654	171 979	39 160	-132 819
Argentina	3 006	285	-2 721	2 890	291	-2 599	3 076	206	-2 870
Brasil	7 955	2 648	-5 307	6 126	1 653	-4 743	10 997	1 446	-9 551
Canadá	3 501	2 553	-948	4 677	2 733	-1 944	8 021	6 056	-1 965
Cuba	3 501	559	-2 942	3 476	327	-3 149	704	433	-271
Estados Unidos	72 857	13 405	-59 452	80 966	20 463	-60 503	125 667	30 329	-95 338
México	2 657	122	-2 535	141	404	263	12 350	99	-12 251
Venezuela	10 779	839	-9 940	8 300	1 051	-7 249	11 164	591	-10 573
África	4 043	3 767	-276	5 646	4 291	-1 355	5 912	6 289	377
Marrocos	1 686	1 896	210	2 194	2 474	280	2 198	3 002	804
República da África do Sul	2 357	1 871	-486	3 452	1 817	-1 635	3 714	3 287	-427
Ásia e Oceânia	97 348	10 736	-86 612	117 802	12 763	-105 039	138 602	19 812	-118 790
Arábia Saudita	31 160	1 509	-29 651	40 537	1 049	-39 488	43 559	1 663	-41 896
Austrália	1 281	1 118	-163	3 115	1 129	-1 986	2 352	1 910	-442
Barein	433	27	-406	28	57	29	11	29	18
Taiwan	660	420	-240	774	524	-250	1 539	442	-1 097
Irão	11 905	1 524	-10 381	19 580	24	-19 556	35 746	634	-35 112
Irão	23 843	1 984	-21 859	21 011	5 416	-15 595	18 611	7 120	-11 491
Israel	3 968	774	-3 194	5 322	1 061	-4 261	7 574	1 113	-6 461
Japão	21 391	2 172	-19 219	25 106	3 012	-22 094	25 194	6 289	-18 905
Malásia	2 047	850	-1 197	1 624	126	-1 498	2 939	161	-2 778
Nova Zelândia	379	196	-183	530	187	-343	511	289	-222
Paquistão	281	162	-119	175	178	3	566	162	-404
Outros países e fornecimentos à navegação	65 000	17 560	-47 440	100 111	20 364	-79 747	99 523	35 703	-63 820
Total	608 966	256 913	-352 053	749 001	331 930	-417 071	885 704	504 713	-380 991

(1) Valores corrigidos.

Origem: "Boletim Mensal das Estatísticas do Comércio Externo", do Instituto Nacional de Estatística.

Quadro 2.3 — DISPONIBILIDADES E RESPONSABILIDADES EM OURO E DIVISAS DAS INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS EM RELAÇÃO AO EXTERIOR

Millhões de escudos

	Total			Instituições centrais					
				Soma			Banco de Portugal		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
I Disponibilidades c/ouro ao preço oficial	492 768	665 134	933 703	405 793	546 580	738 881	399 657	543 072	728 922
c/ouro a preço do merc. livre	721 131	1 026 775	1 295 212	634 156	908 221	1 100 390	628 020	904 713	1 090 431
1. Ouro ao preço oficial ⁽²⁾				368 244	501 556	684 735	368 244	501 556	684 735
a preço do mercado livre ⁽³⁾				596 607	863 197	1 046 244	596 607	863 197	1 046 244
2. Moedas estrangeiras				32 175	36 502	48 062	26 039	32 994	38 103
3. Escudos				—	—	—	—	—	—
4. DSE's				662	221	117	662	221	117
5. Títulos de organismos internacionais				1 008	1 371	1 887	1 008	1 371	1 887
6. Posição de reserva no FMI				3 704	6 930	4 080	3 704	6 930	4 080
II. Responsabilidades	73 812	88 575	170 582	61 769	73 605	153 581	61 769	73 605	153 581
1. Utilização do crédito do FMI				3 605	961	48 821	3 605	961	48 821
2. Moedas estrangeiras				56 656	70 673	101 538	56 656	70 673	101 538
3. Escudos				81	125	635	81	125	635
4. DSE's				1 427	1 846	2 587	1 427	1 846	2 587
III. Valor líquido c/ouro ao preço oficial	418 956	576 559	763 121	344 024	472 975	585 300	337 888	469 467	575 341
c/ouro a preço do merc. livre	647 319	938 200	1 124 630	572 387	834 616	946 809	566 251	831 108	936 850

(1) Valores baseados nas estatísticas monetárias.

(2) Ouro calculado segundo as regras escriturais do Banco Central, ou seja, o determinado pelo artigo 1.º do Dec. Lei n.º 107/80, de 10/5/80 (254,92 dólares/onça). O contravalor em escudos resulta da taxa de câmbio representativa do escudo em relação ao \$EUA no mercado nacional, referida ao último dia de cada mês.

(3) O preço do ouro no mercado livre é baseado na cotação média dos últimos 3 meses na praça de Londres.

Quadro 2.4 — RECEBIMENTOS DO EXTERIOR POR SERVIÇOS E TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS⁽¹⁾

Millhões de escudos

	1981				1982				1983 ^P			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Serviços	25 171	32 030	46 365	35 270	25 363	28 398	50 360	39 104	31 975	39 334	65 317	56 736
Turismo	10 987	13 520	24 122	15 126	9 493	13 178	29 125	17 989	13 049	17 862	36 035	25 051
Transportes	7 013	10 032	10 809	10 711	7 806	7 652	10 463	9 374	7 019	9 401	12 816	14 871
Frete de mercadorias	1 379	1 185	1 415	1 143	1 003	1 154	1 789	1 175	1 318	1 144	1 942	1 713
Outros	5 634	8 847	9 394	9 568	6 803	6 498	8 674	8 199	5 701	8 257	10 874	13 158
Seguros	240	352	627	344	342	331	344	347	445	500	493	691
Rendimentos de capitais	1 894	1 849	2 834	2 618	1 985	2 558	2 223	2 727	3 221	3 314	3 425	4 353
Estado	1 234	2 281	3 310	752	595	499	942	785	1 074	1 301	1 270	946
Diversos	3 803	3 996	4 663	5 719	5 142	4 180	7 263	7 882	7 167	6 956	11 278	10 824
Transferências unilaterais	36 906	41 275	57 388	44 945	41 552	45 665	71 048	59 910	50 214	49 529	79 886	66 090

(1) Segundo a estatística de liquidações.

Milhões de escudos

	Instituições centrais			Outras instituições ⁽¹⁾		
	Tesouro					
	1981	1982	1983	1981	1982	1983
I. Disponibilidades c/ouro ao preço oficial	6 136	3 508	9 959	86 975	118 554	194 822
c/ouro a preço do merc. livre. . .	6 136	3 508	9 959			
1. Ouro ao preço oficial ⁽²⁾	—	—	—			
a preço do mercado livre ⁽³⁾	—	—	—			
2. Moedas estrangeiras	6 136	3 508	9 959			
3. Escudos	—	—	—			
4. DSE's	—	—	—			
5. Títulos de organismos internacionais.	—	—	—			
6. Posição de reserva no FMI	—	—	—			
II. Responsabilidades	—	—	—			
1. Utilização do crédito do FMI	—	—	—	12 043	14 970	17 001
2. Moedas estrangeiras	—	—	—			
3. Escudos	—	—	—			
4. DSE's	—	—	—			
III. Valor líquido c/ouro ao preço oficial	6 136	3 508	9 959	74 932	103 584	177 821
c/ouro a preço do merc. livre	6 136	3 508	9 959			

Quadro 2.5 — PAGAMENTOS AO EXTERIOR POR SERVIÇOS E TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS ⁽¹⁾

Milhões de escudos

	1981				1982				1983 ^P			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Serviços	34 380	39 117	48 717	49 980	40 881	57 911	57 216	73 942	52 925	67 654	68 645	82 393
Turismo	2 795	3 260	5 740	3 538	3 194	3 849	7 540	5 377	5 173	5 415	9 289	5 325
Transportes	11 005	12 442	11 187	12 482	12 976	14 944	15 276	14 121	14 756	15 408	16 144	17 524
Fretes de mercadorias ⁽²⁾ . .	8 260	9 092	8 035	9 110	10 278	10 629	11 244	10 486	11 396	12 179	12 305	13 773
Outros	2 745	3 350	3 152	3 372	2 698	4 315	4 032	3 635	3 360	3 229	3 839	3 751
Seguros ⁽³⁾	1 330	1 283	1 271	1 194	1 482	1 533	1 578	1 513	1 586	1 940	1 785	1 775
Rendimento de capitais	11 978	13 003	19 807	25 402	15 987	30 122	24 050	42 758	22 962	34 489	30 566	44 517
Estado	3 280	4 665	6 150	2 305	1 834	1 635	2 009	2 421	1 470	2 145	3 156	2 280
Diversos	3 992	4 464	4 562	5 059	5 808	5 828	6 763	7 752	6 978	8 257	7 705	10 972
Transferências unilaterais	363	455	483	586	539	616	857	1 163	1 472	1 679	2 636	2 788

(1) Segundo a estatística de liquidações.

(2) Estimativas.

(3) Inclui estimativa de seguros relativos a importações de mercadorias provenientes do estrangeiro.

Quadro 2.6 – REMESSAS DE EMIGRANTES

	Valores em milhões de escudos						
	1981	1982			1983 ^P		
		1.º sem.	2.º sem.	Total	1.º sem.	2.º sem.	Total
Países europeus da OCDE	122 100	56 291	82 886	139 177	65 376	102 158	167 534
EUA e Canadá	27 400	14 115	20 629	34 744	17 607	24 706	42 313
Resto do Mundo	25 626	13 632	20 827	34 459	13 222	12 595	25 817
Total	175 126	84 038	124 342	208 380	96 205	139 459	235 664

	Variações percentuais em relação ao período homólogo do ano anterior					
	1982			1983		
	1.º sem.	2.º sem.	Total	1.º sem.	2.º sem.	Total
Países europeus da OCDE	7.4	18.9	14.0	16.1	23.3	20.4
EUA e Canadá	15.3	36.0	26.8	24.7	19.8	21.8
Resto do Mundo	19.3	46.6	34.5	-3.0	-39.5	-25.1
Total	10.5	25.5	19.0	14.5	12.2	13.1

Quadro 2.7 – IMPORTAÇÕES DE CAPITAIS PRIVADOS, A MÉDIO E LONGO PRAZOS, EM PORTUGAL

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
1 Investimentos directos	9 233	10 031	13 022
1.1 No capital de empresas	6 784	7 245	10 729
Aplicações	6 631	7 156	10 449
Liquidações	153	89	280
1.2 Empréstimos e suprimentos a sucursais	1 666	2 118	1 364
Aplicações	1 665	1 838	1 345
Liquidações	1	280	19
1.3 Reinvestimentos	783	668	929
2 Operações sobre títulos	792	2 482	2 156
Aplicações	405	2 192	1 136
Liquidações	387	290	1 020
3 Créditos ligados a operações de mercadorias	50 599	93 329	108 611
Créditos recebidos	48 838	90 331	103 985
Reembolsos e amortizações	1 761	2 998	4 626
4 Empréstimos financeiros	62 535	117 351	44 983
Empréstimos recebidos	62 280	116 879	44 866
Reembolsos e amortizações	255	472	117
5 Operações sobre imóveis	2 672	3 137	4 013
Aplicações	2 672	3 135	4 013
Liquidações	—	2	—
6 Diversos	370	314	1 240
Total	126 201	226 644	174 025

Quadro 2.8 — EXPORTAÇÕES DE CAPITAIS PRIVADOS, A MÉDIO E LONGO PRAZOS, DE PORTUGAL

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
1 Investimentos directos	1 820	1 800	2 899
1.1 No capital de empresas	1 245	1 040	2 748
Aplicações	1 201	700	2 201
Liquidações	44	340	547
1.2 Empréstimos e suprimentos a sucursais	547	760	151
Aplicações	34	370	115
Liquidações	513	390	36
1.3 Reinvestimentos	28	—	—
2 Operações sobre títulos	158	37	472
Aplicações	24	14	54
Liquidações	134	23	418
3 Créditos ligados a operações de mercadorias	28 546	43 303	76 922
Créditos concedidos	979	2 075	7 592
Reembolsos e amortizações	27 567	41 228	69 330
4 Empréstimos financeiros	14 352	20 507	27 742
Empréstimos concedidos	—	2	173
Reembolsos e amortizações	14 352	20 505	27 569
5 Operações sobre imóveis	316	532	200
Aplicações	6	3	6
Liquidações	310	529	194
6 Diversos	525	428	253
Total	45 717	66 607	108 488

Quadro 2.9 — OPERAÇÕES DE CAPITAIS DOS OUTROS SECTORES, A MÉDIO E LONGO PRAZOS, DE PORTUGAL COM O EXTERIOR

Milhões de escudos

	1981			1982			1983 ^P		
	Import.	Export.	Saldo	Import.	Export.	Saldo	Import.	Export.	Saldo
EUA	24 639	11 490	13 149	62 737	16 098	46 639	67 117	33 827	33 290
Canadá	78	195	-117	68	133	-65	264	187	77
Países europeus da OCDE	91 094	30 511	60 583	154 165	46 006	108 159	92 812	61 358	31 454
CEE	70 172	18 494	51 678	134 730	31 593	103 137	79 475	43 681	35 794
Reino Unido	42 381	4 238	38 143	88 520	12 755	75 765	51 866	15 984	35 882
República Fed. Alemã	3 302	2 591	711	7 903	3 687	4 216	5 206	5 011	195
França	17 773	9 899	7 874	31 081	11 490	19 591	15 008	16 260	-1 252
Outros países europ. OCDE	20 922	12 017	8 905	19 435	14 413	5 022	13 337	17 677	-4 340
Suíça	6 716	1 766	4 950	7 226	3 661	3 565	7 395	6 426	969
Japão	146	191	-45	297	146	151	4 582	396	4 186
Resto do mundo	10 244	3 330	6 914	9 377	4 224	5 153	9 250	12 720	-3 470
Total	126 201	45 717	80 484	226 644	66 607	160 037	174 025	108 488	65 537

Quadro 2.10 — INVESTIMENTOS DIRECTOS ESTRANGEIROS EM PORTUGAL
Distribuição por sectores de actividade económica

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
1 — Constituição de novas empresas ou sucursais, aquisição total ou parcial de estabelecimentos, participação no capital social, etc.	6 631	7 156	10 449
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	575	368	264
Indústrias extractivas	304	481	696
Indústrias transformadoras	3 064	3 544	5 193
Electricidade, gás e água	35	17	—
Construção e obras públicas	113	56	337
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	2 017	1 114	2 282
Transportes, armazenagem e comunicações	5	4	59
Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas	294	1 246	1 383
Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais	222	299	235
Actividades mal definidas	2	27	—
2 — Reinvestimentos de rendimentos de capitais no País	783	668	929
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	—	—	—
Indústrias extractivas	58	4	0
Indústrias transformadoras	170	542	322
Electricidade, gás e água	—	—	—
Construção e obras públicas	—	1	55
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	116	104	191
Transportes, armazenagem e comunicações	9	15	2
Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas	395	2	353
Serviços prestados às colectividades, serviços sociais e serviços pessoais	35	—	6
Actividades mal definidas	—	—	—
3 — Empréstimos e suprimentos de prazo superiores a um ano das empresas às suas sucursais	1 665	1 838	1 345
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	3	2	6
Indústrias extractivas	43	116	248
Indústrias transformadoras	988	1 113	640
Electricidade, gás e água	13	—	—
Construção e obras públicas	12	140	44
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	228	141	200
Transportes, armazenagem e comunicações	49	84	11
Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas	137	112	125
Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais	192	129	71
Actividades mal definidas	—	1	—
4 — Total geral	9 079	9 662	12 723

Quadro 2.11 – INVESTIMENTOS DIRECTOS ESTRANGEIROS EM PORTUGAL
Distribuição por países de origem

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
EUA	1 754	2 045	1 077
Canadá	21	4	59
Países europeus da OCDE	6 539	6 040	9 499
CEE	5 011	3 806	6 519
Reino Unido	722	765	859
República Federal da Alemanha	929	917	940
França	2 387	1 504	2 909
Outros países europeus da OCDE	1 528	2 234	2 980
Suíça	1 205	785	2 551
Japão	94	234	459
Resto do mundo	671	1 339	1 629
Total	9 079	9 662	12 723

Quadro 2.12 – INVESTIMENTOS DIRECTOS ESTRANGEIROS NO CAPITAL DAS EMPRESAS EM PORTUGAL ⁽¹⁾

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
Criação de novas empresas ou de quaisquer sucursais das já existentes	1 271	977	1 633
Participação no capital de empresas ou de sociedades civis ou comerciais qualquer que seja a forma de que se revista	3 797	5 476	7 413
Constituição de contas em participação ou associações de terceiros a partes ou quotas de capital social	—	62	—
Aquisição, total ou parcial, de estabelecimentos	1 563	641	1 403
Total	6 631	7 156	10 449

(1) Não inclui reinvestimentos e empréstimos e suprimentos.

**3 - POLÍTICA MONETÁRIA
CAMBIAL
E ORÇAMENTAL**

Quadro 3.1 – SITUAÇÃO MONETÁRIA GLOBAL

Milhões de escudos

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jan.	Fev.
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	-18 879	42 091	339 389	411 772	569 539	568 750	581 894
(Id., em milhões de US\$)	(-410)	(846)	(6 399)	(6 311)	(6 395)	(6 182)	(6 288)
Banco de Portugal	-4 926	7 636	276 259	336 840	465 955	468 829	483 847
Outras instituições monetárias	-13 953	34 455	63 130	74 932	103 584	99 921	98 047
Disponibilidades	34 781	62 760	78 704	86 975	118 554	118 170	115 480
Responsabilidades a curto prazo	-48 734	-28 305	15 574	12 043	14 970	18 249	17 433
Crédito interno total	877 908	1 103 398	1 246 089	1 650 259	2 150 141	2 189 162	2 231 150
Variação	24,9	25,7	12,9	32,4	30,2	28,1	28,1
Crédito líquido ao sector público	173 855	250 892	171 003	305 363	462 169	490 975	513 649
Administração central	180 767	265 648	186 643	310 553	454 880	483 876	506 027
Estado	185 177	276 145	190 974	311 412	470 523	490 076	514 101
Fundos autónomos	2 745	-2 159	6 618	12 810	6 675	6 275	8 084
Serviços autónomos	-7 155	-8 338	-10 949	-13 669	-22 318	-12 475	-16 158
Regiões autónomas	..	..	-1 911	5 224	8 524	12 363	12 711
Governo Regional dos Açores	..	..	-1 587	794	1 111	2 308	2 564
Governo Regional da Madeira	..	..	-324	4 430	7 413	10 055	10 147
Administração local	-3 511	-7 974	-7 618	-4 860	1 859	2 274	3 662
Continente	x	-6 617	-7 016	-3 873	3 772	4 117	5 386
Regiões autónomas	x	-1 357	-602	-987	-1 913	-1 843	-1 724
Açores	x	-1 084	-337	-556	-1 814	-1 768	-1 650
Madeira	x	-270	-265	-431	-99	-75	-74
Previdência Social	-3 401	-6 782	-6 111	-5 554	-3 094	-7 538	-8 751
Crédito a empresas não finan. e particul.	669 989	816 700	1 035 422	1 300 912	1 622 189	1 632 501	1 651 643
Variação	21,3	21,9	26,6	25,6	24,2	23,7	23,2
Aplicações financeiras	9 602	9 654	13 978	21 382	30 861	30 811	30 872
Carteira comercial e empréstimos	580 068	724 697	933 793	1 178 950	1 462 452	1 459 385	1 473 903
Créditos de cobrança duvidosa	80 319	82 349	87 651	100 580	128 876	142 305	146 868
Empresas públicas não financeiras	212 756	248 369	282 697	321 119	383 867	393 471	401 934
Variação	33,1	16,7	13,5	13,6	19,7	20,6	21,9
Aplicações financeiras	6 698	6 666	9 987	17 076	25 089	25 041	25 097
Carteira comercial e empréstimos	195 270	231 625	260 416	291 132	344 463	353 053	359 737
Créditos de cobrança duvidosa	10 788	10 078	12 294	12 911	14 315	15 377	17 100
Outras empresas não finan. e particul.	457 233	568 331	752 725	979 793	1 238 322	1 239 030	1 249 709
Variação	16,5	24,3	32,3	30,2	25,7	24,8	23,7
Aplicações financeiras	2 904	2 988	3 991	4 306	5 772	5 770	5 775
Carteira comercial e empréstimos	384 798	493 072	673 377	887 818	1 117 989	1 106 332	1 114 166
Créditos de cobrança duvidosa	69 531	72 271	75 357	87 669	114 561	126 928	129 768
Crédito a inst. financeiras não monetárias	34 064	35 806	39 664	43 984	65 783	65 686	65 858
Aplicações financeiras	15 453	12 705	12 041	10 207	10 814	11 118	11 364
Carteira comercial e empréstimos	7 833	9 663	16 639	17 016	37 250	38 283	38 401
Créditos de cobrança duvidosa	9 933	13 063	9 024	13 266	8 649	8 660	8 658
Mercado Monetário Interbancário	845	375	1 960	3 495	9 070	7 625	7 435
Total do activo = Total do passivo	859 029	1 145 489	1 585 478	2 062 031	2 719 680	2 757 912	2 813 044
M₂⁺	728 898	994 165	1 340 425	1 723 713	2 178 122	2 200 792	2 230 156
Variação	28,5	36,4	34,8	28,6	26,4	25,6	25,5
M₂⁻	641 159	844 185	1 085 976	1 344 262	1 666 191	1 678 331	1 697 568
Variação	21,1	31,7	28,6	23,8	23,9	23,0	22,8
M₁⁻	311 122	390 941	477 402	517 289	599 913	579 783	576 254
Variação	14,2	25,7	22,1	8,4	16,0	13,9	14,8
Circulação monetária	121 378	142 140	165 198	188 432	219 534	210 098	208 721
Depósitos à ordem	189 744	248 801	312 204	328 857	380 379	369 685	367 533
Variação	19,1	31,1	25,5	5,3	15,7	12,9	14,6
Depósitos a prazo de residentes	330 037	453 244	608 574	826 973	1 066 278	1 098 548	1 121 314
Variação	28,5	37,3	34,3	35,9	28,9	28,4	27,3
Depósitos de emigrantes	80 177	133 477	229 868	352 208	488 802	501 141	512 082
Variação	135,9	66,5	72,2	53,2	38,8	38,7	38,3
Aplicações de inst. finan. não monet.	7 562	16 503	24 581	27 243	23 129	21 320	20 906
Depósitos no Banco de Portugal	617	3 179	1 368	2 823	4 419	4 749	5 297
Depósitos à ordem	3 139	2 449	5 766	5 320	5 642	5 163	4 370
Aplicações nos mercados monetários	2 325	2 253	1 098	750	390	150	50
Depósitos a prazo	1 481	8 622	16 349	18 350	12 678	11 258	11 189
Responsabilidades não monetárias	18 363	27 506	37 135	57 704	124 177	137 150	158 397
Crédito externo a médio e longo prazos	9 078	18 404	27 288	46 419	106 743	114 389	118 094
Fundos públicos para concessão de crédito	7 639	8 574	9 535	10 083	12 319	12 370	12 416
Outras	1 646	528	312	1 202	5 115	10 391	27 887
Contrapartida de flutuações cambiais	20 145	18 044	37 600	101 366	231 166	245 470	247 864
Recursos próprios e resultados e diversas, líquidas	91 623	105 774	170 318	179 248	186 215	174 500	176 227
Banco de Portugal	45 826	39 813	93 968	82 669	89 041	83 026	82 386
Outras instituições monetárias	44 879	60 251	67 173	86 003	90 833	85 182	89 187
Desencontros	918	5 710	9 177	10 576	6 341	6 292	4 654

Nota: Em percentagem a variação dos valores antecedentes em relação ao período homólogo do ano anterior.

O CIT e o CLSP, a partir de 1980 não incluem 168,7 milhões de contos do reembolso da dívida pública (provenientes da reavaliação das reservas de ouro do Banco de Portugal).

Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
593 458	587 204	580 767	650 796	700 183	722 019	701 117	697 298	699 605	760 067
(6 078)	(5 980)	(5 795)	(5 563)	(5 788)	(5 791)	(5 650)	(5 568)	(5 429)	(5 782)
491 166	478 903	462 850	510 057	542 887	551 364	548 286	540 975	541 796	575 314
102 292	108 301	117 917	140 793	157 296	170 655	152 831	156 323	157 809	184 753
122 986	129 542	137 702	162 167	181 638	192 159	172 672	175 315	179 802	202 946
20 694	21 241	19 785	21 428	24 342	21 504	19 841	18 992	21 993	18 193
2 284 601	2 315 348	2 367 178	2 431 778	2 452 219	2 523 785	2 570 981	2 604 729	2 666 885	2 689 656
27.7	27.7	29.4	30.7	27.9	29.3	28.7	28.7	28.4	25.1
532 304	542 644	572 438	591 683	580 723	616 749	632 154	617 307	629 689	582 669
523 100	534 368	562 709	584 767	573 732	610 745	627 958	615 047	618 638	559 653
533 285	544 143	570 867	593 134	585 268	623 286	649 290	630 916	632 714	578 829
6 291	4 913	6 851	7 751	6 815	5 430	2 311	1 925	3 827	3 524
-16 476	-14 688	-15 009	-16 118	-18 351	-17 971	-23 643	-17 794	-17 903	-22 700
13 453	13 572	13 477	13 839	14 343	14 136	15 936	15 841	16 919	17 297
3 167	3 304	3 604	3 565	3 640	3 695	3 689	3 764	3 753	2 945
10 286	10 268	9 873	10 274	10 703	10 441	12 247	12 077	13 166	14 352
1 502	2 553	3 125	2 896	2 566	3 058	3 480	2 729	4 924	5 298
3 907	4 846	5 676	4 816	4 874	4 951	4 792	4 613	5 992	7 271
-2 405	-2 293	-2 551	-1 920	-2 308	-1 893	-1 312	-1 884	-1 068	-1 973
-2 322	-2 199	-2 505	-1 873	-2 269	-1 831	-1 257	-1 824	-1 021	-1 896
-83	-94	-46	-47	-39	-62	-55	-60	-47	-77
-5 751	-7 849	-6 873	-9 819	-9 918	-11 190	-15 220	-16 310	-10 792	421
1 683 061	1 702 699	1 723 313	1 763 793	1 792 403	1 826 725	1 858 316	1 906 782	1 956 184	2 025 314
23.5	23.2	23.3	23.2	21.9	22.4	22.8	24.0	24.6	24.9
31 059	31 299	32 125	31 642	31 780	30 741	31 496	31 639	31 937	31 976
1 501 994	1 515 207	1 526 547	1 560 480	1 577 609	1 610 948	1 637 832	1 680 954	1 724 226	1 813 155
150 008	156 193	164 641	171 671	183 014	185 036	188 988	194 189	200 021	180 183
405 850	414 450	425 860	437 182	448 200	460 292	482 684	494 746	514 502	556 148
21.9	22.3	24.4	26.4	27.8	29.7	30.0	32.4	36.2	44.9
24 971	25 274	26 062	25 501	25 709	24 808	25 310	25 402	25 775	25 774
364 519	372 724	382 318	394 829	406 630	419 554	439 443	451 131	468 547	515 444
16 360	16 452	17 480	16 852	15 861	15 930	17 931	18 213	20 180	14 930
1 277 211	1 288 249	1 297 453	1 326 611	1 344 203	1 366 433	1 375 632	1 412 036	1 441 682	1 469 166
24.0	23.5	22.9	22.2	20.0	20.2	20.4	21.3	20.9	18.6
6 088	6 025	6 063	6 141	6 071	5 933	6 186	6 237	6 162	6 202
1 137 475	1 142 483	1 144 229	1 165 651	1 170 979	1 191 394	1 198 389	1 229 823	1 255 679	1 297 711
133 648	139 741	147 161	154 819	167 153	169 106	171 057	175 976	179 841	165 253
69 236	70 005	71 427	76 302	79 093	80 311	80 511	80 640	81 012	81 673
11 748	11 824	11 824	11 868	11 918	12 074	12 514	12 562	12 595	13 476
40 310	40 164	41 531	45 928	49 849	52 938	46 167	48 976	50 273	57 573
8 663	8 672	8 675	8 676	8 676	8 729	15 920	16 052	16 004	8 704
8 515	9 345	9 410	9 830	8 650	6 570	5 910	3 050	2 140	1 920
2 878 059	2 902 552	2 947 945	3 082 574	3 152 402	3 245 804	3 272 098	3 302 027	3 366 490	3 449 723
2 271 996	2 304 906	2 328 208	2 372 652	2 407 166	2 450 460	2 477 799	2 489 928	2 538 364	2 610 884
25.2	25.4	24.5	23.5	22.0	21.2	20.6	19.8	19.8	19.9
1 727 344	1 751 073	1 761 425	1 790 087	1 808 768	1 834 711	1 846 381	1 845 190	1 881 874	1 934 420
22.6	23.1	21.9	20.6	19.0	18.0	17.2	16.1	16.2	16.1
587 626	590 731	586 639	600 918	613 559	621 727	616 131	602 935	618 923	651 924
16.6	18.4	16.4	14.0	11.1	10.8	10.8	9.5	9.9	8.7
216 187	214 709	212 808	217 615	234 866	229 659	225 787	219 963	224 088	240 165
371 439	376 022	373 831	383 303	378 693	392 068	390 344	382 972	394 835	411 759
14.6	19.0	16.2	13.5	9.6	9.0	9.0	8.7	10.0	8.2
1 139 718	1 160 342	1 174 786	1 189 169	1 195 209	1 212 984	1 230 250	1 242 255	1 262 951	1 282 496
26.0	25.7	24.8	24.3	23.6	22.0	20.6	19.6	19.5	20.3
522 878	532 170	545 546	558 010	576 430	592 491	607 310	620 947	633 236	650 776
37.2	36.6	36.7	35.8	35.1	34.4	34.3	34.2	33.5	33.1
21 774	21 663	21 237	24 555	21 968	23 258	24 108	23 791	23 254	25 688
4 736	4 349	4 096	5 445	4 089	5 053	4 944	5 451	5 035	5 786
4 790	4 675	4 470	5 391	4 775	5 045	5 386	4 864	5 026	6 397
350	630	550	345	865	590	735	395	540	155
11 898	12 009	12 121	13 374	12 239	12 570	13 043	13 081	12 653	13 350
161 087	161 950	164 976	189 908	196 556	202 880	211 151	218 770	231 454	234 992
127 048	132 655	140 128	162 998	170 830	177 957	184 314	189 434	202 213	203 506
12 516	12 645	12 744	12 863	12 994	13 118	13 118	13 758	13 844	13 901
21 523	16 650	12 104	14 047	12 732	11 805	13 719	15 578	15 397	17 585
271 282	273 583	283 430	362 061	386 510	414 611	418 675	426 150	443 035	416 227
173 694	162 113	171 331	157 953	162 170	177 853	164 473	167 179	153 637	187 620
83 327	75 855	83 080	66 132	79 324	87 789	81 353	75 654	67 939	102 738
87 661	80 550	83 159	86 842	78 667	88 708	77 914	84 657	82 565	79 384
2 706	5 708	5 092	4 979	4 179	1 356	5 206	6 868	3 133	5 498

Quadro 3.2 — ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SECTOR MONETÁRIO

Milhões de escudos

	1980				1981			
	Dezembro				Dezembro			
	Autori- dade mone- tária	Bancos comer- ciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado	Autori- dade mone- tária	Bancos comer- ciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado
ACTIVO								
Reservas	—	79 725	25 770	*	—	129 139	49 254	*
Numerário	—	12 334	2 472	—	—	13 182	3 493	—
Depósitos no Banco de Portugal	—	67 391	23 298	—	—	115 957	45 761	—
Disponibilidades sobre o exterior	349 678	70 347	21 897	441 922	415 548	81 345	19 992	516 885
Disponibilidades em ouro e divisas	331 564	65 750	12 954	410 268	394 283	76 479	10 496	481 258
Direitos de saque especiais	—	—	—	—	662	—	—	662
Participações em organiz. financeiras internacionais	18 114	—	—	18 114	20 603	—	—	20 603
Fundo Monetário Internacional	17 453	—	—	17 453	19 595	—	—	19 595
Banco de Pagamentos Internacionais	631	—	—	631	776	—	—	776
Outras	30	—	—	30	232	—	—	232
Outras aplicações financeiras	—	1 642	2 206	3 848	—	1 678	2 166	3 844
Créditos sobre entidades domiciliadas nas ex-colónias	—	2 955	6 737	9 692	—	3 188	7 330	10 518
Crédito interno	167 300	863 069	430 290	1 346 806	273 586	1 115 954	555 799	1 778 559
Carteira comercial, empréstimos e outros créditos	22 556	672 881	385 341	1 080 778	24 007	823 563	504 998	1 352 568
Sector Público	3 253	3 185	25 637	32 075	3 636	5 214	32 175	41 025
Administração Central	3 253	1 925	21 238	26 416	3 636	1 620	23 039	28 295
Regiões Autónomas	—	7	—	7	—	474	—	474
Administração Local	—	185	3 330	3 515	—	328	8 392	8 720
Previdência Social	—	1 068	1 069	2 137	—	2 792	744	3 536
Empresas públicas não financeiras	—	109 397	144 438	253 835	—	118 111	162 338	280 449
Outras empresas não financeiras e particulares	5	476 518	189 700	666 223	4	605 560	275 986	881 550
Instituições financeiras não monetárias	10 359	1 904	4 376	16 639	7 141	1 634	8 241	17 016
Créditos de cobrança duvidosa	8 939	81 877	21 190	112 006	13 226	93 044	26 258	132 528
Aplicações financeiras	131 182	58 933	20 423	210 538	221 527	95 182	25 306	342 015
Sector Público	130 782	36 820	16 917	184 519	221 127	68 621	20 678	310 426
Administração Central	130 782	36 818	16 910	184 510	221 127	63 254	20 072	304 453
Regiões Autónomas	—	—	—	—	—	5 366	604	5 970
Administração Local	—	2	7	9	—	1	2	3
Previdência Social	—	—	—	—	—	—	—	—
Empresas públicas não financeiras	—	7 479	2 508	9 987	—	13 029	4 047	17 076
Outras empresas não financeiras e particulares	—	3 715	276	3 991	—	3 998	308	4 306
Instituições financeiras não monetárias	400	10 919	722	12 041	400	9 534	273	10 207
Aplicações de curto prazo em títulos	—	54 350	1 140	55 490	—	83 646	330	83 976
Disponibilidades sobre instituições monetárias	13 562	76 905	23 386	*	28 052	113 563	25 165	*
Crédito no Banco de Portugal	13 562	—	—	—	28 052	—	—	—
Depósitos especiais no Banco de Portugal	—	107	6 655	—	—	565	7 194	—
Cheques	—	42 681	4 190	—	—	66 497	7 212	—
Outras	—	34 117	12 541	—	—	46 501	10 759	—
Disponibilidades diversas	11 642	163 936	34 890	210 468	29 892	219 680	73 031	322 603
Desencontros	—	-2 916	-4 350	-7 266	—	-1 831	-6 000	-7 831
Total do Activo	528 620	1 174 161	508 497	1 991 930	719 026	1 544 287	692 076	2 610 216
PASSIVO E CONTAS DE CAPITAL								
Responsabilidades monetárias	272 061	296 203	68 638	484 536	369 648	327 945	79 941	525 432
Base Monetária	272 061	—	—	—	369 648	—	—	—
Circulação Monetária	165 198	—	—	165 198	188 432	—	—	188 432
Reservas das instituições monetárias	105 495	—	—	*	178 393	—	—	*
Outras respons. monetárias do Banco de Portugal	1 368	—	—	1 368	2 823	—	—	2 823
Depósitos à ordem	—	288 594	66 654	308 377	—	322 062	78 670	327 023
Empresas públicas não financeiras	—	29 479	6 854	31 540	—	27 714	6 375	27 819
Outras empresas não financeiras	—	114 950	9 180	107 752	—	127 381	10 438	112 469
Particulares	—	141 255	48 976	165 132	—	163 530	59 673	182 148
Instituições financeiras não monetárias	—	2 910	1 644	3 953	—	3 437	2 184	4 587
Outras responsabilidades monetárias	—	7 609	1 984	9 593	—	5 883	1 271	7 154
Responsabilidades quase-monetárias	612 711	242 080	854 791	—	868 992	328 539	1 197 531	—
Depósitos a prazo e com pré-aviso	403 446	216 577	620 023	—	560 512	278 903	839 415	—
Empresas públicas não financeiras	—	11 979	957	12 936	—	14 569	1 261	15 830
Outras empresas não financeiras	—	43 636	4 775	48 411	—	52 399	5 553	57 952
Particulares	—	340 840	201 519	542 359	—	487 527	259 794	747 321
Instituições financeiras não monetárias	—	6 991	9 326	16 317	—	6 017	12 295	18 312
Depósitos de poupança	—	—	192	192	—	—	194	194
Depósitos de emigrantes	—	205 564	24 304	229 868	—	303 449	48 759	352 208
Depósitos de residentes em moeda estrangeira	—	2 388	772	3 160	—	3 697	492	4 189
Liquidações antecipadas	—	1 052	14	1 066	—	1 145	36	1 181
Outras	—	261	221	482	—	189	155	344
Responsabilidades não monetárias	112 688	58 400	125 087	229 193	134 443	69 501	168 369	279 242
Obrigações	—	—	194	194	—	—	1 129	1 129
Depósitos do sector público	33 168	19 448	51 110	103 726	48 984	26 983	55 828	131 795
Administração Central	32 354	14 299	35 764	82 417	48 888	18 689	40 325	107 902
Regiões Autónomas	814	47	1 058	1 919	96	155	969	1 220
Administração Local	—	2 315	8 827	11 142	—	4 069	9 514	13 583
Previdência Social	—	2 787	5 461	8 248	—	4 070	5 020	9 090
Fundos públicos para a concessão de crédito	—	258	9 277	9 535	—	291	9 792	10 083
Responsabilidades para com o exterior	72 758	15 755	27 107	115 620	77 700	20 219	38 243	136 162
Organizações financeiras internacionais	33 347	—	—	33 347	35 858	—	—	35 858
Fundo Monetário Internacional	21 438	—	—	21 438	19 496	—	—	19 496
Saques ao abrigo de facilidades especiais	6 336	—	—	6 336	3 605	—	—	3 605
Outras responsabilidades	15 102	—	—	15 102	15 891	—	—	15 891
Banco de Pagamentos Internacionais	11 679	—	—	11 679	16 312	—	—	16 312
Outras	230	—	—	230	50	—	—	50
Responsabilidades a curto prazo	39 411	11 558	4 016	54 985	41 842	7 905	4 138	53 885
Responsabilidades para com bancos no estrangeiro	39 411	10 054	3 366	52 831	41 842	5 828	3 578	51 248
Outras responsabilidades para com não residentes	—	1 504	650	2 154	—	2 077	560	2 637
Responsabilidades a médio e longo prazos	—	4 197	23 091	27 288	—	12 314	34 105	46 419
Crédito do Banco Central	—	7 541	6 021	*	—	7 543	20 509	*
Redesconto	—	5 646	6 021	—	—	5 646	20 509	—
Empréstimos e outros créditos	—	1 895	—	—	—	1 897	—	—
Responsabilidades para com outras instit. monetárias	6 762	15 280	31 378	*	7 759	14 406	42 854	*
Outras	—	118	—	118	—	59	14	73
Recursos próprios e resultados	98 575	31 287	33 910	163 772	102 068	38 744	45 685	186 497
Contrapartida de flutuações cambiais e atribuição de direitos de saque especiais e outras operações sobre reservas	37 600	—	—	37 600	101 366	—	—	101 366
Responsabilidades diversas	7 696	175 560	38 782	222 038	11 501	239 105	69 542	320 148
Total do Passivo e Contas de Capital	528 620	1 174 161	508 497	1 991 930	719 026	1 544 287	692 076	2 610 217

1982				1983							
Dezembro				Janeiro				Fevereiro			
Autori- dade mone- tária	Bancos comer- ciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado	Autori- dade mone- tária	Bancos comer- ciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado	Autori- dade mone- tária	Bancos comer- ciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado
-	187 680	65 944	*	-	185 887	63 630	*	-	184 278	63 072	*
-	15 775	4 759		-	15 353	4 639		-	12 756	4 412	
-	171 905	61 185		-	170 534	58 991		-	171 522	58 660	
561 493	110 012	26 899	698 404	565 258	112 219	24 653	702 130	585 739	109 888	24 607	720 234
534 553	101 795	16 759	653 107	537 872	103 691	14 479	656 042	558 134	101 061	14 419	673 614
221	-	-	221	225	-	-	225	211	-	-	211
26 719	-	-	26 719	27 161	-	-	27 161	27 394	-	-	27 394
25 348	-	-	25 348	25 789	-	-	25 789	26 022	-	-	26 022
1 059	-	-	1 059	1 060	-	-	1 060	1 060	-	-	1 060
312	-	-	312	312	-	-	312	312	-	-	312
-	3 642	2 345	5 987	-	3 632	2 345	5 977	-	3 697	2 345	6 042
-	4 575	7 795	12 370	-	4 896	7 829	12 725	-	5 130	7 843	12 973
392 922	1 391 271	725 978	2 285 309	366 745	1 386 986	743 887	2 298 518	357 900	1 418 459	755 414	2 320 585
48 589	1 002 462	660 670	1 711 721	30 766	998 959	672 671	1 702 396	36 498	1 005 240	685 268	1 727 006
22 038	7 389	42 729	72 156	4 133	6 728	40 559	51 420	10 020	5 650	40 104	55 774
22 038	2 791	22 580	47 409	3 983	3 079	22 860	29 922	9 299	1 939	22 730	33 968
..	602	..	602	150	584	..	734	721	590	..	1 311
..	1 299	15 433	16 732	..	354	15 704	16 058	..	381	15 898	16 279
..	2 697	4 716	7 413	..	2 711	1 995	4 706	..	2 740	1 476	4 216
..	136 022	192 609	328 631	..	137 943	198 991	336 934	..	138 487	204 833	343 320
4	737 604	364 796	1 102 404	4	719 852	370 773	1 090 629	3	721 748	376 286	1 098 037
17 946	2 709	16 595	37 250	18 028	2 662	17 593	38 283	17 874	2 743	17 784	38 401
8 601	118 738	43 941	171 280	8 601	131 774	44 755	185 130	8 601	136 612	46 261	191 474
325 834	127 669	29 909	483 412	311 869	128 009	30 114	469 992	300 417	128 461	30 099	458 977
325 434	92 954	23 349	441 737	311 469	93 084	23 510	428 063	300 017	93 215	23 509	416 741
325 434	83 619	22 151	431 204	311 469	81 729	22 091	415 289	300 017	81 897	22 090	404 004
..	9 335	1 198	10 533	..	11 325	1 419	12 744	..	11 318	1 419	12 737
..	..	..	..	..	30	..	30	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
..	20 193	4 896	25 089	..	20 162	4 879	25 041	..	20 232	4 865	25 097
..	4 888	884	5 772	..	4 886	884	5 770	..	4 891	884	5 775
400	9 634	780	10 814	400	9 877	841	11 118	400	10 123	841	11 364
-	85 278	4 894	90 172	4 750	108 114	13 266	126 130	2 500	118 688	13 414	134 602
18 499	175 862	30 505	*	19 360	151 904	27 836	*	18 485	166 070	26 633	*
18 499	-	-	-	19 360	-	-	-	18 485	-	-	-
-	3 477	19 520	-	-	8 801	20 165	-	-	24 878	21 669	-
-	80 466	7 498	-	-	57 418	4 929	-	-	57 338	5 167	-
-	91 919	3 487	-	-	85 685	2 742	-	-	83 854	-203	-
30 867	285 646	183 789	500 302	41 156	236 936	142 428	420 520	49 455	261 142	155 560	466 157
-	-457	2 796	2 339	-	-938	2 121	1 183	-	772	1 959	2 731
985 282	1 974 152	1 005 406	3 486 350	973 159	1 921 090	976 719	3 422 351	993 094	1 974 539	1 000 612	3 509 707
477 577	368 518	105 467	609 974	464 364	334 195	103 000	589 695	461 368	328 179	106 229	585 921
477 577	-	-	-	464 364	-	-	-	461 368	-	-	-
219 534	-	-	219 534	210 098	-	-	210 098	208 721	-	-	208 721
253 624	-	-	*	249 517	-	-	*	247 350	-	-	*
4 419	-	-	4 419	4 749	-	-	4 749	5 297	-	-	5 297
-	361 824	103 911	377 771	-	327 291	101 974	366 918	-	322 135	104 969	364 599
-	39 358	8 521	38 836	-	29 412	7 518	31 566	-	29 894	9 396	33 540
-	143 888	14 047	128 106	-	125 288	12 858	118 081	-	120 936	13 814	115 030
-	174 680	78 576	205 423	-	169 346	79 128	212 386	-	168 581	79 699	211 945
-	3 898	2 767	5 406	-	3 245	2 470	4 885	-	2 724	2 060	4 084
-	6 694	1 556	8 250	-	6 904	1 026	7 930	-	6 044	1 260	7 304
-	1 132 927	434 831	1 567 758	-	1 163 258	447 689	1 610 947	-	1 187 541	457 044	1 644 585
-	706 553	366 486	1 073 039	-	725 007	378 050	1 103 057	-	739 614	386 126	1 125 740
-	29 694	1 200	30 894	-	30 559	1 124	31 683	-	33 036	1 386	34 422
-	64 912	8 334	73 246	-	66 159	11 953	78 112	-	66 774	12 028	78 802
-	607 938	348 358	956 296	-	624 850	357 233	982 083	-	636 539	364 855	1 001 394
-	4 009	8 594	12 603	-	3 439	7 740	11 179	-	3 265	7 857	11 122
-	-	229	229	-	-	230	230	-	-	230	230
-	421 019	67 783	488 802	-	432 050	69 091	501 141	-	441 722	70 360	512 082
-	2 968	87	3 055	-	3 784	80	3 864	-	3 732	102	3 834
-	1 626	22	1 648	-	1 666	22	1 688	-	1 638	22	1 660
-	761	224	985	-	751	216	967	-	835	204	1 039
155 260	101 908	247 282	377 548	137 771	120 288	246 131	367 437	150 649	129 677	241 577	373 220
-	..	1 075	1 075	-	..	1 073	1 073	-	..	1 073	1 073
37 721	35 958	70 555	144 234	13 424	30 612	72 945	116 981	3 291	26 895	66 684	96 870
36 509	26 097	53 637	116 243	13 403	21 865	54 540	89 808	3 291	18 344	48 314	69 949
1 212	228	1 171	2 611	21	117	977	1 115	..	110	1 227	1 337
..	4 709	10 164	14 873	..	4 363	9 451	13 814	..	4 191	8 426	12 617
..	4 924	5 583	10 507	..	4 267	7 977	12 244	..	4 250	8 717	12 967
-	736	11 583	12 319	-	788	11 582	12 370	-	835	11 581	12 416
94 167	49 463	72 250	215 880	95 057	55 090	77 548	227 695	100 520	55 026	80 501	236 047
32 206	-	-	32 223	32 223	-	-	32 223	32 475	-	-	32 475
21 517	-	-	21 517	21 175	-	-	21 175	21 366	-	-	21 366
960	-	-	960	260	-	-	260	263	-	-	263
20 557	-	-	20 557	20 915	-	-	20 915	21 103	-	-	21 103
10 688	-	-	10 688	11 040	-	-	11 040	11 105	-	-	11 105
1	-	-	1	8	-	-	8	4	-	-	4
61 961	10 186	4 784	76 931	62 834	13 511	4 738	81 083	68 045	12 674	4 759	85 478
61 961	7 127	4 253	73 341	62 834	9 899	4 306	77 039	68 045	9 771	4 307	82 123
-	3 059	531	3 590	-	3 612	432	4 044	-	2 903	452	3 355
-	39 277	67 466	106 743	-	41 579	72 810	114 389	-	42 352	75 742	118 094
-	7 523	10 976	*	-	8 674	10 686	*	-	7 729	10 756	*
-	5 695	10 976	-	-	5 696	10 686	-	-	5 689	10 756	-
-	1 828	..	-	-	2 978	..	-	-	2 040	..	-
22 997	14 584	80 822	*	28 966	16 150	72 277	*	46 547	14 089	69 562	*
375	3 644	21	4 040	324	8 974	20	9 318	291	25 103	1 420	26 814
104 785	54 985	61 817	221 587	104 749	58 004	60 953	223 706	104 748	58 367	60 956	224 071
231 166	-	-	231 166	245 470	-	-	245 470	247 864	-	-	247 864
16 494	305 814	156 009	478 317	20 805	245 345	118 946	385 096	28 465	270 775	134 806	434 046
985 282	1 974 152	1 005 406	3 486 350	973 159	1 921 090	976 719	3 422 351	993 094	1 974 539	1 000 612	3 509 707

Quadro 3.2 — ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SECTOR MONETÁRIO

Milhões de escudos

1983

	Março				Abril			
	Autori- dade mone- tária	Bancos comer- ciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado	Autori- dade mone- tária	Bancos comer- ciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado
ACTIVO								
Reservas	—	186 254	66 001	*	—	179 532	64 240	*
Numerário	—	11 331	3 793	—	—	11 648	4 366	—
Depósitos no Banco de Portugal	—	174 923	62 208	—	—	167 884	59 874	—
Disponibilidades sobre o exterior	635 100	115 737	26 526	777 363	622 227	118 658	30 147	771 032
Disponibilidades em ouro e divisas	606 333	106 705	16 281	729 319	592 904	109 653	19 889	722 446
Direitos de saque especiais	220	—	—	220	551	—	—	551
Participações em organiz. financeiras internacionais	28 547	—	—	28 547	28 772	—	—	28 772
Fundo Monetário Internacional	27 175	—	—	27 175	27 400	—	—	27 400
Banco de Pagamentos Internacionais	1 060	—	—	1 060	1 060	—	—	1 060
Outras	312	—	—	312	312	—	—	312
Outras aplicações financeiras	—	3 901	2 345	6 246	—	3 916	2 345	6 261
Créditos sobre entidades domiciliadas nas ex-colónias	—	5 131	7 900	13 031	—	5 089	7 913	13 002
Crédito interno	381 965	1 435 662	768 049	2 372 036	372 242	1 454 299	777 863	2 402 924
Carteira comercial, empréstimos e outros créditos	34 867	1 022 003	701 194	1 758 064	40 664	1 031 002	711 860	1 783 526
Sector Público	8 081	5 757	40 749	54 587	14 389	5 671	40 622	60 682
Administração Central	7 288	2 081	22 671	32 040	13 660	2 021	22 935	38 616
Regiões Autónomas	793	635	—	1 428	729	649	—	1 378
Administração Local	—	395	16 288	16 683	—	384	16 520	16 904
Previdência Social	—	2 646	1 790	4 436	—	2 617	1 167	3 784
Empresas públicas não financeiras	—	137 527	208 954	346 481	—	137 908	216 007	353 915
Outras empresas não financeiras e particulares	3	736 725	384 883	1 121 611	3	739 564	386 962	1 126 529
Instituições financeiras não monetárias	18 183	2 992	19 135	40 310	17 672	3 158	19 334	40 164
Créditos de cobrança duvidosa	8 600	139 002	47 473	195 075	8 600	144 701	48 935	202 236
Aplicações financeiras	314 511	128 409	30 157	473 077	293 188	128 101	29 906	451 195
Sector Público	313 724	92 976	23 570	430 270	292 401	92 334	23 337	408 072
Administração Central	313 724	81 658	22 073	417 455	292 401	80 986	21 841	395 228
Regiões Autónomas	—	11 318	1 497	12 815	—	11 316	1 496	12 814
Administração Local	—	—	—	—	—	30	—	30
Previdência Social	—	—	—	—	—	—	—	—
Empresas públicas não financeiras	—	20 110	4 861	24 971	—	20 432	4 842	25 274
Outras empresas não financeiras e particulares	—	5 204	884	6 088	—	5 141	884	6 025
Instituições financeiras não monetárias	787	10 119	842	11 748	787	10 194	843	11 824
Aplicações de curto prazo em títulos	13 570	118 935	8 390	140 895	22 250	140 739	10 214	173 203
Disponibilidades sobre instituições monetárias	19 017	166 315	28 308	*	16 140	154 457	25 883	*
Crédito no Banco de Portugal	19 017	—	—	—	16 140	—	—	—
Depósitos especiais no Banco de Portugal	—	18 597	22 741	14 806	—	14 806	21 757	—
Cheques	—	60 514	6 555	54 899	—	54 899	5 662	—
Outras	—	87 204	—988	84 752	—	84 752	—1 536	—
Disponibilidades diversas	60 563	305 756	156 967	523 286	70 816	342 113	181 371	594 300
Desencontros	—	2 320	3 139	5 459	—	—646	3 653	3 007
Total do Activo	1 077 628	2 045 729	1 020 682	3 678 144	1 065 285	2 093 956	1 057 274	3 776 263
PASSIVO E CONTAS DE CAPITAL								
Responsabilidades monetárias	473 178	335 537	107 761	597 152	462 830	336 474	104 784	599 755
Base Monetária	473 178	—	—	—	462 830	—	—	—
Circulação Monetária	216 187	—	—	216 187	214 709	—	—	214 709
Reservas das instituições monetárias	252 255	—	—	*	243 772	—	—	*
Outras respons. monetárias do Banco de Portugal	4 736	—	—	4 736	4 349	—	—	4 349
Depósitos à ordem	—	328 832	106 266	368 029	—	328 361	402 828	370 628
Empresas públicas não financeiras	—	29 883	9 785	33 544	—	35 544	7 700	37 170
Outras empresas não financeiras	—	127 203	13 518	119 029	—	124 708	12 992	118 360
Particulares	—	168 858	80 520	210 937	—	165 167	79 964	210 702
Instituições financeiras não monetárias	—	2 888	2 443	4 509	—	2 942	2 172	4 396
Outras responsabilidades monetárias	—	6 706	1 495	8 200	—	8 113	1 956	10 069
Responsabilidades quase-monetárias	—	1 208 088	466 406	1 674 494	—	1 225 718	478 803	1 704 521
Depósitos a prazo e com pré-aviso	—	750 892	393 708	1 144 600	—	760 531	404 320	1 164 851
Empresas públicas não financeiras	—	31 396	1 142	32 538	—	30 585	1 121	31 706
Outras empresas não financeiras	—	66 718	12 254	78 972	—	67 834	12 197	80 031
Particulares	—	649 435	371 823	1 021 258	—	658 691	382 502	1 041 193
Instituições financeiras não monetárias	—	3 343	8 489	11 832	—	3 421	8 500	11 921
Depósitos de poupança	—	—	234	234	—	—	233	233
Depósitos de emigrantes	—	450 739	72 139	522 878	—	458 396	73 774	532 170
Depósitos de residentes em moeda estrangeira	—	4 062	108	4 170	—	4 277	215	4 492
Liquidações antecipadas	—	1 602	30	1 632	—	1 706	32	1 738
Outras	—	793	187	980	—	808	229	1 037
Responsabilidades não monetárias	187 906	132 967	245 991	420 293	180 829	129 442	252 712	422 064
Obrigações	—	—	1 046	1 046	—	—	1 047	1 047
Depósitos do sector público	3 699	27 854	64 397	95 950	2 010	33 494	66 417	101 921
Administração Central	3 699	18 103	47 990	69 792	2 010	23 425	49 852	75 287
Regiões Autónomas	—	81	709	790	—	87	533	620
Administração Local	—	5 200	9 981	15 181	—	5 411	8 970	14 381
Previdência Social	—	4 470	5 717	10 187	—	4 571	7 062	11 633
Fundos públicos para a concessão de crédito	—	872	11 644	12 516	—	940	11 705	12 645
Responsabilidades para com o exterior	142 562	61 482	86 260	290 304	141 952	60 828	93 068	295 848
Organizações financeiras internacionais	71 145	—	—	71 145	71 500	—	—	71 500
Fundo Monetário Internacional	22 312	—	—	22 312	22 221	—	—	22 221
Saques ao abrigo de facilidades especiais	274	—	—	274	—	—	—	—
Outras responsabilidades	22 038	—	—	22 038	22 221	—	—	22 221
Banco de Pagamentos Internacionais	48 824	—	—	48 824	49 094	—	—	49 094
Outras	9	—	—	9	185	—	—	185
Responsabilidades a curto prazo	71 417	15 048	5 646	92 111	70 452	15 490	5 751	91 693
Responsabilidades para com bancos no estrangeiro	71 417	12 101	5 161	88 679	70 452	12 419	5 272	88 143
Outras responsabilidades para com não residentes	—	2 947	485	3 432	—	3 071	479	3 550
Responsabilidades a médio e longo prazos	—	46 434	80 614	127 048	—	45 338	87 317	132 655
Crédito do Banco Central	—	8 716	10 301	*	—	7 466	8 674	*
Redesconto	—	5 706	10 301	—	—	5 706	8 674	—
Empréstimos e outros créditos	—	3 010	—	—	—	1 760	—	—
Responsabilidades para com outras instit. monetárias	41 338	15 245	70 971	*	36 563	11 690	71 526	*
Outras	307	18 798	1 372	20 477	304	15 024	275	15 603
Recursos próprios e resultados	104 473	58 175	62 245	224 893	104 473	58 510	62 195	225 178
Contrapartida de flutuações cambiais e atribuição de direitos de saque especiais e outras operações sobre reservas	271 282	—	—	271 282	273 583	—	—	273 583
Responsabilidades diversas	40 789	310 962	138 279	490 030	43 570	343 812	158 780	546 162
Total do Passivo e Contas de Capital	1 077 628	2 045 729	1 020 682	3 678 144	1 065 285	2 093 956	1 057 274	3 776 263

1983

Maio				Junho				Julho			
Autoridade monetária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de investimento	Total consolidado	Autoridade monetária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de investimento	Total consolidado	Autoridade monetária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de investimento	Total consolidado
-	199 370	69 032	*	-	206 226	77 623	*	-	214 823	78 007	*
-	13 875	3 742		-	14 265	5 123		-	14 526	4 708	
-	185 495	65 290		-	191 961	72 500		-	200 297	73 299	
638 829	125 911	30 940	795 680	713 439	149 403	32 459	895 301	714 246	165 937	36 014	916 197
608 866	117 068	20 634	746 568	679 611	140 027	22 140	841 778	679 708	156 003	25 635	861 346
737	-	-	737	213	-	-	213	217	-	-	217
29 226	-	-	29 226	33 615	-	-	33 615	34 321	-	-	34 321
27 854	-	-	27 854	32 243	-	-	32 243	32 949	-	-	32 949
1 060	-	-	1 060	1 060	-	-	1 060	1 060	-	-	1 060
312	-	-	312	312	-	-	312	312	-	-	312
-	3 994	2 345	6 339	-	4 068	2 344	6 412	-	4 267	2 345	6 612
-	4 849	7 961	12 810	-	5 308	7 975	13 283	-	5 667	8 034	13 701
462 002	1 430 238	788 184	2 486 772	465 787	1 471 502	811 408	2 538 332	509 389	1 461 084	824 478	2 574 943
31 715	1 040 091	723 570	1 795 376	37 959	1 064 124	744 738	1 846 821	34 469	1 078 823	760 388	1 873 680
4 983	5 463	40 187	50 633	11 282	5 732	39 680	56 694	5 285	5 630	39 732	50 647
3 995	1 817	22 369	28 181	10 389	1 979	21 916	34 284	4 296	2 004	21 740	28 040
988	645	2	1 639	893	671	2	1 566	989	752	2	1 743
-	427	16 830	17 257	-	535	17 120	17 655	-	386	17 372	17 758
-	2 570	986	3 556	-	2 547	642	3 189	-	2 488	618	3 106
-	141 772	221 115	362 887	-	147 490	227 259	374 749	-	151 400	234 559	385 959
3	736 620	390 193	1 126 816	3	747 915	399 548	1 147 466	3	747 805	404 676	1 152 484
18 129	3 511	19 891	41 531	18 073	2 980	24 875	45 928	20 580	3 063	26 206	49 849
8 600	152 725	52 184	213 509	8 601	160 007	53 376	221 984	8 601	170 925	55 215	234 741
328 378	128 556	29 429	486 363	337 213	138 028	29 872	505 113	350 801	137 080	29 732	517 613
327 591	92 029	22 807	442 427	336 426	101 804	23 373	461 603	350 014	100 634	23 267	473 915
327 591	80 711	21 311	429 613	336 426	90 219	21 824	448 469	350 014	89 049	21 718	460 781
-	11 318	1 496	12 814	-	11 585	1 549	13 134	-	11 585	1 549	13 134
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	21 167	4 895	26 062	-	20 606	4 895	25 501	-	20 848	4 861	25 709
-	5 179	884	6 063	-	5 380	761	6 141	-	5 310	761	6 071
787	10 181	843	11 811	787	10 238	843	11 868	787	10 288	843	11 918
85 390	110 829	8 814	205 033	74 290	104 424	7 684	186 398	110 370	64 675	8 605	183 650
16 519	150 762	26 371	*	16 325	164 926	29 114	*	13 749	180 506	25 753	*
16 519	-	-	-	16 325	-	-	-	13 749	-	-	-
-	11 505	21 963	-	-	13 413	23 299	-	-	11 090	21 071	-
-	52 221	4 033	-	-	66 429	6 259	-	-	73 705	5 709	-
-	87 036	375	-	-	85 084	-444	-	-	95 711	-1 027	-
75 418	373 900	192 053	641 371	91 940	424 195	220 524	736 659	89 967	457 987	241 050	789 004
-	386	3 382	3 768	-	899	3 607	4 506	-	674	2 932	3 606
1 176 249	2 129 805	1 083 591	3 927 591	1 271 166	2 252 225	1 145 621	4 174 798	1 313 602	2 300 505	1 182 481	4 283 750
485 306	327 570	106 985	595 205	506 909	347 412	113 970	611 754	531 785	352 258	110 624	622 423
485 306	-	-	-	506 909	-	-	-	531 785	-	-	-
212 808	-	-	212 808	217 615	-	-	217 615	234 866	-	-	234 866
268 402	-	-	*	283 849	-	-	*	292 830	-	-	*
4 096	-	-	4 096	5 445	-	-	5 445	4 089	-	-	4 089
-	319 162	104 469	367 377	-	334 795	110 704	372 811	-	338 210	107 642	366 438
-	33 469	9 812	37 534	-	33 605	7 285	34 218	-	30 955	8 628	32 533
-	119 359	12 817	114 624	-	127 111	14 088	118 161	-	127 122	14 036	116 015
-	163 578	79 812	211 070	-	170 835	86 546	215 387	-	176 963	82 858	213 542
-	2 756	2 028	4 149	-	3 244	2 785	5 045	-	3 170	2 120	4 348
-	8 408	2 516	10 924	-	12 617	3 266	15 883	-	14 048	2 982	17 030
-	1 241 148	491 305	1 732 453	-	1 256 403	504 150	1 760 553	-	1 272 470	511 408	1 783 878
-	765 822	413 769	1 179 591	-	769 396	424 688	1 194 084	-	769 923	428 062	1 197 985
-	26 940	1 222	28 162	-	26 863	1 455	28 318	-	24 005	1 877	25 882
-	67 631	12 330	79 961	-	67 482	12 237	79 719	-	67 243	12 339	79 582
-	668 043	391 397	1 059 440	-	672 038	400 737	1 072 775	-	675 673	404 722	1 080 395
-	3 208	8 820	12 028	-	3 013	10 259	13 272	-	3 002	9 124	12 126
-	-	230	230	-	-	228	228	-	-	232	232
-	468 719	76 827	545 546	-	479 495	78 515	558 010	-	494 033	82 397	576 430
-	4 317	199	4 516	-	4 707	334	5 041	-	5 402	268	5 670
-	1 467	35	1 502	-	1 612	37	1 649	-	2 161	39	2 200
-	823	245	1 068	-	1 193	348	1 541	-	951	410	1 361
247 643	125 580	252 547	488 372	242 752	150 055	274 600	529 730	224 644	151 165	287 044	522 259
-	-	43	43	-	-	30	30	-	-	1 040	1 040
39 265	25 516	64 223	129 004	3 680	38 633	74 071	116 384	22 148	33 924	75 302	131 374
39 265	16 057	48 145	103 467	3 680	29 376	54 700	87 756	22 148	24 436	56 040	102 624
-	379	597	976	-	103	758	861	-	99	435	534
-	5 308	8 824	14 132	-	5 034	9 725	14 759	-	5 335	9 859	15 192
-	3 772	6 657	10 429	-	4 120	8 888	13 008	-	4 056	8 968	13 024
-	1 011	11 733	12 744	-	1 096	11 767	12 863	-	1 152	11 842	12 994
174 607	64 425	95 488	334 520	202 010	74 026	110 400	386 436	169 987	78 855	116 317	365 159
108 184	-	-	108 184	126 139	-	-	126 139	93 756	-	-	93 756
27 854	-	-	27 854	32 243	-	-	32 243	32 950	-	-	32 950
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27 854	-	-	27 854	32 243	-	-	32 243	32 950	-	-	32 950
80 170	-	-	80 170	93 584	-	-	93 584	60 490	-	-	60 490
160	-	-	160	312	-	-	312	316	-	-	316
66 423	14 043	5 742	86 208	75 871	14 730	6 698	97 299	76 231	17 439	6 903	100 573
66 423	10 964	5 292	82 679	75 871	11 165	6 178	93 214	76 231	12 837	6 388	95 456
-	3 079	450	3 529	-	3 565	520	4 085	-	4 602	515	5 117
-	50 382	89 746	140 128	-	59 296	103 702	162 998	-	61 416	109 414	170 830
-	7 827	8 692	*	-	7 633	8 692	*	-	7 951	5 798	*
-	5 727	8 692	-	-	5 875	8 692	-	-	5 762	5 698	-
-	2 100	-	-	-	1 758	-	-	-	2 189	100	-
33 468	15 079	72 332	*	36 712	15 036	69 604	*	32 161	17 975	76 709	*
303	11 722	36	12 061	350	13 631	36	14 017	348	11 308	36	11 692
97 060	58 796	61 949	217 805	96 397	58 085	56 432	210 914	96 397	57 225	56 459	210 081
283 430	-	-	283 430	362 061	-	-	362 061	386 510	-	-	386 510
62 810	376 711	170 805	610 326	63 047	440 270	196 469	699 786	74 266	467 386	216 946	758 599
1 176 249	2 129 805	1 083 591	3 927 591	1 271 166	2 252 225	1 145 621	4 174 798	1 313 602	2 300 505	1 182 481	4 283 750

Quadro 3.2 – ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SECTOR MONETÁRIO

Milhões de escudos

ATIVO	1983				1983			
	Agosto				Setembro			
	Autori- dade mone- tária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado	Autori- dade mone- tária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de in- vestimento	Total consoli- dado
Reservas	—	204 884	73 259	*	—	206 466	73 108	*
Numerário	—	18 589	5 913	—	—	13 807	5 005	—
Depósitos no Banco de Portugal	—	186 295	67 346	—	—	192 659	68 103	—
Disponibilidades sobre o exterior	762 301	177 645	35 212	975 158	760 142	158 331	35 148	953 621
Disponibilidades em ouro e divisas	727 072	167 339	24 820	919 231	724 732	147 963	24 709	897 404
Direitos de saque especiais	222	—	—	222	223	—	—	223
Participações em organiz. financeiras internacionais	35 007	—	—	35 007	35 187	—	—	35 187
Fundo Monetário Internacional	33 604	—	—	33 604	33 838	—	—	33 838
Banco de Pagamentos Internacionais	1 060	—	—	1 060	1 060	—	—	1 060
Outras	343	—	—	343	289	—	—	289
Outras aplicações financeiras	—	4 360	2 344	6 704	—	4 379	2 344	6 723
Créditos sobre entidades domiciliadas nas ex-colónias	—	5 946	8 048	13 994	—	5 989	8 095	14 084
Crédito interno	496 249	1 471 369	851 801	2 629 889	500 961	1 525 632	862 557	2 692 901
Carteira comercial, empréstimos e outros créditos	60 077	1 100 570	776 420	1 937 067	65 800	1 122 417	784 463	1 972 680
Sector Público	29 355	5 751	39 865	74 971	33 767	5 754	39 738	79 259
Administração Central	28 523	2 023	21 545	52 091	32 770	2 051	21 285	56 106
Regiões Autónomas	832	733	2	1 567	997	604	2	1 603
Administração Local	—	525	17 654	18 179	—	687	17 807	18 494
Previdência Social	—	2 470	664	3 134	—	2 412	644	3 056
Empresas públicas não financeiras	—	157 073	239 591	396 664	—	173 216	242 744	415 960
Outras empresas não financeiras e particulares	3	761 118	411 040	1 172 161	3	763 279	414 790	1 178 072
Instituições financeiras não monetárias	22 118	3 394	27 426	52 938	16 268	3 431	26 468	46 167
Créditos de cobrança duvidosa	8 601	173 234	58 498	240 333	15 762	176 737	60 723	253 222
Aplicações financeiras	367 152	143 565	29 662	540 379	373 502	145 462	29 965	548 929
Sector Público	366 365	108 088	23 111	497 564	372 715	108 862	23 342	504 919
Administração Central	366 365	96 503	21 562	484 430	372 715	95 515	21 561	489 791
Regiões Autónomas	—	11 585	1 549	13 134	—	13 347	1 781	15 128
Administração Local	—	—	—	—	—	—	—	—
Previdência Social	—	—	—	—	—	—	—	—
Empresas públicas não financeiras	—	19 947	4 861	24 808	—	20 435	4 875	25 310
Outras empresas não financeiras e particulares	—	5 172	761	5 933	—	5 422	764	6 186
Instituições financeiras não monetárias	787	10 358	929	12 074	787	10 743	984	12 514
Aplicações de curto prazo em títulos	50 085	80 478	21 880	152 443	43 100	107 826	20 366	171 292
Disponibilidades sobre instituições monetárias	18 935	146 756	23 839	*	18 559	149 927	27 763	*
Crédito no Banco de Portugal	18 935	—	—	—	18 559	—	—	—
Depósitos especiais no Banco de Portugal	—	9 825	18 600	—	—	10 109	18 512	—
Cheques	—	60 137	5 262	—	—	65 678	7 007	—
Outras	—	76 794	—23	—	—	74 140	2 244	—
Disponibilidades diversas	92 616	486 077	252 682	831 375	107 412	515 079	278 301	900 792
Desencontros	—	1 701	2 923	4 624	—	—29	—2	—31
Total do Activo	1 351 166	2 341 676	1 215 877	4 441 046	1 368 515	2 405 479	1 249 112	4 547 283
PASSIVO E CONTAS DE CAPITAL								
Responsabilidades monetárias	512 855	350 703	111 809	631 825	510 305	356 755	111 660	626 461
Base Monetária	512 855	—	—	—	510 305	—	—	—
Circulação Monetária	229 659	—	—	229 659	225 787	—	—	225 787
Reservas das instituições monetárias	278 143	—	—	*	279 574	—	—	*
Outras respons. monetárias do Banco de Portugal	5 053	—	—	5 053	4 944	—	—	4 944
Depósitos à ordem	—	340 355	108 914	383 870	—	348 278	109 429	385 022
Empresas públicas não financeiras	—	29 177	9 113	32 716	—	33 582	9 889	35 811
Outras empresas não financeiras	—	131 565	14 064	124 430	—	134 080	13 479	124 126
Particulares	—	176 834	83 060	222 062	—	177 775	83 897	220 118
Instituições financeiras não monetárias	—	2 779	2 677	4 662	—	2 841	3 064	4 967
Outras responsabilidades monetárias	—	10 348	2 895	13 243	—	8 477	2 231	10 708
Responsabilidades quase-monetárias	—	1 291 891	526 154	1 818 045	—	1 309 225	541 378	1 850 603
Depósitos a prazo e com pré-aviso	—	775 927	437 312	1 213 239	—	784 821	449 928	1 234 749
Empresas públicas não financeiras	—	21 045	2 200	23 245	—	19 232	1 790	21 022
Outras empresas não financeiras	—	68 199	14 882	83 081	—	69 014	15 708	84 722
Particulares	—	683 645	410 829	1 094 474	—	693 866	422 293	1 116 159
Instituições financeiras não monetárias	—	3 038	9 401	12 439	—	2 709	10 137	12 846
Depósitos de poupança	—	—	233	233	—	—	232	232
Depósitos de emigrantes	—	504 737	87 754	592 491	—	517 192	90 118	607 310
Depósitos de residentes em moeda estrangeira	—	8 130	292	8 422	—	4 789	377	5 166
Liquidações antecipadas	—	2 137	41	2 178	—	1 496	43	1 539
Outras	—	960	522	1 482	—	927	680	1 607
Responsabilidades não monetárias	241 892	138 633	290 198	546 592	249 421	153 382	290 090	569 329
Obrigações	—	—	1 038	1 038	—	—	2 971	2 971
Depósitos do sector público	3 583	30 625	78 466	112 674	9 936	35 161	82 733	127 830
Administração Central	3 583	21 978	57 103	82 664	9 936	26 550	57 259	93 745
Regiões Autónomas	—	79	486	565	—	167	628	795
Administração Local	—	4 706	10 415	15 121	—	4 400	10 614	15 014
Previdência Social	—	3 862	10 462	14 324	—	4 044	14 232	18 276
Fundos públicos para a concessão de crédito	—	1 245	11 873	13 118	—	1 292	11 826	13 118
Responsabilidades para com o exterior	209 534	78 027	121 434	408 995	210 507	81 728	122 427	414 662
Organizações financeiras internacionais	133 672	—	—	133 672	133 453	—	—	133 453
Fundo Monetário Internacional	33 604	—	—	33 604	33 838	—	—	33 838
Saques ao abrigo de facilidades especiais	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras responsabilidades	33 604	—	—	33 604	33 838	—	—	33 838
Banco de Pagamentos Internacionais	99 750	—	—	99 750	99 280	—	—	99 280
Outras	318	—	—	318	335	—	—	335
Responsabilidades a curto prazo	75 862	14 392	7 112	97 366	77 054	12 567	7 274	96 895
Responsabilidades para com bancos no estrangeiro	75 862	10 739	6 578	93 179	77 054	9 003	6 716	92 773
Outras responsabilidades para com não residentes	—	3 653	534	4 187	—	3 564	558	4 122
Responsabilidades a médio e longo prazos	—	63 635	114 322	177 957	—	69 161	115 153	184 314
Crédito do Banco Central	—	7 404	11 531	*	—	7 421	11 138	*
Redesconto	—	5 833	11 531	—	—	5 731	11 138	—
Empréstimos e outros créditos	—	1 571	—	—	—	1 690	—	—
Responsabilidades para com outras instit. monetárias	28 425	10 951	65 820	*	28 621	17 431	58 953	*
Outras	350	10 381	36	10 767	357	10 349	42	10 748
Recursos próprios e resultados	96 397	57 877	56 529	210 803	95 488	58 696	56 545	210 729
Contrapartida de flutuações cambiais e atribuição de direitos de saque especiais e outras operações sobre reservas	414 611	—	—	414 611	418 675	—	—	418 675
Responsabilidades diversas	85 411	502 572	231 187	819 170	94 626	527 421	249 439	871 486
Total do Passivo e Contas de Capital	1 351 166	2 341 676	1 215 877	4 441 046	1 368 515	2 405 479	1 249 112	4 547 283

Outubro				Novembro				Dezembro			
Autoridade monetária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de investimento	Total consolidado	Autoridade monetária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de investimento	Total consolidado	Autoridade monetária	Bancos comerciais	Bancos de poupança e de investimento	Total consolidado
-	208 313	70 901	*	-	207 302	72 626	*	-	216 671	77 678	*
-	15 705	5 308	-	-	14 013	5 383	-	-	15 640	5 602	-
-	192 608	65 593	-	-	193 289	67 243	-	-	201 031	72 076	-
746 997	160 077	36 340	943 414	744 788	163 583	37 344	945 715	778 537	185 045	38 987	1 002 569
711 254	149 419	25 896	886 569	708 344	152 923	26 879	888 146	724 704	174 541	28 405	927 650
155	-	-	155	154	-	-	154	117	-	-	117
35 588	-	-	35 588	36 290	-	-	36 290	53 716	-	-	53 716
34 225	-	-	34 225	34 927	-	-	34 927	51 829	-	-	51 829
1 060	-	-	1 060	1 060	-	-	1 060	1 564	-	-	1 564
303	-	-	303	303	-	-	303	323	-	-	323
-	4 388	2 344	6 732	-	4 399	2 344	6 743	-	4 437	2 482	6 919
-	6 270	8 100	14 370	-	6 261	8 121	14 382	-	6 067	8 100	14 167
498 925	1 552 380	871 681	2 735 089	511 946	1 576 104	890 783	2 779 399	585 928	1 639 878	913 022	2 876 576
68 123	1 158 342	798 102	2 024 567	86 602	1 189 180	818 191	2 093 973	57 952	1 240 735	840 488	2 139 175
33 741	5 719	40 295	79 755	51 666	6 189	40 660	98 515	22 421	6 983	45 327	74 731
32 651	2 025	21 660	56 336	50 589	2 000	21 125	73 714	22 421	2 022	20 558	45 001
1 090	597	1	1 688	1 077	673	1	1 751	-	1 695	1	1 696
-	734	18 039	18 773	-	1 165	18 326	19 491	-	939	18 697	19 636
-	2 363	595	2 958	-	2 351	1 208	3 559	-	2 327	6 071	8 398
-	182 479	245 061	427 540	-	191 332	253 558	444 890	-	230 626	261 266	491 892
3	784 103	424 266	1 208 372	3	800 653	431 817	1 232 473	3	832 368	440 772	1 273 143
18 485	3 675	26 816	48 976	19 039	3 436	27 798	50 273	26 928	3 736	26 909	57 573
15 894	182 366	61 664	259 924	15 894	187 570	64 358	267 822	8 600	167 022	66 214	241 836
403 325	144 986	29 847	578 158	402 547	147 262	30 231	580 040	485 750	150 192	31 411	667 353
402 538	108 180	23 239	533 957	401 760	110 121	23 627	535 508	484 963	112 731	24 207	621 901
402 538	94 444	21 458	518 440	401 760	96 320	21 795	519 875	484 963	97 644	22 171	604 778
-	13 736	1 781	15 517	-	13 801	1 832	15 633	-	15 087	2 036	17 123
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	20 541	4 861	25 402	-	20 918	4 857	25 775	-	20 884	4 890	25 774
-	5 473	764	6 237	-	5 398	764	6 162	-	5 078	1 124	6 202
787	10 792	983	12 562	787	10 825	983	12 595	787	11 499	1 190	13 476
7 170	110 578	14 616	132 364	-	92 889	12 497	105 386	-	62 813	7 235	70 048
20 307	138 474	29 116	*	22 797	146 773	29 864	*	42 226	186 134	33 888	*
20 307	-	-	-	22 797	-	-	-	42 226	-	-	-
-	11 961	18 681	-	-	11 779	19 222	-	-	11 319	19 608	-
-	60 515	6 842	-	-	63 535	6 245	-	-	100 828	8 913	-
-	65 998	3 593	-	-	71 459	4 397	-	-	73 987	5 367	-
120 015	556 067	302 922	979 004	136 915	590 761	323 017	1 050 693	64 990	389 539	252 143	706 672
-	-2 049	-2 164	-4 213	-	-216	-1 317	-1 533	-	-1 392	-2 341	-3 733
1 365 937	2 474 788	1 279 680	4 653 294	1 393 649	2 537 534	1 322 453	4 774 274	1 429 455	2 429 737	1 279 489	4 582 084
504 628	344 035	111 158	613 250	509 051	352 992	116 649	628 984	540 300	399 517	128 380	664 107
504 628	-	-	-	509 051	-	-	-	540 300	-	-	-
219 963	-	-	219 963	224 088	-	-	224 088	240 165	-	-	240 165
279 214	-	-	*	279 928	-	-	*	294 349	-	-	*
5 451	-	-	5 451	5 035	-	-	5 035	5 786	-	-	5 786
-	333 570	108 542	374 755	-	344 659	114 621	389 500	-	389 784	126 055	406 098
-	31 444	10 358	35 433	-	33 321	10 622	37 267	-	43 414	13 467	44 780
-	130 307	14 569	122 804	-	133 068	14 460	125 114	-	154 496	17 581	135 469
-	168 886	81 428	212 178	-	175 517	87 049	222 673	-	187 793	91 616	219 967
-	2 933	2 187	4 340	-	2 753	2 490	4 446	-	4 081	3 391	5 882
-	10 465	2 616	13 081	-	8 333	2 028	10 361	-	9 733	2 325	12 058
-	1 324 778	551 505	1 876 283	-	1 348 186	560 654	1 908 840	-	1 373 053	573 569	1 946 622
-	789 512	457 920	1 247 432	-	802 125	465 197	1 267 322	-	812 478	474 769	1 287 247
-	16 517	1 770	18 287	-	17 184	1 650	18 834	-	16 861	2 059	18 920
-	69 794	16 768	86 562	-	72 253	17 742	89 995	-	74 186	17 723	91 909
-	700 758	428 970	1 129 728	-	710 392	435 713	1 146 105	-	719 101	444 258	1 163 359
-	2 443	10 412	12 855	-	2 296	10 092	12 388	-	2 330	10 729	13 059
-	-	224	224	-	-	217	217	-	-	221	221
-	528 451	92 496	620 947	-	538 934	94 302	633 236	-	553 709	97 067	650 776
-	4 451	236	4 687	-	4 666	228	4 894	-	4 460	748	5 208
-	1 535	45	1 580	-	1 551	48	1 599	-	1 373	29	1 402
-	829	584	1 413	-	910	662	1 572	-	1 033	735	1 768
238 127	171 333	286 911	575 831	235 346	169 329	294 709	569 730	303 313	184 817	307 738	643 361
-	-	2 971	2 971	-	-	2 976	2 976	-	-	5 615	5 615
2 463	46 408	84 539	133 410	2 353	30 727	81 574	114 654	70 684	47 277	70 879	188 840
2 463	35 016	59 255	96 734	2 353	21 935	60 983	85 271	70 668	35 112	59 223	165 003
-	1 032	332	1 364	-	152	313	465	-	747	759	1 522
-	5 644	10 400	16 044	-	4 093	10 474	14 567	-	5 522	8 816	14 338
-	4 716	14 552	19 268	-	4 547	9 804	14 351	-	5 896	2 081	7 977
-	1 323	12 435	13 758	-	1 355	12 489	13 844	-	1 368	12 533	13 901
204 659	85 920	122 506	416 085	201 629	94 486	129 720	425 835	201 336	92 219	129 480	423 035
131 707	-	-	131 707	134 803	-	-	134 803	136 313	-	-	136 313
81 284	-	-	81 284	82 952	-	-	82 952	96 569	-	-	96 569
47 059	-	-	47 059	48 025	-	-	48 025	48 821	-	-	48 821
34 225	-	-	34 225	34 927	-	-	34 927	47 748	-	-	47 748
50 092	-	-	50 092	51 543	-	-	51 543	39 435	-	-	39 435
331	-	-	331	308	-	-	308	309	-	-	309
72 952	11 727	7 265	91 944	66 826	14 617	7 376	88 819	65 023	10 611	7 582	83 216
72 952	8 184	6 742	87 878	66 826	10 245	6 848	83 919	65 023	7 165	7 081	79 269
-	3 543	523	4 066	-	4 372	528	4 900	-	3 446	501	3 947
-	74 193	115 241	189 434	-	79 869	122 344	202 213	-	81 608	121 898	203 506
-	7 421	12 886	*	-	8 622	14 175	*	-	7 420	34 806	*
-	5 731	12 586	-	-	5 732	14 175	-	-	5 730	34 806	-
-	1 690	300	-	-	2 890	-	-	-	1 690	-	-
30 642	18 059	51 532	*	31 001	22 124	53 732	*	30 927	24 973	54 381	*
363	12 202	42	12 607	363	12 015	43	12 421	366	11 560	44	11 970
95 473	59 203	56 362	211 038	94 293	59 702	56 317	210 312	137 309	60 059	56 615	253 983
426 150	-	-	426 150	443 035	-	-	443 035	416 227	-	-	416 227
101 559	575 439	273 744	950 742	111 924	607 325	294 124	1 013 373	32 306	412 291	213 187	657 784
1 365 937	2 474 788	1 279 680	4 653 294	1 393 649	2 537 534	1 322 453	4 774 274	1 429 455	2 429 737	1 279 489	4 582 084

Quadro 3.3 – LIQUIDEZ PRIMÁRIA TOTAL

Milhões de escudos

	1978	1979	1980	1981	1982	1983				
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.
Liquidez Internacional	29 855	70 396	354 963	423 815	584 508	587 000	599 327	614 152	608 445	600 552
Disponibilidades sobre o exterior	116 264	148 332	412 619	485 624	658 118	661 142	678 744	734 676	728 176	747 305
Ouro	46 436	50 796	299 722	368 244	501 556	518 008	520 894	549 492	552 388	563 647
Dsc's e Divisas	69 828	97 536	112 897	117 380	156 562	143 134	157 850	185 184	175 788	183 658
Banco de Portugal	35 047	34 776	34 193	30 405	38 008	24 964	42 370	62 198	46 246	45 956
Outras Instituições Monetárias	34 781	62 760	78 704	86 975	118 554	118 170	115 480	122 986	129 542	137 702
Responsab. do B. Portugal para com o exterior	86 409	77 936	57 656	61 809	73 610	74 142	79 417	120 524	119 731	146 753
Crédito ao Sector Público, líquido	162 619	242 898	157 405	244 731	384 939	413 323	426 363	444 015	462 993	483 351
Crédito do B. Portugal, líquido	158 454	238 295	100 867	175 779	309 751	306 928	309 246	331 676	327 030	378 699
Crédito	169 347	261 024	134 035	224 763	347 472	320 352	312 537	335 375	329 040	417 964
Depósitos	10 893	22 729	33 168	48 984	37 721	13 424	3 291	3 699	2 010	39 265
Mercado Interbancário de Títulos	4 165	4 603	56 538	68 952	75 188	106 395	117 117	112 339	135 963	104 652
Obrigações do MIT	4 165	4 603	56 538	68 952	75 188	89 145	97 617	83 909	108 213	70 042
Outras Instituições Monetárias	2 000	2 350	55 490	68 952	75 188	89 145	97 617	83 909	108 213	70 042
Bancos Comerciais	2 000	550	54 350	68 952	71 788	78 892	87 756	82 342	104 392	66 221
Caixa Geral e Montepio Geral	..	1 800	1 140	..	3 400	10 253	9 471	1 567	3 821	3 821
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	..	..	..	390	..	..	..
Instit. Financ. Não Monetárias	2 165	2 253	1 048	..	..	..	..	..	..	..
Bilhetes do Tesouro	..	..	..	..	..	17 250	19 500	28 430	27 750	34 610
Outras Instituições Monetárias	..	..	..	..	..	17 250	19 500	28 430	27 750	34 610
Bancos Comerciais	..	..	..	..	..	15 730	17 440	23 100	22 850	31 110
Caixa Geral e Montepio Geral	..	..	..	..	..	1 400	1 710	3 540	3 350	3 500
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	..	..	120	350	1 790	1 550	..
Inst. Financ. Não Monetárias	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Crédito a IFNM (inclui Cred. Cob. Duv.)	13 182	18 256	19 697	20 767	26 947	27 029	26 875	27 570	27 059	27 516
Crédito a Instituições Monetárias	84 501	46 542	44 099	68 329	67 842	68 985	68 018	68 525	67 721	68 067
Total dos limites de redesconto (3.º escalão)	77 289	42 215	42 215	66 206	66 206	66 206	66 206	66 206	66 206	66 206
Bancos Comerciais	61 271	23 811	23 811	23 811	23 811	23 811	23 811	23 811	23 811	23 811
Caixa Geral e Montepio Geral	..	..	..	17 000	17 000	17 000	17 000	17 000	17 000	17 000
B. Fomento e Crédito Predial	16 018	18 404	18 404	25 395	25 395	25 395	25 395	25 395	25 395	25 395
Outros créditos (inclui Cred. Cob. Duv.)	7 212	4 327	1 884	2 123	1 636	2 779	1 812	2 319	1 515	1 861
Bancos Comerciais	6 416	4 327	1 884	1 838	1 656	2 800	1 844	2 806	1 552	1 896
Caixa Geral e Montepio Geral	796	..	..	300	-1	-1	-2	-2	-2	-2
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	-15	-19	-20	-30	-485	-35	-33
Total do activo = Total do passivo	290 157	378 092	576 164	757 642	1 064 236	1 096 337	1 120 583	1 154 262	1 166 218	1 179 486
Base Monetária	469 498	223 128	272 061	370 405	477 577	464 364	461 368	473 178	462 830	485 306
Circulação monetária	121 378	142 140	165 198	188 433	219 534	210 098	208 721	216 187	214 709	212 808
Reservas legais	42 320	59 254	82 093	153 171	216 305	219 721	223 116	226 896	230 631	233 296
Bancos Comerciais	31 798	45 684	63 623	119 694	170 459	169 798	171 835	175 028	177 117	177 715
Caixa Geral e Montepio Geral	12 046	15 871	21 750	40 848	41 659	42 481	43 618	44 403	45 176	46 426
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	..	14 742	14 920	15 163	15 512	15 605	15 908
Reservas suplementares	..	..	..	757	4 355	11 475	8 486	17 241	..	19 970
Bancos Comerciais	..	..	..	545	2 318	9 903	6 643	12 627	..	15 760
Caixa Geral e Montepio Geral	..	..	..	212	1 435	1 121	1 033	817	..	2 520
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	..	602	451	810	3 797	..	1 690
Reservas excedentárias	5 183	18 554	23 402	25 221	32 964	18 321	15 748	8 118	13 141	15 136
Bancos Comerciais	4 988	9 814	17 313	14 074	20 342	9 230	11 402	5 026	6 399	8 178
Caixa Geral e Montepio Geral	2 379	10 963	4 159	8 962	7 436	5 502	2 780	2 649	3 424	3 024
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	..	1 424	148	422	38	937	116
Depósitos de IFNM	617	3 180	1 368	2 823	4 419	4 749	5 297	4 736	4 349	4 096
Liquidez Primária Potencial	54 720	97 129	172 541	203 206	266 082	303 156	328 678	326 171	353 649	327 370
Bancos Comerciais	40 024	71 203	156 371	190 902	254 718	274 071	297 316	297 630	319 023	292 464
Caixa Geral e Montepio Geral	10 021	15 247	17 487	16 275	5 829	18 728	23 190	20 515	24 495	25 791
B. Fomento e Crédito Predial	3 195	8 426	-455	-1 226	14 215	17 832	15 557	16 191	18 846	17 975
Instit. Financ. Não Monetárias	1 480	2 253	-862	-2 745	-8 680	-7 475	-7 385	-8 165	-8 715	-8 860
Redesconto não utilizado	10 729	22 166	30 537	40 277	49 343	49 625	49 533	49 508	51 581	51 548
Bancos Comerciais	10 278	16 192	18 154	18 106	17 943	17 937	17 901	17 897	17 897	17 880
Caixa Geral e Montepio Geral	..	..	..	6 868	16 999	16 999	16 998	16 998	16 998	16 998
B. Fomento e Crédito Predial	451	5 974	12 383	15 303	14 401	14 689	14 609	14 609	16 686	16 670
Depósitos especiais no Banco de Portugal	5 045	7 600	6 762	7 002	22 997	28 966	46 548	41 338	36 563	33 468
Bancos Comerciais	1 196	278	107	20	3 477	8 801	24 878	18 597	14 806	11 505
Caixa Geral e Montepio Geral	2 672	7 322	6 655	6 982	8 906	9 201	9 254	9 765	9 819	10 021
B. Fomento e Crédito Predial	1 177	..	..	..	10 614	10 964	12 416	12 976	11 938	11 942
Aplicações nos Mercados Interbancários	4 165	4 603	56 538	68 952	75 188	106 395	117 117	112 339	135 963	104 652
Títulos da dívida pública	4 165	4 603	56 538	68 952	75 188	106 395	117 117	112 339	135 963	104 652
Bancos Comerciais	2 000	550	54 350	68 952	71 788	94 622	105 196	105 442	127 242	97 331
Caixa Geral e Montepio Geral	..	1 800	1 140	..	3 400	11 653	11 181	5 107	7 171	7 321
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	..	..	120	740	1 790	1 550	..
Inst. Financ. Não Monetárias	2 165	2 253	1 048	..	..	..	..	..	..	..
Títulos de Outras Instituições Monetárias	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Bancos Comerciais	-3 895	-2 275	17 785	23 885	50 770	41 530	40 820	40 595	40 080	39 295
Caixa Geral e Montepio Geral	3 835	10 515	..	-5 830	-26 765	-21 470	-16 850	-16 085	-18 795	-17 650
B. Fomento e Crédito Predial	-100	-8 240	-17 835	-18 805	-24 395	-20 210	-24 020	-24 860	-21 915	-22 195
Inst. Financ. Não Monetárias	160	..	50	750	390	150	50	350	630	550
Títulos de IFNM	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Bancos Comerciais	..	..	225	3 460	8 945	7 490	7 435	8 390	9 345	9 385
Caixa Geral e Montepio Geral	845	375	1 735	..	..	120	..	..	..	..
B. Fomento e Crédito Predial	..	..	..	35	125	15	..	125	..	25
Inst. Financ. Não Monetárias	-845	-375	-1 960	-3 495	-9 070	-7 625	-7 435	-8 515	-9 345	-9 410
Disponibilidades em divisas	34 781	62 760	78 704	86 975	118 554	118 170	115 480	122 986	129 542	137 702
Bancos Comerciais	30 445	54 183	65 750	76 479	101 795	103 691	101 061	106 705	109 653	117 068
Caixa Geral e Montepio Geral	2 669	6 125	7 957	8 255	3 289	2 225	2 607	4 730	9 302	9 101
B. Fomento e Crédito Predial	1 667	2 452	4 997	2 241	13 470	12 254	11 812	11 551	10 587	11 533
Outras Responsabilidades	65 939	57 835	131 562	184 031	320 577	328 817	330 537	354 913	349 739	366 810
Recursos próprios e resultados	43 862	33 008	97 210	102 068	104 785	104 749	104 748	104 473	104 473	97 060
Contrapartida de flutuações cambiais e outras opera- ções sobre reservas	20 145	18 044	37 133	101 366	231 166	245 470	247 864	271 282	273 583	283 430
Contas diversas, líquido	1 932	6 783	-2 781	-19 403	-15 374	-21 402	-22 075	-20 842	-28 317	-13 680

1983

	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Liquidez Internacional	672 224	724 526	743 523	720 957	716 291	721 598	778 260
Disponibilidades sobre o exterior	841 991	861 564	919 453	897 626	886 725	888 300	931 848
Ouro	644 435	657 770	662 180	649 827	652 578	671 349	684 735
Doe's e Divisas	197 556	203 794	257 273	247 799	234 147	216 951	247 113
Banco de Portugal	35 389	22 156	65 114	75 128	58 832	37 149	44 167
Outras Instituições Monetárias	162 167	181 638	192 159	172 671	175 315	179 802	202 946
Responsab. do B. Portugal para com o exterior	169 767	137 038	175 930	176 669	170 434	166 702	153 588
Crédito ao Sector Público, líquido	515 445	505 980	533 616	566 675	551 121	541 341	491 580
Crédito do B. Portugal, líquido	418 318	443 521	442 222	439 646	440 986	451 073	436 700
Crédito	421 998	465 669	445 805	449 582	443 449	453 426	507 384
Depósitos	3 680	22 148	3 583	9 936	2 463	2 353	70 684
Mercado Interbancário de Títulos	97 127	62 459	91 394	127 029	110 135	90 268	54 880
Obrigações do MIT	61 417	47 829	31 479	25 129	87 305	90 268	54 880
Outras Instituições Monetárias	61 417	47 829	31 479	25 129	87 305	90 268	54 880
Bancos Comerciais	57 376	43 554	29 479	23 629	82 505	82 837	52 711
Caixa Geral e Montepio Geral	4 041	4 275	2 000	1 500	4 800	7 431	2 019
B. Fomento e Crédito Predial	"	"	"	"	"	"	150
Inst. Financ. Não Monetárias	"	"	"	"	"	"	"
Bilhetes do Tesouro	35 710	14 630	59 915	101 900	22 830	"	"
Outras Instituições Monetárias	35 710	14 630	59 915	101 900	22 830	"	"
Bancos Comerciais	33 560	11 300	41 035	83 100	18 080	"	"
Caixa Geral e Montepio Geral	1 700	3 330	18 880	17 050	4 750	"	"
B. Fomento e Crédito Predial	450	"	"	1 750	"	"	"
Inst. Financ. Não Monetárias	"	"	"	"	"	"	"
Crédito a IFNM (inclui Cred. Cob. Duv.)	27 461	29 968	31 506	32 817	35 166	35 720	36 315
Crédito a Instituições Monetárias	67 715	68 245	67 611	67 607	67 811	68 710	75 711
Total dos limites de redesconto (3.º escalão)	66 206	66 206	66 206	66 206	66 109	66 109	74 109
Bancos Comerciais	23 811	23 811	23 811	23 811	23 714	23 714	23 714
Caixa Geral e Montepio Geral	17 000	17 000	17 000	17 000	17 000	17 000	17 000
B. Fomento e Crédito Predial	25 395	25 395	25 395	25 395	25 395	25 395	33 395
Outros créditos (inclui Cred. Cob. Duv.)	1 509	2 039	1 405	1 401	1 702	2 601	1 602
Bancos Comerciais	1 544	1 975	1 445	1 443	1 443	2 645	1 446
Caixa Geral e Montepio Geral	-2	-2	-2	-4	-4	-4	196
B. Fomento e Crédito Predial	-33	66	-38	-38	263	-40	-40
Total do activo = Total do passivo	1 282 845	1 328 719	1 376 256	1 388 056	1 370 389	1 367 369	1 381 866
Base Monetária	506 909	531 785	512 855	510 305	504 628	509 051	540 300
Circulação monetária	217 615	234 866	229 659	225 787	219 963	224 088	240 165
Reservas legais	237 530	239 241	244 463	247 895	249 802	254 853	261 211
Bancos Comerciais	181 731	184 009	185 951	188 528	188 679	192 396	200 715
Caixa Geral e Montepio Geral	48 016	48 394	49 496	50 740	51 682	53 016	54 946
B. Fomento e Crédito Predial	16 505	16 368	16 867	17 350	17 522	17 817	18 719
Reservas suplementares	28 470	43 310	18 780	13 700	16 650	14 070	7 010
Bancos Comerciais	20 930	30 670	15 270	11 900	16 040	14 070	7 010
Caixa Geral e Montepio Geral	5 340	9 400	3 510	1 800	580	"	"
B. Fomento e Crédito Predial	2 200	3 240	"	"	30	"	"
Reservas excedentárias	17 849	10 279	14 900	17 979	12 762	11 005	26 128
Bancos Comerciais	8 639	6 123	10 275	11 196	11 196	6 911	17 311
Caixa Geral e Montepio Geral	6 585	2 305	4 317	4 149	2 760	3 169	5 737
B. Fomento e Crédito Predial	23	71	345	44	56	-308	19
Depósitos de IFNM	5 445	4 089	5 053	4 944	5 451	5 035	5 786
Liquidez Primária Potencial	347 395	330 754	360 654	377 369	363 597	346 984	322 238
Bancos Comerciais	308 702	290 342	303 604	312 054	299 447	286 086	278 016
Caixa Geral e Montepio Geral	31 320	30 826	44 959	51 267	47 301	43 141	21 515
B. Fomento e Crédito Predial	16 858	17 371	18 071	19 223	19 504	19 357	24 472
Inst. Financ. Não Monetárias	-9 485	-7 785	-5 980	-5 175	-2 655	-1 600	-1 765
Redesconto não utilizado	51 389	54 496	48 676	49 048	47 505	45 913	33 485
Bancos Comerciais	17 721	17 835	17 851	17 833	17 737	17 737	17 740
Caixa Geral e Montepio Geral	16 998	16 998	15 121	16 996	16 996	15 361	1 000
B. Fomento e Crédito Predial	16 670	19 663	15 704	14 219	12 772	12 815	14 745
Depósitos especiais no Banco de Portugal	36 712	32 161	28 425	28 621	30 642	31 001	30 927
Bancos Comerciais	13 413	11 090	9 825	10 109	11 961	11 779	11 319
Caixa Geral e Montepio Geral	11 698	12 098	12 469	12 410	12 523	12 886	13 145
B. Fomento e Crédito Predial	11 601	8 973	6 131	6 102	6 158	6 336	6 463
Aplicações nos Mercados Interbancários	97 127	62 459	91 394	127 029	110 135	90 268	54 880
Títulos da dívida pública	97 127	62 459	91 394	127 029	110 135	90 268	54 880
Bancos Comerciais	90 936	54 854	70 514	106 729	100 585	82 837	52 711
Caixa Geral e Montepio Geral	5 741	7 605	20 880	18 550	9 550	7 431	2 019
B. Fomento e Crédito Predial	450	"	"	1 750	"	"	150
Inst. Financ. Não Monetárias	"	"	"	"	"	"	"
Títulos de Outras Instituições Monetárias	"	"	"	"	"	"	"
Bancos Comerciais	36 775	41 910	31 505	23 510	16 695	18 920	19 830
Caixa Geral e Montepio Geral	-13 545	-17 385	-15 075	-7 125	-2 905	-3 120	-7 260
B. Fomento e Crédito Predial	-23 575	-25 390	-17 020	-17 120	-14 185	-16 340	-12 725
Inst. Financ. Não Monetárias	345	865	590	735	395	540	155
Títulos de IFNM	"	"	"	"	"	"	"
Bancos Comerciais	9 830	8 650	6 570	5 910	3 050	1 890	1 875
Caixa Geral e Montepio Geral	"	"	"	"	"	"	"
B. Fomento e Crédito Predial	"	"	"	"	"	250	45
Inst. Financ. Não Monetárias	-9 830	-8 650	-6 570	-5 910	-3 050	-2 140	-1 920
Disponibilidades em divisas	162 167	181 638	192 159	172 671	175 315	179 802	202 946
Bancos Comerciais	140 027	156 003	167 339	147 963	149 419	152 923	174 541
Caixa Geral e Montepio Geral	10 428	11 510	11 564	10 436	11 137	10 583	12 611
B. Fomento e Crédito Predial	11 712	14 125	13 256	14 272	14 759	16 296	15 794
Outras Responsabilidades	428 541	466 180	502 747	500 382	502 164	511 334	519 328
Recursos próprios e resultados	96 397	96 397	96 397	95 488	95 473	94 293	137 309
Contrapartida de flutuações cambiais e outras opera- ções sobre reservas	362 061	386 510	414 611	418 675	426 150	443 035	416 227
Contas diversas, líquido	-29 917	-16 727	-8 261	-13 781	-19 459	-25 994	-34 208

Quadro 3.4 – PRINCIPAIS RUBRICAS DA SÍNTESE DA SITUAÇÃO MONETÁRIA

Milhões de escudos

	1978	1979	1980	1981	1982				1983			
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Disponibilidades líquidas s/ o exterior	-18 879	42 091	339 389	411 772	432 570	523 313	561 486	569 539	593 458	650 796	701 117	760 067
Banco de Portugal	-4 926	7 636	276 259	336 840	360 113	430 375	466 340	465 955	491 166	510 057	548 286	575 314
Outras instituições monetárias.	-13 953	34 455	63 130	74 932	72 457	92 938	95 146	103 584	102 292	140 739	152 831	184 753
Crédito interno total	874 898	1 100 770	1 243 081	1 646 764	1 785 718	1 859 056	1 995 430	2 141 071	2 276 086	2 421 948	2 565 071	2 687 736
Crédito líquido ao sector público	171 690	247 372	169 955	305 363	375 967	373 937	425 512	462 169	532 304	591 683	632 154	582 669
Banco de Portugal	158 454	238 295	100 867	175 779	195 959	224 997	236 330	309 751	331 676	418 318	439 646	436 700
Outras instituições monetárias	13 236	9 077	69 088	129 584	180 008	148 940	189 182	152 418	200 628	173 365	192 508	145 969
Crédito a empresas e particulares	703 208	853 398	1 073 126	1 341 401	1 409 751	1 485 119	1 569 918	1 678 902	1 743 782	1 830 265	1 932 917	2 105 067
Aplicações financeiras	25 055	22 359	26 019	31 589	38 267	38 466	40 407	41 675	42 807	43 510	44 010	45 452
Outros créditos	678 153	831 039	1 047 107	1 309 812	1 371 484	1 446 653	1 529 511	1 637 227	1 700 975	1 786 755	1 888 907	2 059 615
TOTAL (activo = passivo)	856 019	1 142 861	1 582 470	2 058 536	2 218 288	2 382 369	2 556 916	2 710 610	2 869 544	3 072 744	3 266 188	3 447 803
M ₂	726 573	991 912	1 339 327	1 722 963	1 814 538	1 920 276	2 054 084	2 177 732	2 271 646	2 372 307	2 477 064	2 610 729
M ₁	314 878	396 569	484 536	525 432	511 097	534 727	564 606	609 974	597 152	611 754	626 461	664 107
Circulação monetária	121 378	142 140	165 198	188 432	179 928	189 235	197 920	219 534	216 187	217 615	225 787	240 165
Outras responsabilidades monetárias do Banco de Portugal	617	3 179	1 368	2 823	2 474	3 233	3 619	4 419	4 736	5 445	4 944	5 786
Depósitos à ordem e outras responsabilidades monetárias	192 883	251 250	317 970	334 177	328 695	342 259	363 067	386 021	376 229	388 694	395 730	418 156
Responsabilidades quase-monetárias	411 695	595 343	854 791	1 197 531	1 303 441	1 385 549	1 489 478	1 567 758	1 674 494	1 760 553	1 850 603	1 946 622
Diversos	129 446	150 949	243 143	335 573	403 750	462 093	502 832	532 878	597 898	700 437	789 124	837 074

Quadro 3.5 – PRINCIPAIS RUBRICAS DA BASE MONETÁRIA

	1978	1979	1980	1981	1982			1983				
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Disponibilidades Líquidas sobre o exterior .	-4 926	7 636	276 259	336 840	360 113	430 375	466 340	465 955	491 166	510 057	548 286	575 314
Disponibilidades	81 483	85 572	333 915	398 649	422 891	509 702	543 996	539 565	611 690	679 824	724 955	728 902
Responsabilidades	86 409	77 936	57 656	61 809	62 778	79 327	77 656	73 610	120 524	169 767	176 669	153 588
Crédito interno total (CIT)	245 572	280 949	134 132	224 602	241 347	269 444	281 254	355 201	378 266	462 106	491 025	515 244
Crédito líquido ao sector público	158 454	238 295	100 867	175 779	195 959	224 997	236 330	309 751	331 676	418 318	439 646	436 700
Crédito	169 347	261 024	134 035	224 763	199 073	248 244	239 171	347 472	335 375	421 998	449 582	507 384
Depósitos	10 893	22 729	33 168	48 984	3 114	23 247	2 841	37 721	3 699	3 680	9 936	70 684
Empresas e particulares (inclui IFNM)	13 346	18 278	19 703	20 771	24 243	26 387	27 320	26 951	27 573	27 464	32 820	36 318
Instituições monetárias	73 772	24 376	13 562	28 052	21 145	18 060	17 604	18 499	19 017	16 324	18 559	42 226
Total	240 646	288 585	410 391	561 442	601 460	699 819	747 594	821 156	869 432	972 163	1 039 311	1 090 558
Base monetária	169 498	223 128	272 061	369 648	359 117	399 006	426 479	477 577	473 178	506 909	510 305	540 300
Circulação monetária	121 378	142 140	165 198	188 432	179 928	189 235	197 920	219 534	216 187	217 615	225 787	240 165
Reservas das instituições monetárias	47 503	77 809	105 495	178 393	176 715	206 538	224 940	253 624	252 255	283 849	279 574	294 349
Outras responsabilidades monetárias do Banco de Portugal	617	3 179	1 368	2 823	2 474	3 233	3 619	4 419	4 736	5 445	4 944	5 786
Recursos próprios e resultados e diversas	71 148	65 457	138 330	191 794	242 343	300 813	321 115	343 579	396 254	465 254	529 006	550 258

Quadro 3.6 – LIQUIDEZ DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Milhões de escudos

milhões de escudos

Total das OIM							
	Reservas de caixa				Responsabilidades	Taxas de liquidez	
	Totais	Mínimas legais	Suplementares	Excedentárias		Totais	Excedentárias
						%	%
1981							
Dezembro	184 335	160 542	757	23 036	1 605 420	11.48	1.43
1982							
Março	180 760	167 650	3 630	9 480	1 676 503	10.78	0.56
Junho	212 484	198 977	1 904	11 603	1 787 873	11.88	0.64
Setembro	228 937	211 451	1 668	15 818	1 905 081	12.01	0.83
Dezembro	260 417	226 860	4 355	29 202	2 041 741	12.75	1.43
1983							
Janeiro	253 554	227 200	11 475	14 879	2 048 118	12.37	0.72
Fevereiro	253 706	230 617	8 486	14 603	2 078 993	12.20	0.70
Março	259 897	234 944	17 241	7 712	2 117 791	12.27	0.36
Abril	248 658	237 898	..	10 760	2 145 780	11.58	0.50
Maio	271 337	240 046	19 970	11 321	2 167 007	12.52	0.52
Junho	289 969	246 253	28 470	15 246	2 221 936	13.05	0.68
Julho	300 580	248 770	43 310	8 500	2 246 761	13.37	0.37
Agosto	286 031	252 312	18 780	14 939	2 280 561	12.54	0.65
Setembro	286 508	256 618	13 700	16 190	2 319 023	12.35	0.69
Outubro	288 545	257 885	16 650	14 010	2 331 477	12.37	0.60
Novembro	287 071	263 226	14 070	9 775	2 378 478	12.06	0.41
Dezembro	304 457	274 380	7 010	23 067	2 474 520	12.30	0.93
Bancos comerciais							
1981							
Dezembro	134 313	119 694	545	14 074	1 196 940	11.22	1.17
1982							
Março	132 426	124 348	1 829	6 249	1 243 485	10.64	0.50
Junho	158 385	150 285	1 445	6 655	1 321 379	11.98	0.50
Setembro	170 494	158 120	754	11 620	1 393 991	12.23	0.83
Dezembro	193 119	170 459	2 318	20 342	1 501 443	12.86	1.35
1983							
Janeiro	188 930	169 798	9 902	9 230	1 497 452	12.61	0.61
Fevereiro	189 880	171 835	6 643	11 402	1 515 719	12.52	0.75
Março	192 681	175 028	12 627	5 026	1 543 624	12.48	0.32
Abril	183 516	177 117	..	6 399	1 562 193	11.74	0.40
Maio	201 653	177 715	15 760	8 178	1 568 717	12.85	0.52
Junho	211 300	181 731	20 930	8 639	1 603 816	13.17	0.53
Julho	220 802	184 009	30 670	6 123	1 624 729	13.59	0.37
Agosto	211 496	185 951	15 270	10 275	1 642 596	12.87	0.62
Setembro	212 425	188 528	11 900	11 997	1 665 982	12.75	0.72
Outubro	215 915	188 679	16 040	11 196	1 668 815	12.93	0.67
Novembro	213 377	192 396	14 070	6 911	1 701 176	12.54	0.40
Dezembro	225 036	200 715	7 010	17 311	1 772 571	12.69	0.97
Bancos de poupança e investimento							
1981							
Dezembro	50 022	40 848	212	8 962	408 480	12.24	2.19
1982							
Março	48 334	43 302	1 801	3 231	433 018	11.16	0.74
Junho	54 099	48 692	459	4 948	466 494	11.59	1.06
Setembro	58 443	53 332	914	4 197	511 090	11.43	0.82
Dezembro	67 298	56 401	2 037	8 860	540 298	12.45	1.63
1983							
Janeiro	64 624	57 401	1 573	5 650	550 666	11.73	1.02
Fevereiro	63 826	58 781	1 843	3 202	563 274	11.33	0.56
Março	67 216	59 915	4 614	2 687	574 167	11.70	0.46
Abril	65 142	60 781	..	4 361	583 587	11.16	0.74
Maio	69 684	62 333	4 210	3 141	598 290	11.64	0.52
Junho	78 669	64 521	7 540	6 608	618 120	12.72	1.06
Julho	79 778	64 762	12 640	2 376	622 032	12.82	0.38
Agosto	74 535	66 361	3 510	4 664	637 965	11.68	0.73
Setembro	74 083	68 090	1 800	4 193	653 041	11.34	0.64
Outubro	72 630	69 205	610	2 815	662 662	10.96	0.42
Novembro	73 694	70 830	..	2 864	677 302	10.88	0.42
Dezembro	79 421	73 665	..	5 756	701 949	11.31	0.82

Quadro 3,7 – BALANÇO DAS OIM's

Milhões de escudos

	1981	1982	1983			
	Dezembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Reservas efectivas	178 393	253 624	249 517	247 350	252 255	243 772
Reservas legais	153 171	216 305	219 721	223 116	226 896	230 631
Reservas suplementares	757	4 355	11 475	8 486	17 241	..
Reservas excedentárias	24 465	32 964	18 321	15 748	8 118	13 141
Reservas potenciais	207 458	275 152	310 781	336 111	334 686	362 994
Depósitos especiais no Banco de Portugal	7 759	22 997	28 966	46 547	41 338	36 563
Redesconto não utilizado	40 277	49 343	49 625	49 532	49 508	51 581
Disponibilidades sobre o exterior	86 975	118 554	118 170	115 480	122 986	129 542
das quais – sobre bancos no estrangeiro	38 952	50 344	49 965	46 250	47 464	49 261
Aplicações nos mercados interbancários	72 447	84 258	114 020	124 552	120 854	145 308
Mercado interbancário de títulos	68 952	75 188	106 395	117 117	112 339	135 963
Bilhetes do Tesouro	–	–	17 250	19 500	28 430	27 750
Outros Títulos	68 952	75 188	89 145	97 617	83 909	108 213
Mercado monetário interbancário	3 495	9 070	7 625	7 435	8 515	9 345
Outras instituições monetárias	–	–	–	–	–	–
Bancos comerciais	23 985	51 090	41 680	40 820	40 945	40 220
C. Geral Depósitos e Montepio Geral	–5 430	–26 765	–21 470	–16 850	–16 085	–18 545
B. Fomento Nacional e Crédito Predial	–18 555	–24 325	–20 210	–23 970	–24 860	–21 675
Instituições financeiras não monetárias	3 495	9 070	7 625	7 435	8 515	9 345
Outras disponibilidades	57 260	95 406	88 427	83 651	86 216	83 216
Crédito interno	1 464 073	1 835 694	1 844 738	1 864 053	1 896 749	1 915 859
Sector público	143 443	183 743	181 209	180 865	180 540	179 562
Empresas não financeiras e particulares	1 300 908	1 622 185	1 632 497	1 651 640	1 683 058	1 702 696
Empresas públicas não financeiras	321 119	383 867	393 471	401 934	405 850	414 450
Outras empresas não financ. e particulares	979 789	1 238 318	1 239 026	1 249 706	1 277 208	1 288 246
Instituições financeiras não monetárias	19 722	29 766	31 032	31 548	33 151	33 601
Total do activo = Total do passivo	1 907 184	2 459 876	2 493 463	2 531 165	2 569 906	2 605 841
Depósitos à ordem	334 177	386 021	374 848	371 903	376 229	380 697
Empresas públicas não financeiras	27 819	38 836	31 566	33 540	33 554	37 170
Outras empresas não financeiras	112 469	128 106	118 081	115 030	119 029	118 360
Particulares	182 148	205 423	212 386	211 945	210 937	210 702
Instituições financeiras não monetárias	4 587	5 406	4 885	4 084	4 509	4 396
Outras responsabilidades monetárias	7 154	8 250	7 930	7 304	8 200	10 069
Depósitos a prazos de residentes	845 323	1 078 956	1 109 806	1 132 503	1 151 616	1 172 351
Empresas públicas não financeiras	15 830	30 894	31 683	34 422	32 538	31 706
Outras empresas não financeiras	57 952	73 246	78 112	78 802	78 972	80 031
Particulares	747 321	956 296	982 083	1 001 394	1 021 258	1 041 193
Instituições financeiras não monetárias	18 312	12 603	11 179	11 122	11 832	11 921
Outras responsabilidades quase monetárias	5 908	5 917	6 749	6 763	7 016	7 500
Depósitos de emigrantes	352 208	488 802	501 141	512 082	522 878	532 170
Depósitos do sector público	82 811	106 513	103 557	93 579	92 251	99 911
Responsabilidades para com o exterior	58 462	121 713	132 638	135 527	147 742	153 896
Curto prazo	12 043	14 970	18 249	17 433	20 694	21 241
Médio e longo prazo	46 419	106 743	114 389	118 094	127 048	132 655
Recursos do mercado monetário interbancário	750	390	..	..	350	630
Outras responsabilidades para com OIMS	57 260	95 406	88 427	83 651	86 216	83 216
Crédito do Banco de Portugal	68 329	67 842	68 985	68 017	68 525	67 721
Limites de redesconto	66 206	66 206	66 206	66 205	66 206	66 206
dos quais – redesconto utilizado	26 155	16 671	16 382	16 445	16 007	14 380
Outros créditos	2 123	1 636	2 779	1 812	2 319	1 515
Outras responsabilidades não monetárias	11 285	17 059	22 437	40 012	33 732	28 991
Recursos próprios e resultados	84 429	116 802	118 957	119 323	120 420	120 705
Diversas líquidas	4 319	–17 289	–26 150	–22 701	–24 594	–31 440
Desencontros	7 831	–2 339	–1 183	–2 731	–5 459	–3 007

1983

Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
268 402	283 849	292 830	278 143	279 574	279 214	279 928	294 349
233 296	237 530	239 240	244 464	247 895	249 803	254 853	261 211
19 970	28 470	43 310	18 780	13 700	16 650	14 070	7 010
15 136	17 849	10 280	14 899	17 979	12 761	11 005	26 128
336 780	357 225	339 404	367 224	383 280	366 647	349 124	324 158
33 468	36 712	32 161	28 425	28 621	30 642	31 001	30 927
51 548	51 389	54 496	48 676	49 048	47 505	45 913	33 485
137 702	162 167	181 638	192 159	172 672	175 315	179 802	202 946
55 842	67 073	82 733	91 302	78 151	78 282	78 306	83 997
114 062	106 957	71 109	97 964	132 939	113 185	92 408	56 800
104 652	97 127	62 459	91 394	127 029	110 135	90 268	54 880
34 610	35 710	14 630	59 915	101 900	22 830	..	..
70 042	61 417	47 829	31 479	25 129	87 305	90 268	54 880
9 410	9 830	8 650	6 570	5 910	3 050	2 140	1 920
..	..	..	..	..	..	..	..
39 585	36 955	42 455	31 635	24 245	16 730	18 920	19 830
-17 550	-13 490	-17 145	-14 960	-7 125	-2 635	-3 120	-7 105
-22 035	-23 465	-25 310	-16 675	-17 120	-14 095	-15 800	-12 725
9 410	9 830	8 650	6 570	5 910	3 050	2 140	1 920
87 411	84 640	94 684	76 771	76 384	69 591	75 856	79 354
1 936 637	1 991 743	2 016 844	2 061 181	2 083 470	2 146 336	2 199 982	2 277 994
178 826	188 942	183 969	192 224	183 373	197 133	200 649	209 245
1 723 310	1 763 790	1 792 400	1 826 722	1 858 313	1 906 779	1 956 181	2 025 311
425 860	437 182	448 200	460 292	482 684	494 746	514 502	556 148
1 297 450	1 326 608	1 344 200	1 366 430	1 375 629	1 412 033	1 441 679	1 469 163
34 501	39 011	40 475	42 235	41 784	42 424	43 152	43 438
2 629 230	2 717 457	2 743 762	2 783 319	2 822 708	2 861 788	2 904 890	2 975 855
378 301	388 694	383 468	397 113	395 730	387 836	399 861	418 156
37 534	34 218	32 533	32 716	35 811	35 433	37 267	44 780
114 624	118 161	116 015	124 430	124 126	122 804	125 114	135 469
211 070	215 387	213 542	222 062	220 118	212 178	222 673	219 967
4 149	5 045	4 348	4 662	4 967	4 340	4 446	5 882
10 924	15 883	17 030	13 243	10 708	13 081	10 361	12 058
1 186 907	1 202 543	1 207 448	1 225 554	1 243 293	1 255 336	1 275 604	1 295 846
28 162	28 318	25 882	23 245	21 022	18 287	18 834	18 920
79 961	79 919	79 582	83 081	84 722	86 562	89 995	91 909
1 059 440	1 072 775	1 080 395	1 094 474	1 116 159	1 129 728	1 146 105	1 163 359
12 028	13 272	12 126	12 439	12 846	12 855	12 388	13 059
7 316	8 459	9 463	12 315	8 544	7 904	8 282	8 599
545 546	558 010	576 430	592 491	607 310	620 947	633 236	650 776
89 739	112 704	109 226	109 091	117 894	130 947	112 301	118 156
159 913	184 426	195 172	199 461	204 155	208 426	224 206	221 699
19 785	21 428	24 342	21 504	19 841	18 992	21 993	18 193
140 128	162 998	170 830	177 957	184 314	189 434	202 213	203 506
550	345	865	590	735	395	540	155
87 411	84 640	94 684	76 771	76 384	69 591	75 856	79 354
68 067	67 715	68 245	67 611	67 607	67 812	68 710	75 711
66 206	66 206	66 206	66 206	66 206	66 109	66 109	74 109
14 419	14 567	11 460	17 364	16 869	18 317	19 907	40 536
1 861	1 509	2 039	1 405	1 401	1 703	2 601	1 602
24 545	26 560	25 378	24 573	26 480	28 973	28 878	31 120
120 745	114 517	113 684	114 406	115 241	115 565	116 019	116 674
-28 726	-18 190	-27 232	-19 718	-32 152	-28 253	-31 854	-35 525
-3 768	-4 507	-3 606	-4 624	31	4 213	1 533	3 733

Quadro 3.8 — DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO — 1983
Saldos em fim de trimestre

Milhões de escudos

	Total das OIM							
	Até 1 ano				1 a 5 anos			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Agricultura, silvicultura, caça, pesca	49 575	48 541	50 106	53 451	14 229	15 240	14 269	14 425
1.1 Agricultura e caça	40 259	39 720	41 332	44 280	11 742	12 483	11 673	11 834
1.2 Silvicultura e exploração florestal	1 294	1 195	1 169	1 081	472	608	573	498
1.3 Pesca	8 022	7 626	7 605	8 090	2 015	2 149	2 023	2 093
2. Indústrias extractivas	6 041	5 983	6 180	6 381	2 316	2 497	2 638	2 753
3. Indústrias transformadoras	382 591	397 088	419 865	441 558	91 084	95 254	100 089	109 667
3.1 Alimentação, bebidas e tabaco	56 358	53 358	56 598	58 502	11 273	12 110	11 526	12 454
3.2 Têxteis, vestuário e couro	82 253	86 045	93 491	95 796	19 148	19 692	19 604	19 419
3.3 Madeira e cortiça	28 089	29 315	30 763	31 393	5 851	6 269	6 784	6 992
3.4 Papel, artes gráficas e editoriais	23 286	24 532	27 758	27 590	5 130	5 449	5 143	5 090
3.5 Químicas e actividades conexas	53 216	55 570	56 658	61 721	11 196	11 418	11 605	19 247
3.6 Produtos minerais não metálicos	22 168	22 581	24 647	24 185	7 750	7 991	10 904	11 491
3.7 Metalúrgicas de base	26 442	28 178	28 861	32 060	6 380	6 636	6 973	6 774
3.8 Prod. metal., máq., mat. transporte	67 034	71 300	73 682	81 891	21 588	22 637	24 270	24 852
3.9 Outras	23 745	26 209	27 407	28 420	2 768	3 052	3 280	3 348
4. Electricidade, água e gás	13 598	15 447	21 619	22 098	2 772	2 622	2 828	2 132
5. Construção e obras públicas	54 640	54 669	54 312	57 474	95 542	101 205	106 315	113 599
6. Comércio, restaurantes e hotéis	206 166	214 150	221 049	256 953	82 694	102 863	118 343	138 495
6.1 Comércio por grosso	134 950	142 267	148 075	175 884	63 421	83 264	99 757	117 235
6.2 Comércio a retalho	55 536	56 506	60 026	63 591	15 002	15 158	14 649	16 352
6.3 Restaurantes e hotéis	15 680	15 377	12 948	17 478	4 271	4 441	3 937	4 908
7. Transportes, armazenagem, comunicações	22 313	23 124	23 270	25 389	6 498	7 701	8 727	13 216
8. Instit. financeiras não monetárias	5 673	5 468	5 826	5 365	10 970	14 886	2 546	2 901
9. Sector público	5 802	4 307	4 619	10 656	4 607	4 394	4 629	4 589
0. Outros créditos	82 625	79 300	84 126	86 234	23 237	24 116	24 860	30 081
0.1 A particulares para habitação	2 531	2 414	2 731	2 844	4 440	4 659	4 998	4 792
0.2 A particulares para outros fins	42 393	41 539	40 539	39 712	9 224	9 418	8 523	11 456
0.3 Diversos não especificados	37 701	35 347	40 856	43 678	9 573	10 039	11 339	13 833
Créditos não reclassificados	"	"	"	"	"	"	"	"
Total	829 024	848 077	890 972	965 559	333 949	370 778	385 244	431 858

	Bancos comerciais							
	Até 1 ano				1 a 5 anos			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Agricultura, silvicultura, caça, pesca	41 999	41 165	43 017	44 088	10 055	10 881	9 710	9 689
1.1 Agricultura e caça	33 140	32 665	34 528	35 181	7 760	8 364	7 370	7 363
1.2 Silvicultura e exploração florestal	1 284	1 184	1 156	1 072	472	608	573	498
1.3 Pesca	7 575	7 316	7 333	7 835	1 823	1 909	1 767	1 828
2. Indústrias extractivas	5 916	5 862	5 901	5 931	1 369	1 483	1 619	1 530
3. Indústrias transformadoras	339 874	351 253	370 777	388 476	64 743	68 113	71 019	78 263
3.1 Alimentação, bebidas e tabaco	52 141	49 280	52 124	53 636	9 234	9 784	9 025	9 696
3.2 Têxteis, vestuário e couro	78 650	82 055	89 287	91 212	16 682	17 176	17 017	16 679
3.3 Madeira e cortiça	26 286	27 442	28 904	29 579	5 304	5 683	6 129	6 340
3.4 Papel, artes gráficas e editoriais	19 813	20 574	23 546	23 363	3 744	4 024	3 725	3 394
3.5 Químicas e actividades conexas	45 811	47 961	48 539	52 557	5 899	6 101	6 384	14 065
3.6 Produtos minerais não metálicos	21 386	21 620	23 498	22 835	5 810	6 121	9 092	9 103
3.7 Metalúrgicas de base	24 678	26 507	27 366	30 552	4 095	4 341	4 686	4 509
3.8 Prod. metal., máq., mat. transporte	56 807	60 286	61 504	68 306	12 508	13 277	13 127	12 792
3.9 Outras	14 302	15 528	16 009	16 436	1 467	1 606	1 834	1 685
4. Electricidade, água e gás	8 270	8 158	7 782	11 745	1 793	1 664	1 879	2 066
5. Construção e obras públicas	48 685	49 983	50 039	52 847	16 282	18 103	19 353	21 756
6. Comércio, restaurantes e hotéis	197 147	204 868	211 114	246 415	61 021	72 505	83 560	100 060
6.1 Comércio por grosso	128 670	135 755	141 004	168 595	43 739	54 918	66 823	80 667
6.2 Comércio a retalho	53 471	54 397	57 876	61 314	14 399	14 556	14 225	15 937
6.3 Restaurantes e hotéis	15 006	14 716	12 234	16 506	2 883	3 031	2 512	3 456
7. Transportes, armazenagem, comunicações	18 881	18 427	17 525	19 433	4 306	4 698	5 138	7 996
8. Instit. financeiras não monetárias	2 764	2 703	3 221	3 143	281	201	220	546
9. Sector público	3 093	3 073	3 500	4 518	2 571	2 601	2 328	2 302
0. Outros créditos	75 876	72 525	76 601	77 590	21 771	22 481	22 703	25 060
0.1 A particulares para habitação	2 297	2 114	2 314	2 407	4 414	4 628	4 963	4 754
0.2 A particulares para outros fins	37 715	36 986	35 441	35 858	8 687	8 810	7 788	8 278
0.3 Diversos não especificados	35 864	33 425	38 846	39 325	8 670	9 043	9 952	12 028
Créditos não reclassificados	"	"	"	"	"	"	"	"
Total	742 505	758 017	789 477	854 186	184 192	202 730	217 529	249 268

Total das OIM

Mais de 5 anos				Total			
Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
16 148	17 584	16 984	17 327	79 952	81 365	81 359	85 203
13 535	14 838	13 848	14 250	65 536	67 041	66 853	70 364
160	154	161	174	1 926	1 957	1 903	1 753
2 453	2 592	2 975	2 903	12 490	12 367	12 603	13 086
1 349	1 632	1 901	2 042	9 706	10 112	10 719	11 176
128 518	130 456	140 881	155 892	602 193	622 798	660 835	707 117
13 176	13 382	15 044	16 396	80 807	78 850	83 168	87 352
13 324	13 651	15 331	17 340	114 725	119 388	128 426	132 555
3 957	4 404	4 779	5 831	37 897	39 988	42 326	44 216
6 012	6 243	8 550	11 872	34 428	36 224	41 451	44 552
31 582	31 369	32 189	33 111	95 994	98 357	100 452	114 079
10 634	11 080	11 896	12 585	40 552	41 652	47 447	48 261
3 843	3 898	4 755	5 122	36 665	38 712	40 589	43 956
43 596	43 977	45 749	50 953	132 218	137 914	143 701	157 696
2 394	2 452	2 588	2 682	28 907	31 713	33 275	34 450
64 307	66 160	67 965	80 353	80 677	84 229	92 412	104 583
28 687	32 265	33 697	35 409	178 869	188 139	194 324	206 482
17 244	17 475	21 261	24 932	306 104	334 488	360 653	420 380
5 730	5 374	6 894	7 779	204 101	230 905	254 726	300 898
1 782	1 953	2 410	2 626	72 320	73 617	77 085	82 569
9 732	10 148	11 957	14 527	29 683	29 966	28 842	36 913
31 366	31 856	32 504	33 851	60 177	62 681	64 501	72 456
5 547	7 576	21 686	22 483	22 190	27 930	30 058	30 749
38 601	40 084	40 757	41 894	49 010	48 785	50 005	57 139
228 456	244 920	253 028	269 628	334 318	348 336	362 014	385 943
196 555	209 870	224 703	240 180	203 526	216 943	232 432	247 816
21 687	25 062	20 448	20 013	73 304	76 019	69 510	71 181
10 214	9 988	7 877	9 435	57 488	55 374	60 072	66 946
..	..	..	..	..	..	..	..
560 223	590 008	630 664	683 811	1 723 196	1 808 863	1 906 880	2 081 228

Bancos comerciais

Mais de 5 anos				Total			
Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
6 245	7 300	6 370	6 389	58 299	59 346	59 097	60 166
4 560	5 673	4 556	4 745	45 460	46 702	46 454	47 289
160	154	161	174	1 916	1 946	1 890	1 744
1 525	1 473	1 653	1 470	10 923	10 698	10 753	11 133
341	531	778	902	7 626	7 876	8 298	8 363
27 586	27 396	36 349	44 144	432 203	446 762	478 145	510 883
4 564	4 496	5 656	6 599	65 939	63 560	66 805	69 931
5 351	5 475	6 924	8 897	100 688	104 706	113 228	116 788
1 325	1 335	1 510	2 247	32 915	34 460	36 543	38 166
818	820	2 931	3 961	24 375	25 418	30 202	30 718
2 804	2 853	3 672	4 190	54 514	56 915	58 595	70 812
3 608	3 369	4 177	5 187	30 804	31 110	36 767	37 125
2 465	2 531	3 059	3 426	31 238	33 379	35 111	38 487
5 463	5 332	7 087	8 233	74 778	78 895	81 718	89 331
1 188	1 185	1 333	1 404	16 957	18 319	19 176	19 525
409	426	537	1 648	10 472	10 248	10 198	15 459
3 390	3 577	4 450	4 825	68 357	71 663	73 842	79 428
10 102	10 242	13 154	16 200	268 270	287 615	307 828	362 675
4 220	4 210	5 114	5 938	176 629	194 883	212 941	255 200
1 470	1 622	2 058	2 275	69 340	70 575	74 159	79 526
4 412	4 410	5 982	7 987	22 301	22 157	20 728	27 949
733	846	1 374	2 146	23 920	23 971	24 037	29 575
10	151	149	151	3 055	3 055	3 590	3 840
484	445	414	562	6 148	6 119	6 242	7 382
46 005	52 463	51 835	60 318	143 652	147 469	151 139	162 968
26 565	30 840	36 553	44 164	33 276	37 582	43 830	51 325
14 774	17 346	13 241	12 524	61 176	63 142	56 470	56 660
4 666	4 277	2 041	3 630	49 200	46 745	50 839	54 983
..	..	..	..	..	..	..	..
95 305	103 377	115 410	137 285	1 022 002	1 064 124	1 122 416	1 240 739

Quadro 3.8 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO – 1983
Saldos em fim de trimestre

Milhões de escudos								
Bancos de poupança e de investimento								
	Até 1 ano				1 a 5 anos			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Agricultura, silvicultura, caça, pesca	7 576	7 376	7 089	9 363	4 174	4 359	4 559	4 736
1.1 Agricultura e caça	7 119	7 055	6 804	9 099	3 982	4 119	4 303	4 471
1.2 Silvicultura e exploração florestal	10	11	13	9	..	..	..	..
1.3 Pesca	447	310	272	255	192	240	256	265
2. Indústrias extractivas	125	121	279	450	947	1 014	1 019	1 223
3. Indústrias transformadoras	42 717	45 835	49 088	53 082	26 341	27 141	29 070	31 404
3.1 Alimentação, bebidas e tabaco	4 217	4 078	4 474	4 866	2 039	2 326	2 501	2 758
3.2 Têxteis, vestuário e couro	3 603	3 990	4 204	4 584	2 466	2 516	2 587	2 740
3.3 Madeira e cortiça	1 803	1 873	1 859	1 814	547	586	655	652
3.4 Papel, artes gráficas e editoriais	3 473	3 958	4 212	4 227	1 386	1 425	1 418	1 696
3.5 Químicas e actividades conexas	7 405	7 609	8 119	9 164	5 297	5 317	5 221	5 182
3.6 Produtos minerais não metálicos	782	961	1 149	1 350	1 940	1 870	1 812	2 388
3.7 Metalúrgicas de base	1 764	1 671	1 495	1 508	2 285	2 295	2 287	2 265
3.8 Prod. metal., máq., mat. transporte	10 227	11 014	12 178	13 585	9 080	9 360	11 143	12 060
3.9 Outras	9 443	10 681	11 398	11 984	1 301	1 446	1 446	1 663
4. Electricidade, água e gás	5 328	7 289	13 837	10 353	979	958	949	66
5. Construção e obras públicas	5 955	4 686	4 273	4 627	79 260	83 102	86 962	91 843
6. Comércio, restaurantes e hotéis	9 019	9 282	9 935	10 538	21 673	30 358	34 783	38 435
6.1 Comércio por grosso	6 280	6 512	7 071	7 289	19 682	28 346	32 934	36 568
6.2 Comércio a retalho	2 065	2 109	2 150	2 277	603	602	424	415
6.3 Restaurantes e hotéis	674	661	714	972	1 388	1 410	1 425	1 452
7. Transportes, armazenagem, comunicações	3 432	4 697	5 745	5 956	2 192	3 003	3 589	5 220
8. Instit. financeiras não monetárias	2 909	2 765	2 605	2 222	10 689	14 685	2 326	2 355
9. Sector público	2 709	1 234	1 119	6 138	2 036	1 793	2 301	2 287
0. Outros créditos	6 749	6 775	7 525	8 644	1 466	1 635	2 157	5 021
0.1 A particulares para habitação	234	300	417	437	26	31	35	38
0.2 A particulares para outros fins	4 678	4 553	5 098	3 854	537	608	735	3 178
0.3 Diversos não especificados	1 837	1 922	2 010	4 353	903	996	1 387	1 805
Créditos não reclassificados	..	..	..	..	..	..	..	..
Total	86 519	90 060	101 495	111 373	149 757	168 048	167 715	182 590

Quadro 3.9 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO – 1983
Crédito concedido

Milhões de escudos										
Total das OIM										
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
1. Agricultura, silvicultura, caça, pesca	28 830	25 690	22 425	30 781	107 726	3 274	3 589	3 267	3 004	13 134
1.1 Agricultura e caça	23 372	21 363	18 216	25 671	88 622	2 575	2 592	2 596	2 356	10 119
1.2 Silvicultura e exploração florestal	862	758	581	635	2 836	156	220	135	71	582
1.3 Pesca	4 596	3 569	3 628	4 475	16 268	543	777	536	577	2 433
2. Indústrias extractivas	3 959	3 945	3 993	4 184	16 081	704	740	577	497	2 518
3. Indústrias transformadoras	269 351	274 547	304 787	316 384	1 165 069	23 093	21 188	22 302	31 350	97 933
3.1 Alimentação, bebidas e tabaco	37 081	34 993	39 720	39 581	151 375	3 868	3 215	2 711	4 005	13 799
3.2 Têxteis, vestuário e couro	62 327	70 502	72 411	76 685	281 925	4 952	3 939	3 507	4 512	16 910
3.3 Madeira e cortiça	18 649	18 822	21 185	21 714	80 370	1 977	1 971	1 688	1 625	7 261
3.4 Papel, artes gráficas e editoriais	16 322	16 864	19 184	18 192	70 562	1 227	1 077	776	1 096	4 176
3.5 Químicas e actividades conexas	37 596	40 569	42 065	47 243	167 473	2 382	3 050	2 140	9 461	17 033
3.6 Produtos minerais não metálicos	15 440	14 170	19 863	17 597	67 070	1 579	1 447	2 464	2 118	7 608
3.7 Metalúrgicas de base	19 474	17 428	19 856	21 697	78 455	1 213	1 179	1 464	1 868	5 724
3.8 Prod. metal., máq., mat. transporte	43 982	48 011	50 441	59 021	201 455	5 056	4 497	6 545	5 728	21 826
3.9 Outras	18 480	13 188	20 062	14 654	66 384	839	813	1 007	937	3 596
4. Electricidade, água e gás	5 563	7 490	11 952	13 710	38 715	612	504	962	1 119	3 197
5. Construção e obras públicas	30 123	32 361	33 531	38 142	134 157	13 893	12 020	17 741	22 732	66 386
6. Comércio, restaurantes e hotéis	166 732	162 573	170 118	212 334	711 757	26 809	24 635	24 622	35 465	111 531
6.1 Comércio por grosso	115 295	107 378	114 517	149 729	486 919	20 910	19 148	19 949	28 351	88 358
6.2 Comércio a retalho	42 766	47 026	49 173	50 096	189 061	4 940	4 719	3 785	5 681	19 125
6.3 Restaurantes e hotéis	8 671	8 169	6 428	12 509	35 777	959	768	888	1 433	4 048
7. Transportes, armazenagem, comunicações	9 769	10 673	9 541	12 755	42 738	1 663	2 887	2 394	6 808	13 752
8. Instit. financeiras não monetárias	2 674	3 119	3 256	3 393	12 442	148	136	668	446	1 398
9. Sector público	3 261	1 780	2 134	8 552	15 727	293	275	314	331	1 213
0. Outros créditos	54 702	59 338	62 018	61 870	237 928	8 715	9 593	8 821	13 277	40 406
0.1 A particulares para habitação	1 049	1 692	897	817	4 455	825	868	939	887	3 519
0.2 A particulares para outros fins	27 686	27 438	28 266	27 839	111 229	2 816	2 927	2 239	3 717	11 699
0.3 Diversos não especificados	25 967	30 208	32 855	33 214	122 244	5 074	5 798	5 643	8 673	25 188
Total	574 964	581 516	623 755	702 105	2 482 340	79 204	75 567	81 668	115 029	351 468

Bancos de poupança e de investimento

Mais de 5 anos				Total			
Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
9 903	10 284	10 614	10 938	21 653	22 019	22 262	25 037
8 975	9 165	9 292	9 505	20 076	20 339	20 399	23 075
..	..	..	..	10	11	13	9
928	1 119	1 322	1 433	1 567	1 669	1 850	1 953
1 008	1 101	1 123	1 140	2 080	2 236	2 421	2 813
100 932	103 060	104 532	111 748	169 990	176 036	182 690	196 234
8 612	8 886	9 388	9 797	14 868	15 290	16 363	17 421
7 973	8 176	8 407	8 443	14 042	14 682	15 198	15 767
2 632	3 069	3 269	3 584	4 982	5 528	5 783	6 050
5 194	5 423	5 619	7 911	10 053	10 806	11 249	13 834
28 778	28 516	28 517	28 921	41 480	41 442	41 857	43 267
7 026	7 711	7 719	7 398	9 748	10 542	10 680	11 136
1 378	1 367	1 696	1 696	5 427	5 333	5 478	5 469
38 133	38 645	38 662	42 720	57 440	59 019	61 983	68 365
1 206	1 267	1 255	1 278	11 950	13 394	14 099	14 925
63 898	65 734	67 428	78 705	70 205	73 981	82 214	89 124
25 297	28 688	29 247	30 584	110 512	116 476	120 482	127 054
7 142	7 233	8 107	8 732	37 834	46 873	52 825	57 705
1 510	1 164	1 780	1 841	27 472	36 022	41 785	45 698
312	331	352	351	2 980	3 042	2 926	3 043
5 320	5 738	5 975	6 540	7 382	7 809	8 114	8 964
30 633	31 010	31 130	31 705	36 257	38 710	40 464	42 881
5 537	7 425	21 537	22 332	19 135	24 875	26 468	26 909
38 117	39 639	40 343	41 332	42 862	42 666	43 763	49 757
182 451	192 457	201 193	209 310	190 666	200 867	210 875	222 975
169 990	179 030	188 150	196 016	170 250	179 361	188 602	196 491
6 913	7 716	7 207	7 489	12 128	12 877	13 040	14 521
5 548	5 711	5 836	5 805	8 288	8 629	9 233	11 963
..	..	..	..	..	..	..	..
464 918	486 631	515 254	546 526	701 194	744 739	784 464	840 489

Total das OIM

Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
1 401	1 948	1 644	1 364	6 357	33 505	31 227	27 336	35 149	127 217
1 144	1 711	981	1 075	4 911	27 091	25 666	21 793	29 102	103 652
4	6	9	24	43	1 022	984	725	730	3 461
253	231	654	265	1 403	5 392	4 577	4 818	5 317	20 104
126	378	668	242	1 414	4 789	5 063	5 238	4 923	20 013
13 310	9 771	20 133	24 012	67 226	305 754	305 506	347 222	371 746	1 330 228
2 270	1 303	2 881	2 152	8 606	43 219	39 511	45 312	45 738	173 780
1 655	1 384	2 882	3 254	9 175	68 934	75 825	78 800	84 451	308 010
649	662	775	1 850	3 936	21 275	21 455	23 648	25 189	91 567
505	528	2 969	7 103	11 105	18 054	18 469	22 929	26 391	85 843
2 716	880	1 891	1 994	7 481	42 694	44 499	46 096	58 698	191 987
1 493	1 638	1 711	2 177	7 019	18 512	17 255	24 038	21 892	81 697
539	304	1 184	716	2 743	21 226	18 911	22 504	24 281	86 922
3 042	2 677	5 455	4 162	15 336	52 080	55 185	62 441	68 911	238 617
441	395	385	604	1 825	19 760	14 396	21 454	16 195	71 805
6 353	5 920	8 328	3 023	23 624	12 528	13 914	21 242	17 852	65 536
1 605	4 067	1 846	2 420	9 938	45 621	48 448	53 118	63 294	210 481
2 245	1 587	5 312	5 175	14 319	195 786	188 795	200 052	252 974	837 607
1 608	748	1 852	2 043	6 251	137 813	127 274	136 318	180 123	581 528
379	392	658	441	1 870	48 085	52 137	53 616	56 218	210 056
258	447	2 802	2 691	6 198	9 888	9 384	10 118	16 633	46 023
1 491	2 706	1 243	4 493	9 933	12 923	16 266	13 178	24 056	66 423
..	150	158	110	418	2 822	3 405	4 082	3 949	14 258
575	815	856	1 293	3 539	4 129	2 870	3 304	10 176	20 479
19 988	21 394	21 114	22 315	84 811	83 405	90 325	91 953	97 462	363 145
14 368	14 947	16 569	17 474	63 358	16 242	17 507	18 405	19 178	71 332
2 853	4 098	3 037	2 138	12 126	33 355	34 463	33 542	33 694	135 054
2 767	2 349	1 508	2 703	9 327	33 808	38 355	40 006	44 590	156 759
47 094	48 736	61 302	64 447	221 579	701 262	705 819	766 725	881 581	3 055 387

Quadro 3.9 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO – 1983
Crédito concedido

Milhões de escudos

Bancos comerciais										
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
1. Agricultura, silvicultura, caça, pesca	26 881	22 723	20 325	24 982	94 911	2 957	3 253	2 881	2 689	11 780
1.1 Agricultura e caça	21 804	18 558	16 258	20 077	76 697	2 285	2 278	2 231	2 053	8 847
1.2 Silvicultura e exploração florestal	852	748	574	628	2 802	155	220	135	71	581
1.3 Pesca	4 225	3 417	3 493	4 277	15 412	517	755	515	565	2 352
2. Indústrias extractivas	3 864	3 870	3 755	3 918	15 407	658	647	577	495	2 377
3. Indústrias transformadoras	244 968	258 102	279 075	296 332	1 078 477	21 496	19 904	18 783	28 565	88 748
3.1 Alimentação, bebidas e tabaco	35 150	33 585	37 162	37 020	142 917	3 787	2 865	2 505	3 582	12 739
3.2 Têxteis, vestuário e couro	59 804	67 929	69 555	73 771	271 059	4 872	3 859	3 414	4 331	16 476
3.3 Madeira e cortiça	17 803	18 038	20 417	21 049	77 307	1 930	1 921	1 611	1 606	7 068
3.4 Papel, artes gráficas e editoriais	14 605	15 663	17 951	16 870	65 089	1 221	1 001	759	784	3 765
3.5 Químicas e actividades conexas	34 267	37 837	39 439	43 859	155 402	2 322	3 008	2 102	9 387	16 819
3.6 Produtos minerais não metálicos	14 860	13 496	19 067	16 708	64 131	1 522	1 398	2 141	1 905	6 966
3.7 Metalúrgicas de base	18 134	16 461	18 867	20 920	74 382	1 177	1 158	1 461	1 850	5 646
3.8 Prod. metal., máq., mat. transporte	39 890	45 167	46 314	55 015	186 386	3 855	3 907	3 822	4 217	15 801
3.9 Outras	10 455	9 926	10 303	11 120	41 804	810	787	968	903	3 468
4. Electricidade, água e gás	5 152	5 009	5 216	12 752	28 129	612	504	962	1 119	3 197
5. Construção e obras públicas	26 616	29 438	31 310	35 382	122 746	5 259	5 975	6 879	9 659	27 772
6. Comércio, restaurantes e hotéis	162 846	157 232	165 347	206 451	691 876	17 838	19 498	20 421	28 619	86 376
6.1 Comércio por grosso	113 019	103 509	111 359	145 987	473 874	12 018	14 085	15 824	21 575	63 502
6.2 Comércio a retalho	41 307	45 633	47 677	48 387	183 004	4 889	4 668	3 751	5 639	18 947
6.3 Restaurantes e hotéis	8 520	8 090	6 311	12 077	34 998	931	745	846	1 405	3 927
7. Transportes, armazenagem, comunicações	8 718	8 923	8 022	10 792	36 455	1 604	2 039	1 742	4 410	9 795
8. Instit. financeiras não monetárias	2 203	2 617	2 791	2 866	10 477	148	56	468	346	1 018
9. Sector público	1 637	1 130	1 775	3 445	7 987	282	258	280	319	1 139
0. Outros créditos	49 216	52 409	56 586	55 095	213 306	8 623	9 285	8 350	12 431	38 689
0.1 A particulares para habitação	929	851	871	797	3 448	825	867	931	886	3 509
0.2 A particulares para outros fins	24 789	24 485	25 365	24 670	99 309	2 780	2 821	2 200	3 515	11 316
0.3 Diversos não especificados	23 498	27 073	30 350	29 628	110 549	5 018	5 597	5 219	8 030	23 864
Total	532 101	541 453	574 202	652 015	2 299 771	59 477	61 419	61 343	88 652	270 891

Bancos de poupança e de investimento										
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
1. Agricultura, silvicultura, caça, pesca	1 949	2 967	2 100	5 799	12 815	317	336	386	315	1 354
1.1 Agricultura e caça	1 568	2 805	1 958	5 594	11 925	290	314	365	303	1 272
1.2 Silvicultura e exploração florestal	10	10	7	7	34	1	..	..	..	1
1.3 Pesca	371	152	135	198	856	26	22	21	12	81
2. Indústrias extractivas	95	75	238	266	674	46	93	..	2	141
3. Indústrias transformadoras	24 383	16 445	25 712	20 052	86 592	1 597	1 284	3 519	2 785	9 185
3.1 Alimentação, bebidas e tabaco	1 931	1 408	2 558	2 561	8 458	81	350	206	423	1 060
3.2 Têxteis, vestuário e couro	2 523	2 573	2 856	2 914	10 866	80	80	93	181	434
3.3 Madeira e cortiça	846	784	768	665	3 063	47	50	77	19	193
3.4 Papel, artes gráficas e editoriais	1 717	1 201	1 233	1 322	5 473	6	76	17	312	411
3.5 Químicas e actividades conexas	3 329	2 732	2 626	3 384	12 071	60	42	38	74	214
3.6 Produtos minerais não metálicos	580	674	796	889	2 939	57	49	323	213	642
3.7 Metalúrgicas de base	1 340	967	989	777	4 073	36	21	3	18	75
3.8 Prod. metal., máq., mat. transporte	4 092	2 844	4 127	4 006	15 069	1 201	590	2 723	1 511	6 025
3.9 Outras	8 025	3 262	9 759	3 534	24 580	29	26	39	34	128
4. Electricidade, água e gás	411	2 481	6 736	958	10 586	..	..	..	..	..
5. Construção e obras públicas	3 507	2 923	2 221	2 760	11 411	8 634	6 045	10 862	13 073	38 614
6. Comércio, restaurantes e hotéis	3 886	5 341	4 771	5 883	19 881	8 971	5 137	4 201	6 846	25 155
6.1 Comércio por grosso	2 276	3 869	3 158	3 742	13 045	8 892	5 063	4 125	6 776	24 856
6.2 Comércio a retalho	1 459	1 393	1 496	1 709	6 057	51	51	34	42	178
6.3 Restaurantes e hotéis	151	79	117	432	779	28	23	42	28	121
7. Transportes, armazenagem, comunicações	1 051	1 750	1 519	1 963	6 283	59	848	652	2 398	3 957
8. Instit. financeiras não monetárias	471	502	465	527	1 965	..	80	200	100	380
9. Sector público	1 624	650	359	5 107	7 740	11	17	34	12	74
0. Outros créditos	5 486	6 929	5 432	6 775	24 622	92	308	471	846	1 717
0.1 A particulares para habitação	120	841	26	20	1 007	..	1	8	1	10
0.2 A particulares para outros fins	2 897	2 953	2 901	3 169	11 920	36	106	39	202	383
0.3 Diversos não especificados	2 469	3 135	2 505	3 586	11 695	56	201	424	643	1 324
Total	42 863	40 063	49 553	50 090	182 569	19 727	14 148	20 325	26 377	80 577

Bancos comerciais

Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
868	1 436	1 045	929	4 278	30 706	27 412	24 251	28 600	110 969
671	1 357	687	726	3 441	24 760	22 193	19 176	22 856	88 985
4	6	9	24	43	1 011	974	718	723	3 426
193	73	349	179	794	4 935	4 245	4 357	5 021	18 558
44	257	614	216	1 131	4 566	4 774	4 946	4 629	18 915
6 860	4 317	13 380	12 967	37 524	273 324	282 323	311 238	337 864	1 204 749
1 735	699	2 056	1 478	5 968	40 672	37 149	41 723	42 080	161 624
1 366	1 082	2 552	2 907	7 907	66 042	72 870	75 521	81 009	295 442
445	174	366	1 386	2 371	20 178	20 133	22 394	24 041	86 746
198	168	2 400	1 290	4 056	16 024	16 832	21 110	18 944	72 910
442	338	1 232	975	2 987	37 031	41 183	42 773	54 221	175 208
951	445	1 478	1 633	4 507	17 333	15 339	22 686	20 246	75 604
443	247	768	698	2 156	19 754	17 866	21 096	23 468	82 184
1 010	841	2 151	2 107	6 109	44 755	49 915	52 287	61 339	208 296
270	323	377	493	1 463	11 535	11 036	11 648	12 516	46 735
80	57	230	1 199	1 566	5 844	5 570	6 408	15 070	32 892
410	475	1 361	1 225	3 471	32 285	35 888	39 550	46 266	153 989
2 009	970	4 154	4 494	11 627	182 693	177 700	189 922	239 564	789 879
1 520	534	1 770	1 925	5 749	126 557	118 128	128 953	169 487	543 125
349	369	631	435	1 784	46 545	50 670	52 059	54 461	203 735
140	67	1 753	2 134	4 094	9 591	8 902	8 910	15 616	43 019
229	255	764	1 034	2 282	10 551	11 217	10 528	16 236	48 532
..	150	3	63	216	2 351	2 823	3 262	3 275	11 711
74	..	170	532	776	1 993	1 388	2 225	4 296	9 902
9 142	10 945	10 126	12 810	43 023	66 981	72 639	75 062	80 336	295 018
4 095	5 066	6 567	8 638	24 366	5 849	6 784	8 369	10 321	31 323
2 563	3 827	2 382	1 836	10 608	30 132	31 133	29 947	30 021	121 233
2 484	2 052	1 177	2 336	8 049	31 000	34 722	36 746	39 994	142 462
19 716	18 862	31 847	35 469	105 894	611 294	621 734	667 392	776 136	2 676 556

Bancos de poupança e de investimento

Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
533	512	599	435	2 079	2 799	3 815	3 085	6 549	16 248
473	354	294	349	1 470	2 331	3 473	2 617	6 246	14 667
..	..	..	..	..	11	10	7	7	35
60	158	305	86	609	457	332	461	296	1 546
82	121	54	26	283	223	289	292	294	1 098
6 450	5 454	6 753	11 045	29 702	32 430	23 183	35 984	33 882	125 479
535	604	825	674	2 638	2 547	2 362	3 589	3 658	12 156
289	302	330	347	1 268	2 892	2 955	3 279	3 442	12 568
204	488	409	464	1 565	1 097	1 322	1 254	1 148	4 821
307	360	569	5 813	7 049	2 030	1 637	1 819	7 447	12 933
2 274	542	659	1 019	4 494	5 663	3 316	3 323	4 477	16 779
542	1 193	233	544	2 512	1 179	1 916	1 352	1 646	6 093
96	57	416	18	587	1 472	1 045	1 408	813	4 738
2 032	1 836	3 304	2 055	9 227	7 325	5 270	10 154	7 572	30 321
171	72	8	111	362	8 225	3 360	9 806	3 679	25 070
6 273	5 863	8 098	1 824	22 058	6 684	8 344	14 834	2 782	32 644
1 195	3 592	485	1 195	6 467	13 336	12 560	13 568	17 028	56 492
236	617	1 158	681	2 692	13 093	11 095	10 130	13 410	47 728
88	214	82	118	502	11 256	9 146	7 365	10 636	38 403
30	23	27	6	86	1 540	1 467	1 557	1 757	6 321
118	380	1 049	557	2 104	297	482	1 208	1 017	3 004
1 262	2 451	479	3 459	7 651	2 372	5 049	2 650	7 820	17 891
..	..	155	47	202	471	582	820	674	2 547
501	815	686	761	2 763	2 136	1 482	1 079	5 880	10 577
10 846	10 449	10 988	9 505	41 788	16 424	17 686	16 891	17 126	68 127
10 273	9 881	10 002	8 836	38 992	10 393	10 723	10 036	8 857	40 009
290	271	655	302	1 518	3 223	3 330	3 595	3 673	13 821
283	297	331	367	1 278	2 808	3 633	3 260	4 596	14 297
27 378	29 874	29 455	28 978	115 685	89 968	84 085	99 333	105 445	378 831

Quadro 3.10 — DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO — 1983
Crédito concedido (créditos novos)

Milhões de escudos

	Total das OIM									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
Agricultura, silvicultura, caça, pesca	19 509	18 130	15 407	24 157	77 203	1 594	1 911	1 946	1 494	6 945
Agricultura e caça	15 614	15 252	12 857	20 571	64 294	1 231	1 505	1 685	1 286	5 707
Silvicultura e exploração florestal	633	566	350	446	1 995	94	111	56	47	308
Pesca	3 262	2 312	2 200	3 140	10 914	269	295	205	161	930
Indústrias extractivas	2 607	2 582	2 522	2 856	10 567	420	409	394	216	1 439
Indústrias transformadoras	194 044	195 729	222 352	235 350	847 475	11 790	11 585	13 439	19 437	56 251
Alimentação, bebidas e tabaco	26 987	24 235	29 425	30 272	110 919	2 174	1 620	1 404	1 963	7 161
Têxteis, vestuário e couro	47 952	51 911	53 552	58 865	212 280	2 468	2 276	2 002	2 278	9 024
Madeira e cortiça	13 240	13 097	14 614	15 960	56 911	985	1 144	829	802	3 760
Papel, artes gráficas e editoriais	12 421	12 477	14 626	14 152	53 676	666	639	432	677	2 414
Químicas e actividades conexas	25 912	29 349	31 313	34 531	121 105	835	1 781	1 421	7 931	11 968
Produtos minerais não metálicos	9 854	9 660	13 893	12 857	46 264	909	749	1 697	1 192	4 547
Metalúrgicas de base	12 874	12 230	14 036	15 061	54 201	640	735	578	684	2 637
Prod. metál., máq., mat. transporte	30 491	33 075	34 594	43 378	141 538	2 748	2 245	4 376	3 256	12 625
Outras	14 313	9 695	16 299	10 274	50 581	365	396	700	654	2 115
Electricidade, água e gás	3 542	5 779	10 139	9 485	28 945	275	128	420	733	1 556
Construção e obras públicas	18 351	17 999	18 176	22 760	77 286	11 209	9 105	13 475	17 174	50 963
Comércio, restaurantes e hotéis	112 256	113 501	120 181	149 642	495 580	19 989	17 795	14 557	27 138	79 479
Comércio por grosso	77 731	76 606	81 868	106 707	342 912	16 534	14 679	11 938	23 043	66 194
Comércio a retalho	29 366	31 702	33 633	33 233	127 934	2 911	2 614	1 971	3 108	10 604
Restaurantes e hotéis	5 159	5 193	4 680	9 702	24 734	544	502	648	987	2 681
Transportes, armazenagem, comunicações	7 290	7 153	6 131	8 673	29 247	730	1 635	1 547	5 699	9 611
Instituições financeiras não monetárias	1 692	2 100	2 039	2 127	7 958	76	101	616	306	1 099
Sector público	2 664	1 234	1 519	7 509	12 926	91	159	66	189	505
Outros créditos	34 780	36 825	39 353	39 361	150 319	4 178	4 379	4 135	5 034	17 726
A particulares para habitação	713	1 370	562	540	3 185	593	681	682	703	2 659
A particulares para outros fins	18 642	18 013	16 044	17 907	70 606	1 351	1 256	920	1 476	5 003
Diversos não especificados	15 425	17 442	22 747	20 914	76 528	2 234	2 442	2 533	2 855	10 064
Total	396 735	401 032	437 819	501 920	1 737 506	50 352	47 207	50 595	77 420	225 574

	Bancos comerciais									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
Agricultura, silvicultura, caça, pesca	17 951	15 477	13 605	18 651	65 684	1 305	1 594	1 582	1 193	5 674
Agricultura e caça	14 204	12 627	11 107	15 205	53 143	969	1 210	1 342	997	4 518
Silvicultura e exploração florestal	623	561	345	443	1 972	93	111	56	47	307
Pesca	3 124	2 289	2 153	3 003	10 569	243	273	184	149	849
Indústrias extractivas	2 542	2 526	2 315	2 614	9 997	374	316	394	214	1 298
Indústrias transformadoras	172 951	182 011	200 263	219 221	774 446	10 194	10 301	9 920	16 652	47 067
Alimentação, bebidas e tabaco	25 484	23 048	27 236	28 003	103 771	2 093	1 270	1 198	1 540	6 101
Têxteis, vestuário e couro	46 092	49 972	51 537	56 620	204 221	2 388	2 196	1 909	2 097	8 590
Madeira e cortiça	12 629	12 452	14 000	15 412	54 493	938	1 094	752	783	3 567
Papel, artes gráficas e editoriais	10 807	11 388	13 561	12 976	48 732	660	563	415	365	2 003
Químicas e actividades conexas	22 877	26 795	29 036	31 590	110 298	775	1 739	1 383	7 857	11 754
Produtos minerais não metálicos	9 431	9 097	13 203	12 091	43 822	852	700	1 374	979	3 905
Metalúrgicas de base	11 718	11 535	13 440	14 690	51 383	604	714	575	666	2 559
Prod. metál., máq., mat. transporte	26 867	30 763	31 087	40 241	128 958	1 547	1 655	1 653	1 745	6 600
Outras	7 046	6 961	7 163	7 598	28 768	337	370	661	620	1 988
Electricidade, água e gás	3 194	3 333	3 431	8 566	18 524	275	128	420	733	1 556
Construção e obras públicas	16 011	16 582	16 653	20 973	70 219	2 575	3 060	2 613	4 101	12 349
Comércio, restaurantes e hotéis	109 317	109 408	116 733	145 918	481 376	11 018	12 659	10 359	20 292	54 328
Comércio por grosso	76 048	73 516	79 450	104 519	333 533	7 642	9 616	7 813	16 267	41 338
Comércio a retalho	28 247	30 758	32 700	32 104	123 809	2 860	2 564	1 940	3 066	10 430
Restaurantes e hotéis	5 022	5 134	4 583	9 295	24 034	516	479	606	959	2 560
Transportes, armazenagem, comunicações	6 455	5 508	4 806	7 226	23 995	671	787	895	3 301	5 654
Instituições financeiras não monetárias	1 494	1 812	1 842	1 963	7 111	76	21	416	206	719
Sector público	1 086	624	1 181	2 427	5 318	80	142	32	177	431
Outros créditos	31 196	32 772	36 333	34 923	135 224	4 086	4 071	3 664	4 189	16 010
A particulares para habitação	593	529	536	520	2 178	593	680	674	702	2 649
A particulares para outros fins	16 672	16 293	14 583	15 905	63 453	1 315	1 150	881	1 275	4 621
Diversos não especificados	13 931	15 950	21 214	18 498	69 593	2 178	2 241	2 109	2 212	8 740
Total	362 197	370 053	397 162	462 482	1 591 894	30 654	33 079	30 295	51 058	145 086

Total das OIM's										
Mais de 5 anos					Total					
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	
1 037	1 695	1 163	913	4 808	22 140	21 736	18 516	26 564	88 956	
834	1 473	768	686	3 761	17 679	18 230	15 310	22 543	73 762	
4	6	6	19	35	731	683	412	512	2 338	
199	216	389	208	1 012	3 730	2 823	2 794	3 509	12 856	
109	372	355	111	947	3 136	3 363	3 271	3 183	12 953	
11 033	8 030	12 784	18 773	50 620	216 867	215 344	248 575	273 560	954 346	
1 907	981	1 709	1 587	6 184	31 068	26 836	32 538	33 822	124 264	
1 029	1 041	1 364	2 344	5 778	51 449	55 228	56 918	63 487	227 082	
507	588	626	1 023	2 744	14 732	14 829	16 069	17 785	63 415	
437	462	2 325	6 750	9 974	13 524	13 578	17 383	21 579	66 064	
2 603	750	1 217	1 577	6 147	29 350	31 880	33 951	44 039	139 220	
1 148	1 426	835	1 373	4 782	11 911	11 835	16 425	15 422	55 593	
439	248	725	442	1 854	13 953	13 213	15 339	16 187	58 692	
2 632	2 259	3 806	3 181	11 878	35 871	37 579	42 776	49 815	166 041	
331	275	177	496	1 279	15 009	10 366	17 176	11 424	53 975	
6 342	5 890	8 279	3 000	23 511	10 159	11 797	18 838	13 218	54 012	
1 506	3 903	1 202	1 895	8 506	31 066	31 007	32 853	41 829	136 755	
1 612	1 248	2 694	3 086	8 640	133 857	132 544	137 432	179 866	583 699	
1 211	522	912	811	3 456	95 476	91 807	94 718	130 561	412 562	
187	314	187	255	943	32 464	34 630	35 791	36 596	139 481	
214	412	1 595	2 020	4 241	5 917	6 107	6 923	12 709	31 656	
1 343	2 568	583	4 337	8 831	9 363	11 356	8 261	18 709	47 689	
..	150	155	56	361	1 768	2 351	2 810	2 489	9 418	
569	815	701	1 172	3 257	3 324	2 208	2 286	8 870	16 688	
14 985	17 936	18 602	20 220	71 743	53 943	59 140	62 090	64 615	239 788	
14 088	14 848	16 026	17 378	62 340	15 394	16 899	17 270	18 621	68 184	
474	2 160	1 515	755	4 904	20 467	21 429	18 479	20 138	80 513	
423	928	1 061	2 087	4 499	18 082	20 812	26 341	25 856	91 091	
38 536	42 607	46 518	53 563	181 224	485 623	490 846	534 932	632 903	2 144 304	

Bancos comerciais										
Mais de 5 anos					Total					
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	
504	1 183	564	478	2 729	19 760	18 254	15 751	20 322	74 087	
361	1 119	474	337	2 291	15 534	14 956	12 923	16 539	59 952	
4	6	6	19	35	720	678	407	509	2 314	
139	58	84	122	403	3 506	2 620	2 421	3 274	11 821	
27	251	301	85	664	2 943	3 093	3 010	2 913	11 959	
4 583	2 576	6 031	7 728	20 918	187 728	194 888	216 214	243 601	842 431	
1 372	377	884	913	3 546	28 949	24 695	29 318	30 456	113 418	
740	739	1 034	1 997	4 510	49 220	52 907	54 480	60 714	217 321	
303	100	217	559	1 179	13 870	13 646	14 969	16 754	59 239	
130	102	1 756	937	2 925	11 597	12 053	15 732	14 278	53 660	
329	208	558	558	1 653	23 981	28 742	30 977	40 005	123 705	
606	233	602	829	2 270	10 889	10 030	15 179	13 899	49 997	
343	191	309	424	1 267	12 665	12 440	14 324	15 780	55 209	
600	423	502	1 126	2 651	29 014	32 841	33 242	43 112	138 209	
160	203	169	385	917	7 543	7 534	7 993	8 603	31 673	
69	27	181	1 176	1 453	3 538	3 488	4 032	10 475	21 533	
311	311	717	700	2 039	18 897	19 953	19 983	25 774	84 607	
1 376	631	1 536	2 405	5 948	121 711	122 698	128 628	168 615	541 652	
1 123	308	830	693	2 954	84 813	83 440	88 093	121 479	377 825	
157	291	160	249	857	31 264	33 613	34 800	35 419	135 096	
96	32	546	1 463	2 137	5 634	5 645	5 735	11 717	28 731	
81	117	104	878	1 180	7 207	6 412	5 805	11 405	30 829	
..	150	..	9	159	1 570	1 983	2 258	2 178	7 989	
68	..	15	411	494	1 234	766	1 228	3 015	6 243	
4 139	7 487	7 614	10 715	29 955	39 421	44 330	47 611	49 827	181 189	
3 815	4 967	6 024	8 542	23 348	5 001	6 176	7 234	9 764	28 175	
184	1 889	860	453	3 386	18 171	19 332	16 324	17 633	71 460	
140	631	730	1 720	3 221	16 249	18 822	24 053	22 430	81 554	
11 158	12 733	17 063	24 585	65 539	404 009	415 865	444 520	538 125	1 802 519	

Quadro 3.10 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO – 1983
Crédito concedido (créditos novos)

Milhões de escudos

	Bancos de poupança e de investimento									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
Agricultura, silvicultura, caça, pesca	1 558	2 653	1 802	5 506	11 519	289	317	364	301	1 271
Agricultura e caça	1 410	2 625	1 750	5 366	11 151	262	295	343	289	1 189
Silvicultura e exploração florestal	10	5	5	3	23	1	..	..	..	1
Pesca	138	23	47	137	345	26	22	21	12	81
Indústrias extractivas	65	56	207	242	570	46	93	..	2	141
Indústrias transformadoras	21 093	13 718	22 089	16 129	73 029	1 596	1 284	3 519	2 785	9 184
Alimentação, bebidas e tabaco	1 503	1 187	2 189	2 269	7 148	81	350	206	423	1 060
Têxteis, vestuário e couro	1 860	1 939	2 015	2 245	8 059	80	80	93	181	434
Madeira e cortiça	611	645	614	548	2 418	47	50	77	19	193
Papel, artes gráficas e editoriais	1 614	1 089	1 065	1 176	4 944	6	76	17	312	411
Químicas e actividades conexas	3 035	2 554	2 277	2 941	10 807	60	42	38	74	214
Produtos minerais não metálicos	423	563	690	766	2 442	57	49	323	213	642
Metalúrgicas de base	1 156	695	596	371	2 818	36	21	3	18	78
Prod. metal., máq., mat. transporte	3 624	2 312	3 507	3 137	12 580	1 201	590	2 723	1 511	6 025
Outras	7 267	2 734	9 136	2 676	21 813	28	26	39	34	127
Electricidade, água e gás	348	2 446	6 708	919	10 421	..	..	..	..	..
Construção e obras públicas	2 340	1 417	1 523	1 787	7 067	8 634	6 045	10 862	13 073	38 614
Comércio, restaurantes e hotéis	2 939	4 093	3 448	3 724	14 204	8 971	5 136	4 198	6 846	25 151
Comércio por grosso	1 683	3 090	2 418	2 188	9 379	8 892	5 063	4 125	6 776	24 856
Comércio a retalho	1 119	944	933	1 129	4 125	51	50	31	42	174
Restaurantes e hotéis	137	59	97	407	700	28	23	42	28	121
Transportes, armazenagem, comunicações	835	1 645	1 325	1 447	5 252	59	848	652	2 398	3 957
Instituições financeiras não monetárias	198	288	197	164	847	..	80	200	100	380
Sector público	1 578	610	338	5 082	7 608	11	17	34	12	74
Outros créditos	3 584	4 053	3 020	4 438	15 095	92	308	471	845	1 716
A particulares para habitação	120	841	26	20	1 007	..	1	8	1	10
A particulares para outros fins	1 970	1 720	1 461	2 002	7 153	36	106	39	201	382
Diversos não especificados	1 494	1 492	1 533	2 416	6 935	56	201	424	643	1 324
Total	34 538	30 979	40 657	39 438	145 612	19 698	14 128	20 300	26 362	80 488

Quadro 3.11 – DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
POR REGIME DE BONIFICAÇÃO E FINALIDADES – 1983
Saldos

Milhões de escudos

	Total das OIM							
	Até 1 ano				1 a 5 anos			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Crédito preferencial	139 227	136 988	135 392	142 044	108 131	117 901	122 340	127 531
1.1 Financiamento às necessidades de exploração	117 358	114 886	114 325	124 826	47 923	55 172	60 919	64 277
1.1.1 Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	35 755	33 032	32 275	37 073	1 392	2 174	2 400	2 423
1.1.2 Contratos de desenvolvimento para habitação	1 407	1 139	1 146	990	35 871	37 041	40 217	43 651
1.1.3 Crédito à exportação	68 422	71 097	73 159	78 734	5 722	6 588	7 393	8 504
1.1.4 Outros créditos	11 774	9 618	7 745	8 029	4 938	9 369	10 909	9 699
1.2 Financiamento ao investimento	19 470	19 763	19 071	15 141	55 300	57 595	56 231	57 906
1.2.1 Investimentos novos	17 033	17 561	16 478	13 002	42 689	44 152	44 499	45 698
1.2.1.1 Agricultura, pecuária e pesca	2 164	2 896	2 524	1 592	11 126	11 857	12 786	13 757
1.2.1.2 Outros	14 869	14 665	13 954	11 410	31 563	32 295	31 713	31 941
1.2.2 Saneamento financeiro	1 938	1 712	2 149	1 747	4 299	4 646	4 704	5 012
1.2.3 Outros créditos	499	490	444	392	8 312	8 797	7 028	7 196
1.3 Financiamento a particulares	2 399	2 339	1 996	2 077	4 908	5 134	5 190	5 348
1.3.1 Habitação própria e permanente	1 586	1 572	1 806	1 948	3 665	3 890	4 269	4 222
1.3.2 Outros créditos	813	767	190	129	1 243	1 244	921	1 126
2. Crédito não preferencial	678 322	701 317	745 136	807 494	210 241	233 594	255 729	296 837
2.1 Financiamento às necessidades de exploração	610 440	630 372	667 804	727 944	154 977	174 406	196 233	229 477
2.1.1 Crédito de campanha	2 812	3 406	3 844	4 469	35	65	99	116
2.1.2 Crédito à produção	69 718	69 231	79 599	86 507	58 002	58 376	59 784	65 412
2.1.3 Crédito à armazenagem	18 220	18 299	18 896	17 748	5 107	6 504	6 993	8 291
2.1.4 Crédito à exportação	27 002	29 363	30 831	28 418	3 571	4 109	4 195	5 056
2.1.5 Crédito à importação	62 712	64 048	69 046	70 569	35 623	54 724	70 853	86 795
2.1.6 Crédito de tesouraria	386 967	400 851	411 723	470 528	47 568	46 336	48 085	54 809
2.1.7 Outros créditos	43 009	45 174	53 865	49 705	5 071	4 292	6 224	8 998
2.2 Financiamento ao investimento	18 173	20 847	28 133	28 922	40 168	43 471	47 659	55 033
2.2.1 Investimentos novos	9 564	12 157	20 169	19 392	30 354	32 687	37 604	43 676
2.2.2 Saneamento financeiro	7 309	7 041	5 943	7 184	6 657	7 491	8 099	9 098
2.2.3 Outros créditos	1 300	1 649	2 021	2 346	3 157	3 293	1 956	2 259
2.3 Financiamento a particulares	21 421	20 799	15 691	15 963	6 639	6 403	5 950	6 241
2.3.1 Crédito à habitação	945	842	925	896	775	769	729	570
2.3.2 Outros créditos	20 476	19 957	14 766	15 067	5 864	5 634	5 221	5 671
2.4 Créditos por reclassificar	28 288	29 299	33 508	34 665	8 457	9 314	5 887	6 086
3. Total do crédito	817 549	838 305	880 528	949 538	318 372	351 495	378 069	424 368

Bancos de poupança e de investimento

Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
533	512	599	435	2 079	2 380	3 482	2 765	6 242	14 869
473	354	294	349	1 470	2 145	3 274	2 387	6 004	13 810
..	..	..	..	..	11	5	5	3	24
60	158	305	86	609	224	203	373	235	1 035
82	121	54	26	283	193	270	261	270	994
6 450	5 454	6 753	11 045	29 702	29 139	20 456	32 361	29 959	111 915
535	604	825	674	2 638	2 119	2 141	3 220	3 366	10 846
289	302	330	347	1 268	2 229	2 321	2 438	2 773	9 761
204	488	409	464	1 565	862	1 183	1 100	1 031	4 176
307	360	569	5 813	7 049	1 927	1 525	1 651	7 301	12 404
2 274	542	659	1 019	4 494	5 369	3 138	2 974	4 034	15 515
542	1 193	233	544	2 512	1 022	1 805	1 246	1 523	5 596
96	57	416	18	587	1 288	773	1 015	407	3 483
2 032	1 836	3 304	2 055	9 227	6 857	4 738	9 534	6 703	27 832
171	72	8	111	362	7 466	2 832	9 183	2 821	22 302
6 273	5 863	8 098	1 824	22 058	6 621	8 309	14 806	2 743	32 479
1 195	3 592	485	1 195	6 467	12 169	11 054	12 870	16 055	52 148
236	617	1 158	681	2 692	12 146	9 846	8 804	11 251	42 047
88	214	82	118	502	10 663	8 367	6 625	9 082	34 737
30	23	27	6	86	1 200	1 017	991	1 177	4 385
118	380	1 049	557	2 104	283	462	1 188	992	2 925
1 262	2 451	479	3 459	7 651	2 156	4 944	2 456	7 304	16 860
..	..	155	47	202	198	368	552	311	1 429
501	815	686	761	2 763	2 090	1 442	1 058	5 855	10 445
10 846	10 449	10 988	9 505	41 788	14 522	14 810	14 479	14 788	58 599
10 273	9 881	10 002	8 836	38 992	10 393	10 723	10 036	8 857	40 009
290	271	655	302	1 518	2 296	2 097	2 155	2 505	9 053
283	297	331	367	1 278	1 833	1 990	2 288	3 426	9 537
27 378	29 874	29 455	28 978	115 685	81 614	74 981	90 412	94 778	341 785

Total das OIM

Mais de 5 anos				Total			
Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
383 815	402 250	412 892	442 022	631 173	657 139	670 624	711 597
33 027	34 519	33 858	33 947	198 308	204 577	209 102	223 050
202	59	66	71	37 349	35 265	34 741	39 567
26	27	23	23	37 304	38 207	41 386	44 664
914	984	1 049	1 312	75 058	78 669	81 601	88 550
31 885	33 449	32 720	32 541	48 597	52 436	51 374	50 269
145 659	148 164	145 017	156 185	220 429	225 522	220 319	229 232
121 792	123 442	118 516	122 347	181 514	185 155	179 493	181 047
15 949	16 668	18 223	19 332	29 239	31 421	33 533	34 681
105 843	106 774	100 293	103 015	152 275	153 734	145 960	146 366
17 984	18 840	20 678	24 933	24 221	25 198	27 531	31 692
5 883	5 882	5 823	8 905	14 694	15 169	13 295	16 493
205 129	219 567	234 017	251 890	212 436	227 040	241 203	259 315
195 217	208 527	223 342	238 721	200 468	213 989	229 417	244 891
9 912	11 040	10 675	13 169	11 968	13 051	11 786	14 424
132 259	140 098	155 329	177 412	1 020 822	1 075 009	1 156 194	1 281 743
11 468	14 222	18 575	25 890	776 885	819 000	882 612	983 311
5	..	41	..	2 852	3 471	3 984	4 585
4 067	5 340	5 685	6 367	131 787	132 947	145 068	158 286
119	131	138	174	23 446	24 934	26 027	26 213
219	261	331	297	30 792	33 733	35 357	33 771
450	580	526	731	98 785	119 352	140 425	158 095
2 198	2 474	2 986	3 225	436 733	449 661	462 794	528 562
4 410	5 436	8 868	15 096	52 490	54 902	68 957	73 799
107 843	112 453	121 835	136 437	166 184	176 771	197 627	220 392
96 401	100 648	111 043	120 143	136 319	145 492	168 816	183 211
8 902	9 016	8 387	12 001	22 868	23 548	22 429	28 283
2 540	2 789	2 405	4 293	6 997	7 731	6 382	8 898
12 121	12 513	12 302	12 767	40 181	39 715	33 943	34 971
1 338	1 343	1 361	1 459	3 058	2 954	3 015	2 925
10 783	11 170	10 941	11 308	37 123	36 761	30 928	32 046
827	910	2 617	2 318	37 572	39 523	42 012	43 069
516 074	542 348	568 221	619 434	1 651 995	1 732 148	1 826 818	1 993 340

**Quadro 3.11 – DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
POR REGIME DE BONIFICAÇÃO E FINALIDADES – 1983**
Saldos

Millhões de escudos

	Bancos comerciais							
	Até 1 ano				1 a 5 anos			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Crédito preferencial	103 590	104 019	104 311	109 896	40 834	44 911	47 843	50 835
1.1. Financiamento às necessidades de exploração .	94 098	94 579	95 814	103 198	8 962	11 816	13 488	14 854
1.1.1. Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	28 569	27 273	25 396	26 855	965	747	823	1 102
1.1.2. Contratos de desenvolvimento para habitação	661	173	5	5	444	157	99	98
1.1.3. Crédito à exportação	61 999	64 993	67 125	72 876	5 063	5 845	6 227	7 003
1.1.4. Outros créditos	2 869	2 140	3 288	3 462	2 490	5 067	6 339	6 651
1.2. Financiamento ao investimento	7 351	7 425	6 942	5 082	27 358	28 359	29 562	31 219
1.2.1. Investimentos novos	5 283	5 501	4 717	3 150	22 704	23 327	24 251	25 398
1.2.1.1. Agricultura, pecuária e pesca	2 107	2 823	2 418	1 468	7 072	7 623	8 375	9 207
1.2.1.2. Outros	3 176	2 678	2 299	1 682	15 632	15 704	15 876	16 191
1.2.2. Saneamento financeiro	1 687	1 552	1 899	1 658	4 010	4 338	4 469	4 803
1.2.3. Outros créditos	381	372	326	274	644	694	842	1 018
1.3. Financiamento a particulares	2 141	2 015	1 555	1 616	4 514	4 736	4 793	4 762
1.3.1. Habitação própria e permanente	1 352	1 272	1 389	1 511	3 650	3 871	4 246	4 197
1.3.2. Outros créditos	789	743	166	105	864	865	547	565
2. Crédito não preferencial	633 058	648 225	678 446	736 629	140 506	155 014	167 138	195 585
2.1. Financiamento às necessidades de exploração .	571 058	586 855	620 665	677 365	96 299	107 990	124 260	148 733
2.1.1. Crédito de campanha	2 770	3 399	3 583	4 163	29	59	95	41
2.1.2. Crédito à produção	65 978	65 559	75 058	80 671	19 292	20 053	20 605	23 256
2.1.3. Crédito à armazenagem	16 927	16 060	17 153	16 699	5 106	6 503	6 993	8 290
2.1.4. Crédito à exportação	24 970	27 397	28 490	25 737	3 570	4 109	4 195	4 911
2.1.5. Crédito à importação	52 107	52 845	56 818	58 078	16 736	27 952	39 619	51 637
2.1.6. Crédito de tesouraria	367 683	379 697	389 433	445 501	46 793	45 525	47 242	53 908
2.1.7. Outros créditos	40 623	41 898	50 130	46 516	4 773	3 789	5 511	6 690
2.2. Financiamento ao investimento	14 402	13 406	10 692	10 859	29 806	31 919	31 786	35 370
2.2.1. Investimentos novos	6 297	5 865	4 307	3 510	22 369	24 122	23 534	26 091
2.2.2. Saneamento financeiro	7 307	7 039	5 917	6 656	6 055	6 283	6 721	7 451
2.2.3. Outros créditos	798	502	468	693	1 382	1 514	1 531	1 828
2.3. Financiamento a particulares	19 310	18 665	13 581	13 740	5 944	5 791	5 205	5 396
2.3.1. Crédito à habitação	945	842	925	896	764	757	717	557
2.3.2. Outros créditos	18 365	17 823	12 656	12 844	5 180	5 034	4 488	4 839
2.4. Créditos por reclassificar	28 288	29 299	33 508	34 665	8 457	9 314	5 887	6 086
3. Total do crédito	736 648	752 244	782 757	846 525	181 340	199 925	214 981	246 420

	Bancos de poupança e de investimento							
	Até 1 ano				1 a 5 anos			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
1. Crédito preferencial	35 637	32 969	31 081	32 148	67 297	72 990	74 497	76 696
1.1. Financiamento às necessidades de exploração	23 260	20 307	18 511	21 628	38 961	43 356	47 431	49 423
1.1.1. Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	7 186	5 759	6 879	10 218	427	1 427	1 577	1 321
1.1.2. Contratos de desenvolvimento para habitação	746	966	1 141	985	35 427	36 884	40 118	43 553
1.1.3. Crédito à exportação	6 423	6 104	6 034	5 858	659	743	1 166	1 501
1.1.4. Outros créditos	8 905	7 478	4 457	4 567	2 448	4 302	4 570	3 048
1.2. Financiamento ao investimento	12 119	12 338	12 129	10 059	27 942	29 236	26 669	26 687
1.2.1. Investimentos novos	11 750	12 060	11 761	9 852	19 985	20 825	20 248	20 300
1.2.1.1. Agricultura, pecuária e pesca	57	73	106	124	4 054	4 234	4 411	4 550
1.2.1.2. Outros	11 693	11 987	11 655	9 728	15 931	16 591	15 837	15 750
1.2.2. Saneamento financeiro	251	160	250	89	289	308	235	209
1.2.3. Outros créditos	118	118	118	118	7 668	8 103	6 186	6 178
1.3. Financiamento a particulares	258	324	441	461	394	398	397	586
1.3.1. Habitação própria e permanente	234	300	417	437	15	19	23	25
1.3.2. Outros créditos	24	24	24	24	379	379	374	561
2. Crédito não preferencial	45 264	53 092	66 690	70 865	69 735	78 580	88 591	101 252
2.1. Financiamento às necessidades de exploração	39 382	43 517	47 139	50 579	58 678	66 416	71 973	80 744
2.1.1. Crédito de campanha	42	7	261	306	6	6	4	75
2.1.2. Crédito à produção	3 740	3 672	4 541	5 836	38 710	38 323	39 179	42 156
2.1.3. Crédito à armazenagem	1 293	2 239	1 743	1 049	1	1	..	1
2.1.4. Crédito à exportação	2 032	1 966	2 341	2 681	1	..	..	145
2.1.5. Crédito à importação	10 605	11 203	12 228	12 491	18 887	26 772	31 234	35 158
2.1.6. Crédito de tesouraria	19 284	21 154	22 290	25 027	775	811	843	901
2.1.7. Outros créditos	2 386	3 276	3 735	3 189	298	503	713	2 308
2.2. Financiamento ao investimento	3 771	7 441	17 441	18 063	10 362	11 552	15 873	19 663
2.2.1. Investimentos novos	3 267	6 292	15 862	15 882	7 985	8 565	14 070	17 585
2.2.2. Saneamento financeiro	2	2	26	528	602	1 208	1 378	1 647
2.2.3. Outros créditos	502	1 147	1 553	1 653	1 775	1 779	425	431
2.3. Financiamento a particulares	2 111	2 134	2 110	2 223	695	612	745	845
2.3.1. Crédito à habitação	..	..	..	..	11	12	12	13
2.3.2. Outros créditos	2 111	2 134	2 110	2 223	684	600	733	832
2.4. Créditos por reclassificar	..	..	..	..	..	..	..	..
3. Total do crédito	80 901	86 061	97 771	103 013	137 032	151 570	163 088	177 948

Bancos comerciais

Mais de 5 anos				Total			
Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
67 250	73 333	81 463	96 121	211 674	222 263	233 617	256 852
811	870	1 323	1 505	103 871	107 265	110 625	119 557
195	52	59	64	29 729	28 072	26 278	28 021
..	..	..	..	1 105	330	104	103
553	624	653	810	67 615	71 462	74 005	80 689
63	194	611	631	5 422	7 401	10 238	10 744
31 977	32 332	34 728	39 113	66 686	68 116	71 232	75 414
14 728	14 911	15 430	16 972	42 715	43 739	44 398	45 520
5 983	6 397	7 594	8 383	15 162	16 843	18 387	19 058
8 745	8 514	7 836	8 589	27 553	26 896	26 011	26 462
16 682	16 833	18 765	21 525	22 379	22 723	25 133	27 986
567	588	533	616	1 592	1 654	1 701	1 908
34 462	40 131	45 412	55 503	41 117	46 882	51 760	61 881
25 828	30 151	35 901	43 624	30 830	35 294	41 536	49 332
8 634	9 980	9 511	11 879	10 287	11 588	10 224	12 549
27 561	29 448	33 384	40 451	801 125	832 687	878 968	972 665
7 194	8 809	12 315	14 384	674 551	703 654	757 240	840 482
5	..	41	..	2 804	3 458	3 719	4 204
2 116	3 076	3 206	3 478	87 386	88 688	98 869	107 405
119	131	138	174	22 152	22 694	24 284	25 163
159	201	261	237	28 699	31 707	32 946	30 885
383	514	462	672	69 226	81 311	96 899	110 387
2 165	2 441	2 788	3 192	416 641	427 663	439 463	502 601
2 247	2 446	5 419	6 631	47 643	48 133	61 060	59 837
17 982	17 982	16 969	22 356	62 190	63 307	59 447	68 585
8 353	8 164	8 094	10 275	37 019	38 151	35 935	39 876
8 648	8 756	8 026	10 459	22 010	22 078	20 664	24 566
981	1 062	849	1 622	3 161	3 078	2 848	4 143
1 558	1 747	1 483	1 393	26 812	26 203	20 269	20 529
737	689	652	540	2 446	2 288	2 294	1 993
821	1 058	831	853	24 366	23 915	17 975	18 536
827	910	2 617	2 318	37 572	39 523	42 012	43 069
94 811	102 781	114 847	136 572	1 012 799	1 054 950	1 112 585	1 229 517

Bancos de poupança e de investimento

Mais de 5 anos				Total			
Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
316 565	328 917	331 429	345 901	419 499	434 876	437 007	454 745
32 216	33 649	32 535	32 442	94 437	97 312	98 477	103 493
7	7	7	7	7 620	7 193	8 463	11 546
26	27	23	23	36 199	37 877	41 282	44 561
361	360	396	502	7 443	7 207	7 596	7 861
31 822	33 255	32 109	31 910	43 175	45 035	41 136	39 525
113 682	115 832	110 289	117 072	153 743	157 406	149 087	153 818
107 064	108 531	103 086	105 375	138 799	141 416	135 095	135 527
9 966	10 271	10 629	10 949	14 077	14 578	15 146	15 623
97 098	98 260	92 457	94 426	124 722	126 838	119 949	119 904
1 302	2 007	1 913	3 408	1 842	2 475	2 398	3 706
5 316	5 294	5 290	8 289	13 102	13 515	11 594	14 585
170 667	179 436	188 605	196 387	171 319	180 158	189 443	197 434
169 389	178 376	187 441	195 097	169 638	178 695	187 881	195 559
1 278	1 060	1 164	1 290	1 681	1 463	1 562	1 875
104 698	110 650	121 945	136 961	219 697	242 322	277 226	309 078
4 274	5 413	6 260	11 506	102 334	115 346	125 372	142 829
..	..	..	..	48	13	265	381
1 951	2 264	2 479	2 889	44 401	44 259	46 199	50 881
..	..	..	..	1 294	2 240	1 743	1 050
60	60	70	60	2 093	2 026	2 411	2 886
67	66	64	59	29 559	38 041	43 526	47 708
33	33	198	33	20 092	21 998	23 331	25 961
2 163	2 990	3 449	8 465	4 847	6 769	7 897	13 962
89 861	94 471	104 866	114 081	103 994	113 464	138 180	151 807
88 048	92 484	102 949	109 868	99 300	107 341	132 881	143 335
254	260	361	1 542	858	1 470	1 765	3 717
1 559	1 727	1 556	2 671	3 836	4 653	3 534	4 755
10 563	10 766	10 819	11 374	13 369	13 512	13 674	14 442
601	654	709	919	612	666	721	932
9 962	10 112	10 110	10 455	12 757	12 846	12 953	13 510
..	..	..	..	..	..	..	..
421 263	439 567	453 374	482 862	639 196	677 198	714 233	763 823

**Quadro 3.12 — DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
POR REGIME DE BONIFICAÇÃO E FINALIDADES — 1983**
Crédito concedido

Millhões de escudos

	Total das OIM									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
1. Crédito preferencial	83 989	72 182	76 758	86 255	319 184	15 083	17 918	19 541	21 892	74 434
1.1 Financiamento às necessidades de exploração	78 115	68 226	72 243	83 658	302 242	7 914	9 701	11 667	13 114	42 396
1.1.1 Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	21 542	16 765	16 341	21 248	75 896	681	1 132	251	629	2 693
1.1.2 Contratos de desenvolvimento para habitação	20	373	428	383	1 204	4 608	3 204	8 258	9 507	25 577
1.1.3 Crédito à exportação	51 897	48 610	53 926	59 149	213 582	1 625	1 782	1 414	2 193	7 014
1.1.4 Outros créditos	4 656	2 478	1 548	2 878	11 560	1 000	3 583	1 744	785	7 112
1.2 Financiamento ao investimento	4 970	2 549	3 906	2 235	13 660	6 390	7 419	6 951	7 793	28 553
1.2.1 Investimentos novos	4 042	2 089	2 694	1 403	10 228	5 036	6 371	5 895	6 054	23 356
1.2.1.1 Agricultura, pecuária e pesca	1 912	1 450	1 261	516	5 139	1 943	3 003	2 634	2 353	9 933
1.2.1.2 Outros	2 130	639	1 433	887	5 089	3 093	3 368	3 261	3 701	13 423
1.2.2 Saneamento financeiro	460	265	1 116	822	2 663	865	718	543	1 332	3 458
1.2.3 Outros créditos	468	195	96	10	769	489	330	513	407	1 739
1.3 Financiamento a particulares	904	1 407	609	362	3 282	779	798	923	985	3 485
1.3.1 Habitação própria e permanente	467	1 089	350	321	2 227	535	570	687	656	2 448
1.3.2 Outros créditos	437	318	259	41	1 055	244	228	236	329	1 037
2. Crédito não preferencial	485 040	504 435	541 609	603 905	2 134 989	63 680	57 238	61 145	92 360	274 423
2.1 Financiamento às necessidades de exploração	469 185	486 237	518 744	587 189	2 061 355	53 136	45 692	50 248	74 223	223 299
2.1.1 Crédito de campanha	1 994	2 133	2 199	2 063	8 389	137	466	85	113	801
2.1.2 Crédito à produção	46 893	50 326	59 956	68 124	225 299	11 664	8 486	9 820	12 231	42 201
2.1.3 Crédito à armazenagem	11 122	11 363	12 026	13 784	48 295	2 183	2 580	2 283	3 396	10 442
2.1.4 Crédito à exportação	22 895	22 399	26 285	24 444	96 023	1 754	1 814	1 779	2 964	8 311
2.1.5 Crédito à importação	46 197	37 031	48 539	44 680	176 447	11 988	8 367	12 642	19 961	52 958
2.1.6 Crédito de tesouraria	318 974	342 781	357 073	421 671	1 440 499	22 648	21 223	19 591	29 688	93 150
2.1.7 Outros créditos	21 110	20 204	12 666	12 423	66 403	2 762	2 756	4 048	5 870	15 436
2.2 Financiamento ao investimento	5 867	8 150	14 359	10 141	38 517	8 281	9 435	9 059	16 245	43 020
2.2.1 Investimentos novos	3 034	4 474	9 545	4 090	21 143	5 653	6 477	6 955	12 870	31 955
2.2.2 Saneamento financeiro	2 202	2 134	2 975	5 004	12 315	1 602	2 306	1 469	2 587	7 964
2.2.3 Outros créditos	631	1 542	1 839	1 047	5 059	1 026	652	635	788	3 101
2.3 Financiamento a particulares	9 988	10 048	8 506	6 575	35 117	2 263	2 111	1 838	1 892	8 104
2.3.1 Crédito à habitação	582	603	547	496	2 228	290	298	252	231	1 071
2.3.2 Outros créditos	9 406	9 445	7 959	6 079	32 889	1 973	1 813	1 586	1 661	7 033
3. Total do crédito	569 029	576 617	618 367	690 160	2 454 173	78 763	75 156	80 686	114 252	348 857

Bancos comerciais

	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
1. Crédito preferencial	74 651	64 116	71 640	77 618	288 025	9 174	12 417	9 440	10 679	41 710
1.1 Financiamento às necessidades de exploração	69 119	61 288	67 206	75 096	272 709	2 473	5 099	2 101	2 707	12 380
1.1.1 Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	19 705	13 970	14 023	15 801	63 499	681	382	249	626	1 938
1.1.2 Contratos de desenvolvimento para habitação	4	..	3	2	9	120	..	18	18	156
1.1.3 Crédito à exportação	47 328	46 297	51 895	57 269	202 789	1 455	1 652	970	1 658	5 735
1.1.4 Outros créditos	2 082	1 021	1 285	2 024	6 412	217	3 065	864	405	4 551
1.2 Financiamento ao investimento	4 748	2 262	3 851	2 180	13 041	5 933	6 542	6 434	7 160	26 069
1.2.1 Investimentos novos	4 009	1 802	2 640	1 348	9 799	4 659	5 579	5 379	5 433	21 050
1.2.1.1 Agricultura, pecuária e pesca	1 898	1 428	1 220	494	5 040	1 617	2 676	2 300	2 045	8 638
1.2.1.2 Outros	2 111	374	1 420	854	4 759	3 042	2 903	3 079	3 388	12 412
1.2.2 Saneamento financeiro	448	265	1 115	822	2 650	859	688	542	1 321	3 410
1.2.3 Outros créditos	291	195	96	10	592	415	275	513	406	1 609
1.3 Financiamento a particulares	784	566	583	342	2 275	768	776	905	812	3 261
1.3.1 Habitação própria e permanente	347	248	324	301	1 220	535	570	680	655	2 440
1.3.2 Outros créditos	437	318	259	41	1 055	233	206	225	157	821
2. Crédito não preferencial	453 610	473 590	497 998	568 086	1 993 284	49 873	48 688	51 155	77 308	227 024
2.1 Financiamento às necessidades de exploração	439 159	459 996	483 794	555 441	1 938 390	40 160	38 798	42 426	61 434	182 818
2.1.1 Crédito de campanha	1 989	2 133	1 848	2 018	7 988	137	68	85	42	332
2.1.2 Crédito à produção	45 010	49 020	57 492	64 712	216 234	7 893	6 225	6 521	8 525	29 164
2.1.3 Crédito à armazenagem	11 006	9 716	11 790	13 084	45 596	2 183	2 580	2 283	3 396	10 442
2.1.4 Crédito à exportação	20 987	20 554	23 787	21 485	86 813	1 754	1 814	1 779	2 817	8 164
2.1.5 Crédito à importação	37 368	34 045	38 364	41 154	150 931	3 097	4 510	8 609	13 406	29 622
2.1.6 Crédito de tesouraria	303 234	325 502	339 790	401 125	1 369 651	22 539	21 074	19 461	29 478	92 552
2.1.7 Outros créditos	19 565	19 026	10 723	11 863	61 177	2 557	2 527	3 688	3 770	12 542
2.2 Financiamento ao investimento	5 081	4 165	6 325	6 901	22 472	7 487	7 828	6 925	14 196	36 436
2.2.1 Investimentos novos	2 310	1 362	1 985	1 971	7 628	5 337	5 457	4 874	10 857	26 525
2.2.2 Saneamento financeiro	2 200	2 134	2 951	4 383	11 668	1 602	1 730	1 416	2 553	7 301
2.2.3 Outros créditos	571	669	1 389	547	3 176	548	641	635	786	2 610
2.3 Financiamento a particulares	9 370	9 429	7 879	5 744	32 422	2 226	2 062	1 804	1 678	7 770
2.3.1 Crédito à habitação	582	603	547	496	2 228	290	297	251	231	1 069
2.3.2 Outros créditos	8 788	8 826	7 332	5 248	30 194	1 936	1 765	1 553	1 447	6 701
3. Total do crédito	528 261	537 706	569 638	645 704	2 281 309	59 047	61 105	60 595	87 987	268 734

Total das OIM									
Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
26 364	28 122	32 933	39 041	126 460	125 436	118 222	129 232	147 188	520 078
1 733	2 447	1 651	823	6 654	87 762	80 374	85 561	97 595	351 292
254	95	27	26	402	22 477	17 992	16 619	21 903	78 991
..	..	..	..	..	4 628	3 577	8 686	9 890	26 781
196	82	95	281	654	53 718	50 474	55 435	61 623	221 250
1 283	2 270	1 529	516	5 598	6 939	8 331	4 821	4 179	24 270
8 551	8 171	10 832	15 914	43 468	19 911	18 139	21 689	25 942	85 681
5 445	5 047	7 267	6 766	24 525	14 523	13 507	15 856	14 223	58 109
1 485	1 504	2 757	2 121	7 867	5 340	5 957	6 652	4 990	22 939
3 960	3 543	4 510	4 645	16 658	9 183	7 550	9 204	9 233	35 170
1 514	1 467	3 396	6 693	13 070	2 839	2 450	5 055	8 847	19 191
1 592	1 657	169	2 455	5 873	2 549	2 182	778	2 872	8 381
16 080	17 504	20 450	22 304	76 338	17 763	19 709	21 982	23 651	83 105
14 183	14 892	16 365	17 302	62 742	15 185	16 551	17 402	18 279	67 417
1 897	2 612	4 085	5 002	13 596	2 578	3 158	4 580	5 372	15 688
20 155	19 649	27 355	24 003	91 162	568 875	581 322	630 109	720 268	2 500 574
6 664	8 713	13 137	4 832	33 346	528 985	540 642	582 129	666 244	2 318 000
..	29	2	1	32	2 131	2 628	2 286	2 177	9 222
1 659	1 171	910	1 292	5 032	60 216	59 983	70 686	81 647	272 532
45	30	37	87	199	13 350	13 973	14 346	17 267	58 936
162	92	139	30	423	24 811	24 305	28 203	27 438	104 757
244	164	197	293	898	58 429	45 562	61 378	64 934	230 303
928	1 202	1 357	1 372	4 859	342 550	365 206	378 021	452 731	1 538 508
3 626	6 025	10 495	1 757	21 903	27 498	28 985	27 209	20 050	103 742
12 643	9 917	13 007	18 241	53 808	26 791	27 502	36 425	44 627	135 345
10 269	8 677	10 117	12 572	41 635	18 956	19 628	26 617	29 532	94 733
1 626	869	2 305	3 756	8 556	5 430	5 309	6 749	11 347	28 835
748	371	585	1 913	3 617	2 405	2 565	3 059	3 748	11 777
848	1 019	1 211	930	4 008	13 099	13 178	11 555	9 397	47 229
185	55	204	172	616	1 057	956	1 003	899	3 915
663	964	1 007	758	3 392	12 042	12 222	10 552	8 498	43 314
46 519	47 771	60 288	63 044	217 622	694 311	699 544	759 341	867 456	3 020 652

Bancos comerciais									
Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
10 791	11 351	18 856	21 287	62 285	94 616	87 884	99 936	109 584	392 020
454	356	240	247	1 297	72 046	66 743	69 547	78 050	286 386
254	95	27	26	402	20 640	14 447	14 299	16 453	65 839
..	..	..	..	..	124	..	21	20	165
193	81	31	157	462	48 976	48 030	52 896	59 084	208 986
7	180	182	64	433	2 306	4 266	2 331	2 493	11 396
4 568	3 428	8 193	7 574	23 763	15 249	12 232	18 478	16 914	62 873
2 493	2 631	4 664	3 493	13 281	11 161	10 012	12 683	10 274	44 130
922	1 043	2 120	1 794	5 879	4 437	5 147	5 640	4 333	19 557
1 571	1 588	2 544	1 699	7 402	6 724	4 865	7 043	5 941	24 573
1 501	696	3 360	3 660	9 217	2 808	1 649	5 017	5 803	15 277
574	101	169	421	1 265	1 280	571	778	837	3 466
5 769	7 567	10 423	13 466	37 225	7 321	8 909	11 911	14 620	42 761
3 976	5 046	6 449	8 627	24 098	4 858	5 864	7 453	9 583	27 758
1 793	2 521	3 974	4 839	13 127	2 463	3 045	4 458	5 037	15 003
8 851	7 361	12 818	13 587	42 617	512 334	529 639	561 971	658 981	2 262 925
4 063	4 137	6 469	4 269	18 938	483 382	502 931	532 689	621 144	2 140 146
..	5	2	1	8	2 126	2 206	1 935	2 061	8 328
1 199	1 149	883	760	3 991	54 102	56 394	64 896	73 997	249 389
45	30	37	87	199	13 234	12 326	14 110	16 567	56 237
162	92	128	30	412	22 903	22 460	25 694	24 332	95 389
244	164	197	293	898	40 709	38 719	47 170	54 853	181 451
909	1 202	1 357	1 372	4 840	326 682	347 778	360 608	431 975	1 467 043
1 504	1 495	3 865	1 726	8 590	23 626	18 276	17 359	82 309	82 309
4 287	2 570	5 756	8 972	21 585	16 855	14 563	19 006	30 069	80 493
2 682	1 500	2 866	4 394	11 442	10 329	8 319	9 725	17 222	45 595
1 468	864	2 305	3 365	8 002	5 270	4 728	6 672	10 301	26 971
137	206	585	1 213	2 141	1 256	1 516	2 609	2 546	7 927
501	654	593	346	2 094	12 097	12 145	10 276	7 768	42 286
119	20	118	11	268	991	920	916	738	3 565
382	634	475	335	1 826	11 106	11 225	9 360	7 030	38 721
19 642	18 712	31 674	34 874	104 902	606 950	617 523	661 907	768 565	2 654 945

Quadro 3.12 – DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
POR REGIME DE BONIFICAÇÃO E FINALIDADES – 1983
Crédito concedido

Milhões de escudos

	Bancos de poupança e de investimento									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
1. Crédito preferencial	9 338	8 066	5 118	8 637	31 159	5 909	5 501	10 101	11 213	32 724
1.1 Financiamento às necessidades de exploração	8 996	6 938	5 037	8 562	29 533	5 441	4 602	9 566	10 407	30 016
1.1.1 Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	1 837	2 795	2 318	5 447	12 397	-	750	2	3	755
1.1.2 Contratos de desenvolvimento para habitação	16	373	425	381	1 195	4 488	3 204	8 240	9 489	25 421
1.1.3 Crédito à exportação	4 569	2 313	2 031	1 880	10 793	170	130	444	535	1 279
1.1.4 Outros créditos	2 574	1 457	263	854	5 148	783	518	880	380	2 561
1.2 Financiamento ao investimento	222	287	55	55	619	457	877	517	633	2 484
1.2.1 Investimentos novos	33	287	54	55	429	377	792	516	621	2 306
1.2.1.1 Agricultura, pecuária e pesca	14	22	41	22	99	326	327	334	308	1 295
1.2.1.2 Outros	19	265	13	33	330	51	465	182	313	1 011
1.2.2 Saneamento financeiro	12	-	1	-	13	6	30	1	11	48
1.2.3 Outros créditos	177	-	-	-	177	74	55	-	1	130
1.3 Financiamento a particulares	120	841	26	20	1 007	11	22	18	173	224
1.3.1 Habitação própria e permanente	120	841	26	20	1 007	-	-	7	1	8
1.3.2 Outros créditos	-	-	-	-	-	11	22	11	172	216
2. Crédito não preferencial	31 430	30 845	43 611	35 819	141 705	13 807	8 550	9 990	15 052	47 399
2.1 Financiamento às necessidades de exploração	30 026	26 241	34 950	31 748	122 965	12 976	6 894	7 822	12 789	40 481
2.1.1 Crédito de campanha	5	-	351	45	401	-	398	-	71	469
2.1.2 Crédito à produção	1 883	1 306	2 464	3 412	9 065	3 771	2 261	3 299	3 706	13 037
2.1.3 Crédito à armazenagem	116	1 647	236	700	2 699	-	-	-	-	-
2.1.4 Crédito à exportação	1 908	1 845	2 498	2 959	9 210	-	-	-	147	147
2.1.5 Crédito à importação	8 829	2 986	10 175	3 526	25 516	8 891	3 857	4 033	6 555	23 336
2.1.6 Crédito de tesouraria	15 740	17 279	17 283	20 546	70 848	109	149	130	210	598
2.1.7 Outros créditos	1 545	1 178	1 943	560	5 226	205	229	360	2 100	2 894
2.2 Financiamento ao investimento	786	3 985	8 034	3 240	16 045	794	1 607	2 134	2 049	6 584
2.2.1 Investimentos novos	724	3 112	7 560	2 119	13 515	316	1 020	2 081	2 013	5 430
2.2.2 Saneamento financeiro	2	-	24	621	647	-	576	53	34	663
2.2.3 Outros créditos	60	873	450	500	1 883	478	11	-	2	491
2.3 Financiamento a particulares	618	619	627	831	2 695	37	49	34	214	334
2.3.1 Crédito à habitação	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2
2.3.2 Outros créditos	618	619	627	831	2 695	37	48	33	214	332
3. Total do crédito	40 768	38 911	48 729	44 456	172 864	19 716	14 051	20 091	26 265	80 123

Quadro 3.13 – DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
POR REGIME DE BONIFICAÇÃO E FINALIDADES – 1983
Crédito concedido (créditos novos)

Milhões de escudos

	Total das OIM's									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
Crédito preferencial	69 973	59 722	63 037	75 078	267 810	11 715	15 584	16 768	19 603	63 670
Financiamento às necessidades de exploração	64 968	56 317	59 300	73 197	253 782	6 946	8 941	11 097	12 254	39 238
Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	17 341	13 713	13 669	18 043	62 766	66	843	89	281	1 279
Contratos de desenvolvimento para habitação	18	373	337	337	1 065	4 488	3 204	8 240	9 489	25 421
Crédito à exportação	43 873	41 009	44 022	52 502	181 406	1 502	1 680	1 185	1 952	6 319
Outros créditos	3 736	1 222	1 272	2 315	8 545	890	3 214	1 583	532	6 219
Financiamento ao investimento	4 317	2 125	3 371	1 584	11 397	4 233	5 992	4 967	6 459	21 651
Investimentos novos	3 466	1 759	2 354	990	8 569	3 156	5 181	4 325	5 146	17 808
Agricultura, pecuária e pesca	1 644	1 172	1 045	354	4 215	1 499	2 412	1 919	1 908	7 738
Outros créditos	1 822	587	1 309	636	4 354	1 657	2 769	2 406	3 238	10 070
Saneamento financeiro	403	202	926	590	2 121	773	647	461	1 128	3 009
Outros créditos	448	164	91	4	707	304	164	181	185	834
Financiamento a particulares	688	1 280	366	297	2 631	536	651	704	890	2 781
Habitação própria e permanente	387	1 052	275	265	1 979	473	545	590	639	2 247
Outros créditos	301	228	91	32	652	63	106	114	251	534
Crédito não preferencial	322 408	337 976	371 225	417 206	1 448 815	38 470	31 363	33 145	57 326	160 304
Financiamento às necessidades de exploração	311 675	324 756	355 150	405 102	1 396 683	33 012	24 110	25 961	43 500	126 583
Crédito de campanha	1 198	1 292	1 805	1 419	5 714	1	426	16	79	522
Crédito à produção	32 881	35 054	42 271	50 932	161 138	7 538	5 003	6 474	7 257	26 272
Crédito à armazenagem	7 934	7 912	8 458	9 251	33 555	1 759	1 662	1 074	1 420	5 915
Crédito à exportação	18 421	16 276	21 327	19 012	75 036	901	875	755	588	3 119
Crédito à importação	34 235	27 525	36 515	34 070	132 345	10 791	6 984	8 319	18 081	44 175
Crédito de tesouraria	200 997	223 269	234 694	280 535	939 495	10 422	7 645	7 161	12 550	37 778
Outros créditos	16 009	13 428	10 080	9 883	49 400	1 600	1 515	2 162	3 525	8 802
Financiamento ao investimento	4 433	6 941	11 746	7 346	30 466	4 171	6 132	6 096	12 618	29 017
Investimentos novos	2 501	4 032	8 803	2 941	18 277	2 584	3 831	4 927	10 059	21 401
Saneamento financeiro	1 878	1 906	1 537	4 049	9 370	954	1 859	939	2 023	5 775
Outros créditos	54	1 003	1 406	356	2 819	633	442	230	536	1 841
Financiamento a particulares	6 300	6 279	4 329	4 758	21 666	1 287	1 121	1 088	1 208	4 704
Crédito à habitação	326	318	287	275	1 206	120	136	92	64	412
Outros créditos	5 974	5 961	4 042	4 483	20 460	1 167	985	996	1 144	4 292
Total do crédito	392 381	397 698	434 262	492 284	1 716 625	50 185	46 947	49 913	76 929	223 974

Bancos de poupança e de investimento

Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
15 573	16 771	14 077	17 754	64 175	30 820	30 338	29 296	37 604	128 058
1 279	2 091	1 411	576	5 357	15 716	13 631	16 014	19 545	64 906
..	..	..	..	..	1 837	3 545	2 320	5 450	13 152
..	..	..	..	..	4 504	3 577	8 665	9 870	26 616
3	1	64	124	192	4 742	2 444	2 539	2 539	12 264
1 276	2 090	1 347	452	5 165	4 633	4 065	2 490	1 686	12 874
3 983	4 743	2 639	8 340	19 705	4 662	5 907	3 211	9 028	22 808
2 952	2 416	2 603	3 273	11 244	3 362	3 495	3 173	3 949	13 979
563	461	637	327	1 988	903	810	1 012	657	3 382
2 389	1 955	1 966	2 946	9 256	2 459	2 685	2 161	3 292	10 597
13	771	36	3 033	3 853	31	801	38	3 044	3 914
1 018	1 556	..	2 034	4 608	1 269	1 611	..	2 035	4 915
10 311	9 937	10 027	8 838	39 113	10 442	10 800	10 071	9 031	40 344
10 207	9 846	9 916	8 675	38 644	10 327	10 687	9 949	8 696	39 659
104	91	111	163	469	115	113	122	335	685
11 304	12 288	14 537	10 416	48 545	56 541	51 683	68 138	61 287	237 649
2 601	4 576	6 668	563	14 408	45 603	37 711	49 440	45 100	177 854
..	24	..	..	24	5	422	351	116	894
460	22	27	532	1 041	6 114	3 589	5 790	7 650	23 143
..	..	..	..	..	116	1 647	236	700	2 699
..	..	11	..	11	1 908	1 845	2 509	3 106	9 368
..	..	..	..	..	17 720	6 843	14 208	10 081	48 852
19	..	..	..	19	15 868	17 428	17 413	20 756	71 465
2 122	4 530	6 630	31	13 313	3 872	5 937	8 933	2 691	21 433
8 356	7 347	7 251	9 269	32 223	9 936	12 939	17 419	14 558	54 852
7 587	7 177	7 251	8 178	30 193	8 627	11 309	16 892	12 310	49 138
158	5	..	391	554	160	581	77	1 046	1 864
611	165	..	700	1 476	1 149	1 049	450	1 202	3 850
347	365	618	584	1 914	1 002	1 033	1 279	1 629	4 943
66	35	86	161	348	66	36	87	161	350
281	330	532	423	1 566	936	997	1 192	1 468	4 593
26 877	29 059	28 614	28 170	112 720	87 361	82 021	97 434	98 891	365 707

Total das OIM's

Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
22 324	25 605	26 733	33 901	108 563	104 012	100 911	106 538	128 582	440 043
1 470	2 312	1 566	792	6 140	73 384	67 570	71 963	86 243	299 160
..	2	9	15	26	17 407	14 558	13 767	18 339	64 071
..	..	..	..	..	4 506	3 577	8 577	9 826	26 486
194	82	94	280	650	45 569	42 771	45 301	54 734	188 375
1 276	2 228	1 463	497	5 464	5 902	6 664	4 318	3 344	20 228
6 670	7 387	7 542	13 636	35 235	15 220	15 504	15 880	21 679	68 283
4 048	4 403	4 721	5 387	18 559	10 670	11 343	11 400	11 523	44 936
925	1 151	1 451	1 284	4 811	4 068	4 735	4 415	3 546	16 764
3 123	3 252	3 270	4 103	13 748	6 602	6 608	6 985	7 977	28 172
1 386	1 386	2 791	6 166	11 729	2 562	2 235	4 178	7 884	16 859
1 236	1 598	30	2 083	4 947	1 988	1 926	302	2 272	6 488
14 184	15 906	17 625	19 473	67 188	15 408	17 837	18 695	20 660	72 600
14 019	14 794	15 936	17 210	61 959	14 879	16 391	16 801	18 114	66 185
165	1 112	1 689	2 263	5 229	529	1 446	1 894	2 546	6 415
15 643	16 026	18 929	18 434	69 032	376 521	385 365	423 299	492 966	1 678 151
5 049	6 620	8 552	2 397	22 618	349 736	355 486	389 663	450 999	1 545 884
..	24	..	..	24	1 199	1 742	1 821	1 498	6 260
1 430	453	392	754	3 029	41 849	40 510	49 137	58 943	190 439
32	16	26	19	93	9 725	9 590	9 558	10 690	39 563
137	73	96	3	309	19 459	17 224	22 178	19 603	78 464
201	138	118	79	536	45 227	34 647	44 952	52 230	177 056
504	451	548	744	2 247	211 923	231 365	242 403	293 829	979 520
2 745	5 465	7 372	798	16 380	20 354	20 408	19 614	14 206	74 582
10 219	8 751	9 620	15 348	43 938	18 823	21 824	27 462	35 312	103 421
8 785	7 865	8 283	10 631	35 564	13 870	15 728	22 013	23 631	75 242
778	641	1 149	2 997	5 565	3 610	4 406	3 625	9 069	20 710
656	245	188	1 720	2 809	1 343	1 690	1 824	2 612	7 469
375	655	757	689	2 476	7 962	8 055	6 174	6 655	28 846
69	54	90	168	381	515	508	469	507	1 999
306	601	667	521	2 095	7 447	7 547	5 705	6 148	26 847
37 967	41 631	45 662	52 335	177 595	480 533	486 276	529 837	621 548	2 118 194

**Quadro 3.13 – DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
POR REGIME DE BONIFICAÇÃO E FINALIDADES – 1983**
Crédito concedido (créditos novos)

Millões de escudos

	Bancos comerciais									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
Crédito preferencial	61 217	52 892	58 145	67 233	239 487	5 834	10 102	6 689	8 404	31 029
Financiamento às necessidades de exploração	56 552	50 608	54 488	65 426	227 074	1 505	4 339	1 531	1 847	9 222
Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	15 684	11 140	11 443	12 993	51 260	66	93	87	278	524
Contratos de desenvolvimento para habitação	2	..	..	..	2	..	..	..	..	..
Crédito à exportação	39 304	38 701	42 026	50 622	170 653	1 332	1 550	741	1 417	5 040
Outros créditos	1 562	767	1 019	1 811	5 159	107	2 696	703	152	3 658
Financiamento ao investimento	4 097	1 845	3 317	1 530	10 789	3 804	5 134	4 472	5 840	19 250
Investimentos novos	3 434	1 479	2 301	936	8 150	2 807	4 408	3 831	4 539	15 585
Agricultura, pecuária e pesca	1 630	1 150	1 004	332	4 116	1 201	2 104	1 607	1 614	6 526
Outros créditos	1 804	329	1 297	604	4 034	1 606	2 304	2 224	2 925	9 059
Saneamento financeiro	391	202	925	590	2 108	767	617	460	1 117	2 961
Outros créditos	272	184	91	4	531	230	109	181	184	704
Financiamento a particulares	568	439	340	277	1 624	525	629	686	717	2 557
Habitação própria e permanente	267	211	249	245	972	473	545	583	638	2 239
Outros créditos	301	228	91	32	652	52	84	103	79	318
Crédito não preferencial	298 402	314 725	335 995	390 859	1 339 981	24 664	22 814	23 158	42 275	112 911
Financiamento às necessidades de exploração	288 906	305 855	327 975	381 924	1 304 660	20 037	17 217	18 142	30 712	86 108
Crédito de campanha	1 193	1 292	1 454	1 374	5 313	1	28	16	8	53
Crédito à produção	31 670	34 058	40 232	47 913	153 873	3 767	2 742	3 175	3 552	13 236
Crédito à armazenagem	7 913	6 695	8 252	9 038	31 898	1 759	1 662	1 074	1 420	5 915
Crédito à exportação	16 727	14 506	19 043	16 367	66 643	901	875	755	441	2 972
Crédito à importação	26 153	25 025	27 259	31 246	109 683	1 900	3 127	4 286	11 526	20 839
Crédito de tesouraria	190 779	211 985	223 525	266 556	892 845	10 313	7 497	7 034	12 340	37 184
Outros créditos	14 471	12 294	8 210	9 430	44 405	1 396	1 286	1 802	1 425	5 909
Financiamento ao investimento	3 702	2 975	3 791	4 761	15 229	3 377	4 525	3 962	10 569	22 433
Investimentos novos	1 823	939	1 272	1 227	5 261	2 268	2 811	2 846	8 046	15 971
Saneamento financeiro	1 877	1 906	1 513	3 428	8 724	954	1 283	886	1 989	5 112
Outros créditos	2	130	1 006	106	1 244	155	431	230	534	1 350
Financiamento a particulares	5 794	5 895	4 229	4 174	20 092	1 250	1 072	1 054	994	4 370
Crédito à habitação	326	318	287	275	1 206	120	135	91	64	410
Outros créditos	5 468	5 577	3 942	3 899	18 886	1 130	937	963	930	3 960
Total do crédito	359 619	367 617	394 140	458 092	1 579 468	30 498	32 916	29 847	50 679	143 940

	Bancos de poupança e de investimento									
	Até 1 ano					1 a 5 anos				
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
Crédito preferencial	8 756	6 830	4 892	7 845	28 323	5 881	5 482	10 079	11 199	32 641
Financiamento às necessidades de exploração	8 416	5 709	4 812	7 771	26 708	5 441	4 602	9 566	10 407	30 016
Créditos de campanha incluindo crédito agrícola de emergência	1 657	2 573	2 226	5 050	11 506	..	750	2	3	755
Contratos de desenvolvimento para habitação	16	373	337	337	1 063	4 488	3 204	8 240	9 489	25 421
Crédito à exportação	4 569	2 308	1 996	1 880	10 753	170	130	444	535	1 279
Outros créditos	2 174	455	253	504	3 386	783	518	880	380	2 561
Financiamento ao investimento	220	280	54	54	608	429	858	495	619	2 401
Investimentos novos	32	280	53	54	419	349	773	494	607	2 223
Agricultura, pecuária e pesca	14	22	41	22	99	298	308	312	294	1 212
Outros créditos	18	258	12	32	320	51	465	182	313	1 011
Saneamento financeiro	12	..	1	..	13	6	30	1	11	48
Outros créditos	176	..	..	..	176	74	55	..	1	130
Financiamento a particulares	120	841	26	20	1 007	11	22	18	173	224
Habitação própria e permanente	120	841	26	20	1 007	..	..	7	1	8
Outros créditos	..	..	..	..	..	11	22	11	172	216
Crédito não preferencial	24 006	23 251	35 230	26 347	108 834	13 806	8 549	9 987	15 051	47 393
Financiamento às necessidades de exploração	22 769	18 901	27 175	23 178	92 023	12 975	6 893	7 819	12 788	40 475
Crédito de campanha	5	..	351	45	401	..	398	..	71	469
Crédito à produção	1 211	996	2 039	3 019	7 265	3 771	2 261	3 299	3 705	13 036
Crédito à armazenagem	21	1 217	206	213	1 657	..	..	..	..	..
Crédito à exportação	1 694	1 770	2 284	2 645	8 393	..	..	..	147	147
Crédito à importação	8 082	2 500	9 256	2 824	22 662	8 891	3 857	4 033	6 555	23 336
Crédito de tesouraria	10 218	11 284	11 169	13 979	46 650	109	148	127	210	594
Outros créditos	1 538	1 134	1 870	453	4 995	204	229	360	2 100	2 893
Financiamento ao investimento	731	3 966	7 955	2 585	15 237	794	1 607	2 134	2 049	6 584
Investimentos novos	678	3 093	7 531	1 714	13 016	316	1 020	2 081	2 013	5 430
Saneamento financeiro	1	..	24	621	646	..	576	53	34	663
Outros créditos	52	873	400	250	1 575	478	11	..	2	491
Financiamento a particulares	506	384	100	584	1 574	37	49	34	214	334
Crédito à habitação	..	..	..	..	..	..	1	1	..	2
Outros créditos	506	384	100	584	1 574	37	48	33	214	332
Total do crédito	32 762	30 081	40 122	34 192	137 157	19 687	14 031	20 066	26 250	80 034

Bancos comerciais									
Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
6 751	83834	12 656	16 147	44 388	73 802	71 828	77 490	91 784	314 904
191	221	155	216	783	58 248	55 168	56 174	67 489	237 079
..	2	9	15	26	15 750	11 235	11 539	13 286	51 810
..	..	..	..	..	2	..	..	..	2
191	81	30	156	458	40 827	40 332	42 797	52 195	176 151
..	138	116	45	299	1 669	3 601	1 838	2 008	9 116
2 687	2 644	4 903	5 296	15 530	10 588	9 623	12 692	12 666	45 569
1 096	1 987	2 118	2 114	7 315	7 337	7 874	8 250	7 589	31 050
362	690	814	957	2 823	3 193	3 944	3 425	2 903	13 465
734	1 297	1 304	1 157	4 492	4 144	3 930	4 825	4 686	17 585
1 373	615	2 755	3 133	7 876	2 531	1 434	4 140	4 840	12 945
218	42	30	49	339	720	315	302	237	1 574
3 873	5 969	7 598	10 635	28 075	4 966	7 037	8 624	11 629	32 256
3 812	4 948	6 020	8 535	23 315	4 552	5 704	6 852	9 418	26 526
61	1 021	1 578	2 100	4 760	414	1 333	1 772	2 211	5 730
4 339	3 738	4 392	8 018	20 487	327 405	341 277	363 545	441 152	1 473 379
2 448	2 044	1 884	1 834	8 210	311 391	325 116	348 001	414 470	1 398 978
..	..	..	..	..	1 194	1 320	1 470	1 382	5 366
970	431	365	222	1 988	36 407	37 231	43 772	51 687	169 097
32	16	26	19	93	9 704	8 373	9 352	10 477	37 906
137	73	85	3	298	17 765	15 454	19 883	16 811	69 913
201	138	118	79	536	28 254	28 290	31 663	42 851	131 058
485	451	548	744	2 228	201 577	219 933	231 107	279 640	932 257
623	935	742	767	3 067	16 490	14 515	10 754	11 622	53 381
1 863	1 404	2 369	6 079	11 715	8 942	8 904	10 122	21 409	49 377
1 198	688	1 032	2 453	5 371	5 289	4 438	5 150	11 726	26 603
620	636	1 149	2 606	5 011	3 451	3 825	3 548	8 023	18 847
45	80	188	1 020	1 333	202	641	1 424	1 660	3 927
28	290	139	105	562	7 072	7 257	5 422	5 273	25 024
3	19	4	7	33	449	472	382	346	1 649
25	271	135	98	529	6 623	6 785	5 040	4 927	23 375
11 090	12 572	17 048	24 165	64 875	401 207	413 105	441 035	532 936	1 788 283

Bancos de poupança e de investimento									
Mais de 5 anos					Total				
1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
15 573	16 771	14 077	17 754	64 175	30 210	29 083	29 048	36 798	125 139
1 279	2 091	1 411	576	5 357	15 136	12 402	15 789	18 754	62 081
..	..	..	..	..	1 657	3 323	2 228	5 053	12 261
..	..	..	..	..	4 504	3 577	8 577	9 826	26 484
3	1	64	124	192	4 742	2 439	2 504	2 539	12 224
1 276	2 090	1 347	452	5 165	4 233	3 063	2 480	1 336	11 112
3 983	4 743	2 639	8 340	19 705	4 632	5 881	3 188	9 013	22 714
2 952	2 416	2 603	3 273	11 244	3 333	3 469	3 150	3 934	13 886
563	461	637	327	1 988	875	791	990	643	3 299
2 389	1 955	1 966	2 946	9 256	2 458	2 678	2 160	3 291	10 587
13	771	36	3 033	3 853	31	801	38	3 044	3 914
1 018	1 556	..	2 034	4 608	1 266	1 611	..	2 035	4 914
10 311	9 937	10 027	8 838	39 113	10 442	10 800	10 071	9 031	40 344
10 207	9 846	9 916	8 675	38 644	10 327	10 687	9 949	8 696	39 659
104	91	111	163	469	115	113	122	335	685
11 304	12 288	14 537	10 416	48 545	49 116	44 088	59 754	51 814	204 772
2 601	4 576	6 668	563	14 408	38 345	30 370	41 662	36 529	146 906
..	24	..	..	24	5	422	351	116	894
460	22	27	532	1 041	5 442	3 279	5 365	7 256	21 342
..	..	..	..	..	21	1 217	206	213	1 657
..	..	11	..	11	1 694	1 770	2 295	2 792	8 551
..	..	..	..	..	16 973	6 357	13 289	9 379	45 998
19	..	..	..	19	10 346	11 432	11 296	14 189	47 263
2 122	4 530	6 630	31	13 313	3 864	5 893	8 860	2 584	21 201
8 356	7 347	7 251	9 269	32 223	9 881	12 920	17 340	13 903	54 044
7 587	7 177	7 251	8 178	30 193	8 581	11 290	16 863	11 905	48 639
158	5	..	391	554	159	581	77	1 046	1 863
611	165	..	700	1 476	1 141	1 049	400	952	3 542
347	365	618	584	1 914	890	798	752	1 382	3 822
66	35	86	161	348	66	36	87	161	350
281	330	532	423	1 566	824	762	665	1 221	3 472
26 877	29 059	28 614	28 170	112 720	79 326	73 171	88 802	88 612	329 911

Quadro 3.14 – CRÉDITO LÍQUIDO AO SECTOR PÚBLICO

Milhões de escudos	1982 ⁽¹⁾				1983			
	Banco de Portugal	Bancos comerciais	Bancos de poup. e invest.	Total	Banco de Portugal	Bancos comerciais	Bancos de poup. e invest.	Total
Crédito								
Conjunto do sector	347 472	185 978	72 953	606 403	507 384	182 928	81 197	771 509
Cart. com. emprést. e outros créditos	22 038	7 746	44 710	74 494	22 421	7 384	49 755	79 560
Aplicações financeiras	325 434	178 232	28 243	531 909	484 963	175 544	31 442	691 949
Administração central	347 472	172 045	51 606	571 123	507 384	162 879	54 393	724 656
Cart. com. emprést. e outros créditos	22 038	3 148	24 561	49 747	22 421	2 422	24 987	49 830
Aplicações financeiras	325 434	168 897	27 045	521 376	484 963	160 457	29 406	674 826
Estado	347 472	169 836	27 478	544 786	507 384	161 335	29 879	698 598
Cart. com. emprést. e outros créditos	22 038	1 057	435	23 530	22 421	1 021	473	23 915
Aplicações financeiras	325 434	168 779	27 043	521 256	484 963	160 314	29 406	674 683
Promissórias de fom. nacional	..	..	..	..	..	..	..	..
Outros títulos de dívida pública	325 434	167 976	26 464	519 874	484 963	159 510	28 827	673 300
Ações de empresas nacionalizadas	..	803	579	1 382	..	804	579	1 383
Fundos autónomos	..	726	22 607	23 333	..	794	23 217	24 011
Cart. com. emprést. e outros créditos	..	608	22 605	23 213	..	650	23 217	23 867
Aplicações financeiras	..	118	2	120	..	144	..	144
Serviços autónomos	..	1 483	1 521	3 004	..	750	1 297	2 047
Cart. com. emprést. e outros créditos	..	1 483	1 521	3 004	..	750	1 297	2 047
Aplicações financeiras	..	..	..	..	..	..	..	..
Regiões autónomas	..	9 937	1 198	11 135	..	16 782	2 037	18 819
Cart. com. emprést. e outros créditos	..	602	..	602	..	1 695	1	1 696
Aplicações financeiras	..	9 335	1 198	10 533	..	15 087	2 036	17 123
Governo Regional dos Açores	..	2 667	435	3 102	..	2 724	436	3 160
Cart. com. emprést. e outros créditos	..	602	..	602	..	659	1	660
Aplicações financeiras	..	2 065	435	2 500	..	2 065	435	2 500
Governo Regional da Madeira	..	7 270	763	8 033	..	14 058	1 601	15 659
Cart. com. emprést. e outros créditos	..	..	..	..	..	1 036	..	1 036
Aplicações financeiras	..	7 270	763	8 033	..	13 022	1 601	14 623
Administração local	..	1 299	15 433	16 732	..	940	18 696	19 636
Cart. com. emprést. e outros créditos	..	1 299	15 433	16 732	..	940	18 696	19 636
Aplicações financeiras	..	..	..	..	..	..	..	..
Segurança social	..	2 697	4 716	7 413	..	2 327	6 071	8 398
Cart. com. emprést. e outros créditos	..	2 697	4 716	7 413	..	2 327	6 071	8 398
Aplicações financeiras	..	..	..	..	..	..	..	..
Depósitos								
Conjunto do sector	37 721	35 958	70 555	144 234	70 684	47 277	70 879	188 840
Administração central	36 509	26 097	53 637	116 243	70 668	35 112	59 223	165 003
Estado	31 483	21 950	20 829	74 262	64 213	30 747	24 808	119 768
Fundos autónomos	..	693	15 965	16 658	..	898	19 589	20 487
Serviços autónomos	5 026	3 454	16 843	25 323	6 455	3 467	14 826	24 748
Regiões autónomas	1 212	228	1 171	2 611	16	747	759	1 522
Governo Regional dos Açores	1 139	53	799	1 991	16	61	138	215
Governo Regional da Madeira	73	175	372	620	..	686	621	1 307
Administração local	..	4 709	10 164	14 873	..	5 522	8 816	14 338
Segurança social	..	4 924	5 583	10 507	..	5 896	2 081	7 977
Crédito líquido								
Conjunto do sector	309 751	150 020	2 398	462 169	436 700	135 651	10 318	582 669
Administração central	310 963	145 948	-2 031	454 880	436 716	127 767	-4 830	559 653
Estado	315 989	147 886	6 649	470 524	443 171	130 588	5 071	578 830
Fundos autónomos	..	33	6 642	6 675	..	-104	3 628	3 524
Serviços autónomos	-5 026	-1 971	-15 322	-22 319	-6 455	-2 717	-13 529	-22 701
Regiões autónomas	-1 212	9 709	27	8 524	-16	16 035	1 278	17 297
Governo Regional dos Açores	-1 139	2 614	-364	1 111	-16	2 663	298	2 945
Governo Regional da Madeira	-73	7 095	391	7 413	..	13 372	980	14 352
Administração local	..	-3 410	5 269	1 859	..	-4 582	9 880	5 298
Segurança social	..	-2 227	-867	-3 094	..	-3 569	3 990	421

(1) Revisto.

Quadro 3.15 – DISTRIBUIÇÃO DOS DEPÓSITOS POR PRAZOS

Milhões de escudos

1983												
	Total das OIM's				Bancos comerciais				Bancos de poupança e investimento			
	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Empresas públicas												
não financeiras	72 204	69 209	63 594	75 801	61 276	60 469	52 815	60 275	10 928	8 740	10 779	15 526
Depósitos à ordem . .	39 668	40 890	42 571	56 882	29 882	33 605	33 582	43 415	9 786	7 285	8 989	13 467
Depósitos a prazo . .	32 536	28 319	21 023	18 919	31 394	26 864	19 233	16 860	1 142	1 455	1 790	2 059
Com pré-aviso	23	9	173	5	23	9	173	5	..	..	..	..
De 30 a 90 dias . . .	2 352	662	739	490	2 248	559	479	478	104	103	260	12
De 91 a 180 dias . .	8 895	953	1 822	4 293	8 889	932	1 004	3 863	6	21	818	430
De 181 dias a 1 ano .	20 512	25 709	17 838	13 625	20 234	25 364	17 577	12 514	278	345	261	1 111
Superior a 1 ano . .	754	986	451	506	..	..	..	..	754	986	451	506
Outras Empresas												
não financeiras	219 692	220 917	232 282	263 984	193 921	194 593	203 094	228 679	25 771	26 324	29 188	35 305
Depósitos à ordem . .	140 720	141 199	147 561	172 077	127 202	127 111	134 081	154 495	13 518	14 088	13 480	17 582
Depósitos a prazo . .	78 972	79 718	84 721	91 907	66 719	67 482	69 013	74 184	12 253	12 236	15 708	17 723
Com pré-aviso	388	244	217	199	388	244	217	199	..	..	..	..
De 30 a 90 dias . . .	1 882	1 361	2 035	3 057	1 790	1 293	1 711	2 708	92	68	324	349
De 91 a 180 dias . .	2 885	2 380	4 356	4 256	2 511	2 110	2 412	2 713	374	270	1 944	1 543
De 181 dias a 1 ano .	68 248	69 968	72 382	76 745	62 030	63 835	64 673	68 564	6 218	6 133	7 709	8 181
Superior a 1 ano . .	5 569	5 765	5 731	7 650	..	..	..	..	5 569	5 765	5 731	7 650
Particulares												
Depósitos à ordem . .	249 380	257 380	261 671	279 410	168 859	170 834	177 775	187 794	80 521	86 546	83 896	91 616
Depósitos a prazo . .	1 021 260	1 072 776	1 116 159	1 163 360	649 438	672 038	693 866	719 102	371 822	400 738	422 293	444 258
Com pré-aviso	872	740	961	615	872	740	961	615	..	..	..	..
De 30 a 90 dias . . .	10 087	8 945	10 219	9 963	7 102	5 803	7 256	7 126	2 985	3 142	2 963	2 837
De 91 a 180 dias . .	12 968	12 401	12 503	14 439	9 094	8 357	9 262	10 598	3 874	4 044	3 241	3 841
De 181 dias a 1 ano .	757 066	792 862	833 321	875 138	632 370	657 138	676 387	700 763	124 696	135 724	156 934	174 375
Superior a 1 ano . .	240 267	257 828	259 155	263 205	..	..	..	..	240 267	257 828	259 155	263 205
Depósitos de poupança	234	227	233	221	..	..	..	..	234	227	233	221
Instituições financeiras												
não monetárias	17 162	19 302	18 752	20 529	6 230	6 257	5 551	6 411	10 932	13 045	13 201	14 118
Depósitos à ordem . .	5 331	6 031	5 906	7 469	2 889	3 245	2 842	4 080	2 442	2 786	3 064	3 389
Depósitos a prazo . .	11 831	13 271	12 846	13 060	3 341	3 012	2 709	2 331	8 490	10 259	10 137	10 729
Com pré-aviso	6	3	2	4	6	3	2	4	..	..	..	..
De 30 a 90 dias . . .	1 143	1 102	706	631	143	191	316	245	1 000	911	390	386
De 91 a 180 dias . .	126	64	118	116	126	64	89	96	..	..	29	20
De 181 dias a 1 ano .	7 818	9 332	9 114	9 937	3 066	2 754	2 302	1 986	4 752	6 578	6 812	7 951
Superior a 1 ano . .	2 738	2 770	2 906	2 372	..	..	..	..	2 738	2 770	2 906	2 372
Sub-total												
Depósitos à ordem . .	435 099	445 500	457 709	515 838	328 832	334 795	348 280	389 784	106 267	110 705	109 429	126 054
Depósitos a prazo . .	1 144 599	1 194 084	1 234 749	1 287 246	750 892	769 396	784 821	812 477	393 707	424 688	449 928	474 769
Com pré-aviso	1 289	996	1 353	823	1 289	996	1 353	823	..	..	..	..
De 30 a 90 dias . . .	15 464	12 070	13 699	14 141	11 283	7 846	9 762	10 557	4 181	4 224	3 937	3 584
De 91 a 180 dias . .	24 874	15 798	18 799	23 104	20 620	11 463	12 767	17 270	4 254	4 335	6 032	5 834
De 181 dias a 1 ano .	853 644	897 871	932 655	975 445	717 700	749 091	760 939	783 827	135 944	148 780	171 716	191 618
Superior a 1 ano . .	249 328	267 349	268 243	273 733	..	..	..	..	249 328	267 349	268 243	273 733
Depósitos de poupança	234	227	233	221	..	..	..	..	234	227	233	221
Emigrantes												
Depósitos à ordem . .	8 813	9 454	9 903	10 278	6 517	7 287	7 704	7 855	2 296	2 167	2 199	2 423
Depósitos a prazo . .	458 059	489 688	535 412	574 219	394 391	419 862	454 590	487 203	63 668	69 826	80 822	87 016
Com pré-aviso	2	2	3	2	2	2	3	2	..	..	..	..
De 30 a 90 dias . . .	529	750	506	549	274	461	422	472	255	289	84	77
De 91 a 180 dias . .	16 848	22 091	26 781	29 429	15 239	19 540	23 602	25 406	1 609	2 551	3 179	4 023
De 181 dias a 1 ano .	106 540	113 965	116 448	132 396	88 487	94 658	105 784	120 180	18 053	19 307	10 664	12 216
Superior a 1 ano . .	334 140	352 880	391 674	411 843	290 389	305 201	324 779	341 143	43 751	47 679	66 895	70 700
Depósitos de poupança												
crédito	56 007	58 867	61 996	66 280	49 831	52 346	54 899	58 652	6 176	6 521	7 097	7 628
Sector público												
Depósitos à ordem . .	78 298	97 010	96 886	99 949	23 792	33 731	30 169	43 204	54 506	63 279	66 717	56 745
Depósitos a prazo . .	13 950	15 694	21 006	18 210	4 060	4 902	4 991	4 075	9 890	10 792	16 015	14 135
Com pré-aviso	24	35	124	23	24	35	124	23	..	..	..	..
De 30 dias a 90 dias .	1 163	533	1 141	683	410	80	205	124	753	453	936	559
De 91 a 180 dias . .	639	897	1 764	1 019	405	618	677	537	234	279	1 087	482
De 181 dias a 1 ano .	7 902	9 389	15 706	14 525	3 221	4 169	3 985	3 391	4 681	5 220	11 721	11 134
Superior a 1 ano . .	4 222	4 840	2 271	1 960	..	..	..	..	4 222	4 840	2 271	1 960
Total												
Depósitos à ordem . .	522 210	551 964	564 498	626 065	359 141	375 813	386 153	440 843	163 069	176 151	178 345	185 222
Depósitos a prazo . .	1 616 608	1 699 466	1 791 167	1 879 675	1 149 343	1 194 160	1 244 402	1 303 755	467 265	505 306	546 765	575 920
Com pré-aviso	1 315	1 033	1 480	848	1 315	1 033	1 480	848	..	..	..	..
De 30 a 90 dias . . .	17 156	13 353	15 346	15 373	11 967	8 387	10 389	11 153	5 189	4 966	4 957	4 220
De 91 dias a 180 dias	42 361	38 786	47 344	53 552	36 264	31 621	37 046	43 213	6 097	7 165	10 298	10 339
De 181 dias a 1 ano .	968 086	1 021 225	1 064 809	1 122 366	809 408	847 918	870 708	907 398	158 678	173 307	194 101	214 968
Superior a 1 ano . .	587 690	625 069	662 188	687 536	290 389	305 201	324 779	341 143	297 301	319 868	337 409	346 393
Depósitos de poupança	234	227	233	221	..	..	..	..	234	227	233	221
Depósitos de poupança												
crédito	56 007	58 867	61 996	66 280	49 831	52 346	54 899	58 652	6 176	6 521	7 097	7 628

Quadro 3.16 — CUSTOS E PROVEITOS POR NATUREZA

Valores em fim de período

	Total das OIM's			Bancos comerciais			Bancos de poupança e de investimento		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
Custos por natureza — Total	273 947	383 665	544 389	188 336	261 872	367 692	85 611	121 793	176 697
Custos de operações passivas — Total	211 444	303 374	448 372	143 229	204 348	299 196	68 215	99 026	149 176
Juros de depósitos	200 205	284 479	422 067	142 101	202 968	296 916	58 104	81 511	125 151
— à ordem	3 411	4 396	4 908	1 437	1 694	1 831	1 974	2 702	3 077
— com pré-aviso, a prazo, de poupança	196 794	280 083	417 159	140 664	201 274	295 085	56 130	78 809	122 074
Juros de recursos de instituições de crédito									
no país — Total	6 508	10 876	14 676	558	781	1 686	5 950	10 095	12 990
— do Banco de Portugal	1 727	2 279	2 803	5	54	196	1 722	2 225	2 607
— de outras instituições de crédito	4 781	8 597	11 873	553	727	1 490	4 228	7 870	10 383
— de recursos do mercado monetário	3 026	6 079	7 657	181	353	1 342	2 847	5 726	6 315
Juros de empréstimos em moeda estrangeira	4 222	6 768	7 941	512	516	479	3 710	6 252	7 462
Custos com pessoal	28 042	36 491	49 621	21 783	28 124	38 116	6 259	8 367	11 505
Fornecimentos de terceiros	1 515	1 944	2 491	1 251	1 561	1 960	264	383	531
Serviços de terceiros	6 136	7 803	11 115	4 987	6 182	8 767	1 149	1 621	2 348
Outros custos bancários	2 750	2 990	3 697	2 394	2 430	2 944	356	560	753
Impostos	191	305	561	178	294	539	13	11	22
Custos inorgânicos	104	130	147	61	85	87	43	45	60
Dotações para amortizações	3 928	4 459	3 700	1 519	2 508	2 852	2 409	1 951	848
Dotações para provisões	19 837	26 169	24 685	12 934	16 340	13 231	6 903	9 829	11 454
Proveitos por natureza — Total	285 384	398 509	555 550	192 217	267 242	371 612	93 167	131 267	183 938
Proveitos de operações activas — Total	248 115	341 234	472 468	162 088	220 343	303 341	86 027	120 891	169 127
De desconto sobre o país e sobre o estrangeiro e de créditos com e sem caução	219 399	298 675	414 996	137 731	185 843	253 330	81 668	112 832	161 666
Juros de aplicações em instituições de crédito									
no país — Total	17 430	23 827	33 054	14 971	20 848	28 577	2 459	2 979	4 477
De aplicações no mercado monetário	3 452	6 633	9 039	3 185	6 409	8 781	267	224	258
De aplicações no m.i. de títulos	11 913	14 689	18 841	11 633	14 262	16 806	280	427	2 035
Proveitos de serviços bancários	6 615	8 730	10 049	6 260	8 229	9 329	355	501	720
Proveitos de outras operações bancárias	14 893	23 164	36 135	12 573	19 200	29 242	2 320	3 964	6 893
De operações cambiais	10 249	17 860	28 961	8 416	14 317	22 737	1 833	3 543	6 224
Rendimento de títulos de crédito e de participações financeiras	12 639	23 161	34 068	9 231	18 373	28 288	3 408	4 788	5 780
Outros proveitos bancários	2 147	1 200	1 511	1 932	909	1 177	215	291	334
Proveitos inorgânicos	975	1 020	1 319	133	188	235	842	832	1 084
Resultado de exploração	11 437	14 844	11 161	3 881	5 370	3 920	7 556	9 474	7 241

Quadro 3.17 — LIMITES DAS TAXAS DE JURO

	Avisos de 26/Ago/1971	Avisos de 6/Mai/1978	Avisos de 16/Jul/1981	Aviso N.º 4/82 de 20/Abr/82	Aviso N.º 2/83 de 23/Mar/83	Aviso de 8/Ago/1983
Operações passivas:						
Depósitos à ordem de pessoas singulares (1):						
Nos Bancos Comerciais	1	1(4)	1(4)	1(4)	1(4)	1(4)
Na Caixa Geral de Depósitos e estabelecimentos especiais de crédito:						
Até 70 000\$	4	—	—	—	—	—
Até 100 000\$	—	4(4)	4	—	—	—
Mais de 70 000\$	2	—	—	—	—	—
Mais de 100 000\$	—	2(4)	2	—	—	—
Até 150 000\$	—	—	—	4	4	4
Mais de 150 000\$	—	—	—	2	2	2
Depósitos com pré-aviso ou a prazo não superior						
a 90 dias	6	8	10	11	15,5	17,5
Depósitos a prazo superior a 90 dias, mas não a						
180 dias	9	12	14	15	19,5	21,5
Depósitos a prazo superior a 180 dias, mas não a						
1 ano	15	19	19,5	21,5	26	28
Depósitos a prazo superior a 1 ano	16	20	21	23	28	30
Depósitos de poupança:						
1.º ano	16	20	21	23	28	30
2.º ano	16,25	20,25	21,25	23,25	28,25	30,25
3.º ano	16,5	20,5	21,5	23,5	28,5	30,5
4.º ano	16,75	20,75	21,75	23,75	28,75	30,75
Anos subsequentes	17	21	22	24	29	31
Operações activas (2):						
A prazo não superior a 90 dias	14,75	18,25	19 e 21	23	27	29,5
A prazo superior a 90 dias, mas não a 180 dias	15,25	18,75	19,5 e 21,5	23,5	27,5	30
A prazo superior a 180 dias, mas não a 1 ano	16,5	20	20 e 22	24	28	30,5
A prazo superior a 1 ano e até 2 anos	17	20,5	20,5 e 22,5	24,5	28,5	31
A prazo superior a 2 anos e até 5 anos	17,75	21,25	21 e 23	25	29	31,5
A prazo superior a 5 anos	18,75	22,25	22 e 24	26	30	32,5
Taxas de desconto e redesconto do Banco de Portugal:						
Desconto	13	18	18	19	23	25
Redesconto (3)	13	18	18	19	23	25
	15,5	20,5	20,5	21,5	25,5	27,5
	18	23	23	24	28	30

(1) Os depósitos à ordem de outras entidades não vencem juros.

(2) Estes limites aplicam-se igualmente às operações activas das instituições par bancárias e das entidades mediadoras na compra e venda de bens imobiliários e na realização de empréstimos com garantia hipotecária.

(3) Respectivamente 1.º, 2.º e 3.º escalões.

(4) Inclui também as cooperativas constituídas sem fins lucrativos, bem como as associações e fundações de utilidade pública.

Quadro 3.18 — TAXA EFECTIVA DO ESCUDO

Base: Dezembro 1976 = 100

	1981		1982(1)		1983(2)	
	Índice	Variação %	Índice	Variação %	Índice	Variação %
Janeiro	53.02	-0.43	49.86	0.06	41.20(1)	-0.72
Fevereiro	52.92	-0.19	49.62	-0.48	40.88(1)	-0.78
Março	52.72	-0.38	49.34	-0.56	40.24	-1.57
Abril	52.45	-0.51	48.89	-0.91	39.25	-2.46
Mai	52.20	-0.48	48.50	-0.80	38.88	-0.94
Junho	51.94	-0.50	45.28	-6.64	36.82	-5.30
Julho	51.63	-0.60	43.22	-4.55	33.52	-8.96
Agosto	51.26	-0.72	42.82	-0.93	33.20	-0.95
Setembro	50.91	-0.68	42.44	-0.89	32.81	-1.18
Outubro	50.54	-0.73	42.14	-0.71	32.53	-0.85
Novembro	50.24	-0.59	41.83	-0.74	32.22	-0.95
Dezembro	49.83	-0.82	41.50	-0.79	31.88	-1.06

(1) Pesos: Importação + Exportação Julho/79 a Junho/80 e Julho/80 a Junho/81.

(2) Pesos: 1980/1981.

Nota: — = Desvalorização do escudo.

Quadro 3.19 – COTAÇÕES NO MERCADO DE LISBOA EM 1982 – DIVISAS
Valores médios

	1 Florim	1 Franco Belga	1 Marco RFA	1 Coroa Dinamarquesa
Janeiro	34\$18.9	1\$91.85	37\$68.0	10\$68.5
Fevereiro	34\$42.6	1\$93.09	37\$99.6	10\$73.9
Março	35\$23.1	1\$99.12	39\$25.7	10\$95.9
Abril	35\$55.6	2\$01.10	40\$06.8	11\$27.5
Maio	35\$64.0	2\$00.72	40\$09.6	11\$23.2
Junho	37\$46.0	2\$10.01	42\$00.6	11\$71.5
Julho	41\$05.0	2\$29.42	45\$94.1	12\$78.0
Agosto	41\$10.0	2\$29.22	45\$97.4	12\$76.7
Setembro	41\$62.5	2\$39.86	46\$57.5	12\$94.9
Outubro	42\$43.7	2\$33.73	47\$64.5	13\$16.2
Novembro	42\$47.9	2\$34.26	47\$60.3	13\$20.0
Dezembro	42\$68.2	2\$35.38	47\$92.1	13\$22.9
Média anual	38\$65.6	2\$16.48	43\$23.0	12\$05.8

	1 Franco Suíço	1 Lira Italiana	1 Libra Esterlina	1 Peseta
Janeiro	45\$69.7	\$06.543	141\$54.9	\$70.952
Fevereiro	45\$70.1	\$06.589	141\$01.6	\$71.001
Março	45\$83.6	\$06.629	140\$76.4	\$70.980
Abril	47\$47.6	\$06.728	150\$05.0	\$71.873
Maio	48\$02.5	\$06.737	155\$58.4	\$71.820
Junho	50\$67.5	\$07.080	165\$23.5	\$74.586
Julho	56\$14.4	\$07.762	181\$56.3	\$80.426
Agosto	56\$79.5	\$07.737	184\$31.9	\$81.287
Setembro	57\$43.3	\$07.759	186\$01.4	\$81.789
Outubro	58\$70.2	\$07.834	185\$50.7	\$81.978
Novembro	58\$88.6	\$07.857	188\$59.5	\$82.627
Dezembro	59\$96.3	\$07.901	188\$70.9	\$83.399
Média anual	52\$61.1	\$07.263	167\$40.9	\$76.893

(1) Relações cambiais determinadas pelos serviços do Banco de Portugal.
Origem: Câmbios estabelecidos pelo Banco de Portugal.

Quadro 3.20 – COTAÇÕES NO MERCADO DE LISBOA EM 1982 – DIVISAS
Valores médios em fim de período

	Florim	Franco Belga	Marco RFA	Coroa Dinamarca	Coroa Noruega	Coroa Sueca	Franco Francês	Markka Finlandesa
Janeiro	34\$21.2	1\$92.04	37\$66.0	10\$69.4	12\$86.6	12\$34.6	13\$26.9	17\$00.9
Fevereiro	34\$59.3	1\$94.17	38\$29.4	10\$74.9	12\$98.5	12\$42.6	13\$47.7	17\$18.7
Março	35\$78.2	2\$02.93	40\$30.5	11\$34.8	13\$55.7	12\$97.4	13\$42.7	17\$85.2
Abril	35\$49.2	2\$00.51	39\$96.3	11\$24.1	13\$82.3	13\$10.5	13\$30.9	18\$06.6
Maio	35\$40.4	1\$99.14	39\$80.6	11\$11.5	14\$02.4	13\$30.5	13\$24.9	18\$29.4
Junho	41\$01.0	2\$29.82	46\$00.1	12\$80.8	16\$01.8	15\$32.0	15\$29.9	21\$11.2
Julho	40\$93.4	2\$28.66	45\$73.9	12\$72.6	16\$38.5	15\$61.2	15\$19.4	21\$42.8
Agosto	41\$17.8	2\$29.09	46\$04.4	12\$80.5	16\$58.4	15\$68.6	15\$29.7	21\$64.3
Setembro	42\$07.5	2\$31.93	47\$02.1	13\$03.2	16\$86.3	15\$86.7	15\$48.3	21\$92.4
Outubro	42\$46.6	2\$34.39	47\$74.8	13\$21.5	16\$96.9	16\$02.1	15\$65.2	22\$08.9
Novembro	42\$64.0	2\$35.15	47\$78.7	13\$21.7	17\$19.4	16\$19.5	15\$70.1	22\$31.1
Dezembro	42\$89.4	2\$36.23	48\$20.3	13\$31.1	17\$06.1	16\$40.6	15\$75.7	22\$62.5

Origem: Câmbios estabelecidos pelo Banco de Portugal.

1 Coroa Norueguesa	1 Coroa Sueca	1 Franco Francês	1 Markka Finlandesa	1 Xelim Austríaco
12\$76.3	12\$27.8	13\$27.0	16\$92.5	5\$35.91
12\$95.3	12\$39.6	13\$37.7	17\$11.7	5\$40.15
13\$17.1	12\$63.6	13\$46.8	17\$42.4	5\$57.93
13\$67.0	13\$03.7	13\$34.9	17\$96.9	5\$69.47
13\$90.3	13\$19.2	13\$31.9	18\$18.7	5\$69.30
14\$70.8	14\$00.3	13\$95.0	19\$31.4	5\$95.59
16\$23.0	15\$46.0	15\$27.3	21\$27.9	6\$52.98
16\$46.1	15\$63.1	15\$26.9	21\$52.9	6\$54.15
16\$72.7	15\$77.2	15\$40.7	21\$81.2	6\$62.32
16\$92.0	15\$92.4	15\$58.1	21\$96.9	6\$77.23
17\$10.9	16\$13.9	15\$64.1	22\$22.6	6\$76.23
17\$04.2	16\$34.1	15\$69.6	22\$50.4	6\$79.72
15\$13.8	14\$40.1	14\$46.7	19\$85.5	6\$14.25

1 Rand	1 Iene	1 Dólar Canadiana	1 Dólar EUA	1 DSE ⁽¹⁾	1 Libra Irlandesa
84\$37.7	\$38.638	73\$14.9	89\$88.6	98\$88.2	125\$14.0
84\$11.7	\$39.041	75\$04.6	92\$14.2	100\$43.5	126\$08.2
86\$67.2	\$39.751	77\$06.4	94\$48.3	102\$55.8	127\$74.9
89\$27.6	\$41.096	79\$19.4	97\$62.5	105\$65.0	126\$48.9
91\$35.2	\$42.099	80\$47.1	98\$90.2	107\$07.3	126\$58.2
97\$96.2	\$44.585	86\$78.6	106\$94.2	114\$31.0	132\$39.5
108\$41.8	\$49.446	96\$46.1	118\$84.5	126\$32.3	144\$99.6
110\$05.7	\$50.290	99\$55.3	122\$80.0	128\$93.4	145\$04.3
111\$60.6	\$51.237	100\$79.5	124\$21.4	130\$53.5	145\$90.5
110\$23.3	\$53.242	100\$59.6	123\$92.8	131\$64.3	147\$70.9
107\$71.2	\$54.399	103\$27.8	127\$77.2	134\$38.9	148\$08.0
108\$18.2	\$56.352	105\$69.1	131\$81.9	137\$45.2	148\$73.8
99\$16.4	\$46.681	89\$84.0	110\$78.0	118\$18.2	137\$07.6

Xelim Austríaco	Franco Suíço	Lira Italiana	Libra Esterlina	Peseta	Rand	Iene	Dólar Canadiano	Dólar EUA	Libra Irlandesa
5\$35.38	46\$03.1	\$06.536	140\$75.2	\$71.114	86\$25.9	\$38.714	74\$39.2	92\$00.4	125\$19.5
5\$43.86	45\$26.7	\$06.618	140\$76.3	\$70.869	85\$22.2	\$39.261	75\$44.5	92\$53.7	126\$77.6
5\$73.05	46\$97.4	\$06.763	142\$17.6	\$71.511	89\$07.0	\$40.772	79\$44.3	97\$64.8	127\$28.3
5\$67.56	47\$58.3	\$06.721	153\$35.4	\$71.788	90\$07.3	\$41.377	80\$15.0	98\$18.8	126\$19.1
5\$64.81	47\$93.7	\$06.699	161\$07.7	\$71.670	93\$30.2	\$42.044	81\$47.0	100\$21.2	125\$67.7
6\$52.88	55\$58.6	\$07.756	178\$85.8	\$80.496	106\$89.1	\$48.823	95\$31.1	116\$98.0	144\$83.8
6\$50.87	56\$83.9	\$07.724	183\$84.8	\$80.708	110\$03.9	\$50.106	98\$15.5	120\$98.1	144\$48.1
6\$55.30	56\$84.9	\$07.727	185\$82.8	\$81.561	110\$76.6	\$50.552	101\$02.2	124\$68.7	144\$86.6
6\$68.77	58\$29.0	\$07.761	185\$44.8	\$81.672	112\$52.8	\$52.607	100\$65.3	124\$10.0	146\$66.8
6\$77.75	58\$60.1	\$07.841	187\$13.8	\$82.307	107\$84.2	\$53.575	101\$60.3	125\$23.1	147\$99.2
6\$78.29	59\$60.2	\$07.885	188\$56.7	\$83.068	107\$85.5	\$55.257	104\$01.9	128\$85.9	148\$58.0
6\$83.39	60\$34.0	\$07.933	190\$51.8	\$83.761	107\$62.5	\$56.739	105\$53.6	131\$45.0	149\$26.1

Quadro 3.21 — COTAÇÕES NO MERCADO DE LISBOA EM 1982 — OURO, NOTAS E MOEDAS ESTRANGEIRAS
Valores médios

	1981		1982		1983	
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
Ouro						
Libra-ouro	7 822\$68.0	8 222\$68.0	7 723\$00.0	8 148\$00.0	11 371\$89.0	12 348\$08.0
Ouro em barra (escudos por grama de ouro fino) . .	890\$46.0	925\$29.0	970\$73.0	1 038\$60.0	1 536\$14.0	1 594\$71.0
Notas						
Libra esterlina	122\$98.0	126\$98.0	137\$25.0	141\$25.0	165\$99.0	169\$99.0
Rand	53\$55.0	58\$55.0	61\$44.0	66\$62.0	81\$44.0	87\$44.0
Marco RFA	26\$88.0	27\$98.0	32\$26.0	33\$36.0	42\$68.0	43\$78.0
Franco belga	1\$53.5	1\$67.5	1\$55.4	1\$75.4	1\$95.8	2\$15.8
Franco francês	11\$11.0	11\$78.0	11\$85.0	12\$55.0	14\$28.0	14\$98.0
Libra irlandesa	—	—	111\$55.0	115\$55.0	135\$95.0	139\$95.0
Franco suíço	30\$98.0	32\$08.0	38\$52.0	39\$62.0	51\$94.0	53\$03.0
Coroa dinamarquesa	8\$52.0	8\$92.0	9\$38.0	9\$78.0	11\$90.0	12\$30.0
Coroa norueguesa	10\$58.0	11\$08.0	12\$12.0	12\$62.0	14\$94.0	15\$44.0
Coroa sueca	12\$01.0	12\$61.0	12\$49.0	13\$09.0	14\$21.0	14\$81.0
Florim	24\$35.0	25\$35.0	29\$31.0	30\$31.0	38\$16.0	39\$16.0
Lira italiana	\$04.9	\$05.9	\$05.3	\$06.3	\$06.5	\$07.5
Peseta	\$62.5	\$72.5	\$67.5	\$78.1	\$72.4	\$84.4
Xelim austríaco	3\$74.0	3\$94.0	4\$50.0	4\$70.0	5\$97.0	6\$17.0
Dólar (notas de 5 a 1000)	60\$99.0	62\$99.0	78\$80.0	80\$80.0	109\$91.0	111\$91.0
Dólar — Canadá ⁽¹⁾	50\$41.0	52\$41.0	63\$85.0	65\$85.0	89\$07.0	91\$07.0
Cruzeiro novo	\$48.5	\$73.9	\$20.1	\$45.1	\$07.0	\$17.0
Iene	\$25.0	\$28.3	\$28.5	\$32.0	\$42.9	\$46.4

(1) Notas grandes.

Origem: Médias obtidas a partir de cotações e câmbios estabelecidos pelo Banco de Portugal.

Quadro 3.22 — COTAÇÕES NO MERCADO DE LISBOA EM 1982 — DIVISAS
Valores em fim de período

	31 de Dezembro de 1981		31 de Dezembro de 1982		31 de Dezembro de 1983	
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
1 libra esterlina	124\$05.0	124\$87.4	143\$14.5	143\$96.9	190\$10.6	190\$93.0
1 dólar	65\$07.6	65\$42.2	88\$89.1	89\$23.7	131\$27.7	131\$62.3
1 franco francês	11\$37.0	11\$44.4	13\$15.8	13\$23.2	15\$72.0	15\$79.4
1 franco belga	1\$68.9	1\$69.9	1\$89.28	1\$90.36	2\$35.69	2\$36.77
1 franco suíço	36\$20.3	36\$39.7	44\$53.5	44\$72.9	60\$24.3	60\$43.7
1 florim	26\$33.7	26\$49.7	33\$81.0	33\$97.0	42\$81.4	42\$97.4
1 coroa sueca	11\$77.1	11\$84.9	12\$15.3	12\$23.1	16\$36.7	16\$44.5
1 coroa norueguesa	11\$17.3	11\$27.3	12\$59.1	12\$65.7	17\$02.8	17\$09.4
1 coroa dinamarquesa	8\$88.5	8\$94.2	10\$59.3	10\$65.1	13\$28.2	13\$34.0
1 marco — RFA	28\$89.3	29\$06.7	37\$41.4	37\$58.8	37\$41.4	37\$58.8
1 xelim austríaco	4\$12.5	4\$15.0	5\$31.92	5\$34.4	6\$82.15	6\$84.63
1 lira italiana	\$05.413	\$05.449	\$06.489	\$06.525	\$07.915	\$07.951
1 markka finlandesa	14\$93.4	15\$02.4	16\$79.3	16\$83.7	22\$58.0	22\$67.0
1 peseta	\$67.434	\$67.868	\$71.120	\$71.554	\$83.544	\$83.978
1 iene	\$29.628	\$29.798	\$37.891	\$38.061	\$56.654	\$56.824
1 rand	67\$92.1	68\$38.5	82\$50.8	82\$97.2	107\$39.3	107\$85.7
1 dólar canadiano	54\$86.0	55\$15.0	72\$11.8	72\$40.8	105\$39.1	105\$68.1
1 libra irlandesa	102\$70.2	103\$35.6	123\$98.4	124\$63.8	148\$93.4	149\$58.8

Origem: Câmbios estabelecidos pelo Banco de Portugal.

Quadro 3.23 – DESPESAS ORÇAMENTAIS AGRUPADAS SEGUNDO AS PRINCIPAIS FINALIDADES

Milhões de escudos

	1980	1981	1982 ^P
Defesa e Segurança	48 940	58 395	70 177
Encargos da dívida pública	47 452	101 147	142 275
Subsídios e transferências de capital para empresas públicas	31 300	34 343	36 306
Educação	48 100	60 985	73 998
Saúde	41 956	53 001	59 455
Agricultura e pescas	8 969	9 368	11 230
Indústrias e comércio	3 887	4 714	6 838
Habituação e obras públicas	26 526	24 713	33 076
Transportes e comunicações	3 747	4 248	5 888
Transferências para a Administração Local e Regiões Autónomas	33 957	40 712	47 541
Transferência para o fundo de abastecimento	13 000	19 388	15 800
Pensões e reformas de funcionários públicos	8 338	10 620	15 675
Contas de ordem	21 636	41 580	45 733
Total	374 780	507 873	617 920 ⁽¹⁾

(1) Despesas autorizadas.

Origem: Ministério das Finanças e do Plano.

Quadro 3.24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ESTADO

Em percentagem

	Receitas orçamentais cobradas em cada mês				Despesas orçamentais pagas em cada mês			
	1980	1981	1982	1983 ^P	1980	1981	1982	1983 ^P
Janeiro	8.6	8.0	6.6	6.7	2.2	3.1	3.6	2.7
Fevereiro	6.4	6.5	5.2	5.6	4.7	5.4	3.8	4.7
Março	5.6	5.6	5.5	5.4	6.2	5.0	6.1	5.8
1.º trimestre	20.6	20.1	17.2	17.7	13.1	13.5	13.4	13.1
Abril	8.1	8.5	9.1	8.3	5.1	5.1	6.2	7.1
Mai	5.6	6.2	5.6	5.8	5.7	6.7	7.0	7.1
Junho	10.6	10.9	10.1	8.8	8.9	8.3	8.7	9.1
2.º trimestre	24.3	25.6	24.8	22.9	18.8	20.1	22.0	23.3
Julho	11.3	10.8	9.5	9.3	9.0	8.9	8.5	10.7
Agosto	8.7	7.5	6.7	5.9	10.5	9.6	11.6	8.5
Setembro	7.2	6.9	6.3	6.5	5.3	7.2	6.3	9.1
3.º trimestre	27.2	25.2	22.4	21.7	24.8	25.7	26.4	28.3
Outubro	10.7	12.9	10.8	11.7	8.3	9.3	6.8	6.2
Novembro	7.9	6.7	7.4	7.4	11.3	8.0	6.9	7.2
Dezembro	9.3	9.6	17.4	18.5	23.7	23.6	24.5	21.8
4.º trimestre	27.9	29.2	35.5	37.6	43.3	40.9	38.2	35.2

Origem: Boletins Mensais da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Quadro 3.25 — PESO DO DÉFICE DAS CONTAS PÚBLICAS NO PIB

Em percentagem

	1981	1982		1981	1982
Espanha	4.57	7.13	França	1.05	2.37
Grécia	8.65	6.93	Holanda	5.76	7.32
Itália	13.26	15.45	Suécia	9.02	n.d.
Portugal	11.35	11.42	Suíça	0.80	0.46 ⁽¹⁾
Reino Unido	4.13	2.88	Alemanha	2.58	2.26
Bélgica	13.05	13.78			

(1) Trata-se de um *superavit*.

Nota: Os valores dos rácios obtidos não são perfeitamente comparáveis. No caso da Bélgica e da Suíça incluem dados relativos a operações realizadas via orçamental e extra-orçamental e no de Itália incluem valores referentes a empresas públicas autónomas.

Origem: FMI, *International Financial Statistics*, April 1984.

Quadro 3.26 — DÍVIDA PÚBLICA

Milhões de escudos

	1981	1982	1983 ^P
Dívida directa	709 694	938 575	1 302 559
Interna	544 535	658 506	824 037
da qual: Cabora Bassa	(4 044)	(3 846)	(3 900)
Externa	165 159	280 069	478 522
da qual: Cabora Bassa	(11 007)	(12 530)	(14 027)
Promissórias FMI	(10 176)	(11 914)	(11 914)
Promissórias BID	(228)	(228)	(296)
Dívida garantida	156 584	212 920	320 785
Interna	51 775	58 350	79 013
Externa	104 809	154 570	241 772
Total	866 278	1 151 495	1 623 344
Títulos na posse do Estado	-200	-269	-379
Total da dívida pública efectiva	866 078	1 151 226	1 622 965

Origem: Elementos fornecidos pela Direcção-Geral do Tesouro.

4 - FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

Quadro 4.1 — PRÉDIOS TRANSACCIONADOS, HIPOTECAS E CRÉDITO HIPOTECÁRIO

Milhões de escudos

	1980	1981	1982		1983	Variação	
			1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	1.º sem./83 / 1.º sem./82	
						Valor	%
Valor dos prédios transaccionados	87 141	138 978	78 459	89 036	93 570	15 111	19.3
Urbanos	38 386	94 870	56 312	61 741	61 571	5 259	9.3
Rústicos e mistos	48 755	44 108	22 147	27 295	31 999	9 852	44.5
Número de prédios transaccionados	210 143	239 432	116 045	124 809	112 840	-3 205	-2.8
Urbanos	57 112	95 145	48 002	48 559	41 899	-6 103	-12.7
Rústicos e mistos	153 031	144 287	68 043	76 250	70 941	2 898	4.3
Valor médio dos prédios transaccionados	0.415	0.580	0.676	0.713	0.829	0.153	22.6
Urbanos	0.672	0.997	1.173	1.272	1.470	0.297	25.3
Rústicos e mistos	0.319	0.306	0.326	0.358	0.451	0.125	38.3
Valor dos prédios hipotecados	123 865	209 593	115 317	119 534	116 517	1 200	1.0
Urbanos	78 106	123 850	67 946	81 705	76 912	8 966	13.2
Rústicos e mistos	45 759	85 743	47 371	37 829	39 605	-7 766	-16.4
Número de prédios hipotecados	52 694	68 000	32 106	29 639	27 369	-4 737	-14.8
Urbanos	41 509	53 840	24 942	23 392	21 370	-3 572	-14.3
Rústicos e mistos	11 185	14 160	7 164	6 247	5 999	-1 165	-16.3
Valor médio de hipoteca	2.351	3.082	3.592	4.033	4.257	0.665	18.5
Urbanos	1.882	2.300	2.724	3.493	3.599	0.875	32.1
Rústicos e mistos	4.091	6.055	6.612	6.056	6.602	-0.010	-0.2
Crédito hipotecário concedido	77 154	137 256	78 758	73 283	73 538	-5 220	-6.6
Por instituições de crédito	75 032	135 076	77 375	71 138	71 912	-5 463	-7.1
Por outras empresas e particulares	2 122	2 180	1 383	2 145	1 626	243	17.6
Quitações de dívidas garantidas por hipoteca	8 283	11 007	7 077	4 228	9 249	2 172	30.7
A instituições de crédito	7 445	10 210	6 444	3 712	8 617	2 173	33.7
A outras empresas e particulares	838	797	633	516	632	-1	-0.2
Endividamento líquido	68 871	126 249	71 681	69 055	64 289	-7 392	-10.3
A instituições de crédito	67 587	124 866	70 931	67 426	63 295	-7 636	-10.8
A outras empresas e particulares	1 284	1 383	750	1 629	994	244	32.5

Origem: INE, "Boletim Trimestral das Estatísticas Monetárias e Financeiras".

Quadro 4.2 — CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES

Milhões de escudos

	1980			1981			1982			1983		
	Número (1)	Capital social (2)	(3) 2/1	Número (1)	Capital social (2)	(3) 2/1	Número (1)	Capital social (2)	(3) 2/1	Número (1)	Capital social (2)	(3) 2/1
1. Constituição de sociedades	7 716	9 205	1.19	9 514	13 192	1.39	9 918	13 434	1.35	6 654	12 474	1.87
Anónimas	35	426	12.17	26	461	17.73	50	659	13.18	37	2 343	63.32
Quotas	7 587	8 773	1.16	9 433	12 718	1.35	9 826	12 757	1.30	6 590	10 110	1.53
Outras	94	6	0.06	55	13	0.24	42	18	0.43	27	21	0.78
2. Dissolução de sociedades	1 086	547	0.50	943	736	0.78	1 121	691	0.62	1 099	1 150	1.05
Anónimas	31	145	4.68	33	272	8.24	27	150	5.56	34	148	4.35
Quotas	1 012	384	0.38	873	457	0.52	1 061	535	0.50	1 037	876	0.84
Outras	43	18	0.42	37	7	0.19	33	6	0.18	28	126	4.50
3. Diferença (1-2)	6 630	8 658	1.31	8 571	12 456	1.45	8 797	12 743	1.45	5 555	11 324	2.04
Anónimas	4	281	-	-7	189	-	23	509	-	3	2 195	-
Quotas	6 575	8 389	-	8 560	12 261	-	8 765	12 222	-	5 553	9 234	-
Outras	51	-12	-	18	6	-	9	12	-	-1	-105	-

Origem: INE, "Boletim Trimestral das Estatísticas Monetárias e Financeiras".

Quadro 4.3 – MERCADO DE TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO
Dívida Pública

1983

	Valor nominal	Obrigações vivas ⁽⁴⁾		Transacções efectuadas	
		Quantidade	Valor (contos)	Quantidade	Valor (contos)
Consolidado – 2 ³ / ₄ % – 1943	1 000\$00	1 671 137	1 671 137	2 639	353
Consolidado – 3 % – 1942	1 000\$00	3 092 012	3 092 012	16 542	2 335
Consolidado – 3 1/2 % – 1941	1 000\$00	500 000	500 000	2 973	498
Consolidado – Centenários – 4 % – 1940	2 000\$00	1 000 000	2 000 000	2 296	914
Externo – 1. ^a série – 3 % – 1902/03/2001	£20.0			352	441
Externo – 1. ^a série – carimbado – 3 % – 1902/03/2001	£20.0	456 784	£9 135 680	188	241
Externo – 2. ^a série – 3 % – 1902/03/2001	£19.9			1	1
Externo – 2. ^a série – carimbado – 3 % – 1902/03/2001	£19.9	23 252	£462 715	3	4
Externo – 3. ^a série – 3 % – 1902/03/2001	£19.9			415	519
Externo – 3. ^a série – carimbado – 3 % – 1902/03/2001	£19.9	177 697	£3 536 170	1 458	1 816
Externo – 3. ^a série – cautelas s/juro – 1902/03/2001	£6.63			230	84
Externo – 3. ^a série – cautelas s/juro – carimbadas – 1902/03/2001	£6.63	177 697	£1 178 131	300	113
Tesouro – 32 1/2 % – 1976/79/84	1 000\$00	1 833 335	1 833 335	16 193	16 815
Tesouro – FIP – classe A – 30 % – 1977/80/84	1 000\$00	2 400 000	2 400 000	15 461	15 818
Tesouro – FIP – classe B – 24 % – 1977/78/87 ⁽¹⁾	400\$00	3 000 000	1 500 000	3 771	3 212
Tesouro – FIP – 27 % – 1978/81/85	1 000\$00	6 000 000	6 000 000	68 381	69 008
Tesouro – FIP – 28 % – 1979/82/86	1 000\$00	6 000 000	6 000 000	86 962	88 126
Tesouro – FIP – 26 % – 1980/83/87	1 000\$00	12 000 000	12 000 000	139 328	141 478
Tesouro – FIP – 27 % – 1981/85/89	1 000\$00	7 000 000	7 000 000	153 979	156 639
Tesouro – FIP – 27 % – 1982/86/90	1 000\$00	15 000 000	15 000 000	18 142	18 008
Tes. Nac. Banco de Angola – 1. ^a série – nom. – 5.32 % – 1975/76/95	2 890\$00			234	267
Tes. Nac. Banco de Angola – 1. ^a série – port. – 5.32 % – 1975/76/95	2 890\$00	86 817	250 901	259	313
Tes. Nac. Banco de Angola – 2. ^a série – cup. – 4.40 % – 1975/76/95	3 498\$00	87 155	304 868	635	879
Tes. Nac. BNU – 1. ^a série – nom. – 3.96 % – 1975/76/95	3 370\$00			278	372
Tes. Nac. BNU – 1. ^a série – port. – 3.96 % – 1975/76/95	3 370\$00	225 698	760 602	564	757
Tes. Nac. BNU – 2. ^a série – cup. – 3.05 % – 1975/76/95	4 352\$00	178 542	777 015	1 334	2 301
Tes. Nac. Banco de Portugal – 1. ^a série – nom. – 4.96 % – 1975/76/95	3 149\$00			148	162
Tes. Nac. Banco de Portugal – 1. ^a série – port. – 4.96 % – 1975/76/95	3 149\$00	65 172	205 227	96	103
Tes. Nac. Banco de Portugal – 2. ^a série – cup. – 3.99 % – 1975/76/95	3 904\$00	24 600	96 038	645	1 036
Tes. Fides e Fia – II Cl. – 18 % – 1980/82/83	1 000\$00	–	–	350	343
Tes. Fides e Fia – III Cl. – 22 % – 1980/82/84	1 000\$00	340 555	340 555	9 589	9 209
Tes. Fides e Fia – IV Cl. – 22 % – 1980/83/86	1 000\$00	481 986	481 986	12 725	11 551
Tes. Fides e Fia – V Cl. – 22 % – 1980/83/87	1 000\$00	379 189	379 189	11 986	10 578
Tes. Fides e Fia – VI Cl. – 22 % – 1980/83/88	1 000\$00	378 867	378 867	14 435	12 568
Tes. Fides e Fia – VII Cl. – 20.5 % – 1980/83/89	1 000\$00	276 467	276 467	11 297	9 123
Tes. Fides e Fia – VIII Cl. – 19 % – 1980/84/91	1 000\$00	368 895	368 895	18 346	13 489
Tes. Fides e Fia – IX Cl. – 17.5 % – 1980/84/92	1 000\$00	243 346	243 346	11 751	8 083
Tes. Fides e Fia – X Cl. – 16 % – 1980/84/96	1 000\$00	530 626	530 626	27 490	16 670
Tes. Fides e Fia – XI Cl. – 14 % – 1980/84/99	1 000\$00	298 057	298 057	31 577	16 130
Tes. Fides e Fia – XII Cl. – 11.5 % – 1980/84/2003	1 000\$00	559 174	559 174	8 833	3 764
Tes. Nac. e Expropriações – I Cl. – 13 % – 1979/82/87	1 000\$00	6 647 584	6 647 584	77 415	53 483
Tes. Nac. e Expropriações – II Cl. – 12.8 % – 1979/82/87	1 000\$00	1 853 200	1 853 200	60 305	40 850
Tes. Nac. e Expropriações – III Cl. – 12.4 % – 1979/82/88	1 000\$00	1 912 021	1 912 021	65 369	42 114
Tes. Nac. e Expropriações – IV Cl. – 11.8 % – 1980/83/89	1 000\$00	1 940 705	1 940 705	61 071	38 314
Tes. Nac. e Expropriações – V Cl. – 11 % – 1980/83/91	1 000\$00	2 672 010	2 672 010	52 931	28 800
Tes. Nac. e Expropriações – VI Cl. – 10 % – 1980/83/93	1 000\$00	2 391 350	2 391 350	59 259	28 404
Tes. Nac. e Expropriações – VII Cl. – 9.8 % – 1980/84/96	1 000\$00	2 390 948	2 390 948	48 119	21 178
Tes. Nac. e Expropriações – VIII Cl. – 8.4 % – 1980/84/98	1 000\$00	2 211 909	2 211 909	34 810	13 358
Tes. Nac. e Expropriações – IX Cl. – 6.8 % – 1980/85/2001	1 000\$00	2 075 755	2 075 755	35 368	11 207
Tes. Nac. e Expropriações – X Cl. – 5 % – 1980/85/2003	1 000\$00	1 924 017	1 924 017	21 157	5 627
Tes. Nac. e Expropriações – XI Cl. – 3 % – 1980/86/2006	1 000\$00	1 764 299	1 764 299	15 982	2 697
				1 223 972	920 153

(1) Valor nominal das obrigações depois de cada amortização a realizar anualmente em 15 de Dezembro. A amortização será feita em 10 anuidades correspondendo cada uma à décima parte do valor nominal dos títulos; a última parcela será acrescida de uma prémio de reembolso de 1 200\$00.

(2) Taxa de juro aparente: $t = \frac{J}{C}$ com J – Juro líquido anual e C – Última cotação efectuada.

(3) Taxa de juro em função da vida média: $tm = \frac{J + \frac{Vr - C}{n}}{C}$ com Vr – Valor do reembolso (normalmente igual ao valor nominal) e n – Número médio de anos que faltam para o vencimento do título.

(4) Os elementos relativos às obrigações das Nacionalizações e Expropriações e Fides e Fia, estão sujeitos a rectificações.

Cotações				Indicadores		
Máxima	Mínima	Última cotação efectuada		Taxa de juro aparente ⁽²⁾	Taxa de juro em função da vida média ⁽³⁾	Quant. obrig. trans. / Quant. obrig. vivas
		Data	Valor			%
170\$00	125\$00	15/12/83	135\$00	19.33	—	0.16
175\$00	130\$00	23/12/83	135\$00	21.10	—	0.53
220\$00	150\$00	16/12/83	170\$00	19.65	—	0.59
475\$00	365\$00	25/11/83	365\$00	20.82	—	0.23
1 300\$00	1 200\$00	15/12/83	1 200\$00	8.48	30.76	0.08
1 300\$00	1 220\$00	17/11/83	1 260\$00	8.08	28.81	0.04
1 250\$00	1 250\$00	8/09/83	1 250\$00	8.08	29.22	o
1 220\$00	1 220\$00	22/06/83	1 220\$00	6.65	30.20	0.01
1 300\$00	1 220\$00	17/08/83	1 250\$00	8.08	29.31	0.23
1 300\$00	1 220\$00	30/11/83	1 220\$00	8.28	30.29	0.82
400\$00	340\$00	7/12/83	370\$00	—	—	0.13
420\$00	340\$00	17/06/83	340\$00	—	—	0.17
1 060\$00	1 000\$00	30/12/83	1 020\$00	31.86	26.70	0.88
1 050\$00	990\$00	29/12/83	1 020\$00	29.41	25.15	0.64
900\$00	810\$00	27/12/83	810\$00	11.85	—	0.13
1 040\$00	970\$00	30/12/83	1 000\$00	27.00	27.00	1.14
1 040\$00	970\$00	28/12/83	1 000\$00	28.00	28.00	1.45
1 050\$00	965\$00	29/12/83	1 000\$00	26.00	26.00	1.16
1 060\$00	965\$00	30/12/83	995\$00	27.14	27.27	2.20
1 000\$00	980\$00	30/12/83	1 000\$00	27.00	27.00	0.12
1 250\$00	1 010\$00	25/11/83	1 250\$00	11.70	32.71	0.27
1 350\$00	1 150\$00	17/11/83	1 250\$00	11.70	32.71	0.30
1 460\$00	1 270\$00	30/12/83	1 350\$00	10.83	35.74	0.73
1 350\$00	1 200\$00	28/12/83	1 350\$00	9.36	33.31	0.12
1 400\$00	1 250\$00	22/12/83	1 350\$00	9.36	33.31	0.25
2 100\$00	1 450\$00	20/12/83	1 500\$00	8.42	38.32	0.75
1 200\$00	1 000\$00	2/11/83	1 200\$00	12.35	38.33	0.23
1 200\$00	1 000\$00	18/10/83	1 200\$00	12.35	38.33	0.15
1 800\$00	1 400\$00	21/12/83	1 450\$00	10.22	38.03	2.62
985\$00	975\$00	19/01/83	985\$00	17.36	—	—
980\$00	935\$00	16/12/83	975\$00	21.43	—	2.82
940\$00	865\$00	29/12/83	875\$00	23.88	—	2.64
920\$00	845\$00	28/12/83	860\$00	24.30	—	3.16
915\$00	830\$00	29/12/83	835\$00	25.03	—	3.81
870\$00	750\$00	28/12/83	780\$00	24.96	—	4.09
790\$00	680\$00	28/12/83	740\$00	24.39	—	4.97
740\$00	610\$00	27/12/83	680\$00	24.45	—	4.83
645\$00	540\$00	29/12/83	610\$00	24.92	—	5.18
590\$00	420\$00	22/12/83	530\$00	25.09	—	10.59
470\$00	360\$00	21/12/83	440\$00	24.82	—	1.58
740\$00	650\$00	30/12/83	695\$00	17.77	—	1.16
720\$00	620\$00	30/12/83	695\$00	17.49	—	3.25
700\$00	600\$00	30/12/83	635\$00	18.55	—	3.42
680\$00	600\$00	30/12/83	625\$00	17.93	—	3.63
600\$00	505\$00	28/12/83	525\$00	19.90	—	2.60
540\$00	440\$00	30/12/83	525\$00	18.09	—	3.46
480\$00	400\$00	30/12/83	475\$00	19.60	—	3.27
405\$00	360\$00	29/12/83	395\$00	20.20	—	2.49
330\$00	285\$00	30/12/83	300\$00	21.53	—	2.54
280\$00	245\$00	30/12/83	245\$00	19.38	—	1.91
185\$00	160\$00	30/12/83	170\$00	16.75	—	1.84

Quadro 4.4 – MERCADO DE TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO
Outros Fundos Públicos e Equiparados

1983

	Valor nominal	Obrigações vivas		Transacções efectuadas	
		Quantidade	Valor (contos)	Quantidade	Valor (contos)
Fom. Ult. – Moç. – 2. ^a Em. – 6% – 1969/76/83	1 000\$00	(1)			
Fom. Ult. – Moç. – 3. ^a Em. – 6% – 1969/77/84	1 000\$00				
Fom. Ult. – Moç. – 4. ^a Em. – 6% – 1969/77/84	1 000\$00				
Fom. Ult. – Moç. – 5. ^a Em. – 6% – 1969/78/85	1 000\$00				
Fom. Ult. – Moç. – 1. ^a Em. – 6% – 1974/78/85	1 000\$00				
Tesouro – Angola – 5% – 1965/71/85	1 000\$00				
Tesouro – Moçambique – 1. ^a Em. – 5% – 1965/71/85	1 000\$00				
Tesouro – Moçambique – 2. ^a Em. – 5% – 1965/72/86	1 000\$00				
Tesouro – Moçambique – 3. ^a Em. – 5% – 1965/73/87	1 000\$00				
Tesouro – Moçambique – 4. ^a Em. – 5% – 1965/74/88	1 000\$00				
Marinha Mercante – 5 ³ / ₈ % – 1968/73/83	1 000\$00	–	–	–	–
Transportes Terrestres – 4 ¹ / ₂ % – 1966/72/86	1 000\$00	6 000	6 000	–	–
Transportes Terrestres – 5 ¹ / ₂ % – 1967/72/86	1 000\$00	10 795	10 795	–	–
Águas de Lisboa – 1. ^a fase – 6% – 1967/73/83	1 000\$00	–	–	–	–
Águas de Lisboa – 2. ^a fase – 6% – 1968/73/83	1 000\$00	–	–	–	–
Águas de Lisboa – 1. ^a fase – 6% – 1969/75/84	1 000\$00	7 716	7 716	44	33
Águas de Lisboa – 2. ^a fase – 6% – 1970/75/85	1 000\$00	11 406	11 406	53	40
Comp. Cam. de Ferro Portugueses – 4 ¹ / ₂ % – 1959/65/85	1 000\$00	142 435	142 435	620	460
Comp. Cam. de Ferro Portugueses – 4 ¹ / ₂ % – 1965/68/87	1 000\$00	138 340	138 340	200	125
Comp. Cam. de Ferro Portugueses – 4 ¹ / ₂ % – 1966/68/87	1 000\$00	33 210	33 210	–	–
Comp. Cam. de Ferro Portugueses – 5 ¹ / ₂ % – 1967/70/90	1 000\$00	143 630	143 630	30	15
Comp. Cam. de Ferro Portugueses – 5 ¹ / ₂ % – 1968/71/90	1 000\$00	143 180	143 180	504	296
Comp. Cam. de Ferro Portugueses – 5 ¹ / ₂ % – 1969/72/87	1 000\$00	65 230	65 230	109	65
Comp. Cam. de Ferro Port. – 1. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1971/73/83	1 000\$00	–	–	–	–
Comp. Cam. de Ferro Port. – 2. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1971/74/83	1 000\$00	–	–	–	–
Comp. Cam. de Ferro Port. – 3. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1972/75/85	1 000\$00	25 280	25 280	104	79
Comp. Cam. de Ferro Port. – 4. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1972/75/85	1 000\$00	13 700	13 700	–	–
Comp. Cam. de Ferro Port. – 5. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1973/76/88	1 000\$00	94 070	94 070	497	307
Comp. Cam. de Ferro Port. – 6. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1973/76/88	1 000\$00	47 030	47 030	–	–
Correios e Telecomunicações – 6 ³ / ₄ % – 1972/75/84 (2)	1 000\$00	12 000	12 000	23	21
Metropolitano de Lisboa – 5 ³ / ₄ % – 1969/74/84	1 000\$00	2 583	2 583	16	13
Metropolitano de Lisboa – 1. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1973/76/88	1 000\$00	70 540	70 540	1 584	956
Metropolitano de Lisboa – 2. ^a série – 6 ³ / ₄ % – 1973/77/88	1 000\$00	77 154	77 154	11	6
Metropolitano de Lisboa – 15. ^a Em. – 7% – 1971/77/86	1 000\$00	14 998	14 998	–	–
Metropolitano de Lisboa – 16. ^a Em. – 7% – 1972/77/87	1 000\$00	21 512	21 512	–	–
Metropolitano de Lisboa – 7 ¹ / ₂ % – 1974/77/89	1 000\$00	85 139	85 139	–	–
Fundo de Turismo – 27% – 1982/84/88(3)	1 000\$00	1 000 000	1 000 000	19 546	19 396
				23 341	21 812

(1) Aguardam o estabelecimento de normas conducentes à regularização do respectivo esquema do sorteio.

(2) As obrigações têm prémio de reembolso que será de 100\$00 em 1 de Abril de 1984.

(3) A taxa de juro é indexada à taxa de desconto do Banco de Portugal, em vigor no primeiro dia de cada vencimento de juro, acrescida do diferencial de 2%. As obrigações têm prémio de reembolso que será de 45\$00 na 1.^a amortização, 60\$00 na 2.^a amortização, 75\$00 na 3.^a amortização, 95\$00 na 4.^a amortização e 115\$00 na 5.^a amortização.

(4) Taxa de juro aparente: $t = \frac{J}{C}$ com J – Juro líquido anual e C – Última cotação efectuada.

(5) Taxa de juro em função da vida média: $tm = \frac{J + \frac{Vr - C}{n}}{C}$ com Vr – Valor do reembolso (normalmente igual ao valor nominal) e n – Número médio de anos que faltam para o vencimento do título.

Cotações				Indicadores			
Máxima	Mínima	Última cotação efectuada		Taxa de ⁽⁴⁾ juro aparente	Taxa de juro ⁽⁵⁾ em função da vida média	Quant.	Quant.
		Data	Valor			obrig. trans.	obrig. vivas
						%	
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
760\$00	680\$00	20/09/83	750\$00	7.07	59.65		0.57
760\$00	750\$00	23/08/83	750\$00	7.07	44.52		0.46
820\$00	690\$00	18/10/83	805\$00	5.60	37.34		0.44
630\$00	600\$00	18/10/83	600\$00	7.50	39.89		0.14
-	-	-	-	-	-		-
520\$00	520\$00	25/10/83	520\$00	10.58	37.40		0.02
600\$00	550\$00	8/11/83	550\$00	10.00	32.11		0.35
600\$00	600\$00	15/11/83	600\$00	9.16	46.20		0.17
-	-	-	-	-	-		-
-	-	-	-	-	-		-
780\$00	750\$00	14/09/83	750\$00	8.55	52.29		0.41
-	-	-	-	-	-		-
630\$00	620\$00	13/12/83	630\$00	10.18	35.19		0.53
-	-	-	-	-	-		-
890\$00	890\$00	4/05/83	890\$00	7.20	97.09		0.19
800\$00	620\$00	21/09/83	800\$00	6.83	106.83		0.62
650\$00	600\$00	6/12/83	640\$00	10.02	33.84		2.25
590\$00	590\$00	8/03/83	590\$00	10.87	37.22		0.01
-	-	-	-	-	-		-
-	-	-	-	-	-		-
-	-	-	-	-	-		-
1 010\$00	950\$00	29/12/83	985\$00	26.04	26.69		1.95

Quadro 4.5 – MERCADO DE TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO
Principais Obrigações de Empresas

1983

	Valor nominal	Obrigações vivas		Transacções efectuadas	
		Quantidade	Valor (contos)	Quantidade	Valor (contos)
Portugal e Colónias – 28% – 1982/84/88 ⁽¹⁾	1 000\$00	800 000	800 000	13 687	13 714
Portugal – Cel. Papel Portugal – 27% – 1982/84/88 ⁽¹⁾	1 000\$00	1 200 000	1 200 000	45 773	46 066
Quimigal – Química de Portugal – 25% 1981/83/87 ⁽¹⁾	1 000\$00	800 000	800 000	27 007	27 026
Petrogal – Petróleos de Portugal – 27% – 1981/83/87 ⁽¹⁾	1 000\$00	800 000	800 000	25 209	25 272
Cimpor – Cimentos de Portugal – 27% – 1981/83/87 ⁽¹⁾	1 000\$00	400 000	400 000	13 302	13 320
Siderurgia Nacional – 25% – 1981/84/88 ⁽¹⁾	1 000\$00	1 200 000	1 200 000	38 342	38 244
Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa – 27% – 1982/84/88 ⁽¹⁾	1 000\$00	1 200 000	1 200 000	53 704	51 394
Nacional de Electricidade – 6% – 1968/71/86	1 000\$00	11 683	11 683	254	157
CPE – Convénio Público – 7% – 1972/75/87	1 000\$00	35 111	35 111	109	77
Gás e Electricidade – 6% – 1969/73/84	1 000\$00	6 750	6 750	682	546
Gás e Electricidade – 7% – 1972/76/87	1 000\$00	42 649	42 649	304	215
Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela – 6% – 1968/73/88 ⁽²⁾	1 000\$00	18 000	18 000	100	73
Hidro-Eléctrica do Douro – 8.ª Emissão – 5% – 1960/65/90	1 000\$00	23 230	23 230	248	138
EDP – Electricidade de Portugal – 1.ª Emissão – 27% – 1981/83/87 ⁽¹⁾	1 000\$00	800 000	800 000	23 803	23 963
EDP – Electricidade de Portugal – 2.ª Emissão – 27% – 1982/84/88 ⁽¹⁾	1 000\$00	1 200 000	1 200 000	36 725	36 612
EDP – Electricidade de Portugal – 4.ª Emissão – 25% – 1982/84/88 ⁽¹⁾	1 000\$00	1 700 000	1 700 000	460	449
Telefones de Lisboa e Porto – 27% – 1982/84/88 ⁽¹⁾	1 000\$00	1 200 000	1 200 000	30 676	30 681
CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal – 25% – 1981/83/87 ⁽¹⁾	1 000\$00	800 000	800 000	26 925	27 049
B. Fomento Nacional – XX Aniversário – 32% – 1981/-/84	1 000\$00	1 000 000	1 000 000	36 653	38 320
Crédito Predial – 3 1/2% – 1944/45/2005	90\$00	60 064	5 406	300	7
				374 263	373 323

(1) As obrigações têm prémio de reembolso que será de 45\$00 na 1.ª amortização, 60\$00 na 2.ª, 75\$00 na 3.ª, 95\$00 na 4.ª e 115\$00 na 5.ª.

(2) As obrigações têm prémio de reembolso que será de 150\$00 em 2 de Janeiro de 1984, até à última amortização.

(3) Taxa de juro aparente: $t = \frac{J}{C}$ com J – Juro líquido anual e C – Última cotação efectuada:

$$J + \frac{Vr - C}{n}$$

(4) Taxa de juro em função da vida média: $tm = \frac{J + \frac{Vr - C}{n}}{C}$ com Vr – Valor do reembolso (normalmente igual ao valor nominal) e n – Número médio de anos que faltam para o vencimento do título.

Quadro 4.6 – MERCADO DE TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO
Cautelas de Obrigações⁽¹⁾

1983

	Valor nominal	Obrigações vivas ⁽³⁾		Transacções efectuadas	
		Quantidade	Valor (contos)	Quantidade	Valor (contos)
Tesouro – Nac. e Expropriações – IV Cl. – 11.8% – 1980/83/89	1 000\$00	1 940 705	1 940 705	9 360	5 628
Tesouro – Nac. e Expropriações – V Cl. – 11% – 1980/83/91	1 000\$00	2 672 010	2 672 010	16 415	9 403
Tesouro – Nac. e Expropriações – VI Cl. – 10% – 1980/83/93	1 000\$00	2 391 350	2 391 350	23 399	12 326
Tesouro – Nac. e Expropriações – VII Cl. – 9.8% – 1980/84/96	1 000\$00	2 390 948	2 390 948	30 034	13 064
Tesouro – Nac. e Expropriações – VIII Cl. – 8.4% – 1980/84/98	1 000\$00	2 211 909	2 211 909	20 270	7 345
Tesouro – Nac. e Expropriações – IX Cl. – 6.8% – 1980/85/2001	1 000\$00	2 075 755	2 075 755	17 348	4 937
Tesouro – Nac. e Expropriações – X Cl. – 5% – 1980/85/2003	1 000\$00	1 924 017	1 924 017	15 604	3 643
Tesouro – Nac. e Expropriações – XI Cl. – 3% – 1980/86/2006	1 000\$00	1 764 299	1 764 299	16 445	2 391
Tesouro – Nac. e Expropriações – XII Cl. – 2.5% – 1980/86/2008	1 000\$00	64 671 548	64 671 548	44 218	5 315
Tesouro – Fip – 27% – 1982/86/90	1 000\$00	15 000 000	15 000 000	112 277	113 670
Tesouro – Fip – 29% – 1983/87/91	1 000\$00	21 000 000	21 000 000	7 410	7 480
Fundo de Turismo – 25% – 1982/84/88	1 000\$00	1 000 000	1 000 000	7 970	8 038
Portugal – 27% – 1982/84/88	1 000\$00	1 200 000	1 200 000	15 598	15 641
Portugal e Colónias – 26% – 1982/84/88	1 000\$00	800 000	800 000	5 835	5 894
Petrogal – 26.5% – 1983/85/88	1 000\$00	1 500 000	1 500 000	3 225	3 170
CTT – Correios e Tele. de Portugal – 26.5% – 1983/85/88	1 000\$00	1 500 000	1 500 000	2 590	2 530
EDP – 5.ª Emissão – 28.5% – 1983/85/89	1 000\$00	3 000 000	3 000 000	–	–
EDP – 6.ª Emissão – 28.5% – 1983/85/88	1 000\$00	3 000 000	3 000 000	380	375
Banco de Fomento Nacional – 28% – 1983/-/86	1 000\$00	2 000 000	2 000 000	1 250	1 268
				349 628	222 118

(1) Certificados de dívida nominais representativos de obrigações adquiridas, cujos títulos definitivos não foram ainda elaborados ou distribuídos.

As cautelas são transaccionadas em sessões especiais, sem cotação oficial e apenas desde que exista compromisso de admissão à cotação dos títulos definitivos. Mercado iniciado em 6/8/81. (Aviso das Bolsas de Valores de Lisboa e Porto de 29/7/81).

(2) Taxa de juro aparente: $t = \frac{J}{C}$ com J – Juro líquido anual e C – Última cotação efectuada.

(3) Os elementos relativos às obrigações das Nacionalizações e Expropriações e Fides e Fia, estão sujeitos a rectificações.

Cotações				Indicadores		
Máxima	Mínima	Última cotação efectuada		Taxa de ⁽³⁾ juro aparente	Taxa de juro ⁽⁴⁾ em função da vida média	Quant. / Quant. obrig. / obrig. trans. / vivas %
		Data	Valor			
1 020\$00	955\$00	30/12/83	995\$00	26.73	26.90	1.71
1 020\$00	960\$00	28/12/83	990\$00	25.91	26.29	3.81
1 020\$00	950\$00	29/12/83	975\$00	24.36	27.79	3.38
1 030\$00	960\$00	30/12/83	990\$00	25.91	28.37	3.15
1 020\$00	960\$00	29/12/83	990\$00	25.91	28.46	3.33
1 020\$00	930\$00	29/12/83	970\$00	24.48	26.00	3.20
1 000\$00	880\$00	28/12/83	940\$00	27.29	30.30	4.48
690\$00	620\$00	23/09/83	620\$00	8.55	59.67	2.17
700\$00	690\$00	30/12/83	690\$00	8.96	26.93	0.31
800\$00	800\$00	21/09/83	800\$00	6.63	162.88	10.10
730\$00	700\$00	28/12/83	720\$00	8.59	32.02	0.71
730\$00	730\$00	19/07/83	730\$00	7.26	32.72	0.56
560\$00	550\$00	3/11/83	550\$00	5.54	29.55	1.07
1 030\$00	950\$00	30/12/83	985\$00	26.04	29.21	2.98
1 030\$00	950\$00	30/12/83	985\$00	26.04	26.74	3.06
985\$00	975\$00	30/12/83	975\$00	24.36	25.38	0.03
1 040\$00	950\$00	30/12/83	985\$00	26.04	26.71	2.56
1 030\$00	955\$00	30/12/83	995\$00	23.87	26.37	3.37
1 070\$00	995\$00	30/12/83	1 000\$00	32.00	32.00	3.67
25\$00	25\$00	3/05/83	25\$00	7.64	29.28	0.50

Cotações				Indicadores	
Máxima	Mínima	Última cotação efectuada		Taxa de ⁽²⁾ juro aparente	Quant. / Quant. caut. / obrig. trans. / vivas %
		Data	Valor		
615\$00	590\$00	25/01/83	600\$00	18.68	0.48
600\$00	545\$00	22/02/83	590\$00	17.71	0.61
560\$00	470\$00	15/03/83	515\$00	18.44	0.98
490\$00	385\$00	26/04/83	430\$00	21.65	1.26
420\$00	320\$00	20/05/83	370\$00	21.56	0.92
300\$00	245\$00	21/06/83	280\$00	23.07	0.84
280\$00	190\$00	22/07/83	240\$00	19.78	0.81
160\$00	115\$00	9/08/83	160\$00	17.80	0.93
200\$00	100\$00	24/11/83	200\$00	11.86	0.07
1 060\$00	980\$00	25/10/83	980\$00	27.55	0.75
1 010\$00	1 000\$00	30/12/83	1 010\$00	28.71	0.04
1 030\$00	980\$00	20/05/83	1 010\$00	23.51	0.80
1 010\$00	960\$00	5/04/83	1 010\$00	19.75	1.30
1 040\$00	1 000\$00	17/06/83	1 000\$00	24.70	0.73
1 010\$00	960\$00	28/12/83	990\$00	25.43	0.22
1 000\$00	960\$00	28/12/83	990\$00	25.43	0.17
-	-	-	-	-	-
1 000\$00	970\$00	30/12/83	1 000\$00	27.07	0.01
1 030\$00	990\$00	28/12/83	1 030\$00	27.18	0.06

Quadro 4.7 – MERCADO DE TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL
Ações

1983

	Valor nominal	Admitidas à cotação		Transacções efectuadas	
		Quantidade	Valor (contos)	Quantidade	Valor (contos)
Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco					
Compal – Comp. Prod. de Conservas Alimentares	250\$00	484 000	121 000	609	130
Industrial Aliança (Sociedade)	500\$00	200 000	100 000	129	109
Padarias (Sociedade)	100\$00	50 000	5 000	—	—
Portugal e Colónias	500\$00	1 600 000	800 000	16 100	3 782
Prod. Alim. António & Henrique Serrano	1 000\$00	154 500	154 500	20	21
Sicel – Sociedade Industrial de Cereais	1 000\$00	60 000	60 000	—	—
Curia	1 000\$00	60 000	60 000	23	15
Luso	1 260\$00	83 300	104 958	—	—
Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas	500\$00	260 000	130 000	8 410	3 722
Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Couro					
Fiação e Tecidos Torres Novas	1 000\$00	120 000	120 000	1 335	396
Indústrias do Papel, Art. Gráficas e Edição de Publicações					
Companhia de Celulose do Calma	1 200\$00	100 000	120 000	328	2 524
Inapa – Indústria Nacional de Papéis	1 000\$00	360 000	360 000	1 125	1 191
Indústria Química dos Derivados do Petróleo e do Carvão e dos Produtos de Borracha e de Plástico					
Mabor – Manufatura Nacional de Borracha	1 000\$00	140 000	140 000	10	75
Unifa – União Fabril Farmacêutica	1 000\$00	80 000	80 000	—	—
Indústrias Metalúrgicas de Base					
Eurominas – Electro-Metalurgia	1 000\$00	480 000	480 000	682	661
Fornos Eléctricos	100\$00	3 000 000	300 000	3 238	309
F. Ramada	1 000\$00	400 000	400 000	3 038	1 219
Fabricação de Produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte					
Efacec – Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas	1 000\$00	500 000	500 000	1 229	4 287
Lianave – Estaleiros Navais de Lisboa	1 000\$00	2 000 000	2 000 000	5 726	3 109
Metalurgia Casal	1 000\$00	60 000	60 000	25	14
Comércio por Grosso					
Empor – Empreendimentos Comerciais e Financeiros	100\$00	400 000	40 000	3 050	522
Restaurantes e Hotéis					
Estoril Plage	550\$00	784 200	431 310	150	465
Penina – Sociedade Turística	1 000\$00	390 000	390 000	1 752	904
Comunicações					
Rádio Marconi – Portador	200\$00	2 990 000	598 000	21 641	16 044
Rádio Marconi – Nominativas	200\$00			3 964	1 708
Bancos e Outras Instituições Monetárias e Financeiras					
Prestamista Portuguesa	200\$00	30 000	6 000	30	9
Operações s/ Imóveis e Serviços Prestados às Empresas					
Cotapo – Empreendimentos Comerciais e Industriais	135\$00	400 000	54 000	2 032	333
Sonagi – Soc. Nacional de Gestão e Investimento	200\$00	500 000	100 000	5 517	2 197
				80 163	43 746

D

(1) Taxa de rendimento: $t = \frac{D}{VN} \times 100$ com D – Dividendo líquido por acção e VN – Valor nominal.

(2) Estes indicadores não foram calculados porque o último valor contabilístico conhecido é negativo.

Última cotação efectuada		Último ano c/dividendo e Taxa de rendimento ⁽¹⁾	Indicadores	
Data	Valor		Última / Valor cotação / contabi- lístico	% Quant. ações transaccionadas / Quant. ações admitidas
22/12/83	140\$00	1967 - 7.03	42.67	0.13
6/10/83	850\$00	1975 - 0.44	126.36	0.06
-	-	1982 - 8.35	-	-
30/12/83	210\$00	1980 - 2.87	23.81	1.01
28/12/83	1 050\$00	1982 - 12.53	48.40	0.01
-	-	1981 - 4.18	-	-
22/12/83	650\$00	1929 - 0.03	79.08	0.04
-	-	1977 - 0.91	-	-
30/12/83	425\$00	1976 - 2.15	20.76	3.23
9/12/83	330\$00	1974 - 1.64	121.91	1.11
29/12/83	8 000\$00	1981 - 46.78	45.55	0.33
3/11/83	1 100\$00	1982 - 5.01	29.92	0.31
21/10/83	7 500\$00	1980 - 6.42	82.17	0.01
-	-	1973 - 4.58	-	-
29/12/83	750\$00	1980 - 5.09	26.38	0.14
8/02/83	95\$00	1973 - 3.93	(2)	0.11
30/12/83	400\$00	1973 - 3.60	22.00	0.76
22/12/83	3 550\$00	1982 - 33.40	89.88	0.25
30/12/83	470\$00	1981 - 1.60	29.92	0.29
10/02/83	550\$00	1974 - 4.00	(2)	0.04
30/12/83	160\$00	1981 - 4.81	83.12	0.76
11/11/83	3 300\$00	1980 - 1.03	338.50	0.02
30/12/83	650\$00	1972 - 3.93	36.37	0.45
23/12/83	475\$00	1982 - 13.36	35.69	0.72
21/12/83	400\$00	1982 - 13.36	30.05	0.13
25/02/83	300\$00	1975 - 8.38	56.87	0.10
22/12/83	130\$00	1981 - 5.94	29.11	0.51
30/12/83	570\$00	1981 - 9.82	50.53	1.10

Quadro 4.8 – ÍNDICES DE QUANTIDADES E COTAÇÕES DE TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO TRANSACCIONADOS NA BOLSA DE LISBOA – Obrigações ⁽¹⁾

Quantidades

	Dívida Pública				Outros fundos públicos e equiparados	Principais obrigações de empresas	TOTAL
	Consolidados e externos	Obrigações do Tesouro	Outros ⁽²⁾	Total			
1981	131.2	124.6	140.9	125.2	35.7	30.3	117.5
Janeiro	194.6	217.8	229.7	216.2	35.6	26.5	200.6
Fevereiro	58.4	178.3	283.9	170.5	14.3	80.4	161.2
Março	29.1	123.0	211.9	116.9	8.7	41.2	109.7
Abril	44.5	179.2	138.3	168.7	38.2	46.1	158.2
Maio	38.7	138.3	26.7	129.6	72.4	9.4	121.3
Junho	67.4	77.7	81.2	77.0	11.8	16.7	71.8
Julho	527.4	71.2	77.5	105.4	23.9	13.6	98.1
Agosto	133.2	198.4	49.5	191.8	22.2	27.5	177.9
Setembro	90.1	81.3	117.9	82.4	12.3	17.4	76.8
Outubro	96.8	63.9	216.9	68.1	36.0	30.5	65.1
Novembro	191.2	93.7	194.6	102.2	59.0	27.7	96.8
Dezembro	102.5	71.9	62.9	74.1	93.8	26.9	72.0
1982	57.7	80.5	305.1	140.2	179.6	381.0	155.9
Janeiro	41.8	77.2	269.7	127.4	28.6	305.7	138.3
Fevereiro	62.4	78.6	250.3	124.3	43.0	170.0	126.8
Março	129.5	106.5	370.1	179.4	119.0	404.0	193.5
Abril	107.2	67.4	364.4	150.4	143.3	395.1	166.1
Maio	76.4	79.7	186.2	108.4	164.8	403.9	127.8
Junho	39.4	64.9	244.6	112.2	338.9	429.7	134.0
Julho	54.9	64.1	203.1	101.3	249.3	401.4	121.5
Agosto	23.5	53.8	200.9	92.0	89.6	253.3	102.4
Setembro	33.6	64.3	183.0	94.8	116.5	454.2	118.0
Outubro	28.2	90.0	380.0	165.2	81.1	414.4	180.7
Novembro	25.5	121.5	544.7	230.9	282.9	451.5	245.4
Dezembro	70.2	98.4	464.8	196.3	499.2	487.2	216.7
1983	121.4	170.8	158.7	162.5	410.5	225.8	174.1
Janeiro	46.2	132.4	207.2	174.5	478.6	117.9	167.6
Fevereiro	35.6	206.7	182.7	188.4	148.1	270.2	201.0
Março	110.4	160.1	218.4	193.4	357.6	350.0	219.2
Abril	29.8	157.2	149.8	149.8	246.9	206.5	159.4
Maio	130.7	159.7	108.7	128.9	719.5	214.4	146.3
Junho	142.1	100.5	170.5	142.8	741.2	163.1	150.0
Julho	113.7	133.2	130.8	131.3	451.5	211.4	146.1
Agosto	263.2	167.1	138.3	152.4	653.4	645.4	233.4
Setembro	60.4	504.3	153.2	286.2	228.0	165.3	266.7
Outubro	187.2	110.2	169.3	147.0	169.8	117.8	142.5
Novembro	133.9	97.5	130.9	118.1	243.7	111.1	117.9
Dezembro	204.0	120.2	145.1	137.0	488.0	135.9	139.2

(1) Base: Média anual do ano anterior.

(2) Empréstimos Angola-Moçambique e nacionalizações dos Banco Nacional Ultramarino, Banco de Angola e Banco de Portugal.

Nota: A partir de Janeiro de 1982, passaram a incluir-se as transacções efectuadas com cauteias de obrigações.

Cotações

	Dívida Pública				Outros fundos públicos e equiparados	Principais obrigações de empresas	TOTAL
	Consolidados e externos	Obrigações do Tesouro	Outros ⁽²⁾	Total			
1981	101.3	104.5	110.1	104.6	104.6	108.0	104.6
Janeiro	102.2	109.5	109.6	109.4	104.6	108.8	109.3
Fevereiro	104.9	108.5	112.1	108.5	102.6	108.4	108.5
Março	105.8	105.1	111.4	105.2	105.7	107.5	105.2
Abril	103.0	106.0	117.9	106.2	105.8	107.7	106.2
Maió	106.3	105.4	117.8	105.5	106.4	108.1	105.6
Junho	102.9	105.6	127.2	106.0	105.1	107.3	106.0
Julho	102.0	104.8	112.3	104.9	107.4	108.9	104.9
Agosto	100.2	104.4	109.5	104.5	106.9	107.3	104.5
Setembro	101.9	96.5	119.9	97.0	104.6	105.8	97.1
Outubro	100.6	95.8	107.9	96.0	104.5	108.1	96.1
Novembro	101.3	96.2	111.8	96.6	106.4	107.6	96.7
Dezembro	100.5	96.8	108.6	97.1	103.8	108.9	97.2
1982	101.4	93.9	98.4	96.2	100.4	99.0	96.6
Janeiro	99.8	95.0	101.0	97.3	101.2	100.5	97.6
Fevereiro	100.7	94.4	101.5	97.2	100.8	99.9	97.2
Março	99.0	94.8	100.5	97.1	101.1	100.1	97.5
Abril	100.1	93.7	96.4	95.0	103.1	100.1	95.7
Maió	99.7	93.3	94.5	93.9	100.2	101.0	94.9
Junho	98.9	93.9	95.3	94.6	100.9	100.4	95.4
Julho	100.5	94.2	96.7	95.4	101.9	99.9	96.0
Agosto	100.5	94.7	98.1	96.4	99.9	99.7	96.9
Setembro	100.9	92.5	99.9	96.2	97.6	98.6	96.5
Outubro	100.9	92.3	97.4	94.9	99.6	96.9	95.2
Novembro	102.9	92.2	96.2	94.3	98.4	95.7	94.5
Dezembro	102.8	92.3	95.4	93.9	97.0	96.9	94.4
1983	87.7	99.8	101.4	100.4	101.4	101.2	100.6
Janeiro	100.7	100.3	96.1	98.3	99.3	100.5	98.7
Fevereiro	101.4	100.2	102.9	101.4	100.6	102.3	101.6
Março	99.1	101.3	105.0	102.9	101.8	102.8	102.9
Abril	94.2	101.2	100.5	100.9	103.0	103.3	101.5
Maió	91.5	100.8	98.8	99.9	103.0	101.9	100.4
Junho	88.0	100.0	99.2	99.6	101.7	101.5	100.1
Julho	88.1	100.0	101.1	100.4	101.9	100.9	100.5
Agosto	87.5	100.1	104.1	101.8	102.4	102.2	101.9
Setembro	79.5	98.4	101.5	99.6	101.1	99.5	99.6
Outubro	77.0	96.7	102.8	99.1	98.2	97.9	98.8
Novembro	83.4	96.8	101.2	98.6	98.3	97.8	98.4
Dezembro	79.7	98.1	101.6	99.5	99.3	99.2	99.4

Quadro 4.9 – ÍNDICES DE QUANTIDADES E COTAÇÕES DE TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL TRANSACCIONADOS NA BOLSA DE LISBOA – Ações (1)

	Quantidades			Cotações		
	Indústrias transformadoras		Total	Indústrias transformadoras		Total
	Ligeiras	Pesadas		Ligeiras	Pesadas	
1981	81.3	154.7	119.0	89.3	67.3	126.6
Janeiro	103.2	202.5	246.4	137.4	85.8	150.0
Fevereiro	148.1	257.8	223.7	128.3	82.2	154.6
Março	70.1	325.1	206.9	91.6	80.8	162.2
Abril	86.5	291.3	86.9	83.2	77.8	164.9
Maió	89.1	172.3	132.4	79.9	75.3	156.9
Junho	33.3	115.1	56.6	75.2	71.6	95.5
Julho	53.9	95.2	40.2	65.8	60.8	89.5
Agosto	89.9	139.4	102.6	68.6	56.0	94.3
Setembro	94.7	81.1	67.2	71.9	59.3	102.0
Outubro	97.8	78.8	112.8	66.9	54.3	92.1
Novembro	71.7	45.9	79.9	62.2	50.4	82.1
Dezembro	34.7	51.6	72.2	55.8	47.2	84.6
1982	73.2	34.8	202.4	59.1	61.5	62.3
Janeiro	140.1	24.2	107.6	61.5	70.4	62.8
Fevereiro	50.3	30.4	128.5	60.0	67.0	61.7
Março	95.4	63.7	1 565.4	60.8	68.8	66.0
Abril	65.8	37.9	32.3	60.2	67.9	66.6
Maió	109.6	31.0	52.5	57.6	67.1	66.0
Junho	51.8	27.0	48.3	57.6	63.4	62.8
Julho	52.0	29.4	114.4	53.9	59.8	62.8
Agosto	42.9	19.8	55.2	61.7	59.2	63.4
Setembro	58.1	22.7	66.6	68.2	55.4	62.9
Outubro	91.0	40.6	72.3	62.4	51.0	59.4
Novembro	73.4	67.6	99.4	55.0	48.4	57.6
Dezembro	48.2	23.1	86.6	54.2	49.9	52.0
1983	142.6	38.5	55.1	81.8	89.6	91.9
Janeiro	64.3	66.6	33.8	91.1	79.0	83.8
Fevereiro	263.0	108.7	32.8	88.7	72.2	79.6
Março	163.5	39.1	124.2	89.6	71.3	102.3
Abril	95.8	23.5	59.8	86.9	75.0	105.0
Maió	31.1	50.5	43.7	84.4	77.0	104.4
Junho	86.3	29.2	23.6	84.2	69.2	103.5
Julho	74.1	40.7	22.6	75.2	56.5	100.4
Agosto	97.2	9.3	26.4	76.3	73.3	102.9
Setembro	204.3	20.3	51.0	75.7	75.0	103.9
Outubro	256.6	21.2	45.0	73.7	79.0	102.6
Novembro	133.1	19.4	30.6	76.3	81.4	105.1
Dezembro	241.7	33.8	167.5	76.4	84.5	66.3

(1) Base: Média anual do ano anterior.

Quadro 4.10 – ACTIVIDADE SEGURADORA – BALANÇO AGREGADO
Saldos em fim de período (1)

Milhões de escudos

	1980	1981	1982			
	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
ACTIVO	81 544	93 268	57 229	38 214	77 855	111 289
Reservas de resseguros cedidos	5 359	6 901	1 027	1 502	2 301	4 428
Matemáticas	1 163	1 299	109	516	832	1 499
Garantia	1 777	2 323	728	899	1 284	2 929
Seguros vencidos	2 419	3 279	190	87	185	—
Valores de emprego das reservas	40 993	44 189	28 079	18 047	34 789	53 600
Títulos de crédito e numerário	12 794	13 006	x	x	x	15 829
Imóveis	27 745	30 540	x	x	x	36 916
Empréstimos	454	643	x	x	x	855
Outras aplicações	4 237	4 296	5 189	2 286	6 744	3 312
Títulos de crédito	2 186	2 479	2 771	1 050	3 606	2 119
Imóveis	1 902	1 701	2 111	1 120	2 817	1 094
Empréstimos	149	116	307	116	321	99
Prémios em cobrança	11 461	14 490	12 101	7 862	16 024	16 335
Quotas-partes de indemnizações a receber	2 625	3 086	3 617	2 775	6 449	9 024
Depósitos em bancos	4 778	4 882	2 646	1 153	3 636	4 646
Caixa	401	491	92	73	116	579
Outros valores do activo	11 690	14 933	4 478	4 516	7 796	19 365
PASSIVO	81 544	93 268	57 229	38 214	77 855	111 289
Reservas	33 619	40 934	21 043	14 237	25 622	38 298
Matemáticas	18 860	22 387	14 914	9 775	18 016	27 256
Garantia	7 579	8 932	4 810	3 753	6 329	11 042
Seguros vencidos	7 180	9 615	1 319	709	1 277	—
Indemnizações a pagar	7 109	8 830	10 426	7 565	15 637	23 643
Comissões a pagar	938	1 245	950	582	1 286	1 441
Recursos próprios e resultados	27 093	26 121	18 340	10 868	24 396	28 360
Capital	1 673	1 673	840	630	1 170	1 673
Resultados	896	704	11 515	981	5 676	-659
Do exercício anterior	172	233	—	—	—	268
Do exercício	724	471	11 515	981	5 676	-927
Flutuações de valores	19 616	17 453	1 495	6 279	12 363	17 749
Outros	4 908	6 291	4 490	2 978	5 187	9 597
Outros valores do passivo	12 785	16 138	6 470	4 962	10 914	19 547

(1) Para 1983, não há elementos disponíveis.

Quadro 4.11 – ACTIVIDADE SEGURADORA – DESDOBRAMENTO NA CONTA DE RESULTADOS
Saldos em fim de período (1)

Milhões de escudos

	1980	1981	1982			
	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
DÉBITO						
Reservas	5 129	4 983	—	—	—	7 112
Indemnizações	19 638	24 784	4 683	-136	18 704	32 462
Encargos de resseguro cedido	7 239	9 513	2 083	2 609	6 238	11 849
Custos diversos	14 357	18 042	3 370	11 647	11 916	22 116
Resultados do exercício	670	379	1 624	989	3 988	-1 150
TOTAL	47 033	57 701	11 760	15 109	40 846	72 389
CRÉDITO						
Reservas	766	944	—	—	—	865
Prémios e seus adicionais	35 677	43 509	9 940	12 404	31 709	53 791
Receitas de resseguro cedido	7 105	8 572	1 087	1 839	6 185	12 109
Proveitos diversos	3 485	4 676	733	866	2 952	5 624

(1) Para 1983, não há elementos disponíveis.

Execução gráfica:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Trav. Condessa do Rio, 7-9
1200 LISBOA

